



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1623

Quarta-feira - 26 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Joaçaba.....	350	Tunápolis.....	734
Alto Bela Vista.....	2	Lages.....	355	Urussanga.....	734
Anchieta.....	7	Lauro Muller.....	390	Vargem Bonita.....	735
Antônio Carlos.....	7	Lebon Regis.....	392	Videira.....	736
Atalanta.....	8	Leoberto Leal.....	415	Vitor Meireles.....	742
Balneário Rincão.....	12	Lindóia do Sul.....	416	Xavantina.....	743
Barra Velha.....	12	Luzerna.....	417		
Biguaçu.....	13	Mafra.....	422		
Blumenau.....	15	Maracajá.....	423		
Bom Jesus do Oeste.....	43	Maravilha.....	424		
Bom Retiro.....	43	Marema.....	433		
Braço do Trombudo.....	44	Massaranduba.....	434		
Brunópolis.....	129	Meleiro.....	444		
Brusque.....	129	Modelo.....	445		
Caçador.....	136	Morro da Fumaça.....	446		
Camboriú.....	149	Navegantes.....	447		
Campo Alegre.....	159	Nova Trento.....	470		
Campos Novos.....	170	Novo Horizonte.....	471		
Canelinha.....	172	Palhoça.....	472		
Canoinhas.....	182	Papanduva.....	494		
Capinzal.....	183	Passo de Torres.....	494		
Catanduas.....	214	Passos Maia.....	495		
Chapadão do Lageado.....	215	Paulo Lopes.....	495		
Cocal do Sul.....	237	Penha.....	501		
Concórdia.....	241	Peritiba.....	504		
Cordilheira Alta.....	252	Pinheiro Preto.....	507		
Coronel Martins.....	252	Pomerode.....	508		
Corupá.....	254	Ponte Serrada.....	525		
Curitibanos.....	254	Porto Belo.....	526		
Faxinal dos Guedes.....	258	Porto União.....	536		
Forquilha.....	259	Presidente Castello Branco.....	547		
Fraiburgo.....	261	Rio do Sul.....	548		
Frei Rogério.....	282	Salto Veloso.....	578		
Garopaba.....	282	Santa Cecília.....	579		
Garuva.....	289	Santa Rosa do Sul.....	662		
Gaspar.....	293	Santa Terezinha do Progresso.....	662		
Grão Pará.....	305	Santiago do Sul.....	665		
Guaramirim.....	305	São Bento do Sul.....	666		
Herval d'Oeste.....	306	São Carlos.....	688		
Imarui.....	306	São João do Sul.....	689		
Imbituba.....	307	São Joaquim.....	691		
Indaial.....	314	São José.....	693		
Iomerê.....	322	São Lourenço do Oeste.....	699		
Ipumirim.....	332	São Miguel do Oeste.....	701		
Irineópolis.....	333	São Pedro de Alcântara.....	702		
Itapiranga.....	334	Schroeder.....	711		
Itapoá.....	340	Sombrio.....	721		
Ituporanga.....	348	Timbó.....	722		
Jacinto Machado.....	350	Treze Tílias.....	733		

Associações

AMAUC.....	750
------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA.....	751
CIS/AMURC.....	753
CIS/AMURES.....	753
CITMAR.....	755

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 289/2014

PORTARIA Nº 289/2014 de 24 de Novembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder ao funcionária Tânia Caron dos Santos, inscrita sob CPF nº 028.668.909-06, ocupante do cargo de Secretária de Administração e Fazenda, a partir de 24/11/2014 a 03/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de Novembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

PORTARIA 290/2014

PORTARIA Nº 290/2014 de 24 de Novembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionária FRANCIELI PATRICIA DOS SANTOS, inscrita sob CPF nº 081.852.239-98 ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Promoção Social, a partir de 24/11/2014 a 08/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de Novembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 007/2014 COMUNICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC
TOMADA DE PREÇOS 007/2014
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista vem por meio desta, comunicar os representantes legais das empresas GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, ICAP INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, OBJETIVA CONCURSOS LTDA, NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA e CONSESP CONCURSOS, RESIDÊNCIAS MÉDICAS, AVALIAÇÕES E PESQUISAS LTDA, que a licitante, FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA ME interpôs recurso administrativo, pugnando pela revisão do julgamento da fase das propostas de preço deste certame. Desejando, V.as poderão impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação desta notificação, estando os autos abertos à consulta desde já, com vistas franqueada.

Alto Bela Vista, SC, 25 de novembro de 2014.
CASSIANO MARTINAZZO
Presidente da CPL

LEI MUNICIPAL Nº 655 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O perímetro Urbano do município de Alto Bela Vista, passa a ter a dimensão do espaço territorial ampliado, conforme Memorial Descritivo em anexo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 627, de 09 de Dezembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal, 21 de Novembro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 656, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA O INCISO I DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 647 DE 18 DE AGOSTO DE 2014, "QUE DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO, EM CESSÃO DE USO, DAS ÁREAS DE TERRA QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Inciso I do art. 1º da Lei Municipal nº 647 de 18 de agosto de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

I - fração de área de terra rural, com área superficial de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), formando um quadrado de 20,00 x 20,00 metros, próxima ao perímetro urbano da cidade de Alto Bela Vista/SC, sendo parte do lote rural nº 209, da Colônia Rio Uruguai, pertencente a Alberto Honório Tiegs, inscrito no CPF sob o nº 165.306.409-91, conforme consta no livro de transcrições nº 33.449, Fls. 007, Livro nº 3 "AF" do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC;

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em exercício de Alto Bela Vista/SC, em 21 de Novembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$

1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.719.658,88	14.719.658,88	2.295.530,24	15,59	11.301.355,25	76,78	3.418.303,63
RECEITAS CORRENTES	12.193.408,88	12.193.408,88	2.231.736,43	18,30	10.069.929,65	82,59	2.123.479,23
RECEITA TRIBUTÁRIA	230.466,24	230.466,24	140.329,06	60,89	263.003,55	114,12	-32.537,31
IMPOSTOS TAXAS	182.957,87	182.957,87	134.314,66	73,41	217.055,67	118,64	-34.097,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	47.508,37	47.508,37	6.014,40	12,66	45.947,88	96,72	1.560,49
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO RECEITA PATRIMONIAL	41.426,97	41.426,97	8.637,11	20,85	39.280,46	94,82	2.146,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	40.826,97	40.826,97	8.637,11	21,16	39.280,46	96,21	1.546,51
Receita da Produção Vegetal RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	66.191,66	66.191,66	32.347,06	48,87	167.516,37	253,08	-101.324,71
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS Transf. de Conv.	66.191,66	66.191,66	32.347,06	48,87	167.516,37	253,08	-101.324,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES Multas e Juros de Mora INDENIZAÇÕES E RES- TITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	148.643,78	148.643,78	46.798,19	31,48	161.933,72	108,94	-13.289,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.567.910,23	11.567.910,23	1.971.188,21	17,04	9.240.738,15	79,88	2.327.172,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	11.509.266,23	11.509.266,23	1.961.347,61	17,04	9.201.354,88	79,95	2.307.911,35
ALIE NAÇÃO DE BENS	58.644,00	58.644,00	9.840,60	16,78	39.383,27	67,16	19.260,73
ALIE NAÇÃO DE BENS MÓVEIS AMORTI- ZACÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊN- CIAS DE CAPITAL	137.770,00	137.770,00	32.436,80	23,54	197.457,40	143,32	-59.687,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMEN- TAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.370,00	11.370,00	2.198,68	19,34	10.411,01	91,57	958,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	110.300,00	110.300,00	5.081,14	4,61	41.789,26	37,89	68.510,74
	10.300,00	10.300,00	1.648,60	16,01	12.951,84	125,75	-2.651,84
	5.800,00	5.800,00	23.508,38	405,32	132.305,29	281,13	-126.505,29
	2.526.250,00	2.526.250,00	63.793,81	2,53	1.231.425,60	48,75	1.294.824,40
	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
	69.000,00	69.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.000,00
	69.000,00	69.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.000,00
	127.250,00	127.250,00	7.181,72	5,64	144.844,65	113,83	-17.594,65
	1.630.000,00	1.630.000,00	56.612,09	3,47	1.086.580,95	66,66	543.419,05
	30.000,00	30.000,00	59.501,44	198,34	105.248,26	350,83	-75.248,26
	1.600.000,00	1.600.000,00	-2.889,35	0,00	981.332,69	61,33	618.667,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	—	—	—	—	—	—	—
	14.719.658,88	14.719.658,88	2.295.530,24	15,59	11.301.355,25	76,78	3.418.303,63

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.719.658,88	14.719.658,88	2.295.530,24	15,59	11.301.355,25	76,78	3.418.303,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.719.658,88	14.719.658,88	2.295.530,24	15,59	11.301.355,25	76,78	3.418.303,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	980.158,26	—	—	980.158,26	—	—
Superávit Financeiro	—	980.158,26	—	—	980.158,26	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSOES FINANCEIRAS RESERVA DE CONTINGÊNCIA DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)						1.939.092,93 10.374.943,74 1.866.910,56 8.543.108,44 881.475,63 4.398.606,59 985.434,93 4.144.501,85			
	14.719.658,88	4.531.774,41	19.251.433,29	1.511.125,60	12.024.509,14	72.182,37	1.831.835,30	53,89	8.876.489,55
	11.400.173,59	1.254.057,69	12.654.231,28	1.575.968,19	9.599.749,88	52.579,92	1.703.622,33	67,51	4.111.122,84
	6.371.227,28	20.925,80	6.392.153,08	848.843,93	4.553.842,95	19.602,45	128.212,97	68,81	1.993.546,49
	5.028.946,31	1.233.131,89	6.262.078,20	727.124,26	5.045.906,93	0,00	0,00	66,18	2.117.576,35
	3.299.964,78	3.277.716,72	6.577.681,50	-64.842,59	2.424.759,26	—	—	27,85	4.745.846,20
	2.977.738,78	3.012.983,72	5.990.722,50	-64.842,59	1.979.428,83			28,44	4.287.100,17
	322.226,00	264.733,00	586.959,00	0,00	445.330,43			21,84	458.746,03
	19.520,51	0,00	19.520,51	0,00	0,00			0,00	19.520,51
	—	—	—	—	—			—	—

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.719.658,88	4.531.774,41	19.251.433,29	1.511.125,60	12.024.509,14	1.939.092,93	10.374.943,74	53,89	8.876.489,55
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)						0,00	0,00		
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.719.658,88	4.531.774,41	19.251.433,29	1.511.125,60	12.024.509,14	1.939.092,93	10.374.943,74	53,89	8.876.489,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	926.411,51	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.719.658,88	4.531.774,41	19.251.433,29	1.511.125,60	12.024.509,14	1.939.092,93	11.301.355,25	58,70	8.876.489,55

FONTE:

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO 2

Município de ALTO BELA VISTA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anchieta**PREFEITURA****EXTRATO PUBLICAÇÃO CP 001-2014 DESERTA**

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

ATO CONCORRÊNCIA 001/2014.

Processo nº 079/2014.

Objeto: contratação de empresa para execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), de rede coletora de esgotos, ligação domiciliar, estação elevatória, estação de tratamento de esgoto e urbanização, no perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC. Decretado DESERTO pela inexistência de interessados em participar do pleito licitatório.

Anchieta, 24 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****PORTARIA N 518/2014**

PORTARIA Nº 518/2014.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, RENATA MARIA BORBA LOBO, do cargo temporário de FONOAUDIOLOGO, a partir de 27 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 25 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de novembro de 2014.

PORTARIA N 519/2014

PORTARIA Nº 519/2014.

Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor FLAVIO BRAZ GLASENAP, ocupante do cargo efetivo de MEDICO VETERINARIO, relativo ao período aquisitivo de março/2007 a março/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 25 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26 de novembro de 2014.

Atalanta

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO DA LEI Nº. 1396/2014

LEI Nº. 1396/2014

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Atalanta para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$. 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais).

DOS ORÇAMENTOS DA UNIDADE GESTORA, PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$. 13.277.000,00 (treze milhões duzentos e setenta e sete mil reais), a Receita do Fundo Municipal de Saúde em R\$. 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), a Receita do Fundo Municipal de Assistência Social em R\$. 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) e fixa a Despesa da Prefeitura em R\$. 10.201.000,00 (dez milhões duzentos e um mil reais), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$. 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), fixa a Despesa para o Fundo Municipal de Saúde em R\$. 2.630.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta mil reais) e fixa a Despesa para o Fundo Municipal de Assistência Social em R\$. 509.000,00 (quinhentos e nove mil reais).

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	R\$. 13.198.000,00
1.1 Receita Tributária	R\$. 499.699,00
- 1.1.1 - Prefeitura	R\$. 499.699,00
1.2 Receita de Contribuições	R\$. 30.000,00
- 1.2.1 - Prefeitura	R\$. 30.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$. 50.000,00
- 1.3.1 - Prefeitura	R\$. 48.000,00
- 1.3.2 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 2.000,00
1.4 Receita Agropecuária	R\$. 20.000,00
- 1.4.1 - Prefeitura	R\$. 20.000,00
1.5 Receita de Serviços	R\$. 74.001,00
- 1.5.1 - Prefeitura	R\$. 74.001,00
1.6 Transferências Correntes	R\$. 12.475.700,00
- 1.6.1 - Prefeitura	R\$. 11.664.700,00
- 1.6.2 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 811.000,00

658.000,00	
- 1.6.3 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$. 153.000,00
1.7 Outras Receitas Correntes	R\$. 48.600,00
- 1.7.1 - Prefeitura	R\$. 48.600,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$. 902.000,00
2.1 Alienação de Bens	R\$. 40.000,00
- 2.1.1 - Prefeitura	R\$. 30.000,00
- 2.1.2 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 10.000,00
2.2 Transferências de Capital	R\$. 862.000,00
- 2.2.1 - Prefeitura	R\$. 862.000,00
TOTAL	14.100.000,00

§ 2º. - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Câmara Municipal	R\$. 760.000,00
02 - Gabinete do Prefeito e Vice	R\$. 375.000,00
03 - Secretaria da Administração e Finanças	R\$. 2.241.000,00
04 - Secretaria da Agricultura e Dês. Econômico	R\$. 964.025,00
05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esporte	R\$. 4.457.975,00
06 - Secretaria de Transportes e Obras	R\$. 1.634.000,00
07 - Fundo Municipal da Assistência Social	R\$. 509.000,00
08 - Secretaria do Turismo e Meio Ambiente	R\$. 419.000,00
09 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 2.630.000,00
10 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência	R\$. 10.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$. 100.000,00
TOTAL GERAL	R\$. 14.100.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$. 760.000,00
04 - Administração	R\$. 2.061.000,00
06 - Segurança Pública	R\$. 20.000,00
08 - Assistência Social	R\$. 579.000,00
10 - Saúde	R\$. 2.630.000,00
12 - Educação	R\$. 4.137.975,00
13 - Cultura	R\$. 59.000,00
15 - Urbanismo	R\$. 587.000,00
16 - Habitação	R\$. 55.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$. 57.000,00
20 - Agricultura	R\$. 811.000,00

922.025,00
 23 - Comércio e Serviços R\$.
 384.000,00
 26 - Transportes R\$.
 992.000,00
 27 - Desporto e Lazer R\$.
 261.000,00
 28 - Encargos Especiais R\$.
 495.000,00
 99 - Reserva de Contingência R\$.
 100.000,00
 SOMA. R\$. 14.100.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa
 R\$. 760.000,00
 122 - Administração Geral R\$.
 1.620.000,00
 123 - Administração Financeira R\$.
 916.000,00
 125 - Normatização e Fiscalização R\$.
 20.000,00
 182 - Defesa Civil R\$.
 20.000,00
 241 - Assistência ao Idoso R\$.
 43.000,00
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente R\$.
 195.000,00
 244 - Assistência Comunitária R\$.
 341.000,00
 301 - Atenção Básica
 R\$. 2.493.000,00
 304 - Vigilância Sanitária R\$.
 90.000,00
 305 - Vigilância Epidemiológica R\$.
 47.000,00
 361 - Ensino Fundamental
 R\$. 2.292.000,00
 362 - Ensino Médio
 R\$. 75.000,00
 364 - Ensino Superior
 R\$. 80.000,00
 365 - Educação Infantil R\$.
 1.542.000,00
 366 - Educação de Jovens e Adultos R\$.
 63.975,00
 367 - Educação Especial
 R\$. 85.000,00
 392 - Difusão Cultural
 R\$. 59.000,00
 451 - Infra-Estrutura Urbana R\$.
 390.000,00
 452 - Serviços Urbanos R\$.
 197.000,00

 482 - Habitação Urbana
 R\$. 55.000,00
 541 - Preservação e Conservação Ambiental R\$.
 57.000,00
 606 - Extensão Rural
 R\$. 922.025,00
 691 - Promoção Comercial
 R\$. 22.000,00
 695 - Turismo
 R\$. 362.000,00
 782 - Transporte Rodoviário R\$.
 992.000,00
 812 - Desporto Comunitário
 R\$. 261.000,00

999 - Reserva de Contingência R\$.
 100.000,00
 SOMA. R\$. 14.100.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 - Processo Legislativo R\$.
 760.000,00
 0004 - Gestão Administrativa Superior R\$.
 375.000,00
 0007 - Administração Geral R\$.
 755.000,00
 0008 - Centro Administrativo R\$.
 400.000,00
 0010 - Fortalecimento ao Municipalismo R\$.
 110.000,00
 0013 - Administração Financeira R\$.
 396.000,00
 0016 - Encargos Especiais R\$.
 495.000,00
 0019 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$.
 25.000,00
 0022 - Reserva de Contingência R\$.
 100.000,00
 0025 - Desenv. Econômico - Pequeno Prod. Assistido... R\$.
 673.000,00
 0028 - Desenv. Econ. Indústria, Comércio e Serv R\$.
 22.000,00
 0031 - Patrulha Mecanizada
 R\$. 139.025,00
 0034 - Promoções e Eventos R\$.
 240.000,00
 0037 - Incentivo da Prod. Agrícola e Pecuária R\$.
 30.000,00
 0039 - Defesa Civil R\$.
 20.000,00
 0040 - Educação para Todos - Ens. Fundamental R\$.
 1.285.000,00
 0043 - Educação para Todos - Educação Infantil R\$.
 1.445.000,00
 0046 - Educação para Todos - Qual. Profissional R\$.
 60.000,00
 0049 - Educação para Todos - Assist. ao Educando R\$.
 1.284.000,00
 0052 - Educação para Todos - Jovens e Adultos R\$.
 63.975,00
 0055 - Educação para Todos - Eventos e Comp. Cult.... R\$.
 59.000,00
 0058 - Educação para Todos - Esporte é Vida R\$.
 261.000,00
 0061 - Transportes e Estradas Vicinais R\$.
 992.000,00
 0064 - Urbanismo
 R\$. 642.000,00
 0067 - Atenção ao Idoso R\$.
 18.000,00
 0070 - Proteção Social Especial R\$.
 61.000,00
 0073 - Gestão R\$.
 279.000,00
 0076 - Proteção Social Básica R\$.
 151.000,00
 0079 - Atenção à Criança e ao Adolescente R\$.
 70.000,00
 0082 - Atalanta Turística R\$.
 202.000,00

 0085 - Gestão Ambiental
 R\$. 57.000,00
 0088 - Saúde Para Todos

R\$. 2.323.000,00
 0091 - Farmácia Básica R\$. 170.000,00
 0097 - Vigilância Sanitária R\$. 90.000,00
 0100 - Vigilância Epidemiológica R\$. 47.000,00
 SOMA. R\$. 14.100.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 12.125.500,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 5.850.025,00
 3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$. 25.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 6.250.475,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 1.874.500,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 1.634.500,00
 4.6.00.00 - Amortização da Dívida R\$. 240.000,00
 9.9.99.99 - Reserva de Contingência R\$. 100.000,00
 SOMA. R\$. 14.100.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. - O Orçamento do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2015, fixa a Despesa em R\$. 2.630.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta mil reais).

§ 1º. - As Despesas fixadas no valor de R\$. 1.960.000,00 (um milhão e novecentos e sessenta mil reais) terão como contrapartida Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, e as receitas de Transferências, Convênios de Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas, na forma da legislação em vigor, será realizada pela Unidade Gestora no valor de R\$. 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais).

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação por Programa e segundo a Natureza:

I - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0088 - Saúde para Todos R\$. 2.323.000,00
 0091 - Farmácia Básica R\$. 170.000,00
 0097 - Vigilância Sanitária R\$. 90.000,00
 0100 - Vigilância Epidemiológica R\$. 47.000,00
 SOMA. R\$. 2.630.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 2.505.000,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 1.382.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 1.123.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 125.000,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 125.000,00
 SOMA. R\$. 2.630.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2015, fixa a Despesa em R\$. 509.000,00 (quinhentos e nove mil reais).

§ 1º. - As Despesas fixadas no valor de R\$. 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais) terão como contrapartida Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, e as receitas de Transferências, Convênios de Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas, na forma da legislação em vigor, será realizada pela Unidade Gestora no valor de R\$. 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais).

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação por Programa e segundo a Natureza:

I - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0067 - Atenção ao Idoso R\$. 18.000,00
 0070 - Proteção Social Especial R\$. 61.000,00
 0073 - Gestão R\$. 279.000,00
 0076 - Proteção Social Básica R\$. 151.000,00
 SOMA. R\$. 509.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 406.000,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 210.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 256.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 43.000,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 43.000,00
 SOMA. R\$. 509.000,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 5º. - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2015, fixa a Despesa em R\$. 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).

§ 1º. - A despesa fixada para Câmara Municipal, terá como contrapartida as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de R\$. 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação por Função e segundo a Natureza:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa R\$. 760.000,00
 SOMA. R\$. 760.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 710.000,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 328.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 382.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 50.000,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 50.000,00
 SOMA. R\$. 760.000,00

Art. 6º. - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I - Passivos Contingentes R\$. 10.000,00

II- Intempéries
R\$. 40.000,00
III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos....R\$. 50.000,00
TOTAL R\$. 100.000,00

§ 1º. - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados

neste artigo.

§ 2º. - Para efeito desta lei, entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes (intempéries) previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º. deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º. - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por Decreto, recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro do mesmo órgão/unidade orçamentária ou de um para o outro.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo de Reserva de Contingência poderão ser remanejados pelo Executivo Municipal, através de Projeto de Lei, para suplementação de dotações orçamentárias que apresentarem insuficiência de saldo durante o exercício.

Art. 8º. - O Executivo está autorizado, mediante autorização legislativa, nos termos do Artigo 7º., da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita Total do Município, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, apurado em cada fonte de distinção de recurso;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante autorização legislativa.

Art.11. - Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal, com autorização legislativa, poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 12. - Comprovado o interesse público municipal e mediante

convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta e com outras entidades se for de necessidade ou interesse do poder público municipal.

Parágrafo Único - Os convênios com valor acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) serão considerados mediante autorização em lei específica.

Art. 14. - O Detalhamento das Destinações de Recursos para o exercício de 2015 estão discriminadas no Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 15. - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º. de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 20 de novembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 022/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/FMS/2014

A Pregoeira do Município de Balneário Rincão e sua equipe de apoio torna público para conhecimento dos interessados que:

O Edital de Pregão Presencial Nº. 022/FMS/2014, que tem como objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão em saúde, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital, incluindo os serviços de treinamento, instalação, implantação, suporte técnico, configuração, e customização no Município de Balneário Rincão/SC, fica PRORROGADO PARA O DIA: 08/12/2014 ÀS 16H00MIN, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 15h45min do destacado dia, por ter recebido tempestivamente impugnação ao referido Edital e por necessitar de tempo hábil para análise do mesmo. Feita a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 25 de Novembro de 2014.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA MUNICIPAL

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

CARTA CONVITE Nº 030/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CARTA CONVITE Nº 030/SAMAE/2014

Tipo: TÉCNICA E PREÇO

Data e horário da sessão de abertura: 08/12/2014 às 14:30 hrs

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. Fone/Fax: (48) 3468-1987/ e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC 24 de Novembro de 2014.

Pregoeiro

Antônio Carlos Ghisi

Barra Velha

PREFEITURA

DL 003/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 106/2014 - Dispensa de Licitação nº 004/2014

Contratada: EBF COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA

Objeto: Aquisição de peças e serviço para conserto do Caminhão modelo/FORD CARGO 2629 ano 2014, Placa MMI 4332. Justifica-se o serviço após o mesmo sofrer dano em motor durante tráfego

Valor do Contrato: R\$ 9.019,77

Data da assinatura: 24/11/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Fund. Legal: Art. 24, Inciso XVII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 24 de novembro de 2014

EBF COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA - Contratada

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

PP 013/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 024/2014 - FUMTEC

Pregão Presencial nº 014/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item Locação de sonorização, iluminação e palco para os eventos da Fundação de Turismo e Esporte e Cultura. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 08/12/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 08/12/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 25 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 67/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU - UPA 24 HORAS MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 27/11/2014, às 13h59min do dia 10/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 10/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (10/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (10/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 27/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº. 70/2014 - FMS

CONVITE Nº 70/2014 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO", VISANDO A REFORMA DO SETOR DST/HIV/AIDS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 16:00 do dia 04/12/2014, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito (auto convite) até a data de entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços (sessão de licitação).

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 27/11/2014 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br.

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2014 - FMS**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE AR MEDICINAL COMPRIMIDO E OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDIMENTO OS PACIENTES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UP4 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 16h00min do dia 26/11/2014, às 15h59min do dia 09/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00min do dia 09/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (09/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (09/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 26/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/201 - FMS**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE GRADES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA AMBIENTAL MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 26/11/2014, às 13h59min do dia 09/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 09/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (09/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (09/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 26/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau**PREFEITURA****PORTARIA Nº 18.246/2014**

PORTARIA Nº 18.246, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA EVANI OTÍLIA PEIXE PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BLUMENAU - COMSEA - BL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso II, alínea "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e atendendo ao pedido constante do Memorando GAC nº 033/2014, de 14/11/14, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e no Decreto nº 9.761, de 17 de julho de 2012, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau - COMSEA - BL:

EVANI OTÍLIA PEIXE, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em substituição a MARUSSIA TÂMARA POSSAMAI, nomeada pela Portaria nº 18.133, de 06 de outubro 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 20 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.249/2014

PORTARIA Nº 18.249, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA NEOLI PETRIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

o servidor público municipal NEOLI PETRIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Implantação, FGC-60%, a contar de 17 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 20 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.251/2014

PORTARIA Nº 18.251, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorandos SEDEAD nº 889/2014 e 890/2014, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, aos seguintes servidores públicos municipais:

MARILAINE DE OLIVEIRA DAVID DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Técnico em Enfermagem da ESF, a contar de 01 de outubro de 2014;

WALTER MIRANDA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Técnico em Enfermagem da ESF, a contar de 10 de novembro de 2014;

LAURA BERTOLDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Auxiliar de Enfermagem da ESF, a contar de 14 de agosto de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 20 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.252/2014

PORTARIA Nº 18.252, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a solicitação contida no Memo nº 2125/2014, de 20/11/14, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial Encarregada de Analisar e Julgar Licitação, com as atribuições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, destinada à seleção de empresa para gerenciamento, controle e apoio à fiscalização das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação das Ruas: Arnold Hemmer, Ewaldo Jansen e Vale do Selke, do Município de Blumenau, conforme especificações constantes do Edital de Concorrência nº 03-038/2014 e Anexos - Tipo Técnica e Preço - SEMOB.

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria será composta pelos servidores públicos abaixo designados, tendo o primeiro como seu presidente:

JONI MACHADO, matrícula nº 92047-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

ALEXANDRE BALEN, matrícula nº 22242-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente exercendo o cargo em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;
ANA CRISTINA CANCHERINI BRANDT, matrícula nº 22450-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

CLEYTON LUIS GRIESHABER, matrícula nº 22894-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ;

JONAS JACINTO, matrícula nº 22182-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 24 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 35/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO Nº 35 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social CNAS, Gestão 2014/2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso da competência que lhe é conferida a Lei Complementar 945 de 11 de novembro de 2014 e,

Considerando o disposto no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

Considerando a aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária datada de 17 de novembro de 2014, conforme consta em Ata CMAS nº 21/2014.

RESOLVE:

Art. 1º O processo eleitoral para a representação da sociedade civil, gestão 2014/2016 do CMAS dar-se-á conforme prevê a Lei Complementar n. 945/2014, por meio de edital publicado no jornal de maior circulação do município, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual e acompanhamento do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS.

Parágrafo Único: A data da Assembleia será convocada por meio do Edital aprovado pelo CMAS.

Art. 2º Será instituída pelo CMAS uma Comissão Eleitoral, integrada por três conselheiros, para coordenar o processo de habilitação das organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitoras.

§1º Caberá ao CMAS eleger, em reunião plenária, a Comissão Eleitoral.

§2º A Comissão Eleitoral será composta exclusivamente por conselheiros municipais, organizações de usuários, entidades e organizações da assistência social, entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, e que não concorrerão ao pleito eleitoral.

§3º O Conselho Estadual de Assistência Social acompanhará o processo eleitoral, através de um conselheiro especialmente indicado.

§4º A Comissão Eleitoral coordenará o processo eleitoral até a instalação da Assembleia de Eleição.

§5º A Comissão Eleitoral elegerá, entre seus pares, um membro para coordenar o processo eleitoral.

Art. 3º A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

§1º Verificar, com base nos termos desta resolução, a documentação das organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, postulantes à habilitação.

§2º Habilitar organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, postulantes à habilitação para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.

§3º Divulgar a relação das organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, habilitadas e não habilitadas ao processo de eleição, a designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.

§4º Analisar e julgar os pedidos de recursos;

§5º Divulgar as decisões sobre os recursos apresentados pelos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS.

Art. 4º A representação das entidades e organizações de assistência social, das organizações de usuários e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, na condição conselheiro(a) titular ou suplente, recairá sobre a pessoa física.

§1º A representação no CMAS deverá ser outorgada à pessoa física que integre a diretoria ou o quadro de RH, sendo indicado pelo representante legal da entidade.

§2º Para as organizações de usuários aplica-se o disposto na Resolução CNAS nº 24/2006.

Art. 5º Poderão habilitar-se ao processo eleitoral, exclusivamente, organização de usuários, entidades e organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada.

I - Poderão ser habilitadas:

a. As entidades e organizações de assistência social abrangidos pelo art. 3º da Lei nº 8.742/1993, em consonância com o Decreto nº 6.308/2007 que prestam serviços, conforme Resoluções CNAS nº 109/2009, nº 33/2011, nº 34/2011, bem como as que atuam com assessoramento e defesa e garantia de direitos, conforme Resolução CNAS nº 27/2011;

b. organizações de usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS nº 24/2006;

c. as entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS, em conformidade com as Resoluções CNAS nº 23/2006 e nº 17/2011.

II - Para a habilitação das organizações de usuários, as entidades e organizações de assistência social e as entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS deverão indicar o segmento a que pertencem, observados seu estatuto e relatório de atividades, obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento, conforme §1º deste artigo.

III - As organizações de usuários, as entidades ou organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS no ato do pedido de habilitação devem indicar a sua condição enquanto habilitadas a designarem candidato(a) ou eleitora.

IV - Serão habilitadas a designarem candidato(a) ou eleitora da organização de usuários, entidades e organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, de âmbito municipal, juntamente com a respectiva pessoa física designada.

V - Para os eleitores postulantes à habilitação pelo segmento da organização de usuários, entidades e organizações de assistência social ou entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, a indicação da representação observando o calendário do edital de convocação.

VI - É vedada a representação, na Assembleia de Eleição, de mais de uma entidade e organização de assistência social, de entidade e organização do trabalhador do SUAS e organização de usuários pelo mesmo representante.

VII - A entidade e ou organização que estiver inscrita no CMAS em dois segmentos poderá optar por qual deles quer se candidatar.

VIII - A habilitação das organizações de usuários, das entidades ou organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como das postulantes a eleitora ocorrerá a partir da data de publicação do Edital, valendo para tanto, a data do protocolo.

Art. 6º Para a habilitação das organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, a designarem candidato(a), as mesmas deverão apresentar os seguintes documentos:

I. Para as entidades e organizações de assistência social, prevista no artigo 5º alínea a:

- Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a), e por qual segmento;
- endereço completo, telefone, fax, e-mail da entidade ou organização, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo I desta Resolução;
- formulário de designação da pessoa física a ser eleita, conforme o Anexo II e, de acordo com o §1º do art. 5º desta resolução;
- cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência da pessoa física designada a ser eleita.

II. Para as entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, prevista no artigo 5º alínea b:

- Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a), no qual esteja indicada sua condição como habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- endereço completo, telefone, fax, e-mail da entidade ou

organização, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo I desta Resolução;

- formulário de designação da pessoa física a ser eleita, conforme Anexo II desta Resolução, de acordo com o §1º do art. 5º desta resolução;
- cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita.

III. Para as organizações de usuários da assistência social, prevista no artigo 5º alínea c:

- Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- endereço completo, telefone, fax, e-mail da organização, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo I desta Resolução;
- formulário de designação da pessoa física a ser eleita conforme §2º do art. 5º desta resolução, conforme Anexo II desta Resolução;
- cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita.

Parágrafo único. Em havendo impedimento da pessoa física a ser eleita, previamente habilitada, de comparecer à Assembleia de Eleição, a entidade ou organização poderá apresentar à Comissão Eleitoral pedido de habilitação do seu(sua) novo(a) candidato(a) designado(a), até às 16h do dia 27 de novembro de 2014, no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 7º Para a habilitação das organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, enquanto eleitoras, as mesmas deverão apresentar os seguintes documentos:

I. Para as entidades e organizações de assistência social:

- Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais, no qual esteja indicada sua condição eleitora e por qual segmento;
- Endereço completo, telefone, fax, e-mail da entidade ou organização, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo I desta Resolução.

II. Para as entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS:

- Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais e pelo eleitor(a) designado(a), no qual esteja indicada sua condição de eleitora e por qual segmento;
- Endereço completo, telefone, fax, e-mail da entidade ou organização, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo I desta Resolução;
- Apresentação de documento com a indicação de seu representante para participação na Assembleia de Eleição do CMAS, comprovando sua vinculação com este grupo, movimento ou fórum conforme Anexo II desta Resolução.

Parágrafo Único. Quando houver indicação de representante deste segmento, através de movimento ou fórum, os mesmos ficarão dispensados de apresentação de CNPJ.

III. Para as organizações de usuários da assistência social:

- a. Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais e pelo eleitor(a) designado(a), no qual esteja indicada sua condição de eleitora e por qual segmento;
- b. Endereço completo, telefone, fax, e-mail da organização, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo I desta Resolução;
- c. Apresentação de documento com a indicação de seu representante para participação na Assembleia de Eleição do CNAS, comprovando sua vinculação com este grupo, movimento ou fórum conforme Anexo II desta Resolução;

§1º Quando houver indicação de representante deste segmento, através de movimento ou fórum, os mesmos ficarão dispensados de apresentação de CNPJ.

§2º Para as organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, que pedirem a habilitação para designar pessoa física para participar do processo eleitoral na condição de eleitora, deverão encaminhar formulário de designação, assinado pelo seu representante legal e pelo(a) designado(a).

Art. 8º A Comissão eleitoral analisará os pedidos no dia 28 de novembro de 2014 e publicará no dia 01 de dezembro de 2014, a relação das organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a designarem candidato(a) e as eleitoras e, ainda, as não habilitadas a participarem do pleito.

Art. 9º Das decisões da Comissão Eleitoral caberão recursos a serem encaminhados no dia 03 de dezembro de 2014, na forma procedimental adotada para a habilitação constante dos §1º e 2º do artigo 4º desta Resolução, observada a data de protocolo.

§1º A Comissão Eleitoral concluirá a análise dos recursos no dia 05 de dezembro de 2014.

§2º Deverá ser publicado pela Comissão Eleitoral, no dia 08 de dezembro de 2014, o Ato de Homologação da relação das organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a designarem candidato(a) e as eleitoras para a participação no pleito.

Art. 10 A Comissão Eleitoral instituída nesta Resolução terá apoio da Secretaria Executiva do CMAS.

Art. 11 A Assembleia de Eleição será coordenada pela Comissão Eleitoral, constituída de um presidente, um relator e um escrutinador.

§1º A Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição terá como atribuições:

- I - apresentação da Comissão Eleitoral;
- II - fazer a leitura e submeter a aprovação do Regimento Interno da Assembleia de Eleição, elaborado pela Comissão Eleitoral;
- III - eleger dois fiscais para acompanhar a apuração dos votos;
- IV - proceder a votação, conforme Regimento Interno aprovado;
- V - coordenar o processo de apuração;
- VI - fazer a leitura e submeter a aprovação da Ata da Assembleia de Eleição;
- VII - decidir os casos omissos, considerando todos os dispositivos legais e Resoluções CMAS sobre a matéria.

§2º Em havendo impedimento da presença de um dos integrantes da comissão, a Assembleia de Eleição nomeará seu substituto.

Art. 12 Cada representante de organização de usuários dos Serviços de Assistência Social, representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores dos SUAS, representantes de entidades e ou organizações de assistência social ou que ofertem serviços ou programas socioassistenciais, que ofertem ou prestem serviços de assessoramento, habilitado pela comissão eleitoral para designar candidato, votará tantas vezes quantas forem o números de vagas de seu segmento.

Art. 13 Terminada a Assembleia de Eleição, a Mesa Coordenadora proclamará o resultado e assinará a Ata aprovada, contendo a relação das pessoas físicas eleitas titulares e suplentes.

Art. 14 Serão considerados eleitos como conselheiros titulares os candidatos que obtiverem o maior número de votos, na ordem de classificação por segmento, e como conselheiros suplentes os candidatos subsequentes na ordem de classificação por segmento.

Art. 15 Em caso de vacância, será convocado para ocupar a vaga o candidato sequencialmente mais votado no processo eleitoral no seu segmento e, no caso de empate de votos, prevalecerá o candidato com mais idade.

Parágrafo único. O candidato que assumir a vaga completará o tempo remanescente do mandato do conselheiro que foi substituído.

Art. 16 A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2014/2016, dar-se-á no dia 17 de dezembro de 2014.

Art. 17 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Lilian Kuzma Braz

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social

Anexo I

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

À Comissão Eleitoral,

Venho pelo presente requerer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL NO CMAS, junto à Comissão Eleitoral.

Entidades e organizações (de assistência social/ trabalhadores/ organizações de usuários):

Presidente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: ()

Fax: ()

Endereço Eletrônico:

Referência para contatos: (nome e qualificação)

Habilitação:

*Condição:

() Eleitora

() Habilitar para designar candidato(a)

*Segmento:

() Organização de usuários de Assistência Social

() Entidade e organização de Assistência Social

() Entidade e organização de Trabalhadores do Suas

*Campos com preenchimento obrigatório e deve ser assinalada apenas uma alternativa na identificação da condição e segmento, bem como na condição de eleitora ou habilitada para designar candidato(a).

(assinatura do (a) Presidente ou seu Representante legal)

(identificação e qualificação de quem assina o documento)

(assinatura e identificação da pessoa física designada a participar enquanto candidato)

Anexo II FORMULÁRIO DE DESIGNAÇÃO

À Comissão Eleitoral,

Venho pelo presente designar o(a) senhor(a) _____, para representação desta entidade/organização/ representante de usuários postulante à participação no processo eleitoral para a gestão 2014/2016, na condição de habilitar para designar candidata.

Declaro que a designada participa das atividades desta entidade/ organização enquanto _____.

Para os candidatos enquanto organizações de usuários:

Declaro que a pessoa designada participa do grupo/movimento/ fórum enquanto _____.

Representante:

Nome completo:

Nº do RG:, Órgão expedidor:,

CPF:

Título de Eleitor:

Endereço Residencial:

Telefone: () _____ ; Email: _____

(identificação de quem assina e qualificação)

Assinatura do representante legal

Assinatura da pessoa designada

Anexo III

17/11	Plenária Extraordinária CMAS - Apreciação da Resolução que irá dispor do Processo.
19/11	Reunião da Comissão do Processo de Eleição para análise do Edital e demais documentos
19/11	Plenária Extraordinária CMAS - Apreciação do Edital que irá dispor do Processo
20/11	Publicação do Extrato do Edital de Eleição em jornal local de maior circulação e no site da Prefeitura Municipal de Blumenau www.blumenau.sc.gov.br
20 a 21/11 e 24 a 27/11	Inscrição das Entidades/Organizações, seus Candidatos e Credenciamentos dos Eleitores. Horário: 08h às 12h e das 13h às 17h. Local: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, Gerência de Apoio aos Conselhos, Rua Luiz Sachtleben, 115, Bairro Itoupava Seca, sala Gerência de Apoio aos Conselhos, 3º andar.
28/11	Avaliação das inscrições das Entidades/Organizações, seus Candidatos e Credenciamentos dos Eleitores.

01/12	Publicação da relação das inscrições das Entidades/Organizações, seus Candidatos e Credenciamentos dos Eleitores, deferidos e indeferidos, no site da Prefeitura Municipal de Blumenau www.blumenau.sc.gov.br .
03/12	Prazo para interposição de recurso das inscrições das Entidades/Organizações, seus Candidatos e Credenciamentos dos Eleitores. Local: SEMUDES, sala Gerência de Apoio aos Conselhos, 3º andar.
05/12	Análise dos recursos interpostos.
08/12	Publicação da relação final da homologação das inscrições das Entidades/Organizações, seus Candidatos e Credenciamentos dos Eleitores no site da Prefeitura Municipal de Blumenau www.blumenau.sc.gov.br
10/12	Assembleia de Eleição das Entidades/Organizações. Horário: 14 horas Local: SEMUDES
12/12	Publicação do resultado final da Eleição no site da Prefeitura Municipal de Blumenau www.blumenau.sc.gov.br
17/12	Posse dos Conselheiros. Horário e local a ser informado oportunamente.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 33/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 033/2014.

Dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações e, pelo Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 12 de novembro de 2014.

Considerando:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, arts. 20, 30 e 90;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- a Resolução CNAS nº 191, de 10 de novembro de 2005, que institui orientação para a regulamentação do art. 30, da LOAS;
- a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações.
- a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;
- a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.
- O decreto CMAS 8.242, 23 de maio de 2014 que dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de Assistência

Social e sobre Procedimentos de Isenção das Contribuições para a Seguridade Social;

- a provação, em Plenária Ordinária do CMAS, desta Resolução, conforme consta na Ata CMAS nº 22, 19 de novembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os parâmetros municipais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As entidades ou organizações de Assistência Social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º - As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual contendo:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2) capacidade de atendimento;

e.3) recursos financeiros a serem utilizados;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2) capacidade de atendimento;

e.3) recurso financeiro utilizado;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e

avaliação.

§ 1º - Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social fazer a análise das Demonstrações Contábeis.

§ 2º - Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social exigir a alteração estatutária das entidades ou organizações de Assistência Social.

Art. 4º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

§ 1º - Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.

§ 2º - Se a entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Município de sua sede, a inscrição da entidade ou organização deverá ser feita no Conselho Municipal de Assistência Social onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º - A entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e ou assessoramento e ou defesa e garantia de direitos, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 4º - Aplica-se o disposto no § 1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas Nacional.

Art. 6º - Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7º - Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a entidade ou organização de Assistência Social deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º - O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º - Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

Art. 8º - As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;

II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada

em cartório;
IV - plano de ação, conforme anexo IV;
V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 9º Poderá ser entregue no ato da inscrição os seguintes documentos complementares:

I - declaração, assinada pelo responsável legal da entidade e/ou da organização de assistência social quando não constar no seu estatuto social previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento da sua finalidade institucional;

II - disposição estatutária prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra (s) entidade (s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra (s) instituição de fins idênticos ou semelhantes e, em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade qualificada como OSCIP, inscrita no CMAS;

III - relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo V, observando-se o disposto no art. 8º, inciso IV, desta Resolução.

IV - cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de assistência social;

V - cópia da declaração de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, quando for o caso;

VI - cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;

VII - declaração da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social.

Art. 10 - As entidades ou organizações de Assistência Social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, conforme o modelo anexo II;
II - plano de ação, conforme documento IV;
III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades.

Art. 11 Poderá ser entregue no ato da inscrição os seguintes documentos complementares:

I - declaração, assinada pelo responsável legal da entidade e/ou da organização de assistência social quando não constar no seu estatuto social previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento da sua finalidade institucional;

II - disposição estatutária prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra (s) entidade (s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra (s) instituição de fins idênticos ou semelhantes e, em se tratando de

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade qualificada como OSCIP, inscrita no CMAS;

III - relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo V, observando-se o disposto no art. 8º, inciso IV, desta Resolução.

IV - cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de assistência social;

V - cópia da declaração de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, quando for o caso;

VI - cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;

VII - declaração da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social.

Art. 12 - As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 5º e do art. 6º desta Resolução, mediante apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;
II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;
III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
IV - plano de ação, conforme anexo IV.

Art. 13 Poderá ser entregue no ato da inscrição os seguintes documentos complementares:

I - cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;

II - declaração da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

Art. 14 - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas: requerimento da inscrição; análise documental; visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo; elaboração do parecer no prazo de 60 dias das Comissões Permanente de Normas e Regulamentação e Políticas; pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária; publicação da decisão plenária; emissão do comprovante; notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;

i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

II - no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social será comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

III - O Conselho Municipal de Assistência Social realizará todas as etapas de análise do processo de inscrição, para o deferimento ou indeferimento da solicitação de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o qual deverá ser manifestado por

resolução.

IV - a execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica do requerimento de inscrição.

Art. 15 - O Conselho Municipal de Assistência Social deverá planejar o acompanhamento e a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único: O planejamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição deve ser publicizado por meio de resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 16 - As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - plano de ação do corrente ano;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Art. 17 - O Conselho Municipal de Assistência Social promoverá, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 18 - A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º - A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º - Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social encaminhará, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS a que se refere a alínea "i", do inciso I, do art. 11 desta Resolução e demais providências.

§ 3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer.

§ 4º No caso de indeferimento ou cancelamento da inscrição as entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos, recorrerem inicialmente ao próprio CMAS e, mantido o indeferimento, ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS.

§ 5º O prazo para apresentação de recurso ao CMAS, será de 30 (trinta) dias, contados da formalização do recebimento da decisão final.

§ 6º No prazo de 30 (trinta) dias, o CMAS deverá manifestar-se sobre a tempestividade, a materialidade e a legalidade do recurso.

Art. 19 Os prazos previstos nesta Resolução serão contados em dias úteis e, no caso do primeiro dia recair sobre dia de final de semana ou de feriado, a contagem iniciará a partir do primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Único: As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais ao Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo de 30 dias.

Art. 20 - O Conselho Municipal de Assistência Social utilizará única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo único: O Conselho de Assistência Social fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexos VI e VII.

Art. 21 - O Conselho Municipal de Assistência Social deverá estabelecer numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

Disposições Transitórias

Art. 22 - As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder ao reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Art. 23 - Revogam-se as Resoluções CMAS: Resolução nº 024/2011, de 11 de maio de 2011, Resolução nº 001/2012, de 15 de fevereiro de 2012, Resolução nº 069/2012, de 12 de dezembro de 2012, Resolução nº 004/2011, de 02 de março de 2011.

Art. 24 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 19 de novembro de 2014.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO I

Requerimento de Inscrição da Entidade

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade

Nome da Entidade _____

CNPJ _____

Código Municipal de Atividade Econômica Principal e Secundária _____

Data de Inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço _____ nº _____ Bairro _____

Município _____ UF _____

CEP _____ TEL _____

FAX _____ E-mail _____

Atividade Principal _____

Inscrição: _____

COMSEA _____

CMDCA _____

CONSELHO DO IDOSO _____

Outros (especificar) _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos).

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço _____ Bairro _____

Município _____ UF _____ CEP _____ Tel _____

Celular _____ E-mail _____

RG _____ CPF _____

Data nasc ____/____/____

Escolaridade _____

Período do Mandato _____

C - Informações adicionais

Nestes termos, pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II

Requerimento de inscrição da Entidade e de Organizações da Assistência Social que atuam em mais de um município

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de _____

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, neste Conselho.

A - Dados da Entidade

Nome da Entidade _____
CNPJ _____
Código Municipal de Atividade Econômica Principal e Secundária _____

Data de Inscrição no CNPJ ____/____/____
Endereço _____ nº _____ Bairro _____
Município _____ UF _____ CEP _____ TEL _____
FAX _____ E-mail _____

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de _____

Sob o número _____, desde ____/____/____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos).

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
Endereço _____ Bairro _____
Município _____ UF _____
CEP _____ Tel _____
Celular _____ E-mail _____
RG _____ CPF _____
Data nasc ____/____/____
Escolaridade _____
Período do Mandato _____

C - Informações adicionais

Nestes termos, pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO III

Requerimento de inscrição dos Serviços/ Programas/Projetos e Benefícios de Entidades que não atuem preponderantemente na área da Política de Assistência Social.

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de _____

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, neste Conselho.

A - Dados da Entidade

Nome da Entidade _____
CNPJ _____
Código Municipal de Atividade Econômica Principal e Secundária _____

Data de Inscrição no CNPJ ____/____/____
Endereço _____ nº _____ Bairro _____

Município _____ UF _____ CEP _____ TEL _____
FAX _____ E-mail _____
Atividade Principal _____
Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos).

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
Endereço _____ Bairro _____
Município _____ UF _____
CEP _____ Tel _____
Celular _____ E-mail _____
RG _____ CPF _____
Data nasc ____/____/____
Escolaridade _____
Período do Mandato _____
C - Informações adicionais

Nestes termos, pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO IV

Plano de Ação Anual

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Entidade:
1.2 - Presidente:
1.3 - Coordenador (a):
1.4 - Início das Atividades:
1.5 - Endereço: Rua: nº. Cep: Fone:

2 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO/PROGRAMA/PROJETO

2.1 - Nome do serviço/programa/projeto
Descrever o serviço desenvolvido de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

2.2 - Responsáveis pela elaboração/execução do serviço/programa/projeto

3 - HISTÓRICO DA ENTIDADE

Apresentar sucintamente um histórico da Entidade (no máximo uma página).

4 - FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

Descrever as finalidades (objetivo geral, missão) da Entidade de acordo com o Estatuto.

5 - OBJETIVOS

5.1 - Objetivo Geral
Definir claramente o que se pretende alcançar.

5.2 - Objetivos Específicos

Escrever de forma detalhada os objetivos específicos para atingir o objetivo geral, os impactos, melhorias que se pretende alcançar, propiciar ou desenvolver em relação ao público alvo.
Obs. Sugere-se que este item contemple até cinco objetivos.

6 - ORIGEM DOS RECURSOS

Identificar se o recurso advém do Fundo Nacional, Estadual, Municipal de Assistência Social e/ou outras fontes financiadoras.

7 - INFRAESTRUTURA

Descrever os espaços e equipamentos disponibilizados para o desenvolvimento da ação.

8 - METODOLOGIA

Breve histórico do serviço/programa/projeto explicando tecnicamente como serão realizadas as atividades. Para cada atividade é necessário descrever a metodologia a ser adotada. Relatando por exemplo: os principais procedimentos, a periodicidade, as técnicas e os instrumentos utilizados para a ação, os critérios de inclusão ou desligamento do público alvo.

9 - PÚBLICO ALVO

Informar o público alvo, faixa etária e o número de pessoas atendidas mensalmente.

10 - CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Informar a capacidade de atendimento da entidade conforme espaço físico e recursos humanos.

11 - RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS

Informar os valores recebidos do Município/Estado/União e/ou contribuições/pedágio/eventos etc.

12 - RECURSOS HUMANOS

QTD.	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO	VÍNCULO	CARGA HORÁRIA SEMANAL

Relacionar os recursos humanos envolvidos com o serviço/programa/projeto, relatando o número de profissionais, a função que desempenha, formação, vínculo empregatício e a carga horária semanal.

13 - ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Informar a rede socioassistencial (Centro de Referência de Assistência Social - Cras, Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas, Centros Educacionais (escolas municipais, estaduais, particulares, Centros de Educação Infantil - CEIS, creches domiciliares), Associações de Moradores, Unidades de Saúde, entre outros), onde a Entidade está situada.

14 - FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO

Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

15 - BIBLIOGRAFIA

Relacionar livros, documentos, pesquisas e leis que subsidiaram na elaboração do Plano de Ação.

Assinatura do Responsável Legal da entidade

ANEXO V**Relatório das Atividades****A) FINALIDADE (S) ESTATUTÁRIA (S)**

Disposição contida em seus estatutos

B) OBJETIVOS**Objetivo Geral**

Definir claramente o que o projeto pretende alcançar, explicando o impacto mais geral do projeto.

Objetivos Específicos

É o que se pretende alcançar ao final do projeto. Escrever de

forma detalhada os objetivos específicos para atingir o objetivo geral, os impactos, melhorias que se pretende alcançar, propiciar e ou desenvolver em relação ao público alvo, a partir da efetivação do objetivo geral.

Exemplo: Contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos grupos organizados na perspectiva da economia solidária.

Obs. A sugestão é que neste item se apresente em torno de cinco objetivos.

C) ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos econômico-financeiros serão provenientes:

I - Receitas Públicas, tais como:

II - Receitas Privadas, tais como:

III - Recursos próprios:

IV - Receitas de Programas de Geração de Renda

D) INFRAESTRUTURA

Neste item deverá constar a descrição de toda a estrutura física da entidade área física, propriedade própria da Instituição, cômodo / sala, quantidade atividade realizada no espaço e capacidade.

E) IDENTIFICAÇÃO DE CADA SERVIÇO, PROJETO, PROGRAMA OU BENEFÍCIO SOCIOASSISTENCIAL EXECUTADO, INFORMANDO:**Serviços**

Atividades continuadas, definidas no art. 23 da LOAS, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade.

Programas

Compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da LOAS, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

Projetos

Definidos nos arts. 25 e 26 da LOAS, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhe garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas. De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram o nível de proteção social básica, podendo, contudo, voltar-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial.

Benefícios

Benefício de Prestação Continuada: previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário.

Beneficiários Eventuais: são previstos no art. 22 da LOAS e visam ao pagamento de auxílio natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

Transferência de Renda: programas que visam o repasse direto de recursos dos Fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza

e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local.

E.1) PÚBLICO ALVO

Pessoas que serão atendidas pelas ações.

E.2) CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Quantificar a capacidade por ação.

E.3) RECURSO FINANCEIRO UTILIZADO

Origem do recurso utilizado

E.4) RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

Relacionar a equipe que desenvolverá o projeto, relatando o número de profissionais, a função que desempenha a formação, o vínculo empregatício e a carga horária semanal despendida, para a execução do projeto.

F) - ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Informar a rede socioassistencial (Centro de Referência de Assistência Social - Cras, Centro de Referência Especializada de Assistência Social - Creas, Centros Educacionais (escolas municipais, estaduais, particulares, Centros de Educação Infantil - CEIS, creches domiciliares), Associações de Moradores, Unidades de Saúde, entre outros), onde a Entidade está situada.

G) - FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO

Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

ANEXO VI

Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - Entidades e/ou Organizações de Assistência Social

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, inscrição nº _____.

A entidade _____, CNPJ _____, com sede em _____ é inscrita

neste Conselho, sob número _____, desde ____/____/____.

A entidade executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade os desenvolvam mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local _____ Data ____/____/____

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado em Plenária em ____/____/____

ANEXO VII

Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - Serviços/Programas/Projetos e Benefícios

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE

() Serviços

() Programas

() Projetos

() Benefícios Socioassistenciais

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau/SC

INSCRIÇÃO Nº _____

O (s) seguinte (s) serviço (s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no município de Blumenau/SC.

O (s) seguinte (s) programa (s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no município de Blumenau/SC.

O (s) seguinte (s) projeto (s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no município de Blumenau/SC.

O (s) seguinte (s) benefício (s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no município de Blumenau/SC.

Estes são/serão executado (s) pela entidade/organização de assistência social

_____, CNPJ _____, com sede em _____ e encontram-se de acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CMAS nº 14/2014.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local _____ Data ____/____/____

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO VIII

Protocolo de inscrição de entidades e/ou Organizações de Assistência Social
Entidade:

CNPJ	Data Recebimento:	Protocolo nº.:
------	-------------------	----------------

S/N	Documentos Conforme Resolução CMAS nº 033/14
	I) requerimento endereçado ao CMAS, conforme anexo I, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social;
	II) Cópia do Estatuto Social registrado no cartório competente, comprovando que os objetivos institucionais estão em conformidade com a Lei 8.742/93, e o Decreto nº 6.308/07;
	III) Cópia da ata de eleição da atual diretoria, registrada no cartório competente e, do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;
	IV) plano de ação, assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo IV, observado o disposto no art. 8º, inciso IV desta Resolução;
	V) Cópia do comprovante atualizado, em situação ativa, de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, apresentado como atividade econômica principal ou secundária a área socioassistencial;

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

I) Declaração assinada pelo responsável legal da Entidade e/ou da Organização de Assistência Social quando não constar no seu Estatuto Social previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento de sua finalidade institucional;
II) Disposição estatutária prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra(s) entidade(s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra(s) instituições de fins idênticos ou semelhantes e em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade como OSCIP, inscrita CMAS;
III) Relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de Assistência Social, conforme anexo V;
IV) Cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de Assistência social.
V) Cópia da declaração de Utilidade Pública, quando for o caso
VI) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;
VII) declaração, pelo responsável legal da entidade ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

Nome legível:	Assessoria CMAS – Responsável
Assinatura do responsável pela entrega dos documentos	pelo recebimento Carimbo e Assinatura

ANEXO IX

Protocolo de inscrição da Entidade e de Organizações da Assistência Social que atuam em mais de um município

Entidade:

CNPJ	Data Recebimento:	Protocolo nº.:
------	----------------------	----------------

S/N	Documentos Conforme Resolução CMAS nº 033/14
	I) requerimento endereçado ao CMAS, conforme anexo II, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social;
	II) plano de ação, assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo IV;
	III) comprovante de inscrição no CMAS de sua sede ou de onde desenvolve suas atividades principais.
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	

I) Declaração assinada pelo responsável legal da Entidade e/ou da Organização de Assistência Social quando não constar no seu Estatuto Social previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento de sua finalidade institucional;
--

II) Disposição estatutária prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra(s) entidade(s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra(s) instituições de fins idênticos ou semelhantes e em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade como OSCIP, inscrita CMAS;
III) Relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de Assistência Social, conforme anexo V;
IV) Cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de Assistência social.
V) Cópia da declaração de Utilidade Pública, quando for o caso
VI) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;
VII) declaração, pelo responsável legal da entidade ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

Nome legível:	Assessoria CMAS – Responsável
Assinatura pela entrega dos documentos	pelo recebimento Carimbo e Assinatura

ANEXO X

Protocolo de inscrição dos Serviços/ Programas/Projetos e Benefícios de Entidades que não atuem preponderantemente na área da Política de Assistência Social.

Entidade:

CNPJ	Data Recebimento:	Protocolo nº.:
------	----------------------	----------------

S/N	Documentos Conforme Resolução CMAS nº 033/14
	I) requerimento endereçado ao CMAS, conforme anexo III, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social;
	II) Cópia do Estatuto Social (ato constitutivo) registrado no cartório competente comprovando que os objetivos institucionais estão em conformidade com a Lei nº 8.742/93, o Decreto nº 6.308/07 e Resolução nº 109/09
	III) Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no cartório competente e, do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso.
	IV) Plano de ação, conforme anexo IV, assinado pelo representante legal da entidade e/ou organização de Assistência Social

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

I) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;
II) declaração, pelo responsável legal da entidade ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

Nome legível:	
Assinatura pela entrega dos documentos	Assessoria CMAS – Responsável pelo recebimento Carimbo e Assinatura

RESOLUÇÃO CMAS Nº 36/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 036/2014

APROVA O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS DE SÃO ROQUE E SUAS FILIAIS NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BLUMENAU - CMAS E REVOGA A RESOLUÇÃO CMAS Nº 12 DE FEVEREIRO DE 2012

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, em Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 01 de outubro de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Lei no 8.742, de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e em seu art. 3º, considera Entidades e Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como, as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- o artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social: inciso XV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

- a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social e dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e revoga a Resolução CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010;

- a Orientação Técnica Conjunta MDS/CNAS de agosto de 2014, que orienta que os serviços ofertados pelas Entidades devem estar caracterizados como de Assistência Social, à luz dos critérios estabelecidos pela Lei no 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Decreto 6.308/2007, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009), acrescido das ofertas asseguradas pela publicação das Resoluções CNAS nº 27/2011, 33/2011 e 34/2011;

- a Resolução CMAS nº 033, de 17 de novembro de 2014, que dispõe sobre a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau.

- a Resolução CMAS nº 12, de 29 de fevereiro de 2012, que aprova a inscrição da Associação Voluntários de São Roque e suas filiais sob o nº 03/2011 desde 01/03/2012.

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS ao parecer de cancelamento da inscrição da Entidade Associação Voluntários de São Roque e suas filiais, em Plenária datada de 01 de outubro de 2014, conforme consta na Ata CMAS nº 17/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o cancelamento da inscrição nº 003/2011, da Entidade Associação Voluntários de São Roque e suas filiais, no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS, com data a contar do dia 01/01/2015.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CMAS nº 12, de 29 de fevereiro de 2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 12 de novembro de 2014.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 60/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 60/2014

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA, PARA PARTICIPAÇÃO NO "XII ENCONTRO ESTADUAL DE FORMAÇÃO PARA AGENTES OPERADORES DO SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- o convite da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária realizada em 29 de outubro de 2014, conforme consta na Ata nº 16/2014, que aprovou a referida despesa.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias e inscrições com recursos do FIA para 06 (seis) pessoas sendo, 02 (dois) representantes do Conselho Tutelar Centro, 02 (dois) representantes do Conselho Tutelar Garcia, 01 (um) representante da Assessoria dos Conselhos Tutelares e 01 (um) representante do CMDCA, para participarem do "XII Encontro Estadual de Formação para Agentes Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente" que acontecerá em Criciúma/SC, nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2014, promovido pela Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 04 de novembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 64/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 64/2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNOSTICO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU COM RECURSOS DO FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90 em que traz como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 001/2010, que estabelece parâmetros para orientar a constituição, no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, de Comissões Intersetoriais de Convivência Familiar e Comunitária, destinados à promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, e dá outras providências;

a Lei Federal nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que se entende por um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei;

a Resolução CONANDA nº 161/2013 que estabelece parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos de crianças e adolescentes de âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

a Portaria nº 458/2001 que estabelece diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, que tem como objetivo erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias, atendendo às diversas situações de trabalho de crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos;

que o objetivo do diagnóstico é aproximar o poder público e a sociedade da realidade das crianças e adolescentes e identificar a demanda do município de Blumenau, para propor e acompanhar as políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes;

a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 29 de outubro de 2014, conforme consta na Ata nº16/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio, com recursos do FIA, da contratação de empresa especializada para realização de Diagnóstico da Infância e Adolescência no Município de Blumenau.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 18 de novembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Gestão 2013 - 2015

PORTARIA Nº 5609/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5609/14

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR A QUEM COMPETE PROMOVER, ACOMPANHAR, MONITORAR E OPERACIONALIZAR O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA AUTARQUIA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos autárquico municipais, para compor equipe multidisciplinar responsável para promover, acompanhar, monitorar e operacionalizar o Programa de Reabilitação Profissional, solicitando quando necessária avaliação médica pericial de servidores da Autarquia, com base no Decreto 8.603, de 01 de fevereiro de 2008.

- Zilma Sartortt, cadastro 587-8, ocupante do cargo de Assistente Social;

- Mercedes Claudiana da Rosa Zen, cadastro 1941-0, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem;

- Sidnei Giese, cadastro 1728-0, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Samae, 31 de outubro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5614/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5614/14

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAREM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 01/2014, a contar desta data, os candidatos aprovados:

JANE BATISTA DA SILVA SCHMITT, nomeada pela Portaria Nº

5613/14, de 07 de novembro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 384/1411.

DEYVERSON FABRÍCIO PATERNO, nomeado pela Portaria Nº 5595/14, de 10 de outubro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 331/1410.

Samae, 11 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5621/2014 - SAMAE

PORTARIA N.º 5621/14
CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL JANOR FERNANDES ANDRÉ

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO

Com base no artigo 45, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, à:

Janor Fernandes André, cadastro 1910-0, do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, a partir de 12/11/2014.

Samae, 13 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5622/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5622/14
DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo dos Quadros de Pessoal, a contar desta data, da seguinte função gratificada de confiança:

Janor Fernandes André, cadastro 1910-0, Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, da função de Coordenador

das ETAS II e IV símbolo FGC 80%, designado pela Portaria Nº 5532/14, de 02 de junho de 2014.

Samae, 13 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5623/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº. 5623/14
DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

DESIGNAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia, para o exercício, a contar desta data, da seguinte Função Gratificada de Confiança, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

Janor Fernandes André, cadastro 1993-3, Químico, lotado na Diretoria de Operações, para a função de Coordenador das ETAS II e IV, símbolo FGC 80%.

Samae, 14 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5624/2014 - SAMAE

PORTARIA N.º 5624/14
EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS DE AGUIAR

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

EXONERAR

Com base no artigo 46, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

Luiz Carlos de Aguiar, cadastro 1936-4, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Estação de Tratamento de Água 1, a partir desta data.

Samae, 19 de novembro de 2014.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4443/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4443/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OTILIA LIZETE DE OLIVEIRA MARTINS HEINIG.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigo 37, § único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

OTILIA LIZETE DE OLIVEIRA MARTINS HEINIG, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 12.743,39 (Doze mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos), a partir de 3 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00843/10/2014.

Blumenau, 28 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4444/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4444/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SOLANGE IARA BOECK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

SOLANGE IARA BOECK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.205,28 (Três mil, duzentos e cinco reais e vinte e oito centavos), a partir de 3 de novembro de 2014, conforme Processo nº 00607/09/2014.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4445/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4445/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA MARIA CECCATO DALSENTER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar nº 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

SONIA MARIA CECCATO DALSENTER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.859,12 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e doze centavos), a partir de 3 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00852/10/2014.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4446/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4446/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JACQUELINE KESTRING.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

JACQUELINE KESTRING, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com

proventos integrais e mensais de R\$ 5.139,17 (Cinco mil, cento e trinta e nove reais e dezessete centavos), a partir de 3 de novembro de 2014, conforme Processo nº 00527/08/2014.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4447/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4447/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DOROTI APARECIDA FRONZA DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

DOROTI APARECIDA FRONZA DOS SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.893,14 (Mil, oitocentos e noventa e três reais e quatorze centavos), a partir de 3 de novembro de 2014, conforme Processo nº 00658/09/2014.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4448/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4448/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA DENISE MISSNER SIEGEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de KATIA DENISE MISSNER SIEGEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico

Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00137/14-0, em 23/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Lojas NM Comercial e Industrial Ltda.	01/02/1978 a 01/04/1985
Prefeitura Municipal de Blumenau	15/08/1989 a 30/04/1990
Contribuinte Individual	01/04/1985 a 30/11/1992

Totalizando 5411 (cinco mil, quatrocentos e onze) dias, correspondente a 14 (quatorze) anos, 10 (dez) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 00907/10/2014.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4449/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4449/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KARLA MARGARETH PACKER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

KARLA MARGARETH PACKER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.665,95 (Cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), a partir de 3 de novembro de 2014, conforme Processo nº 00762/10/2014.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4450/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4450/2014

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA À ADRIANA DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA,

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 382, de 20 de dezembro de 2002, 479, de 29 de setembro de 2004, e 758, de 15 de junho de 2010, e artigo 40, § 7.º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ADRIANA DE OLIVEIRA, filha de WILSON DE OLIVEIRA, servidor público municipal aposentado, no cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 15 de outubro de 2014, representada por sua genitora, CIRLENE LEFFER DE SOUZA, devendo perceber mensalmente, o valor de R\$ 1.105,79 (Mil, cento e cinco reais e setenta e nove centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 00906/10/2014.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4451/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4451/2014

REVERTE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NAIR RAIMUNDO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

REVERTER,

A concessão da aposentadoria por invalidez à NAIR RAIMUNDO, através da Portaria N.º 2398/2010, de 30 de setembro de 2010, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria, constatada através de Laudo Pericial.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2014.

Blumenau, 30 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4452/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4452/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014 ÀS 9 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. SIDARTA SEVERINO GONÇALVES DE CASTRO, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, e Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 30 de outubro de 2014, às 9h.

Blumenau, 30 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4453/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4453/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014 ÀS 10 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, DR. THOMAZ PEREIRA SPERB, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, e Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 30 de outubro de 2014, às 10h.

Blumenau, 30 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4454/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4454/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AMBROSIO FREITAS NETO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 2º, inciso VII, anexo VII-A, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 63, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

AMBROSIO FREITAS NETO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 6.107,52 (Seis mil, cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 3 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00832/10/2014.

Blumenau, 30 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4455/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4455/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO HOFFMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 102, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso I, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações acrescidas pelas Leis Complementares n.ºs 680, de 6 de março de 2008, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

CELSO HOFFMANN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Intendência do Distrito da Vila Itoupava, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.704,17 (Mil, setecentos e quatro reais e dezessete centavos), a partir de 5 de novembro 2014, conforme Processo n.º 00827/10/2014.

Blumenau, 30 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4456/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4456/2014

REVERTE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA TERESINHA LOURENÇO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32 da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

REVERTER,

A concessão da aposentadoria por invalidez à MARIA TERESINHA LOURENÇO, através da Portaria N.º 2129/2010, de 1 de março de 2010, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria constatada através de Laudo Pericial.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2014.

Blumenau, 31 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4457/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4457/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DULCINEIA TRIANOTTI MARCHIORI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de DULCINEIA TRIANOTTI MARCHIORI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00349/14-7, em 20/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Nair Papst	02/04/1984 a 30/04/1984
Copycentro Blumenau Ltda.	01/06/1984 a 31/10/1984
Prefeitura Municipal de Blumenau	07/03/1985 a 21/02/1994

Totalizando 3449 (três mil, quatrocentos e quarenta e nove) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 5 (cinco) meses, e 14 (quatorze) dias, conforme Processo n.º 00915/10/2014.

Blumenau, 31 de outubro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4458/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4458/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILMAR MELLO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de WILMAR MELLO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00279/14-9, em 25/08/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Estrela Azul – Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	23/09/1980 a 27/11/1980
Merc Sul Participações Ltda.	14/11/1984 a 01/08/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau	10/08/1987 a 01/05/1995

Totalizando 3875 (três mil, oitocentos e setenta e cinco) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 7 (sete) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 00928/10/2014.

Blumenau, 3 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4459/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4459/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 9:00 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do

Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 12 de novembro de 2014, às 9:00 horas.

Blumenau, 4 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4460/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4460/2014

CASSA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIERGE VANESSA PAZUCH.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a visita domiciliar interdisciplinar feita pela Fiscal Previdenciária e Assistente Social do ISSBLU, resolve,

CASSAR,

Com fundamento no artigo 13, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, o benefício de auxílio doença concedido à servidora ELIERGE VANESSA PAZUCH, a contar de 4 de novembro de 2014.

Blumenau, 4 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4461/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4461/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADOLFO SCHMIDT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ADOLFO SCHMIDT, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00359/14-2, em 29/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
José Pedro de Souza	01/11/1976 a 31/03/1977 01/01/1978 a 30/06/1978
Serraria Adolfo Germer Ltda.	04/04/1977 a 30/11/1977
Indústria de Máquinas Ebeling Ltda.	01/08/1978 a 22/12/1979

Serraria Hort Ltda. – ME	02/01/1980 a 05/09/1980
Prefeitura Municipal de Blumenau	17/09/1980 a 06/06/1996

Totalizando 7068 (sete mil, sessenta e oito) dias, correspondente a 19 (dezenove) anos, 4 (quatro) meses, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 00944/11/2014.

Blumenau, 5 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4462/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4462/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE MARIA DE FATIMA CONTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELIANE MARIA DE FATIMA CONTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00353/14-4, em 24/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	27/10/1980 a 21/01/1983
Tebeza Mineração e Tecnologia Ltda.	01/12/1983 a 11/04/1984
TEKA Tecelagem Kuenrich S.A.	22/08/1984 a 19/11/1984
Companhia Brasileira de Distribuição	03/06/1985 a 15/05/1989
Lojas Hering S.A.	02/08/1989 a 09/08/1993
Comercial Industrial de Transportes Blumenau Cereais e Alimentos Ltda.	07/01/1994 a 06/04/1994
Posto Garcia Ltda. – ME	09/08/1994 a 09/01/1995
Souza Cruz S.A.	10/03/2003 a 20/06/2003

Totalizando 4292 (quatro mil, duzentos e noventa e dois) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 9 (nove) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 00928/10/2014.

Blumenau, 5 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4463/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4463/2014

EXONERA, A PEDIDO, SILVIO ROBERTO SCHMIDT JUNIOR DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DO QUADRO PERMANENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

EXONERAR, A PEDIDO,

Nos termos do artigo 45, caput, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Blumenau,

SILVIO ROBERTO SCHMIDT JUNIOR, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal, do Grupo Ocupacional Funcional GF, nomeado pela Portaria N.º 1520/2008, de 5 de setembro de 2008.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de novembro de 2014.

Blumenau, 6 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4464/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4464/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL HEIDI DITTRICH ZIMMERMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

HEIDI DITTRICH ZIMMERMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.379,56 (Seis mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), a partir de 12 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00753/10/2014.

Blumenau, 6 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4465/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4465/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE EDUARDO LAFFRONT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JORGE EDUARDO LAFFRONT, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00356/14-3, em 27/10/2014, prestado como Autônomo, nos períodos de: 01/02/1976 a 28/02/1976, 01/09/1977 a 30/09/1977, 01/04/1982 a 30/05/1982, 01/07/1999 a 30/07/1999, e 01/01/2002 a 31/01/2002, totalizando 178 (cento e setenta e oito) dias, correspondente a 5 (cinco) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 00941/11/2014.

Blumenau, 6 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4466/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4466/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS ALBERTO FRANKE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CARLOS ALBERTO FRANKE, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00367/14-5, em 04/11/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Comércio de Mangueiras SC Hulz Ltda. - EPP	19/03/1981 a 18/01/1982
Domínio Equipamentos Industriais Ltda. - ME	13/12/1982 a 29/06/1984
Hennings Vedações Hidráulicas Ltda.	01/08/1984 a 31/05/1985
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	17/08/1987 a 21/04/1988

Persona Serviços Temporários Ltda. - ME	20/04/1988 a 02/01/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	14/08/1989 a 01/05/1990
Sul Ar e Água Equipamentos Ltda.	16/06/1995 a 28/12/1996
Casa Kieckbusch Ltda.	01/05/1977 a 09/09/1978
Schuermann S.A. - Comércio e Representações	20/10/1978 a 17/03/1981
Rolmaq Importação e Comércio de Rolamentos Ltda.	01/03/1982 a 10/12/1982
Autônomo	01/07/1985 a 31/08/1985 01/09/1985 a 31/08/1987

Totalizando 4932 (quatro mil, novecentos e trinta e dois) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 6 (seis) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 00946/11/2014.

Blumenau, 6 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4467/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4467/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HELIO DOS SANTOS SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de HELIO DOS SANTOS SILVA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00033/14-0, em 12/02/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Jornal O Valeparaibano Ltda.	01/10/1981 a 18/02/1982
Fundação Educacional da Região de Blumenau	01/04/1984 a 28/02/1993

Totalizando 3393 (três mil, trezentos e noventa e três) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 3 (três) meses, e 18 (dezoito) dias, conforme Processo n.º 00954/11/2014.

Blumenau, 7 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4468/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4468/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISIANE APARECIDA DELATORRE GOMES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ELISIANE APARECIDA DELATORRE GOMES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 1554/2014, de 17/10/2014, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 26/02/1987 a 31/12/1987, 09/03/1988 a 31/12/1988, 30/03/1989 a 27/05/1989, e 18/02/1991 a 30/09/1991, totalizando 878 (oitocentos e setenta e oito) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 00963/11/2014.

Blumenau, 10 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4469/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4469/2014

RESTABELECE O PAGAMENTO DA PARCELA DENOMINADA "DEDICAÇÃO EXCLUSIVA", SUPRIMIDA DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA HELENA MARIA SILVA DE MIRANDA GOMES, EM CUMPRIMENTO À DECISÃO JUDICIAL QUE DECRETOU A ANULAÇÃO DA PORTARIA N.º 515/2004.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

RESTABELECE,

em cumprimento à decisão proferida nos autos da Ação Ordinária n.º 0008.08.026885-1, confirmada por acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que decretou a anulação da Portaria n.º 515/2004, o pagamento, a partir desta data, da parcela denominada "dedicação exclusiva", suprimida dos proventos de aposentadoria da servidora HELENA MARIA SILVA DE MIRANDA GOMES, no valor atual de R\$ 1.073,63 (Mil, setenta e três reais e sessenta e três centavos).

Blumenau, 10 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4470/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4470/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENICE PINTO DE ALCANTARA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ELENICE PINTO DE ALCANTARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.360,41 (Mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos), a partir de 11 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00965/11/2014.

Blumenau, 11 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4471/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4471/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OSCAR HANK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de OSCAR HANK, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00191/13-6, em 29/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Kuala S.A.	04/06/1969 a 25/10/1976
Souza Cruz S.A.	24/01/1977 a 10/05/1977
Transportadora Mayer S.A.	03/06/1977 a 31/08/1977
Motor Peças Ltda.	01/10/1977 a 16/02/1978
Transportadora Blumenauense S.A.	17/02/1978 a 28/02/1979
Sociedade Avícola Louveira Ltda.	26/03/1979 a 01/04/1981

Ely Pereira de Mello Vianna	05/01/1984 a 31/01/1986
Clínica Reumatológica Blumenau Ltda. – ME	01/11/1986 a 19/02/1988
Prefeitura Municipal de Blumenau	03/03/1988 a 25/09/1995

Totalizando 8141 (oito mil, cento e quarenta e um) dias, correspondente a 22 (vinte e dois) anos, 3 (três) meses, e 21 (vinte e um) dias, conforme Processo n.º 00974/11/2014.

Blumenau, 12 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4472/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4472/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL HELENA TEREZINHA CASSANIGA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de HELENA TEREZINHA CASSANIGA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00371/14-2, em 06/11/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Arapuã Importação e Comércio S.A.	26/11/1984 a 01/03/1985
Prefeitura Municipal de Blumenau	11/03/1985 a 30/09/1987 01/10/1987 a 02/05/1994

Totalizando 3433 (três mil, quatrocentos e trinta e três) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 4 (quatro) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 00987/11/2014.

Blumenau, 12 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4473/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4473/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALCIONE LAZARINI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ALCIONE LAZARINI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00370/14-6, em 06/11/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Comercial Automotiva S.A.	16/12/1986 a 02/03/1987
Psicoclínica Infantil Ltda.	04/05/1987 a 02/06/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau	03/11/1987 a 21/07/1989
Massa Falida de Hermes Macedo S.A.	07/11/1989 a 08/03/1991

Totalizando 1222 (mil, duzentos e vinte e dois) dias, correspondente a 3 (três) anos, 4 (quatro) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 00986/11/2014.

Blumenau, 12 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4474/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4474/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDIRA FÁTIMA FERNANDES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I-A, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 846, de 5 de abril de 2012, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 40, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 680, de 6 de março de 2008, 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de novembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

EDIRA FÁTIMA FERNANDES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.244,88 (Quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), a partir de 17 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00960/11/2014.

Blumenau, 14 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4475/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4475/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ILTON DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72, incisos I, II, e III, alíneas "a", e "b", § 1.º, inciso II, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007 e artigo 2º, incisos I, II, III, alíneas "a", e "b", § 1º, inciso II, combinado o artigo 1º, § 3º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ILTON DE OLIVEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos reduzidos e mensais de R\$ 926,67 (Novecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), a contar de 20 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00930/11/2014.

Blumenau, 17 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4476/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4476/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA JANICE BLASIUS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARCIA JANICE BLASIUS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00330/14-4, em 06/10/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 12/02/1979 a 25/02/1987, um total de 2934 (dois mil, novecentos e trinta e quatro) dias, correspondente a 8 (oito) anos, e 14 (quatorze) dias, conforme Processo n.º 01007/11/2014.

Blumenau, 17 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4477/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4477/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SERGIO LUIZ FORMAGI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SERGIO LUIZ FORMAGI, servidor público municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, o tempo de contribuição prestado ao Serviço Militar, no período de 16/01/1978 a 15/01/1979, um total de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, correspondente a 1 (um) ano, vinculado ao Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica - Base Aérea de Florianópolis, conforme Processo n.º 00611/09/2014.

Blumenau, 17 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4478/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4478/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSEMAR DE SENA PEREIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSEMAR DE SENA PEREIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.118,81 (Mil, cento e dezoito reais e oitenta e um centavos), a partir de 19 de novembro de 2014, conforme Processo n.º 00737/10/2014.

Blumenau, 17 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4479/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4479/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RITA BUZZI RAUSCH.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RITA BUZZI RAUSCH, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00306/14-6, em 23/10/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	01/02/1982 a 04/04/1983
Lojas Hering S.A.	08/10/1985 a 30/07/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	09/03/1987 a 21/02/1994

Totalizando 3260 (três mil, duzentos e sessenta) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 11 (onze) meses, e 10 (dez) dias, conforme Processo n.º 01015/11/2014.

Blumenau, 17 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4480/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4480/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDMAR BUTTENBERG.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

EDMAR BUTTENBERG, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro de Construção Meio Oficial, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de

R\$ 1.369,17 (Mil, trezentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos), a partir de 24 de novembro 2014, conforme Processo n.º 00904/10/2014.

Blumenau, 18 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4481/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4481/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS AUGUSTO RODRIGUES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CARLOS AUGUSTO RODRIGUES, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00046/14-4, em 13/11/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	25/06/1975 a 23/11/1982
Transportadora Blumenauense S.A.	09/12/1982 a 28/02/1983
CLAMED - Cia. Latino Americana de Medicamentos	02/12/1985 a 20/06/1986
Empreiteira de Mão de Obra Faial Ltda.	02/07/1986 a 01/09/1986
Impressora Paranaense Ltda.	02/02/1987 a 15/04/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau	07/05/1987 a 05/06/1995

Totalizando 6073 (seis mil, setenta e três) dias, correspondente a 16 (dezesseis) anos, 7 (sete) meses, e 23 (vinte e três) dias, conforme Processo n.º 01018/11/2014.

Blumenau, 18 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4482/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4482/2014

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISA STEIERLEIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARISA STEIERLEIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00190/12-1, em 15/08/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sociedade Divina Providência	17/01/1973 a 19/01/1974
Comercial Rudolfo Pfuetzenreuter	01/05/1978 a 12/11/1979
Jasicafé Indústria e Comércio de Café Ltda.	01/12/1979 a 20/05/1981
Companhia Hemmer Indústria e Comércio	28/05/1981 a 31/10/1982 02/05/1983 a 09/01/1985
Indústrias de Chocolate Lacta S.A.	09/11/1982 a 18/04/1983
Sulamericana Modas Ltda.	26/02/1985 a 18/01/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	27/01/1986 a 16/07/1988 15/03/1995 a 31/12/1995 01/02/1996 a 31/12/1996
Contribuinte Individual	01/02/1989 a 31/07/1989

Totalizando 4800 (quatro mil, oitocentos) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 1 (um) mês, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 00468/08/2014.

Blumenau, 18 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4483/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4483/2014

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A ISAIAS DE MIRANDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU- Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, § 1.º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com os artigos 16, inciso II, e 19, § 2.º do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ISAIAS DE MIRANDA, cônjuge de ROLENE LANDEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 9 de novembro de 2014, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 551,35 (Quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do benefício, a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 00983/11/2014.

Blumenau, 18 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4484/2014 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4484/2014

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA À BRUNA DE MIRANDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA,

De acordo com os artigos 17, § 2º, e 18, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com os artigos 16, inciso II, e 19, § 2º, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 382, de 20 de dezembro de 2002, 479, de 29 de setembro de 2004, e 758, de 15 de junho de 2010, e artigo 40, § 7.º, inciso II, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

BRUNA DE MIRANDA, filha de ROLENE LANDEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 9 de novembro de 2014, devendo perceber mensalmente o valor de R\$ 551,35 (Quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), correspondente a 50% (cinquenta por cento), do benefício, até completar 21 (vinte e um) anos, a contar da data do óbito, conforme Processo no 00984/11/2014.

Blumenau, 18 de novembro de 2014.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9912365023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9912365023

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

OBJETO: SERVIÇOS POSTAIS

VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: INEXIGIBILIDADE Nº 20-03/2014, de 17/11/2014, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DOTAÇÃO: 4/2014 00001.00001.00001.00031.00001.2.002001.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

DATA: 17/11/2014

VENCIMENTO: 10/11/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2014

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e DIGITRO TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA

VALOR: R\$ 18.950,00 (dezoito mil, novecentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO Nº 17/2014, de 20/10/2014, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DOTAÇÃO: 4/2014 00001.00001.00001.00031.00001.2.002001.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

DATA: 20/11/2014

VENCIMENTO: 20/11/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

DO OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, conforme especificações constantes do Edital N.º 16/2014.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses, a contar de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Mão de obra: dotação 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

Peças: dotação 3.3.90.30 - Material de Consumo.

Blumenau, 08 de outubro de 2014.

EMPRESA: Construtora Novo Habithat Ltda ME	
CNPJ: 02.721.722/0001-60	FONE/FAX: 47-9154-6504
END.: Rua Eredes Serpa, 1438, Bairro Cordeiros	E-MAIL: habithat@novohabithat.com.br
REPRESENTANTE LEGAL: Débora Dias da Silva	

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE MEDIDA	QUANT ESTIMADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO HORA	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE ELETRICISTA	HORA	167	R\$37,00	R\$6.179,00
2	SERVIÇO DE ENCANADOR	HORA	44	R\$34,00	R\$1.496,00
3	SERVIÇO DE PINTOR	HORA	80	R\$34,00	R\$2.720,00
4	SERVIÇO DE VIDRACEIRO	HORA	32	R\$34,01	R\$1.088,32

5	SERVIÇO DE GESSEIRO	HORA	32	R\$34,00	R\$1.088,00
6	SERVIÇO DE CARPINTEIRO	HORA	44	R\$34,00	R\$1.496,00
7	SERVIÇO DE PEDREIRO E OUTROS	HORA	136	R\$36,26	R\$4.931,36
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 18.998,68
VALOR PARA O PERÍODO DO CONTRATO					R\$ 227.984,16

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 11/2012

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 11/2012

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e SEGVILLE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONTROLE DE VEÍCULOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VALOR: R\$ 496.842,00 (quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais)

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO Nº 11/2012, de 02/10/2012 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 17/10/2014

VENCIMENTO: 20/10/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2014

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e TECNOPONTO LTDA. - EPP

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETI-VA DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VALOR: R\$ 50.900,00 (cinquenta mil, novecentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO Nº 14/2014, de 22/08/2014, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DOTAÇÃO: 4/2014 00001.00001.00001.00031.00001.2.002001.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

DATA: 04/09/2014

VENCIMENTO: 04/09/2015

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº115-14 DE 25-11-2014 AUTORIZA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO SOLENE DE HOMENAGEM DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO MINISTRO DA AGRICULTURA SENHOR NERI GELLER.**

RESOLUÇÃO Nº 115/2014 de 25 /11/2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO SOLENE DE HOMENAGEM DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO MINISTRO DA AGRICULTURA SENHOR NERI GELLER.

Eu, IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica autorizada a realização da SESSÃO SOLENE de homenagem de Título de Cidadão Honorário do Município de Bom Jesus do Oeste - SC ao Senhor Ministro da Agricultura Senhor NERI GELLER.

Art. 2º. A Sessão Solene de Homenagem ao Senhor Neri Geller, será realizada no dia 29 de novembro às 09:00 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. As despesas decorrentes das providencias advindas dessa resolução correrá por conta das dotações vigentes suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 5. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC),
aos 25 de novembro de 2014

Ivaldo Defendi Ribeiro
Presidente

Leisi Rauber Wandscheer
1º Secretário

Bom Retiro**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 155/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 155/2014 Ata de Registro de Preços nº 01/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Genérico: R\$ 10.324,14 (dez mil e trezentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos).

Extrato Cessão de Uso 03/2014

Cedente: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Cessionário: Carlos Jose Berto da Silva

Objeto: Cessão de Uso de uma sala comercial na Rodoviária de Bom Retiro, sendo uma para uso de uma Lanchonete.

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Bom Retiro, 24 de novembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 2013PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 38/2013		Data do Registro: 26/11/2013		Válido até: 26/11/2014			
Objeto da Compra: Contratação de Serviços especializados na área de informática, para locação de Sistemas de gestão pública integrados							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Folha Pagamento - para FM Saúde com um usuário. (12253)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	155,0033	1
2	Compras - FM Assistência Social com três usuários (12254)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	180,0003	1
3	Contabilidade - para FM Assistência Social com três usuários (12255)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	475,0007	1
4	Contabilidade - para FM Rotativo Habitacional com um usuário (12256)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	160,0002	1
5	Compras - para FM Saúde com três usuários (12257)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	180,0003	1
6	Contabilidade - para FM Saúde com três. (12258)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	500,0007	1
7	Compras - para Prefeitura com três usuários (12259)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	600,0009	1
8	Fatura para - Prefeitura com dois usuários (12260)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	800,0011	1
9	Folha de Pagamento - para Prefeitura com dois usuários. (12261)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	800,0011	1
10	Patrimônio - para prefeitura com um usuário (12262)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	250,0004	1
11	Planejamento - para Prefeitura com um usuário. (12263)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	300,0004	1
12	Recursos Humanos - para Prefeitura com um usuário (12264)	UND	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	350,0005	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 38/2013		Data do Registro: 26/11/2013		Válido até: 26/11/2014		Objeto da Compra: Contratação de Serviços especializados na área de informática, para locação de Sistemas de gestão pública integrados		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
13	Contabilidade - para Prefeitura com cinco usuários. (12265)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	1.850,0026	1	
14	Tributos - para Prefeitura com três usuários. (12266)	UND	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	1.150,0016	1	
15	Transparência - para Prefeitura (12267)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	300,0004	1	
16	Tesouraria com dois usuários (12268)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	285,0004	1	
17	Nota Fiscal Eletrônica (12269)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	750,0011	1	
18	Protocolo com 9 usuários (12270)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	390,0006	1	
19	Atendimento ao Cidadão Web (12271)	MES	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	750,0011	1	
20	Serviços de Implantação dos Sistemas, conversão dos dados, implantação de Sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários. (12273)	Serv	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	4.768,6102	1	
21	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado. (12274;	HORA	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	60,0001	1	
22	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do Técnico in loco (12275)	KM	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	0,5959	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 38/2013		Data do Registro: 26/11/2013		Válido até: 26/11/2014			
Objeto da Compra: Contratação de Serviços especializados na área de informática, para locação de Sistemas de gestão pública integrados							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco (12276)	Diári	BETHA SISTEMAS LTDA (6164)		0	110,0002	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 38/2013		Data do Registro: 26/11/2013		Válido até: 26/11/2014			
Objeto da Compra: Contratação de Serviços especializados na área de informática, para locação de Sistemas de gestão pública integrados							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2013
PROCESSO Nº 71/2013
(6164) - BETHA SISTEMAS LTDA

Braço do Trombudo, 26 de Novembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 26/05/2014		Válido até: 26/05/2015			
Objeto da Compra: Serviços de mão de obra mecânica para os caminhões da Secretaria Municipal de obras, visando a manutenção, conserto e desmontagem dos mesmos para posteriores orçamentos de peças.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de Mão de Obra Mecânica para Caminhões (13387)	HORA	VERNER KRENZLIN (6065)		0	35,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 26/05/2014		Válido até: 26/05/2015			
Objeto da Compra: Serviços de mão de obra mecânica para os caminhões da Secretaria Municipal de obras, visando a manutenção, conserto e desmontagem dos mesmos para posteriores orçamentos de peças.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2014
PROCESSO Nº 18/2014
(6065) - VERNER KRENZLIN

Braço do Trombudo, 26 de Maio de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 10/2014		Data do Registro: 26/05/2014		Válido até: 26/05/2015			
Objeto da Compra: Contratação de Serviços de Mão de Obra Mecânica para manutenção, conserto e desmontagem de máquinas da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mão de Obra Mecânica para conserto de Máquinas (13388)		HORA VERNER KRENZLIN (6065)		0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 10/2014		Data do Registro: 26/05/2014		Válido até: 26/05/2015			
Objeto da Compra: Contratação de Serviços de Mão de Obra Mecânica para manutenção, conserto e desmontagem de máquinas da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)		0	33.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 10/2014		Data do Registro: 26/05/2014		Válido até: 26/05/2015			
Objeto da Compra: Contratação de Serviços de Mão de Obra Mecânica para manutenção, conserto e desmontagem de máquinas da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014
PROCESSO Nº 19/2014

(6065) - VERNER KRENZLIN
(8675) - RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Braço do Trombudo, 26 de Maio de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	M.C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímico (9154)		0	1,0800	1
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)		0	1,0900	2
			QUIMISA S/A (8726)	Multicloro	0	1,4300	3
2	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	M.C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímico (9154)		0	1,3500	1
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)		0	1,3600	2
			QUIMISA S/A (8726)	Avanex	0	1,5800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Ortopolifosfato (9217)	KG	QUIMISA S/A (8726)	Quimisa	0	14,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETAs do Município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2014

PROCESSO Nº 37/2014

- (6502) - BUSCHLE E LEPPER SA
- (8726) - QUIMISA S/A
- (9154) - M.C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímicos

Braço do Trombudo, 25 de Agosto de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 1/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Filtro AP 2710 (14476)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	36,8000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	45,9000	2
2	Filtro AP 4934 (14477)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	88,9000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	89,0000	2
3	Filtro AP 4960 (14478)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	48,9000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	2
4	Filtro AP 7108 (14479)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	28,7900	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	28,9000	2
5	Filtro AP 9834 (14480)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	37,4000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	38,9000	2
6	Filtro AP 9836 (14482)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	78,3900	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	78,4000	2
7	Filtro ARL 4150 (14483)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Número do Registro de Preços: 20/2014 Data do Registro: 25/08/2014 Válido até: 25/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	9,4900	2		
8	Filtro ARL 6091 (14484)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,6700	1		
	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)		TECFIL		0	8,8000	2		
9	Filtro ARL 6096 (14485)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,2900	1		
	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)		TECFIL		0	10,3000	2		
10	Filtro ARL 8837 (14486)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	19,3500	1		
	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)		TECFIL		0	19,3900	2		
11	Filtro ARS 1029 (14487)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	28,8500	1		
	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)		TECFIL		0	28,8900	2		
12	Filtro ARS 2868 (14488)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	18,8000	1		
	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)		TECFIL		0	18,8200	2		
13	Filtro ARS 7109 (14489)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	28,2500	1		
	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)		TECFIL		0	28,2900	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Filtro ARS 9838 (14490)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	55,2500	2
15	Filtro ARS 9839 (14492)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	58,9000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	DONALSON	0	59,0000	2
16	Filtro AS-500 (14493)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	22,9000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	38,9500	2
17	Filtro AS 805 (14494)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	16,9000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	22,1000	2
18	Filtro AS 810 (14495)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	16,1500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	17,5000	2
19	Filtros AS 820 (14496)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	18,8900	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	18,9000	2
20	Filtro ASR 806 (14497)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	17,2600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 20/2014 Data do Registro: 25/08/2014 Válido até: 25/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
21	Filtro ASR838 (14498)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	19,9000	2		
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	55,2800	1		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	56,0000	2		
22	Filtro ASR 839 (14499)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	26,9000	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	35,7000	2		
24	Filtro BF 7954D (14501)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	BALDWIN	0	77,3500	1		
25	Filtro FC 161 (14502)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	BALDWIN	0	99,0000	2		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	3,2500	1		
26	Filtro FC-164 (E-5KFR2D12) (14503)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	3,2900	2		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	4,8500	1		
27	Filtro G1-03/1 (14504)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	4,8900	2		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	14,3000	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14,3400	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Filtro G1-04/7 (14505)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,0800	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,9000	2
29	Filtro G1-08/1 (14506)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,8000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	10,1200	2
30	Filtro G1-12/7 (14507)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	13,4500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	13,4900	2
31	Filtro PC-2/155 (14508)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	5,8500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	5,8900	2
32	Filtro PC-2/255 (14509)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	9,8000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	9,8400	2
33	Filtro PEC 3022 (14510)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	33,9300	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	33,9400	2
34	Filtro PEL 2002 (14511)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	21,4400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 20/2014 Data do Registro: 25/08/2014 Válido até: 25/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,4500	2		
35	Filtro PEL 2003 (14512)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	19,3800	1		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	19,9000	2		
36	Filtro PH 346 (14513)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	6,7200	1		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	6,9000	2		
37	Filtro PL 366 (14514)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,3500	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	10,3900	2		
38	Filtro PL 519 (14515)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	13,8500	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	13,8900	2		
39	Filtro PSC 410 (wk94077) (14516)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,5000	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	21,5400	2		
40	Filtro PSC-496 (14517)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	15,0500	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	15,0900	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Filtro PSC 72/2 (14518)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,7600	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,9000	2
42	Filtro PSC-744 (H19WK01) (14519)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	16,9300	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,5000	2
43	Filtro PSD 480/1 (14520)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	34,6000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	37,8000	2
44	Filtro PSD 530/1 (14521)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	23,0300	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,0400	2
45	Filtro PSD 960/1 (14522)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	35,4500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	36,9000	2
46	Filtro PSH- 112 (14523)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	62,7500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	62,7900	2
47	Filtro PSH 486 (14524)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 20/2014 Data do Registro: 25/08/2014 Válido até: 25/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
48	Filtro PSL- 123 (14525)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	18,4400	2		
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	13,3500	1		
49	Filtro PSL 280 (14526)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	13,5000	2		
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,6000	1		
50	Filtro PSL 417 (14527)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	24,5000	2		
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	27,3700	1		
51	Filtro PSL 55 (14528)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	29,5000	2		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,7500	1		
52	Filtro PSL 560 (14529)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	9,7900	2		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,8500	1		
53	Filtro PSL 562 (14530)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,8900	2		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,8200	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,8400	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra:						Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Filtro PSL 568 (14531)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	26,9000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFL	0	26,9400	2
55	Filtro PSL 619 (WO-130 (14532)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,3900	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,5000	2
56	Filtro PSL-900 (14533)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	14,4500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14,4800	2
57	Filtro PSL 909 (14534)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	89,0000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	110,5900	2
58	Filtro PSL 962 (WO-480) (14535)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	17,3400	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,3500	2
59	Filtro R- 12030 MB (14536)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PARKER	0	45,0500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	RACOR	0	46,0000	2
60	Filtro T-250W (TB-1374X) (14537)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	58,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

61	Filtro TR 1049 (AP-6774) (14538)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	58,9400	2
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	39,1000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Filtro TR 7110 (14539)		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014

PROCESSO Nº 38/2014

- (8851) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
- (9124) - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA

Braço do Trombudo, 25 de Agosto de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3 2014FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA C/100 (88)	PCT	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	THEOTO	0	2,4500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Estilo	0	2,5200	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ESTILO	0	2,6000	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	ESTILO	0	2,6000	4
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	THEOTO	0	2,6300	5
2	Água deionizada (destilada) 5 lt. (4270)	GL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	4,7500	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	AQUATEC	0	4,9500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CAITHEC	0	5,1500	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Caithec	0	5,1600	4
3	Água destilada para diluir medicamentos IM/EV. Ampola c/5ml. Com registro na Anvisa. (4272)	AMP	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ISO FARMA	0	0,1400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,1900	2
4	Água destilada para diluir medicamentos IM/EV . Ampola c/10ml. Com registro na Anvisa. (4273)	AMP	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ISO FARMA	0	0,1400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Samtec	0	0,2100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
5	Água oxigenada. 1 lt. (4274)	LT	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	VIC PHARMA	0	2,6600	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	2,9500	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	3,0500	3		
6	Aguha desc. 13x4,5 26G ½, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (4275)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	3,8000	1		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,2000	2		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	RM	0	4,3300	3		
7	Aguha desc. 20x5,5 24G 3/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4276)	CX	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	SOLIDOR	0	4,1000	1		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,1300	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,1400	3		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	4,1500	4		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,1800	5		
8	Aguha desc. 25x7 22G1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4277)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	3,7800	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 3/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Agulha desc. 25x8. 21G 1/4, parede fina bisei trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4276)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	3,7900	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDNEEDLE	0	4,3300	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	3,7500	1
10	Agulha desc. 30x7. 22G1 1/4, parede fina bisei trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4279)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	3,7700	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	RM	0	4,3300	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	4,1000	1
11	Agulha desc. 30x8. 21G1 1/4, parede fina bisei trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4280)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,1200	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,2000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,4000	4
11	Agulha desc. 30x8. 21G1 1/4, parede fina bisei trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4280)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	4,1500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,1900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 4/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
12	Agulha desc. 40x12 18G1 1/2, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (4281)		PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,2000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,4000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	4,0900
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,1000
		CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,4000
			PLASMEDIC.COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	SOLIDOR	0	4,5800
			METROMED.COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,5800
			METROMED.COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Flops	0	3,1500
		LT	PLASMEDIC.COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CICLO FARMª	0	3,4700
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Flop's	0	3,6400
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	4,4500
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	8,3400
13	Álcool 70%. 1 lt. (4282)		METROMED.COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	8,3500
14	Álcool glicerinado 70%. 1lt. (4283)	LT				
15	Álcool iodado 1 lt. (4284)	LT				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 5/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015				Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
16	Álcool 92%, 1 lt., (4285)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ilha	0	4,3000	1				
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mega Quimica	0	4,3400	2				
17	Álcool em Gel Anti-séptico 500grms. Acompanha válvula pump,utiliza álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes, Produto biodegradável, elaborado como complemento na higienização de mãos. Gel a base de álcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (4286)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	RICIE	0	2,0000	1				
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Da Ilha	0	3,7100	2				
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Wirath	0	4,9900	3				
18	Algodão hidrófilo 500g., (4287)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	FAROL	0	8,0500	1				
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	FAROL	0	8,0900	2				
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nathalya	0	8,1000	3				
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.HOUSE	0	8,2000	4				
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	EUROMED	0	8,3500	5				
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farol	0	8,3800	6				
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FAOL	0	8,5000	7				
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDHOUSE	0	8,5300	8				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 6/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
19	Algodão hidrófilo em bolas. Pct o/100gramas., (4288)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nathalya	0	2,4900
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Faiol	0	2,9700
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SUSSEX	0	3,0300
20	Almofolia transparente bico reto 100ml/ (4289)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	1,0000
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	J PROLAB	0	1,1000
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J. Prolab	0	1,2200
21	Atadura Crepom 6cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4290)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,2300
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,2500
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biotextil	0	0,2700
22	Atadura Crepom 10cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4291)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,2900
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,3800
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,3800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 7/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	BIOTEXTIL	0	0,4500
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOTEXTIL	0	0,4500
23	Atadura Crepom 12cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4292)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,4500
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,4600
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,4800
24	Atadura Crepom 15cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4293)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,4500
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOETXTIL	0	0,5700
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,5800
25	Atadura Crepom 20cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4294)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,5600
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,7600
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,7700

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 8/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
26	Avental descartável com manga longa confeccionado em TNT, branco aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. Com elástico nos punhos. Pacote c/10. (4295)	PCT	METROMED-COM/DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD	(6011) Sky	0	9,3900
			PROHOSPITAL COM/DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	9,4000
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	9,4900
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDGAUSE	0	10,1300
27	Bolsa coletora de urina - sistema fechado 2 litros. (Descartável e estéril. Possui conector universal com ajuste para sondas vesicais, com tampa protetora atóxica - apirrogênica e descartável. Válvula anti-refluxo, alça de sustentação, pinça corta fluxo, tira para transporte, tubo de esvaziamento. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e em blister de filme plástico termofrmável. Esterilizada em óxido de etileno). (4296)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	FARMATEX	0	2,1600
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	STARMED	0	2,1700
			PROHOSPITAL COM/DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	BIOBAG	0	2,2000
28	Bolsa de Urostomia 38mm. Transparente cx c/10 unidades. Bolsa para Urostomia com Válvula Anti-Refluxo é parte integrante do sistema de duas peças. Este sistema consiste de dois itens básicos separados: a placa protetora e a bolsa coletora removível. O sistema de duas peças oferece a flexibilidade de colocação da bolsa coletora sem necessidade de remover a placa protetora da pele. Sur-Fit® Plus Bolsa para Urostomia com Válvula Anti-Refluxo é composta de acetato de vinilileno (EVA), cloreto de polivinilideno (PVDC), polietileno, acetato de vinila e acrílate de metil etileno. (4297)	UND	PROHOSPITAL COM/DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	BIOBAG	0	13,6000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	COLOPLAST	0	13,6400
29	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado. Cânula em fluorotilenopropileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 18G. com registro na ANVISA (4298)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5100

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 9/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
30	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluoretileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 20G. Com registro na ANVISA (4299)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5200	2		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	0,5200	3		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,5600	4		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5100	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	0,5200	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5500	3		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,5600	4		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5100	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	0,5200	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5600	3		
31	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada., com bisel trifacetado, Cânula em fluoretileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 22G. com registro na ANVISA (4300)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5100	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	0,5200	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5600	3		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,5600	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 10/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
32	Caleter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluoropolietileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 24G. com registro na ANVISA (4301)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5600	1		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5700	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,6300	3		
33	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 2-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (4302)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDLINE	0	65,0000	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,3200	2		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	3		
34	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha, 4-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (4303)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,2500	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	76,3000	2		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	3		
35	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3.0. cx c/24. (4304)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,3200	1		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	87,8400	3		
36	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3.0. cx c/24. (4305)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	65,0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 11/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Cinto de segurança tipo aranha para prancha imobilizadora de remoção -adulto. (cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente, presilhas em velcro, cintas móveis com regulagem de comprimento, cores individuais para facilitar a imobilização de vítimas. Desenho padronizado para aplicação em pranchas de imobilização). (4306)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,3200	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	39,9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	40,6000	2
38	Clorhexidina, Solução de digliconato, 2% degermante. Embalagem de 1 litro. (4307)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	RESGATE	0	51,9500	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	9,9900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	10,0000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VIC PHARMA	0	14,7000	3
39	Clorhexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%. Embalagem de 1 litro. (4308)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	5,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	6,0700	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VIC PHARMA	0	7,1900	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3000	1
40	Clorhexidina, Solução de digliconato, solução ALCOÓLICA Embalagem de 1 litro. (4309)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 12/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VIC PHARMA	0	8,6100	3
41	Cloridrato de lidocaina 2% com vaso (frasco 20ml). (4310)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofarma	0	3,3300	1
42	Cloridrato de lidocaina 2% sem vaso (frasco 20ml). (4311)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	HIPOLABOR	0	1,7800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,8600	2
43	Cloridrato de lidocaina 2% gel. Tubo de 30 gramas. (4312)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Química	0	1,6000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	HYPERMARC,	0	1,6200	2
44	Colar cervical regulável. ADULTO. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (poliuretano de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (4313)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	13,0000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARIMAR	0	16,9400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ortocenter	0	39,0000	3
45	Colar cervical regulável. INFANTIL. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (poliuretano de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (4314)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	13,0000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARIMAR	0	16,9400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	38,8400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 13/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
46	Coletor para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações, impermeável, com sistema de abertura e fechamento pratico e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (4315)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	EMBALAIRE	0	1,5200
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBALAIRE	0	1,6000
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	EMBALAIRE	0	1,7100
47	Compressa cirúrgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50cm, pct c/50 unidades. (4316)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	GAZETEX	0	34,0000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CLEAN	0	42,0000
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	ANDREONI	0	43,1400
48	Compressa de gaze 7,5x7,5, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 465 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa. (4317)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	18,8800
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biotextil	0	19,4600
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.HOUSE	0	21,5000
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	NEVE	0	23,1000
49	Compressa de gaze 10x10, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 980 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e nº de registro na Anvisa. (4318)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MEDBLANC	0	25,4000
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	Meduplis Mast	0	25,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 14/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPITEX	0	29,0500
50	Curativo redondo para punção stooper. Cx. Com 500 unidades (4319)	CX	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CIEX	0	9,7000
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	COPERTINA	0	9,7400
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	10,0000
51	Curativo retangular para curativos pequenos. Filme plástico, adesivo acrílico, fibras naturais, fibras sintéticas e polietileno. Cx c/ 50 (4320)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	HIGGIE TOP	0	3,5000
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Higie Top	0	3,6000
52	Dreno penrose nº 2 com gaze estéril, embalado individualmente e reembalado em embalagem com 12 unidades. (4321)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TAYLOR	0	24,0000
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	C.BRASIL	0	26,3000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	0	27,4900
53	Elétrodo adulto descartável em espuma hipoalergénica. Pacote com 30und. (4322)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,1600
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MAXICOR	0	6,5600
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxicor	0	7,2200
54	Envelope para esterilização auto selante de produtos, médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 70mmx230mm. Cx c/ 100 unidades. (4323)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	HOSP FLEX	0	11,3200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 15/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
55	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 90mmx260mm. Cx c/ 100 unidades (4324)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	13,2000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	14,0000
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	17,4000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	17,5000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VEDAMAX	0	17,9500
56	Envelope para esterilização auto selante, de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 150mmx250mm. Cx c/ 100 unidades (4325)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vedamax	0	18,8000
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zematt	0	19,0000
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	HOSP FLEX	0	20,3200
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	27,5000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	28,5000
57	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (4326)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	48,0000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	48,5000
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vedamax	0	52,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 16/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
58	Envelope para esterilização, auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 230mmx350mm. Cx c/ 100 unidades (4327)	CX	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	50,0000	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	53,0000	2		
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VEDAMAX	0	57,0500	3		
59	Equipo macrogotas para infusão, de soluções parenterais, com injetor lateral, em pvc transparente, estéril, de 1,35 m, com câmara de gotejamento, transparente, maleável, com tubo de pvc tendo em sua extensão pinça rolete e injetor lateral de látex autocatirizante, conector de plástico com tampa protetora, a data de fabricação e a data de validade deverão vir impressas na embalagem do material. Com registro na ANVISA/MS e RDC n° 95, (4328)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	TKL	0	0,8700	1		
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	TKL	0	0,9800	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	TKL	0	0,9800	3		
60	Equipo para nutrição enteral c/ 1,5m. NBR 14041/1998. (4329)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,9900	1		
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIOSANI	0	1,0800	2		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	TKL	0	1,0800	3		
61	Escova para coleta de preventivo. Pct com 100 unidades. (4330)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	13,0000	1		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LABOR IMPOF	0	15,3900	2		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	15,4000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 17/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Esparadrapo impermeável branco 10cm x 4,5m c/capa. Esparadrapo de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco à base de borracha natural e resina (4331)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	4,1600	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAL	0	4,1800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	4,4800	3
63	Espátula de Ayres p/coleta de preventivo. Pq c/100.. (4332)	PCT	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ESTILO	0	4,2000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	THEOTO	0	4,3200	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ESTILO	0	4,4000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,5000	4
64	Especulo vaginal descartável Tam P. (4333)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,7600	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,8500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Adlin	0	0,8600	3
65	Especulo vaginal descartável Tam M. (4334)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,8500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	0,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 18/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Fio de sutura 4-0 comprimento do fio45cm, agulha de ½, com corte reverso e 16mm de espessura, poliglactina. Incolor/trancada absorvível, (sutura sintética, absorvível, estéril, composta de copolímero obtido a partir de glicólida e lácida, revestida com poliglactina 370 e estearato de cálcio. Incolor, construída por trançamento , esterilizados por óxido de etileno). Cx c/12 unidades. (4335)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SHALON	0	99,0500	1
67	Fio de sutura 4-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon).. (4336)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	16,9500	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	18,4800	5
68	Fio de sutura 2,0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon).. (4337)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	17,4000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	18,4800	5
69	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 2/0 45cm - agulha 20mmm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4338)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	16,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 19/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
70	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 2/0 45cm - agulha 25mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA (4339)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	3		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	18,4800	5		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	1		
71	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 3/0 45cm - agulha 20mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4340)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	18,4800	4		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	16,9500	1		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	2		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	3		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	18,4800	5		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 20/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
72	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 4/0 45cm - agulha 30mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4341)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	1		
	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)		PROCARE		0	16,9900	2		
	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)		PROCARE		0	17,4000	3		
	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)		Procare		0	18,3100	4		
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Lamedid-Solidi		0	18,4800	5		
73	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 5/0 45cm - agulha 20mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4342)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9500	1		
	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)		PROCARE		0	16,9600	2		
	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)		PROCARE		0	17,4000	3		
	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)		Procare		0	18,3100	4		
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Lamedid-Solidi		0	18,4800	5		
74	Fita para autoclave, em papel crepado, com listras impressas com tinta especial, na cor branca, que em contato com a temperatura empregada na esterilização muda de cor, tornando-se pretas 19mmx30mt. (4343)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CIEX	0	2,0400	1		
	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)		MISSNER		0	2,3500	2		
	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)		POLITAPE		0	2,7000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 21/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	Fita micropore 1,2cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipolatergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4344)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAL	0	0,8600	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	0,9500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COPERTINA	0	1,0500	3
76	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipolatergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor BEGE (4345)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	1,8000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MISSNER	0	1,8100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	1,9900	3
77	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipolatergênico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4346)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	1,4000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAL	0	1,4100	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MAXICOR	0	1,5500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 22/49

Número do Registro de Preços: 3/2014			Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
78	Fralda Geriátrica Tam P Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4347)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,7700	1			
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	2			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8600	3			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTER	0	0,8800	4			
79	Fralda Geriátrica Tam M. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4348)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,8000	1			
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	2			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8600	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Fralda Geriátrica Tam G. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4349)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,8000	1
81	Fralda Geriátrica Tam EG. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4350)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,9400	3
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,9300	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	1,1900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 24/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
82	Fralda Infantil Tam P - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filante suave, sem perfume e componentes hipoaerigênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4351)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,2500	1		
			PROHOSPITAL.COM.DE.MAT.MEDICO.E.ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,3000	2		
			METROMED-COM.DE.MATERIAL.MEDICO.HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,3000	3		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARDAN	0	0,3200	4		
83	Fralda Infantil Tam M - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filante suave, sem perfume e componentes hipoaerigênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4352)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,3100	1		
			METROMED-COM.DE.MATERIAL.MEDICO.HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,3300	2		
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARDAN	0	0,3600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 25/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	Fralda Infantil Tam G - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4353)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,3600	1
85	Fralda Infantil Tam EG - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4354)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,3600	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	DRY	0	0,3800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,3800	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	DRY	0	0,3800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,4300	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,4300	4
86	Frasco de alimentação enteral 300ml. (4355)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	BIOSANI	0	0,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 26/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,7300
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biobase	0	0,7500
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,7500
		UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,8500
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biobase	0	0,9000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIOBASE	0	1,1000
		UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MEDBLANC	0	21,9000
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	22,0000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPITEX	0	29,8500
		UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cathtec	0	1,3200
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	1,3300
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cathtec-Dental	0	1,3400

87 Frasco de alimentação enteral 500ml. (4356)

88 Gaze hidrófila tipo queijo (gaze hidrófila tipo queijo em rolo 91cmX91cm, 13 fios, peso mínimo 1450g), com dados do fabricante e nº de registro na ANVISA. (4357)

89 Gel condutor para ultrassom. Gel viscoso translúcido, inodoro, isento de sal, álcool e pH neutro. Apresente alta condutividade e aspecto não gorduroso sendo facilmente removido.Polímero carboxivinílico, água desmineralizada e conservantes. Frasco de 100grms (4358)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 27/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
90	Hastes flexíveis antigerme com ponta de algodão. Cx c/75 unidades (4359)	CX	METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Cotton	0	0,6700	1		
	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)		HIGIETOP		0	0,8800	2		
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Higie Topp		0	0,8900	3		
91	Imobilizador de cabeça impermeável. (Confeccionado em espuma de poliuretano expandida, emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura, base fixada na prancha 40x25cm., laterais fixada na base 25x16x0,9cm Orifício auricular para verificar sangramento, 80mm. Lavável.) (4360)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	RESGATE	0	110,3900	1		
	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)		ROMED		0	117,0000	2		
	METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)		Fibra		0	178,9000	3		
92	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 11 cx c/100. (4361)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1		
	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)		LABORIMPOR		0	14,3000	2		
	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)		SOLIDOR		0	15,9600	3		
93	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado, individualmente, nº 12 cx c/100. (4362)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1		
	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)		LABORIMPOR		0	14,5000	2		
	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)		SOLIDOR		0	15,9600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 28/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
94	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 15 cx c/100. (4363)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	14,5000	2		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	15,9600	3		
95	Lâmina de bisturi descartável/estéril, embalado individualmente, nº 21 cx c/100. (4364)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	14,5000	2		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	15,9600	3		
96	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidade. (4365)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	7,1000	1		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDGAUSE	0	7,3600	2		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.GAUZE	0	7,6700	3		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	7,7000	4		
97	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10, unidades. (4366)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	7,1000	1		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDGAUSE	0	7,3600	2		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.GAUZE	0	7,6700	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 29/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	Luva cirúrgica estéril Tam. 6.5. (4367)		PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	7,7000	4
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,5600	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5700	1
99	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.0. (4368)		PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,5800	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,5800	2
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5900	1
100	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.5.. (4369)		PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,6000	2
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,6000	2
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,7700	3
101	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.0.. (4370)		PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,6000	2
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,6000	2
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 30/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.5.. (4371)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,7000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MAXITEX	0	0,8000	3
103	Luva ginecológica estéril. Pct c/100.. (4372)	PCT	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PLAST	0	5,4800	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	LUPLAST	0	5,4900	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LUPLAST	0	5,6500	3
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LUPLAST	0	5,8800	4
104	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho PP, cx c/100 und. (4373)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6
105	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho P, cx c/100 und. (4374)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 31/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho M, cx c/100 und. (4375)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1
107	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho G, cx c/100 und. (4376)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1
107	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho G, cx c/100 und. (4376)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 32/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
108	Mascara de reanimação boca a boca. (Mascara de ressuscitação de parada cardio-respiratória (rcp) contem uma válvula unidirecional para evitar qualquer contato entre o paciente e o socorrista na boca, nariz e rosto. Cúpula transparente, e alça Elástica para cabeça incorporada, conexão padrão 22mm. Com estojo para guardar. (4377)		PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6		
		UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TAYLOR	0	15,0000	1		
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MD	0	15,0500	2		
109	Papel termo sensível para eletrocardiograma 216x30, bobina. (4378)		ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	0	16,5700	3		
		UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tecnoprint	0	20,7600	1		
110	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades.. (4379)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	39,0000	1		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	POLARFIX	0	40,8100	2		
111	Papel crepado 40x40cm. Cx c/500 unidades. (4380)		PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLARFIX	0	58,0000	3		
		CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	POLARFIX	0	71,8500	1		
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	POLARFIX	0	78,0500	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Papel crepado 60x60cm. Cx c/500 unidades.. (4381)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLARFIX	0	98,0000	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	POLARFIX	0	160,8700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLARFIX	0	210,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	235,0000	3
113	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 70cm x 50mts. Extra luxo - 100% de fibra de celulose virgem. (4382)	RL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	4,5000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEN	0	4,5500	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MEDGAUZE	0	6,6400	3
114	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 50cm x 50mts. (4383)	RL	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEN	0	3,9400	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	3,9500	2
115	Pinça anatômica dissecação com serrilha normal 14cm.. (4384)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CLEAN	0	4,0900	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Mughal	0	5,0900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	5,1000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	5,7000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 34/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
116	Pinça Kocher hemostática 14cm.. (4385)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	14,9000	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mughal	0	16,6000	2		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	16,9000	3		
117	Pinça Kelly reta 14cm.. (4386)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	11,2000	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	11,7000	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mughal	0	11,8000	3		
118	Povidine PVPI - Tintura Iodopoliviodona 1000 ml: produto a base de polivinil pirrolidona Iodo (PVP-I) em solução hidroalcolica, contendo 1% de Iodo ativo, um complexo estável e ativo que libera Iodo progressivamente. É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus. É indicado como antisséptico para pele (uso tópico), na demarcação do campo operatório e preparação pré-operatória. Com Registro na Anvisa. (4387)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	12,9400	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	12,9500	2		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	RIOQUIMICA	0	14,7400	3		
119	Pote para lamina de preventivo de plástico com três divisões (4388)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	0,2500	1		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAI	0	0,2500	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J. Prolab	0	0,2800	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 35/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Protetor ocular infantil. Cor bege, cx c/12.. (4389)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cral	0	3,2400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	10,0600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	11,5000	3
121	Protetor ocular adulto. Cor bege, cx c/12.. (4390)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cral	0	4,0800	1
122	Scalp para infusão intravenosa nº 19g. Com registro na Anvisa. (4391)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,1400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	0,1400	3
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1400	4
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1400	5
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1400	6
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1500	7
123	Scalp para infusão intravenosa nº 21g. Com registro na Anvisa. (4392)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 36/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
124	Scalp para infusão intravenosa nº 23g. Com registro na Anvisa. (4393)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,1400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,1400	5
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1400	6
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1500	7
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1400	2
125	Scalp para infusão intravenosa nº 25g. Com registro na Anvisa. (4394)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,1400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,1400	5
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1500	6
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1500	7
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	0,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 37/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio.Produzo de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009 , padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (4395)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,1400	4
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1400	5
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1500	6
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1500	7
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,1200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,1400	2
127	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 100L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio.Produzo de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009 , padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (4396)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,1500	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	RAVA	0	0,1500	4
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 38/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 50L, Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária a aplicação. A solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio.Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009 , padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (4397)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,2700	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,1400	1
130	Seringa 1ml c/agulha 13x4,5 descartavel. Com registro na Anvisa. (4399)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,2000	2
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,2000	3
131	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4400)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	EMBRAMAC	0	0,1200	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767) TKL		0	0,1300	2
132	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4401)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	SOLIDOR	0	0,1400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,1400	4
		UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,1000	2
		UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SR	0	0,1300	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 39/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4402)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	0,0900	2
			PLASMEDIC.COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	0,1000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,1000	4
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0800	1
134	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4403)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	0,1000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,1100	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,1100	2
135	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa (4404)	UND	ALTERMED.MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1100	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1200	4
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1500	1
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1600	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 40/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4405)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1900	3
137	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4406)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,3000	2
138	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico slip. . Com Registro na Anvisa. (4407)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,2700	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,3000	3
139	Seringa descartável 60ml, sem agulha bico cateter. Com Registro na Anvisa. (4408)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	1,8200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	2,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	2,5200	3
140	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico, conta-gotas, Frasco de 100ml. (4409)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Arboreto	0	0,8900	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LBS	0	0,9100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 41/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
141	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas. Frasco de 250ml. (4410)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Arboreto	0	1,1300	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Arboreto	0	1,0400	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LBS	0	1,1900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Arboreto	0	1,2700	3
142	Solução glicofisiológica 5%+0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (4411)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	2,2600	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	2,6900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Eurofarma	0	3,1000	3
143	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 100ml. (4412)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	1,5300	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	2,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Eurofarma	0	2,2100	3
144	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 250ml. (4413)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	1,7700	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	2,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 42/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Eurofarma	0	2,4000
						3
145	Solução isotônica de cloreto, de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (4414)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	2,1900
						1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	2,2000
						2
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Eurofarma	0	2,7300
						3
146	Solução a base de glutaraldeído 2%-esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. (28 dias), 1 litro (4415)	UND	METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Chord	0	18,8400
						1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Chord Sudest	0	18,8500
						2
147	Sonda de aspiração traqueal n 06. Com registro na Anvisa (4416)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,3500
						1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3600
						2
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Biosani	0	0,3700
						3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3800
						4
148	Sonda de aspiração traqueal n 08. Com registro na Anvisa (4417)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3700
						1
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Biosani	0	0,3800
						2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3900
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
149	Sonda de Foley com balão duas vias nº 18. Estéril, com registro na Anvisa (4418)	UND	PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,4200	4
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	BIOSANI	0	0,4200	5
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	1,6500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,7500	2
150	Sonda de Foley com balão duas vias nº 20. Estéril, com registro na Anvisa (4419)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,8200	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	1,6500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,7500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,8200	3
151	Sonda de Foley com balão duas vias nº 22. Estéril, com registro na Anvisa (4420)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	1,6500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,7500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,8200	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	1,6500	1
152	Sonda uretral de alívio nº 12.. (4421)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,7500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,8200	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3700	1
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDSONDA	0	0,3800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 44/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
153	Sonda uretral de alívio nº 8. (4422)	UND	METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4100	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4300	4		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	BIOSANI	0	0,4500	5		
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3500	1		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3600	2		
154	Tala fácil em papelão. Tamanho P (30x10). Pacote com 10 talas. (4423)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3900	3		
			PROHOSPITAL COM DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	6,5000	1		
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	8,6400	2		
155	Tala fácil em papelão. Tamanho M (45x10). Pacote com 10 talas. (4424)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	12,2000	3		
			PROHOSPITAL COM DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	10,0000	1		
			METROMED-COM DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	13,9000	2		
156	Tala fácil em papelão. Tamanho G (60x10). Pacote com 10 talas. (4425)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	15,6000	3		
			PROHOSPITAL COM DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	14,0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
157	Tala fácil em papelão. Tamanho GG (80x10), Pacote com 10 talas. (4426)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	18,6000	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	19,0800	3		
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	16,0000	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	25,4200	2		
158	Termômetro Clínico - escala interna, leitura direta. Escala: 35 42; 0,1°C Enchimento: Mercúrio (Hg) (4427)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	26,1300	3		
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PREMIUM	0	4,0000	1		
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREMIUM	0	4,5000	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Accumed	0	4,5200	3		
159	Termômetro Digital Clínico. Desliga automaticamente, emite sinal sonoro ao término da medição. (4428)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDCARE	0	3,8900	1		
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	BIOLAND	0	6,9000	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MD	0	6,9000	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	7,8600	4		
160	Tesoura Iris curva 10cm delicada.. (4429)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	9,3100	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 46/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
161	Tesoura Iris reta 10cm delicada... (4430)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	ABC	0	10.4100	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mughal	0	10.6500	3		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	9.2800	1		
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	ABC	0	10.4100	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mughal	0	10.6500	3		
162	Tiras reagentes para teste de glicemia capilar, com método de aspiração. Cx c/50 unidades. Com 5 aparelhos em comodato. (4431)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Acon/On Call F	0	22.9000	1		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Acon	0	24.0100	2		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	G TECH	0	28.0000	3		
163	Tubo Endotraqueal com manguito nº 5,5. Estéril, com registro na Anvisa (4432)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2.6600	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	2.9300	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solida	0	2.9500	3		
164	Tubo Endotraqueal com manguito nº 6,5. Estéril, com registro na Anvisa (4433)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2.6600	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	2.9300	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 47/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
165	Tubo Endotraqueal com manguito nº 7,5. Estéril, com registro na Anvisa (4434)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	2,9500	3		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2,6600	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	2,9300	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	2,9500	3		
166	Tubo Endotraqueal com manguito nº 8,5. Estéril, com registro na Anvisa (4435)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2,6600	1		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	2,9300	2		
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	2,9500	3		
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2,6600	1		
167	Vaselina Líquida.. 1 LT (4437)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	15,3100	1		
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	VIC PHARMA	0	15,8200	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	16,3200	3		
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDSONDA	0	0,3800	1		
168	Sonda Uretral de Alívio nº 14. (4438)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3900	2		
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4100	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 48/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 49/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014

PROCESSO Nº 7/2014

- (6011) - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6072) - ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME
- (6136) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6156) - PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.
- (6352) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (6542) - PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL
- (6559) - LA DALLA PORTA JUNIOR
- (6767) - CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDAME

Braço do Trombudo, 26 de Agosto de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5 2014 FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 1/7

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Açúcar refinado especial (pct 5 kg). (3476)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	ALTO ALEGRE	0	8,3783	1
2	Adoçante dietético líquido ciclamato de sódio e sacarina sódica gotas 200 ml. (3477)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Caravels	0	8,3375	2
3	Água mineral galão retornável 20 lt (sem frasco). (3478)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	AZUCRIM	0	2,1155	1
4	Água mineral - galão retornável 20 lt. (com frasco). (3479)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Adocyl	0	4,4208	2
5	Água mineral sem gás, garrafa de 500 ml. (3480)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	SANTA CATAF	0	5,7541	1
6	Água mineral com gás, garrafa de 500 ml. (3481)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H Leve	0	5,7412	2
7		UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	SANTA CATAF	0	18,6163	1
8		UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H Leve	0	18,4353	2
9		UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	SANTA CATAF	0	1,0577	1
10		UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H Leve	0	1,0530	2
11		UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	SANTA CATAF	0	1,1847	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 5/2014 Data do Registro: 25/11/2014 Válido até: 25/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	H Leve	0	1,1700	2		
7	Bala de banana pct c/700gr (3482)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	OLIVEIRA	0	5,7541	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Pietrobon	0	5,7078	2		
8	Bolacha tipo Maria pct c/ 740gr. (3483)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	NINFA	0	6,2619	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Parati	0	6,1841	2		
9	Café solúvel (vidro de 200gr) (3484)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	IGUACU	0	8,9697	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nescafe	0	8,8834	2		
10	Café torrado e moído (cx 500gr). (3485)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	IGUACU	0	7,5312	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	3 Corações	0	7,4878	2		
11	Chá em sachês, no sabor CHA VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE. cx c/10 unidades com 1g a 1,5 g cada sachê. (4508)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2,5386	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,5405	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 5/2014 Data do Registro: 25/11/2014 Válido até: 25/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA E CANELÁ, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3489)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2.2847	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2.3149	2		
13	Chá em sachês, no sabor CHA VERDE E LARANJA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (4509)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2.5386	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chines	0	2.5906	2		
14	Chá em sachês, no sabor CHA AMORA SILVESTRE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3491)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2.5386	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	chileno	0	3.0921	2		
15	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3492)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2.4540	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chines	0	2.4820	2		
16	Chá em sachês, no sabor CHA CAMOMILA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3493)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2.0309	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Neilar	0	2.0809	2		
17	Chá em sachês, no sabor CHA CAPIM CIDREIRA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (3494)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2.5386	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 5/2014 Data do Registro: 25/11/2014 Válido até: 25/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Chileno	0	2,5906	2		
18	Chá em saches, no sabor CHA ERVA DOCE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sache. (3488)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2,2847	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Neilar	0	2,2647	2		
19	Chá em saches, no sabor CHA HORTELA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sache. (3495)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	BARAO	0	2,2001	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Neilar	0	2,1811	2		
20	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra park), (3498)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	PIRACANJUB	0	2,0309	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Aurora	0	2,0307	2		
21	Leite em pó (lata 400 gr), (3499)	LTA	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	AURORA	0	10,1544	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Aurora	0	10,1202	2		
22	Suco concentrado de frutas-frasco de 500ml no sabor maracujá (4510)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	GOTA DA FRU	0	6,2619	1		
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Maguary	0	6,2092	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Suco concentrado de frutas-frasco de 500ml no sabor uva (4511)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	GOTA DA FRU	0	5,6695	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Maguary	0	5,6325	2
24	suco concentrado de frutas-frasco de 500ml no sabor laranja (4512)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	GOTA DA FRU	0	5,6695	1
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Maguary	0	5,6576	2
25	Suco concentrado de frutas-frasco de 500ml no sabor abacaxi (4513)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	GOTA DA FRU	0	5,5849	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Maguary	0	5,5657	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015	
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014
PROCESSO Nº 10/2014
(6228) - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C
(6773) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 25 de Novembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9 2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 9/2014 Data do Registro: 25/11/2014 Válido até: 25/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Açúcar refinado especial (pct 5 kg) (1360)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ALTO ALEGRE	0	8,2300	1		
2	Adoçante dietético líquido ciclamato de sódio e sacarina sódica gotas 200 ml (1361);	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AZUCRIM	0	4,3613	1		
3	Água mineral galão retornável 20 lt (sem frasco) (1362);	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SATA CATARIN	0	5,6062	1		
4	Água mineral - galão retornável 20 lt. (com frasco) (1363);	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANTA CATAF	0	18,1376	1		
5	Água mineral sem gás, garrafa de 500 ml (1364)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANTA CATAF	0	1,0305	1		
6	Água mineral com gás, garrafa de 500 ml (1365)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANTA CATAF	0	1,1542	1		
7	Bala de banana pct c/700gr (1366)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OLIVEIRA	0	5,6062	1		
8	Bolacha tipo Maria pct c/ 740gr (1367)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	NINFA	0	6,1008	1		
9	Café solúvel (vidro de 200gr) (1368)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	IGUACU	0	8,7390	1		
10	Café torrado e moído (cx 500gr) (1369)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	IGUACU	0	7,3375	1		
11	Chá em sachês, no sabor CHA VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5 g cada sachê (1370)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,4733	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 9/2014 Data do Registro: 25/11/2014 Válido até: 25/11/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA E CANELA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1371)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,2672	1		
13	Chá em sachês, no sabor CHA VERDE E LARANJA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1372)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,5557	1		
14	Chá em sachês, no sabor CHA AMORA SILVESTRE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1373)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	3,0504	1		
15	Chá em sachês, no sabor CHA MAÇA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1374)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,3909	1		
16	Chá em sachês, no sabor CHA CAMOMILA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1375)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,0199	1		
17	Chá em sachês, no sabor CHA CAPIM CIDREIRA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1376)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,5557	1		
18	Chá em sachês, no sabor CHA ERVA DOCE, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1377)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,2260	1		
19	Chá em sachês, no sabor CHA HORTELA, cx c/10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (1378)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BARAO	0	2,1435	1		
20	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra park) (1379)	L	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PIRACANJUB,	0	1,9786	1		
21	LEITE EM PÓ (LATA 400GR) (311)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AURORA	0	9,9757	1		
22	Suco concentrado de frutas: frasco de 500 ml sabor maracujá (652)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	6,1008	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Suco concentrado de frutas, frasco de 500 ml sabor uva (653)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	5,5237	1
24	suco concentrado de frutas-frasco de 500ml no sabor laranja (1380)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	5,5237	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Suco concentrado de frutas, frasco de 500 ml sabor abacaxi (654)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GOTA DA FRU	0	5,4413	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 25/11/2014		Válido até: 25/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação para Manutenção do CRAS, CONSELHO TUTELAR e TERCEIRA IDADE do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2014
PROCESSO Nº 9/2014

(6192) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 25 de Novembro de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 821

LEI Nº 821, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Elege o ente regulador dos serviços de saneamento do Município de Brunópolis

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em atendimento a Lei Federal nº 11.445/07, fica eleito como ente regulador dos serviços de saneamento do Município de Brunópolis (SC), englobando água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM Meio Oeste), o qual exercerá a regulação por meio de seu Órgão Regulador, denominado CISAM-REG, o qual se constitui, nos termos da Cláusula Trigésima Segunda do Contrato de Consórcio Público (Protocolo de Intenções) e art. 33 do Estatuto do Consórcio, em órgão de natureza consultiva e deliberativa do CISAM Meio Oeste destinado ao exercício da atividade regulatória dos serviços de saneamento em proveito dos municípios consorciados.

Art. 2º O funcionamento, composição e procedimentos do CISAM-REG serão os estabelecidos em resoluções próprias do CISAM Meio Oeste.

Art. 3º Diante da inserção do Contrato de Consórcio Público, do estatuto do consórcio e de todas as normas derivadas desses instrumentos no ordenamento jurídico do Município, fica criado o preço de regulação (PR), com a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem desenvolvidas pelo CISAM-REG, cujos valores serão fixados por meio de resoluções aprovadas na Assembleia Geral do CISAM Meio Oeste.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 736, de 28/05/2013.

Brunópolis, SC, em 25 de novembro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei no DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 022/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 022/2014

ESPÉCIE: Fornec. gasolina. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 74/2013. VALOR UNITÁRIO: R\$ 2,595. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2014. DATA DA ASSINATURA: 21/11/2014; CONTRATADA: Irmãos Willrich Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 21 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EDITAL Nº 055/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Processo Seletivo - Edital nº 055/2014

O Secretário Municipal de Orçamento de Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de MONITOR, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação junto a Secretaria de Orçamento e Gestão, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 7 deste edital.

1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado; atendimento ao público.

1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá em prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

MONITOR
Obrigatória Ensino Médio Completo

3- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1- O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, CÓPIA

dos seguintes documentos:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) CPF;
- c) Carteira de Identidade;
- d) Título de Eleitor;
- e) Comprovante de residência;
- f) Comprovante de escolaridade;
- g) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- h) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);

4- DA INSCRIÇÃO

4.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

4.2 As inscrições serão realizadas junto ao setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque, no período de 25 de novembro de 2014 a 05 de Dezembro de 2014, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

4.3 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.4 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

- 5.1- Ter formação no Ensino Fundamental;
- 5.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- 5.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 5.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;
- 5.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- 5.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
- 5.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;
- 5.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

6- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

6.1- A documentação deverá ser entregue no ato da inscrição, que ocorrerá no período de 25 de novembro de 2014 a 04 de dezembro de 2014, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min., no setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque. O candidato habilitado deverá apresentar uma cópia e o original dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) CPF;
- c) Carteira de Identidade;
- d) Título de Eleitor;
- e) Comprovante de residência;
- f) Comprovante de escolaridade;
- g) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- h) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);

7- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
MONITOR	10 + C.R *	40 horas semanais	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação A	R\$ 986,49

*CADASTRO DE RESERVA

8- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

8.1- MONITOR

8.2 Atribuições:

- Auxiliar no preparo de expedientes administrativos que se fizerem necessários nas diversas unidades, sob orientação;
- Prestar apoio no controle de entrada e saída de materiais, ferramentas e equipamentos no ambiente de trabalho bem como como cuidar do registro de frequência dos servidores;
- Inteirar-se dos trabalhos desenvolvidos em cada setor, visando colaborar e facilitar a obtenção de dados, documentos ou outras solicitações dos superiores;
- Operar equipamentos diversos, tais como: projetor multimídia; aparelhos de fax, máquinas fotocopadoras/duplicadoras e outros;
- Produzir, reproduzir e processar, fotografias, slides, microfilmes, jornais, revistas ou livros, negativos e celuloze;
- Localizar, organizar, classificar e manter atualizado o acervo de multimídia;
- Zelar pela higiene, limpeza, conservação e boa utilização dos equipamentos e instrumentos utilizados sob sua responsabilidade, solicitando junto à chefia os serviços de manutenção;
- Dirigir veículos automotores;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas;
- Realizar serviços auxiliares no processo de aquisição e processamento técnico;
- Executar serviços auxiliares de preparação para restauro e conservação do material bibliográfico e não bibliográfico;
- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de expedientes;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

9- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

9.1- A prova realizar-se-á no dia 07 de dezembro 2014, das 09h00min às 12h00min, nas dependências da UNIASSELVI/ASSEVIM, situada na Rua Gregório Diegoli, 35-A, São Luiz , Brusque-SC.

10- DA PROVA, CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

10.1- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetiva com antecedência mínima de 30

(trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

10.2- O candidato somente poderá deixar o local de provas depois de decorrido 01 (uma) hora do início da prova, sendo automaticamente eliminado do certame aquele que não atender a este dispositivo;

10.3- Os três últimos candidatos somente poderão deixar o recinto de uma vez só, após o último candidato ter concluído a sua prova;

10.4- A prova compor-se-á de 40 (quarenta) questões de Conhecimentos Gerais.

10.5- Estará classificado no Processo Seletivo o candidato que obter na prova objetiva 5,0 pontos do total geral da nota;

10.6- Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

10.6.1- Prestar a prova sem que esteja portando documento de identificação;

10.6.2- Ingressar no estabelecimento da prova após o fechamento da sala;

10.6.3- Substituir a folha de respostas, por erro do candidato;

10.6.4- Valer-se de qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, relógios digitais, telefone celular, agendas eletrônicas, pagers, bip, walkmann ou qualquer outro equipamento similar.

10.7- No caso de perda ou roubo de documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

10.8- Não haverá segunda chamada para a prova escrita objetiva deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

10.9- Após identificado e instalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala acompanhado de fiscal.

11- DO CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA

CONHECIMENTOS GERAIS:

11.1 - LÍNGUA PORTUGUESA:

11.1.1 - Acentuação;

11.1.2 - Análise Sintática;

11.1.3 - Concordância Nominal e Verbal;

11.1.4 - Gramática;

11.1.5 - Grupos Vocálicos;

11.1.6 - Pronomes;

11.1.7 - Pontuação.

11.2 - MATEMÁTICA:

11.2.1 - Estatística;

11.2.2 - Lógica;

11.2.3 - Noções de Matemática Financeira;

11.2.4 - Regra de Três ;

11.2.5 - Sistema Linear;

12- DO GABARITO

12.1- O gabarito oficial da prova será divulgado no dia seguinte à sua realização, no site da prefeitura, no seguinte endereço: www.brusque.sc.gov.br.

13- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da

mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

13.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

a) maior idade;

b) maior número de acertos nas questões de Língua Nacional;

c) maior número de acertos nas questões de Matemática;

d) casado ou sob regime de união estável.

13.3- A comprovação do estado civil especificado na letra "d" do item 11.2 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

14- DO RESULTADO

15.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 09 de dezembro de 2014, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.

16- DOS RECURSOS

16.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria Orçamento, e Gestão setor de Recursos Humanos, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal), nos seguintes horários: das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h00min.

16.2 - A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 11 de dezembro de 2014.

17- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

17.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos, na data e horários fixados por este departamento, com os seguintes documentos:

1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando)

2- endereço do servidor,

3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei,

4- regime jurídico,

5- informações pessoais: nome, sexo, CPF nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver.

6- laudo de inspeção de saúde,

7- comprovação de nacionalidade,

8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos,

9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais,

10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato,

11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horária do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento,

12- comprovação de idade mínima,

13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital,

14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho,

16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público,

- 17- termo de posse,
18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão,
19- declaração de bens,
20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo,

18- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 25 de novembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Anexo I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de _____deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/ ____/ ____.

Assinatura do Candidato.

Anexo II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofreu penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/ ____/ ____.

Assinatura do Candidato.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 056/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 056/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 056/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de metalurgia em geral. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 11 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 191/2014

PREGÃO nº 115/2014

OBJETO: Aquisição de carreta para transporte de mini pá carregadeira.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

25/11/2014.

JOSEANA PAES LOPES

Pregoeira da Administração Pública Municipal

Portaria nº 8.938/2014

PORTARIA Nº 9.422, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.422, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo IV-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Arilson Fagundes, matrícula 398152-3, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Fundação

Municipal de Meio Ambiente, a partir de 06 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.423, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.423, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo IV - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Francielle da Camino Marchi para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Fundação Municipal de Meio Ambiente, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.424, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.424, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Arilson Fagundes para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Ao servidor será concedida gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n.º 9.234/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.427, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.427, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Leila Patricia Cipriani para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.428, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.428, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 9.052, de 14 de março de 2014, que concede ao servidor Sebastião Domingues, matrícula n.º 67852.0-2, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, gratificação de função de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.429, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
PORTARIA Nº 9.429, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o parágrafo único, do art. 6º da Lei nº 2.174/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Wilmar Reis, matrícula n.º 1011804.7-3, contratado para exercer a função de Motorista, lotado na Secretaria de Obras, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da LC nº 218/13, a partir de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de novembro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.430, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
PORTARIA Nº 9.430, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Substitui membros representantes do Poder Público no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nomeados por meio da Portaria n.º 8.580/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Poder Público no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nominados no

item I - "b" da Portaria n.º 8.580/13, conforme segue:

I - (...)

b) um representante da Secretaria de Educação:
Titular: Gilsenei Lopes
Suplente: Isabela Lourenço

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.431, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
PORTARIA Nº 9.431, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Substitui membros representantes de Universidade Local no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, nomeados por meio da Portaria n.º 8.686/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente representantes de Universidade Local no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, conforme segue:

- 02 (dois) representantes das universidades locais:
(...)

Titular: Priscila Pereira (Uniasselvi/Assevim)
Suplente: Grazielle Beiler (Uniasselvi/Assevim)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de novembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.433, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
PORTARIA Nº 9.433, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Substitui membros representantes de entidades não-governamental e governamental no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nomeados por meio da Portaria n.º 8.868/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplentes do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nominados no art. 1º da Portaria n.º 8.868/13, conforme segue:

Art. 1º (...)

- Museu Arquidiocesano Dom Joaquim (Museu de Azambuja):

(...)

Suplente: André Luiz Staack

- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

Titular: Lenomir de Farias

Suplente: Fausto Diegoli

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.434, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.434, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Substitui membros representantes de entidade governamental e não-governamental no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDA-DE, nomeados por meio da Portaria n.º 8.667/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplentes do Conselho Municipal da Cidade - COMCIDA-DE, nominado no item IX, do art. 1º da Portaria n.º 8.667/2013, conforme segue:

Art. 1º (...)

I - 01 (um) representante do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN:

(...)

Suplente: Valério Morais Kosel

(...)

XI - 02 (dois) representantes dos segmentos sociais, institutos, ONGs, associações de moradores legalmente constituídas em Brusque:

Titular: Aldo Pfigler - UBAM

Suplente: Leoedson Dionizio Gomes - UBAM

(...)

Suplente: Priscila Pereira - Grupo Uniasselvi/Assevim

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.435, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.435, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Substitui membros representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Brusque - CMMA, nomeados por meio da Portaria n.º 9.306/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque - SINSEB no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Brusque, nominados no art. 1º, item II, "a" da Portaria n.º 9.306/14, conforme segue:

II - Não Governamental

a) Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque - SINSEB:

Titular: Aldo Pfigler

Suplente: Leoedson Dionizio Gomes

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2071/2014

PORTARIA Nº 2071/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. RAFAELA DE OLIVEIRA, matrícula nº 704121, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 22/09/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 057/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 057/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 057/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento e instalação de vidro temperado na sede administrativa do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 12 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

Caçador**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO TP 01-2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 25/2014

EDITAL: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA CASA DE PASSAGEM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, SITO A RUA DINAMARCA Nº 423, BAIRRO SORGATTO, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 17/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 17/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 25 de novembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1928 A 1935

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1724/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABG9779	54150684D	6670/0	30/10/2013	230 * XIII
AGE0444	54150681D	6599/2	30/10/2013	230 * V
AHG0268	54150535D	5045/0	07/10/2013	162 * V
AIZ2321	55700238D	6920/0	15/10/2013	233
ALB7887	55703873D	6599/2	30/08/2013	230 * V
ALB7887	55703874D	6556/5	30/08/2013	230 * I
CRC4381	54150324D	5010/0	07/10/2013	162 * I
DGK8903	54150630D	5010/0	30/10/2013	162 * I
DGK8903	54150631D	5118/0	30/10/2013	164 c/c 162 * I
IMM5435	55698718D	5010/0	13/10/2013	162 * I
IMM5435	55698719D	6599/2	13/10/2013	230 * V
IMM5435	55698720D	6556/5	13/10/2013	230 * I
LYI3259	55698809D	6920/0	28/10/2013	233
LYN6762	55700208D	6920/0	26/09/2013	233
LYT0029	55698812D	6920/0	30/10/2013	233
LZD8755	55698753D	6599/2	09/10/2013	230 * V
MAF5580	55698808D	6920/0	24/10/2013	233
MAF8379	55699967D	5010/0	04/10/2013	162 * I
MAF8379	55699968D	5118/0	04/10/2013	164 c/c 162 * I
MAF8379	55699969D	6912/0	04/10/2013	232
MBF2527	54150281D	6599/2	07/10/2013	230 * V
MBX1293	54150362D	5045/0	29/09/2013	162 * V
MCX4893	54150541D	5045/0	08/10/2013	162 * V
MCX4893	54150542D	6912/0	08/10/2013	232
MEF4557	55698811D	6920/0	29/10/2013	233
MEQ0222	55950814B	6769/1	25/10/2013	230 * XXII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEQ5714	55698722D	5010/0	27/10/2013	162 * I
MEQ5714	55698723D	5061/0	27/10/2013	163 c/c 162 * I
MEQ5714	55698724D	6599/2	27/10/2013	230 * V
MGD7972	54150627D	5010/0	30/10/2013	162 * I
MGD7972	54150628D	5118/0	30/10/2013	164 c/c 162 * I
MGQ1301	54150503D	6670/0	29/09/2013	230 * XIII
MGU8438	55703881D	6556/1	10/10/2013	230 * I
MGU8438	55703882D	6653/1	10/10/2013	230 * XI
MGV8438	54150775D	5010/0	07/10/2013	162 * I
MGV8438	54150776D	5118/0	07/10/2013	164 c/c 162 * I
MGV8438	55703883D	5010/0	10/10/2013	162 * I
MHI7511	55950812B	6599/2	25/10/2013	230 * V
MHI7511	55950813B	5010/0	25/10/2013	162 * I
MJT5942	54149796D	6599/2	27/09/2013	230 * V
MKY6048	54150521D	6670/0	30/09/2013	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1725/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMI6367	54150265D	6270/0	02/10/2013	220 * II
MEF4557	54148980D	5843/4	22/10/2013	196
MEK4683	54150334D	5541/2	26/10/2013	181 * XVII
MEQ5714	55698725D	6050/1	27/10/2013	208
MGA3474	54150622D	5568/0	28/10/2013	181 * XIX
MIK9635	54150304D	5541/6	09/09/2013	181 * XVII
MIX4458	54150615D	5541/2	28/10/2013	181 * XVII
MKG4852	55698726D	7315/0	31/10/2013	252 * I
MMD1341	54150768D	6068/1	04/10/2013	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1726/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACC0012	55703482D	6920/0	16/09/2013	R\$ 127,69	233
ACF2032	55692660D	5169/1	22/09/2013	R\$ 1.915,38	165
AVP4050	54149322D	6599/2	10/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
BSU6336	55696778D	6599/2	28/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
CLR8647	54149285D	5045/0	09/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
CLR8647	55699685D	5169/1	09/08/2013	R\$ 1.915,38	165
CLR8647	55699686D	5045/0	09/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
DES9414	55700111D	6920/0	05/07/2013	R\$ 127,69	233
DFT5235	55703707D	6599/2	15/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
HCC0524	55703902D	6599/2	25/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
IOZ4983	54149739D	5010/0	20/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
JFI7570	55693975D	6599/2	15/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
JFI7570	55693976D	5045/0	15/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
LCQ9122	55692243D	6408/0	17/07/2013	R\$ 85,12	221
LXN4754	55693187D	6599/2	12/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYI5883	55700054D	5010/0	18/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZD6278	55700051D	6599/2	12/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZD6278	55700052D	6602/0	12/08/2013	R\$ 191,53	230 * VI
LZR0095	55703706D	5010/0	17/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZR0095	55703708D	6599/2	17/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZY7770	54150026D	6599/2	21/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZY7770	54150028D	5010/0	21/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAZ1346	55699687D	5010/0	10/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAZ1346	55703801D	5118/0	10/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCG1550	55700610D	5010/0	19/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCG1550	55700611D	5061/0	19/08/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHQ6137	55700109D	6920/0	05/07/2013	R\$ 127,69	233
MIJ7963	55703866D	6599/2	22/08/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVENBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1727/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANZ4753	55703529D	5215/2	31/07/2013	R\$ 191,53	170
HGZ8821	54150018D	6122/0	19/08/2013	R\$ 191,53	214 * I
LZI8624	54149520D	5541/2	14/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBJ6671	55699667D	5207/0	08/07/2013	R\$ 53,20	169
MGF1458	54150008D	5967/0	11/08/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGF1458	54150009D	6980/0	11/08/2013	R\$ 191,53	239
MGQ3248	54149111D	5541/1	03/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL5326	54149688D	5835/0	20/07/2013	R\$ 127,69	195
MKL5326	54149689D	6050/1	20/07/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVOBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1728/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AED1662	55704159D	5169/1	30/10/2013	165
AER6559	54150325D	5045/0	07/10/2013	162 * V
AJL3677	54150469D	6599/2	31/10/2013	230 * V
AJN5427	54150726D	5010/0	30/10/2013	162 * I
ETL5747	55704032D	5010/0	06/11/2013	162 * I
KEO0033	55700439D	6599/2	10/11/2013	230 * V
LAA9198	55699974D	6599/2	05/11/2013	230 * V
LXL6848	55694184D	6599/2	02/11/2013	230 * V
LXL6848	55694186D	6726/1	02/11/2013	230 * XVIII
LXT7837	55698822D	6920/0	04/11/2013	233
LXV4677	54150373D	5010/0	08/10/2013	162 * I
LZD1327	55698830D	6920/0	06/11/2013	233
LZE5207	54150530D	5010/0	04/10/2013	162 * I
MAE1677	55704096D	5045/0	07/11/2013	162 * V
MAE1677	55704097D	6599/2	07/11/2013	230 * V
MAT2649	54150543D	5045/0	08/10/2013	162 * V
MEP0811	55699800D	6599/2	02/11/2013	230 * V
MFH4591	54150691D	5010/0	31/10/2013	162 * I
MGP9020	55698813D	6920/0	30/10/2013	233
MHD3285	54150716D	5045/0	07/10/2013	162 * V
MHY0510	55700233D	6920/0	11/10/2013	233
MKF7322	55698828D	6920/0	05/11/2013	233
MKL0707	54150451D	6599/2	07/10/2013	230 * V
MKT0072	54150299D	6599/2	30/10/2013	230 * V
MMF4644	55699701D	5010/0	06/11/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1729/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKE5018	55699492D	5525/0	14/10/2013	181 * XV
LWX7915	54150762D	5541/2	30/09/2013	181 * XVII
LXL6848	55694185D	5827/0	02/11/2013	194
LYM4376	54150377D	5452/2	17/10/2013	181 * VIII
LYW5596	54150773D	5185/1	06/10/2013	167
LYY7508	54150071D	6270/0	03/10/2013	220 * II
MAC3430	54150374D	5452/1	09/10/2013	181 * VIII
MBD7037	54150235D	5541/2	04/11/2013	181 * XVII
MCB2980	55698715D	5525/0	12/10/2013	181 * XV
MHW0709	54150368D	5460/0	01/10/2013	181 * IX
MIG0891	54150548D	5428/4	12/10/2013	181 * V
MIH8563	54148942D	5185/1	08/10/2013	167
MIT4914	54150322D	5541/2	07/10/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1730/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAN6175	55703431D	6920/0	20/08/2013	R\$ 127,69	233
ADL7930	55703434D	6920/0	20/08/2013	R\$ 127,69	233
AFX3693	55698701D	5274/1	18/09/2013	R\$ 191,53	175
AFX3693	55698702D	6610/2	18/09/2013	R\$ 127,69	230 * VII
AJP8607	55704017D	5010/0	09/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANZ4753	55703526D	5010/0	31/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANZ4753	55703528D	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
DCA2590	54149989D	6670/0	29/08/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
ECQ7650	55703433D	6920/0	20/08/2013	R\$ 127,69	233
JNP0622	55699502D	5010/0	08/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
JNP0622	55699504D	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
KAB5622	55703449D	6920/0	29/08/2013	R\$ 127,69	233
LWU8166	55699693D	5010/0	06/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWU8166	55699694D	6726/1	06/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXJ4447	55704060D	5010/0	09/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXJ4447	55704061D	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXJ4447	55704062D	5118/0	09/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZY7770	54149777D	5118/0	21/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZY7770	54149779D	5282/0	21/08/2013	R\$ 957,69	176 * I
MAA3873	55703440D	6920/0	26/08/2013	R\$ 127,69	233
MAA5312	55703711D	6599/2	04/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAY4038	55693978D	5010/0	31/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBH8824	54150114D	6610/2	29/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBR8639	55703430D	6920/0	19/08/2013	R\$ 127,69	233
MCL8772	54149740D	6670/0	24/08/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MCV1698	54149985D	6670/0	25/08/2013	R\$ 127,69	230 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE7482	54790200C	6920/0	31/07/2013	R\$ 127,69	233
MFE7482	55700678D	5010/0	24/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFE7482	55700679D	6610/2	24/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MFE7482	55700680D	5118/0	24/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFE7482	55700696D	5010/0	31/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFE7482	55700697D	5118/0	31/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFE7482	55700698D	6637/1	31/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFM0600	55704010D	6637/2	05/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFM0600	55704011D	6599/2	05/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFM0600	55704012D	5045/0	05/09/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1731/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANZ4753	55703530D	5835/0	31/07/2013	R\$ 127,69	195
CIU7005	54149326D	5959/1	21/08/2013	R\$ 191,53	203 * IV
DCA2590	54149988D	5185/1	29/08/2013	R\$ 127,69	167
JFZ5118	54149823D	5452/2	30/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
KFK2694	54150049D	5541/2	27/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD6309	54149850D	5835/0	31/08/2013	R\$ 127,69	195
MCD7475	55693189D	5541/5	12/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDY2696	54149390D	5541/2	17/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MII2807	54149843D	6050/1	26/08/2013	R\$ 191,53	208
MJC3150	54150030D	5541/2	23/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

Camboriú

PREFEITURA

PR 96/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 096/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NOBREAKS, MICROCOMPUTADORES E TABLETES DESTINADOS AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES QUE SERÃO UTILIZADOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 09 (Nove) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 97/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 097/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESTINADO A FIM DE PROMOVER RECREAÇÃO E LAZER, PROPORCIONANDO UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA, PARA SER INSTALADO EM PRAÇAS, ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 10 (Dez) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 25 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ECM 009/2014

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 009/2014

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA JOSÉ A. BOLDA, no Bairro Lídia Duarte, totalizando 1.408,05m² (Mil Quatrocentos e Oito e Cinco Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA JOSÉ A. BOLDA, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 156.201,51 (Cento e Cinquenta e Seis Mil Duzentos e Um Reais e Cinquenta e Um Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de

Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 25 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 26/14 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2014-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE BLOCOS, FOLDERS, REVISTAS E CARTAZES, PARA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS DO SUAS (SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) OFERTADO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E CREAS (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialmente às 16:00 horas do dia 09 (Nove) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 25 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**RESUMO EXTRA DO CONTRATO Nº 076/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVOS

PMC

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 076/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 006/2014

Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA -EPP

Data: 23/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução da obra por mais 120 dias, vigorando de 24 de outubro de 2014 até 20 de fevereiro de 2015, devido a condições meteorológicas; dias úteis da Copa do Mundo não trabalhados, e, sobretudo, em razão da descontinuidade dos trabalhos por conta de diversas alterações do projeto básico. Além disso, ocorre que um último trecho dos trabalhos serão interrompido por conta da proximidade das festas de fim de ano, onde há a necessidade da Administração ornamentar a cidade para o "Natal Luz", conforme justificativa e solicitação da empresa e Secretaria de Planejamento Urbano em anexo.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 1.962/2014

DECRETO N.º 1.962/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Função: 17 - Saneamento

Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0015 - Gestão da Água e Saneamento

Atividade: 2.050 - Manutenção das Atividades da Coleta e Tratamento de Lixo

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 11

VALOR: R\$ 240.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Função: 17 - Saneamento

Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0015 - Gestão da Água e Saneamento
Atividade: 2.051 - Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 15
VALOR: R\$ 200.000,00
Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Função: 17 - Saneamento
Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 0015 - Gestão da Água e Saneamento
Atividade: 2.051 - Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 16
VALOR: R\$ 60.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos próprios do Fundo Municipal de Saneamento Básico, apurado no exercício corrente na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de novembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.963/2014

DECRETO N.º 1.963/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0009 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.029 - Manutenção do Bloco Atenção Básica - PMAQ
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0064 - Atenção Básica
Código Reduzido: 23
VALOR: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação dos recursos do Bloco Atenção Básica, do exercício corrente, da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de novembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

ECM 010/14

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 010/2014

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal n.º. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA ARTHUR M.C.CORREA, no Bairro Lídia Duarte, totalizando 836,60m2 (Oitocentos e Trinta e Seis e Sessenta Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO
Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal n.º. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA
A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA ARTHUR M.C.CORREA, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 110.949,79 (Cento e Dez Mil Novecentos e Quarenta e Nove Reais e Setenta e Nove Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 25 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ECM 011/14

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 011/2014

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA JOSÉ BERNARDES PASSOS, no Bairro Centro, totalizando 1.183,00m² (Um Mil Cento e Oitenta e Três Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA JOSÉ BERNARDES PASSOS, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$

124.832,47 (Cento e Vinte e Quatro Mil Oitocentos e Trinta e Dois Reais e Quarenta e Sete Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 25 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1306/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1306/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGQ8159	54945731E	5169/1	09/08/2014	R\$ 1.915,38	165
APH1263	54950049E	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEA7586	54950229E	5118/0	24/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG0201	55003068D	6599/2	28/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFH5068	54950243E	5010/0	07/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFH5068	54950244E	6912/0	07/09/2014	R\$ 53,20	232
MFH5068	54950245E	6653/1	07/09/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MF6164	54948772E	5045/0	20/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MF6164	54948773E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGH9162	54948776E	5010/0	30/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKW2367	55003073D	5010/0	05/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKW2367	55003074D	6610/2	05/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1307/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1307/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABF8147	54947338E	5452/1	18/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
ANP8299	55726668E	5185/1	12/08/2014	R\$ 127,69	167
APH1263	54948332E	7056/1	30/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
APH1263	54950050E	7030/1	30/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
AYT0110	55726692E	5541/6	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA7586	54950225E	5835/0	24/08/2014	R\$ 127,69	195
MEG0201	55003069D	5398/0	28/08/2014	R\$ 53,20	181 * II
MET7539	54950237E	5738/0	29/08/2014	R\$ 191,53	186 * II
MFP2929	55727129E	5541/6	04/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD2701	54949966E	5428/1	07/09/2014	R\$ 191,53	181 * V
MKB3228	55727115E	5541/6	02/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS6296	55727111E	5541/6	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

COTIZAÇÃO ECM 011/14

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA

MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																	
RUA - JOSÉ BERNARDES PASSOS																	
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A	CONSTRU	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M M³	DRENAGEM			PAVIMENTAÇÃO			
											BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PV UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO SARETA M
1	01.04.001.0245.001	GERMANO MANOEL DA SILVA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1	FATOR	310,50	248,40	49	158	7	14	1.183,00	310,00	1.183,00
2	01.04.001.0256.001	CIPRIANO AMARO DA SILVA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
3	01.04.001.0267.001	ORVALDO GARCIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
4	01.04.001.0278.001	ESPÓLIO DE OSVALDO GARCIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
5	01.04.001.0289.001	ESPÓLIO DE OSVALDO GARCIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
6	01.04.001.0300.001	ESPÓLIO DE OSVALDO GARCIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
7	01.04.001.0311.001	OSVALDO GARCIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
8	01.04.001.0322.001	OSVALDO GARCIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
9	01.04.001.0333.001	LAURO OLIVEIRA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	12,00	42,00	0,04138	1,00		12,85	10,28	2,03	6,54	0,29	0,58	48,95	12,83	48,95
10	01.04.001.0344.001	VALMIR GAVA DESTRO E OUTRO	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
11	01.04.001.0355.001	VALMIR GAVA DESTRO	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
12	01.04.001.0366.001	EDUARDO SIZENANDO DO CARMO	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
13	01.04.001.0406.001	HERCILIO PEDRO CARVALHO	JOSÉ BERNARDES PASSOS	11,00	38,50	0,03793	1,00		11,78	9,42	1,86	5,99	0,27	0,53	44,87	11,76	44,87
14	01.04.006.0030.001	GERMANO MANOEL DA SILVA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	30,00	105,00	0,10345	1,00		32,12	25,70	5,07	16,34	0,72	1,45	122,38	32,07	122,38
15	01.04.006.0082.001	VALDEMAR PEREIRA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	30,00	105,00	0,10345	1,00		32,12	25,70	5,07	16,34	0,72	1,45	122,38	32,07	122,38
16	01.04.007.0001.001	TRAUER PARTICIPAÇÕES SOCIETARIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	12,00	42,00	0,04138	1,00		12,85	10,28	2,03	6,54	0,29	0,58	48,95	12,83	48,95
17	01.04.007.0024.001	JAUNA LUANA DOMINGUES E THIAGO	JOSÉ BERNARDES PASSOS	12,00	42,00	0,04138	1,00		12,85	10,28	2,03	6,54	0,29	0,58	48,95	12,83	48,95
18	01.04.007.0036.001	LUIZA DA CUNHA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	12,00	42,00	0,04138	1,00		12,85	10,28	2,03	6,54	0,29	0,58	48,95	12,83	48,95
19	01.04.007.0048.001	LUIZA DA CUNHA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	12,00	42,00	0,04138	1,00		12,85	10,28	2,03	6,54	0,29	0,58	48,95	12,83	48,95
20	01.04.007.0089.001	OSVALDO GARCIA	JOSÉ BERNARDES PASSOS	38,00	133,00	0,13103	1,00		40,69	32,55	6,42	20,70	0,92	1,83	155,01	40,62	155,01
ÁREA COMUM ESQUINAS				TODAS	168,00												
TOTAL				290,00	1.183,00	1,00			310,50	248,40	49,00	158,00	7,00	14,00	1.183,00	310,00	1.183,00
VALOR UNITÁRIO									16,96	22,89	60,18	67,17	448,01	600,07	1.111,65	25,18	65,95
VALOR SUB-TOTAL									5.266,08	5.685,88	2.948,82	10.612,86	3.136,07	8.400,98	1.111,65	7.805,80	78.018,85
VALOR TOTAL																	124.832,47

Campo Alegre

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 116/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2014

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de filtros para veículos e máquinas da Frota Municipal no exercício de 2015, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	2	unidade	Filtro, referência: 11110022	R\$ 320,00	R\$ 640,00
02	6	unidade	Filtro, referência: 156-1200	R\$ 110,27	R\$ 661,62
03	6	unidade	Filtro, referência: 228-9130	R\$ 132,15	R\$ 792,90
04	6	unidade	Filtro, referência: 293-4053	R\$ 206,21	R\$ 1.237,26
05	4	unidade	Filtro, referência: AP 1012	R\$ 41,00	R\$ 164,00
06	5	unidade	Filtro, referência: ARL 4147	R\$ 11,00	R\$ 55,00
07	4	unidade	Filtro, referência: ARL 8825	R\$ 18,30	R\$ 73,20
08	4	unidade	Filtro, referência: ARL 9603	R\$ 16,00	R\$ 64,00
09	4	unidade	Filtro, referência: ARS 3003	R\$ 83,00	R\$ 332,00
10	4	unidade	Filtro, referência: ASR 203	R\$ 51,92	R\$ 207,68
11	10	unidade	Filtro, referência: ASR 839	R\$ 46,50	R\$ 465,00
12	16	unidade	Filtro, referência: BFU 707	R\$ 6,41	R\$ 102,56
13	4	unidade	Filtro, referência: C 14200	R\$ 28,62	R\$ 114,48
14	8	unidade	Filtro, referência: C 20325/2	R\$ 59,20	R\$ 473,60
15	10	unidade	Filtro, referência: C 27830	R\$ 90,24	R\$ 902,40
16	4	unidade	Filtro, referência: FC 165	R\$ 13,98	R\$ 55,92

17	4	unidade	Filtro, referência: H 1164	R\$ 29,31	R\$ 117,24
18	4	unidade	Filtro, referência: Multi 3/4 S	R\$ 12,00	R\$ 48,00
19	6	unidade	Filtro, referência: P165705	R\$ 350,00	R\$ 2.100,00
20	10	unidade	Filtro, referência: PF 420	R\$ 97,21	R\$ 972,10
21	16	unidade	Filtro, referência: PL 519	R\$ 19,65	R\$ 314,40
22	12	unidade	Filtro, referência: PSA 331	R\$ 38,00	R\$ 456,00
23	6	unidade	Filtro, referência: PSC 410	R\$ 30,00	R\$ 180,00
24	12	unidade	Filtro, referência: PSC 72/2	R\$ 13,00	R\$ 156,00
25	8	unidade	Filtro, referência: PSC 75	R\$ 38,00	R\$ 304,00
26	4	unidade	Filtro, referência: PSC 996	R\$ 42,40	R\$ 169,60
27	4	unidade	Filtro, referência: PSD 450/1	R\$ 58,00	R\$ 232,00
28	4	unidade	Filtro, referência: PSD 530/1	R\$ 28,00	R\$ 112,00
29	12	unidade	Filtro, referência: PSD 960/1	R\$ 50,15	R\$ 601,80
30	6	unidade	Filtro, referência: PSL 280	R\$ 33,00	R\$ 198,00
31	8	unidade	Filtro, referência: PSL 283	R\$ 68,00	R\$ 544,00
32	12	unidade	Filtro, referência: PSL 300	R\$ 90,20	R\$ 1.082,40
33	4	unidade	Filtro, referência: PSL 320	R\$ 41,60	R\$ 166,40
34	5	unidade	Filtro, referência: PSL 55	R\$ 16,00	R\$ 80,00
35	2	unidade	Filtro, referência: PSL 560	R\$ 16,00	R\$ 32,00
36	4	unidade	Filtro, referência: PSL 619	R\$ 11,00	R\$ 44,00
37	6	unidade	Filtro, referência: PSL 675	R\$ 25,00	R\$ 150,00
38	4	unidade	Filtro, referência: PSL 962	R\$ 29,31	R\$ 117,24

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 14.518,80
----------------------	---------------

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 26/11/2014, às 09h45min do dia 08/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 08/12/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 26 de novembro de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 117/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2014

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de desgaste (lâminas, unhas, travas das unhas e dentes) para as máquinas pesadas da frota municipal, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	UN	Lâmina 3/4, 13 furos 3/4, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, nacional (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	R\$ 830,00	R\$ 8.300,00
02	20	UN	Lâmina 3/4, 13 furos 5/8, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, nacional (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	R\$ 830,00	R\$ 16.600,00
03	24	UN	Unha para escavadeira hidráulica CAT 320 linha K.	R\$ 164,00	R\$ 3.936,00
04	30	UN	Trava da unha para escavadeira hidráulica CAT 320 linha K.	R\$ 54,00	R\$ 1.620,00
05	50	UN	Dente concha dianteira CAT 416 E	R\$ 83,00	R\$ 4.150,00
06	40	UN	Dente concha traseira CAT 416 E	R\$ 40,00	R\$ 1.600,00
07	50	UN	Dente concha dianteira JCB	R\$ 48,00	R\$ 2.400,00
08	40	UN	Dente concha traseira JCB	R\$ 48,00	R\$ 1.920,00
09	10	UN	Dente lateral (flanco) JCB	R\$ 99,00	R\$ 990,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 41.516,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 26/11/2014, às 13h45min do dia 08/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 08/12/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 26 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

PREGÃO 118/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 118/2014

MODALIDADE PREGÃO (presencial)

A licitação tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica para Prestação de Serviços de Elaboração e Execução de Concurso Público e Processo Seletivo no Município de Campo Alegre/SC, conforme relação abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Estimado (R\$)
01	01	Serviço	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
02	01	Serviço	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO	
VALOR GLOBAL (Soma dos itens 01 e 02)				R\$ 65.000,00

- Critério julgamento: MENOR VALOR GLOBAL, COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública

do pregão: dia 08/12/2014, às 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 08 horas e 45 minutos, do dia 08/12/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	03.00	Secretaria Municipal de Administração
Unidade	03.01	Serviço de Administração
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	5	Coord. e Manutenção das Atividades Administrativas
Projeto	2.102	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 118/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 26 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 11.323 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.323 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, MARLI AUGUSTIN, Matrícula funcional nº 000379, Registro no Sistema sob nº 832910, referente aos períodos aquisitivos: 13 de Março de 2012 a 12 de Março de 2013 = 10 (dez) dias; 13 de Março de 2013 a 12 de Março de 2014 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 12 de Março de 2013 à 13 de Março de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 24 de Novembro

de 2014 á 23 de Dezembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.324 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.324 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, CRISTIANO CUNHA, Matrícula funcional nº 000501, Registro no Sistema sob nº 954560, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 20 (vinte) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2013 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 24 de Novembro de 2014 á 23 de Dezembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.325 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.325 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE DISTRIBUIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS PARA PROFESSORES, ATENDENTES DE SALA E AGENTE OPERACIONAIS I, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe conferida por Lei em especial ao Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, Resolve:

Art.1º) Ficam à disposição para escolha de vagas para os cargos de Professor I a X, Atendentes de Sala e Agentes Operacionais I, lotados na Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC;

Art.2º) A Escolha será:

- a) dia 17 de dezembro de 2014, das 08:00 horas às 17:00 horas para Professores I a X;
- b) dia 18 de dezembro de 2014, das 08:00 horas às 12:00 horas para Atendentes de Sala;
- c) dia 18 de dezembro de 2014, das 13:00 horas às 17:00 horas para Agentes Operacionais I.

Art.3º) O critério para classificação dos candidatos será: em ordem de escolha de quem possuir do maior para o menor tempo de serviço público nesta municipalidade, até a data de 28 de novembro de 2014, sendo valorizado o título de especialização, dando prioridade na classificação geral dos Profissionais do Magistério.

Parágrafo único: O Tempo de Serviço na Municipalidade contará também a admissão em Caráter Temporário - ACT, anterior a data de ingresso no quadro permanente dos Servidores Públicos Municipais.

Art.4º) Para os Profissionais que estão vinculados ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, Atendimento Educacional Especializado e Agentes Operacionais I com experiência em Serviço de Merenda Escolar (cozinha) nas Instituições Educacionais, haverá escolha específica com os mesmos critérios que os demais.

Art.5º) A escolha acontecerá no Espaço Cultural Profª. "Sirley Maria Neumann Johanson", sito à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640, Centro neste Município.

Art.6º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de novembro de 2014.

Art.7º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 11.319 de 13 de Novembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
21 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.326 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.326 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público e exercendo a função de Professor Auxiliar, CARLA ALEXANDRE BAGNHUCK DA SILVEIRA, Matrícula Funcional nº 000474, Registro no Sistema sob nº 954480, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 02 de Outubro de 2011 á 02 de Outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC,
24 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.327 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.327 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS, Matrícula Funcional nº 000069, Registro no Sistema sob nº 294080, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Novembro de 2011 á 01 de Novembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.328 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.328 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000470, Registro no Sistema sob nº 954476, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2011 á 02 de Outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.329 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.329 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Professor IV, exercendo a função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03 de Outubro de 2011 á 03 de Outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 24 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.330 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.329 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Professor IV, exercendo a função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03 de Outubro de 2011 á 03 de Outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC,
24 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.331 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.331 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao servidor ocupante do cargo público de Professor V, exercendo a função de Professor de Língua Portuguesa, LUÍS ROGÉRIO DE VARGAS VALÉRIO, Matrícula Funcional nº 000458, Registro no Sistema sob nº 95467, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 02 de Outubro de 2011 á 02 de Outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 25 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 001/2014 DA COMISSÃO ELEITORAL DE 24/11/2014

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

Resolução nº 001/2014 da Comissão Eleitoral de 24/11/2014.

EDITAL Nº 001/2014

ABRE INSCRIÇÕES E REALIZA ELEIÇÕES PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

CMDCA - MANDATO de 01/01/2015 a 31/12/2016.

IVO KESTERING, Coordenador da Comissão Eleitoral de escolha dos Membros Não-Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069/90 e suas alterações, e na Lei Municipal nº 3.425/08, e suas alterações conforme Lei Municipal nº 4.200, de 22 de outubro de 2014, torna público, que se encontram abertas as inscrições para as Entidades Não-Governamentais de Campo Alegre/SC, que tenham intenção de participar do processo de escolha dos 07 (zero sete) novos membros do CMDCA, para mandato do período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016.

1 - DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no processo de escolha dos Membros Não-Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Campo Alegre/SC., para o mandato até 31 de dezembro de 2016.

FUNÇÃO	VAGAS
Membro Titular	07 (zero sete)
Membro Suplente	07 (zero sete)

2 - DAS FUNÇÕES DO CONSELHO

As funções do CMDCA estão descritas no artigo 10 da Lei Municipal nº 3.425/08, a saber:

2.1- formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para as ações de atendimento e para a aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA - art. 10, § I da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.2- zelar para a execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem - art. 10, § II da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.3- formular as prioridades a serem incluídas no Planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes - art. 10, § III da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.4- estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar suas deliberações - art. 10, § IV da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.5- receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou Entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido - art. 10, § V da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.6- registrar as Entidades Não-Governamentais de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, que mantenham programas de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação;

fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (art's 90 e 91, do ECA) - art. 10, § VI da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.7- registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das Entidades Governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto (art. 90, parágrafo único, ECA) - art. 10, § VII da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.8- regulamentar, organizar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do CONSELHO TUTELAR do Município (art. 139, ECA) - art. 10, § VIII da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.9 - dar posse aos membros do Conselho Tutelar; conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno; declarar vago o cargo por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei - art. 10, § IX da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.10 - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros- art.10, § X da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.11 - desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição - art. 10, § XI da Lei Municipal nº 3.425/08.

3 - DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS:

Poderão inscrever-se como candidatos às vagas de Conselheiro Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, todas as Entidades Não-Governamentais do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, que preencherem os seguintes requisitos:

3.1 - sejam representativas da sociedade civil, com a finalidade de realizar AÇÕES DE CARÁTER EDUCACIONAL, ASSESSORIA TÉCNICA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E APOIO ASSISTENCIAL E LOGÍSTICO PARA SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL, QUE ATUEM

NA DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;

3.2 - estejam regularmente constituídas há mais de 2 (dois) anos;

3.3 - tenham atuação no Município de Campo Alegre/SC.;

3.4 - não esteja concorrendo a 3º (terceiro) mandato consecutivo no CMDCA;

3.5 - indicar no Formulário de Inscrição, 01 (zero um) representante titular e seu respectivo suplente, nomeados especificamente para representar a Entidade no CMDCA, podendo ser da Diretoria ou do quadro de associados e serem substituídos no decorrer do mandato, quando solicitado por escrito e com justificativa.

4 - DO IMPEDIMENTO PARA CANDIDATAR-SE A MEMBRO DO CMDCA.

4.1 - Conforme estabelece o art. 20 da Lei Municipal nº 3.425/08, estão impedidos de compor o Conselho Municipal dos Direitos de Criança e do Adolescente, no âmbito de seu funcionamento:

I - Conselhos de Políticas Públicas;

II - Representantes de órgãos de outras esferas Governamentais, tais como: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Câmara de Vereadores e outras;

III - Representantes que exerçam, simultaneamente, cargo ou função comissionada em órgão governamental e de direção em organização da sociedade civil;

IV - Conselheiros Tutelares em atividade.

5 - DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão individuais e gratuitas, recepcionadas e protocoladas:

a) Período: até o dia 05 de dezembro de 2014.

b) Local: Recepção da Casa da Cidadania, sita à Rua Jorge Lacerda nº 86, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

c) Horário: das 8:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

e) Remuneração: Não haverá qualquer remuneração à Entidade ou ao seu representante pela participação como membro Não-governamental no CMDCA.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA A INSCRIÇÃO

a) Ficha de Inscrição, fornecido pela Comissão Eleitoral, assinada pela Diretoria da Entidade;

b) Cópia da Ata de Eleição da Diretoria atual.

6.1 - Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de qualquer natureza.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO, DO INDEFERIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

7.1 - Tendo em vista das elevadas responsabilidades do Conselho da Criança e do Adolescente - CMDCA e dos prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão Eleitoral deverá examinar se as Entidades inscritas preenchem os requisitos previstos nos normativos;

7.2 - A veracidade das informações apresentadas na documentação de que trata este item, poderá ser verificada a qualquer tempo pela Comissão Eleitoral, e caso não expressem a realidade, sujeitará a exclusão da inscrição, sendo imediatamente comunicado por escrito a Entidade;

7.3 - As inscrições admitidas serão homologadas e publicadas,

bem como afixadas no Mural da Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.; Casa da Cidadania; Câmara Municipal de Vereadores; Casa da Cultura e outros órgãos do Governo Municipal.

7.4 - A Entidade que tiver indeferida a inscrição, terá 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação, para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao CMDCA, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Eleitoral;

8 - DO DIREITO A VOTO

8.1 - poderão votar e ser votadas todas as Organizações não-governamentais, com atividades voltadas à defesa e garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, desde que devidamente cadastradas junto ao CMDCA e tiverem suas inscrições homologadas.

8.2 - Votará o representante ou suplente indicado na ficha de inscrição.

9 - DA VOTAÇÃO

9.1 - A escolha dos candidatos se dará por voto secreto e cada Entidade inscrita votará em 07 (zero sete) candidatos, sob pena de nulidade do voto;

9.3 - O quorum mínimo será de 09 (nove) Entidades não-governamentais inscritas e votantes, sob pena de nulidade do processo.

10 - DA ELEIÇÃO

A eleição para escolha dos 07 (zero sete) Membros não-governamentais do Conselho da Criança e do Adolescente, para mandato até 01/01/2015 a 31/12/2016, será realizada em data de 12 de dezembro de 2014, das 13:00 horas as 15:00 horas em Assembleia Geral, na sede da Casa da Cidadania, sita à Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, Município Campo Alegre/SC.

11 - DO ESCRUTÍNIO E DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

11.1 - O escrutínio será público e realizado pela Comissão Eleitoral, fiscalizado pelo Ministério Público, assim que encerrada a votação;

11.2 - A Comissão Eleitoral proclamará como membros não-governamentais do CMDCA as 07 (zero sete) Entidades mais votadas, e como suplentes, 02 (zero duas), Entidades em ordem decrescente de número de votos.

11.3 - Havendo empate em qualquer uma das 07 (zero sete) vagas ou nas 02 (zero duas) suplências, será decidido por sorteio a ser efetuado pela Comissão Eleitoral, logo após o escrutínio dos votos, com divulgação imediata da composição final das vagas e suplências.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Será de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto da ficha de inscrição e a juntada dos documentos exigidos;

12.2 - Os casos omissos e situações não previstas neste Edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Eleitoral, que poderá utilizar-se do plenário do CMDCA para auxiliar na resolução.

12.3 - O Edital completo será afixado no Mural da Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.; Casa da Cidadania; Câmara Municipal de Vereadores; Casa da Cultura e outros órgãos do Governo Municipal.

Campo Alegre/SC., 21 de novembro de 2014.

IVO KESTERING

Coordenador da Comissão Eleitoral

Publicado aos vinte e um dias do mês de novembro de 2014, no mural da sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., na Casa da Cidadania; na Casa da Cultura; na Câmara Municipal de Vereadores e demais órgãos do Governo Municipal.

FICHA DE INSCRIÇÃO DE ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS JUNTO AO CMDCA

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

Resolução nº 001/2014 da Comissão Eleitoral de 24/11/2014.

EDITAL Nº 001/2014

ABRE INSCRIÇÕES E REALIZA ELEIÇÕES PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

CMDCA - MANDATO de 01/01/2015 a 31/12/2016.

IVO KESTERING, Coordenador da Comissão Eleitoral de escolha dos Membros Não-Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069/90 e suas alterações, e na Lei Municipal nº 3.425/08, e suas alterações conforme Lei Municipal nº 4.200, de 22 de outubro de 2014, torna público, que se encontram abertas as inscrições para as Entidades Não-Governamentais de Campo Alegre/SC, que tenham intenção de participar do processo de escolha dos 07 (zero sete) novos membros do CMDCA, para mandato do período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016.

1 - DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no processo de escolha dos Membros Não-Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Campo Alegre/SC., para o mandato até 31 de dezembro de 2016.

FUNÇÃO	VAGAS
Membro Titular	07 (zero sete)
Membro Suplente	07 (zero sete)

2 - DAS FUNÇÕES DO CONSELHO

As funções do CMDCA estão descritas no artigo 10 da Lei Municipal nº 3.425/08, a saber:

2.1- formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para as ações de atendimento e para a aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA - art. 10, § I da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.2- zelar para a execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus

grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem - art. 10, § II da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.3- formular as prioridades a serem incluídas no Planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes - art. 10, § III da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.4- estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar suas deliberações - art. 10, § IV da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.5- receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou Entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido - art. 10, § V da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.6- registrar as Entidades Não-Governamentais de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, que mantenham programas de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação;

fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (art's 90 e 91, do ECA) - art. 10, § VI da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.7- registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das Entidades Governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto (art. 90, parágrafo único, ECA) - art. 10, § VII da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.8- regulamentar, organizar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do CONSELHO TUTELAR do Município (art. 139, ECA) - art. 10, § VIII da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.9 - dar posse aos membros do Conselho Tutelar; conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno; declarar vago o cargo por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei - art. 10, § IX da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.10 - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros- art.10, § X da Lei Municipal nº 3.425/08;

2.11 - desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição - art. 10, § XI da Lei Municipal nº 3.425/08.

3 - DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS:

Poderão inscrever-se como candidatos às vagas de Conselheiro Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, todas as Entidades Não-Governamentais do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, que preencherem os seguintes requisitos:

3.1 - sejam representativas da sociedade civil, com a finalidade de realizar AÇÕES DE CARÁTER EDUCACIONAL, ASSESSORIA TÉCNICA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E APOIO ASSISTENCIAL E LOGÍSTICO PARA SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL, QUE ATUEM NA DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;

3.2 - estejam regularmente constituídas há mais de 2 (dois) anos;

3.3 - tenham atuação no Município de Campo Alegre/SC.;

3.4 - não esteja concorrendo a 3º (terceiro) mandato consecutivo no CMDCA;

3.5 - indicar no Formulário de Inscrição, 01 (zero um) representante titular e seu respectivo suplente, nomeados especificamente para representar a Entidade no CMDCA, podendo ser da Diretoria ou do quadro de associados e serem substituídos no decorrer do mandato, quando solicitado por escrito e com justificativa.

4 - DO IMPEDIMENTO PARA CANDIDATAR-SE A MEMBRO DO CMDCA.

4.1 - Conforme estabelece o art. 20 da Lei Municipal nº 3.425/08, estão impedidos de compor o Conselho Municipal dos Direitos de Criança e do Adolescente, no âmbito de seu funcionamento:

I - Conselhos de Políticas Públicas;

II - Representantes de órgãos de outras esferas Governamentais, tais como: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Câmara de Vereadores e outras;

III - Representantes que exerçam, simultaneamente, cargo ou função comissionada em órgão governamental e de direção em organização da sociedade civil;

IV - Conselheiros Tutelares em atividade.

5 - DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão individuais e gratuitas, recepcionadas e protocoladas:

a) Período: até o dia 05 de dezembro de 2014.

b) Local: Recepção da Casa da Cidadania, sita à Rua Jorge Lacerda nº 86, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

c) Horário: das 8:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

e) Remuneração: Não haverá qualquer remuneração à Entidade ou ao seu representante pela participação como membro Não-governamental no CMDCA.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA A INSCRIÇÃO

a) Ficha de Inscrição, fornecido pela Comissão Eleitoral, assinada pela Diretoria da Entidade;

b) Cópia da Ata de Eleição da Diretoria atual.

6.1 - Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de qualquer natureza.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO, DO INDEFERIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

7.1 - Tendo em vista das elevadas responsabilidades do Conselho da Criança e do Adolescente - CMDCA e dos prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão Eleitoral deverá examinar se as Entidades inscritas preenchem os requisitos previstos nos normativos;

7.2 - A veracidade das informações apresentadas na documentação de que trata este item, poderá ser verificada a qualquer tempo pela Comissão Eleitoral, e caso não expressem a realidade, sujeitará a exclusão da inscrição, sendo imediatamente comunicado por escrito a Entidade;

7.3 - As inscrições admitidas serão homologadas e publicadas, bem como afixadas no Mural da Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.; Casa da Cidadania; Câmara Municipal de Vereadores; Casa da Cultura e outros órgãos do Governo Municipal.

7.4 - A Entidade que tiver indeferida a inscrição, terá 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação, para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao CMDCA, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Eleitoral;

8 - DO DIREITO A VOTO

8.1 - poderão votar e ser votadas todas as Organizações não-governamentais, com atividades voltadas à defesa e garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, desde que devidamente cadastradas junto ao CMDCA e tiverem suas inscrições homologadas.

8.2 - Votará o representante ou suplente indicado na ficha de inscrição.

9 - DA VOTAÇÃO

9.1 - A escolha dos candidatos se dará por voto secreto e cada Entidade inscrita votará em 07 (zero sete) candidatos, sob pena de nulidade do voto;

9.3 - O quorum mínimo será de 09 (nove) Entidades não-governamentais inscritas e votantes, sob pena de nulidade do processo.

10 - DA ELEIÇÃO

A eleição para escolha dos 07 (zero sete) Membros não-governamentais do Conselho da Criança e do Adolescente, para mandato até 01/01/2015 a 31/12/2016, será realizada em data de 12 de dezembro de 2014, das 13:00 horas as 15:00 horas em Assembleia Geral, na sede da Casa da Cidadania, sita à Rua Jorge Lacerda, nº 86, Centro, Município Campo Alegre/SC.

11 - DO ESCRUTÍNIO E DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

11.1 - O escrutínio será público e realizado pela Comissão Eleitoral, fiscalizado pelo Ministério Público, assim que encerrada a votação;

11.2 - A Comissão Eleitoral proclamará como membros não-governamentais do CMDCA as 07 (zero sete) Entidades mais votadas, e como suplentes, 02 (zero duas), Entidades em ordem decrescente de número de votos.

11.3 - Havendo empate em qualquer uma das 07 (zero sete) vagas ou nas 02 (zero duas) suplências, será decidido por sorteio a ser efetuado pela Comissão Eleitoral, logo após o escrutínio dos votos, com divulgação imediata da composição final das vagas e suplências.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Será de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto da ficha de inscrição e a juntada dos documentos exigidos;

12.2 - Os casos omissos e situações não previstas neste Edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Eleitoral, que poderá utilizar-se do plenário do CMDCA para auxiliar na resolução.

12.3 - O Edital completo será afixado no Mural da Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.; Casa da Cidadania; Câmara Municipal de Vereadores; Casa da Cultura e outros órgãos do Governo Municipal.

Campo Alegre/SC., 21 de novembro de 2014.

IVO KESTERING

Coordenador da Comissão Eleitoral

Publicado aos vinte e um dias do mês de novembro de 2014, no mural da sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., na

Casa da Cidadania; na Casa da Cultura; na Câmara Municipal de Vereadores e demais órgãos do Governo Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO ELEITORAL E NOMEIA SEUS RESPECTIVOS MEMBROS PARA O BIÊNIO 2015/2016, DO CMDCA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 13 Inciso II da Lei Municipal nº 3.425; Resolve:

Art.1º. Designa Comissão Eleitoral composta por quatro membros e nomeia-os, para organizar e realizar o Processo Eleitoral, o qual se dará exclusivamente através de assembléia específica.

Parágrafo único: Ficam nomeados os seguintes membros para comprem a Comissão Eleitoral de que trata o caput deste artigo:

I - TÚLIO CÉSAR JANSEN - Representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;

II - ROZELI MARIA FUCKNER - Representante da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

III - IVO KESTERING - Representante da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre;

IV - GABRIEL ENGLER - Representante da BAMUCA - Banda Musical de Campo Alegre.

Art.2º Os casos omissos serão resolvidos pelos Membros deste Conselho.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de outubro de 2014.

Art.4º. Revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Novembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de Novembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO Nº 8.680 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.680 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 3º DO DECRETO Nº 8.620 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade em prorrogar o prazo para as

Entidades interessadas em apresentar a documentação, a fim de habilitarem-se ao recebimento de recursos públicos, por meio da transferência voluntária pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC;

DECRETA:

Art.1º) Alterar o Artigo 3º do Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art.3º Fica atribuído ao Controle Interno deste Município, verificar a documentação exigida no artigo anterior deste Decreto, notificando as Entidades para apresentarem os respectivos documentos até a data de 10 (dez) de Dezembro de 2014”.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.681 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.681 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. CLEIDIANE MUNHOZ FUECKNER, do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955384, a partir de 24 de Novembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 01-1919 DE 08 DE OUTUBRO DE 1919

DECRETO Nº 01/1919

DISPÕE SOBRE IMPOSTO SOBRE TERRAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de Outubro de 1919.
BENTO MARTINIANO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de Outubro de 1919.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.
Oficial da Secretaria

RESOLUÇÃO Nº 01-1933 DE 09 DE AGOSTO DE 1933

RESOLUÇÃO Nº 01-1933

CONVOCA SECRETÁRIO - EUGÊNIO DUARTE.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de Agosto de 1933.
BENTO MARTINIANO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos nove dias do mês de Agosto de 1933.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.
Oficial da Secretaria

RESOLUÇÃO Nº 02-1933 DE 14 DE AGOSTO DE 1933

RESOLUÇÃO Nº 02-1933

DISPENSAR AS MULTAS EM ATRAZO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de Agosto de 1933.
BENTO MARTINIANO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos quatorze dias do mês de Agosto de 1933.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.
Oficial da Secretaria

RESOLUÇÃO Nº 03-1933 DE 20 DE AGOSTO DE 1933

RESOLUÇÃO Nº 03-1933

DISPENSA ZELADORES DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de Agosto de 1933.
BENTO MARTINIANO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos vinte dias do mês de Agosto de

1933.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.
Oficial da Secretaria

RESOLUÇÃO Nº 04-1933 DE 30 DE AGOSTO DE 1933

RESOLUÇÃO Nº 04-1933
DISPENSA SERVIÇOS DE ZELADORES.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de Agosto de 1933.
BENTO MARTINIANO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta dias do mês de Agosto de 1933.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.
Oficial da Secretaria

RESOLUÇÃO Nº 05-1933 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1933

RESOLUÇÃO Nº 05-1933
ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O ANO DE 1934.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1933.
BENTO MARTINIANO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Resolução no Mural do átrio desta Prefeitura Municipal aos trinta e um dias do mês de Dezembro de 1933.

ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA.
Oficial da Secretaria

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.191/14 DE 20/11/2014 REGULAMENTA LEI Nº. 4.092/14

DECRETO Nº 7.191/14 DE 20/11/14
REGULAMENTA LEI Nº 4.092/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 2.266.141,36 (Dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.092/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº. 7.186/14.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
20 de novembro de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP 81/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08 de dezembro de 2014 às 16 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÁS P13 E GÁS P45 E AGUA MINERAL (20 LITROS) PARA PREFEITURA E FUNDOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 26 de novembro de 2014.
Prefeito Municipal
Nelson Cruz

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT. CT. 40/2014**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do segundo aditivo ao contrato cno nº. 19/2014
CONTRATO CNO - 40/2014

DATA DE ASSINATURA: 18 de Novembro de 2014.
OBJETO: Execução e construção de materiais e serviços de unidade de tratamento de esgoto do tipo zona de raízes por sistema de reatores anaeróbios do bairro Nossa Senhora Aparecida.
CONTRATADA: Habitark Engenharia Ltda.
PRAZO: 18.11.2014 à 16.02.2015.

Campos Novos - SC, 18 de Novembro de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. PP. 21/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 34/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS A SEREM UTILIZADOS NA INTERLIGAÇÃO DA CAPTAÇÃO E CASA DE QUÍMICA, BOMBAS E QUADRO DE COMANDO DO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09:00hs do dia 08/12/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos

interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. PP. 20/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 33/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA O TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, PARA O ANO DE 2015.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 10/12/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 105/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 105/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 78/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de materiais odontológicos, destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Anexo II, para o exercício 2015, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 09 de dezembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 25 de novembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº. 37, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CIDADE DE CANELINHA
CÂMARA DE VEREADORES
EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº. 37, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO PARCIAL DA REDAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO CARLOS FLORES, Presidente da Câmara Municipal de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Emenda:

Art. 1º Fica alterado, em partes, o texto da Lei Orgânica Municipal, passando o mesmo a figurar com a seguinte redação:

“Art. 3º - ...

Parágrafo Único - Os limites do território do Município só podem ser alterados na forma estabelecida na Constituição Estadual.

Art. 7º - Compete ao Município dispor sobre assuntos de interesse local, desenvolvendo plenamente suas funções sociais, proporcionando o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

I - Respeitar e fazer prevalecer os princípios constitucionais, essencialmente: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XXII - ...:

a) tarifas dos serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;

XXIV - ...:

- a) prover sobre o transporte coletivo urbano, que poderá ser operado através de concessão ou permissão, fixando o itinerário, frequência, os pontos de parada e as respectivas tarifas;
- b) prover sobre o transporte individual de passageiros, fixando os locais de estacionamento e as tarifas respectivas;
- c) fixar e sinalizar os locais de estacionamento de veículos, os limites das zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- d) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- e) disciplinar a execução dos serviços e atividades neles envolvidas;
- f) prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e outros resíduos de qualquer natureza;

Art. 8º - Ao município de Canelinha, sem prejuízo da competência da União e do Estado, eventualmente observando normas de cooperação estabelecidas por Lei Complementar Federal, compete:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde, assistência pública e proteção das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos futuramente descobertos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de recursos hídricos e minerais em seu território.

Art. 11 - O número de Vereadores da Câmara Municipal de Canelinha será proporcional à população do município, obedecidos aos limites do que estabelece a Constituição Estadual e Federal.

I - O número de Vereadores será fixado, mediante Decreto Legislativo, até o final do período legislativo do ano que anteceder às eleições;

II - A Mesa da Câmara enviará ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após sua edição, cópia do Decreto Legislativo de que trata o inciso anterior.

Art. 12 - Salvo disposição nesta Lei Orgânica em contrário, todas as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões, presente a maioria absoluta dos seus membros, serão tomadas pelo voto aberto, exigida a maioria simples.

§ 3º - Salvo as hipóteses de caso fortuito, de força maior ou enfermidade comprovada, a posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado, contado:

I - da primeira sessão legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se concedida a VEREADOR após iniciada a legislatura; ou

III - da ocorrência do fato que a motivou ou, no caso de suplente de Vereador, da data de sua convocação.

Art. 14 - ...:

I - ...

III - orçamento anual, lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual, lei orçamentária anual e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de créditos, bem como a forma e os meios de pagamento, além de auxílios e subvenções;

VIII - aquisição de bens imóveis;

XII - autorização para assinatura de convênios de qualquer natureza com outros municípios ou com entidades públicas federal, estadual e suas autarquias, ou privadas;

XV - autorização para mudança de denominação de bens, prédios, vias e logradouros públicos;

XVII - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária, observando a legislação estadual;

Art. 15 - ...:

I - ...

III - fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observando-se o disposto nos Artigos 29, inciso V, 37 inciso XI, da Constituição Federal e o estabelecido nesta Lei Orgânica;

VII - dispor sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus servidores e fixar a respectiva remuneração;

XV - conceder licença ao prefeito, ao vice-prefeito e aos vereadores para afastamento do cargo, mediante requerimento;

XXII - Emendar a Lei Orgânica;

XXIII - solicitar, quando couber, intervenção estadual no Município.

§ 1º - É fixado em 30 (trinta) dias o prazo máximo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta do Município prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal, na forma desta Lei Orgânica.

§ 2º - ...

Art. 16 - ...

§ 1º - ...;

§ 6º - Poderão os Vereadores em exercício analisar as Contas Públicas fora do Recinto da Câmara de Vereadores, no prazo e condições a serem fixados pelo Regimento Interno da Casa.

Art. 18 - A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal no último ano da legislatura, até 180(cento e oitenta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal, em seu Artigo 29, inciso V.

Art. 22 - A não fixação da remuneração do Prefeito Municipal, de Vice-Prefeito e dos Vereadores até a data prevista nesta Lei Orgânica, implicará na manutenção da remuneração do mês de Dezembro do último ano da legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art. 24 - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão, sob a presidência do vereador enquadrado no disposto no Artigo 13, § 1º desta Lei e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º -

§ 2º - Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da mesa, dar-se-á continuidade a presidência fixada, devendo ser convocada sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 3º - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro.

§ 5º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

Art. 25 - ...

V - Devolver aos cofres do Poder Executivo, existindo, saldo de caixa ao final de cada exercício;

VI - Nomear, promover, comissionar, conceder gratificações. Licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei.

Art. 27 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara, mediante deliberação e aprovação prévia por maioria simples de seus membros.

Art. 30 - ...:

I - pelo Prefeito Municipal, quando por motivo de urgência ou interesse público relevante, no prazo de 03(três) dias;

§ 1º - ...

§ 2º - Não comprovada à devida urgência ou mesmo o interesse público relevante, caberá a Mesa Diretora da Câmara deliberar, preliminarmente, sobre a real necessidade da convocação extraordinária, não sendo reconhecida a urgência ou o interesse público relevante, caberá a votação da matéria na primeira sessão ordinária a ser realizada.

Art. 31 - ...

I - discutir, emendar e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recursos de um terço dos membros da Câmara;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades, entidades públicas e prestadoras de serviços públicos;

VIII - Realizar audiências públicas nas demais localidades do Município, visando subsidiar o processo Legislativo

Art. 32 - ...

Parágrafo único - Será disponibilizado pelo Presidente do Poder

Legislativo todos os meios hábeis para o bom desempenho e conclusão dos trabalhos da comissão, podendo este contratar, convocar e auxiliar, no que for possível os trabalhos desta comissão.

Art. 34 - ...

XIV - Realizar atos de Poder de Polícia nas dependências da Câmara, principalmente, no decorrer das sessões legislativas, visando à manutenção da ordem e decoro.

Art. 37 - ...

IV - registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na interpretação e vacâncias na aplicação do Regimento Interno;

Art. 42 - ...

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto escrito de dois terços dos membros da Câmara, mediante provocação da Mesa ou de partido político devidamente representado, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos III, IV, V, VI e VIII, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação, de qualquer Vereador ou partido político representado na Câmara, assegurada a ampla defesa.

Art. 44 - ...:

I - por motivos de saúde, devidamente comprovados, por prazo indeterminado;

§ 3º - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado.

Art. 50 - ...

§ 4º - Deverão as leis iniciadas pelos populares respeitar as competências restritivas elencadas nos artigos anteriores.

Art. 53 - O Prefeito Municipal, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medida provisória, com força de Lei, devendo submetê-la à Câmara Municipal, que deverá ser convocada extraordinariamente no prazo regulamentar e, estando em recesso, será convocada para se reunir no prazo de 03(três) dias.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa aos planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II - reservada a lei complementar;

III - já disciplinada em projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal e pendente de sanção ou veto do Prefeito.

§ 2º As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 5º, uma vez por igual período, devendo a Câmara Municipal, por decreto legislativo, regulamentar as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 3º O prazo a que se refere o § 2º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 4º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa.

§ 5º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada.

Art. 54 - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa popular.

Art. 55 - O Prefeito Municipal, comprovada a real urgência ou necessidade de interesse público relevante, poderá solicitar, para apreciação de projeto de sua iniciativa, votação em regime de urgência, devendo ser apreciado os projetos no prazo improrrogável de 30(trinta) dias.

§ 1º - ...

§ 3º - Havendo divergência no reconhecimento da urgência requerida pelo Poder Executivo, os Vereadores deliberarão sobre a necessidade de urgência do projeto, podendo, mediante voto da maioria absoluta de seus membros, desconhecer da urgência, aplicando ao projeto tramitação comum.

Art. 56 - ..

§ 1º - ...

§ 4º - O veto somente será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 66 - ...

I - ...

VII - realizar atos que atentem contra a Constituição Federal, Estadual, a presente Lei Orgânica Municipal e:

a - a existência da União, Estado ou Município;

b - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público;

c - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

d - a segurança interna do Município;

e - a probidade na administração pública;

f - a lei orçamentária;

g - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Art. 70 - ...:

I - ...;

II - exercer a direção superior da Administração Pública Municipal, com o auxílio dos Secretários Municipais;

VI - Elaborar e enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município;

XIII - celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município, mediante prévia autorização da Câmara Legislativa;

XIV - prestar à Câmara, dentro de 30(trinta) dias, as informações solicitadas;

XXIV - aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios;

XXIX - permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros, mediante aprovação prévia do Poder Legislativo;

XXXI - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos, observando e obedecendo o disposto no Plano Diretor Participativo do Município;

XXXIII - Dispor sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da Lei;

XXXVII - Fomentar o incremento do ensino;

Art. 73 - Ao candidato eleito para o cargo de Prefeito do Município é facultado o direito de instituir equipe de transição, observado o abaixo disposto.

Parágrafo Primeiro - São princípios que devem reger o processo de transição democrática de governo, dentre outros:

I - Prevalência do interesse público;

II - Garantia da continuidade das ações, dos projetos e programas em andamento;

III - Garantia de uma passagem de governo sem prejuízo dos serviços essenciais prestados à população;

IV - Publicidade e transparência da administração pública, notadamente em relação a todas as informações necessárias para o início do novo governo;

V - Transição apartidária, sem interferência de qualquer espécie de disputas políticas;

VI - Ampla divulgação para a sociedade de todas as ações da equipe de transição.

Art. 74 - A equipe de transição de que trata o artigo 73 tem por objetivo inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública municipal e preparar os atos de iniciativa do novo Prefeito Municipal, a serem editados imediatamente após a posse, assim como propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governo.

§ 1º Os membros da equipe de transição serão indicados pelo candidato eleito e a equipe será supervisionada por um Coordenador, a quem competirá requisitar as informações dos órgãos e entidades da Administração Pública municipal, devendo o Poder Público oferecer as informações pleiteadas no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias.

§ 2º A equipe de transição poderá ser composta, no máximo, por um número de pessoas igual ao número de Secretarias e Autarquias Municipais.

§ 3º A indicação a que se refere este artigo será feita por meio de ofício ao Prefeito Municipal.

§ 4º Caso a indicação de membro da equipe de transição recaia em servidor público municipal, sua requisição poderá ser feita junto ao órgão competente da Administração Pública.

§ 5º O Prefeito Municipal, por ato próprio, dará efeito ao cumprimento desta lei, comunicando ao conjunto dos órgãos da Administração Pública, direta e indireta, a ciência dos membros da equipe de transição.

Art. 75 - O processo de transição governamental tem início tão logo seja promulgado o resultado oficial das eleições municipais, encerrando-se na data de posse do novo governo.

Art. 76 - A equipe de transição terá acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos da Administração Municipal, bem como à estrutura administrativa e relação de ocupantes de cargos, empregos e funções públicas.

Parágrafo Único - Sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias, o Prefeito Municipal prestará informações circunstanciadas sobre:

I - O funcionamento dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Município;

II - Dívidas da Administração direta, indireta e fundacional do Município por credor, com datas dos respectivos vencimentos, inclusive a longo prazo, e encargos decorrentes de operações de crédito, esclarecendo sobre a capacidade da Administração municipal

realizar aportes financeiros de qualquer natureza;

III - Medidas e procedimentos a serem adotados para a regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

IV - Prestação de contas de convênios celebrados com a União e o Estado de Santa Catarina, bem como de subvenções ou auxílios recebidos e as transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

V - A situação dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, especificando as metas físicas e financeiras atingidas com a programação de seus cumprimentos;

VI - Relação de cargos e vagas de provimento efetivo e em comissão, com as respectivas remunerações, e a listagem de nomes, cargos, vencimentos e gratificações dos servidores públicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional de Canelinha;

VII - A situação real do estado de funcionamento das máquinas e veículos da Administração Pública;

VIII - Os programas e projetos do Município, realizados, em execução, que aguardam implementação e os que tenham sido interrompidos;

IX - Assuntos que demandarão ação ou decisão da Administração no primeiro semestre do novo Governo;

X - Plano Plurianual (PPA) vigente, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte, Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício seguinte;

XI - Licitações vigentes, particularmente as que findam durante o processo de transição ou durante o primeiro semestre do novo Governo.

Art. 77 - Os Secretários Municipais, os Diretores, os Chefes de Seção e de Setor e os demais titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública municipal, direta e indireta, ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pelo Coordenador da equipe de transição, bem como a lhe prestar o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos.

§ 1º O Prefeito Municipal poderá indicar um representante de cada Secretaria ou Autarquias Municipais, a quem deverão ser encaminhados os pedidos de acesso às informações.

§ 2º A indicação de que trata este artigo será feita por meio de Decreto, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de recebimento da indicação da equipe de transição por parte do candidato eleito ao cargo de Prefeito Municipal.

Art. 78 - Compete ao Prefeito Municipal em exercício disponibilizar, aos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município e à sua equipe de transição, local, infra-estrutura e apoio administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 79 - A equipe de transição poderá convidar para participar de suas reuniões pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 80 - O disposto nesta seção não se aplica no caso de reeleição de Prefeito Municipal.

Art. 82 - Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são

subsidiariamente responsáveis, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem em seu nome ou do Prefeito.

Art. 88 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Município, obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, ao seguinte:

XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os incisos XI e XII deste artigo, bem como os artigos 39 e seguintes da Seção II da Constituição Federal;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público e Poder Legislativo;

XXI - ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações, devendo ser dada prioridade a modalidade de licitação Pregão Público ou Pregão Eletrônico.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolo ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 3º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 90 - O servidor público será aposentado nos mesmos termos e condições fixados pelo Regime da Previdência Social - INSS, conforme disciplina o Art. 201 da Constituição Federal e Lei específica.

Art. 91 - São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 92 - Ao servidor público da administração direta, autárquica

e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 93 - A publicação das leis e dos demais atos municipais far-se-á em órgão oficial e/ou em órgão da imprensa local e/ou regional, como também poderá ser feita por afixação em local próprio e de acesso público na sede da Prefeitura e/ou da Câmara, e/ou ainda em meio eletrônico digital de acesso público - Internet.

Art. 95 - São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas, instituídos por lei complementar municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito Tributário.

Art. 96 - ...:

I - ...

a) ...

c) serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal e os definidos em lei complementar.

II - taxas, em razão do exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

III - contribuição de melhoria, podendo ser instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 101 - A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devidamente comprovada, mediante requerimento junto a Prefeitura Municipal.

Art. 104 - Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição de ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente de vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

Art. 108 - ...:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos

imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III, da Constituição Federal;

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 113 - A elaboração e a execução da lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e Orçamentário e o fixado nesta Lei.

Art. 114 - ...:

I - ...;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas municipais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei, mediante aprovação pela maioria dos membros da Câmara Municipal.

§ 8º - Mediante lei complementar caberá ao ente Público:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 117 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei

orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII da Constituição Federal;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e com a indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a utilização, com a devida autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da Constituição Federal;

VIII - a instituição de fundos de qualquer natureza, mediante prévia autorização legislativa.

IX - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estadual e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do Município.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da Constituição Federal.

Art. 120 - O Prefeito Municipal fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, oportunizando assim a consulta aos populares.

Art. 125 - Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da Administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal para cobrir às despesas de pequena monta de pronto pagamento definidas em lei.

Art. 130 - ...

§ 1º - ...

§ 5º - Fica obrigado o Poder Executivo e Legislativo Municipal a apresentar, mensalmente, relatórios ou balancetes de verificação, devendo os mesmos constar, obrigatoriamente, as notas de empenho, notas fiscais, movimentações bancárias, aplicações orçamentárias, arrecadação fiscal, da administração direta, autárquica e fundacional, podendo o prestador apresentar, ainda, maiores informações que julgar necessárias para a justa apreciação das contas públicas.

§ 6º - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza

pecuniária.

Art. 131 - Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

V - verificar a execução dos contratos.

§ 1º — Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Prefeito Municipal. Presidente da Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º — Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.

Art. 132 - Compete ao Prefeito Municipal a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta.

Art. 134 -

Parágrafo Único - As áreas transferidas ao Município em decorrência da aprovação de loteamentos serão consideradas bens dominiais enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhes dêem outra destinação.

Art. 136 - O Município poderá ceder a particulares, para serviços de caráter transitório, conforme regulamentação a ser expedida pelo Prefeito Municipal máquinas e operadores da Prefeitura, desde que os serviços da Municipalidade não sofram prejuízo e o interessado recolha, previamente, a remuneração.

Art. 137 -

§ 1º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante licitação;

§ 2º -

Art. 138 - Nenhum servidor terá aceito seu pedido de exoneração ou rescisão sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do Município que estavam sob sua guarda.

Art. 145 - As entidades prestadoras dos serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, via internet ou imprensa escrita/falada, informando sobre a aplicação de recursos financeiros oriundos do poder público.

Art. 146 - ...

VII - demais requisitos obrigatórios elencados pela Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Único - Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá a existência de dominação, à exploração monopolística e o aumento abusivo de lucros.

Art. 148 - As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, inclusive em jornais de circulação regional e via internet, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 165 - É dever do Município promover:

I - Aplicação de percentuais mínimos do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, todos da Constituição Federal, para prover ações e serviços públicos de saúde

II - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino fundamental

Art. 166 - Poderá, o Município promover:

I - controle e fiscalização dos procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Art. 173 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei.

Art. 176 - O Município aplicará anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendido o proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino e, integralmente os recursos recebidos pelo FUNDEB.

Art. 183 - ...:

I - ...;

II - a proteção à família, à maternidade, à infância e adolescência o amparo à velhice e ao menor abandonado;

IV - formação de convênios e consórcios para a construção de casas populares.

V - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

SUBSEÇÃO I DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Art. 185 - O Município, em regime de colaboração com a União e o Estado, dispensará apoio às pessoas portadoras de deficiência, para assegurar sua integração à vida comunitária e condições para o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Art. 186 - O apoio do Município às pessoas portadoras de deficiência será efetivado mediante a garantia, nos termos da lei, de:

I - atendimento especializado em educação, de preferência na rede de ensino;

II - promoção de ações preventivas no campo da saúde;

III - oferta de serviços especializados em habilitação e reabilitação;

IV - facilidade de acesso aos estabelecimentos municipais de saúde, com oferta de tratamento adequado;

V - oportunidade de inserção do mercado de trabalho mediante:

a - programas específicos para o trabalho e capacitação profissional;

b - concessão e estímulos à iniciativa privada para sua admissão em ocupação profissional;

c - reserva de vagas na administração pública municipal, direta, indireta e fundacional, a serem preenchidas por concurso público, preservado o princípio da igualdade entre os concorrentes.

VI - criação de normas que permitam seu acesso e livre trânsito nas vias, logradouros e edificações públicas ou privadas de uso coletivo, com a remoção e eliminação de barreiras arquitetônicas;

VII - acesso aos meios de transportes coletivos, com condições adequadas de uso;

VIII - incentivo à pesquisa científica e à capacitação tecnológica voltadas para a solução dos problemas municipais;

IX - programas específicos de acesso a cultura, ao esporte e ao lazer.

X - estímulo às iniciativas comunitárias e filantrópicas, com ênfase para a educação especial;

XI - promoção das ações cívicas públicas destinadas à proteção de seus direitos coletivos ou difusos.

Art. 188 - ...:

I - ...;

II - privilegiar a geração de emprego e renda;
- impulsionar a produção agropecuária nas zonas rurais de nosso município, fixando o trabalhador rural no campo;

XII - incentivar a utilização de energias limpas e renováveis pelas empresas já instaladas e as futuras.

Art. 190 - ...

IV - Fomentar o aumento do plantio mediante a aquisição de

frutas, verduras e hortaliças, a serem utilizadas na merenda escolar, diretamente do pequeno produtor, obedecido os procedimentos legais.

V - prestar auxílio técnico e especializado aos produtores rurais e pecuaristas, mediante a contratação de profissionais da área e formação de parcerias juntos a institutos técnicos e de ensino superior.

Art. 194 - O Município dispensará tratamento diferenciado à micro-empresa, empresas de pequeno porte e aos micro empreendedores individuais, assim definidas em legislação municipal, estadual e federal.

Art. 195 - As microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou os de seus proprietários sujeitos a penhora pelo Município para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

Art. 201...

III - desapropriação, quando cabível, podendo ocorrer a compensação do valor do imóvel com créditos tributários devidos pelo proprietário, ou mediante moeda corrente, com a devida aprovação do Poder Legislativo.

Art. 203 - ...

Parágrafo Único - Poderá o Poder Público solicitar, quando lhe aprovar, nova comprovação da manutenção das condições da concessão da isenção, podendo ser a mesma revogada em caso de alteração das condições do beneficiado.

Art. 204 - ...

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização para a preservação do meio ambiente, destacando-se o valor ético, estético e econômico da natureza,;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

VIII - promover manejo sustentado do solo, incluindo:

a - a preservação das florestas nativas;

b - a proteção e manutenção da diversidade da fauna;

c - o controle biológico de pragas;

d - o combate ao borrachudo;

e - a utilização racional e moderada dos sistemas mecânicos;

f - o controle da utilização dos agrotóxicos;

g - a adoção de práticas para coibir as queimadas;

IX - preservar e recuperar os recursos hídricos, fonte primeira da reprodução e manutenção da vida, vedadas, na forma da lei, as práticas degradadoras de suas propriedades, notadamente o Rio Tijucas e seus afluentes;

X - promover a mudança de hábitos da população, com o objetivo de diminuir a produção de resíduos sólidos e implementar a reciclagem;

XI - dar destinação e tratamento adequado aos rejeitos, sendo dever dos industriais, hospitais, postos de gasolina e restaurantes, dar destinação específica a seus resíduos;

XII - os empreendimentos que geram desequilíbrio ecológico, comprometem aspectos paisagísticos ou a qualidade de vida do povo, em operação no município, terão o prazo de seis meses para apresentarem os estudos de impacto ambiental, com o início da recuperação dos valores lesados;

XIII - aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão competente, na forma da lei;

XIV - as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 205 - A formulação e implementação de políticas públicas, os projetos de desenvolvimento da iniciativa privada e os comportamentos dos cidadãos devem ser orientados pelos princípios da preservação do meio ambiente, da justiça social e do desenvolvimento econômico. Os conflitos entre estes princípios serão equacionados priorizando a preservação ambiental e a justiça social sobre o desenvolvimento econômico.

Art. 206 - Para assegurar a efetividade desse direito e desses princípios, incumbe ao Município e à coletividade instituir, obrigatoriamente, uma Política de Meio Ambiente, bem como a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA), obedecendo as seguintes diretrizes:

§ 1º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA) é o órgão de consulta do Poder Executivo, a quem compete pronunciar-se, sobre os assuntos concernentes ao meio ambiente;

§ 2º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA) será integrado por representantes dos poderes municipais e por cidadãos dos vários segmentos comunitários, vedado qualquer tipo de remuneração;

§ 3º - A lei regulamentará a organização e o funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§ 4º - A participação voluntária em programas e projetos de fiscalização ambiental será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

SEÇÃO VIII DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 207 - O Conselho de Desenvolvimento Agropecuário promoverá a sua política de desenvolvimento, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais mediante a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

§ 1º - O Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário será planejado, executado e avaliado por um Conselho de Desenvolvimento Agropecuário;

§ 2º - O Conselho de Desenvolvimento Agropecuário terá a participação dos segmentos representativos de entidades presentes no município, das organizações dos produtores e trabalhadores

rurais, bem como dos setores de comercialização, armazenamento e transportes;

§ 3º - O Conselho de Desenvolvimento Agropecuário será coordenado pelo Executivo Municipal.

Art. 208 - O orçamento municipal deverá prever recursos para aplicação na pesquisa e no desenvolvimento da agropecuária.

Art. 209 - O Município co-participará com o Governo do Estado e da União, na manutenção de serviço de assistência técnica e extensão rural oficial, assegurando, prioritariamente ao pequeno produtor rural, a orientação sobre produção agropastoril, a organização rural, a comercialização, a racionalização do uso e preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção, o saneamento básico, a educação alimentar e a melhoria das condições de vida e bem-estar da população rural.

§ 1º - O Município deverá estar atento à manutenção de uma estrutura fundiária em seu território, colaborando com os programas de revisão do uso e posse da terra. Para tanto, adotará medidas que desestimulem a concentração de posse da terra, buscando evitar o êxodo de trabalhadores rurais, A Prefeitura manterá um cadastro de terras e sua utilização, bem como do contingente de trabalhadores rurais sem terra.

§ 2º - Deverá haver uma política municipal definida do meio ambiente em consonância com o planejamento do desenvolvimento rural, com as atividades industriais e a infra-estrutura urbana.

§ 3º - o Município apoiará e participará juntamente com as instituições municipais, nos programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis.

Título VI DA COLABORAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 210 - Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração popular em todos os campos de atuação do Poder Público.

Seção I DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 211 - A população do Município poderá organizar-se em associações, observadas as disposições da Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica, da legislação aplicável e do estatuto próprio, o qual, além de fixar o objetivo da atividade associativa, estabeleça, entre outras vedações:

- a) participação de pessoas residentes ou domiciliadas fora do Município;
- c) discriminação a qualquer título.

§ 1º - Nos termos deste artigo, poderão ser criadas associações com os seguintes objetivos, entre outros:

I - proteção e assistência à criança, adolescente, aos desempregados, aos portadores de deficiência, aos pobres, aos idosos, à mulher, à gestante, aos doentes e ao presidiário;

II - representação dos interesses de moradores de bairros e distritos, de consumidores, de donas de casa, de pais, alunos, de professores e de contribuintes;

III - colaboração com a educação e a saúde;

IV - proteção e conservação da natureza e do meio ambiente;

V - promoção e desenvolvimento da cultura, das artes, do esporte e do lazer.

§ 2º - O Poder Público incentivará a organização de associações com objetivos diversos dos previstos no parágrafo anterior, sempre que o interesse social e o da administração convergirem para a colaboração comunitária e a participação popular na formulação e execução de políticas públicas, mediante prévia aprovação do Poder Legislativo.

Seção II DAS COOPERATIVAS

Art. 212 - Respeitado o disposto na Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica e da legislação aplicável, poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores:

- I - agricultura, pecuária e pesca;
- II - construção de moradias;
- III - abastecimento urbano e rural;
- IV - créditos;

Parágrafo Único - Aplica-se às cooperativas, no que couber, o previsto no § 2º do artigo anterior.

Art. 213 - O Poder Público estabelecerá programas especiais de apoio à iniciativa popular que objetive implementar a organização da comunidade local de acordo com as normas deste Título.

Art. 214 - O Governo Municipal incentivará a colaboração popular para a organização de mutirões de colheita, de roçado, de plantio, de construção e outros, quando assim o recomendar o interesse da comunidade diretamente beneficiada.

Art. 216 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, serão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, devendo ser observado os percentuais elencados no Art. 29-A da Constituição Federal e demais dispositivos pertinentes.

Art. 217 - O Município de Canelinha aplicará vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 219 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza, podendo, contudo, dar as vias e logradouros públicos de nosso Município o nome de personalidades mundiais e datas históricas.

Art. 221 - O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, será encaminhado para votação na Câmara Municipal até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, quando será sancionado como lei.

Parágrafo Único - Ocorrendo o veto pelo Prefeito, deliberará a Câmara sobre o mesmo e, sendo o veto derrubado, caberá ao Presidente da Câmara promulgá-lo; na sua omissão, caberá ao vice-presidente, obrigatoriamente.

Art. 225 - Dentro de doze meses, contados da promulgação desta Lei Orgânica, a Câmara Municipal deverá votar o seu regimento

Interno, para adaptar-se aos novos dispositivos legais.

Art. 226 - Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, será por ela promulgada e entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta Emenda entrará em vigor 120 (cento e vinte dias) após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 15 de dezembro de 2010.
ANTÔNIO CARLOS FLORES
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 136/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 202/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 136/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/12/2014, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODO-TÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 11/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 135/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 200/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 135/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/12/2014, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FORMULAS INFANTIL E ADULTO E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 08/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 17/2014

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 21/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 17/2014
O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/12/2014, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM MALHA, NA COR BRANCA, SENDO 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS I, 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS II E 100 CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS III. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 12/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 15/2014

CONTRATADO: DENTÁRIA E DISTRIB. HOSPITAL.PORTO ALEGRENSE LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.734,10 (sete mil setecentos e trinta e quatro reais e dez centavos)
DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/14
HOMOLOGAÇÃO: 25/11/14
CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 106,70 (cento e seis reais e setenta centavos)
DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/14
HOMOLOGAÇÃO: 25/11/14
CONTRATADO: L.M.LADEIRA & CIA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.065,00 (onze mil e sessenta e cinco reais)
DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/14
HOMOLOGAÇÃO: 25/11/14
CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.666,00 (doze mil seiscentos e sessenta e seis reais)
DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/14
HOMOLOGAÇÃO: 25/11/14
CONTRATADO: ROSSATO & BERTHOLD LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais)
DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: R. DE F. TORRES - EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.805,87 (nove mil oitocentos e cinco reais e oitenta e sete centavos)

DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/14

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/14

CONTRATADO: MEDIS COMERCIAL ODONTO MÉDICA LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.735,20 (um mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos)

DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/14

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/14

CONTRATADO: BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSUMO NO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.224,40 (seis mil duzentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)

DATA: 25/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 177/2014

DECRETO Nº 177, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Estabelece os Feriados Municipais para o ano de 2015.

O Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os Feriados Municipais para o ano 2015 nas seguintes datas:

- I - 25 de janeiro - São Paulo Apóstolo, Padroeiro do Município;
- II - 17 de fevereiro - Emancipação Político-Administrativa do Município a ser comemorado anteriormente no dia 16 de fevereiro de 2015;
- III - 03 de abril - Feriado Religioso de Sexta-Feira da Paixão;
- IV - 04 de Junho - Feriado Religioso de Corpus Christi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0186/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº.....: TA 002/2014 C186 - Contrato Nº: 0186/2011		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA		
Valor.....: 152.401,24 (cento e cinquenta e dois mil quatrocentos e um reais e vinte e quatro centavos)		
Vigência.....: Início: 25/11/2014 Término: 31/12/2014		
Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 95/2011 Processo Licitatório.....: 00095 / 2011		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a revisão de preços, nos termos do art. 65, inciso II, „d” e § 8º da lei 8.666/93, conforme justificativa e parecer jurídico		
Capinzal, 25 de Novembro de 2014		

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0160/2014 -
DISPENSA DE LICITAÇÃO 0031/2014**

Processo Licitatório Nº 0160/2014

Dispensa de Licitação Nº 0031/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 160/2014 conforme segue:

OBJETO

Contratação de escritório de advocacia para Ação Declaratória Condenatória com pedido de Antecipação de Tutela, movida pelo Município de Piratuba/SC, contra o Município de Capinzal/SC.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Ação Declaratória Condenatória com pedido de Antecipação de Tutela nº 0000138-64.2014.8.24.0023, movida pelo Município de Piratuba.	LANHI ADVOGADOS	1.650,00	1.650,00
Total						1.650,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
LANHI ADVOGADOS	001
1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 20 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Elemento: 33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 25 de novembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO
08/2014 A 11/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1386/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKX9947	55081170E	5541/1	23/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1385/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEV2700	55181112E	5541/2	02/10/2014	181 * XVII
IFY9533	55181131E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
INV3026	55181174E	5541/2	22/10/2014	181 * XVII
IPO3365	55181175E	5541/2	23/10/2014	181 * XVII
MCC4965	55080836E	5185/1	01/11/2014	167
MCC4965	55080837E	5185/2	01/11/2014	167
MCE1529	55181182E	5541/2	27/10/2014	181 * XVII
MET2431	55181173E	5541/2	22/10/2014	181 * XVII
MHY0712	55181072E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MHZ6671	55181117E	5541/2	02/10/2014	181 * XVII
MIS3585	55181164E	5541/2	21/10/2014	181 * XVII
MJZ0864	55081413E	5185/1	03/11/2014	167
MKS2117	55181162E	5541/2	20/10/2014	181 * XVII
OKF7234	55181124E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1383/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCG2089	55080807E	5410/0	22/08/2014	R\$ 85,12	181 * IV
EIN0697	55180966E	5541/2	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI5458	55080815E	5541/4	15/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD6649	55180806E	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB1281	55081220E	5452/2	10/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJR7460	54466789E	5924/2	23/01/2014	R\$ 191,53	203 * I
MKJ4650	55180963E	5541/2	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1382/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICY9344	55181087E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
IOD5889	55081372E	7030/2	28/10/2014	244 * I
LZZ6411	55080833E	5738/0	26/10/2014	186 * II
MAM1129	54466067E	5452/1	25/10/2014	181 * VIII
MBX4863	55181053E	5541/2	18/09/2014	181 * XVII
MDF4784	55181065E	5541/2	23/09/2014	181 * XVII
MDF9171	55080912E	5460/0	14/10/2014	181 * IX
MDQ6240	55181155E	5541/2	20/10/2014	181 * XVII
MFF4725	55181079E	5541/2	22/09/2014	181 * XVII
MFW1630	55181088E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MGD2162	55081241E	5185/1	01/10/2014	167
MGE3111	55080763E	5207/0	24/10/2014	169
MGI5608	55181060E	5541/2	18/09/2014	181 * XVII
MJP9678	55181052E	5541/2	18/09/2014	181 * XVII
MJW9093	55080960E	7366/2	03/10/2014	252 * VI
MJY5270	55080974E	5967/0	27/10/2014	203 * V
MKY6336	55181160E	5541/2	20/10/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1380/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIR0816	55080168E	5452/1	19/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
ILA6020	55081005E	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
KVJ6644	55080874E	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
MES5453	55080954E	5207/0	10/09/2014	R\$ 53,20	169
MFK5798	55080894E	6050/1	25/08/2014	R\$ 191,53	208
MHI2343	55181026E	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB2452	55081043E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MJR9249	54585128E	5541/2	21/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC6278	55081039E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MLC6278	55081040E	7366/2	21/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLW7528	55081012E	7030/2	18/08/2014	R\$ 191,53	244 * I
MMD3889	55180948E	5541/2	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL
DIRETOR DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1378/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DRI3946	55080827E	5967/0	22/10/2014	203 * V
MHQ7131	55080172E	6050/1	03/10/2014	208
MIY2955	55081352E	5185/1	21/10/2014	167
MIY2955	55081353E	5185/2	21/10/2014	167
MJR9249	55081238E	7366/2	30/09/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1376/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQS2193	54465833E	5207/0	23/01/2014	R\$ 53,20	169
DQR4791	55180817E	5541/2	30/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IQH7007	54466812E	5185/1	25/11/2013	R\$ 127,69	167
MJM6872	55180850E	5541/2	31/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1374/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU4915	55181099E	5541/2	30/09/2014	181 * XVII
AQZ2275	55181133E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
BNG4657	55181032E	5541/2	03/09/2014	181 * XVII
CZD0859	55181135E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
INW7470	55181114E	5541/2	02/10/2014	181 * XVII
KBL2289	55181128E	5541/2	04/10/2014	181 * XVII
LYJ1431	55181039E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
LYU4896	55181109E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
LZC7667	55181113E	5541/2	02/10/2014	181 * XVII
MAI6348	55181101E	5541/2	30/09/2014	181 * XVII
MAN7904	55181122E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
MAU4984	55181038E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MCN1812	55181108E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
MDF9171	55181040E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MJP4614	55181047E	5541/2	06/09/2014	181 * XVII
MJV3693	55081228E	5185/1	16/09/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1373/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCB8499	55180968E	5541/2	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYL4898	55079697E	5738/0	11/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
LZG1894	55079771E	5266/3	16/06/2014	R\$ 957,69	174
LZI9793	54465891E	5185/1	15/02/2014	R\$ 127,69	167
LZI9793	55079701E	5185/1	15/02/2014	R\$ 127,69	167
MAD8825	55081162E	7366/2	29/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBL6091	55180800E	5541/2	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN9600	55180821E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX4863	55180835E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ4720	55079652E	5835/0	11/02/2014	R\$ 127,69	195
MCQ4720	55079653E	5720/0	11/02/2014	R\$ 127,69	186 * I
MCQ9791	54466997E	5185/1	30/01/2014	R\$ 127,69	167
MDB3132	55079679E	5541/5	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB2234	54466743E	6530/0	19/04/2014	R\$ 127,69	228
MEE6305	55180812E	5541/2	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB1011	55180815E	5541/2	30/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD5768	54465913E	5185/1	15/12/2013	R\$ 127,69	167
MFD5768	54465914E	5185/2	15/12/2013	R\$ 127,69	167
MFD5768	54465915E	5207/0	15/12/2013	R\$ 53,20	169
MFP6783	55079553E	5878/0	17/12/2013	R\$ 85,12	199
MGA6290	55079650E	5193/0	20/05/2014	R\$ 191,53	168
MGY3709	55180826E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF0184	54465776E	5908/0	20/01/2014	R\$ 127,69	202 * I
MHF0184	54465777E	5207/0	20/01/2014	R\$ 53,20	169
MHF0184	54465778E	7030/2	20/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
MKE4414	55180939E	5541/2	29/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLB5842	55180797E	5541/2	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLU4855	54466994E	5452/4	26/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1372/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU4915	55181080E	5541/2	22/09/2014	181 * XVII
AJP2513	55080910E	5185/1	10/10/2014	167
IGN4519	55080824E	5185/1	10/10/2014	167
ITC1633	55181056E	5541/2	19/09/2014	181 * XVII
LVC8173	55181054E	5541/2	18/09/2014	181 * XVII
LWY0851	55181062E	5541/2	22/09/2014	181 * XVII
LXM7282	55181058E	5541/2	19/09/2014	181 * XVII
LYW7292	55081224E	5185/1	12/09/2014	167
LZI9793	55080819E	5541/5	22/09/2014	181 * XVII
LZR5863	55181077E	5541/2	22/09/2014	181 * XVII
LZU7306	55181084E	5541/2	24/09/2014	181 * XVII
MAT2785	55181059E	5541/2	19/09/2014	181 * XVII
MBR1918	55080085E	5967/0	09/10/2014	203 * V
MDZ7891	55181071E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MEF8065	55181086E	5541/2	25/09/2014	181 * XVII
MGJ7719	55081227E	5185/1	16/09/2014	167
MIN8551	55181085E	5541/2	24/09/2014	181 * XVII
MKD2523	55181064E	5541/2	23/09/2014	181 * XVII
MKH2246	55080958E	5541/6	16/09/2014	181 * XVII
MKY3922	55081244E	5541/6	03/10/2014	181 * XVII
MLI8124	55180981E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MLQ8308	55181094E	5541/2	29/09/2014	181 * XVII
MLX7858	55181067E	5541/2	24/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1370/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACM7798	55080103E	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167
AGW6779	55079941E	5215/2	10/05/2014	R\$ 191,53	170
AGW6779	55079942E	5185/1	10/05/2014	R\$ 127,69	167
AGW6779	55079943E	5185/2	10/05/2014	R\$ 127,69	167
CHF9423	55180856E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQN7244	54466796E	5185/1	18/02/2014	R\$ 127,69	167
HMV5354	55080167E	5614/4	12/08/2014	R\$ 127,69	182 * V
KFM5628	54466735E	5185/1	22/03/2014	R\$ 127,69	167
KFM5628	55180796E	5541/2	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYB4687	55180849E	5541/2	31/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZO5165	55079692E	5924/2	17/04/2014	R\$ 191,53	203 * I
LZW7390	55079949E	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
LZW7390	55079950E	7315/0	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * I
MAV7885	55079776E	5428/4	29/06/2014	R\$ 191,53	181 * V
MBA6430	55180901E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS1845	55180773E	5541/2	06/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD2168	55180866E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP7544	55180785E	5541/2	03/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC8951	55180830E	5541/2	23/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL3291	55079668E	7048/1	07/03/2014	R\$ 191,53	244 * II
MFV5400	55180838E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV1912	54466797E	5525/0	18/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGT9234	55180851E	5541/2	31/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY9312	55080067E	7030/2	11/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MIB8590	55080108E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIG4531	55080809E	5185/1	27/08/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJA5679	54465793E	5215/2	26/04/2014	R\$ 191,53	170
MJQ9524	55180859E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV0490	55180774E	5541/2	06/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLI5736	55079760E	5720/0	01/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
MMJ0204	55180857E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1368/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIK6155	55081088E	5835/0	04/09/2014	195
AKG0803	55081296E	7366/2	08/09/2014	252 * VI
ATE3531	55180976E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
ECK9999	55180975E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
INI5994	55080757E	7056/1	03/09/2014	244 * III
IRA6548	55081240E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
JNR1236	55180988E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
LYH7188	55181027E	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
LZO7902	55181019E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MAB5436	55081239E	7366/2	30/09/2014	252 * VI
MAV3007	55180972E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MAW5771	55080804E	7030/4	18/08/2014	244 * I
MBL6091	55181011E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MDL5959	55081222E	5185/1	12/09/2014	167
MEE1655	55080862E	5185/1	18/08/2014	167
MFC4067	55080084E	5967/0	03/10/2014	203 * V
MFF4725	55180995E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MFG4789	55180983E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MHQ7131	55079744E	5967/0	09/09/2014	203 * V
MHQ7131	55079745E	7030/2	09/09/2014	244 * I
MHR2667	55081166E	7366/2	10/09/2014	252 * VI
MHY7956	55081218E	7366/2	05/09/2014	252 * VI
MII3435	55181022E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
MIX5632	55180989E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MKC1879	55081167E	5185/1	12/09/2014	167
MLC7358	55181018E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLG1294	55080880E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MLU2826	55181008E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MMB9292	55180998E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1366/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BHP5108	54466874E	5428/4	19/02/2014	R\$ 191,53	181 * V
INW7470	55180847E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KFM5628	55180782E	5541/2	03/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXR4946	55180855E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZH2865	55180832E	5541/2	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV3196	55180808E	5541/2	19/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU1419	55079729E	5835/0	18/04/2014	R\$ 127,69	195
MCF3577	55080104E	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167
MDW9743	55079641E	5193/0	09/05/2014	R\$ 191,53	168
MFC4067	55079666E	5525/0	20/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MFL2295	55180879E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY9756	55180860E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB8590	55080106E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MIH7287	55180845E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJA5679	54465791E	7056/1	26/04/2014	R\$ 191,53	244 * III
MJF7958	55180754E	5541/2	21/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKU0110	55081081E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MKY8753	55180761E	5541/2	07/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL8206	54466892E	5940/1	16/05/2014	R\$ 191,53	203 * III
MMK0925	55079542E	5541/5	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1363/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAR6642	55080105E	5924/2	07/07/2014	R\$ 191,53	203 * I
MMI1860	55080066E	5541/1	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1361/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGV0936	55180974E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
AOK0712	55080892E	7366/2	25/08/2014	252 * VI
APP7475	55081037E	7366/2	20/08/2014	252 * VI
CAN7539	55180997E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
CDL3278	55180904E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
EBB8977	55081159E	5460/0	27/08/2014	181 * IX
EBB8977	55081160E	5185/1	27/08/2014	167
IAY4037	55180969E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
IBU9302	55081079E	5185/1	14/08/2014	167
LXA3385	55080904E	5185/1	21/08/2014	167
LXA3385	55080905E	5185/2	21/08/2014	167
LYD3318	55180937E	5541/2	29/07/2014	181 * XVII
LYJ2679	55180908E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
LYL2324	55180897E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
LYZ0145	55180960E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MAR9940	55081104E	5525/0	25/08/2014	181 * XV
MAX7386	55181014E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MBC0882	55180932E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MBS0856	55181020E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MBV4245	55180986E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MCC4992	54466678E	7030/4	19/08/2014	244 * I
MCL4066	55180964E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MCQ9791	55180947E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
MCS4205	55080890E	6050/1	25/08/2014	208
MCS6467	55080752E	5185/1	19/08/2014	167
MCW4387	55180984E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCX0924	55180900E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MCZ1181	55081047E	5185/1	25/08/2014	167
MDA9702	55181003E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MDT1821	55180912E	5541/2	19/07/2014	181 * XVII
MDX8975	55081161E	5819/1	29/08/2014	193
MED5748	55081019E	7030/2	18/08/2014	244 * I
MEG0658	55180931E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MEO2686	55081219E	5541/5	10/09/2014	181 * XVII
MFF4725	55180956E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MFM0059	55181017E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MFN1896	55080166E	5452/2	12/08/2014	181 * VIII
MFV6850	55081077E	5541/5	11/08/2014	181 * XVII
MGF6635	55080854E	5185/1	18/08/2014	167
MGH9308	55180952E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MGL2588	55081165E	5541/6	08/09/2014	181 * XVII
MGM2154	55181010E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MGR0206	55180973E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MGT2778	55081013E	5185/1	18/08/2014	167
MGW8055	55081204E	7366/2	20/08/2014	252 * VI
MHF2093	55081014E	5185/1	18/08/2014	167
MHX4573	55080810E	5185/1	27/08/2014	167
MII3435	55080863E	5185/1	18/08/2014	167
MIN8977	55079746E	5347/0	14/09/2014	178
MIR4655	55181028E	5541/2	01/09/2014	181 * XVII
MIS2403	55180944E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MIS9825	55081151E	5185/1	18/08/2014	167
MIX0466	55081086E	5185/1	28/08/2014	167
MIX0466	55081087E	7366/2	28/08/2014	252 * VI
MJF7958	55180977E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MJH2852	55081168E	5185/2	12/09/2014	167
MJL6633	55081020E	5185/1	18/08/2014	167
MJN3104	55081030E	7366/2	18/08/2014	252 * VI
MKL6651	55181012E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MKP5258	55081018E	5185/1	18/08/2014	167
MKP5258	55180926E	5541/2	24/07/2014	181 * XVII
MKP6823	55081209E	6084/1	26/08/2014	211
MKQ3845	55081007E	5185/1	18/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKQ6757	55181005E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MKW2573	55080889E	6050/1	21/08/2014	208
MLG2988	55080883E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MLG2988	55081154E	5185/1	22/08/2014	167
MLL5617	55080076E	5185/1	09/08/2014	167
MLL5617	55080077E	5185/2	09/08/2014	167
MLP5794	55080886E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MLT1179	55080888E	6050/1	21/08/2014	208
MLU1225	55080753E	5908/0	20/08/2014	202 * I
MLU2826	55180899E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MLV3836	55180965E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MVX8445	55180991E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
OKF7234	55080906E	5410/0	22/08/2014	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1359/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IMV6909	55180837E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR6870	55079777E	5967/0	01/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MGL9434	55180836E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1357/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALL7569	55079948E	5185/1	11/07/2014	167
AMD2147	55180868E	5541/2	08/07/2014	181 * XVII
ANJ2735	55081003E	7030/2	18/08/2014	244 * I
BSS8887	55081074E	5207/0	09/08/2014	169
BSS8887	55081075E	5185/1	11/08/2014	167
EPR2312	55180898E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
IJJ3900	55081205E	5452/1	22/08/2014	181 * VIII
INF4251	55081046E	6050/1	21/08/2014	208
JOG8637	55080881E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
LXD4037	55080109E	5185/1	29/07/2014	167
LXD4037	55080110E	5185/2	29/07/2014	167
LXD4037	55080111E	5193/0	29/07/2014	168
LXL4532	55081062E	5835/0	25/07/2014	195
LXO5460	55081069E	5185/1	04/08/2014	167
MAF0185	55081203E	5541/5	18/08/2014	181 * XVII
MAL8716	55180914E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MBA7283	55080877E	5207/0	20/08/2014	169
MCG3454	55180876E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
MCW0723	55081029E	7030/2	18/08/2014	244 * I
MDK5736	55180919E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MDV3419	55080852E	5185/1	18/08/2014	167
MED9178	55081033E	7030/2	18/08/2014	244 * I
MFF4725	55180891E	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
MFI6014	55180895E	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
MFM7862	55180935E	5541/2	29/07/2014	181 * XVII
MFY8981	55180886E	5541/2	14/07/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGM8054	55180949E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
MGP5774	55079743E	6041/2	20/08/2014	207
MGR8950	55081027E	5185/1	18/08/2014	167
MGR8950	55180930E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MGZ5863	55081004E	7030/2	18/08/2014	244 * I
MHJ1918	55081022E	5185/1	18/08/2014	167
MID4036	55081292E	5541/1	28/07/2014	181 * XVII
MIU2811	55180917E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MJM1278	55180945E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MJP8743	55080878E	5185/1	20/08/2014	167
MJP8743	55081044E	5185/1	21/08/2014	167
MKR7918	55180907E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MKZ2190	55080902E	5185/1	19/08/2014	167
MLD8838	55080879E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MLM5512	55081076E	5207/0	10/08/2014	169
MMD1978	55180873E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
NKJ6242	55080896E	5185/1	25/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 1355/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAL3806	55180865E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVOEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL
DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 1353/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AUA5728	55180870E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
DMA1591	55080155E	7307/0	09/07/2014	251 * II
DMA1591	55080156E	5185/1	09/07/2014	167
JOZ0382	55180906E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
KID0112	55180894E	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
LZF6238	55080157E	5878/0	09/07/2014	199
MAU6477	54466618E	5185/1	28/07/2014	167
MAX6611	55180889E	5541/2	14/07/2014	181 * XVII
MCY0954	55079762E	5541/5	23/06/2014	181 * XVII
MDS0843	55180871E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
MDX7059	55080101E	5185/1	21/06/2014	167
MFP2263	55080073E	7048/1	16/07/2014	244 * II
MIN8551	55180911E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MJJ7062	55180896E	5541/2	16/07/2014	181 * XVII
MJZ8226	55180925E	5541/2	24/07/2014	181 * XVII
MKP3043	55180922E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MLX9375	55180887E	5541/2	14/07/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RAFAEL EDGAR TONIAL

DIRETOR DE TRANSITO

SIMAE**PORTARIA N º 46/2014/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 46/2014/SIMAE-CAO, de 25 de novembro de 2014.

Aplica penalidade de Suspensão em participação de Licitações do SIMAE, à empresa que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Aplicar à empresa Tudor Comércio de Conexões Eireli - EPP inscrita no CNPJ sob nº 11.004.107/0001-24, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitações lançadas por este SIMAE, pelo prazo de dois anos, devido descumprimento contratual, com fundamento no item 16.1.1, III, do Edital e no inc. III, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93;

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Catanduvás**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº PL/62/2014 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº PL/62/2014 de 05 de novembro de 2014.

Convoca a Servidora Estatutária Simone Vieira dos Santos De Martini do gozo de férias.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvás, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º Convoca a Servidora Estatutária Simone Vieira dos Santos De Martini, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotada na Câmara Municipal de Vereadores, que encontra-se em gozo de férias, conforme Portaria nº 58/2014, para que retome as suas atividades a partir do dia 06 de novembro de 2014, para acompanhamento do processo de contratação de serviços de sondagem de terreno e serviços de engenharia para elaboração do projeto estrutural da construção da sede própria da Câmara Municipal.

Art. 2º O período que refere-se a presente convocação, será gozado a critério da Servidora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Odair José Gabrielli
Presidente

Registra-se e Publica-se em 05.11.2014

Odair J. Gabrielli
Presidente

Salete Ribeiro Chiarello
1ª Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 456/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 456/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII, do art. 50 e Inciso II letra "a" do art. 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC e em conformidade com os dispositivos do art. 10 da Lei nº 500 de 02.03.2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 259/2014 de 07.07.2014, que designa a servidora Pública CLAUDIRENE FERREIRA, para atuar como Coordenadora do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
25 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

RREO_5º_BIMESTRE_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.624.322,53	16,65	9.870.360,55	101,18	-115.212,84
RECEITAS CORRENTES	9.747.386,71	9.747.386,71	1.567.744,17	16,08	8.577.375,99	88,00	1.170.010,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	208.502,77	208.502,77	33.653,02	16,14	191.764,59	91,97	16.738,18
IMPOSTOS	177.000,00	177.000,00	17.110,57	9,67	160.155,58	90,48	16.844,42
TAXAS	31.502,77	31.502,77	16.542,45	52,51	31.609,01	100,34	-106,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.001,00	26.001,00	5.442,53	20,93	31.294,89	120,36	-5.293,89
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	26.001,00	26.001,00	5.442,53	20,93	31.294,89	120,36	-5.293,89
RECEITA PATRIMONIAL	30.501,00	30.501,00	26.675,83	87,46	102.579,79	336,32	-72.078,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.501,00	10.501,00	26.675,83	254,03	102.579,79	976,86	-92.078,79
Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	5.700,00	0,00	5.700,00	0,00	-5.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.767.580,94	8.767.580,94	1.490.886,59	17,00	8.102.514,04	92,41	665.066,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.767.580,94	8.767.580,94	1.490.886,59	17,00	8.102.514,04	92,41	665.066,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	714.801,00	714.801,00	5.386,20	0,75	143.522,68	20,08	571.278,32
Multas e Juros de Mora	2.301,00	2.301,00	1.377,53	59,87	2.841,23	123,48	-540,23
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	300,00	3,00	2.797,66	27,98	7.202,34
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.500,00	2.500,00	614,57	24,58	2.514,78	100,59	-14,78
RECEITAS DIVERSAS	700.000,00	700.000,00	3.094,10	0,44	135.369,01	19,34	564.630,99
RECEITAS DE CAPITAL	7.761,00	7.761,00	56.578,36	729,01	1.292.984,56	660,03	-1.285.223,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
ALIENAÇÃO DE BENS	6.755,00	6.755,00	0,00	0,00	49.100,00	726,87	-42.345,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.755,00	6.755,00	0,00	0,00	49.100,00	726,87	-42.345,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	56.578,36	0,00	1.243.884,56	0,00	-1.243.884,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	56.578,36	0,00	1.243.884,56	0,00	-1.243.884,56
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.624.322,53	16,65	9.870.360,55	101,18	-115.212,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.624.322,53	16,65	9.870.360,55	-115.212,84
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.755.147,71	9.755.147,71	1.624.322,53	16,65	9.870.360,55	-115.212,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	614.139,72	—	—	372.610,50	—
Superávit Financeiro	—	599.139,72	—	—	363.870,50	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	15.000,00	—	—	8.740,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.755.147,71	2.265.226,74	12.020.374,45	1.877.166,26	9.593.276,77	1.859.280,86	9.470.552,52	2.549.821,93
DESPESAS CORRENTES	8.709.003,71	977.375,81	9.686.379,52	1.726.685,72	7.974.731,04	1.710.070,32	7.855.755,79	1.830.623,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.587.276,97	551.045,44	5.138.322,41	911.988,49	4.500.294,12	911.988,49	4.500.294,12	638.028,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	0,00	25.000,00	760,21	8.010,99	760,21	8.010,99	16.989,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.096.726,74	426.330,37	4.523.057,11	813.917,02	3.466.425,93	797.321,62	3.347.450,68	1.175.606,43
DESPESAS DE CAPITAL	986.144,00	1.287.850,93	2.273.994,93	150.500,54	1.618.545,73	149.210,54	1.614.796,73	659.198,20
INVESTIMENTOS	856.144,00	1.287.850,93	2.143.994,93	140.294,29	1.536.895,73	139.004,29	1.533.146,73	610.848,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	130.000,00	0,00	130.000,00	10.206,25	81.650,00	10.206,25	81.650,00	48.350,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.755.147,71	2.265.226,74	12.020.374,45	1.877.166,26	9.593.276,77	1.859.280,86	9.470.552,52	2.549.821,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.755.147,71	2.265.226,74	12.020.374,45	1.877.166,26	9.593.276,77	1.859.280,86	9.470.552,52	2.549.821,93
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	399.808,03	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.755.147,71	2.265.226,74	12.020.374,45	1.877.166,26	9.593.276,77	1.859.280,86	9.870.360,55	2.549.821,93

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	9.755.147,71	12.020.374,45	1.877.166,26	9.593.276,77	1.859.280,86	9.470.552,52	100,00	2.549.821,93
Legislativa	615.000,00	615.000,00	95.271,84	464.399,73	96.525,84	464.399,73	4,90	150.600,27
Ação Legislativa	615.000,00	615.000,00	95.271,84	464.399,73	96.525,84	464.399,73	4,90	150.600,27
Administração	2.008.679,97	2.256.156,11	315.897,64	1.917.864,11	322.327,72	1.905.859,32	20,12	350.296,79
Administração Geral	1.122.675,97	1.370.152,11	182.211,68	1.282.174,57	186.336,26	1.272.844,93	13,44	97.307,18
Administração Financeira	886.004,00	886.004,00	133.685,96	635.689,54	135.991,46	633.014,39	6,68	252.989,61
Defesa Nacional	2.000,00	1.000,00	0,00	835,00	0,00	835,00	0,01	165,00
Defesa Civil	2.000,00	1.000,00	0,00	835,00	0,00	835,00	0,01	165,00
Segurança Pública	25.000,00	25.000,00	1.437,05	10.650,86	1.150,05	10.363,86	0,11	14.636,14
Policciamento	25.000,00	25.000,00	1.437,05	10.650,86	1.150,05	10.363,86	0,11	14.636,14
Assistência Social	282.702,00	428.673,25	96.564,30	388.124,65	86.305,59	372.984,25	3,94	55.689,00
Assistência Comunitária	282.702,00	428.673,25	96.564,30	388.124,65	86.305,59	372.984,25	3,94	55.689,00
Saúde	1.536.890,66	2.134.996,46	400.224,83	1.901.148,19	399.665,37	1.879.125,97	19,84	255.870,49
Atenção Básica	1.514.887,66	2.074.552,27	396.935,83	1.871.843,67	391.238,37	1.853.358,85	19,57	221.193,42
Vigilância Sanitária	11.001,00	16.636,66	1.264,00	13.142,12	4.977,00	12.167,12	0,13	4.469,54
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	43.807,53	2.025,00	16.162,40	3.450,00	13.600,00	0,14	30.207,53
Trabalho	21.000,00	21.000,00	1.909,02	18.274,73	1.909,02	18.274,73	0,19	2.725,27
Fomento ao Trabalho	21.000,00	21.000,00	1.909,02	18.274,73	1.909,02	18.274,73	0,19	2.725,27
Educação	2.573.338,08	2.987.214,98	447.333,21	2.141.120,52	428.031,53	2.103.495,10	22,21	883.719,88
Ensino Fundamental	1.785.006,05	2.108.882,95	368.175,19	1.755.417,72	345.975,45	1.717.873,30	18,14	391.009,65
Educação Infantil	788.332,03	878.332,03	79.158,02	385.702,80	82.056,08	385.621,80	4,07	492.710,23
Cultura	72.001,00	72.001,00	4.258,67	6.023,22	5.793,22	6.023,22	0,06	65.977,78
Difusão Cultural	72.001,00	72.001,00	4.258,67	6.023,22	5.793,22	6.023,22	0,06	65.977,78
Direitos da Cidadania	190.009,00	80.008,00	14.836,63	37.658,69	15.033,49	37.223,92	0,39	42.784,08
Assistência à Criança e ao Adolescente	190.009,00	80.008,00	14.836,63	37.658,69	15.033,49	37.223,92	0,39	42.784,08
Urbanismo	1.145.756,00	1.489.802,65	249.766,11	1.370.300,44	253.551,06	1.360.571,52	14,37	129.231,13
Infra-Estrutura Urbana	285.754,00	559.800,65	143.725,52	491.971,74	153.604,87	490.237,92	5,18	69.562,73
Serviços Urbanos	860.002,00	930.002,00	106.040,59	878.328,70	99.946,19	870.333,60	9,19	59.668,40
Habitação	20.005,00	40.005,00	4.152,00	23.105,60	4.152,00	23.105,60	0,24	16.899,40
Habitação Rural	20.005,00	40.005,00	4.152,00	23.105,60	4.152,00	23.105,60	0,24	16.899,40

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.755.147,71	12.020.374,45	1.877.166,26	9.593.276,77	1.859.280,86	9.470.552,52	100,00	78,79
Gestão Ambiental	197.754,00	182.004,00	27.160,16	147.346,50	27.066,64	146.226,46	1,54	80,34
Preservação e Conservação Ambiental	168.004,00	168.004,00	27.160,16	143.596,50	27.066,64	142.826,46	1,51	85,01
Turismo	29.750,00	14.000,00	0,00	3.750,00	0,00	3.400,00	0,04	24,29
Agricultura	589.509,00	853.510,00	92.641,03	451.039,99	89.171,43	446.814,60	4,72	52,35
Extensão Rural	589.509,00	853.510,00	92.641,03	451.039,99	89.171,43	446.814,60	4,72	52,35
Transporte	312.502,00	673.002,00	108.938,31	625.343,22	111.403,04	611.665,02	6,46	90,89
Transporte Rodoviário	312.502,00	673.002,00	108.938,31	625.343,22	111.403,04	611.665,02	6,46	90,89
Desporto e Lazer	103.001,00	101.001,00	16.775,46	90.041,32	17.194,86	83.584,22	0,88	82,76
Desporto Comunitário	103.001,00	101.001,00	16.775,46	90.041,32	17.194,86	83.584,22	0,88	82,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.755.147,71	12.020.374,45	1.877.166,26	9.593.276,77	1.859.280,86	9.470.552,52	100,00	78,79

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.034.529,65	1.506.546,34	1.155.651,42	1.121.064,42	859.585,15	1.048.316,34	1.196.148,96	902.412,91	803.022,54	1.102.023,85	924.115,21	904.422,87	12.560.138,26
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.449,11	71.480,47	895,02	7.062,07	6.333,87	36.798,41	20.641,78	12.903,81	1.302,37	72.568,24	18.332,71	15.320,31	264.694,17
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.676,07	33.516,92	14.517,85	1.347,44	570,37	81,13	377,77	0,00	52.089,55
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	906,97	10.644,17	895,02	3.889,81	1.145,84	1.008,93	1.046,83	3.897,93	738,00	9.903,15	6.530,38	2.482,00	42.885,03
I.T.B.I.	89,60	1.704,82	0,00	1.180,58	882,81	944,65	917,43	5.775,00	0,00	11.180,30	1.805,44	4.563,71	28.044,14
Outras Receitas Tributárias	452,54	58.131,68	0,00	1.991,68	2.629,15	1.325,91	4.159,67	1.893,44	0,00	51.397,66	9.819,12	8.274,60	140.675,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.760,64	2.286,84	2.848,13	3.436,00	3.722,79	3.854,26	3.067,97	3.410,27	2.841,64	2.670,30	2.486,07	2.956,46	38.342,37
RECEITA PATRIMONIAL	6.034,57	3.519,19	4.179,47	8.362,15	8.090,92	8.653,73	9.256,87	1.62	2.216,05	35.143,15	12.376,84	14.288,99	112.133,55
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	974.372,94	1.411.932,42	1.145.101,29	1.098.811,20	830.892,72	887.176,14	1.159.749,33	883.835,50	795.305,18	989.348,46	883.022,70	868.977,80	11.926.505,68
Cota-Parte do FPM	490.576,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,98	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.852.539,68
Cota-Parte do ICMS	256.940,88	256.061,12	247.393,32	234.408,43	238.578,18	231.786,27	236.286,96	238.227,83	221.664,39	232.274,25	248.956,56	257.088,23	2.897.648,12
Cota-Parte do IPVA	5.847,07	3.335,57	6.265,68	11.319,96	17.128,15	21.523,99	21.126,27	5.171,42	15.950,40	22.525,93	12.780,66	11.042,05	154.017,15
Cota-Parte do ITR	18,29	0,00	6,98	0,00	28,00	0,00	6,65	0,00	0,00	10,25	740,19	763,78	1.604,14
Outras Transferências Correntes	96.650,48	288.720,30	175.354,82	99.724,66	92.438,57	93.845,05	209.090,89	96.899,85	83.152,93	173.425,92	112.425,35	108.547,45	1.630.276,27
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	1.049,57	1.049,57	1.024,83	1.024,83	0,00	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	13.000,00
Transferências do FUNDEB	123.290,77	122.654,46	120.224,30	117.140,42	107.926,53	108.947,90	119.124,73	112.731,58	104.386,00	111.661,23	113.952,17	119.057,62	1.381.087,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.912,39	19.327,42	2.626,51	3.393,00	10.544,85	111.832,80	3.432,61	2.861,71	1.351,30	2.293,70	2.516,89	2.869,31	210.762,49
DEDUÇÕES (II)	151.676,23	154.136,23	170.679,87	177.045,72	126.747,03	137.575,68	167.070,04	135.564,88	122.298,14	141.611,01	132.046,58	129.047,33	1.745.488,74
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	151.676,23	154.136,23	170.679,87	177.045,72	126.747,03	137.575,68	167.070,04	135.564,88	122.298,14	141.611,01	132.046,58	129.047,33	1.745.488,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	882.853,42	1.354.410,11	984.971,55	944.018,70	732.838,12	910.739,66	1.029.078,92	766.848,03	680.724,40	960.412,84	792.368,63	775.375,54	10.814.639,52

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	870.283,89	1.580.777,09	1.381.954,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.078.408,05	1.921.348,14	2.120.083,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-1.019,43
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	208.124,16	340.571,05	737.109,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-870.283,89	-1.580.777,09	-1.381.954,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-870.283,89	-1.580.777,09	-1.381.954,38

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	198.822,71	-511.670,49

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	15.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.736.885,71	1.541.068,34	8.474.796,20	8.536.698,12
Receita Tributária	208.502,77	33.653,02	191.764,59	182.622,70
I.P.T.U.	25.000,00	377,77	52.089,55	33.839,73
I.S.S.	60.000,00	9.012,38	31.333,89	42.791,83
I.T.B.I.	12.000,00	6.369,15	27.249,92	17.604,28
I.R.R.F.	80.000,00	1.351,27	49.482,22	68.049,18
Outras Receitas Tributárias	31.502,77	16.542,45	31.609,01	20.337,68
Receita de Contribuição	26.001,00	5.442,53	31.294,89	23.855,63
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	26.001,00	5.442,53	31.294,89	23.855,63
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	30.501,00	26.675,83	102.579,79	65.252,48
(-) Aplicações Financeiras	10.501,00	26.675,83	102.579,79	65.252,48
Transferências Correntes	8.767.580,94	1.490.886,59	8.102.514,04	8.278.882,96
F.P.M.	3.940.420,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	1.903.280,33	404.804,03	1.907.705,79	1.760.020,47
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.923.880,61	474.413,10	2.497.310,09	3.096.261,18
Demais Receitas Correntes	714.801,00	11.086,20	149.222,68	51.336,83
Dívida Ativa	2.500,00	614,57	2.514,78	2.287,50
Diversas Receitas Correntes	712.301,00	10.471,63	146.707,90	49.049,33
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.761,00	56.578,36	1.292.984,56	13.500,00
Operações de Crédito (III)	1.006,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	6.755,00	0,00	49.100,00	13.500,00
Transferências de Capital	0,00	56.578,36	1.243.884,56	0,00
Convênios	0,00	56.578,36	1.243.884,56	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	56.578,36	1.243.884,56	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.736.885,71	1.597.646,70	9.718.680,76	8.536.698,12
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.686.379,52	1.710.070,32	7.855.755,79	7.117.724,10
Pessoal e Encargos Sociais	5.138.322,41	911.988,49	4.500.294,12	4.258.195,88
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	760,21	8.010,99	18.180,04
Outras Despesas Correntes	4.523.057,11	797.321,62	3.347.450,68	2.841.348,18
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.661.379,52	1.709.310,11	7.847.744,80	7.099.544,06
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.273.994,93	149.210,54	1.614.796,73	1.242.605,49
Investimentos	2.143.994,93	139.004,29	1.533.146,73	1.140.542,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	130.000,00	10.206,25	81.650,00	102.062,50
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.143.994,93	139.004,29	1.533.146,73	1.140.542,99

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.865.374,45	1.848.314,40	9.380.891,53	8.240.087,05
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.128.488,74	-250.667,70	337.789,23	296.611,07
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	372.610,50	0,00
Superávit Financeiro	-	-	363.870,50	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	8.740,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				136.738,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 25/11/2014

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	33.144,80	174.979,36	154.956,86	-	7.274,76	6.956,76	6.956,76	-
Fundo de Assistência Social	33.144,80	171.315,22	151.315,22	0,00	0,00	0,00	4.009,28	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	134,68	134,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	128,29	128,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTI	0,00	141.840,00	141.840,00	0,00	0,00	781,00	781,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	13.750,00	20.787,43	787,43	0,00	362,55	362,55	362,55	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV	0,00	1.417,96	1.417,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGE	19.394,80	7.006,86	7.006,86	0,00	3.183,73	2.865,73	2.865,73	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE	0,00	3.664,14	3.641,64	0,00	2.947,48	2.947,48	2.947,48	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	33.144,80	174.979,36	154.956,86	0,00	7.274,76	6.956,76	6.956,76	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	180.100,00	180.100,00	18.138,63	164.413,03	91,29
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	28.100,00	28.100,00	1.405,83	56.347,00	200,52
1.1.1- IPTU	25.000,00	25.000,00	377,77	52.089,55	208,36
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	329,40	1.658,58	276,43
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.500,00	2.500,00	599,57	2.499,78	99,99
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	99,09	99,09	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.000,00	12.000,00	6.369,15	27.249,92	227,08
1.2.1- ITBI	12.000,00	12.000,00	6.369,15	27.249,92	227,08
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.000,00	60.000,00	9.012,38	31.333,89	52,22
1.3.1- ISS	60.000,00	60.000,00	9.012,38	31.333,89	52,22
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	1.351,27	49.482,22	61,85
1.4.1- IRRF	80.000,00	80.000,00	1.351,27	49.482,22	61,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.123.200,33	6.123.200,33	1.305.471,70	7.198.461,39	117,56
2.1- Cota-Parte FPM	4.040.420,00	4.040.420,00	764.586,78	4.621.872,40	114,39
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.040.420,00	4.040.420,00	764.586,78	4.621.872,40	114,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.953.280,33	1.953.280,33	506.004,79	2.384.626,12	122,08
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	13.000,00	13.000,00	2.049,66	9.223,47	70,95
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	7.473,79	36.319,04	103,77
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	1.533,97	1.585,85	105,72
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	23.822,71	144.834,51	181,04
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.303.300,33	6.303.300,33	1.323.610,33	7.362.874,42	116,81
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	201.001,00	201.001,00	25.915,38	140.168,54	69,74
5.1- Transferências do Salário-Educação	91.001,00	91.001,00	11.844,24	87.552,55	96,21
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	6.944,00	27.776,00	69,44
5.4- Transferências Diretas - PNATE	70.000,00	70.000,00	7.127,14	24.839,99	35,49
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	204.391,20	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	204.391,20	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	88.008,00	88.008,00	36.469,15	149.781,94	170,19
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	289.010,00	289.010,00	62.384,53	494.341,68	171,05
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	175.900,00	175.900,00	261.093,91	1.439.686,28	818,47
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	100.000,00	100.000,00	152.917,32	924.374,24	924,37
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	50.000,00	50.000,00	101.200,76	476.920,33	953,84
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.600,00	2.600,00	409,92	1.844,54	70,94
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	1.494,75	7.263,81	103,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	306,78	317,15	105,72
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	4.764,38	28.966,21	181,04
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	884.401,00	884.401,00	233.009,79	1.135.152,48	128,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	233.009,79	1.135.152,48	128,35
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	708.501,00	708.501,00	-28.084,12	-304.533,80	-42,98
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	563.211,00	819.218,97	185.202,63	817.496,99	99,79
13.1- Com Educação Infantil	198.210,00	272.210,00	56.429,77	272.093,21	99,96
13.2- Com Ensino Fundamental	365.001,00	547.008,97	128.772,86	545.403,78	99,71
14- OUTRAS DESPESAS	323.690,00	437.690,00	68.498,26	320.148,90	73,15
14.1- Com Educação Infantil	129.690,00	154.690,00	17.149,27	65.791,08	42,53
14.2- Com Ensino Fundamental	194.000,00	283.000,00	51.348,99	254.357,82	89,88
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	886.901,00	1.256.908,97	253.700,89	1.137.645,89	90,51
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.137.645,89
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					72,02
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					28,20
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,22
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	1.575.825,08	1.575.825,08	330.902,58	1.840.718,61	116,81
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	765.830,03	859.830,03	79.632,42	380.817,14	44,29
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.441.997,05	1.607.360,02	275.492,53	1.427.321,80	88,80
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	559.001,00	830.008,97	180.121,85	799.761,60	96,36
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	882.996,05	777.351,05	95.370,68	627.560,20	80,73
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.207.827,08	2.467.190,05	355.124,95	1.808.138,94	73,29
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-304.533,80
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					1.007,97
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-303.525,83
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.111.664,77
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,68
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	91.001,00	160.076,00	2.423,66	7.277,66	4,55
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	154.507,00	239.945,93	44.503,21	188.667,52	78,63
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	245.509,00	400.022,93	46.926,87	195.945,18	48,98
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.453.336,08	2.867.212,98	402.051,82	2.004.084,12	69,90

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.007,97	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.135.152,48	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	999.306,06	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	999.306,06	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	136.854,39	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 1.007,97, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	1.006,00	0,00		1.006,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.273.994,93	1.614.796,73	0,00	659.198,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.273.994,93	1.614.796,73	0,00	659.198,20
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.272.988,93	-1.614.796,73		-658.192,20

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	6.755,00	49.100,00	-42.345,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.755,00	49.100,00	-42.345,00
TOTAL	6.755,00	49.100,00	-42.345,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	3.504,00	0,00	0,00	3.504,00
Investimentos	3.504,00	0,00	0,00	3.504,00
TOTAL	3.504,00	0,00	0,00	3.504,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	6.993,47	49.100,00	56.093,47

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 14/12012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	181.101,00	181.101,00	164.319,45	90,73
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	25.000,00	25.000,00	52.089,55	208,36
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	12.000,00	12.000,00	27.249,92	227,08
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.000,00	60.000,00	31.333,89	52,22
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	49.482,22	61,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.601,00	1.601,00	1.664,09	103,94
Dívida Ativa dos Impostos	2.500,00	2.500,00	2.499,78	99,99
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.218.200,33	6.218.200,33	7.198.461,39	115,76
Cota-Parte FPM	4.040.420,00	4.040.420,00	4.621.872,40	114,39
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	1.585,85	105,72
Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	144.834,51	181,04
Cota-Parte ICMS	1.953.280,33	1.953.280,33	2.384.626,12	122,08
Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	36.319,04	103,77
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	108.000,00	108.000,00	9.223,47	8,54
Desoneração ICMS (LC 87/96)	13.000,00	13.000,00	9.223,47	70,95
Outras	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	6.399.301,33	6.399.301,33	7.362.780,84	115,06

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	329.195,98	329.195,98	358.741,00	108,97
Provenientes da União	329.195,98	329.195,98	358.741,00	108,97
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	3,00	3,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1,00	1,00	34.730,04	3.473,004,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	329.199,98	329.199,98	393.471,04	119,52

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	1.474.382,66	1.759.291,38	1.629.868,15	92,64	1.607.845,93	91,39
Pessoal e Encargos Sociais	854.002,00	827.277,91	788.624,47	95,33	788.624,47	95,33
Outras Despesas Correntes	620.380,66	932.013,47	841.243,68	90,26	819.221,46	87,90
DESPESAS DE CAPITAL	62.508,00	375.705,08	271.280,04	72,21	271.280,04	72,21
Investimentos	62.508,00	375.705,08	271.280,04	72,21	271.280,04	72,21

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	62.508,00	375.705,08	271.280,04	72,21	271.280,04	72,21
Investimentos	62.508,00	375.705,08	271.280,04	72,21	271.280,04	72,21
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.536.890,66	2.134.996,46	1.901.148,19	89,05	1.879.125,97	88,02
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	332.701,98	705.959,92	592.539,87	31,17	587.071,92	31,24
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	329.195,98	429.532,50	340.999,87	17,94	335.531,92	17,86
Recursos de Operações de Crédito	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.503,00	276.424,42	251.540,00	13,23	251.540,00	13,39
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹						
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	332.701,98	705.959,92	592.539,87	31,17	587.071,92	31,24
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.204.188,68	1.429.036,54	1.308.608,32	57,88	1.292.054,05	56,78
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,55
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						187.636,92

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
				0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)				0,00	0,00	0,00		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					LIMITE NÃO CUMPRIDO			
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
				-	-	-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	1.514.887,66	2.074.552,27	1.871.843,67	98,46	1.853.358,85	98,63
	11.001,00	16.636,66	13.142,12	0,69	12.167,12	0,65
	11.002,00	43.807,53	16.162,40	0,85	13.600,00	0,72
TOTAL	1.536.890,66	2.134.996,46	1.901.148,19	100,00	1.879.125,97	100,00

Continua 3/4

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.755.147,71	
Previsão Atualizada		—	9.755.147,71	
Receitas Realizadas		1.624.322,53	9.870.360,55	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	372.610,50	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	9.755.147,71	
Créditos Adicionais		—	2.265.226,74	
Dotação Atualizada		—	12.020.374,45	
Despesas Empenhadas		1.877.166,26	9.593.276,77	
Despesas Liquidadas		1.859.280,86	9.470.552,52	
Superavit Orçamentário		—	399.808,03	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.877.166,26	9.593.276,77	
Despesas Liquidadas		1.859.280,86	9.470.552,52	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.814.639,52	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		15.000,00	-511.670,49	-3.411,14
Resultado Primário		136.738,00	337.789,23	247,03
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	7.274,76	0,00	6.956,76	318,00
EXECUTIVO	7.274,76	0,00	6.956,76	318,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	208.124,16	0,00	154.956,86	53.167,30
EXECUTIVO	208.124,16	0,00	154.956,86	53.167,30
TOTAL:	215.398,92	0,00	161.913,62	53.485,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.111.664,77	25%	28,68
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		817.496,99	60%	72,02
Liquidadas		817.496,99		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.006,00	
Despesa de Capital Líquida		1.614.796,73	659.198,20	

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			49.100,00	-42.345,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	3.504,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.292.054,05		15,00	17,55
Liquidadas	1.292.054,05			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 434/14

DECRETO SAF/Nº. 434/14, de 24 de novembro de 2014.
REAJUSTA VALORES REFERENTES À CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 2º, da Lei nº. 1.119, de 19 de dezembro de 2012, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam reajustados os valores constantes no Anexo Único, da Lei nº. 1.119, de 19 de dezembro de 2012, instituído pela Lei nº. 653, de 27 de dezembro de 2004, referente a contribuição para custeio da iluminação pública, que passam a vigorar com os seguintes valores:

ANEXO ÚNICO	
CLASSES	R\$/MÊS ANO 2015
RESIDENCIAL - KWH /MÊS	
000 ATE 350	5,06
351 ATE 600	7,88
ACIMA DE 600	12,38
RURAL - KWH/MES	
000 ATE 350	5,06
351 ATE 600	7,88
ACIMA DE 600	12,38
COMERCIAL - KWH/MÊS	
000 ATE 100	5,06
101 ATE 300	10,13
301 ate 500	12,38
501 ate 800	14,63
ACIMA DE 800	23,63
INDUSTRIAL - KWH/MÊS	
000 ATE 100	5,06
101 ATE 300	10,13
301 ATE 500	12,38
501 ATE 800	14,63
801 ATE 5.000	23,63
5.001 ATE 100.000	57,40
ACIMA DE 100.000	91,16
PODER PÚBLICO - KWH/MÊS	
SERVIÇO PÚBLICO	46,14
CONSUMO PRÓPRIO	46,14
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	ISENTO

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 438/14

DECRETO SAF/Nº. 438/14, de 24 de novembro de 2014.
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

REVOGAR:

Art. 1º. O inciso III, do art. 1º., da Lei nº 809, de 20 de julho de 2007, que trata da doação do lote 02 da quadra "C", matrícula nº. 20.643, com a área de 3.893,40 m² (três mil oitocentos e noventa e três metros e quarenta centímetros quadrados) localizado na Área Industrial I, no Loteamento Longarone, à empresa EXPOSHOW EXPOSITORES LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.981.627/0001-57, inscrição municipal n. 1.889, REVERTENDO o imóvel ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei n. 1.219, de 18 de setembro de 2014, conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 439/14

DECRETO SAF/N. 439/14, de 24 de novembro de 2014.
ATRIBUI FUNÇÕES A SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Ficam atribuídas funções, em complementação as suas

cargas horárias, aos respectivos servidores, que abaixo especifica:

SERVIDOR	EMPREGO	FUNÇÃO
Marco Streliaev Centeno	Médico ESF	Médico de referência dos Pacientes Ostomizados.
Pedro João Snoyer	Médico ESF	Médico de referência do Programa DST/HIV/AIDS e Programa de Hanseníase.
Cléo Gama Pinheiro	Médico ESF	Médico de referência dos pacientes em uso de Análogos de Insulina e do Programa Saúde do Homem.
Mariana de Mattia Sartori	Médica ESF	Médica de referência do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional.
Mariana Montemezzo Teodoro	Médica ESF	Médica de referência do Programa de Prevenção, Tratamento e Controle do Tabagismo da ESF Jardim Elizabeth.
Karol Slomp Coral	Médica ESF	Médica de referência do Projeto de Prevenção e atenção a adolescentes e jovens ao uso de álcool e outras drogas e do Programa de Prevenção, Tratamento e Controle do Tabagismo da ESF Jardim Itália.
Maurício Elbérico Valente Malaguido	Médico Pediatra – Unidade de Referência	Médico responsável pela autorização dos Laudos de AIH.
Brivaldo de Sousa Pereira	Médico Ginecologista – Unidade de Referência	Médico responsável pela autorização dos Laudos de AIH.
Luiz Carlos Sauandaj Medina	Médico Psiquiatra – CAPS	Médico responsável pelo CAPS.
Marco Aurélio dos Santos Rosa	Médico Clínico Geral – Unidade de Referência	Médico responsável pela Auditoria dos serviços de saúde, pela emissão das Carteiras de Saúde e pelo Programa de Prevenção, Tratamento e Controle do Tabagismo Central.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto SAF/N. 511/13, de 25 de outubro de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzibski, 24 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 432/14

DECRETO SAF/Nº. 432/14, de 21 de novembro de 2014.
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UFRM - UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.
ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO ser indispensável a atualização dos valores em reais, estabelecidos no Código Tributário Municipal em quantidade de UFRM;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 2º da Lei Complementar nº Lei Complementar nº 13, de 20 de dezembro de 2007;
CONSIDERANDO que a atualização dessa Unidade Fiscal será efetuada mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, através de ato próprio do Executivo;

DECRETA

Art. 1º Fica reajustada em 6,59% (seis inteiros e cinquenta e nove centésimos) por cento, a UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL (UFRM), que passa de R\$ 2,5182 (dois reais, cinquenta e um centavos e oitenta e dois milésimos de centavos) para R\$ 2,6841 (dois reais, sessenta e oito centavos e quarenta e um milésimos de centavos) à partir de 1º de Janeiro de 2015, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 13, de 20 de dezembro de 2007.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 433/14

DECRETO SAF/Nº. 433/14, de 24 de novembro de 2014.
REAJUSTA VALORES REFERENTES À COBRANÇA DE SERVIÇOS PRESTADOS POR EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS A TERCEIROS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 4º, da Lei Nº. 1.021, de 01 de dezembro de 2010, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam reajustados os valores referentes a serviços prestados a agricultores, com máquinas de propriedade do Município de Cocal do Sul, que passam a vigorar com os seguintes valores:

- a) hora trabalhada por máquina trator agrícola
..... R\$ 34,00;
- b) hora trabalhada por máquina retro-escavadeira(agricultura)
..... R\$ 48,00;
- c) hora trabalhada por máquina carregadeira
..... R\$ 62,00;
- d) hora trabalhada caminhão HS

..... R\$ 54,00;

e) hora trabalhada patrão
..... R\$ 82,00.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 428/14

DECRETO SAF/Nº. 428/14, de 18 de novembro de 2014.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO, PARA ORGANIZAR, EXECUTAR E JULGAR OS CONCURSOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Concurso Público, integrada pelos servidores: JOÃO GERALDO ECHELI, MAGALI DA ROSA KAMINSKI CASAGRANDE, MAGDA DE FREITAS membros efetivos e BRUNA BEATRIZ ROSSO membro suplente, para, sob a presidência do primeiro, preparar executar e julgar o concurso destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º A Comissão de Concurso Público ora constituída baixará instruções especiais sobre o concurso, respeitando o Regulamento Geral de Concurso Público, aprovado pelo Decreto SAF/Nº. 438/07, de 05 de setembro de 2007 e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º A Comissão de Concurso Público elaborará o Edital de Concurso Público, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal, dentro do prazo Máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua convocação.

Art. 4º O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho a Prefeitura para Junto com a comissão de concurso, elaborar e executar o Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura, na data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

AVISO DE RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/PMCS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/PMCS/2014 - AVISO DE RETIFICAÇÃO E MUDANÇA DE DATA DE ABERTURA. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital Retificado de Pregão Presencial nº. 58/PMCS/2014, que objetiva a contratação de pessoa jurídica ou física para avaliação de imóveis, para atendimento ao Setor de Patrimônio do Município de Cocal do Sul/SC. A abertura do Pregão fica alterada para as 09h00min do dia 08 de dezembro de 2014. Cópia do Edital Retificado e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 25 de novembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

--	--

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 417/2014 -PMC

Contrato Nº : 417/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : VANDERLEI DEITOS ME
Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 13/2014
Objeto : Execução de obra de reforma em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) por empresa de engenharia e/ou construção civil, para reforma do telhado do GEM Maria Melânia Siqueira.
Vigência : Início: 20/11/2014 Término: 19/01/2015
Assinatura : 20/11/2014
Valor R\$: 10.712,00 (Dez Mil e Setecentos e Doze Reais)

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905107000000.01010000

EXTRATO CONTRATO Nº 403/2014 -PMC

Contrato Nº : 403/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : INDUSTRIA DE MOVEIS CEQUIPEL PARANA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 122/2014
Objeto : Aquisição de mobiliário novo, para nova sede da SEMED e Escolas da Rede Municipal de Educação, deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 06/12/2015
Assinatura : 07/11/2014
Valor R\$: 19.975,00 (Dezenove Mil e Novecentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação : 326 - 06.002.1005.344905242000000.03890000

Dotação : 327 - 06.002.1005.344905242000000.03870000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905242000000.01010000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 397/2014 -PMC

Contrato Nº : 397/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : CHV SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 114/2013
Objeto : REGISTRO DE PREÇO visando à contratação de empresa, para prestação de serviços de horas maquinas e transporte de cascalho e calcário, para atender às necessidades e aos trabalhos das Secretarias, a serem utilizadas durante o exercício de 2014.
Vigência : Início: 04/11/2014 Término: 31/12/2014
Assinatura : 04/11/2014
Valor R\$: 40.350,00 (Quarenta Mil e Trezentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 396/2014 -PMC

Contrato Nº : 396/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP
Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2014
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ nas ruas Irã e Goiás, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.
Vigência : Início: 04/11/2014 Término: 04/03/2015
Assinatura : 04/11/2014
Valor R\$: 528.008,79 (Quinhentos e Vinte e Oito Mil, Oito Reais e Setenta e Nove Centavos)

Dotação : 374 - 08.001.1009.344905198000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 395/2014 -PMC

Contrato Nº : 395/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : ALEXSANDRE LIZ DE MOURA - ME
Licitação :
Objeto : prestação de serviços de manutenção da bomba de combustíveis da Secretaria Municipal de Transporte - SEMUT.
Vigência : Início: 03/11/2014 Término: 02/11/2015
Assinatura : 03/11/2014
Valor R\$: 780,00 (Setecentos e Oitenta Reais)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 394/2014 -PMC

Contrato Nº : 394/2014
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME
Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 9/2014
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão-de-obra) para execução de obra de construção da Escola Básica Municipal Frei Lency e de muros de contenção, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.
Vigência : Início: 03/11/2014 Término: 03/05/2016
Assinatura : 03/11/2014
Valor R\$: 938.312,52 (Novecentos e Trinta e Oito Mil, Trezentos e Doze Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 43 - 06.002.1004.344905198000000.01620000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905198000000.01620000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905198000000.01010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 318/2014 -PMC

Contrato Nº : 318/2014

Aditivo Nº : 1º/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ das ruas Isidoro Simioni e Fiorelo Fiamentti, localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 10/11/2014 Término: 30/12/2014

Assinatura : 10/11/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 286/2014 -PMC

Contrato Nº : 286/2014

Aditivo Nº : 2º/2014

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 25/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário para execução de muros de contenção em pedras argamassadas no novo CMEI Imigrantes conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/11/2014 Término: 13/12/2014

Assinatura : 10/11/2014

Valor R\$: 8.927,16 (Oito Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Dezesesseis Centavos)

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905192000000.01580000

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905192000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 157/2014 -PMC

Contrato Nº : 157/2014

Aditivo Nº : 1º/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FUNDACAO ADOLPHO BOSIO DE EDUCACAO NO TRANSPORTE

Licitação : Pregão Presencial 22/2014

Objeto : de empresa para prestação de serviços de assessoria técnico-pedagógica por área de conhecimento, para incentivar a profissionalização docente para atuar com os alunos das Escolas da Rede Municipal, capacitar os professores de modo a fortalecer o trabalho nos anos/séries que trabalham, a partir de conteúdos específicos de Ensino conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? do edital.

Vigência : Início: 13/11/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 13/11/2014

Valor R\$: 8.120,00 (Oito Mil e Cento e Vinte Reais)

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903965000000.01580000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 81/2014

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 81/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio FUNDAM - Pavimentação Asfáltica Acesso à Presidente Kenedy, no valor de R\$ 1.579.988,24 (hum milhão, quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Concórdia SC, 25 de novembro de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 104/2013 -PMC

Contrato Nº : 104/2013

Aditivo Nº : 4º/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : R. G. SERVIÇOS ASSISTENCIAIS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 10/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de atendimento, auxílio e orientação de crianças e adolescentes no Abrigo Provisório Lar Anjo Gabriel.

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 31/03/2015

Assinatura : 07/11/2014

Valor R\$: 3.212,50 (Três Mil, Duzentos e Doze Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 135 - 09.001.2034.333903401000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 412/2012 -PMC

Contrato Nº : 412/2012/2012

Aditivo Nº : 2º/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SOCIEDADE GETULIENSE AMPARO AOS IDOSOS

Licitação : Inexigibilidade 35/2012

Objeto : Internamento em clínica especializada.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/12/2015

Assinatura : 14/11/2014

Valor R\$: 16.248,36 (Dezesseis Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 361/2011 -PMC

Contrato Nº : 361/2011/2011

Aditivo Nº : 6 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : INVIOSAT SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 43/2011

Objeto : Monitoramento Eletrônico.

Vigência : Início: 21/11/2014 Término: 30/11/2015

Assinatura : 21/11/2014

Valor R\$: 34.549,32 (Trinta e Quatro Mil, Quinhentos e Quarenta e Nove Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 72 - 06.004.2018.333903977000000.01010000

Dotação : 132 - 09.001.2032.333903977000000.01000001

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2014-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2014 PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2015 de gêneros alimentícios para preparação de refeições nas Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e Centros de Educação Infantil CMEIs, com recursos oriundos do Convênio PNAE/PNAC e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, permanece para a mesma data: 12 de Dezembro de 2014, até as 08h15min horas, sendo que a sessão de abertura da licitação fica para o dia 12 de Dezembro de 2014 às 08h30min. No endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br e na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 25 de novembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 385/2014 -PMC

Contrato Nº : 385/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : LUZ & FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA.

Licitação : Pregão Presencial 104/2014

Objeto : Aquisição de materiais elétricos para realização do sonho de Natal 2014 e decoração natalina do Centro Administrativo Municipal conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 21/11/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 21/11/2014

Valor R\$: 12.632,50 (Doze Mil, Seiscentos e Trinta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 24 - 04.001.2007.333903026000000.01170000

Dotação : 162 - 10.001.2039.344903026000000.01170000

Dotação : 389 - 10.001.2039.344903999000000.03170000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 286/2014 -PMC

Contrato Nº : 286/2014

Aditivo Nº : 2º/2014

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 25/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário para execução de muros de contenção em pedras argamassadas no novo CMEI Imigrantes conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/11/2014 Término: 13/12/2014

Assinatura : 10/11/2014

Valor R\$: 8.927,16 (Oito Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905192000000.01580000

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905192000000.03010000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 312/2014 -PMC

Contrato Nº : 312/2014

Aditivo Nº : 2/2014

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

Licitação : Pregão Presencial 27/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil em regime de empreitada por preço máximo unitário (Material e mão de obra) pra execução de cerca e depósito de lixo no cemitério da Vila Jacob Biezu, neste município, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 21/11/2015 Término: 15/01/2015

Assinatura : 21/11/2014

Valor R\$: 859,20 (Oitocentos e Cinquenta e Nove Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 22/2013 -PMC

Contrato Nº : 22/2013/2013

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 6/2013

Objeto : Locação de Imóvel para atendimento de alunos e funcionamento de oficinas pela EBM Imigrantes.

Vigência : Início: 21/11/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 21/11/2014

Valor R\$: 632,94 (Seiscentos e Trinta e Dois Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903910000000.01010000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903910000000.01010000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 439/2012 -PMC

Contrato Nº : 439/2012/2012

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : INVIOSAT SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 106/2012

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância com Câmeras CFTV em Unidades Escolares.

Vigência : Início: 21/11/2014 Término: 02/12/2015

Assinatura : 21/11/2014

Valor R\$: 1.436,76 (Um Mil, Quatrocentos e Trinta e Seis Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903977000000.01010000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903997000000.01010000

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreita por preço unitário (material e mão de obra) objetivando a reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, localizada na Rua Santa Ana, Distrito de Santo Antônio, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP sagrou-se vencedora com o menor preço Global de R\$ 467.882,91 (Quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos). A licitante LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME ficou na segunda colocação com o preço Global de R\$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito reais), a licitante FORMATTO ENGENHARIA LTDA ficou na terceira colocação com o preço Global de R\$ 499.999,98 (quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), na quarta colocação VANDERLEI DEITOS ME com o preço Global de R\$501.282,60 (quinhentos e um mil duzentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos) e na quinta colocação CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP com o preço Global de R\$505.425,06 (quinhentos e cinco mil quatrocentos e vinte e cinco reais e seis centavos). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora ficou abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a conformidade da Planilha Orçamentária apresentada pela licitante vencedora. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 25 novembro de 2014.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da C.P.L, em exercício

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 10.2014**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	6.161,14	ORÇAMENTÁRIA	235.800,15
Receitas Orçamentárias	6.161,14	Despesas Correntes	226.333,81
Receitas Correntes	6.161,14	Pessoal e Encargos Sociais	80.303,07
Receita Patrimonial	628,18	Outras Despesas Correntes	146.030,74
Receita de Serviços	5.465,00	Despesas IntraOrçamentárias	9.466,34
Outras Receitas Correntes	67,96	Despesas Intraorçamentárias Correntes	9.466,34
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	497.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	497.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(148.484,76)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	19.297,73
Depósitos	19.297,73	Depósitos	19.297,73
Consignações	67,96	Consignações	67,96
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.229,77	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.229,77
Obrigações em Circulação	(167.782,49)		
Obrigações a Pagar	(167.782,49)		
Fornecedores	(167.782,49)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	33.057,45	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	132.635,95
Bancos Conta Movimento	33.057,45	Bancos Conta Movimento	132.635,95
TOTAL	387.733,83	TOTAL	387.733,83
Notas:			

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 10.2014**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	20.744,56	ORÇAMENTÁRIA	130.257,32
Receitas Orçamentárias	20.744,56	Despesas Correntes	124.159,77
Receitas Correntes	20.744,56	Pessoal e Encargos Sociais	46.607,76
Receita Patrimonial	10.612,16	Outras Despesas Correntes	77.552,01
Receita de Serviços	29,40	Despesas de Capital	149,00
Outras Receitas Correntes	10.103,00	Investimentos	149,00
		Despesas IntraOrçamentárias	5.948,55
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	5.948,55
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	100.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	100.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	73.528,39	EXTRAORÇAMENTÁRIA	312.948,65
Depósitos	27.720,13	Depósitos	27.720,13
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	27.720,13	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	27.720,13
Obrigações em Circulação	45.808,26	Obrigações em Circulação	285.228,52
Obrigações a Pagar	45.808,26	Obrigações a Pagar	285.228,52
Fornecedores	45.808,26	Fornecedores	285.228,52
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.603.185,75	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.354.252,73
Bancos Conta Movimento	1.474.869,99	Bancos Conta Movimento	1.225.232,08
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	128.315,76	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	129.020,65
TOTAL	1.797.458,70	TOTAL	1.797.458,70

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 10.2014**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	601,73	ORÇAMENTÁRIA	10.000,00
Receitas Orçamentárias	601,73	Despesas Correntes	10.000,00
Receitas Correntes	601,73	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Receita Patrimonial	601,73		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	17.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	17.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	6.308,50	EXTRAORÇAMENTÁRIA	218,65
Depósitos	261,44	Depósitos	218,65
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	261,44	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	218,65
Obrigações em Circulação	6.047,06		
Obrigações a Pagar	6.047,06		
Fornecedores	6.047,06		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	99.508,84	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	113.200,42
Bancos Conta Movimento	99.508,84	Bancos Conta Movimento	113.200,42
TOTAL	123.419,07	TOTAL	123.419,07

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 10.2014**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Balancete Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	141.277,98	ORÇAMENTÁRIA	68.808,47
Receitas Orçamentárias	141.277,98	Despesas Correntes	65.195,18
Receitas Correntes	2.277,98	Pessoal e Encargos Sociais	22.615,40
Receita Patrimonial	2.277,98	Outras Despesas Correntes	42.579,78
Receitas de Capital	139.000,00	Despesas de Capital	1.950,00
Transferências de Capital	139.000,00	Investimentos	1.950,00
		Despesas IntraOrçamentárias	1.663,29
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.663,29
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(12.835,05)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	7.907,05
Depósitos	7.907,05	Depósitos	7.907,05
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.907,05	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.907,05
Obrigações em Circulação	(20.742,10)		
Obrigações a Pagar	(19.092,10)		
Fornecedores	(19.092,10)		
Consórcios a Pagar	(1.650,00)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	387.671,88	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	509.399,29
Bancos Conta Movimento	50,00	Bancos Conta Movimento	57,80
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	327.238,59	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	325.159,49
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	60.383,29	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	184.182,00
TOTAL	586.114,81	TOTAL	586.114,81

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
DIRETOR / SUPERINTENDENTE

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 10.2014**MUNICÍPIO DE CONCORDIA****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	13.033.035,74	ORÇAMENTÁRIA	7.286.924,24
Receitas Orçamentárias	13.033.035,74	Despesas Correntes	6.050.388,28
Receitas Correntes	12.466.425,54	Pessoal e Encargos Sociais	3.784.358,68
Receita Tributária	1.773.055,26	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00
Receita de Contribuições	387.074,59	Outras Despesas Correntes	2.263.029,60
Receita Patrimonial	868.403,62	Despesas de Capital	603.331,57
Receita Agropecuária	1.372,80	Investimentos	603.331,57
Receita de Serviços	26.949,47	Despesas IntraOrçamentárias	633.204,39
Transferencias Correntes	10.267.012,99	Despesas Intraorçamentárias Correntes	633.204,39
Outras Receitas Correntes	421.283,32		
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.278.726,51		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	155.484,38		
Receitas de Capital	411.125,82		
Alienação de Bens	144.766,34		
Transferencias de Capital	266.359,48		
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.761.000,00
		Transferencias Financeiras Concedidas	2.761.000,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(366.355,82)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.335.065,83
Realizável	13.736,58	Realizável	13.736,58
Créditos em Circulação	13.736,58	Créditos em Circulação	13.736,58
Depósitos	1.159.408,21	Depósitos	1.159.416,83
Consignações	85.261,83	Consignações	85.261,83
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.074.146,38	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.074.155,00
Obrigações em Circulação	(1.699.847,03)	Obrigações em Circulação	161.912,42
Obrigações a Pagar	(1.553.936,65)	Obrigações a Pagar	161.912,42
Fornecedores	(1.553.936,65)	Fornecedores	60.504,49
Encargos Sociais a Recolher	(10.071,38)	Obrigações Tributárias	101.407,93
Obrigações Tributárias	(118.505,96)		
Débitos Diversos a Pagar	(700,00)		
Precatórios de Pessoal a Pagar	(14.098,04)		
Consórcios a Pagar	(2.535,00)		
Acréscimos Patrimoniais	160.346,42		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	27.174.739,20	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	28.458.429,05
Bancos Conta Movimento	1.013.030,89	Bancos Conta Movimento	923.855,55
Bancos Conta Vinculada	79.151,35	Bancos Conta Vinculada	35.387,13
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	11.656.132,80	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	10.353.476,59
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	14.426.424,16	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	17.145.709,78
TOTAL	39.841.419,12	TOTAL	39.841.419,12

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 10.2014**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.374.638,21	ORÇAMENTÁRIA	2.776.889,33
Receitas Orçamentárias	2.374.638,21	Despesas Correntes	2.580.128,02
Receitas Correntes	2.262.238,21	Pessoal e Encargos Sociais	1.258.694,40
Receita Tributária	32.976,80	Outras Despesas Correntes	1.321.433,62
Receita Patrimonial	25.307,01	Despesas de Capital	53.354,51
Transferências Correntes	2.202.978,71	Investimentos	53.354,51
Outras Receitas Correntes	975,69	Despesas IntraOrçamentárias	143.406,80
Receitas de Capital	112.400,00	Despesas Intraorçamentárias Correntes	143.406,80
Alienação de Bens	57.400,00		
Transferências de Capital	55.000,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.740.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	1.740.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(2.169.252,21)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	297.719,63
Realizável	2.829,50	Realizável	2.829,50
Créditos em Circulação	2.829,50	Créditos em Circulação	2.829,50
Depósitos	294.890,13	Depósitos	294.890,13
Consignações	987,87	Consignações	987,87
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	293.902,26	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	293.902,26
Obrigações em Circulação	(2.466.971,84)		
Obrigações a Pagar	(2.512.461,92)		
Fornecedores	(2.512.461,92)		
Encargos Sociais a Recolher	(1.831,61)		
Obrigações Tributárias	48.532,69		
Débitos Diversos a Pagar	(359,00)		
Consórcios a Pagar	(852,00)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.334.260,63	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.205.037,67
Bancos Conta Movimento	1.236.786,47	Bancos Conta Movimento	850.578,37
Bancos Conta Vinculada	3.096.849,02	Bancos Conta Vinculada	2.354.459,30
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	625,14		
TOTAL	6.279.646,63	TOTAL	6.279.646,63

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Encarregada do Serviço

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.2014**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	94.053,41	ORÇAMENTÁRIA	158.450,92
Receitas Orçamentárias	94.053,41	Despesas Correntes	99.295,50
Receitas Correntes	94.053,41	Pessoal e Encargos Sociais	7.966,11
Receita Patrimonial	3.251,32	Outras Despesas Correntes	91.329,39
Transferências Correntes	90.802,09	Despesas de Capital	57.772,68
		Investimentos	57.772,68
		Despesas IntraOrçamentárias	1.382,74
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.382,74
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.746,03	EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.317,97
Depósitos	2.855,14	Depósitos	2.317,97
Consignações	536,90	Consignações	536,90
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.318,24	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.781,07
Obrigações em Circulação	23.890,89		
Obrigações a Pagar	23.890,89		
Fornecedores	23.890,89		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	597.490,24	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	627.520,79
Bancos Conta Movimento	147.155,05	Bancos Conta Movimento	172.497,46
Bancos Conta Vinculada	450.335,19	Bancos Conta Vinculada	455.023,33
TOTAL	788.289,68	TOTAL	788.289,68

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

Cordilheira Alta

PREFEITURA

RECEBIMENTO RECURSOS 9ª PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR - SDR

Edital de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino médio
Município de Cordilheira Alta
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 9ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Médio, no valor de R\$ 17.559,22 (Dezessete mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2014.

Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

Edital de Notificação - Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental
Município de Cordilheira Alta
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 9ª parcela do Convênio PMCA - Transporte Escolar - SDR - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 4.642,78 (quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos).

Cordilheira Alta SC, 25 de novembro de 2014.
Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 263, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 263, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CONSELHEIRA TUTELAR A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando a insuficiência momentânea de motoristas nos quadros da Administração para desempenho da função junto ao Conselho Tutelar do Município;

Considerando o fato da Conselheira Tutelar Sidineia Dutra ter habilitação (CNH) em categoria compatível com a função de motorista de automóveis;

Considerando os princípios da economicidade, racionalização e eficiência que devem nortear o agir da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Conselheira Tutelar Sidineia Dutra a conduzir veículo da frota Municipal, quando no exercício das funções de seu cargo.

Parágrafo único. A autorização prevista neste decreto supõe a concordância da autorizada e não acarreta no pagamento de qualquer adicional.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
18 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 264 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 264 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**12.368.0031.2.026 – Manutenção da Educação Básica**

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	17	01.0018	50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**12.368.0031.2.026 – Manutenção da Educação Básica**

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	22	01.0019	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 265 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 265 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.643,33 (dez mil seiscentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco Atenção Básica**

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	06	01.0064	10.643,33

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 10.643,33 (dez mil seiscentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos) do Excesso de Arrecadação da Atenção Básica na fonte 01.0064.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 266 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 266 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I c/c com o art. 9, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

03.01– SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS**04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas**

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0000	10.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins:

03.01– SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS**04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas**

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 073/14 - PROVIAS

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Presencial nº 073/14

OBJETO: aquisição de GUINDASTE VEICULAR, devidamente cadastrado no FINAME, através do PROVIAS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS, conforme autoriza a Lei Municipal 2120/13 de 10 de Outubro de 2013, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

A Licitante deverá apresentar no dia 05/12/2014 as 10:00h documentação que comprovem o credenciamento dos equipamentos propostos junto ao PROVIAS - Programa Provias (FINAMIZÁVEL), onde se lavrará ata de recebimento, comprovação e aceite dos equipamentos ofertados, habilitando assim a empresa protocolar junto a Gerência de Administração os dois conjuntos de documentos descritos no termo de referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 26/11/2014 às 09 horas do dia 08/12/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 08/12/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante o retire no SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 26 de Novembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS		Nr.: 67/2014 - PR	
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	67/2014
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860		Processo de Licitação:	67/2014
C.E.P.:	89520-000 - Curitiba - SC	Data do Processo:	21/10/2014

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA O AUDITÓRIO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERESA LEMOS PRETO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 27/2014 (Sequência: 5)

Ao(s) 25 de Novembro de 2014, às 13:26 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 271/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 67/2014, Licitação nº 67/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE RECURSO APRESENTADO QUANTO A DESCLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA; E VW COMERCIO ATACADISTA LTDA. FICA APRAZADO 7 (SETE) DIAS CORRIDOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DA EMPRESA ERGO - MOBILI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Participante:		1348 - ERGO - MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA						
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	
1	CADEIRA PARA AUDITÓRIO, ASSENTO E ENCOSTO EM	UN	381,00	CEQUIPEL	0,0000	299,00	113.919,00	
	COMPENSADO MULTILAMINADO COM ESPESSURA DE							
	15MM, MOLDADOS ANATOMICAMENTE. ENCOSTO COM							
	CURVATURA TRIPLA E APOIO LOMBAR, LIGADO AO							
	ASSENTO ATRAVÉS DE DUAS CANTONEIRAS METÁLICAS, FORMANDO UM MONOBLOCO FE-							
	CHADO,							
	SENDO AMBOS ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE							
	620MM E DENSIDADE 47 KG/M³, REVESTIDOS EM							
	RESINA VINÍLIA PLASTIFICADA COM MALHA COMPOSTA DE 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO COM							
	GRAMATURA 480 G/M², COR MARROM, COM							
	APLICAÇÃO DE BORDADO NO ENCOSTO DE CADA							
	CADEIRA, RETRATANDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE							
	CURITIBANOS E CARACTERES SECRETARIA DE							
	EDUCAÇÃO E CULTURA. ACABAMENTO NAS							
	BORDAS							
	EM PERFIL DE PVC SEMI RÍGIDO, DO TIPO							
	MACHO/FÊMEA (COM LARGURA DE 15MM).							
	CONTRA-CAPA DO ENCOSTO EM PSAI, MOLDADA							
	ATRAVES DO SISTEMA DE VACUUM-FORMING.							
	ESTOFADO FIXADO ATRAVÉS DE 4 PARAFUSOS							
	SEXTAVADOS E PORCAS-GARRAS CRAVADAS NA							
	MADEIRA. ESTRUTURA COM PÉS HORIZONTAL EM							
	TUBO INDUSTRIAL OBLONGO 29X58MM RECO-							
	BERTOS							
	POR CAPA DE POLIPROPILENO INJETADA MEDIN-							
	DO							
	420MM (COMP) X 60MM (LARG.) X 30 MM (ALT.).							
	COLUNA VERTICAL EM TUBO DE AÇO OBLONGO							
	40X77MM E LONGARINA EM TUBO INDUSTRIAL							
	20X40MM. ACABAMENTO NAS EXTREMIDADES							
	DOS							
	TUBOS COM PONTEIRAS INTERNAS DE							
	POLIPROPILENO. BRAÇO TOTALMENTE INJETADO							
	EM							
	POLIURETANO (INTEGRAL SKIN) COM ALMA DE							
	AÇO.							
	COMPONENTES METÁLICOS SÃO LIGADOS PELO							
	PROCESSO DE SOLDA MIG, RECEBENDO							
	TRATAMENTO POR BANHOS DESENGRAXANTE,							
	ANTIOXIDANTE, PASSIVADOR E FOSFATIZANTE.							
	PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA EPÓXI-PÓ							
	COM							
	POLIMERIZAÇÃO EM ESTUFA A TEMPERATURA DE							
	180°C. AS CADEIRAS SERÃO MONTADAS SOBRE							
	LONGARINAS DE 02 E 03 LUGARES. DIMENSÕES							
	APROXIMADAS: ASSENTO: 48CM (LARGURA) X							
	47CM							
	(PROFUNDIDADE); ENCOSTO: 48CM (LARGURA)							
	X 51CM							
	(ALTURA); LARGURA DO APOIO SUPERIOR DOS							
	BRAÇOS: 50MM. LARGURA TOTAL POR LUGAR:							
	56 CM.							
	SENDO 127 LONGARINAS COM 03 LUGARES							
				Total do Participante ----->			113.919,00	
				Total Geral ----->			113.919,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS		Nr.: 67/2014 - PR	
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	67/2014
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860		Processo de Licitação:	67/2014
C.E.P.:	89520-000 - Curitiba - SC	Data do Processo:	21/10/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 25 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Pregoeiro(a)

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 286/2014.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 286/2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

O município de CURITIBANOS, SC, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 860, Centro, na cidade de Curitiba, inscrito no CNPJ sob nº CNPJ: 83.754.044/0001=34, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 08h 30min do dia 12 de DEZEMBRO de 2014, tendo como local o AUDITÓRIO DA PREFEITURA, localizado na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 860, Centro, Curitiba, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 GM/ASTRA SEDAN ADVANTAGE, ano/modelo 2008, Placas MEN 3033, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 22.000,00. LOTE 02: 01 VW/PARATI 1.8, ano/modelo 2008, Placas MFG 1043, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00. LOTE 03: 01 VW/KOMBI, ano/modelo 2004, Placas MDX 5201, cor branca, Gasolina, 09 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 7.000,00. LOTE 04: 01 FIAT/DUCATO MC TCA AMULÂNCIA, ano 2007, modelo 2008, Placas MEC 9193, cor branca, Diesel, 09 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 36.000,00. LOTE 05: 01 FIAT/DUCATO MINIBUS, ano/modelo 2008, Placas MET 8094, cor branca, Diesel, 16 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 42.000,00. LOTE 06: 01 ÔNIBUS ITAPEMIRIM/2 1350 S, ano/modelo 1982, Placas GRJ 8104, cor azul, Diesel, 48 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00. LOTE 07: SUCATA PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55A, ano 1975 R\$ 600,00. LOTE 08: SUCATA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 B4, ano 1989. R\$ 1.200,00. LOTE 10: TERRENO URBANO = Um lote de terras Urbano localizado na Avenida Rui Barbosa, distando 46,30 metros ao sul da Rua Antonio Della Giustina, Bairro São Luiz, em Curitiba, com área superficial de 564,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Lurdes Fontana Nunes; ao SUL 30,00m com Patrimônio Municipal; ao LESTE 18,80m com a Avenida Rui Barbosa e ao OESTE 18,80m com Irani Barbosa e Severino Peruzzo. Registrado no C.R.I. de Curitiba sob nº 23.394. LANCE INICIAL R\$ 100.000,00. LOTE 11: TERRENO URBANO = Um Lote de terras urbano na Avenida Rui Barbosa, distando 57,00m ao norte da Rua Arthur Formighieri, Bairro São Luiz, em Curitiba, com área superficial de 360,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Patrimônio Municipal; ao SUL 30,00m com Patrimônio Municipal; ao LESTE 12,00m com a Avenida Rui Barbosa, e ao OESTE 12,00m com Valdir Ortiz Castilhos e Bertolino Silveira de Aguiar. Registrado no C.R.I. de Curitiba sob nº 23.395. LANCE INICIAL R\$ 70.000,00. LOTE 12: TERRENO URBANO = Um lote de Terras Urbano localizado na Avenida Rui Barbosa, distando 45,00m ao norte da Rua Arthur Filagrana, Bairro São Luiz, em Curitiba, com a área superficial de 360,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Patrimônio Municipal; ao SUL 30,00m com Taziane Saurin; ao LESTE 12,00m com a Rua Rui Barbosa e ao OESTE 12,00m com Bertolino Silveira Aguiar. Registrado no C.R.I. de Curitiba sob nº 23.396. LANCE INICIAL R\$ 70.000,00. LOTE 13: Um TERRENO URBANO com área de 467,13 m², localizado na Avenida Lion esquina com Rua Petronilho de Almeida, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Curitiba, com as seguintes medidas e confrontações: ao LESTE 19,00m com Renato Alves; ao SUL 42,80m com Pinho Catarinense Ltda; ao OESTE segue confrontando com a Avenida Lions por 13 metros; ao NORTE confrontando com a Rua Petronilho de Almeida numa extensão de 29 metros. LANCE INICIAL R\$ 85.000,00. LOTE 14: Um TERRENO com área de terras com 769,87 m², situado no Lado Norte da Rua Matheus Conceição, esquina ao Leste da Avenida Lions, com as seguintes medidas e confrontações: A poligonal tem início no marco 0=PP, e segue com rumo de 20°38'27" SE e percorre 34,53m que faz divisa com terrenos da Mitra Diocesana de Lages até o marco 1, segue com o rumo de 69°27'25"SO e percorre 36,76m que faz divisa com a Rua Matheus Conceição até o marco 2, segue com o rumo de 20°38'27"NO e percorre 7,36m que faz divisa com a Av. Lions até o marco 3, segue o rumo de 32°57'19"NE e percorre 45,68m que faz divisa com terrenos de Roque Pellizzaro e Valter A. Pellizzaro até o marco 0=PP, onde teve início a descrição. LANCE INICIAL R\$ 115.000,00. LOTE 15: Um TERRENO com área de terras com 435,00m², sito ao Lado Oeste da Rua Marechal Deodoro distando 15,00m ao Sul da Rua Archias Ganz, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE 30,00m com Maria Isabela Ortiz e Aline Aparecida Ortiz; ao SUL com 30,00m com André Francisco de Souza; a LESTE 14,50m Marechal Deodoro; a OESTE 14,50m Iolanda de Deus Schaefer. LANCE INICIAL R\$ 90.000,00. LOTE 16: 01 TERRENO URBANO, designado pelo lote nº 05 com área de 872,36 m² da quadra C do Loteamento Vista do Parque II no Bairro Água Santa, localizado no lado Par da Rua Catarina, distando 59,40m da Rua João Manoel Reck, confrontando ao NORTE com o Bairro Aparecida em 37,03m; ao SUL confronta com o lote 04 em 29,54m; ao LESTE confronta com a Rua Catarina em 20,70m e OESTE confronta com o terreno de Ignez de Almeida Costa em 35,48m. Registrado no C.R.I. de Curitiba sob nº 22.619. LANCE INICIAL R\$ 69.000,00. LOTE 17: 01 TERRENO URBANO, designado pelo lote nº 02 com área de 1.527,64m² da Quadra D do

Loteamento Vista do Parque II, no Bairro Água Santa, localizado no lado ímpar da Rua João Manoel Reck, distando 37,00m da Rua Catarina, confrontando ao NORTE com a Rua João Manoel Reck em 12,00m e com o lote 03 em 9,00m; SUL confronta com a área de APP em 15,30m e com parte do lote 09 (Área Verde) em 9,00m; ao LESTE confronta com o lote 01 em 60,00m e com a Área de APP em 21,54m; OESTE confronta com o lote 03 em 23,40m, com o lote 05 em 12,90m, com o lote 06 em 12,90m, com o lote 07 em 12,90m, com o lote 08 em 12,90m, com o lote 09 (Área Verde) em 16,00m. Registrado no C.R.I. de Curitiba sob nº 22.621. LANCE INICIAL R\$ 105.000,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou ainda pelos telefones Fone (49) 3245 7200 Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

CURITIBANOS (SC), 25 de novembro de 2014.
JOSÉ ANTONIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBANOS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 287/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 287/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e Auto Mecânico Geral Ltda., com o valor total de R\$ 1.591,00 (Um mil e quinhentos e noventa e um reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DE 40.000 KM DA CAMIONETE CHEVROLET S10, PLACA MLU 9556, DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL, CONFORME ART. 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 25 de novembro de 2014.
Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.
Curitiba, 25 de novembro de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 25 de novembro de 2014.
Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 11/12/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 11/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 25 de Novembro de 2014.
José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 1_ DIVERSOS - MATERIAL ESPORTIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0175/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Epp

Objeto: Aquisição de material esportivo e outros para a secretaria de educação.

Valor: R\$ 6.880,80 (seis mil oitocentos e oitenta reais e oitenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0093/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0051/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0176/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jucar Esportes E Papelaria Ltda

Objeto: Aquisição de material esportivo e outros para a secretaria de educação.

Valor: R\$ 10.519,76 (dez mil quinhentos e dezenove reais e setenta e seis centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0093/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0051/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0177/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Kalinovski e Kalinovski Ltda.

Objeto: Aquisição de material esportivo e outros para a secretaria de educação.

Valor: R\$ 738,00 (setecentos e trinta e oito reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0093/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0051/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0178/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me.

Objeto: Aquisição de material esportivo e outros para a secretaria de educação.

Valor: R\$ 187,68 (cento e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0093/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0051/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0179/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Total Sports Ltda Me.

Objeto: Aquisição de material esportivo e outros para a secretaria de educação.

Valor: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0093/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0051/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO CONTRATO_ 01742014 - FULLTECH EQUIPAMENTOS - PROJETOERES MULTIMÍDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0174/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Fulltech Equipamentos Ltda.

Objeto: Aquisição de data show e instalação de suporte para projetores multimídia, tela de projeção e notebooks para salas de aula da rede pública de ensino, com fornecimento de material e mão de obra, garantia e assistência técnica.

Valor: R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0095/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0053/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO CONTRATO_ 01732014 - RUDIGER CAMINHÕES E ONIBUS - FURGÃO EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0173/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Rudiger Caminhões e Ônibus Ltda

Objeto: Aquisição de um veículo tipo furgão para a secretaria de educação de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 98.250,00 (noventa e oito mil duzentos e cinquenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0091/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0049/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de novembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 00032014 - EL BAILE - SHOW NATAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade nº 0003/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Objeto: Contratação de show para abertura oficial da semana natalina do município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0096/2014, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 000132014

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de novembro de 2014

GERALCI AMPOLINI

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO CONTRATO 01722014 - EL BAILE - SHOW NATAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0172/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: El Baile Produções Artísticas Ltda

Objeto: Contratação de show para abertura oficial da semana natalina do município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0096/2014, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0003/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de novembro de 2014

GERALCI AMPOLINI

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 79/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 79/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 30/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - D & A INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Contratual a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de dados, dos equipamentos de informática e afins, em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DO VALOR: Fica acrescido no objeto do contrato nº. 30/PMF/2014 o valor de R\$ 12.480,00 (Doze mil quatrocentos e oitenta reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	260 horas	Serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de dados, dos equipamentos de informática e afins.	R\$ 48,00	R\$ 12.480,0

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 22 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 2.028, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.028, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR ACORDO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA COM A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, REFERENTE À DÍVIDA DO PASEP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Forquilha - Estado de Santa Catarina autorizado a firmar acordo de parcelamento de dívida, junto a Receita Federal do Brasil, apurados no período de 01/01/2010 a 31/12/2012, no montante de até R\$ 1.067.439,78 (um milhão duzentos e noventa e nove mil e dezessete reais e cinquenta e três centavos).

Art. 2º O montante dos débitos levantados será parcelado em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignará nos orçamentos anuais e dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 4º Este lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 232/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 232/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA
OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina por meio do convênio FUNREBOM firmados junto ao Município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 385 (trezentos e oitenta e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 04/12/2015.
DOTAÇÃO - 1101.2037.4490 (179).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 201/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 238/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 238/2014.
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa especializada para prestar serviços (remanescentes) de urbanização da Avenida 25 de Julho com a implantação de passeios e ciclovia, no Bairro Vila Lourdes, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Programa GPD - Contrato Nº. 0301982-47/2009, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

VALOR - R\$ 110.230,50 (cento e dez mil duzentos e trinta reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 17/07/2015.

DOTAÇÃO - 0702.1017.4490 (119) (120) - Convênio Governo Federal.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 195/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 19 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 104/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 104/2014
DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 184/2011
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME
DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura, construção de 01 (um) centro comunitário no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.
DO VALOR - Fica suprimido o valor de R\$ 110,71 (cento e dez reais e setenta e um centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido à necessidade de adaptações por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 14 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 105/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 105/2014
DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 185/2011
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CARLESSI ENGENHARIA COM. E CONST LTDA

DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura, drenagem e pavimentação no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades.

DO VALOR - O presente termo tem por objeto a supressão em R\$ 19.460,47 (dezenove mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos) do Contrato PMF nº 185/2011, relativo a solicitação de adaptações, aprovado pelo Engenheiro Civil Sr. Leandro Arns Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 17 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 106/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 106/2014

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 186/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura: iluminação pública e construção de 01 (uma) Praça de lazer no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades

DO VALOR - Fica suprimido o valor de 549,72 (quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços extinguidos, conforme solicitação.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 17 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**Fraiburgo****PREFEITURA****DECRETO Nº 0312/2014**

DECRETO Nº 0312, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.1.012 – Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos dos Centros Educacionais		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (58)	R\$	330.000,00
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0322 (65)	R\$	600.000,00
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (66)	R\$	200.000,00
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (83)	R\$	90.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0322 (89)	R\$	400.000,00
3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0323 (90)	R\$	100.000,00
Total	R\$	1.720.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172401 - Transferência de Recursos do FUNDEB	R\$	1.300.000,00
417220101 – Cota Parte do ICMS	R\$	420.000,00
TOTAL	R\$	1.720.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0313/2014

DECRETO Nº 0313, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (70)	R\$	240.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (95)	R\$	30.000,00
Total	R\$	270.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	240.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (91)	R\$	30.000,00
Total	R\$	270.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO (REMANESCENTES EFETIVOS) 2015 001-2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 001/2014

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA MUDANÇA DE UNIDADE ESCOLAR, PERMUTA E ESCOLHA DE VAGAS REMANESCENTES DE PROFESSORES EFETIVOS PARA O ANO LETIVO DE 2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos os servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo de Professor, as permutas e pedidos de mudanças de unidades escolares do Ensino Fundamental do Município de Fraiburgo e as escolhas de vagas remanescentes seguirão os procedimentos e as condições estabelecidas nesta notificação, a seguir dispostos:

1 - DO PRAZO DE ENTREGA DOS REQUERIMENTOS

1.1 - Os professores efetivos terão entre os dias 01 e 05 de dezembro de 2014, impreterivelmente, no horário compreendido entre as 08:30 e 11:30 horas e 14:00 a 17:00 horas, para entregarem os requerimentos de vagas para mudança de unidade escolar, cientes que passarão a integrar a escolha de vagas remanescentes, de acordo com o Anexo I, e permuta, de acordo como o Anexo II, partes integrantes da presente notificação.

1.2 - As escolhas de vagas remanescentes será realizada de acordo com o estabelecido neste Edital.

2 - DO LOCAL PARA ENTREGA DOS REQUERIMENTOS

2.1 - Aos professores efetivos serão disponibilizados os requerimentos constantes nos anexos I e II, e deverão preencher caso queiram remoção da atual unidade escolar ou queiram realizar permuta.

2.1.1 O requerimento deverá ser entregue direta e unicamente na Secretaria da Unidade Escolar que atuar, diretamente a Diretora, dentro do prazo estabelecido no item 1, subitem 1.1.

2.2 - Os professores efetivos que não realizarem o requerimento de alteração de unidade escolar, permanecem na mesma unidade escolar em que se encontram atuando, não necessitando realizar qualquer manifestação.

2.3 - Não serão aceitos entregas de requerimentos diretamente pelos Professores na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, ou que não seja na Unidade Escolar que atuar, e dentro do prazo estabelecido no item 1, subitem 1.1.

3 - DOS PROCEDIMENTOS

3.1 - Os professores efetivos deverão requerer a remoção de unidade escolar, de acordo com o cargo de provimento originário (concurso).

3.2 - Os professores efetivos que não realizarem o requerimento de alteração de unidade escolar, permanecem na mesma unidade escolar em que se encontram atuando, não necessitando realizar qualquer manifestação.

3.3 - Os professores que desejarem escolher vaga em unidade escolar diferente da atualmente ocupada, deverão preencher o requerimento constante no Anexo I e entregá-lo no local e até a data fixada no item 1.

3.3.1 Deverão ser anexados ao requerimento:

- a) Cópia de CPF e Identidade;
- b) Atestado de Tempo de Serviço prestado no cargo efetivo no Município de Fraiburgo, expedido por meio do Portal do Servidor; OBS: Será computado somente o tempo de serviço no cargo EFETIVO no município de Fraiburgo/SC;
- c) Cópia do diploma de maior Graduação registrado pelo MEC;
- d) Cópia dos Certificados de Curso de Aperfeiçoamento realizados entre os anos de 2012 a 2014.

4 - DO CALENDÁRIO PARA ESCOLHAS DAS VAGAS REMANESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.1 - Para os Professores efetivos do Ensino Fundamental a escolha de vagas remanescentes acontecerá na seguinte data, horário e local:

Data: 15 de dezembro de 2014

Horário: 8h

Local: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC.

5 - DA PERMUTA

5.1 - Poderão os Professores da mesma área de atuação, requerer a permuta, de acordo com o modelo constante no Anexo II, parte integrante da presente notificação.

5.2 - A permuta somente poderá ser requerida no início de cada período letivo.

5.3 - A permuta deverá ser autorizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

5.4 - A permuta uma vez autorizada somente poderá ser desfeita através de nova permuta.

6 - DA LOTAÇÃO

6.1 - Os profissionais em educação serão lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

6.2 - As vagas existentes nos estabelecimentos escolares que não forem preenchidas através de escolha dos interessados, serão preenchidas por designação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, respeitado sempre o interesse público.

6.3 - A escolha de vaga não gera direito a permanência na unidade escolar até o final do ano letivo, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, determinar os devidos remanejamentos durante o ano letivo, de acordo com a necessidade e interesse público, observados os critérios objetivos definidos nesta Notificação e na Lei Complementar n. 109/2010.

6.4 - Em caso de disputa pela mesma vaga em uma unidade escolar, para vagas remanescentes ou sendo necessário remanejamentos, serão adotados os seguintes critérios:

I - habilitação em educação, nesta ordem: Doutorado, Mestrado e Especialização;

II - tempo de serviço, a contar da data de nomeação no cargo de Professor;

III - cursos de atualização ou aperfeiçoamento;

IV - idade;

V - número de dependentes;

VI - proximidade de residência.

6.5 - O pedido de mudança de unidade escolar, permuta ou escolhas de vagas remanescentes não altera a vaga atual do Professor, permanecendo vinculado a Unidade Escolar de lotação original até o momento da confirmação da escolha de vagas remanescentes.

6.5.1 Após a confirmação da escolha de vagas remanescentes os Professores perdem o direito a vaga anteriormente ocupada, passando a lotação para a Unidade Escolar que escolheu.

7 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

7.2 - A assinatura do requerimento de escolha de vagas deverá ser pessoal, não podendo ser por procuração, podendo o Professor preencher e assinar o requerimento e entregar pessoalmente ou através de terceiros, no prazo estabelecido nesta notificação, diretamente na Unidade Escolar que atuar.

7.3 - Nas escolhas de vagas remanescentes ou disputa de vaga em uma mesma unidade escolar os interessados deverão apresentar os documentos que comprovem os requisitos estabelecidos no item 6.4, deste edital.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 26 de novembro de 2014.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

ANEXO I

REQUERIMENTO

Eu _____,

Inscrito(a) no CPF sob n. _____, professor(a) de _____, venho por meio deste requerer a escolha de vaga em unidade escolar diferente da atualmente ocupada, ciente de que caberá a escolha de vaga remanescente, no prazo e de acordo com os critérios estabelecidos nesta Notificação e na Lei Complementar n. 109/10.

Fraiburgo, ____/____/____.

Assinatura do Professor

O professor fica ciente de que:

- Os profissionais em educação serão lotados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

- As vagas existentes nos estabelecimentos escolares que não forem preenchidas através de escolha dos interessados, serão preenchidas por designação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, respeitado sempre o interesse público.

- A escolha de vaga não gera direito a permanência na Unidade Escolar, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, determinar os devidos remanejamentos durante o ano letivo, de acordo com a necessidade e interesse público, observados os critérios objetivos definidos nesta Notificação e na Lei Complementar n. 109/10.

- Em caso de disputa pela mesma vaga em uma unidade escolar, para vagas remanescentes ou sendo necessário remanejamentos, serão adotados os seguintes critérios:

I - habilitação em educação;

II - tempo de serviço;

III - cursos de atualização ou aperfeiçoamento;

IV - idade;

V - número de dependentes;

VI - proximidade de residência.

- 6.5 - O pedido de mudança de unidade escolar, permuta ou escolhas de vagas remanescentes não altera a vaga atual do Professor, permanecendo vinculado a Unidade Escolar de lotação original até o momento da confirmação da escolha de vagas remanescentes.

6.5.1 - Após a confirmação da escolha de vagas remanescentes os Professores perdem o direito a vaga anteriormente ocupada, passando a lotação para a Unidade Escolar que escolheu.

ANEXO II

TERMO DE PERMUTA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob n. _____, professor(a) da unidade escolar _____, por 20(vinte) horas semanais, vem por livre e espontânea vontade solicitar a permuta com o(a) professor(a) _____, inscrito(a) no CPF sob n. _____, da unidade escolar _____.

Declaro ainda que estou ciente que esta permuta deverá ser autorizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e somente poderá ser desfeita através de nova permuta, obedecidos os critérios estabelecidos na notificação 001/2014.

Fraiburgo, ____/____/____.

Ciente e de acordo:

Professor(a)

Professor(a)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002-2014 (AMPLIAÇÃO EFETIVOS) 2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 002/2014

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSORES EFETIVOS PARA O ANO LETIVO DE 2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos os servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo de Professor, com interesse em ampliação de carga horária, que os procedimentos e as condições seguirão as cláusulas estabelecidas neste Edital:

1.1 - Os professores efetivos com interesse na ampliação de carga horária deverão observar o calendário abaixo estabelecido:

Data	Horário	Área de Atuação/Disciplina
15/12/2014	8h	Educação Infantil
15/12/2014	13h30min	Anos Iniciais
16/12/2014	8h	Língua Portuguesa
16/12/2014	10h30min	Língua Inglesa
16/12/2014	13h30min	Matemática

16/12/2014	15h30min	Ciências e Programas de Saúde
17/12/2014	8h	Geografia
17/12/2014	10h	História
17/12/2014	13h30min	Filosofia
18/12/2014	8h	Artes
19/12/2014	8h	Educação Física

1.2 - Os Professores efetivos deverão requerer a ampliação de carga horária, no cargo de provimento originário (concurso), nas datas e horários estabelecidos no item 1.1.

1.3 - Nas datas e horários respectivos os Professores efetivos interessados na realização de ampliação de carga horária, deverão dirigir-se, munidos do requerimento citado no item 1.3.1 e documentos de identificação pessoal, à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da ampliação.

1.3.1 - O requerimento deverá ser preenchido de acordo com o Anexo I, parte integrante do presente Edital, e entregue pessoalmente pelo Professor, sendo vedado a representação por procuração, nas datas e horários estabelecidos no item 1.1.

1.4 - A ampliação de carga horária deverá ser realizada de acordo com a Grade Curricular 2015, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, sendo que o Professor será remunerado pelo número de horas efetivamente trabalhadas.

1.5 - A carga horária não poderá ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, nem inferior a 12 (doze) horas semanais.

1.6 - A ampliação da carga horária é temporária, terá validade para o ano letivo de 2015 e não gera direito adquirido na sua manutenção.

1.7 - Respeitado o interesse público, a carga horária do servidor efetivo poderá ser ampliada ou reduzida, com a consequente alteração da remuneração na mesma proporção.

1.8 - Os professores efetivos que não realizarem o requerimento de ampliação de carga horária, permanecem com a carga horária fixada em lei, no edital de concurso público e ato de nomeação.

1.9 - Não serão aceitos pedidos de ampliação ou entregas de requerimentos fora dos prazos e sem observar as disposições contidas neste Edital.

1.10 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

ANEXO I

REQUERIMENTO

Eu _____,

inscrito(a) no CPF sob n. _____, professor(a) de _____, cargo de provimento efetivo, com carga horária de 20h semanais, venho por

meio deste REQUERER a ampliação da minha carga horária semanal, no prazo e de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Notificação n. 002/2014 e na Lei Complementar n. 109/10.

Fraiburgo, ____/____/____.

Assinatura do Professor

Para uso exclusivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

a) Carga horária de concurso: _____ horas semanais;

b) Ampliação de _____ horas semanais;

c) Carga horária TOTAL com ampliação: _____ horas semanais.

Carimbo e Assinatura do Responsável

Ciente e de acordo:

Data: ____/____/2014.

Nome e Assinatura do Professor: _____

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003-2014 (ESCOLHA VAGAS ACT) JANEIRO 2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 003/2014

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O MÊS DE JANEIRO DE 2015, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0032/2014 e N. 0049/2014.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos os Professores classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0049/2014 e Auxiliares de Sala de Educação Infantil classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0032/2014, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 - DOS PROCEDIMENTOS

1.1 - Os Professores classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0049/2014 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas unicamente para o mês de janeiro de 2015:

Data	Horário	Classificação
02/12/2014	8h	1º a 25º
02/12/2014	10h	26º a 54º

1.2 - As Auxiliares de Sala de Educação Infantil classificadas no Edital de Contratação Temporária n. 0032/2014 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2015:

Data	Horário	Classificação
03/12/2014	14h	1º a 30º
03/12/2014	15h30min	31º a 60º

1.3 - A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.4 - Na data e horário estabelecidos nos itens 1.1 os Professores classificados até a 54º posição (todos os classificados) e, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas unicamente para o mês de janeiro de 2015.

1.5 - Na data e horário estabelecidos nos itens 1.2 as Auxiliares de Sala de Educação Infantil classificadas até a 60º posição, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2015.

1.6 - O contrato administrativo para o cargo de Professor poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo, sendo que o contratado será remunerado pelo número de horas semanais efetivamente trabalhadas.

1.6.1 O interesse público poderá determinar a ampliação ou redução de carga horária, com a proporcional redução ou ampliação de remuneração.

1.7 - O contrato administrativo para o cargo de Auxiliar de Sala de Educação Infantil será exclusivamente de 40 horas semanais.

1.8 - Todas as demais normas atinentes aos Editais de Contratação Temporária n. 0032/2014 e n. 0049/2014 deverão ser observadas.

2 - DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 - Ficam os Professores classificados até a 54º posição (todos os classificados), convocados nos termos do item 4.4, do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0049/2014, que estabelece: "O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo".

2.2 - Ficam as Auxiliares de Sala de Educação Infantil classificadas até a 60º posição, convocadas nos termos do item 4.6, do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0032/2014, que estabelece: "O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo".

2.3 - No mesmo prazo estabelecido nos itens 1.1 e 1.2 os Professores e Auxiliares de Sala de Educação Infantil classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto ¾ recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);

- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança).

2.4 - O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Professor ACT ou Auxiliar de Sala de Educação Infantil ao qual foi convocado implicará renúncia explícita.

2.5 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004-2014 (ASG E AAN) 2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 004/2014

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2015, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0034/2014.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos os Agentes de Serviços Gerais e Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0034/2014, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 - DOS PROCEDIMENTOS

1.1 - Os Agentes de Serviços Gerais e Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0034/2014 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2015:

Data	Horário	Função e Classificação
04/12/2014	8h30min	Auxiliar e Alimentação e Nutrição – do 1º ao 20º colocados
04/12/2014	14h	Agentes de Serviços Gerais – do 1º ao 20º colocados

1.2 - A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 - Na data e horário estabelecido no item 1.1 os Agentes de Serviços Gerais classificados até a posição 20 e os Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados até a 20ª posição, deverão

dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2015.

1.4 - O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 40 horas semanais.

1.4.1 O interesse público poderá determinar a ampliação ou redução de carga horária, com a proporcional redução ou ampliação de remuneração.

1.5 - Todas as demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0034/2014 deverão ser observadas.

2 - DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 - Ficam os Agentes de Serviços Gerais classificados até a posição 20 e os Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados até a 20ª posição, convocados nos termos do item 4.4, do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0041/2013, que estabelece: "O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo".

2.2 - No mesmo prazo estabelecido no item 1.1, ou seja, no dia 04/12/2014 (quinta-feira), na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os Agentes de Serviços Gerais e Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar ou histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de Saúde.

2.3 - O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS OU AUXILIARES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará renúncia explícita.

2.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
 Secretária de Educação, Cultura e Esportes

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005-2014 (ESCOLHA VAGAS ACT) 2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 005/2014

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2015, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DOS EDITAIS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0032/2014.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0032/2014, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 - DOS PROCEDIMENTOS

1.1 - Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0032/2014 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2015:

Código	Área de Atuação	Disciplina	Convocados	Data Horário
03	Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	1º ao 3º	05/01/2015 às 8h
04	Ensino Fundamental	Matemática	1º ao 4º	05/01/2015 às 13h30min
10	Ensino Fundamental	Língua Inglesa	1º ao 2º	06/01/2015 às 8h
07	Ensino Fundamental	Ciências e Programas de Saúde	1º ao 2º	06/01/2015 às 10h
09	Ensino Fundamental	Filosofia ou Teologia	1º ao 2º	06/01/2015 às 13h30min
06	Ensino Fundamental	Geografia	1º ao 4º	07/01/2015 às 8h
05	Ensino Fundamental	História	1º ao 5º	07/01/2015 às 10h
08	Ensino Fundamental	Arte	1º ao 5º	07/01/2015 às 13h30min
11	Ensino Fundamental	Educação Física	1º ao 10º	08/01/2015 às 8h
02	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	1º ao 20º	08/01/2015 às 13h30min

1.2 - A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 - Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2015.

1.4 - O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo, sendo que para a função de Professor o contratado será remunerado pelo número de horas

semanais efetivamente trabalhadas.

1.4.1 O interesse público poderá determinar a ampliação ou redução de carga horária, com a proporcional redução ou ampliação de remuneração.

1.5 - Todas as demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0032/2014 deverão ser observadas.

2 - DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 - Ficam os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados nos termos do item 4.6, do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0032/2014, que estabelece: "O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo".

2.2 - Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);

2.3 - O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de PROFESSOR ACT ao qual foi convocado implicará renúncia explícita.

2.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
 Secretária de Educação, Cultura e Esportes

EDITAL DE REMOÇÃO 002-2014 (EDUCAÇÃO INFANTIL) 2015**EDITAL DE REMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Nº 002/2014**

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO/SC no uso de suas atribuições legais abre inscrições para o EDITAL DE REMOÇÃO para professores efetivos na Educação Infantil, com vagas a serem preenchidas a partir do ano letivo de 2015. O Edital de Remoção reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010.

1 - DO CRONOGRAMA

DATA	ATO
26/11/2014	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
26/11 a 01/12/2014	Período de Inscrições, entrega de títulos e tempo de serviço
03/12/2014	Publicação da Classificação Provisória
04 a 05/12/2014	Prazo para recurso contra Classificação Provisória
08/12/2014	Homologação do Resultado Final
10/12/2014	Assinatura do Aceite da Vaga de Remoção

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O Edital de Remoção destina-se aos Professores da Educação Infantil que ocupam cargo efetivo da Rede Pública Municipal de Ensino.

2.2 - A lotação para as vagas será feita de acordo com as necessidades e a conveniência do Município de Fraiburgo/SC.

2.3 - O Edital de Remoção será realizado nas seguintes etapas:

2.3.1 Recebimento dos pedidos de inscrição e dos documentos exigidos neste edital;

2.3.2 Publicação do Resultado Preliminar da Classificação e abertura de prazo para recurso;

2.3.3 Julgamento dos recursos e homologação do Resultado Final das Inscrições;

2.4 - O Professor de Educação Infantil deve participar deste Edital de Remoção realizando sua inscrição conforme as disposições deste Edital.

2.4.1 O professor de Educação Infantil que não participar deste Edital ficará à disposição da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a qual destinará às vagas existentes.

2.4.2 Os professores de Pré I e Pré II que realizaram inscrição no Edital de Remoção n. 001/2014 não precisam realizar nova inscrição neste Edital.

2.4.3 A classificação dos professores do Pré I e Pré II terá por base os documentos apresentados no Edital n. 001/2014 seguindo as normas estabelecidas neste Edital n. 002/2014.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - O Professor da Educação Infantil deverá preencher a ficha de inscrição ANEXO I deste Edital.

3.1.1 Deverão ser anexados à ficha de inscrição:

- a) Cópia de CPF e Identidade;
- b) Atestado de Tempo de Serviço prestado no cargo efetivo no Município de Fraiburgo, expedido por meio do Portal do Servidor; OBS: Será computado somente o tempo de serviço no cargo EFETIVO no município de Fraiburgo/SC;
- c) Cópia do diploma de maior Graduação registrado pelo MEC;
- d) Cópia dos Certificados de Curso de Aperfeiçoamento realizados entre os anos de 2012 a 2014.

3.2 - O Professor da Educação Infantil deverá entregar cópia da ficha de inscrição e seus anexos, direta e unicamente na Secretaria da Unidade Escolar que atuar, diretamente à Diretora, entre os dias 26 de novembro a 01 de dezembro de 2014;

3.2.1 Depois de recebida a documentação referente à inscrição, não será permitida a retirada nem a inclusão de novos documentos.

3.2.2 Não serão aceitas inscrições condicionais ou fora do prazo estabelecido.

3.2.3 Somente será admitida uma única inscrição por candidato.

3.2.4 As opções do professor de Educação Infantil devem ser correspondentes ao seu regime de trabalho efetivo considerando a sua carga horária de concurso sem considerar as reduções e/ou ampliações de carga horária.

3.3 - A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como eventuais adiantamentos, comunicações, instruções e convocações, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.4 - As informações prestadas e os documentos anexados no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido classificado e/ou que o fato constatado posteriormente.

4 - CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - De acordo com o art. 31. da Lei Complementar nº 109 de 03 de março de 2010 a classificação obedecerá os seguintes critérios:

- I. Habilitação;
- II. Tempo de serviço;
- III. Curso de Atualização e Aperfeiçoamento;
- IV. Idade;
- V. Número de dependentes;
- VI. Proximidade de residência.

4.2 - A ordem de classificação se fará pela sequência do item 4.1. onde o primeiro colocado será o candidato com maior habilitação, havendo empate o primeiro classificado será o que obtiver o maior tempo de serviço em cargo efetivo no município de Fraiburgo e assim sucessivamente.

4.3 - Para efeito de contagem de pontos, serão considerados:

4.3.1 No que diz respeito a Habilitação:

- a) 4 (quatro) pontos para quem apresentar título de Mestre na área da Educação;
 - b) 3 (três) pontos para quem apresentar título de Especialização na área da Educação Infantil;
 - c) 2 (dois) pontos para quem apresentar o título de Pedagoga;
 - d) 1 (um) ponto para quem apresentar o título de Magistério.
- OBS: De acordo com item 3.1.1 deste Edital o candidato deverá

entregar somente a cópia do diploma de maior Graduação, sendo que não serão somadas a pontuação dos demais títulos.

4.3.2 No que diz respeito ao tempo de serviço:

a) 1 (um) ponto para cada ano trabalhado em cargo de provimento efetivo no município de Fraiburgo/SC.

PARAGRAFO ÚNICO: Períodos em Licença Sem Vencimento ou Auxílio Doença não serão computados pontos.

4.3.3 No que diz respeito a cursos de Atualização e Aperfeiçoamento:

a) Serão considerados os diplomas ou certificados de cursos na área da Educação Infantil, participação em prêmios, ministração de oficinas e publicações em eventos ou periódicos na área especializada, expedidos por Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC, Conselho Estadual de Educação ou em parceria com esta Secretaria, concluídos nos anos de 2012 a 2014, assim discriminados horas e pontuação, respectivamente:

I. ministração de oficinas na área da educação infantil - 02 pontos

II. publicações na área da educação infantil - 02 pontos

III. prêmios na área da educação infantil - 02 pontos

IV. participação em cursos:

a) Até 20 horas - 01 ponto;

b) de 21 a 40 horas - 02 pontos;

c) de 41 a 60 horas - 03 pontos;

d) de 61 a 100 horas - 04 pontos;

e) de 101 a 140 horas - 05 pontos;

f) de 141 a 180 horas - 06 pontos;

g) acima de 181 horas - 07 pontos.

PARAGRAFO ÚNICO: Idade, número de dependentes e proximidade de residência serão considerados critérios de desempate, nesta ordem.

5 - DA REMOÇÃO

5.1 - Até a efetivação do ato de remoção, o Professor da Educação Infantil deverá permanecer prestando serviços normalmente na Unidade onde se encontra.

6 - DOS RECURSOS

6.1 - Serão admitidos os recursos quanto a classificação provisória.

6.2 - O recurso deverá ser efetuado no prazo de 2 (dois) dias úteis, após sua publicação, mediante requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

6.3 - Somente serão analisados recursos devidamente fundamentados.

6.4 - Por ocasião da interposição de recurso não será admitida a complementação de documentos e/ou informações prestadas na fase de inscrições.

6.5 - Não caberá pedido de reconsideração de recursos.

7 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - O edital e lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital, serão publicados no mural interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A lista de classificação, além dos locais anteriores, será publicado no órgão oficial de publicação do município (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e disponibilizado na página oficial da internet (www.fraiburgo.sc.gov.br).

7.2 - Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em aditivo ou aviso a ser publicado.

7.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

7.4 - Integram o presente edital o seguinte Anexo:

7.4.1 ANEXO I - Ficha de Inscrição

Fraiburgo, 25 de novembro de 2014.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO EDITAL DE REMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL N. 002/2014

I - Identificação

Nome: _____

Sexo: _____

Data de Nascimento ____ / ____ / ____ .

Estado Civil: _____

Nº Identidade : _____

Órgão Expeditor: _____

CPF : _____

Nº de filhos: _____

- Ficha de inscrição preenchida e assinada ()

- Cópias de CPF e Identidade ()

- Atestado de Tempo de Serviço ()

- Cópia de diploma de maior graduação ()

- Cópia de Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento realizados entre os anos de 2012 a 2014 () TOTAL ()

Total de folhas anexadas à inscrição: _____

Fraiburgo, ____/ ____/2014.

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA EDITAL DE REMOÇÃO

Nome do professor: _____

- Ficha de inscrição preenchida e assinada ()

- Cópias de CPF e Identidade ()

- Atestado de Tempo de Serviço ()

- Cópia de diploma de maior graduação ()

- Cópia de Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento realizados entre os anos de 2012 a 2014 () TOTAL ()

Total de folhas anexadas à inscrição: _____

Fraiburgo, ____/ ____/2014.

Carimbo e Assinatura do responsável pelo recebimento: _____

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF165

Extrato do Contrato nº CT14PMF165

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: L B Comércio e Serviços EIRELI ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) da Rua Olavo Bilac, bairro São José, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 3.704,88 m² de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Valor total do contrato: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Data do Contrato: 24.11.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 24.11.2014 a 31.12.2014. Prazo de Execução: 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e emissão e entrega da Ordem de Serviço. Processo Administrativo Licitatório: nº 0195/2014 - PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0019/2014. Recursos: 3.925 e 9.255 (Recursos do Convênio TR3816 - Processo SDR09 3129/2013); e 1.200 (Recursos ordinários da Secretaria de Infraestrutura).

Fraiburgo (SC), 24 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF166

Extrato do Contrato nº CT14PMF166

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Construtora Edificação Ltda ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para ampliação da Unidade Básica de Saúde São José, na Avenida Caçador, Quadra 43, Lote 159, Bairro Centro, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com área a ser construída de 70,00 m², com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os memoriais projetos arquitetônicos e complementares (ANEXO AO PAL). Valor total do contrato: R\$ 93.793,83 (noventa e três mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos). Data do Contrato: 24.11.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 24.11.2014 a 23.04.2015. Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato e emissão e entrega da Ordem de Serviço. Processo Administrativo Licitatório: nº 0202/2014 - PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0021/2014. Recursos: 1.439 e 3.439 (Recursos Federais - Transferência Fundo a Fundo); e 1.400 (Recursos Ordinários do Fundo Municipal de Saúde).

Fraiburgo (SC), 24 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2063/2014

PORTARIA N.º 2.063, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 552.078.129-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 27 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2064/2014

PORTARIA N.º 2.064, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 114/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VIRIDIANE JOELCI MOHR, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 048.838.269-61, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2065/2014

PORTARIA N.º 2.065, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 17 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 084/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de REGINALDO JOSÉ DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.445.529-23, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2066/2014

PORTARIA N.º 2.066, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 17 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício n.º 084/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HENRIQUE DIAS DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.670.479-19, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2067/2014

PORTARIA N.º 2.067, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 11 de abril de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício n.º 084/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EZEQUIEL DA SILVA SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 093.055.349-70, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2068/2014

PORTARIA N.º 2.068, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 24 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício n.º 084/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2069/2014

PORTARIA N.º 2.069, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 19 de junho de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício n.º 084/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALZEMIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 032.720.409-51, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2070/2014

PORTARIA N.º 2.070, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 14 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício n.º 084/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVAN PADILHA DE GOES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.869.779-30, contratado em caráter temporário na função de TECNÓLOGO EM SANEAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2071/2014

PORTARIA N.º 2.071, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 01 de julho de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício n.º 084/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVERTON GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 050.204.889-17, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2072/2014

PORTARIA N.º 2.072, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ADRIANA KRAUS FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.844.969-98, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 24 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2073/2014

PORTARIA N.º 2.073, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 5517 de 24 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público JEAN PAULO DE OLIVEIRA, matrícula 10.088, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

- I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;
- II - LENI HUBER WEBER- Membro;
- III - SALIMARA CLAIR MOLIN - Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2074/2014

PORTARIA N.º 2.074, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 5516 de 24 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público JEAN PAULO DE OLIVEIRA, matrícula 10.088, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

- I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;
- II - LENI HUBER WEBER- Membro;
- III - SALIMARA CLAIR MOLIN - Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2075/2014

PORTARIA N.º 2.075, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 5518 de 24 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público OSMAR ALVES DOS SANTOS, matrícula 9.387, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

- I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;
- II - LENI HUBER WEBER- Membro;
- III - SALIMARA CLAIR MOLIN - Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2076/2014

PORTARIA N.º 2.076 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO - CASEP

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os artigos 15, 16 e 17 da Lei complementar nº 135 de 28 de setembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, nos termos da Lei, para integrarem a Comissão de Avaliação de Servidor Efetivo em Estágio Probatório - CASEP:

PATRÍCIA CERON MACHADO - Presidente
ANDREA APARECIDA REZZADORI - Membro
HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ DE OLIVEIRA - Secretária.

Art. 2º O mandato dos membros da CASEP terá a duração de 3 (três) anos, sendo proibida a recondução total de seus membros, devendo se reunir sempre que necessário para o exercício de duas competências.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2077/2014

PORTARIA N.º 2.077, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com o ofício nº 077/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 023.516.049-03, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2078/2014

PORTARIA N.º 2.078, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01332/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOECELI DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.693.399-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2079/2014

PORTARIA N.º 2.079, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01333/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JACINTA PEREIRA CARLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.790.269-06, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2080/2014

PORTARIA N.º 2.080, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01334/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 070.423.594-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2081/2014

PORTARIA N.º 2.081, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01335/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.754.409-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2082/2014

PORTARIA N.º 2.082, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01336/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLÁUDIA DE FÁTIMA MACIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.936.999-42, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2083/2014

PORTARIA N.º 2.083, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Retifica e Ratifica a Portaria n.º. 2.051/2014

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2.051, de 20 de novembro de 2014, que prorrogou o contrato da servidora ROSELI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, contratada em caráter temporário de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, alterando a data final da prorrogação para 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º. 2.051, de 20 de novembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2084/2014

PORTARIA N.º 2.084, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01338/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KATIA JULIANA DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.104.639-90, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2085/2014

PORTARIA N.º 2.085, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01339/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESA FÁTIMA CHAVES FELIX, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 070.247.879-29, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2086/2014

PORTARIA N.º 2.086, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01340/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIELI PADILHA DA SILVA PONTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2087/2014

PORTARIA N.º 2.087, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01341/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLAINE APARECIDA BORTOLINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.581.499-85, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2088/2014

PORTARIA N.º 2.088, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01342/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIANE CLÁUDIA GARIPUNA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.886.949-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2089/2014

PORTARIA N.º 2.089, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01346/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIANA DE FREITAS WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.081.149-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2090/2014

PORTARIA N.º 2.090, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01347/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 056.581.189-48, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 18 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2091/2014

PORTARIA Nº 2.091, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo CT14PMF166, Processo Administrativo Licitatório nº 0202/2014, Tomada de Preços nº 0021/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para ampliação da Unidade Básica de Saúde São José, na Avenida Caçador, Quadra 43, Lote 159, Centro, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com área a ser construída de 70,00m², com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os memoriais projetos arquitetônicos e complementares (ANEXO AO PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2092/2014

PORTARIA Nº 2.092, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF165, Processo Administrativo Licitatório nº 0195/2014, Tomada de Preços nº 0019/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ) da Rua Olavo Bilac, bairro São José, nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 3.704,88m² de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0311/2014



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0043 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	40	SEBASTIÃO MACHADO DOS SANTOS	33	10	3	0	NÃO	04/10/1959
2	33	ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAÚJO	31	4	5	0	NÃO	19/11/1966
3	12	GASPARINO ALONSO	25	5	5	2	NÃO	15/06/1950
4	32	DARCI DE OLIVEIRA	25	4	5	0	NÃO	23/01/1956
5	57	PEDRO EURICO CHAVES DE OLIVEIRA	24	4	5	1	NÃO	04/11/1958
6	46	JANI PEDROSO DE MORAIS	24	4	5	0	NÃO	08/02/1968
7	25	ANTONIO AMAURIDA SILVA	21	0	5	1	NÃO	22/05/1971
8	11	MARCELO ANTUNES	20	6	4	2	NÃO	20/08/1986
9	61	RONALDO MASSENO	20	4	1	0	NÃO	31/10/1990
10	38	VALDEVINO BENTO	20	0	5	0	NÃO	06/10/1949
11	28	JOSÉ CARLOS LANGARD	20	0	5	0	NÃO	13/10/1972
12	9	TIAGO DA ROSA SILVA	19	6	3	2	NÃO	07/10/1981
13	3	DARCEU CANDIDO VELOSO	19	4	5	1	NÃO	07/06/1965
14	39	NORALDINO SILVA	19	4	5	0	NÃO	02/04/1951
15	54	EDILSON BATISTA GONÇALVES	19	4	0	2	NÃO	13/11/1979
16	14	PEDRO ARCANGELO PEREIRA	19	4	0	0	NÃO	10/09/1951
17	43	GILBERTO COROLESQUI	16	4	2	0	NÃO	14/12/1979
18	62	ADIRSON DE OLIVEIRA	15	0	0	1	NÃO	11/01/1986
19	21	ANTONIO JOSÉ DA SILVA	14	4	0	2	NÃO	03/09/1970
20	47	JARDEL LUCIANO SELIAS VAZ	14	4	0	0	NÃO	10/11/1995
21	37	DIEGO CAMPAGNARO	12	0	2	1	NÃO	28/10/1991
22	35	ADEMIR BORGES AMARAL	11	0	1	1	NÃO	17/10/1977

23	8	CLAUDIO RODRIGUES	11	0	1	0	NÃO	05/05/1984
24	24	SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	10	0	5	1	NÃO	23/02/1965
25	2	JOÃO NELSON SIQUEIRA ALVES	10	0	5	1	NÃO	30/06/1980
26	58	ANTONIO NAZÁRIO	10	0	5	0	NÃO	29/07/1953
27	6	NILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA	10	0	5	0	NÃO	29/04/1958
28	56	DOLISETE DOMINGUES DOS SANTOS	10	0	5	0	NÃO	07/06/1970
29	52	DONIZETE RODRIGUES DE MORAES	10	0	0	2	NÃO	04/04/1965
30	41	JAIR ALVES CARDOSO	10	0	0	0	NÃO	15/07/1966
31	31	JOÃO DE PROENÇA	7	0	2	0	NÃO	24/12/1960
32	69	ELIAS CARREIRO MORELO	7	0	0	0	NÃO	17/01/1995
33	17	ALCEDIR ANTONIO RALDI	6	0	1	1	NÃO	24/08/1965
34	18	EDMILSON CAMARGO ROQUE	5	0	0	1	NÃO	13/10/1971
35	45	EDNILSO FIGUEIREDO FRANÇA	5	0	0	1	NÃO	20/10/1973
36	10	JOÃO ADILSON PALHANO	5	0	0	0	NÃO	30/07/1991
37	44	JULIANO ELSINGA COROLESQUI	5	0	0	0	NÃO	27/05/1993
38	27	JOSÉ DE FREITAS	4	0	4	0	NÃO	17/06/1949
39	48	CLAUDECIR LOPES	3	0	3	2	NÃO	17/01/1969
40	68	JOANIR FERREIRA	3	0	3	1	NÃO	25/10/1973
41	50	CARLOS EDUARDO PROENCO	2	0	2	2	NÃO	14/02/1983
42	29	MIGUEL OTAVIO HUNING	2	0	2	0	NÃO	07/09/1953
43	26	GILCEU DIAS MACHADO	1	0	1	1	NÃO	04/12/1974
44	30	ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA	1	0	1	0	NÃO	14/09/1952
45	49	JAYSON PRATES SANTANA	1	0	1	0	NÃO	23/01/1991
46	1	ADIR PONCIANO RIBEIRO	1	0	0	0	NÃO	30/08/1966
47	23	CLOVIS BATISTA DOS SANTOS	0	0	0	4	NÃO	12/06/1970
48	67	ORLINOTTAR	0	0	0	3	NÃO	07/04/1956
49	22	CELSON ALVES DE RAMOS	0	0	0	3	NÃO	25/08/1972
50	64	VALDECIR FUNINI	0	0	0	2	NÃO	24/01/1975
51	55	RODRIGO GABRIEL SEISL	0	0	0	2	NÃO	05/11/1992
52	13	REMOALDO TONHOLI	0	0	0	1	NÃO	23/04/1961
53	36	CIDNEI DA SILVA	0	0	0	1	NÃO	17/12/1970
54	51	JOVANI GOMES DE OLIVEIRA	0	0	0	1	NÃO	07/03/1980
55	16	CARLOS ALEXANDRE MEIRELLES	0	0	0	1	NÃO	09/08/1995
56	7	ACYLINO ALUPP ALVES	0	0	0	0	NÃO	26/09/1948
57	15	JOSÉ VARDENI PADILHA	0	0	0	0	NÃO	17/01/1950
58	20	OSNI AQUES	0	0	0	0	NÃO	13/12/1952
59	5	THIAGO SILVEIRA FILHO	0	0	0	0	NÃO	23/07/1954

terça-feira, 25 de novembro de 2014

Página 2 de 3

60	63	FRANCISCO DE ASSIS PRATES	0	0	0	0	0	NÃO	23/07/1957
61	66	LUIZ CARLOS RIBEIRO	0	0	0	0	0	NÃO	18/02/1968
62	65	ANTONIO LUIZ MORAIS LIZ	0	0	0	0	0	NÃO	11/02/1982
63	60	CELSON DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	24/01/1989
64	19	GEAN CARLOS DE MELO	0	0	0	0	0	NÃO	01/02/1989
65	34	LEANDRO GOMES DOS REIS	0	0	0	0	0	NÃO	22/05/1991
66	4	LUIZ PAULO FERREIRA	0	0	0	0	0	NÃO	24/06/1992
67	42	OSEIAS RIBEIRO HUBAR	0	0	0	0	0	NÃO	11/05/1993
68	59	JULIANO ALVES WANDSCHEER	0	0	0	0	0	NÃO	19/07/1993
69	53	JONATAS VARGAS DE ANDRADE	0	0	0	0	0	NÃO	02/10/1993

DECRETO Nº 0311, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0043, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0043, de 22 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****REVOGAÇÃO/ANULAÇÃO PROCESSO LICITATORIO 25/2014**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014
AVISO DE REVOGAÇÃO/ANULAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC torna público a quem possa interessar que não houve interessados em participar do processo licitatório acima identificado, e que tinha por objetivo a aquisição de óleo diesel aditivado S10 e arla 32, para os próximos 12 (doze) meses, para manutenção de parte de sua frota de maquinas, veículos e equipamentos, e que o mesmo foi revogado, comunica ainda que oportunamente estará lançando novo edital com o mesmo objetivo.

Informações poderão ser obtidas através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 26 de novembro de 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATORIO 026/2014, PREGÃO PRESENCIAL 18/2014.

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC torna público aos interessados que fará realizar, através da equipe de pregoeiros, nomeada pela portaria 06/2014, no dia 10 de dezembro de 2014, as 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, regida pelo decreto municipal 104/2007 e pelas leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de óleo diesel aditivado s10 e arla 32, pelos próximos 12 (doze) meses, para manutenção do município de Frei Rogério.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 26 de novembro de 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal.

Garopaba**PREFEITURA****DECRETO Nº 174/2014**

DECRETO N.º 174, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A NORMATIZAÇÃO DO CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento para a normatização do controle e movimentação dos bens patrimoniais móveis do Poder Executivo e Legislativo do Município de Garopaba, conforme disposto nos ANEXOS I e II, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

ANEXO I - DECRETO N.º 174, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

1. DA FINALIDADE

1.1. Este regulamento tem por finalidade orientar o Setor de Patrimônio e Órgãos Setoriais da Administração Pública que compõem a estrutura do Poder Executivo e Legislativo do Município de Garopaba, para a correta observância dos procedimentos relativos à identificação, controle, guarda e depreciação dos bens moveis permanentes, com a data de corte em 31/12/2012.

2. DOS OBJETIVOS:

2.1. Disciplinar e normatizar os procedimentos de controle dos bens patrimoniais do Município;

2.2. Regulamentar o fluxo operacional de movimentação dos bens móveis do Município;

2.3. Atender legalmente os dispositivos contidos nos artigos 94, 95, 96 e 106 da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portaria nº 448/2002.

3. DOS PROCEDIMENTOS:**3.1. Da aquisição dos Bens:**

3.1.1. Toda a aquisição de bens móveis deverá possuir previsão orçamentária;

3.1.2. O processo de compra deverá obedecer às exigências dispostas na Lei Federal nº 8.666/1993;

3.1.3. Quando for realizado empenho para aquisição de algum bem patrimonial, deverá ser encaminhada ao Setor de Patrimônio

uma cópia da Autorização de Fornecimento com n.º do Empenho, para que seja realizada a conferência na chegada do bem;

3.2. Do Recebimento do Bem:

3.2.1. O servidor responsável pelo recebimento dos bens deverá atestar na Nota Fiscal que o bem patrimonial foi corretamente recebido (se este fato realmente se concretizou), e encaminhar a cópia da Nota Fiscal para o Setor de Patrimônio;

3.3. Do Cadastramento no Sistema Informatizado:

3.3.1. O Setor de patrimônio, de posse da Nota Fiscal, deverá efetuar o cadastramento no Sistema Informatizado de Patrimônio (SIP) deste novo

bem, inserindo a descrição do bem, valor, número da Nota de Empenho e Nota Fiscal;

3.3.2. Caso a NF não apresente a descrição detalhada do bem, no passo seguinte o responsável pelo controle patrimonial poderá obter as informações faltantes, e alterar posteriormente a descrição do bem patrimonial mencionado;

3.4. Da Conferência e Fixação da Plaqueta:

3.4.1. Após o cadastramento no SIP, o responsável pelo controle patrimonial deverá dirigir-se até o local onde o bem foi entregue para conferi-lo, confrontando a Autorização de Fornecimento (previamente recebida), Nota Fiscal e o bem patrimonial em evidência;

3.4.2. Estando o bem patrimonial em conformidade, o responsável pelo controle patrimonial fixará a plaqueta de identificação (previamente gerada pelo SIP) no local mais adequado;

3.5. Dos procedimentos inerentes a Nota Fiscal:

3.5.1 Após a fixação da plaqueta, o Setor de Patrimônio deverá carimbar a Nota Fiscal, evidenciando que o referido bem foi tombado, e encaminhar uma cópia para o Setor de Contabilidade, para que seja procedida a liquidação e posterior pagamento;

3.5.2. Nenhuma Nota Fiscal referente à bem patrimonial deve ser liquidada sem o carimbo "TOMBADO" do Setor de Patrimônio;

3.5.3. O Setor de Patrimônio deverá arquivar em pasta própria a cópia da Nota Fiscal;

3.6. Da Transferência e/ou Cedência de Bens:

3.6.1. Nenhum bem patrimonial poderá ser transferido de uma Unidade Administrativa para outra sem a emissão da Guia de Transferência Patrimonial;

3.6.2. A Guia de Transferência Patrimonial deverá ser solicitada ao Setor de Patrimônio antes da efetiva movimentação do bem;

3.6.3. As cedências ou empréstimos de bens móveis pertencentes ao Município para terceiros somente ocorrerão quando autorizados por Lei e celebrado Termo de Acordo;

3.6.4. O Setor de Patrimônio remeterá o processo que autoriza a cedência ao Setor de Contabilidade, para a escrituração contábil no sistema compensado da responsabilidade de utilização de entidade beneficiada;

3.6.5. A entidade beneficiada com o empréstimo terá tratamento de nova Unidade Administrativa na lista de Localizações do SIP, possibilitando o Setor de Patrimônio emitir Termo de Responsabilidade sobre a guarda destes bens cedidos;

3.6.6. Através da Guia de Transferência Patrimonial corretamente preenchida pela entidade beneficiada e Município, o Setor de Patrimônio deverá realizar a transferência dos bens no SIP;

3.6.7. O Setor de Patrimônio deverá arquivar em pasta própria os documentos que autorizam a cedência e os documentos de transferências;

3.6.8. É expressamente proibida a movimentação de bens patrimoniais, sem a anuência ou controle por parte do Setor de Patrimônio. Toda e qualquer movimentação de bens, incluindo mudança de salas, setores e secretarias, será precedida de autorização e acompanhamento do Patrimônio.

3.7. Do Cadastramento de bens doados/cedidos ao Município:

3.7.1. A recepção dos bens doados/cedidos ao Município deverá ser precedida das formalidades legais previstas na legislação vigente;

3.7.2. A Secretaria beneficiada pelo recebimento de bens móveis sob a forma de doação/cedidos para uso deverá encaminhar processo contendo a descrição dos bens móveis e documentação legal ao Setor de Patrimônio;

3.7.3. O Setor de Patrimônio de posse do processo verificará os valores de avaliação dos bens, tratando-se de doação e não havendo valores, o processo será encaminhado à comissão de avaliação;

3.7.4. Finalizado o processo o Setor de Patrimônio executará o registro do bem móvel no Sistema Informatizado de Patrimônio (SIP), identificando sua origem, e encaminhará as informações ao Setor de Contabilidade;

3.8. Da Baixa de Bens Considerados Inservíveis:

3.8.1 Os bens móveis considerados inservíveis, em desuso, obsoletos, ou outra razão, serão recolhidos para local estabelecido pelo Setor de Patrimônio;

3.8.2. O Setor deverá encaminhar um ofício à Secretaria de Administração detalhando o motivo do recolhimento e informando os bens patrimoniais (com os devidos códigos de identificação numeral), para que sejam tomadas as providências necessárias;

3.8.3. O Prefeito Municipal designará Comissão de Avaliação dos Bens Patrimoniais, nomeada através de Portaria, que produzirá parecer sobre as condições dos bens relacionados, valores reavaliados e o destino sugerido;

3.8.4. A destinação final dos bens será precedida de autorização em Lei, após a qual, dado aos bens o destino proposto, o Setor de Patrimônio procederá a seus registros de baixa;

3.8.5. O Setor de Patrimônio adotará os seguintes procedimentos para efetuar a baixa patrimonial:

3.8.5.1. Retirárá dos bens o código de identificação numeral inutilizando-os;

3.8.5.2. Registrará no Sistema de Patrimônio, no campo "Baixa", o motivo, número do processo e data;

3.8.5.3. Extrairá do processo cópia da Lei Municipal e a relação de bens baixados para arquivar em pasta própria;

3.8.5.4. Colocará no processo o carimbo "Tombado" e o enviará para o Setor de Contabilidade para fins de escrituração contábil da desincorporação dos bens;

3.9. Do Parecer da Comissão de Avaliação dos Bens Patrimoniais para reavaliação e baixa patrimonial:

3.9.1. O parecer da comissão poderá ser:

3.9.1.1. De doação de alguns bens;

3.9.1.2. De recuperação de outros;

3.9.1.3. De alienação através de leilão Oficial;

3.9.1.4. De inutilização.

3.9.2. Em qualquer um dos casos sugeridos pela Comissão, o parecer deve ser homologado pelo prefeito através de Decreto, e deverão ser seguidos os procedimentos adequados a cada sugestão aprovada;

3.10. Da Reavaliação dos Bens Patrimoniais:

3.10.1. A comissão de avaliação dos bens patrimoniais será formada por pelo menos 3 (três) servidores, designados através de Portaria no poder Executivo pelo Prefeito Municipal e no poder Legislativo pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

3.10.2. A determinação de reavaliar os bens deve ser solicitada pelo Setor de Patrimônio através de Processo Administrativo, informando os bens patrimoniais (com os devidos códigos de identificação numeral), e será efetuada pela comissão de avaliação dos bens patrimoniais;

3.10.3. Esta Comissão, a vista de cada um dos bens patrimoniais e de acordo com os critérios estabelecidos, determinará o valor de reavaliado;

3.10.4. Os critérios e fórmulas de reavaliação serão definidos pela

Comissão de avaliação dos bens patrimoniais;

3.10.5. Depois de efetuada a reavaliação pela Comissão, o processo deverá ser encaminhado ao Setor de Patrimônio que adotará as seguintes providências:

3.10.5.1. Efetuará as reavaliações no SIP;

3.10.5.2. Colocará no processo o carimbo "Tombado" e o enviará para o Setor de Contabilidade para que sejam feitos os lançamentos contábeis;

3.10.5.3. Arquivará as relações de reavaliação em pasta específica;

3.11. Do Termo de Responsabilidade:

3.11.1. Deverá ser emitido um Termo de Responsabilidade sobre a guarda dos bens patrimoniais para todas as Unidades Administrativas, devendo uma cópia ficar com a referida unidade, e outra arquivada no Setor de Patrimônio;

3.11.2. O Setor de Patrimônio poderá realizar a conferência patrimonial baseado neste Termo de Responsabilidade, e encontrada alguma inconformidade, deverá emitir o Termo de Notificação;

3.11.3. O Setor de RH deverá comunicar via ofício o Setor de Patrimônio, quando ocorrer exoneração e termino de contrato de responsáveis pela guarda dos bens moveis.

3.11.4. O município de Garopaba poderá mediante processo administrativo disciplinar, aplicar penalidade ao servidor publico que dilapidar o patrimônio público.

3.12. Do extravio e Furto de Bens Patrimoniais:

3.12.1. No caso de extravio de bens patrimoniais, este fato deverá ser comunicado imediatamente ao Setor de Patrimônio, o qual providenciará o

pedido de abertura de sindicância, encaminhando os documentos que fundamentem o sinistro, como o Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor que dotava do controle sobre o bem em evidência;

3.12.2. O resultado do processo de sindicância servirá como base para proceder à baixa do bem no sistema patrimonial, a qual deverá ser devidamente arquivada;

3.12.3. A atribuição de responsabilizar o servidor, ou exigir ressarcimentos, fica a cargo do desfecho do processo de sindicância, devendo o Setor de Patrimônio apenas fornecer as informações que se façam necessárias;

3.12.4. No caso de furto de bens, o responsável pelo bem comunicará o Setor de patrimônio sobre o furto, encaminhando copia do Boletim de Ocorrência Policial. O Setor de Patrimônio solicitará a abertura de sindicância para verificar se há envolvimento de servidor, e com base no resultado, providenciará a baixa no sistema informatizado, arquivando o Boletim de Ocorrência e cópia do resultado da sindicância;

3.12.5. O setor de Patrimônio deverá verificar se o furto ou extravio do bem ocorreu por alguma deficiência na estrutura física do local aonde o bem esta armazenado, como falta de grades em janelas, fechaduras de baixa segurança, falta de vigilância ou sistema de alarmes, etc., e comunicar o fato a Secretaria responsável, para que providencie a regularização, dentro das possibilidades financeiras e orçamentárias;

3.13. Da Depreciação:

3.13.1. A taxa anual de depreciação deverá ser fixada em função do prazo durante a vida útil do bem.

3.13.2. Os institutos da depreciação, amortização e exaustão têm como característica fundamental a redução do valor do bem.

3.13.3. O valor depreciado, amortizado ou exaurido será apurado mensalmente e reconhecido nas contas de resultado do exercício.

3.13.4. Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2013 serão depreciados, amortizados ou exauridos de acordo com os prazos de vida útil previstos no Anexo II deste Decreto, não sendo necessário submetê-los previamente a procedimento de reavaliação.

3.13.5. A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

3.13.6. De acordo com Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n. 1136/08, os bens que não estão sujeitos ao regime de depreciação

são: bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros; bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada; animais que se destinam à exposição e à preservação;

3.13.7. Os métodos de depreciação, amortização e exaustão devem ser compatíveis com a vida útil e econômica do ativo e aplicado uniformemente.

3.13.8. O valor depreciado apurado anualmente deverá ser comunicado a divisão de contabilidade para os devidos lançamentos contábeis.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Em nenhuma hipótese os bens móveis podem ser transferidos, cedidos, emprestados ou recolhidos sem a emissão da Guia de Transferência Patrimonial e os devidos procedimentos legais;

4.2. A guarda e o zelo pelos bens móveis serão sempre de responsabilidade do Chefe da Unidade Administrativa em que o bem estiver alocado;

4.3. A cada final de mandato deverá ser feita uma relação completa dos bens e, elaborada uma ata de transmissão de bens que será assinada pelos Prefeitos (o que deixa a gestão e o que inicia nova gestão);

4.4. Os bens imóveis serão disciplinados através de Norma Interna específica;

4.5. Para a realização de inventário ou listagem de bens patrimoniais para reavaliação ou baixa, deverá ser utilizada a planilha de Levantamento de Bens Patrimoniais;

4.6. Todos os bens móveis permanentes serão cadastrados no Sistema Patrimonial, devendo ter controle individual.

4.7. Todo servidor público poderá ser responsabilizado pelo desaparecimento do material que lhe for confiado, para guarda ou uso, bem como pelo dano que, dolosa ou culposamente, causar a qualquer material, esteja ou não sob sua guarda.

4.8. O Setor de Patrimônio providenciará o ajuste do Termo de Responsabilidade dos bens quando ocorrer exoneração ou destituição de servidores responsáveis por bens patrimoniais.

4.9. O servidor público que descumprir as disposições desta Instrução Normativa ficará sujeito à responsabilização administrativa.

ANEXO II - DECRETO N.º 174, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Título	Vida Útil Economia (Anos)	Valor Residual %	Depreciação % ano
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10	6
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	10	9

APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MED, ODONTO, LAB E HOSP	10	10	9
APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES	10	10	9
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10	9
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10	9
MAQUINAS FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10	9
MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUARIOS E RODOVIARIOS	10	10	9
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	20	10	4,5
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10	18
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	10	10	9
MAQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	10	10	9
MOBILIARIO EM GERAL	10	10	9
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	5	9,5
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10	4,5
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10	4,5
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10	9
MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10	9
VEICULOS DIVERSOS	15	10	6
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10	6
ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	10	10	9

PORTARIA N.º 966/2014.

PORTARIA N.º 966, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua

apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício 554/2014 da Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento reporta o uso indevido de veículo oficial de sua Secretaria e que o Ofício ADM 209/2014 solicita a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de NILTON CÉSAR RODRIGUES, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional n.º 0925, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício 554/2014.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores JEAN NASCIMENTO PACHECO, LISIELE DE ARAUJO PIRES GABRIEL, para sob a presidência do primeiro e secretariada por CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 967/2014.

PORTARIA N.º 967, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Relatório Final referente ao Processo Sindicante, Portaria n.º 456/2013 e Parecer Jurídico nº 63/2014 encerrou-se na denúncia do servidor MARCOS ABREU DOS SANTOS, Fiscal de Obras II, Matrícula Funcional n.º 4284, indicando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 456/2013.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão as servidoras ROSILENE PACHECO DE LIMA, ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA e CENIR GRUNTHAL RAMOS para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 968/2014.

PORTARIA N.º 968, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Relatório Final referente ao Processo Sindicante, Portaria n.º 282/2013 e Parecer Jurídico nº 64/2014 encerrou-se na denúncia do servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIM, Motorista, Matrícula Funcional n.º 0734, indicando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 282/2013.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão os servidores LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, SANDRA APARECIDA AMARAL E RAFAEL DE SOUZA para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

DECRETO Nº 175/2014

DECRETO N.º 175, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	100.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	100.000,00
3.3.90.0.6.14.000070 - Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 176/2014

DECRETO N.º 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	40.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	40.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 958/2014.

PORTARIA N.º 958, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA A PORTARIA N.º 943, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Revogar, a partir de 24/11/2014, a Portaria nº. 943 de 18 de novembro de 2014, que DETERMINAR A ABERTURA DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 456/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 959/2014.

PORTARIA N.º 959, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA A PORTARIA N.º 944, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Revogar, a partir de 24/11/2014, a Portaria nº. 944 de 18 de novembro de 2014, que DETERMINAR A ABERTURA DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 554/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 952/2014.

PORTARIA N.º 962, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA A PORTARIA N.º 942, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Revogar, a partir de 25/11/2014, a Portaria nº. 942 de 18 de novembro de 2014, que DETERMINAR A ABERTURA DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 282/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA AO SENHOR VEREADOR JEAN RICARDO ANTUNES”

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

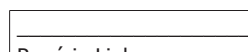
RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador Jean Ricardo Antunes, para tratar de interesse particular por prazo determinado de 30 dias, no período de 01/12/2014 a 31/12/2014, de acordo com o Art. 89, inciso III, do Regimento Interno, deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 25 de novembro de 2014.


Rogério Linhares
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora de Redação, Legislação e

Processo Legislativo

PORTARIA N.º 15 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA N.º 15 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Cria a Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais Móveis da Câmara Municipal de Garopaba.

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GAROPABA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 23, III, do Regimento Interno, da Câmara Municipal de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais Móveis da Câmara Municipal de Garopaba, para promover, anualmente, o levantamento físico-financeiro dos bens patrimoniais do Poder Legislativo Municipal de Garopaba/SC.

Art. 2º Designar para integrar a referida Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais Móveis os seguintes membros:

I. A Sra. MARIANA ISRAEL, Auxiliar Legislativa, - Câmara Municipal de Garopaba, que exercerá a Presidência da Comissão;

II. A Sr. JOSUÉ FURTADO DOS PASSOS, Assessor Legislativo - Câmara Municipal de Garopaba, como membro da Comissão; e

III. O Sr. IVALDO DA SILVA LOBO FILHO, Diretor Administrativo - Câmara Municipal de Garopaba, como membro da Comissão;

IV. Os integrantes serão responsáveis por executar as atividades de avaliação e baixa de bens patrimoniais da Câmara Municipal de Garopaba/SC.

Art. 3º Determinar, para o desempenho do trabalho da Comissão, o atendimento ao disposto no Decreto nº 174 de 25 de novembro de 2014, do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Delegar, à Comissão, competência para:

a) avaliar móveis e equipamentos sem documentos probatórios dos valores de aquisição, solicitando, se necessário, avaliações de técnicos e realizando pesquisas de mercado, com vistas à fixação dos valores a serem indicados nos Termos de Avaliação correspondentes;

b) baixar bens por motivo de alienação ou que, por outras razões, a critério da Administração, tenham de ser desvinculadas do acervo patrimonial da Instituição;

Art. 5º Determinar que os Processos de Avaliação e Baixa, após análise e parecer, sejam encaminhados à Secretária Geral e Presidência, através da Diretoria de Administrativa.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, no mural de publicações da Câmara Municipal de Garopaba, aos 25 dias do mês de novembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 26/11/2014, de

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO EDITAL 14-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TESTE SELETIVO ACT - EDITAL 014 /2014
RELAÇÃO DOS CLASSIFICADOS - ETAPA PROVAS (OBJETIVA E PROJETO)

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA NOTA	PROJETO NOTA
194	ADRIANA GOMES DA SILVA	5,0	6,50
100	ADRIANA MACHADO ROCHADEL	7,5	6,75
152	ALCINÉIA LEITZKE	8,0	(NUTRICIONISTA)
185	ALESSANDRA SERAFIM DA SILVA	5,0	6,35
153	ALINE STREY DE AMORIM	5,5	8,62
115	ALYNE CRISTHINE DE AVELAR	5,0	8,25
055	ANA LUCIA NOGUEIRA DE ANDRADE	4,0	5,25
221	ANA PAULA FERRETI DE OLIVEIRA	5,5	(NUTRICIONISTA)
222	ANALETI AMARAL DE AZEVEDO	4,5	8,50
076	ANDERSON GONÇALVES LEITE	4,0	6,00
016	ANDREIA MARTINHAK	6,0	6,46
062	ANDREIA PEREIRA	7,5	8,33
040	ANGELA A. WIESNER	6,0	6,33
020	BÁRBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN	6,0	7,50
184	BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA DE ARAUJO	5,5	8,16
224	BRUNA CAROLINI SOUZA BRAZ	5,0	5,66
233	CADIJA CARINE MARQUES SILVA	6,0	(NUTRICIONISTA)
213	CARLA CRISTINA HARDT	5,5	5,33
175	CÉLIA MARTINS DO NASCIMENTO	6,0	4,00
247	CÉLIA REGINA PEDROSO	6,0	(NUTRICIONISTA)
186	CINTIA SOUZA DA GRAÇA	6,5	9,50
162	CLAÚDIA LUCI S. MACHADO	8,5	7,00
208	CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA	4,0	7,33
106	CLAUDIA REGINA MARQUES MOREIRA	5,5	6,66
126	CLAUDINEIA BOERGERSHAUSEN	4,0	5,66
129	CLEUSA DOMINGUES	4,5	5,66

178	CLEVERTON ARTUR VIEIRA	4,0	8,00
017	CLODOMIR SOUZA	4,5	5,66
026	CRISTIANE DA S. MIRANDA	5,0	7,00
012	DAIANE DE MELO	5,5	9,50
133	DAIANI JARECKI FERREIRA	7,5	6,00
192	DENISE APARECIDA CECATTO	7,0	7,83
154	DIRCÉLIA APARECIDA BUENO	4,0	8,00
166	DOROTEIA NAGEL CARNEIRO	7,0	9,00
237	ÉDINA APARECIDA ZIMMER	6,5	5,00
007	ELAINE C. ZIETZ	6,5	10,0
041	ELIANE SPANIOL	6,5	5,00
176	ÉRICA CRISTIANE DA SILVA DOS SANTOS	5,5	7,00
125	ESTEFANI FRANCO POLSIN	5,0	5,66
216	EULINO SILVA SOUSA	5,0	5,33
158	EVERTON TETU ALVES	6,0	4,50
197	FABIANA DE SOUZA LEANDRO	4,5	5,16
242	FABIANA HELENA PRADO DA SILVA	5,5	5,00
238	FERNANDA CRISTINA CISZ ARCENO	5,0	7,50
005	FERNANDA DA VEIGA MAIA	7,0	6,33
085	FERNANDA MENDES MOTA	7,0	7,00
099	FLAVIA FAVARETTO	10,0	(NUTRICIONISTA)
219	FRANCIANE SCHROEDER	4,5	4,66
087	FRANCIELE LEITE CARNEIRO	4,5	4,00
151	FRANCIELY APARECIDA PEREIRA DA LUZ	6,0	4,00
101	GABRIELA MARCANTE	4,0	6,00
111	GISELLE SANTOS LOPES	7,0	8,00
003	GISELY VIEIRA DA CUNHA	5,5	6,66
103	GUIOMAR LEITE	4,0	7,00
193	HELENA IGNOWSKI	6,5	7,66
157	HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA	9,0	9,16
031	HENDRYL ALSENO WASEN	4,0	8,16
206	HIULE DANIELLE DE LIZ NETO	4,5	7,33
119	ILISANE WINHAR PEREIRA ZAGO	7,0	8,62
163	JANAINA ALESSANDRA KUHNEN	4,5	6,50
090	JENIFFER CRISTINA FERREIRA	5,5	9,66

045	JENNIFFER Z. TEIXEIRA	5,5	8,83
015	JÉSSICA BUENO DA ROSA	4,5	7,50
226	JESSICA DE OLIVEIRA LOZINSKI	5,5	7,50
139	JESSICA EVARISTO	6,5	8,00
142	JESSICA REGINA CARDOSO DA VEIGA	4,0	5,66
159	JOELMA STONOGA XAVIER	7,0	6,66
165	JOICE ALVES DE SOUZA	6,0	7,16
013	JOSÉ ALCIR DE ARAÚJO	7,0	5,66
118	JOSÉ ALVARO PEREIRA ZAGO	5,5	7,50
043	JOSIANE SARAMENTO	4,5	7,83
009	JOSILENE P. A. DO NASCIMENTO	6,0	6,50
236	JOYCE DELANE DE MELO	6,5	7,83
173	JULIANA CORDEIRO DA SILVA	6,5	7,00
014	JULIANA DE VARGAS DE ARAÚJO	4,5	6,00
096	JULIANA NAGEL	4,0	5,50
218	JULIANA RODRIGUEZ VILLAR	7,0	7,66
059	JULIANE F. UMLAUF	4,5	5,16
046	JULIO CESAR ALVES	7,0	8,66
244	KAROLINE B. MIRANDA	7,5	5,33
021	KÁTIA CRISTINA S. SCHMIDT	5,5	9,50
137	KAUANE KAROLINE NASS	5,0	8,33
108	KELLY M. M. THOMAZINE	4,5	4,00
098	KENIA APARECIDA DOS SANTOS	5,5	7,66
117	KETELY PERSIKE	4,5	5,83
204	LARISSA MEDEIROS	6,5	7,50
168	LEILA SCHNEIDER	8,0	(NUTRICIONISTA)
001	LEONARDO MEDEIROS	7,5	7,50
116	LEONI A. V. STONOGA	8,0	8,50
182	LIGIA CLAUDIA TEMOTEO KRUGER	4,0	8,00
095	LILIAN THALITA DIERSCHNABEL	5,0	8,66
141	LUANE V. MACHADO	5,5	4,50
211	LUCIA AMORIM	7,0	6,00
145	LUCIA FOLMER	6,0	6,33
113	LUCIANA CRISTINA BLOCKI DE OLIVEIRA	5,5	8,00
191	LUCIANO FELIPPI	6,5	6,83
056	MARA CRISTINA SILVA	7,0	7,66

073	MÁRCIA APARECIDA MEZZOMO	4,0	6,33
061	MARCIA F. FRANCO FERMIANO	5,0	5,66
155	MARCIA LAURENTINA DE NOVAES PISKE	4,0	7,00
069	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	5,0	9,00
174	MARCOS ALFREDO CORREA	6,0	7,00
011	MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI	4,5	5,00
135	MARI ESTELLA JARECKI	4,5	4,50
042	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	5,0	4,66
083	MARIA CRISTINA SOARES	5,5	7,00
177	MARIA GLOTILDE GERCKER	4,0	7,00
149	MARIA LUIZA L. XAVIER	7,0	8,50
147	MARIA RITA DA SILVA	8,0	7,00
049	MARIA ROSIANE SANTOS	6,0	5,00
183	MARIANE L. C. PEREIRA SIMMERMAN	6,0	7,00
047	MARILDA MARTINS BUDAL	4,5	6,33
051	MARILEIA SILVA DE ANDRADE	5,0	(NUTRICIONISTA)
053	MARILENE GOMES FERREIRA	5,0	8,16
027	MARÍLIA LUCIA MENDES	7,5	6,33
143	MARINALDA DUARTE	6,5	4,33
132	MARINILDA DA SILVA MARIAN	4,0	7,83
054	MARISA M. C. CEC-CATTO	5,5	7,00
035	MARQUEDIANE BRUSAMARELLO	9,0	7,33
181	MAYSA TEMOTEO KRUGER	5,0	4,00
128	MICHELE MELCHIOR PEREIRA	5,0	5,66
071	MIRZA CONCEIÇÃO SANTOS MARQUES	5,0	5,00
169	MONICA DENCKER C. DIAS	5,5	8,00
228	MORGANA VON DEN BYLAARDT	5,0	(NUTRICIONISTA)
200	NAYARA TAINA PETERS LEIER	4,5	9,66
034	NEIVA APARECIDA C. BRAMMER	5,0	6,50
189	NELMA REGINA DE OLIVEIRA	5,0	4,00
104	ODETTE CRISTINA DA SILVA	5,0	7,00
070	OLGA SILVA FRANCO	4,0	6,00
032	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS	7,5	7,16

124	PATRICIA SILVA GERKER	4,5	7,00
102	PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS	4,0	5,66
140	PRISCILA MUNCH	6,0	8,00
112	PRISCILLA BETANIA STONOGA	4,5	7,00
246	RAFAEL TIAGO SI-MÃO DE ANDRADE	4,5	4,00
084	RAFAELA PAMELA FERREIRA	6,0	6,00
243	REGINA G. VAGELESKI	8,0	(NUTRICIONISTA)
025	REGINA MARIA LEGNAGHI	5,0	5,66
081	REGINA SARAMENTO	4,0	7,00
188	RENATA M. DOS SANTOS	5,5	7,00
022	RICARDO CAMPOS DA COSTA	7,0	4,33
120	RITA DE CASSIA DE MATOS	6,0	9,50
068	ROSANE KO-MINKIEWICZ	6,5	6,00
179	ROSELY MANICALDI	5,5	4,66
072	ROSENETE LANGE GONÇALVES	9,5	5,00
164	ROSENILDA DO CARMO RODRIGUES	5,5	4,33
199	RUTE LEMOS	5,0	5,66
150	SANDRA CRISTINA ROTHBARTH	4,0	6,33
080	SANDRA ELISA S. DE OLIVEIRA	5,5	9,16
079	SANDRA MARA DA SILVA	6,5	9,50
019	SATIRA MARIA DO V. ZAVODINI	7,5	4,83
241	SHEILA SOARES ROSA	4,0	4,33
088	SHEYLA FERNANDES DA SILVA LIMA	6,0	9,00
036	SILMARA Z. ZOCCHETTO	6,5	8,50
058	SILVANA FÁTIMA ESSER	5,5	5,33
030	SILVANA NAGEL WASEN	5,5	7,00
063	SÍLVIA C. DOS SANTOS	7,0	5,33
094	SIMONE COSTA	7,0	7,00
052	SIRLEI DA APARECIDA CARDOSO ALEIXO	5,0	6,33
023	SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA	4,0	4,33
089	SOLANGE FERNANDES DA SILVA	7,5	7,66
225	SONIA M. DOS SANTOS CLEMENTE	5,5	6,00
064	SONIA MARA FLORIANO DA C. GAVEGNO	6,5	9,33
037	SUELEN PAOLA CASAGRANDE	7,5	7,66

066	TANIA MARA Z. DE ANDRADE	4,5	8,83
203	TANIA MARIA C. NETZEL	5,0	7,33
156	TANIA SIMONE JAGIELSKI ULLMANN	5,5	8,66
235	TATIANE DE MIRANDA	5,0	10,0
121	TEREZINHA N. ORLOSVKI	7,5	7,00
139	THAYNA DAYANE RAZINI	5,5	6,60
134	VANESSA CAROLINE CERVELLO	9,5	(NUTRICIONISTA)
029	VANUSA MARQUES WIELGOSZ	5,5	4,50
148	VERONICA JAGIELSKI VALIATTI	6,5	5,66
077	VICTORIA WILL	5,0	9,0
038	VIVIANE GERCKER LEANDRO	4,0	4,75
167	VIVIANE PINHEIRO DE ANDRADE	4,5	7,33
024	ZELAINE KUCHLIK	6,5	5,00

OBS: Os candidatos Classificados deverão apresentar seus títulos e tempo de serviço nos dias 27 e 28 de novembro , no horário de expediente da Prefeitura das 7:30 às 13:30 .

GARUVA , 25 de Novembro de 2014.
Adriane B. M. Galando
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 085/2014
Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de saibro, para atender as necessidades do Município de Garuva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 08/12/2014 as 08:05 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 25 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 084/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 084/2014
Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de suprimentos de informática, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da administração municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 08/12/2014 as 09:35 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 24 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.141 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.141 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

APLICA A PENALIDADE DE DEMISSÃO À SERVIDORA LARISSA GESUÍNA DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o teor do julgamento administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2010, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora Larissa Gesuína dos Santos,

DECRETA:

Art. 1º Aplica a penalidade de DEMISSÃO à servidora pública municipal LARISSA GESUÍNA DOS SANTOS, matrícula nº 5227, ocupante do cargo em provimento efetivo de Berçarista, por transgressão ao artigo 162, V, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, em razão da procedência dos fatos apurados no Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2010.

Art. 2º Em razão da aplicação da penalidade descrita no artigo 1º, fica convertida em demissão a exoneração da servidora LARISSA GESUÍNA DOS SANTOS, declarada pelo Decreto nº 5.427, de 01 de abril de 2013.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos realizará os devidos registros funcionais e adotará as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.130 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.130 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

APLICA A PENALIDADE DE DEMISSÃO À SERVIDORA MARA APARECIDA ULIANO BUZZI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o teor do julgamento administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2014, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora Mara Aparecida Uliano Buzzi,

DECRETA:

Art. 1º Aplica a penalidade de DEMISSÃO à servidora pública municipal MARA APARECIDA ULIANO BUZZI, matrícula nº 5269, ocupante do cargo em provimento efetivo de Berçarista, por transgressão aos artigos 146, IX, X, 157, III e 162 III, IV da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, em razão da procedência dos fatos apurados no Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2014.

Art. 2º Em razão da aplicação da penalidade descrita no artigo 1º, fica convertida em demissão a exoneração da servidora MARA APARECIDA ULIANO BUZZI, declarada pelo Decreto nº 5.983, de 20 de junho de 2014.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos realizará os devidos registros funcionais e adotará as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.618, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.618, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular a seguinte dotação, no valor de R\$ 1.283.271,20 (hum milhão, duzentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e um reais e vinte centavos) do seguinte saldo constante do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 16 Habitação	
Sub-Função: 482 Habitação Urbana	
Programa: 0023 Construção de Unidades Habitacionais	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.100103 (1103) Construção de Unidades Habitacionais e locação social	
Despesa: 239	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 Cultura	
Função: 13 Cultura	
Sub-Função: 392 Difusão Cultural	
Programa: 0008 Gestão na Área da Cultura	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200026 (2026) Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	
Despesa: 26	
Modalidade: 3.3.3.5.0 Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos	R\$ 16.000,00
Despesa: 454	
Modalidade: 3.3.3.7.1 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 30.000,00
Despesa: 456	
Modalidade: 3.4.4.7.1 transferências a consórcios públicos	R\$ 1.280,40
Unidade: 07 Educação Fundamental	

Função: 12 Educação	
SubFunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental	
Modalidade: 3.3.1.9.0 Aplicações diretas	R\$ 427.000,00

Órgão: 13 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200112 (2112) Construções de Reservatórios	
Despesa: 26	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.100159 (1159) Esgoto Sanitário	
Despesa: 14	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 200.000,00

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 22 Indústria	
Sub-Função: 661 Promoção Industrial	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200058 (2058) Incentivo Econômico a Empresas	
Despesa: 60	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 20.000,00
Despesa: 61	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 5.000,00
Ação: 2.200060 (2060) Incentivo a Economia Solidária/Cooperativas Incubadoras	
Despesa: 591	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 5.000,00

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 21 Centro Educativo Maria Hendricks	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0030 Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200184 (2184) Garantir o funcionamento, manutenção e equipamentos para o Centro Educativo	
Despesa: 12	
Modalidade: 3.3.3.9.1.00 aplicação direta decorrente de operação entre órgãos	R\$ 800,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200152 (2152)Ampliar, manter e equipar o fundo municipal de saúde	
Despesa: 114	
Modalidade: 3.3.3.7.1.0 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 27.190,80

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Função: 28 Encargos Especiais	
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna	
Op. Especial: 9.100045 (1045) Encargos Especiais	
Despesa: 20	
Modalidade: 3.3.2.9.0 aplicações diretas	R\$ 107.000,00
Despesa: 21	
Modalidade: 3.4.6.9.0 aplicações diretas	R\$ 84.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo anterior, fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar o valor de R\$ 1.171.280,40 (hum milhão, cento e setenta e um mil, duzentos e oitenta reais e quarenta centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas, constantes no orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 Cultura	
Função: 13 Cultura	
Sub-Função: 392 Difusão Cultural	
Programa: 0008 Gestão na Área da Cultura	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200024 (2024) Eventos Culturais	
Despesa: 25	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 24.280,40
Ação: 2.2000026 (2026) Manutenção do Centro Cultural, Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	
Despesa: 27	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
SubFunção: 361 Ensino fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação do Ensino Fundamental	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 482	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
SubFunção: 365 Educação Infantil	

Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200038 (2038) Manutenção da Educação Infantil	
Modalidade: 3.3.1.9.0 Aplicações diretas	R\$ 427.000,00

Órgão: 13 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200116 (2116) Ampliação/Manut. Da Rede de Água e Esgoto	
Despesa: 05	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00
Ação: 2.200114 (2114) Coleta de Lixo	
Despesa: 04	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 45.000,00
Ação: 2.200110 (2110) Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia	
Despesa: 02	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 155.000,00

Órgão: 05 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 04 Administração	
Sub-Função: 122 Administração Geral	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200054 (2054) Manutenção das ações da Secretaria	
Despesa: 65	
Modalidade: 3.3.3.9.0 aplicações diretas	R\$ 30.000,00

Órgão: 08 Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 14 Ditrán – Diretoria de Trânsito	
Função: 26 Transporte	
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário	
Programa: 0015 Gestão do Ditrán	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.200078 (2078) Manutenção da Ditrán	
Modalidade: 3.3.1.9.0 aplicações diretas	R\$ 107.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento	
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento	
Função: 15 Urbanismo	
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0019 Constr. Manut. E Melh na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Planej. e Desenv.	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.100109 (1109) Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamento de águas superficiais	
Modalidade: 3.4.4.9.0 aplicações diretas	R\$ 180.000,00

Art. 3º Por conta dos recursos a que se refere o artigo 1º, fica o Município de Gaspar autorizado a criar os créditos especiais abaixo, no valor de R\$ 111.990,80 (cento e onze mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos), junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200192 (2192) Manter Proteção Social Básica	
Modalidade: 3.3.3.9.1.00 Aplicações Diretas decorrente de operação entre órgãos	R\$ 800,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
SubFunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200140 (2140) Ampliar e manter aquisição de medicamentos conforme preconiza a NOAS/SUS	
Modalidade: 3.3.3.9.3 aplicação decorrente operação entidade integrante orçamento fiscal seguro social c/ consórcio público participante	R\$ 84.000,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200152 Ampliar, manter e equipar o fundo municipal de saúde	
Modalidade: 3.3.1.7.1.0 Transferências a consórcio público	R\$ 27.190,80

Art. 4º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar o crédito especial abaixo, decorrente de superávit financeiro, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) junto ao quadro orçamentário do Fundo Municipal de Saúde, na forma indicada:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200138 (2138) Ampliar, manter e equipar as ações de média e alta complexidade	
Modalidade: 3.3.3.9.3 aplicação decorrente operação entidade integrante orçamento fiscal seguro social c/ consórcio público participante	R\$ 80.000,00

Art. 5º Os valores das despesas previstas para o ano de 2014, constantes na Lei nº 3.545, de 20 de novembro de 2013, com suas

modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 19 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.524, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 3.524, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA IRENE KLABUNDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora IRENE KLABUNDE, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.535, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.535, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR ALBERTO CHAGAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ALBERTO CHAGAS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, à disposição na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.536, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.536, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARLIZE NICOLETTI SCOTTINI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MARLIZE NICOLETTI SCOTTINI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada com 40 horas

semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, à disposição na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.537, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.537, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARLISE ADRIANE ADÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MARLISE ADRIANE ADÃO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, à disposição na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.538, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.538, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARILEI PEREIRA DA CRUZ BLASIUS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MARILEI PEREIRA DA CRUZ BLASIUS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, à disposição na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº. 6.138, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 6.138, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE EVARISTO FRANCISCO SPENGLER E GUIDO JOSÉ SPENGLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,
DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, uma área de terras matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 16.777, situada na cidade de Gaspar, no Bairro Poço Grande, pertencente a EVARISTO FRANCISCO SPENGLER, inscrito no CPF nº 003.784.539-04 e GUIDO JOSÉ SPENGLER, inscrito no CPF nº 153.857.879-49, contendo as seguintes características:

I - Parcela referente à Rua Maria Evelina Spengler: um terreno situado no Município de Gaspar, no lugar Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler, contendo a área de 226,25m², iniciando no ponto P53, localizado na intersecção da linha dos fundos com a linha lateral direita da dita parcela, deste segue com azimute de 0°6'27" e distância de 15,00m, confrontando com a Área Comunitária, até o ponto P22, deste segue com azimute de 180°6'27" e distância de 15,17m, confrontando com o lado par da Rua Maria Evelina Spengler, até o ponto P21, deste segue com azimute de 179°28'25" e distância de 15,00m, confrontando com a parcela 38, até o ponto P54, deste segue com azimute de 270°6'27" e distância de 15,00m, confrontando com a Área Verde, até o ponto P53, ponto inicial dessa descrição, perfazendo o perímetro um total de 60,17m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 678,46m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda;

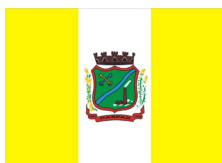
II - Parcela referente à Rua Ambrosio Spengler: um terreno situado no Município de Gaspar, no lugar Poço Grande, na Rua Ambrosio Spengler, contendo a área de 386,97m², iniciando no ponto P30, localizado na intersecção da linha dos fundos com a linha lateral esquerda da dita parcela, deste segue com azimute de 149°38'42" e distância de 32,32m, confrontando com a Área Remanescente 01, até o ponto P25, deste segue com azimute de 270°06'26" e distância de 13,84m, confrontando com o leito da Rua Ambrosio Spengler, até o ponto P26, deste segue com azimute de 329°32'10" e distância de 32,10m, confrontando com a Área Remanescente 02, até o ponto P29, deste segue com azimute de 89°03'16" e distância de 13,80m, confrontando com o leito da Rua Ambrosio Spengler, até o ponto P30, ponto inicial dessa descrição, perfazendo o perímetro um total de 92,06m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 1.003,21m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda;

III - Parcela referente à Rua "A": um terreno situado no Município de Gaspar, no lugar Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler, contendo a área de 346,48m², iniciando no ponto P43, localizado na intersecção da linha dos fundos com a linha lateral direita da dita parcela, deste segue com azimute de 90°0'0" e distância de 12,00m, confrontando com terras de Iracema Spengler Moser (M - 10.369), até o ponto P44, deste segue com azimute de 179°28'25" e distância de 21,59m, confrontando com a parcela 27, até o ponto P56, sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 636,46m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda.

Parágrafo único: As áreas descritas neste artigo são destinadas à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.617, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014**MUNICÍPIO DE GASPAR**

LEI Nº 3.617, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA ANEXOS DA LEI Nº 3.603, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

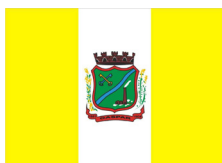
Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II e III da Lei nº 3.603, de 12 de setembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Gaspar para o exercício de 2015, modificando as seguintes planilhas:

- I** - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas – Metas Físicas;
- II** - Apoio ao Desenvolvimento Agrícola – Metas Físicas;
- III** - Gestão na Área de Desenvolvimento Social – Metas Físicas;
- IV** - Gestão Centro Educativo Maria Hendricks – Metas Físicas;
- V** - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- VI** - Metas fiscais atuais comparadas com as Fixadas nos três exercícios anteriores; e
- VII** - Metas Fiscais – Metas Anuais 2015.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 19 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito



MUNICÍPIO DE GASPAR

Anexo II - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas – 1ª Alteração – LDO 2015

DESCRIÇÃO DA AÇÃO PRODUTO UNIDADE

MEDIDA

META 2015

Manutenção do Gabinete e Políticas

Públicas

Secretaria Unidade 1

Manutenção da Defesa Civil Defesa Civil Unidade 1

Manutenção da Superintendência do

Belchior

Superintendência Unidade 1

Aquisição de Equipamentos e Material

Permanente

Equipamentos e

Material

Permanente

Unidade 10

Anexo II - Apoio ao Desenvolvimento Agrícola – 1ª Alteração – LDO 2015

Construção/Aquisição Sede da Secretaria Secretaria M² 300

DESCRIÇÃO DA AÇÃO PRODUTO UNIDADE

MEDIDA

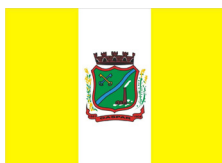
META

2015

Aquisição de Máquinas, Equipamentos e

Material Permanente

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC – CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE GASPAR

Máquinas, Equipamentos
e Material Permanente

Unidade 15

Aquisição de Veículos Veículos Unidade 2

Manutenção das Atividades Agrícolas Secretaria Unidade 1

Construção de Pontilhões Pontes Unidade 1

Eventos de Desenvolvimento e Fomento à

Agricultura Familiar

Projeto Unidade 7

Anexo II - Gestão na Área de Desenvolvimento Social – 1ª Alteração – LDO 2015

DESCRIÇÃO DA AÇÃO PRODUTO UNIDADE

MEDIDA

META 2015

Manter Ações de Desenvolvimento Social Ações Secretaria 1

Manter Proteção Social Básica Fortalecimento de
Vínculos

Serviços 1

Manter Proteção Social Especial - Média

Complexidade

Atendimento de

Famílias com

Direitos Violados

Serviços 1

Manter Proteção Social Especial – Alta

Complexidade

Acolhimento Serviços 1

Aquisição de Material Permanente Material

Permanente

Peças 30

Aquisição de Veículo Material

Permanente

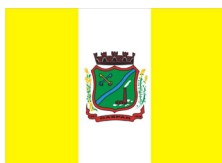
Veículo 1

Manter BPC – Benefício de Prestação Continuada Ação Projeto 1

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000

Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC – CNPJ: 83.102.244/0001-02

www.gaspar.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE GASPAR

Convênios com Entidades Convênios Entidades 4

Anexo II - Gestão na Área de Desenvolvimento Social – 1ª Alteração – LDO 2015

DESCRIÇÃO DA AÇÃO PRODUTO UNIDADE

MEDIDA

META 2015

Construção da Sede da SDS – Secretaria de
Desenvolvimento Social

Sede Construção 1

Construção e Implantação de CRAS Área Construção 1

Gestão de IGD – Índice de Gestão Descentralizada Bolsa Família
Programa 1

Gestão de Benefícios Eventuais Benefícios Programa 1

Garantir o Funcionamento dos Serviços de

Fortalecimento de Vínculos (Proteção Básica, Média
e Alta Complexidade)

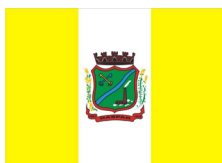
Famílias Projeto 1

Garantir Adequação do Centro de Fortalecimento de
Vínculos para Crianças e Adolescentes, de acordo
com a Lei de Acessibilidade Lei nº 10.098, de 19 de
dezembro de 2.000

Área Unidade 1

Anexo II - Gestão Centro Educativo Maria Hendricks – 1ª Alteração – LDO

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC – CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE GASPAR

2015

DESCRIÇÃO DA AÇÃO PRODUTO UNIDADE

MEDIDA

META 2015

Garantir Funcionamento, Manutenção e
Equipamentos para Centro Fortalecimento de
Vínculos Maria Hendricks
Manutenção Unidade 1

Adquirir Equipamentos Material

Permanente

Peças 20

Garantir Proteção Social Especial de Média

Complexidade

Proteção

Social

Programa 1

Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e

Nutricional

Alimentação

Saudável

Projeto 1

Construir Quadra Poliesportiva Área Quadra 1

Anexo II - Reserva de Contingência

1ª Alteração – LDO 2015

DESCRIÇÃO DA AÇÃO PRODUTO UNIDADE

MEDIDA

META 2015

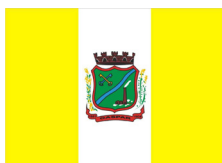
Reserva de Contingência Reserva de

Contingência

Unidade 1

MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



MUNICÍPIO DE GASPAR

ANEXO III – TABELA I - ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2015

RISCOS FISCAIS PROVIDÊNCIAS

Descrição Valor Descrição Valor

Arrecadação realizada a
menor que a prevista no
orçamento, Situações de
calamidade pública que
precisem de ações
emergenciais e demandas
judiciais

3.500.000,00 Abertura de créditos

adicionais a partir da

Reserva de Contingência

143.000,00

Abertura de créditos

adicionais a partir da

redução de dotação de

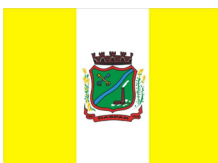
despesas discricionárias e

Limitação de empenho

3.357.000,00

TOTAL 3.500.000,00

TOTAL 3.500.000,00



MUNICÍPIO DE GASPAR

Anexo I - Tabela 3 - DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Município de Gaspar
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2015

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	VALOR CORRENTE										
	2012	2013	%	Previsão LDO 2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	123.326.042,38	148.823.748	20,68%	240.000.000	61,28%	311.600.000	29,83%	212.500.000	-31,80%	220.000.000	3,53%
Receitas Primárias (I)	120.428.297,96	147.068.486	22,12%	199.501.087	35,65%	271.212.313	35,96%	200.265.932	-26,16%	207.629.654	3,68%
Despesa Total	131.099.243,24	143.545.434	9,49%	240.000.000	67,19%	311.600.000	29,83%	212.500.000	-31,80%	220.000.000	3,53%
Despesas Primárias (II)	129.927.293,84	142.372.591	9,58%	237.804.912	67,03%	309.404.912	30,11%	210.261.043	-32,04%	219.645.497	4,46%
Resultado Primário (I - II)	-9.498.995,88	4.695.895	-149,44%	(38.303.825)	-915,69%	(38.192.600)	-0,29%	(9.995.110)	-73,83%	(12.015.842)	20,22%
Resultado Nominal	8.794.497,36	(6.198.410)	-170,48%	(34.400.636)	-454,99%	(34.158.912)	-0,70%	(7.500.771)	-78,04%	(9.023.417)	20,30%
Dívida Pública Consolidada	4.145.678,80	3.120.077	-24,74%	36.705.896	1076,44%	41.806.937	13,90%	49.864.508	19,27%	59.568.431	19,46%
Dívida Consolidada Líquida	-11.737.597,87	(18.026.720)	53,58%	27.605.896	-253,14%	32.206.937	16,67%	39.707.708	23,29%	48.731.125	22,72%

ESPECIFICAÇÕES	VALOR CONSTANTE										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	138.643.137	158.497.292	14,320%	240.000.000	51,42%	293.962.264	22,48%	190.207.662	-35,30%	185.591.362	-2,427%
Receitas Primárias (I)	135.385.493	156.627.938	15,890%	199.501.087	27,37%	255.860.672	28,25%	179.257.011	-29,94%	175.155.774	-2,29%
Despesa Total	147.381.769	152.875.887	3,728%	240.000.000	56,99%	293.962.264	22,48%	190.207.662	-35,30%	185.591.362	-2,43%
Despesas Primárias (II)	146.064.264	151.626.810	3,808%	237.804.912	56,84%	291.891.426	22,74%	188.203.583	-35,52%	185.292.304	-1,55%
Resultado Primário (I - II)	(10.678.771)	5.001.128	-146,832%	(38.303.825)	-965,90%	(36.030.754)	-5,93%	(8.946.572)	-75,17%	(10.136.530)	13,38%
Resultado Nominal	9.886.774	(6.601.307)	-166,769%	(34.400.636)	-421,12%	(32.225.389)	-6,32%	(6.713.902)	-79,17%	(7.612.129)	13,38%
Dívida Pública Consolidada	4.660.572	3.322.883	-28,702%	36.705.896	1004,64%	39.440.506	7,45%	44.633.466	13,17%	50.251.755	12,59%
Dívida Consolidada Líquida	(13.135.408)	(19.198.457)	45,493%	27.605.896	-243,79%	30.383.903	10,06%	35.542.166	16,98%	41.109.436	15,68%

FONTE: Extraído dos Anexos da LDO dos anos anteriores e as previsões efetuadas dos anos 2015, 2016 e 2017 foi baseado na estimativa do INPC do período

Anexo I - Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

Município de Gaspar
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100
Receita Total	311.600.000	293.962.264	0,181	212.500.000	190.207.662	0,118	220.000.000	185.591.362	0,117
Receitas Primárias (I)	271.212.313	255.860.672	0,157	200.265.932	179.257.011	0,111	207.629.654	175.155.774	0,110
Despesa Total	311.600.000	293.962.264	0,181	212.500.000	190.207.662	0,118	220.000.000	185.591.362	0,117
Despesas Primárias (II)	309.404.912	291.891.426	0,179	210.261.043	188.203.583	0,117	219.645.497	185.292.304	0,116
Resultado Primário (I - II)	(38.192.600)	(36.030.754)	(0,022)	(9.995.110)	(8.946.572)	-0,006	(12.015.842)	(10.136.530)	-0,006
Resultado Nominal	(34.158.912)	(32.225.389)	(0,020)	(7.500.771)	(6.713.902)	-0,004	(9.023.417)	(7.612.129)	-0,005
Dívida Pública Consolidada	41.806.937	39.440.506	0,024	49.864.508	44.633.466	0,028	59.568.431	50.251.755	0,032
Dívida Consolidada Líquida	32.206.937	30.383.903	0,019	39.707.708	35.542.166	0,022	48.731.125	41.109.436	0,026

FONTE: AMMVI

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Anos/Índice	2012	2013	2014	2015	2016	2017
INPC	6,20%	5,56%	6,50%	6,00%	5,40%	6,10%
	12,42%	6,50%		6,00%	11,72%	18,54%
	1,1242	1,0650		1,0600	1,1172	1,1854

Metodologia de Cálculo da Receita:

- 1 - As estimativas de receita foram calculadas tendo por base a média dos últimos 3 anos de arrecadação, inflação, média de crescimento e uma maior fiscalização e cobranças dos impostos e dívida ativa.
2 - À arrecadação foi ajustada pelo crescimento econômico projetado, aplicou-se a projeção de inflação.

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 87/2014 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 087, DE 25 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS		
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS		
2.010	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0205	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
2.032	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0205	Aplicações Diretas	R\$	15.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0205	Transferências de Convênios - Estado – SCFV	R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
25 de Novembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 25 de Novembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 441/2014

PORTARIA Nº 441/2014

ANULA Processo Administrativo Disciplinar Instaurado pela Portaria nº. 372/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Anular Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 372/2014, por desobediência aos princípios norteadores da administração pública, principalmente os da legalidade e impessoalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1270/2014

PORTARIA Nº 1270/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor CLAIR ZIMMER (Matr. 4041), a partir de 25 de novembro de 2014, aprovado e classificado em 1º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurado pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Novembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Imaruí

PREFEITURA

DECRETO Nº 120, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 120, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal e de acordo com as disposições contidas no Decreto nº. 049 de 10 de maio de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem nas Licitações - modalidade de Pregão Eletrônico, os seguintes membros:

I - Sabrina Feliciano da Conceição, Pregoeira Oficial;

II - José Domingos Jr., Equipe de Apoio;

III - Plínio Manoel Hennemann Pereira, Equipe de Apoio.

Parágrafo único - Na ausência de algum membro da Equipe de Apoio assumirá o respectivo cargo ou função a Sra. Haline Mendonça Jacques Dias, a Sr. Adelson Silvana e a Sra. Débora Borges Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto nº 048/2014 e demais disposições em contrário.

Imaruí, SC, 25 de Novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal de Imaruí

DECRETO Nº 121, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 121, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Licitação, os seguintes membros:

I - Sabrina Feliciano da Conceição - Presidente da Comissão de Licitação;

II - José Domingos Jr., Equipe de Apoio;

III - Plínio Manoel Hennemann Pereira, Equipe de Apoio.

Parágrafo único - Na ausência de algum membro da Equipe de Apoio, assumirá o respectivo cargo ou função a Sra. Haline Jacques Dias, a Sr. Adelson Silvana e a Sra. Débora Borges Catarina

Art. 2º. A Comissão de Licitação poderá processar e julgar licitações de outros Órgãos quando estes não dispuserem de Comissão de Licitação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº. 049/2014 e demais disposições em contrário.

Imaruí, SC, 25 de Novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal de Imaruí

DECRETO Nº 122, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 122, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e considerando as disposições contidas no Decreto nº. 049 de 10 de maio de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem nas Licitações - modalidade Pregão Presencial, os seguintes membros:

I - Sabrina Feliciano da Conceição, Pregoeira Oficial;

II - José Domingos Jr., Equipe de Apoio;

III - Plínio Manoel Hennemann Pereira, Equipe de Apoio.

Parágrafo único - Na ausência de algum membro da Equipe de Apoio, assumirá o respectivo cargo ou função a Sra. Haline Jacques Dias, e Sr. Adelson Silvana e a Sra. Débora Borges Catarina Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº050/2014 e demais disposições em contrário.

Imaruí, SC, 25 de Novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal de Imarui

Imbituba**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014 (SEASH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDESTH

PROCESSO Nº 18/2014

OUTRAS MODALIDADES Nº 01/2014

CREDENCIAMENTO Nº 01/2014

Objeto: Credenciamento de famílias acolhedoras conforme Lei nº 8.069/90.

Família Cadastrada: Valdinete Vieira Bento Marques.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

SELMA ELIAS WESTPHAL

Secretaria Municipal

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 147/2014 - Pregão Presencial 90/2014 para revisão do edital.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Ivan Vitorio

Secretario da Fazenda

EDITAL SEAGP Nº 136/2014

EDITAL SEAGP Nº 136/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Novembro a 23 de Dezembro de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de Novembro de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 136/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Telefonista
Bruna Zeferino Custodio

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 (SEASH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASH
PROCESSO Nº 19/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de leites especiais para as crianças abrigadas pelas famílias acolhedoras, para o ano de 2014.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretária Municipal

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO
PROCESSO Nº 23/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Transito comunica que realizará às 15:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93

e suas alterações, para fornecimento de material de escritório para a guarnição especial de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 26 de novembro de 2014.

Marcello da Silva Clingelfus

Ten Cel. PM - Comandante Guarnição Especial Imbituba

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 135/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 81/2014, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 07 de novembro de 2014.

Michelle Francine P. Oliveira de Souza
Pregoeira Oficial

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 136/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 82/2014, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 07 de novembro de 2014.

Michelle Francine P. Oliveira de Souza
Pregoeira Oficial

ATA COMISSÃO GESTORA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO REF. C.I 112.2014 SEDURB

COMISSÃO GESTORA DE PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP
Rua Ernani Cotrin, 601 / Imbituba - SC
Reunião Ordinária - Ata Nº. 01/2014
Data da realização: 10/11/2014
Local: Sala de Reunião da Prefeitura Municipal

Pauta:

1 - Manifestação sobre a Comunicação Interna nº 112/2014/SE-DURB.

1	ABERTURA: O Presidente, Zeli Pires, após conferir o quórum legal,
2	às 14h00min, deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão
3	Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), criado pelo Decreto
4	PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, realizada na Sala de
5	Reunião da Prefeitura Municipal, em que foram debatidos os pontos
6	de pauta acima descritos.
7	Membros presentes: Estiveram presentes os membros, Zeli Pires,
8	Secretário de Administração e Gestão Pública - Presidente; Cadir
9	Garbelotto Cargnin, Secretário de Governo; Eduardo dos Passos
10	Nunes, Secretário de Desenvolvimento Urbano Sustentável, titular
11	do órgão municipal diretamente relacionado com o serviço ou atividade
12	objeto da parceria público-privada; Sabrina Machado Stefan
13	es da Silva, Procuradora, membro da Procuradoria-Geral; Luciene
14	Martins, Secretária Executiva; Alexandro Tolentino Pamato, Gerente
15	de Saneamento Ambiental e Hector Pacheco Siduro, Engenheiro
16	Civil - Equipe Técnica de Assessoramento.
17	1º item da pauta – Manifestação sobre a Comunicação Interna nº
18	112/2014/SEDURB:
19	Dando continuidade a reunião, o Presidente passou a palavra
20	à secretária executiva para leitura da Comunicação Interna nº
21	112/2014/SEDURB (em anexo), que se trata da solicitação da
22	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável para
23	início de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI visando
24	registro, seleção e aprovação de estudos de viabilidade técnica,
25	ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos
26	que contenham nível de detalhamento suficiente para definir qual
27	a modalidade de contratação que melhor se adapta à execução
28	e prestação de serviços do Sistema de Abastecimento de Água –
29	SAA e do Serviço de esgotamento Sanitário – SSE no Município de
30	Imbituba/SC. Após a leitura, o Presidente colocou em deliberação
	a aprovação do início da PMI solicitada, com a solicitação de apre-
	sentação da Minuta do Edital a ser elaborada pela Equipe Técnica
	de Assessoramento na Reunião Extraordinária convocada para o
	dia 12/11/2014. Sem mais manifestações, colocou-se a aprovação
	da Comissão, sendo aprovado por unanimidade. Esgotando-se os
	assuntos da pauta o Presidente, agradeceu a presença de todos e
	deu por encerrada a Reunião Ordinária da CGPPP.
	Na qualidade de Secretária Executiva do CGPPP, lavro, dato e assi-
	no a presente, após ser aprovada.

Imbituba, 10 de novembro de 2014.

Zeli Pires	Luciene Martins
Presidente do CGPPP	Secretária Executiva do CGPPP

Cadir Garbelotto Cargnin
Secretário de Governo;

Eduardo dos Passos Nunes
Secretário de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

Sabrina Machado Stefan

es da Silva
Procuradora, membro da Procuradoria-Geral;

Alexandro Tolentino Pamato
Gerente de Saneamento Ambiental

Hector Pacheco Siduro
Engenheiro Civil

ATA COMISSÃO GESTORA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO MANIFESTAÇÃO REF. EDITAL DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001.2014

COMISSÃO GESTORA DE PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP

Rua Ernani Cotrin, 601 / Imbituba - SC

Reunião Ordinária - Ata Nº. 02/2014

Data da realização: 12/11/2014

Local: Sala de Reunião da Prefeitura Municipal

Pauta:

1 - Manifestação sobre a Minuta do Edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2014.

1	ABERTURA: O Presidente, Zeli Pires, após conferir o quórum legal,
2	às 14h30min, deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão
3	Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), criado pelo Decreto
4	PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, realizada na Sala de
5	Reunião da Prefeitura Municipal, em que foram debatidos os pontos
6	de pauta acima descritos.
7	Membros presentes: Estiveram presentes os membros, Zeli Pires,
8	Secretário de Administração e Gestão Pública - Presidente; Cadir
9	Garbelotto Cargnin, Secretário de Governo; Eduardo dos Passos Nu-
10	nes, Secretário de Desenvolvimento Urbano Sustentável, titular do
11	órgão municipal diretamente relacionado com o serviço ou atividade
12	objeto da parceria público-privada; Sabrina Machado Stefan
13	es da Silva, Procuradora, membro da Procuradoria-Geral; Luciene
14	Martins, Secretaria Executiva; Alexandro Tolentino Pamato, Gerente
15	de Saneamento Ambiental e Engenheiro Civil, e Hector Pacheco Siduro,
16	Engenheiro Civil - Equipe Técnica de Assessoramento.
17	1º item da pauta – Manifestação sobre a Minuta do Edital de Cha-
18	mamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2014:
19	Dando continuidade a reunião, o Presidente passou a palavra à
20	Equipe Técnica de Assessoramento para explanação da Minuta do
21	Edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº
22	001/2014 (em anexo), que visa registro, seleção e aprovação de
23	estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e
24	jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento
25	suficiente para definir qual a modalidade de contratação que melhor
26	ser adapta à execução e prestação de serviços do Sistema de Abas-
27	tecimento de Água – SAA e do Serviço de esgotamento Sanitário
28	– SSE no Município de Imbituba/SC. Após a explanação, o Presi-
29	dente colocou em deliberação a aprovação da Minuta do Edital de
30	Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2014.
	Sem manifestações, colocou-se a aprovação da Comissão, sendo
	aprovado por unanimidade. Esgotando-se os assuntos da pauta o
	Presidente, agradeceu a presença de todos e determinou a publi-
	cação do Edital de Chamamento, dando por encerrada a Reunião
	Ordinária da CGPPP.
	Na qualidade de Secretária Executiva do CGPPP, lavro, dato e assino
	a presente, após ser aprovada.

Imbituba, 12 de novembro de 2014.

Zeli Pires	Luciene Martins
Presidente do CGPPP	Secretária Executiva do CGPPP

Cadir Garbelotto Cargnin
Secretário de Governo;

Eduardo dos Passos Nunes
Secretário de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

Sabrina Machado Stefan

es da Silva
Procuradora, membro da Procuradoria-Geral;

Alexandro Tolentino Pamato
Gerente de Saneamento Ambiental

Hector Pacheco Siduro
Engenheiro Civil

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.478.2014**GOVERNO DE
IMBITUBA****LEI COMPLEMENTAR Nº 4.478, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Altera o Plano Regulador e do Uso do Solo configurado no Mapa 11 da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba □PDDSI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Mapa 11, previsto no Parágrafo único, do art. 35, da Lei Complementar n.º 2.623, de 19 de março de 2005, que configura o Plano Regulador e do Uso do Solo, passa a vigorar com a configuração do Mapa 11, Anexo I desta Lei.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina □DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades





CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 051/14**

Ato da Presidência nº 051/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 40ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 24 de novembro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
141	PL nº 4.618/2014	15/10/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2015.	Urgência Especial	2ª	2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 20 de novembro de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 052/14

Ato da Presidência nº 052/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 2ª Sessão Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 27 de novembro de 2014 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PELOM nº 001/2014	11/11/14	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior, Jair Figueiredo Alves, Jesiel Oliveira Antulino, Guilherme Santos Souza, Luís Antônio Dutra, Luiz Cláudio Carvalho de Souza, Rosália Maria de Souza Sgrott, Rui Geraldo Rodrigues e Walfredo Amorim	Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2015.	Urgência Especial	1ª	1ª
157	PL nº 4.632/2014	21/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

158	PL nº 4.633/2014	21/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
-----	------------------	----------	---------------------	-------------------------	--	-------------------	-------	-------

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 21 de novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 053/14

Ato da Presidência nº 053/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial àquelas conferidas pelos Incisos II e XI, do Art. 35, do Regimento Interno, RESOLVE alterar o CALENDÁRIO DE SESSÕES ORDINÁRIAS PARA O MÊS DE DEZEMBRO DE 2014, referente à 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura.

CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2014 (2º Semestre)				
DEZEMBRO				
Nº DE ORDEM				
Anual	Mensal	DIA	Semana	
41ª	1ª	01	Segunda-feira	Sede
42ª	2ª	04	quinta-feira	Sede
43ª	3ª	09	terça-feira	Sede
44ª	4ª	10	quarta-feira	Sede

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato da Presidência nº 050/2014.

Gabinete da Presidência, em 24 de novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 24/11/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

EDITAL CMI Nº 02/2014

EDITAL CMI Nº 02/2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pela alínea a do inciso XIX do art. 35 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba, CONVOCA, na forma do Art. 53, §§ 3º e 4º, da Lei Orgânica Municipal, os Senhores Vereadores em atividade para 01 (uma) Sessão Extraordinária, a ser levada a efeito no dia 27 de novembro de 2014, quinta-feira, no recinto da sala de reuniões da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina - 30ª Subseção de Imbituba, com início às 19:30 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2014 - Dá nova redação ao Art. 59. Da Lei Orgânica Municipal.
2. Projeto de Lei nº 4.632/2014 - Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

3. Projeto de Lei nº 4.633/2014 - Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e dá outras providências.

E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, nesta data, o qual foi dado ciência a todos os interessados.

Imbituba, 21 de novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba
--

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 291/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 291/2013

CONTRATADA: INSTALADORA ELÉTRICA INDAIAL - LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula nona, item 9.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção da rede de iluminação pública.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 13/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 292/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 292/2013

CONTRATADA: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA - LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula nona, item 9.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção da rede de iluminação pública.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 13/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 293/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 293/2013

CONTRATADA: COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO - LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula nona, item 9.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção da rede de iluminação pública.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 13/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 294/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 294/2013

CONTRATADA: LLX - COMERCIAL LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula nona, item 9.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção da rede de iluminação pública.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 13/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 295/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 295/2013

CONTRATADA: INTRAL SA INDUSTRIA E MATERIAIS ELÉTRICOS

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula nona, item 9.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção da rede de iluminação pública.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 13/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 296/2013
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 296/2013

CONTRATADA: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula nona, item 9.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção da rede de iluminação pública.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 13/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 297/2013
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 297/2013

CONTRATADA: LYSING COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula nona, item 9.1, do contrato original, que tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção da rede de iluminação pública.

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 13 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 13/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 197/2014
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 197/2014

CONTRATADA: DE MARCO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração das cláusulas quarta, item 4.1, e oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de um veículo tipo van, 0km, com transformação de ambulância de resgate, para os Bombeiros Voluntários de Indaial. VALOR: R\$180.937,70 (cento e oitenta mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta centavos)

PRAZO: 26 de outubro de 2014 a 29 de janeiro de 2015

ASSINATURA: 24/10/2014

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 214/2014
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 214/2014

CONTRATADA: ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração das cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos de informática em geral.

PRAZO: 10 de novembro de 2014 a 10 de janeiro de 2014

ASSINATURA: 10/11/2014

DECRETO Nº 1153/14

. DECRETO Nº 1153/14

. De 18 de novembro de 2014

Exonera/

JOANNA CRISTINA KARSTEN

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir de 18 de novembro de 2014, do Cargo em Comissão de Chefe Serviços Administrativos (símbolo CC-3), JOANNA CRISTINA KARSTEN, nomeada pelo Decreto 292/13, alterado pelo Decreto 843/14.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial,
em 18 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 18 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO 1154/14

. DECRETO Nº 1154/14

. De 18 de novembro de 2014

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO TRANSPORTE/MAICO MENEGHELLI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, em 19 de novembro de 2014, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Transporte, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 e alterações (símbolo CC-3), MAICO MENEGHELLI, nomeado nos termos do Decreto 250/13.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial,
em 18 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1156/14

. DECRETO Nº 1156/14

. De 21 de novembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH – FOLHA DE PGTº - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01711600	VSE
Valor: (50.000,00)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH – FOLHA DE PGTº - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01001500	VIGILANCIA SANITARIA - MUNI- CIPAL
Valor: (50.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 21 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1157/14

. DECRETO Nº 1157/14

. De 21 de novembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4.928 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03715700	SAPI - E.A.
Valor: (30.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 21 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO 1158/14

. DECRETO Nº 1158/14

. De 21 de novembro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do Município de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5089/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 2.964.000,00 (dois milhões e novecentos e sessenta e quatro reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.00 05.2102.3319000000 00000	01000000	120.000,00

05.001.0012.0361.00 05.2101.3339000000 00000	01010000	64.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2101.3319000000 00000	01180000	560.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2101.3319100000 00000	01180000	320.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2101.3319100000 00000	01010000	500.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2101.3319000000 00000	01010000	1.400.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDIAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.00 05.2101.3319000000 00000	01000000	120.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2102.3339000000 00000	01010000	64.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2102.3319100000 00000	01180000	45.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2102.3319000000 00000	01180000	835.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2102.3319000000 00000	01010000	1.900.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 21 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1160/14

. DECRETO Nº 1160/14
. De 24 de novembro de 2014

Reconhece Despesas de Exercício Anterior

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que devido a troca do sistema IPM de desktop para web, sua vigência será a partir de 12/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial - Fundo Municipal de Saúde, despesas de Exercício Anterior, relativo ao Indaprev - Parte Patronal e Parte Servidor recolhido à menor no período de junho/2009 a set/2013 mais

pagamento de atualização de valores (INPC + 6% a/a) ref. aos dias faltosos ao trabalho e que a parametrização do sistema IPM não estava correta - desconsiderando este valor no cálculo da contribuição previdenciária - segundo apontamento do TCE processo RLA 13/00759906, ofício DMU 2.608 de 13/03/2014 em seu item 3.8. de acordo com a Lei Municipal 4968 de 22/04/2014 em seu art.3º, parágrafo único que ora se regulariza, conforme abaixo:

Nº EMPENHO/EXTRA	CREDOR	VALOR R\$
2695/2014	INDAPREV – Inst. Após. Pensão Serv. Públ. Indaial	888,00
2696/2014	INDAPREV – Inst. Após. Pensão Serv. Públ. Indaial	557,86
2697/2014	INDAPREV – Inst. Após. Pensão Serv. Públ. Indaial	888,33

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 12 de novembro de 2014.

Prefeitura do Município de Indaial, em 24 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 24 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1161/14

. DECRETO Nº 1161/14
. De 24 de novembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4.928 de 20 de dezembro de 2013.
DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUN DE SAÚDE DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0303	SUORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
30.001.0010.0303.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0303.0030.2448	MANUTENÇÃO DO SAPI
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03715700	SAPI - E.A.
	Valor: (20.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 24 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1162/14

. DECRETO Nº 1162/14

.De 24 de novembro de 2014

Reconhece Despesas de Exercício Anterior

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que devido a troca do sistema IPM de desktop para web, sua vigência será a partir de 12/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial - Fundo Municipal de Assistência Social, despesas de Exercício Anterior, relativo ao Indaprev Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores, conforme abaixo:

EMPENHO	O.U	P.A	ELEMENTO/ CTA	VINCULO	DATA EMP	VALOR	RETENÇÃO	VALOR LÍQUIDO
1349/2014	31.01	2500	331919213000000	1000000	12/11/2014	207,33	0,00	207,33
1350/2014	31.01	2500	331909211000000	1000000	12/11/2014	148,00	148,00	0,00

NOTA EXTRA	DATA	CONTA RETENÇÃO	VINCULO	VALOR	RETENÇÃO	VALOR LÍQUIDO
888/2014	12/11/2014	697	1000000	148,00	0,00	148,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 12 de novembro de 2014.

Prefeitura do Município de Indaial, em 24 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 24 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1163/14

. DECRETO Nº 1163/14

. De 24 de novembro de 2014

Cancelamento de Restos a Pagar - Município de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas, as despesa empenhada pela Município de Indaial, e não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2013, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
3491/006/2013	REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE INDAL	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	-	CONVENIO ENCERRADO
3491/007/2013	REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE INDAL	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	-	CONVENIO ENCERRADO
3491/008/2013	REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE INDAL	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	-	CONVENIO ENCERRADO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 24 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 24 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 252

MUNICIPIO DE INDAIAL
Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich
Licitação nº 252/2014.
Pregão Presencial nº 005/2014-37941
Objeto: Contratação de serviços de arbitragem de jogos de futsal para torneio de verão 2015.
Entrega dos envelopes: 09/12/2014 as 09:15h.
Abertura das propostas: 09/12/2014 as 09:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 253/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL
Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich
Licitação nº 253/2014.
Pregão Presencial nº 006/2014-37941
Objeto: Contratação de serviços de segurança desarmada para torneio de verão 2015.
Entrega dos envelopes: 09/12/2014 as 14:15h.
Abertura das propostas: 09/12/2014 as 14:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 254/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL
Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich
Licitação nº 254/2014.
Pregão Presencial nº 007/2014-37941
Objeto: Aquisição de medalhas e troféus para premiação.
Entrega dos envelopes: 10/12/2014 as 09:15h.
Abertura das propostas: 10/12/2014 as 09:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1159/14

. DECRETO Nº 1159/14
. De 24 de novembro de 2014
Instaura Processo Administrativo Especial e designa Comissão.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e de mais dispositivos legais em vigor, e, considerando denúncias efetuadas à Secretaria Municipal de Saúde pela Coordenação do ESF, conforme a correspondência eletrônica datada de 18 de novembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado processo Administrativo Especial para apurar conduta e responsabilidades da servidora GIORDANA BATTISTA DA SILVA, ocupante da função de Médica ESF, contratada nos moldes do Decreto 1563/2008.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão Especial do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Karina Fabrícia Rebelo
- Francisco Nunes
- Humberto Cesário Pereira

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão do Processo Administrativo, podendo, da eventual necessidade, ser prorrogado por igual período.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 24 de novembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 24 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1164/14

. DECRETO Nº 1164/14
. De 25 de novembro de 2014
Estabelece normas e nomeia comissão eleitoral para a eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal do INDAPREV.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o numero reduzido de candidatos inscritos para concorrerem ao Conselho de Administração e Fiscal do INDAPREV, e como medida de simplificação do processo de eleição, bem como redução de custos diante do ocorrido,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado no Decreto 1091/14, que trata do Processo de Eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal do INDAPREV, o artigo 11, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Serão instaladas 02 (duas) urnas fixas para o processo, sendo uma no INDAPREV, para votação dos servidores inativos e

outra no porão da Prefeitura, para os servidores ativos.”

Art. 02. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 25 de novembro de 2014.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 25 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

CONTRATO Nº 258/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 258/2014
Processo Licitatório nº 237/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 021/2014-10430
CONTRATADA: TERRAPLANAGEM ÁGUA VERDE LTDA ME
OBJETO: Execução da recuperação de áreas danificadas por enchentes, inundações deslizamentos, através da execução de enrocamentos de taludes e alas de pontilhões, em 07 pontos de intervenção
PRAZO: 21 de novembro de 2014 a 21 de março de 2015
VALOR: R\$155.278,15 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e quinze centavos)
ASSINATURA: 21/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 344/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 344/2013
CONTRATADA: EDITORA JORNAL DO MÉDIO VALE LTDA
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Correção do prazo do presente contrato, cláusula sétima item 7.1, que tem como objeto a concessão à empresa privada de espaço para exploração publicitária no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters e na realização do Torneio de Verão de Indaial.
PRAZO: 16 de dezembro de 2014 a 16 de dezembro de 2015
ASSINATURA: 16/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 288/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 288/2013
CONTRATADA: TERESINHA MARCELLINO CASTRO SILVEIRA 21890994987
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração das cláusulas terceira, item 3.1, e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a concessão à empresa privada para a exploração de espaço para a realização dos serviços de lanchonete e bar no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters.
VALOR: R\$ 20.640,67 (vinte mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos)
PRAZO: 06 de novembro de 2014 a 06 de novembro de 2015
ASSINATURA: 06/11/2014

LEI Nº 5090

. LEI Nº 5090

. de 25 de novembro de 2014

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 392.055,67 (trezentos e noventa e dois mil e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.00 08.1200.3449000000 00000	01170000	100.000,00
07.001.0022.0661.00 07.1172.3339000000 00000	01000000	90.000,00
05.001.0004.0122.00 05.2117.3339000000 00000	01000000	10.000,00
05.001.0012.0365.00 05.1106.3449000000 00000	01580000	8.000,00
05.001.0012.0365.00 05.1103.3449000000 00000	01580000	55,67
05.001.0012.0361.00 05.2103.3339000000 00000	01580000	8.500,00
05.001.0012.0361.00 05.1104.3449000000 00000	01580000	17.370,66
05.001.0012.0361.00 05.1102.3449000000 00000	01580000	129,34
05.001.0012.0365.00 05.2112.3339000000 00000	01580000	8.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2110.3339000000 00000	01580000	10.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2114.3339000000 00000	01580000	60.000,00
05.001.0012.0361.00 05.1109.3449000000 00000	01580000	80.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.00 08.2201.3339000000 00000	01170000	100.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2100.3339000000 00000	01000000	100.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2107.3339000000 00000	01580000	34.055,67

05.001.0012.0365.00 05.2111.3339000000 00000	01580000	158.000,00
--	----------	------------

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 25 de novembro de 2014

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1165/14

. DECRETO Nº 1165/14

. De 25 de novembro de 2014

Anulação e Suplementação Orçamento Anual do Município de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5090/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 392.055,67 (trezentos e noventa e dois mil e cinqüenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.00 08.1200.3449000000 00000	01170000	100.000,00
07.001.0022.0661.00 07.1172.3339000000 00000	01000000	90.000,00
05.001.0004.0122.00 05.2117.3339000000 00000	01000000	10.000,00
05.001.0012.0365.00 05.1106.3449000000 00000	01580000	8.000,00
05.001.0012.0365.00 05.1103.3449000000 00000	01580000	55,67
05.001.0012.0361.00 05.2103.3339000000 00000	01580000	8.500,00
05.001.0012.0361.00 05.1104.3449000000 00000	01580000	17.370,66
05.001.0012.0361.00 05.1102.3449000000 00000	01580000	129,34
05.001.0012.0365.00 05.2112.3339000000 00000	01580000	8.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2110.3339000000 00000	01580000	10.000,00

05.001.0012.0361.00 05.2114.3339000000 00000	01580000	60.000,00
05.001.0012.0361.00 05.1109.3449000000 00000	01580000	80.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDALIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.00 08.2201.3339000000 00000	01170000	100.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2100.3339000000 00000	01000000	100.000,00
05.001.0012.0361.00 05.2107.3339000000 00000	01580000	34.055,67
05.001.0012.0365.00 05.2111.3339000000 00000	01580000	158.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de novembro)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 14/083

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE.

CT14/083

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Campos Novos, na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 78.511.466/0001-49, neste ato representado pelo Sr Luiz Carlos Spanholi, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto serviços de arbitragem em competições esportivas a serem realizadas no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
03	12	Arbitragem Voleibol	150,00	1.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão executados no Município de Iomerê, nos locais onde foram realizadas as competições esportivas, nos horários a serem definidos, de acordo com a programação das competições a serem elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Departamento de Esportes.

2.2 - Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, deverá disponibilizar profissionais capacitados e que possuam experiência no ramo de arbitragem, de acordo com cada modalidade esportiva descrita no Item 1.1, sem custo de transporte, alimentação e água.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor do contrato é de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

3.2 - O pagamento pelos serviços/objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso

gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2014:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	55

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº. 0011/2014 - Pregão Presencial 0011/2014 e RP 0007/2014.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, despesas com alimentação e deslocamento, dos profissionais que prestarão os serviços objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor de pessoal especializado para prestação dos serviços, nos dias, horários e locais em que acontecerão as competições esportivas, com antecedência mínima de uma hora do início das competições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos

do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

TERMO DE RESC. CONT. Nº 019/2014

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 019/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, Iomerê, SC., ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado Cristiane de Freitas Casagrande, resolvem rescindir o contrato n. CTACT05/14 o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 13 de janeiro de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de Professor III, Contrato n. CTACT05/14.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da manifestação expressa da vontade da servidora, de não mais continuar exercendo as funções para as quais foi contratada, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato conforme cláusula sexta, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 30 de setembro de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 18 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	
Luciano Paganini	Cristiane de Freitas Casagrande
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

TERMO DE RESC. CONT. Nº 020/2014

TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL Nº 0020/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 06.017.462/0001-06, com endereço na Rua Severino José Pasqual, nº 1013, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato nº CT14/038, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 01 de abril de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de anúncios e publicações de matérias institucionais, referentes ao Município de Iomerê, Contrato nº CT14/038.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA - ME

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE RESC. CONT. Nº 021/2014

TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL Nº 0021/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, AGÊNCIA MIRAGE S/C LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 04.065.817/0001-07, com endereço na Rua Conceição, nº 65, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato nº CT14/036, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 01 de abril de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de anúncios e publicações de matérias institucionais, referentes ao Município de Iomerê, Contrato nº CT14/036.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ AGÊNCIA MIRAGE S/C LTDA - ME

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE RESC. CONT. Nº 022/2014

TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL Nº 0022/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 15.808.936/0001-10, com endereço na Rua Genelvira R. Torkatto, nº 60, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato nº CT14/039, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 02 de abril de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de anúncios e publicações de matérias institucionais, referentes ao Município de Iomerê, Contrato nº CT14/039.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE RESC. CONT. Nº 023/2014

TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL Nº 0023/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, EDITORA GRAFICA A COLUNA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 07.829.119/0001-10, com endereço na Rua Padre Biagio Simonetti, nº 515, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato nº CT14/040, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 02 de abril de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de anúncios e publicações de matérias institucionais, referentes ao Município de Iomerê, Contrato nº CT14/040.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

EDITORA GRAFICA A COLUNA LTDA ME

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE RESC. CONT. Nº 024/2014
TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL Nº 0024/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, EDITORA A TRIBUNA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 15.044.169/0001-10, com endereço na Rua Alvisé Cالدart, nº 98, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato nº CT14/050, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 14 de abril de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de anúncios e publicações de matérias institucionais, referentes ao Município de Iomerê, Contrato nº CT14/050.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ EDITORA A TRIBUNA LTDA - ME

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO DE RESC. CONT. Nº 025/2014
TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL Nº 0025/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, ARES GRÁFICA & EDITORA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 08.628.783/0001-64, com endereço na ROD. SC 453 - Km 26,5, Interior, na cidade de Arroio Trinta - SC., resolvem rescindir o contrato nº CT14/052, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 09 de maio de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de anúncios e publicações de matérias institucionais, referentes ao Município de Iomerê, Contrato nº CT14/052.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão de a existência de interesse público, mormente na contenção de despesas, a fim de ajustar as contas de final de

exercício, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato informado na cláusula primeira, pelo que a contratada renuncia qualquer direito decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 03 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ ARES GRÁFICA & EDITORA LTDA - ME

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA - CT14/002

TA14/010

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT14/002, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$ R\$
1	Litro	Gasolina Comum	IPIRANGA	3,10

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 17 de novembro de 2014.
Luciano Paganini Auto Posto Capricho Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA - CT14FMS/001

TA14/011

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, 530, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT14FMS/001, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
1	Litro	Óleo diesel	IPIRANGA	2,59
2	Litro	Gasolina Comum	IPIRANGA	3,10

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 17 de novembro de 2014.
Luciano Paganini Auto Posto capricho Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 14/012

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT130013 QUE, ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EDITORA POSITIVO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA:

TA14/012

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Rech, nº 500, Centro, na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato, representada por sua procuradora, Sra. Acedriana Vicente Sandi, portadora do RG nº 2530173-SSP/SC e inscrita no CPF nº 730.153.859-68, conforme instrumento de procuração, que segue anexo, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Termo Aditivo ao Contrato CT130013, referente ao fornecimento de material didático, devidamente autorizado pelo Processo de Inexigibilidade nº. 01/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO PARA 2015 - O presente Aditivo tem, por objeto a prorrogação da vigência contratual até 31/12/2015, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS QUANTIDADES E VALORES 2015 - Em decorrência do convencionado na cláusula anterior, estima-se para o ano letivo de 2015, as quantidades e valores unitários descritos abaixo:

Ano: 2015	Quantidades - Estimativa de alunos 2015					Valores		
SÉRIE	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	TOTAL	Valor Unitário bimestre	Coleção 2015	TOTAL
GRUPO 1	0	0	0	0	0	206,29	206,29	R\$ -
GRUPO 2	0	0	0	0	0	209,29	206,29	R\$ -
GRUPO 3	25	0	25	0	50	136,08	272,16	R\$ 6.804,00
GRUPO 4	30	30	30	30	120	68,04	272,16	R\$ 8.164,80
GRUPO 5	38	38	38	38	152	68,04	272,16	R\$ 10.342,08
1º ANO eixos	30	30	30	30	120	73,62	294,48	R\$ 8.834,40
2º ANO	34	34	34	34	136	73,62	294,48	R\$ 10.012,32
3º ANO	34	34	34	34	136	73,62	294,48	R\$ 10.012,32
4º ANO	35	35	35	35	140	73,62	294,48	R\$ 10.306,80
5º ANO	34	34	34	34	136	73,62	294,48	R\$ 10.012,32
6º ANO	20	20	20	20	80	77,78	311,12	R\$ 6.222,40
7º ANO	47	47	47	47	188	77,78	311,12	R\$ 14.622,64
8º ANO	33	33	33	33	132	77,78	311,12	R\$ 10.266,96
9º ANO	38	38	38	38	152	77,78	311,12	R\$ 11.822,56
TOTAL	398	373	398	373	1542			117.423,60

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACRÉSCIMO - A estimativa de quantidade para o ano letivo de 2015, representa a possibilidade de um acréscimo de 4,2836% (quatro vírgula vinte e oito por cento) em relação ao Contrato de Origem.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A previsão de acréscimo a que se refere esta cláusula é decorrente da mera estimativa do número de matrículas na Rede Municipal de Ensino para o ano de 2015, podendo ser utilizado ou não no decorrer do ano, conforme a demanda de alunos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Até o presente momento, foram utilizados 4,7646% (quatro vírgula setenta e seis por cento) de acréscimo, conforme Segundo Termo Aditivo ao contrato CT130013 realizado, de modo que a consagração ou majoração do novo acréscimo previsto para 2015 atende ao limite legal autorizado no art. 65, § 1º da lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR GLOBAL - O valor global do presente contrato para o ano letivo de 2015, fica estimado em R\$ 117.423,60 (cento e dezessete mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos), considerando o valor atualizado pelo Terceiro Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE FUTURO - Conforme Cláusula Décima Primeira do Contrato original CT130013, firmado em 29/01/2013, os valores unitários serão reajustados a partir de 30/01/2015 com base na variação do INPC ocorrida no período de 29/01/2014 a 29/01/2015, com índice a ser obtido no mês de janeiro de 2015, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com a execução deste instrumento correrão às expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/ Atividade	Nome do Projeto/ Atividade	Elemento	Descrição do elemento	Despesa	Fonte
2021	Manutenção do Ensino Fundamental	33903046	Material Bibliográfico	024	0136

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS HORAS DE CURSO E ASSESSORIA PEDAGÓGICA - Diante da estimativa de alunos previstos para 2015 e o retorno do atendimento da Educação Infantil, a Cláusula Décima Segunda, Parágrafo Único, passará a vigorar com a seguinte alteração para o próximo ano letivo:

Cursos de Metodologia	60 horas
Assessoria Pedagógica e atendimentos para Equipes Docente e Técnica	08 horas
TOTAL ANUAL DE CURSOS E ATENDIMENTOS	68 HORAS

CLÁUSULA OITAVA - Ajusta-se igualmente a alteração da cláusula terceira do contrato ora aditado, a fim de que sejam observados, para o ano letivo de 2015, os seguintes períodos de comercialização:

BIMESTRE	PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO
1º Bimestre	17/11/2014 a 19/03/2015
2º Bimestre	02/03/2015 a 30/04/2015
3º Bimestre	11/05/2015 a 23/07/2015
4º Bimestre	03/08/2015 a 15/10/2015

CLÁUSULA NONA - DA RATIFICAÇÃO - Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E por estarem assim justas e combinadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Iomerê, 17 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	EDITORA POSITIVO LTDA.
CONTRATANTE LUCIANO PAGANINI	CONTRATADA ACEDRIANA VICENTE SANDI

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO Nº 14/001 - FMAS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
NÃO-RESIDENCIAL

Pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de LOCADOR e doravante assim designado, PROVÍNCIA CAMILIANA BRASILEIRA, inscrita no CNP/MF sob o n. 52.029.139/0001-61, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Pompeia, nº 888, bairro Perdizes, neste ato representada por seu procurador, ANDRÉ LUIZ GIOMBELLI, brasileiro, solteiro, religioso, portador da cédula de identidade RG n. 3.180.646 e inscrito no CPF/MF sob o número 898.227.819-20, residente e domiciliado na Rua São Luiz, nº 355, Iomerê/SC.

E,
de outro lado, na qualidade de LOCATÁRIO e doravante assim designado, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ/MF sob o número 01.612.744/0001-20, sediado na Avenida Pedro Penso, nº 530, através do Sr. Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 2.249.279 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n. 868.603.139-00.

Por este Instrumento particular, e por força dele, as partes entre si justas e contratadas, já qualificadas anteriormente, resolvem de comum acordo firmar a presente Locação, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

1. IMÓVEL

1.1 O LOCADOR declara ser legítimo proprietário e possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, do imóvel consistente na casa sediada na Rua São Luiz, nº 355 - Iomerê/SC - CEP 89558-000, anexa ao Seminário Camiliano instalado no mesmo terreno.

1.2 O IMÓVEL e seus acessórios são entregues nas condições descritas no "Laudo de Vistoria", devidamente firmado pelas partes, documento que integra o presente contrato.

1.3 O LOCATÁRIO utilizará o IMÓVEL, nos termos do presente instrumento, exclusivamente para fins comerciais.

2. PRAZO DE LOCAÇÃO

2.1.1 Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, o LOCADOR dá em locação ao LOCATÁRIO o IMÓVEL descrito e caracterizado acima, pelo prazo de 12 (doze) meses, com início na data de 10/11/2014 e término em 10/11/2015, quando o LOCATÁRIO obriga-se a restituí-lo, totalmente livre de pessoas e coisas, em

perfeito estado de conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso normal, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

2.1.2 Se, por qualquer circunstância, o LOCATÁRIO permanecer no imóvel locado, terminado o prazo da locação, sem que haja renovação, a presente locação ficará prorrogada à indeterminação, sendo aplicáveis todas as demais cláusulas e condições deste Contrato, principalmente, às relativas ao reajuste e à revisão do aluguel, até a efetiva entrega do Imóvel, sem que tal fato implique, de qualquer forma, novação, ou renúncia de qualquer direito, especialmente da prerrogativa de sua retomada.

2.1.3 Com um mínimo de 15 (quinze) dias antes do término do presente Contrato de Locação, as partes farão uma vistoria no IMÓVEL, para verificar se, eventualmente, existem itens que deverão ser consertados pelo LOCATÁRIO, para adequar o IMÓVEL às condições constantes do Laudo de Vistoria, ressalvadas, os desgastes decorrentes de uso normal. Depois desta vistoria, o LOCATÁRIO deverá realizar os eventuais reparos até a data determinada para a devolução do IMÓVEL, bem como entregar o IMÓVEL devidamente pintado, limpo e desembaraçado de pessoas e coisas, na forma que o está recebendo, sob pena de, não o fazendo, arcar com os custos dos reparos que o LOCADOR venha a efetuar.

2.1.4 É permitido ao LOCADOR vistoriar o imóvel locado, a seu juízo e critério, cada vez que julgar necessário, estabelecendo para tanto horário em que o LOCATÁRIO se encontre no imóvel.

3. ALUGUEL - REAJUSTES

3.1 O aluguel mensal inicial é de R\$1.100,00 (hum mil e cem reais), que deverão ser pagos através de depósito bancário, na conta corrente nº 029995-2, agência 0384 do Banco Bradesco, comprometendo-se o LOCATÁRIO a pagar integralmente as despesas bancárias resultantes deste pagamento, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido.

3.2 O valor do aluguel acima estipulado será reajustado anualmente, de acordo com a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, desde a data de assinatura do presente contrato.

3.3 No entanto, fica estipulado entre as partes que, na hipótese de a lei vir a permitir uma periodicidade menor, respeitada a mensal, ainda que no curso do presente contrato, as partes desde logo a adotarão.

3.4 O LOCATÁRIO deverá pagar o aluguel mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês, subsequente, ao do período da locação vencido. Os demais encargos também deverão ser pagos mensalmente, nas suas respectivas datas de vencimento.

4. ENCARGOS

4.1 O LOCATÁRIO obriga-se a pagar, diretamente, a quem de direito, as despesas ordinárias de impostos, taxas, seguro contra incêndio e danos ao imóvel e despesas de consumo originadas pelas áreas privativas objeto desta locação, ainda que não incluídas na taxa condominial.

5. SUBLOCAÇÃO / CESSÃO / EMPRÉSTIMO / DIREITO DE PREFERÊNCIA

5.1 O LOCATÁRIO não poderá sublocar, ceder e/ou emprestar, total ou parcialmente, o IMÓVEL objeto deste instrumento, nem tampouco transferir o presente contrato a terceiros, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.

Parágrafo primeiro:

Constitui uma faculdade do LOCADOR a alienação a qualquer tempo, objeto desta locação a terceiros, hipótese em que, não exercendo o LOCATÁRIO o seu direito de preferência, dentro do prazo legal, esta se obrigará a permitir a visita de pretendentes à compra do IMÓVEL, em horários previamente estabelecidos, até a efetiva concretização da venda, sempre em companhia de um representante do LOCATÁRIO.

Parágrafo segundo:

Fica convencionado que, para os fins do artigo 8º da Lei n.º 8245/91 e do artigo 576 do Código Civil Brasileiro, na hipótese

de alienação do IMÓVEL, sujeitar-se-á, o adquirente, a todos os termos e condições deste contrato de locação, sendo, inclusive responsabilidade do LOCADOR, inserir cláusula nesse sentido no instrumento correspondente.

Parágrafo terceiro:

O LOCADOR concorda e autoriza, desde já, que o presente contrato seja registrado na respectiva matrícula do Cartório de Registro de Imóveis competente, correndo essas despesas por conta do LOCATÁRIO.

6. PENALIDADES

6.1 O não pagamento do aluguel em seus respectivos vencimentos, obrigará o LOCATÁRIO ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor corrigido monetariamente na forma deste contrato, "pro rata" pelos dias de atraso, bem como honorários advocatícios na proporção de 20% do valor total do débito, sem prejuízo da propositura de competente ação de despejo por falta de pagamento e de quaisquer outros direitos do LOCADOR, observado o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei 8.245/91.

6.2 Fica estipulada penalidade equivalente ao valor de 03 (três) aluguéis vigentes à época da infração, devida pela parte que infringir qualquer cláusula deste contrato, que não implique em uma multa específica para a hipótese.

6.3 Todas as obrigações decorrentes deste instrumento serão exigíveis nos prazos e formas, ora convencionados, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, importando sua infração na rescisão de pleno direito do presente contrato, sujeitando-se a parte infratora, além das penalidades previstas em lei, àquelas previstas no presente contrato.

7. RESCISÃO

7.1 Por outro lado, caso o LOCATÁRIO venha a solicitar a rescisão antecipada do presente contrato, deverá notificar o LOCADOR, com 90 (noventa) dias de antecedência, caso não o faça da forma e no período estipulado, deverá fazer o pagamento da multa compensatória equivalente a 03 (três) aluguéis vigentes na ocasião, sem prejuízo do correto pagamento de aluguel e encargos da locação devidos nestes 90 (noventa) dias.

7.2 Em qualquer hipótese, a solicitação de rescisão sem a observância de antecedência mínima estabelecida nas cláusulas anteriores, configurará infração contratual, sujeita à aplicação da penalidade antes prevista, sem prejuízo do pagamento da multa prevista na cláusula 8.1.

7.3 Em caso de incêndio ou qualquer outro acidente de natureza grave que impossibilite a continuidade das operações do LOCATÁRIO, desde que não seja por sua culpa, ficará facultado a esta rescindir a locação, sem que nenhuma das partes incorra nas penalidades acima previstas.

8. NOVAÇÃO

8.1 O exercício de forma diversa ou o não exercício de qualquer direito ou faculdade estabelecidos neste contrato, ou assegurados por lei, não serão considerados novação de seus termos, nem precedente para desobrigar as partes dos deveres aqui assumidos.

9. DIREITO DE VIZINHANÇA

9.1 O LOCATÁRIO obriga-se a respeitar e a fazer cumprir por seus prepostos e usuários as normas relativas ao direito de vizinhança, especialmente para que não venha a perturbar a ordem do Seminário Camiliano anexo ao imóvel locado.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As obrigações pecuniárias assumidas neste instrumento serão quitadas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária: 3390.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O LOCATÁRIO, salvo as obras que importem na segurança do IMÓVEL locado, obriga-se por todas as outras, devendo trazê-los em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos de iluminação, pintura e demais acessórios, em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim restituí-los, quando findo

ou rescindido este contrato, ressalvado o desgaste normal de uso. 11.2 O LOCATÁRIO poderá fazer, mediante autorização prévia e expressa do LOCADOR, qualquer modificação que necessitar para adaptar o IMÓVEL às suas atividades, desde que não impliquem em mudança na estrutura do mesmo e não comprometam as atividades do Seminário Camiliano anexo ao imóvel objeto deste contrato, devendo devolvê-lo, ao término do prazo de locação, em perfeito estado, sem as modificações porventura realizadas, caso assim exija o LOCADOR.

11.3 Será de exclusiva responsabilidade do LOCATÁRIO, a obtenção de todas as licenças e autorizações relativas às atividades que venha a desenvolver no IMÓVEL, correndo todas as despesas decorrentes das mesmas às suas expensas, comprometendo-se o LOCADOR a fornecer, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, os documentos relativos ao imóvel que, eventualmente, venham a ser solicitados pelo órgão competente, no processo de obtenção das licenças e autorizações aqui referidas.

11.4 As partes responderão unilateralmente, por todas as sanções que lhes possam ser aplicadas em decorrência de infrações das Normas de qualquer natureza e deste contrato que venham a cometer, evitando qualquer prejuízo para a parte inocente, isentando-a de quaisquer responsabilidades.

11.5 As despesas com o registro deste instrumento serão de responsabilidade do LOCATÁRIO.

12. FORO

As partes elegem o foro da Comarca da cidade de Videira/SC, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 10 de Novembro de 2014.

PROVÍNCIA CAMILIANA BRASILEIRA

LOCADORA

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOCATÁRIO

Testemunhas:

Nome: `

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO Nº 14/001-A - FMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSELHEIRO TUTELAR - CT14FAS001

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, do Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominada de CONTRATANTE e JACIR ANTONIO FAPPI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 794.257.719-87 e portadora da RG nº 2.666.234, residente e domiciliado a Rua Antonio Breda, Centro, Iomerê(SC), doravante denominada de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços que se regerá pelo disposto neste contrato, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, nas Leis Municipais nº 043/97 e 044/97 e editais pertinentes, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito no que mais couber, regendo-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Conselheiro Tutelar, de conformidade com a legislação federal, estadual e municipal pertinentes, em especial o artigo 20 da Lei Municipal

nº 044/97.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados mediante comparecimento pessoal na sede do Conselho Tutelar, semanalmente das 08h00 as 12h00 e das 13h30 às 17h30 e plantão em sua residência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

O valor mensal a ser pago a CONTRATADA pela prestação dos serviços será de 1,8 (um vírgula oito) SMM (salários mínimos municipais).

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá vigência a partir de 17 de novembro, quando deverá ser iniciada a prestação de serviço e terá duração conforme o prazo estipulado no edital de eleição ao cargo.

CLÁUSULA SETIMA: DA FISCALIZAÇÃO

Os serviços contratados serão fiscalizados pelo CONTRATANTE através da Secretaria de Saúde e Ação Social, sempre que se julgar necessário.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

Os trabalhos objeto do presente contrato serão prestados pela CONTRATADA na condição de profissional liberal e não gerarão nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

§ 1º. A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 2º. A CONTRATADA obriga-se a manter durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.

§ 3º. O presente contrato decorre de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XXIV da Lei nº 8.666/93, por ser a CONTRATADA eleita nos termos das Leis nº 043/97 e 044/97.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outros preceitos legais e regulamentares sobre o assunto, firmando em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Iomerê(SC), 14 de novembro de 2014.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF :

CPF :

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

HOMOLOGAÇÃO ESCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2014 - TP
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 52/2014 Data do Processo: 30/09/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2014
b) Licitação Nr.: 3/2014-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 19/11/2014
e) Data da Adjudicação: 19/11/2014 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA - EPP (396)

1 CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA - CONFORME PROJETOS NO EDITAL	SRV	1,00	0,0000	833.744,70	833.744,70
				Total do Fornecedor:	833.744,70
				Total Geral:	833.744,70

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.002.4.4.90.00.00.00.00 (25) Saldo: 204.390,50

Iomerê, 19 de Novembro de 2014.

Luciano Paganini
Prefeito

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.112 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.768,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do art. 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 87, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 1.768,00.

TOTAL GERAL
R\$ 1.768,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da transposição de recursos da seguinte dotação orçamentária:

I - Código reduzido 88, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 33710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 1.768,00.

TOTAL GERAL R\$ 1.768,00	
--------------------------	--

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 24 de novembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 24 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.113 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 107.752,96.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 3, Projeto 2.007 - Ações de Parcerias para o Fortalecimento do Municipalismo, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 6.000,00.

II - Código reduzido 23, Projeto 0.004 - Contribuição para a Formação do PASEP, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 20.000,00.

III - Código reduzido 39, Projeto 2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 6.000,00.

IV - Código reduzido 43, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 12.000,00.

V - Código reduzido 44, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 15.000,00.

VI - Código reduzido 73, Projeto 2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 9.000,00.

VII - Código reduzido 72, Projeto 2.052 - Gestão das Ações de Vigilância e Inspeção Sanitária - SIF e SIM, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 3.000,00.

VIII - Código reduzido 83, Projeto 2.095 - Assistência Social Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 2.000,00.

IX - Código reduzido 87, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 1.232,00.

X - Código reduzido 91, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 44710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 13.520,96.

XI - Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 20.000,00.

TOTAL GERALR\$ 107.752,96

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 54.752,96.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, §

1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 21.000,00.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 20.000,00.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 12.000,00.

TOTAL GERALR\$ 107.752,96

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 24 de novembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 24 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.114 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 170.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 41, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.3.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 90.000,00.

II - Código reduzido 42, Projeto 2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.3.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 80.000,00.

TOTAL GERALR\$ 170.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 170.000,00

TOTAL GERAL R\$ 170.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 24 de novembro de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 24 de novembro de 2.014

Valdir zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2719/2014

Decreto nº 2.719/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	
2.003 – Manutenção de Convênios e Defesa Civil	
4.4.90.00.00.00.00.00.0203 (20) Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
T O T A L R\$ 1.500,00	

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	
2.003 – Manutenção de Convênios e Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00.00.3203 (176) Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
T O T A L R\$ 1.500,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2720/2014

Decreto nº 2.720/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (50)	R\$ 2.000,00
Aplicações Diretas	
T O T A L R\$ 2.000,00	

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (51)	R\$ 2.000,00
Aplicações Diretas	
T O T A L R\$ 2.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

PREGÃO Nº 164/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 164/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 164/2014, cujo objeto é a aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade, para o ano de 2015. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 08 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.939, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.939, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro do ano 2015, estima à receita em R\$ 48.411.129,00 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e onze mil, cento e vinte e nove reais), (-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB R\$ 5.809.244,00 (cinco milhões, oitocentos e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais) = R\$ 42.601.905,00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e um mil, novecentos e cinco reais), fixa a despesa em R\$ 42.601.905,00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e um mil, novecentos e cinco reais).

Art. 2º - A Receita do Orçamento do Município de Itapiranga, esta estimada com a seguinte classificação:

POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES R\$ 42.422.765,00
- Receitas Tributárias R\$ 4.543.700,00
- Receitas de Contribuições R\$ 699.600,00
- Receita Patrimonial R\$ 196.884,00
- Receita Agropecuária R\$ 3.180,00
- Receita de Serviços R\$ 2.714.000,00
- Transferências Correntes R\$ 33.926.201,00
- Outras Receitas Correntes R\$ 339.200,00

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 179.140,00
- Operações de Crédito R\$ 9.540,00
- Alienação de Bens R\$ 19.080,00
- Amortização de Empréstimos R\$ 42.400,00

- Transferências de Capital R\$ 108.120,00
TOTAL R\$ 42.601.905,00

Art. 3º - As Despesas do Município de Itapiranga serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, observando a classificação institucional, funcional programática e natureza da seguinte forma:

POR ÓRGÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

01 - PODER EXECUTIVO R\$ 32.545.878,14 76,40%
02 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 558.709,30 1,31%

03 - SECRET. .MUNIC. ADMINISTRAÇÃO
OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 9.728.935,35 22,84%
Administração R\$ 3.791.320,94 8,90%
Saneamento R\$ 3.870.060,00 9,08%
Urbanismo R\$ 1.972.154,41 4,63%
Defesa Civil R\$ 95.400,00 0,22%

04 - SECRET. FAZENDA, PLANEJAMENTO, DESENV.
ECONÔMICO E TURISMO R\$ 3.559.949,02 8,36%

06 - SEC.MUNIC.DE EDUC.CULT.ESPORTE R\$ 11.586.611,59 27,20%
Ensino Fundamental R\$ 7.144.231,62 16,77% Educação Infantil R\$ 3.196.817,10 7,50%
Outras Fontes R\$ 1.245.562,87 2,92%

08 - SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES R\$ 2.700.207,59 6,34%

09 - FUNDO MUNIC. DE AGRICULTURA E
MEIO AMBIENTE R\$ 2.244.295,17 5,27%

10 - FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL R\$ 1.080.420,00 2,54%

11 - FUNDO MUNIC. DA INF. E ADOLESC. R\$ 280.771,53 0,66%

12 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DA OBM
FUNREBON DE ITAPIRANGA R\$ 212.000,00 0,50%

13 - FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO
E INTERESSE SOCIAL R\$ 80.552,73 0,19%

14 - SECRET. MUNIC. DA IND. COM. PREST.
DE SERV. E TURISMO R\$ 383.425,86 0,90%

90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 130.000,00 0,31%

02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 8.649.526,86 20,30%
01 - Fundo Municipal de Saúde R\$ 8.649.526,86 20,30%

03 - PODER LEGISLATIVO R\$ 1.406.500,00 3,30 %
01 - Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.406.500,00 3,30 %

TOTAL R\$ 42.601.95,00 100,00%

POR CATEGORIA ECONÔMICA

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA R\$ 32.545.878,14

I - DESPESAS CORRENTES R\$ 30.899.168,06
II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 1.516.710,08
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 130.000,00

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 8.649.526,86 I - DESPESAS
CORRENTES R\$ 8.549.259,89
II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 100.266,97

3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 1.406.500,00 I -
DESPESAS CORRENTES R\$ 1.366.500,00
II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 40.000,00

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa R\$ 1.406.500,00
04 - Administração R\$ 6.506.727,06
06 - Segurança Pública R\$ 307.400,00
08 - Assistência Social R\$ 1.361.191,53
10 - Saúde R\$ 8.649.526,86
12 - Educação R\$ 10.878.796,72
13 - Cultura R\$ 72.875,00
15 - Urbanismo R\$ 1.482.169,41
16 - Habitação R\$ 80.552,73
17 - Saneamento R\$ 3.870.060,00
20 - Agricultura R\$ 2.244.295,17
22 - Indústria R\$ 331.527,54
23 - Comércio de Serviços R\$ 51.898,32
25 - Energia R\$ 487.600,00
26 - Transporte R\$ 2.700.207,59
27 - Desporto e Lazer R\$ 634.939,87
28 - Encargos Especiais R\$ 1.535.637,20 TOTAL R\$ 42.601.905,00

CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01 - Execução da Ação Legislativa R\$ 1.406.500,00
10 - Supervisão e Coordenação Administrativa R\$ 3.723.480,94
14 - Serviços de Trânsito R\$ 47.700,00
18 - Administração Rec. Financeiros Municipais R\$ 2.024.311,82
42 - Assistência Social Geral R\$ 1.080.420,00
47 - Assistência Básica R\$ 280.771,53
66 - Acesso, Manut. e Qualific. Ensino Fundamental R\$ 6.342.131,62
68 - Acesso Manutenção e Qualificação Ensino Médio R\$ 302.100,00
70 - Acesso Manut. e Qualificação Ensino Infantil R\$ 3.196.817,10
73 - Desenvolvimento da Cultura e Desporto Amador R\$ 624.074,87
76 - Melhoramento Infra-estrutura Urbana R\$ 1.983.814,41
77 - Política Habitacional R\$ 80.552,73
79 - Saneamento Geral R\$ 3.870.060,00
107 - Promoção Agrícola R\$ 1.867.995,17
128 - Amortização e Encargos da Dívida Interna R\$ 1.535.637,20
130 - Reserva de Contingência R\$ 130.000,00
131 - Promoção da Ind., Com. e Prest. de Serviços R\$ 331.527,54
133 - Saúde Básica R\$ 8.649.526,86
134 - Merenda Escolar R\$ 516.548,00
140 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 558.709,30
141 - Defesa Civil R\$ 307.400,00
142 - Ensino Superior R\$ 21.200,00
145 - Desenvolvimento da Pecuária R\$ 360.400,00
147 - Constr. Pavilhão Viveiro Mudás/Casa Agric. R\$ 15.900,00
149 - Manut. das Ativ. da Secr. de Transportes R\$ 2.639.787,59
150 - Construção de Pontes e Pontilhões R\$ 55.120,00
151 - Abrigos de Passageiros R\$ 5.300,00
153 - Manut. da Bibliot. e Museu Público Munic. R\$ 72.080,00
160 - Obras de Infraestrutura Turística R\$ 6.360,00
161 - Aquisição de Equipamento e Mat. Permanente R\$ 11.660,00
162 - Apoio a Indústria, Com. E Prest. Serviços R\$ 45.538,32
163 - Humanização de Centros Comunitários R\$ 8.480,00
164 - Terreno para Construção de Escola R\$ 500.000,00
TOTAL R\$ 42.601.905,00

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal poderá contratar Operações de Créditos, desde que atenda os dispostos nos artigos 29, 30 e 31 da Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 5º - Os Recursos da Reserva de Contingência estão fixados de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão destinados por Ato do Poder Executivo através de Decreto, para atendimentos a passivos contingentes, conforme determina a Lei 101/2000.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos

do Artigo 7º da Lei nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de trinta e cinco por cento da Receita Estimada para o orçamento da unidade gestora, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - superávit financeiro do exercício anterior;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 7º - Os recursos disponíveis do excesso de arrecadação no período em que houver, serão destinados, através de Decreto do Poder Executivo, ao reforço de dotações orçamentárias insuficientes.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior, se houver, para suplementação de dotações orçamentárias através de Decreto.

Art. 9º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento ou transferência das fontes de financiamento das referidas despesas alocadas para execução no ano financeiro de 2015, dentro da mesma Unidade Orçamentária, buscando readequá-los de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso, observando o disposto no artigo 167, VI da Constituição federal.

Art. 11. Igualmente fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento, transferência e substituição de fontes de financiamento das referidas despesas alocadas para execução no ano financeiro de 2015, à de Recursos Próprios do de Transferências Constitucionais e legais, dentro das mesmas Unidades Orçamentárias, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio a suplementação dos recursos provenientes do Inciso IV do art. 6º da presente lei.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. - Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

LEI Nº 2.941, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.941, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Total: 200.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1023 - Construção, Ampliação e Manutenção dos Postos de Saúde e CAPS

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

LEI Nº 2.940, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.940, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica O Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0140.2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 14.820,00

03.02 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento
17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 57.500,00

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo
15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 21.800,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

06.02 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Educação Infantil
12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 252.349,05
31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00
31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.604,54

12.365.0070.1021- Construção e Manut. de Escolas de Educação Infantil
44.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.600,63

09.01 - Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

10.01 - Fundo Municipal da Assistência Social Geral
08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
Total: 617.674,22

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.01 - Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos
04.122.0010.1033 - Construção de Prédios Públicos
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

03.03- Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos - Urbanismo
06.182.0141.2014 - Man. das Atividades do Fundo de Enfrentamento a Desastres-FMED
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 62.593,96
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

04.01- Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
04.123.0018.2013 - Manutenção das Atividades da Secret. da

Fazenda
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

28.843.0128.8001 - Amortização da Dív. Contr. Juros e Encargos da Dív. Pública
32.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00
46.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 232.400,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
44.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00
44.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.205,17

06.02 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Educação Infantil
12.365.0070.1021- Construção e Manut. de Escolas de Educação Infantil
44.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

06.03 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Outras Fontes
27.812.0073.2022 - Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esporte
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0149.1032 - Ampliação e Reforma da Garagem e Oficina
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

26.782.0149.2043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

13.01 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
16.482.0077.1004 - Construção e Reforma de Casas Populares/Banheiros
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 18.475,09
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 48.000,00
Total: 617.674,22

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 222, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 222, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 156/2014, de 04/11/2014 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, THIAGO ROHDEN e NELSON ANTONIO ARENHARDT para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 156/2014, de 04/11/2014, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 20/11/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 19 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretario Municipal de Administração

DECRETO Nº 223, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 223, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104- Recursos Ordinários, no valor de R\$ 25.000,000 (vinte cinco mil reais) :

03.01 - Secretária Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

04.181.0014.2007 - Convênio de Transito

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 20 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 226 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 226 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Declara de Utilidade Pública bens imóveis para fins de desapropriação por via amigável ou judicial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no inciso XIII artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a alínea "m" do artigo 5º e o artigo 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941 e, CONSIDERANDO o interesse público no atendimento à população de maneira homogênea, tanto da área urbana quanto da rural; CONSIDERANDO o estudo de demanda realizado pela Secretaria Municipal de Educação para fins de atendimento ao público alvo em educandários; CONSIDERANDO a área de expansão urbana localizada na Linha Santa Fé Alta, neste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de aquisição por desapropriação direta, extrajudicial, ou judicial a área remanescente do lote nº 18-A, da Linha Santa Fé, situado no município de Itapiranga SC, o IMÓVEL: Lote Rural nº 18-A1, da Linha Santa Fé, formado por parte do lote rural nº 18-A, situado no município de Itapiranga, com área de 57.995,12 m², sem benfeitorias, confrontando: ao NORTE, em 210,00 metros, com o lote rural nº 13, e em 173,00 metros com o lote rural nº 12; ao LESTE, em 8,00 metros, com o Lote Rural nº 18-A2, em 117,71 metros com o lote rural nº 18-B e em 51,256 metros, com o lote rural nº 18-C; ao SUL, em 325,053 metros, com o Lote Rural nº 18-C; ao OESTE, em 163,50 metros, com o travessão da Linha Cotovelo.

Art. 2º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações previstas no artigo 685 do Código de Processo Civil, fica o Município autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão provisória na posse dos imóveis de que trata este Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 21 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios e demais jornais de circulação local.

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 228, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 228, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.941, de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2014:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,0033.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Total: 200.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.1023 - Construção, Ampliação e Manutenção dos Postos de Saúde e CAPS

44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 25 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga - SC, juntamente com o Conselho da Cidade de Itapiranga SC, COMUNICAM a população, em especial às entidades representantes dos segmentos da sociedade civil organizada, que será realizada Consulta Pública com o objetivo de debater e receber propostas escritas, através de abaixo assinados e propostas de entidades, de 1º de dezembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, para alteração do Plano Diretor Participativo, compreendendo as seguintes Leis Complementares:

LEI COMPLEMENTAR N.º 49/2012 - INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

LEI COMPLEMENTAR N.º 50/2012 - INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 51/2012 - INSTITUI A LEI DE USO,

OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

LEI COMPLEMENTAR N.º 52/2012 - CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA - CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Itapiranga - SC - SC, 20 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal em Exercício

Jair Antonio Immig

Presidente Câmara Vereadores

Félix Sausen

Presidente do Conselho da Cidade

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL CONVITE Nº32/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 01/12/2014 às 09h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 32/2014 - PROCESSO Nº 151/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a execução de 453,51m² de pavimentação em bloco sextavado, no pátio externo da Escola Ayrton Senna, no Balneário Jardim Pérola do Atlântico, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br. Para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura, especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 17 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº67/14 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº12/13

TERMO ADITIVO Nº67/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretaria de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, e, de outro lado, a empresa SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A, com sede à Avenida Getulio Vargas, nº 408, Centro, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.483.230/0001-86, representada neste ato pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. LUIZ ANTONIO SELBACH, portador do CNPF/MF nº 199.649.948-34 e do CI.RG nº 1.478.181 SSP/SC, ajustam o presente aditivo contratual, que visa prorrogar o prazo de vigência da Locação de uma máquina fotocopadora para prestação de serviços reprográficos à Prefeitura Municipal de Itapoá nos termos do art. 24, II, e art. 62, caput, da Lei 8.666/93, pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº

12/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), resultando em um valor total de R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 12/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 12/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A LUIZ ANTONIO SELBACH
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 68/2014

TERMO ADITIVO Nº 68/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. SILVIO SARMENTO, portador do CNPF/MF nº 885.610.209-97, residente a Rua Paraná, nº 507, Bairro: Centro, na cidade de Barra Velha/SC, CEP: 88.390-000, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 01/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da

Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.983,33 (um mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), resultando em um valor total de R\$ 23.799,96 (vinte e três mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 01/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 01/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR SILVIO SARMENTO
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 69/2014

TERMO ADITIVO Nº 69/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. FERNANDO PACHECO, portador do CI.RG Nº 1.087.222/RJ e do CNPF/MF nº 005.023.080-87, residente a Rua das Estrelas, s/nº, Balneário Mariluz, neste Município, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 02/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 1.325,40 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos), resultando em um valor total de R\$ 15.904,08 (quinze mil novecentos e quatro reais e oito centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 02/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 02/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR FERNANDO PACHECO
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 70/2014

TERMO ADITIVO Nº 70/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a empresa REOLON ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.698.258/0001-18, situada na Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 381, nesta cidade de Itapoá, representada neste ato por sócio, o Sr. NERI PEDRINHO REOLON, brasileiro, portador da CI.RG nº 5823001-4 e do CNPF/MF: 502.909.169-68, doravante denominada CONTRATADA (LOCADORA), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 03/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 4.117,84 (quatro mil cento e dezessete reais e oitenta e quatro centavos), resultando em um valor total de R\$ 49.414,08 (quarenta e nove mil quatrocentos e quatorze reais e oito centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 03/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 03/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA NERI PEDRINHO REOLON
JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 71/2014

TERMO ADITIVO Nº 71/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portador do CI.RG nº 28955307 SSP/SC e do CNPF/MF nº 758.746.019-53 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Sra. DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE, portadora do CNPF/MF Nº 649.458.049-15, residente na Rua Matos Costa nº 334, Centro - Porto União/SC, CEP: 89.400-00, doravante denominada CONTRATADA (LOCADORA), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas

nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 04/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 1.960,06 (um mil novecentos e sessenta reais e seis centavos), resultando em um valor total de R\$ 23.520,72 (vinte e três mil quinhentos e vinte reais e setenta e dois centavos) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 04/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 04/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADORA DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE
CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

SECRETARIA DE SAÚDE: EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 056/2014 - MOTORISTA

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO - 056/2014

A Prefeitura Municipal de Itapoá, através da Secretaria de Saúde, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato para contratação temporária de MOTORISTA, com vistas a garantir o bom andamento dos serviços. O Teste Seletivo Simplificado será realizado nos termos da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidato para ser contratado, em caráter temporário, para o preenchimento da vaga de Motorista, mais cadastro de reserva que será utilizado se houver necessidade de nova contratação durante a vigência deste Edital pelo prazo de 06 (seis) meses a partir da data de publicação ou até o preenchimento da vaga pelo

concurso público.

1.2 - As principais atribuições da função são:

MOTORISTA:

Descrição Sintética: compreende os cargos que se destinam a dirigir veículos automotores de transporte de passageiros, pacientes e cargas e conservá-los em perfeitas condições de aparência e funcionamento.

Atribuições Típicas: dirigir automóveis, caminhonetes, ambulâncias e demais veículos de transporte de passageiros e cargas; -verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível, etc.;

-verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa;

-zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança;

-fazer pequenos reparos de urgência;

-manter o veículo limpo, interna e externamente, e em condições de uso, levando-o a manutenção sempre que necessário;

-observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo;

-anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências;

-recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado;

-conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;

-executar outras atribuições afins.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pela Prefeitura; b) disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura; c) possuir ensino fundamental completo; d) possuir carteira de habilitação na categoria "D" para a função o cargo de MOTORISTA na Secretaria de Saúde.

1.4 - Retribuição mensal: R\$ 1.077,84 (Um mil e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

1.5 - O contratado fará jus ao Vale Transporte e ao pagamento de férias e 13º salário proporcionais.

1.6 - O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

1.7 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos, gratificações e adicionais, concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas nas Leis Municipais nº76/2001 e 155/2003, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social.

1.8 - O candidato contratado, durante a prestação de serviço temporária, será continuamente avaliado observado os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento de prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº16/2007.

1.9 - A jornada de trabalho será obedecida conforme escala de trabalho ou conforme as necessidades apresentadas pelo

Departamento.

2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - Os candidatos deverão atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

a) ter ensino fundamental completo; b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no momento da contratação; c) ser classificado no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado; d) possuir carteira de habilitação na categoria "D" para a função do cargo de MOTORISTA; e) estar quite com as obrigações eleitorais; f) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; g) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, no período de 01 de dezembro a 05 de dezembro de 2014, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos horários das 08:00 as 13:30 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo no valor de R\$ 12,00 (doze reais).

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos seguintes documentos: a) Carteira de identidade; b) CPF; c) Carteira de Habilitação na Categoria "D" para a função do cargo MOTORISTA; d) Documentos para a Prova de Experiência Profissional.

3.4 - Os documentos entregues no ato da inscrição deverão estar em um envelope lacrado com a devida identificação do candidato bem como o cargo pretendido.

3.5 - A entrega dos documentos é de inteira responsabilidade dos candidatos.

3.6 - Ao candidato que não entregar a documentação para a Prova de Experiência Profissional será atribuída nota zero na prova.

3.7 - O candidato que não entregar cópia da carteira de identidade, do CPF e da carteira de habilitação na categoria "D" para a função do cargo de MOTORISTA, será eliminado do presente Processo Seletivo Simplificado.

4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 056/2014 - Secretaria de Saúde consistirá na soma da pontuação obtida conforme descrito no quadro no item 4.2, podendo o candidato atingir pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

4.2 - Critérios da pontuação:

Prova de Experiência Profissional Máximo de 30 (trinta) pontos

Prova Prática Máximo de 50 (cinquenta) pontos.

Entrevista Máximo 20(vinte) pontos.

5 - DA PROVA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

5.1 - A Prova de Experiência Profissional compreende a contagem do tempo de experiência profissional pública ou privada no cargo

a que se refere o presente Edital.

5.2 - A comprovação do tempo de experiência profissional pública nas esferas municipais, estaduais, federais ou distritais será avaliada mediante apresentação de certidão preenchida pela administração pública correspondente, em papel timbrado.

5.3 - A comprovação de tempo de experiência profissional privada no cargo será avaliada mediante apresentação de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho (parte referente à identificação pessoal e do contrato de trabalho) ou Contrato de Trabalho Específico.

5.4 - Entende-se por tempo de experiência profissional o tempo em que o candidato tenha exercido ou exerça atribuições que tenham relação direta com as atribuições do cargo pretendido (Motorista), independentemente da nomenclatura dada no serviço (emprego) exercido.

5.5 - O tempo de experiência profissional será totalizado em ano, mês e dia, computando-se 1 (um) ponto por bimestre, até o máximo de 30 (trinta) pontos, que será somado à nota da Prova de Prática do candidato.

5.6 - Caso o candidato apresente mais de um documento para contagem de tempo de experiência profissional pública e/ou privada no cargo, será considerado o tempo de experiência de apenas um documento.

5.7 - Não serão considerados para fins de comprovação de tempo de experiência profissional os estágios obrigatórios e estágios não obrigatórios.

6 - DA PROVA PRÁTICA

6.1 - A Prova Prática será realizada dia 12 de dezembro de 2014.

6.2 - A Prova Prática será realizada no Pronto Atendimento 24hs tendo início às 09:00 horas.

6.3 - O candidato, no dia da realização da prova prática, terá acesso aos critérios que serão utilizados na avaliação das referidas provas.

6.4 - A prova prática busca aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências e ao desempenho eficiente das atividades inerentes ao cargo.

6.5 - As atividades a serem executadas terão como base as descrições sumárias do cargo, podendo ser solicitadas todas as atividades ou somente uma específica.

6.6 - O candidato será considerado apto para o desempenho eficiente das atividades do cargo se obtiver nota mínima de 50 (cinquenta) pontos na Prova Prática.

6.7 - O candidato considerado inapto na Prova Prática, obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos, ou que não comparecer para realizar a Prova Prática, será automaticamente eliminado do teste seletivo.

7 - ENTREVISTA:

7.1 - As entrevistas serão realizadas no mesmo dia e local da prova prática - dia 12 de dezembro de 2014 no Pronto Atendimento 24hs, obedecendo a mesmo ordem da prova prática.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de

Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e publicado no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

8.2 - A divulgação da classificação será dia 17 de dezembro de 2014, a partir das 09:00 horas através de Edital que será publicado no site da Prefeitura Municipal de Itapoá.

8.3 - A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 18 de dezembro de 2014 das 08:00 às 13:30 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

8.4 - A divulgação da classificação final será dia 19 de dezembro de 2014, a partir das 09:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e no site da Prefeitura Municipal de Itapoá.

9 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 - Os candidatos serão listados segundo o cargo e a ordem decrescente da nota final que será o somatório da nota da Prova de Experiência Profissional, da nota da Prova Prática e da Entrevista.

9.2 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obtiver maior nota na Prova Prática; b) Obtiver maior nota na Prova de Experiência Profissional; c) Obtiver maior nota na entrevista ou tiver maior idade no dia 19 de dezembro de 2014.

9.3 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Saúde de acordo com a necessidade do serviço, a convocação dos classificados para contratação.

9.4 - No ato da contratação, o candidato deverá apresentar original e cópia da seguinte documentação: a) Carteira de identidade; b) CPF; c) Título de eleitor; d) Certidão de quitação eleitoral (emitida no site do TRE); e) Carteira de trabalho e número do PIS; f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; g) Certidão de nascimento ou casamento; h) Comprovante de residência nominal ou declaração reconhecida em cartório; i) Comprovante de escolaridade conforme o estabelecido no subitem 2.1; j) Certidão de antecedentes criminais emitida pelo Fórum; k) Duas fotografias 3x4 recente, declarações diversas emitida no Departamento de Recursos Humanos, Laudo Médico.

9.5 - Conforme a necessidade será feita a convocação dos candidatos, seguindo-se a classificação final no presente Edital de Teste Seletivo, através de Edital que será publicado no site da prefeitura Municipal de Itapoá.

9.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data marcados ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no subitem 8.4, será desclassificado para todos os fins, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação final.

9.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Administração e Finanças.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

10.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela comissão de análise

conforme decreto municipal 2319/2014 de 19/11/2014 nomeada para tal fim, observada a legislação vigente.

10.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 25 de novembro de 2014.

Cristian Angelo Grassi
Secretário de Saúde

Marciane Rech Zagonel
Coordenadora da Atenção Básica

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014 EDITAL DE CREDENCIAMENTO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Nº 048/2014 LOCALIDADE SAÍ MIRIM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014
EDITAL DE CREDENCIAMENTO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Nº 048/2014
LOCALIDADE SAÍ MIRIM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata JESSICA SPECK DOS SANTOS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde

Itapoá, 25 de Novembro de 2014.

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Data	25/11/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 014/2014 Nº 141/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014 para análise e julgamento da documentação de habilitação, considerando o parecer técnico apresentado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo deste município (anexo aos autos) e demais exposições realizadas pelas empresas participantes do presente certame conforme segue:

Empresa	CNPJ/MF
SOLO ENGENHARIA LTDA ME	08.743.714/0001-00
DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP	82.887.829/0001-12

Visto que na sessão pública anterior surgiram dúvidas quanto ao atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA, visto que o item 2.3.3.1. exige a especificação de no mínimo 40% do objeto licitado, ou seja cobertura em estrutura metálica galvanizada, e os atestados apresentados não fazem nenhuma menção ao objeto da licitação, a CPL solicitou parecer técnico da Secretaria de Planejamento e Urbanismo para subsidiar sua decisão. O parecer apresentado corroborou o apontamento feito, frisando a insuficiência do referido atestado para atendimento do item 2.3.3.1 do edital. Quanto à observação feita pela empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA naquilo que consta a parcialidade das Certidões de Acervo Técnico apresentadas pela empresa SOLO ENGENHARIA LTDA ME, conforme parecer técnico, entendeu-se que apesar do referido documento tratar-se de Atestado de Capacidade Técnica Parcial, as metragens comprovadas nos atestados superam o índice mínimo estipulado no edital, atendendo assim a exigência do item 2.3.3.1. Nesta concepção a CPL considerou a empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA INABILITADA para o certame e a empresa SOLO ENGENHARIA LTDA ME HABILITADA para o certame. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
MEMBRO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: COPAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com sede á Rua Avenida Santa Catarina, nº 852, Bairro: Floresta, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.347.863/0001-00 e Inscrição Estadual nº 250.924.234, CEP: 89211-300.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 76/2014 - PROCESSO Nº 142/2014;

Objeto: Aquisição de peças originais de 1ª linha para manutenção da Retroescavadeira Randon RD-406, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 7.450,00 (sete mil quatrocentos e cinquenta reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Obras	210	11	01	2077	10042	33903025

Data da assinatura: 25/11/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2014. O objeto deverá ser entregue conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em até 7 (sete) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

Itapoá, 25 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº73/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2013

TERMO ADITIVO N.º73/2014 QUE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 14/2013. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, pela Secretária de Municipal de Educação, Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, inscrita no CNPF/MF nº: 355.669.909-59 e portador do CI.RG. nº 2.090.978 SSP/PR, e pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, nesta cidade; e de outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA -ME, CNPJ/MF: 04.072.953/0001-16, com sede à Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro: Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89203-500, neste ato representada pelo sócio-administrador o Sr. EDUARDO ANDRADE BAHIANSE, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 019.220.468.84, e do CI.RG sob nº 2/R 1.774.897 - SSI/SC, ou pela sócia a Sra. KARIN JANZ, brasileira, empresária, inscrito no CPF/MF sob nº 184.429.279-72, e do CI.RG sob nº 1.382.138-SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a contratação de empresa para prestação de serviços visando a manutenção de software "Escola Via Net - Sistema de Gestão Escolar", instalado nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino nas modalidades da Educação infantil, Ensino fundamental, Educação de jovens e adultos, e na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de INEXIGIBILIDADE

N.º 01/2013 - PROCESSO Nº 03/2013, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º14/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2014, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com o interesse da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera a cláusula terceira "do preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), totalizando um percentual de 2,9460%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 2.651,82 (dois mil seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), totalizando para o período de doze meses o valor de R\$ 31.821,84 (trinta e um mil oitocentos e vinte um reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º14/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º14/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME EDUARDO ANDRADE BAHIANSE
CONTRATANTE TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome : CNPJ/MF:

TERMO ADITIVO Nº67/14 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº12/13

TERMO ADITIVO Nº67/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2013. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretaria de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF nº 248.711.419-34 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, e, de outro lado, a empresa SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A, com sede á Avenida Getulio Vargas, nº 408, Centro, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.483.230/0001-86, representada neste ato pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. LUIZ

ANTONIO SELBACH, portador do CNPF/MF nº 199.649.948-34 e do CI.RG nº 1.478.181 SSP/SC, ajustam o presente aditivo contratual, que visa prorrogar o prazo de vigência da Locação de uma máquina fotocopidora para prestação de serviços reprográficos à Prefeitura Municipal de Itapoá nos termos do art. 24, II, e art. 62, caput, da Lei 8.666/93, pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 12/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), resultando em um valor total de R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 12/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 12/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A LUIZ ANTONIO SELBACH
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
TESTEMUNHAS NOME: CPF:	NOME: CPF:

IPESI

PORTARIA 841/2014

PORTARIA N.º 841/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora IVETE METZER DA SILVA"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 6º da E.C. 41/2003, combinado com inciso I, artigo 4º e artigo 75 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de Julho de 2014 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 044/2014, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 155/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição a servidora Ivete Metzner da Silva, efetiva no cargo de Cozinha Nível II Referência "G", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais no valor de R\$ 2.002,09 (dois mil e dois reais e nove centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2014.04.01042P, a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 10 de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 25 de novembro de 2014.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 1738/2013

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS PROCESSO 68/2014


ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS PROCESSO 68/2014 CONCORRÊNCIA 03/2014.

Presentes: Comissão Permanente de Licitações do(a) MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, na oportunidade integrada pelos servidores CLAUDINEI EYNG, ELIANA DAMANN COSTA, ELIANE APARECIDA RODRIGUES EING, TANIA MARIA BELING DE CARVALHO, presidente e membros, respectivamente. Pauta: Julgamento das propostas de preços modalidade Concorrência nº 3/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, EXPLORAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO MANUTENÇÃO DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO (ER) DE VEÍCULOS EM ÁREAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONTROLE E OPERAÇÃO DO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Síntese dos fatos e deliberação: Participam desta fase as empresas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI ME, DÉCIO PACHECO & CIA LTDA, SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA EPP, SERMOG representada por Wilson José Mira Junior (no ato). Analisadas as propostas apresentadas e de acordo com o mapa de preços, as seguintes propostas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI ME, apresentou a proposta no percentual de 24,35%, DÉCIO PACHECO & CIA LTDA, apresentou a proposta no percentual de 25,10%; SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA EPP, apresentou a proposta no percentual de 11,51%; SERMOG apresentou a proposta no percentual de 25,10%. Após verificar os percentuais oferecidos nas propostas, a comissão verificou empate das empresas SERMOG E DÉCIO PACHECO, com percentual de 25,10%. A comissão resolve aplicar o disposto no art. 44 e art.45 da Lei complementar 123/2006. A empresa SERMOG única presente, tendo apresentado certidão simplificada da junta comercial, na condição de microempresa, fez o uso do benefício e ofertou a proposta no percentual de 27%, cobrindo assim todas as demais empresas que apresentaram proposta. A planilha fica condicionado a análise do contador. Estavam presentes na presente sessão pública o Jornal Vale Sul representado pelo Sr. Wesley Sicion de Fragas e o Sr. Luis Carlos de Fragas Junior, nada mais a constar, foi encerrada a presente sessão.

Claudinei Eyng Eliana Damann Costa Eliane Rodrigues Eing

Tânia Maria Beling de Carvalho Wilson José Mira Junior

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 68/2014

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	CONCORRÊNCIA	
	Nr.: 3/2014	
	Processo Administrativo:	68/2014
	Processo de Licitação:	68/2014
	Data do Processo:	20/08/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito(a) Municipal, ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 68/2014
b) Licitação Nr.: 3/2014
c) Modalidade: Concorrência
d) Data Homologação: 21/11/2014
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, EXPLORAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO MANUTENÇÃO DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO (ER) DE VEÍCULOS EM ÁREAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONTROLE E OPERAÇÃO DO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

1130749 - SERMOG		
Lote/Item	Descrição	Total %
Item: 1	O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO DO TIPO MAIOR OFERTA PELA OUTORGA DA CONCESSÃO, REGIME INTEGRAL, TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, EXPLORAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO MANUTENÇÃO DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO (ER) DE VEÍCULOS EM ÁREAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONTROLE E OPERAÇÃO DO SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL, OBJETIVANDO PROMOVER A ROTATIVIDADE DAS VAGAS EXISTENTES, AUXILIAR NO ORDENAMENTO E NA RACIONALIZAÇÃO DO USO DO SOLO EM ÁREAS ADENSADAS PROPICIANDO, A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE URBANA, E PERMITINDO MAIOR OFERTA DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO, DINAMIZAR A ECONOMIA DO COMÉRCIO NAS ÁREAS ABRANGIDAS, ELIMINAR A AÇÃO DE INTERMEDIÁRIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DO SERVIÇO. A IMPLANTAÇÃO, EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS INCLUEM TAMBÉM COMO PARTE INTEGRANTE DO OBJETO DO CONTRATO AS ATIVIDADES RELACIONADAS NO EDITAL.	27%
Total Fornecedor		27%
Total Geral		27%

Ituporanga, 21 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito Municipal de Ituporanga/SC
CPF: 768.023.617-87

Jacinto Machado**PREFEITURA****AVISO DE CONTINUIDADE DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 003/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE CONTINUIDADE DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 003/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, o Senhor Antonio João de Fáveri, torna público a CONTINUIDADE DE LICITAÇÃO no dia 27/11/2014 às 10h00min, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, para abertura de propostas, da licitação na modalidade: CONCORRÊNCIA, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, OBRAS DE ARTE CORRENTE, URBANIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO NA AV. AFONSO POSSAMAI DELLA (ENTRE AS ESTACAS 54 E 80 COM EXTENSÃO DE 520,00 m) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento, Cronograma e quantitativos anexados ao Edital.". Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 25 de Novembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****DECRETO Nº 4.683 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 4.683 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recurso:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.016 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.057.0 (27)

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.010 - BLATB - MANUTENCAO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 (11)

Valor: R\$ 90.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 25 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

34/2014 TA 01 FMAS

CONTRATO Nº 34/2014 - FMAS - TA 01

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito do Município de Joaçaba, SC, Sr. RAFAEL LASKE, e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana nº 216 Bairro Centro no Município de Luzerna neste ato representada pelo Sr. Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597 e CPF nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna,, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 34/2014/FMAS, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2014/FMAS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2014/FMAS, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2014, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE

PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 2.635,25 (dois mil seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 24,984% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 405 passagens mínimas e 437 passagens máximas (vale transporte).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 25 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - F. M. ASSISTÊNCIA SOCIAL
RAFAEL LASKE - Prefeito

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP
Eitor Hoppen

Testemunhas:

1. _____

2. _____

33/2014 TA 01 FMAS

CONTRATO Nº 33/2014 - FMAS - TA 01

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito do Município de Joaçaba, Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520, centro, no Município de Herval d'Oeste, SC, neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 33/2014-FMAS, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2014/FMAS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2014/FMAS, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos atendimentos do Programa Liberdade Assistida e aos benefícios eventuais, bem como, ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social do Município durante o exercício financeiro de 2014, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 8.083,60 (oito mil e oitenta e três reais e sessenta centavos), correspondentes a 24,995% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 2.887 passagens (vale transporte).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 25 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - F. M. ASSISTÊNCIA SOCIAL
RAFAEL LASKE
Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA
Ivo Carlos Hack Junior

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EXTRATO PL 85/2014/PMJ - PP 58/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2014/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 09/12/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 09/12/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 25 de novembro 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
José Luiz Junqueira de Carvalho - Secretário

EXTRATO PL 87/2014/PMJ - PP 60/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a montagem de equipamentos destinados à instalação de parque infantil no Centro de Educação Infantil Rita Costenaro Petry, neste Município. Forma de Julgamento: Menor Preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 10/12/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 10/12/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 25 de novembro 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO - Secretário

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino.

Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Município de Joaçaba, sendo este o órgão gerenciador do processo licitatório. Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação formal e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situada à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 24 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

José Luiz Junqueira de Carvalho - Secretário

EXTRATO PL 86/2014/PMJ - PP 59/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de livros didáticos consumíveis, do pré-escolar ao 6º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino. Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 11/12/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 11/12/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 25 de novembro 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

José Luiz Junqueira de Carvalho - Secretário

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Município de Joaçaba, sendo este o órgão gerenciador do processo licitatório.

Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação formal e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situada à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 24 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

José Luiz Junqueira de Carvalho - Secretário

13/2014 TA 02 FMCE

CONTRATO Nº 13/2014/FMCE - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES, com sede na Rua Tiradentes, 170, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 72.172.224/0001-91, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, estabelecida na RUA DR. HERCULANO COELHO DE SOUZA, 555,

no Município de CAÇADOR/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RUI CARAMORI, portador da Carteira de Identidade nº 6.642.236 e CPF nº 170895.909-25, residente e domiciliado na cidade de CAÇADOR/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 13/2014/FMCE, firmado em 17/04/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2014/FMCE, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 01/2014/FMCE, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, pela CONTRATADA, destinado às viagens especiais da delegação do Município e de equipes esportivas e grupos culturais, durante a participação em eventos, festivais e competições a nível regional, estadual e nacional, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos e, conseqüentemente, os valores de alguns itens da planilha que serviu de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos e supressões, passa a vigorar da seguinte forma:

SUPRESSÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	2.500 1.470,5 550	Km	4,83	12.075,00 7.102,52 2.656,50

ACRÉSCIMO

2	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	4.500 7.001,63 8.162,47	Km	3,83	17.235,00 26.816,24 31.262,26
---	--	-------------------------------	----	------	-------------------------------------

ITENS INALTERADOS

1	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	2.000 2.632,63	Km	3,93	7.860,00 10.346,24
4	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	4.000	Km	4,73	18.920,00

5	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros, em viagens interestaduais, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	1.500 0	Km	4,73	7.095,00 0,00
---	---	------------	----	------	------------------

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 25 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FMCE
RAFAEL LASKE - PREFEITO

REUNIDAS TURISMO S/A
RUI CARAMORI

Testemunhas:

1. _____
2. _____

SIMAE - JOAÇABA

PORTARIA JHL 212/2014

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 212/2014 DE 25/11/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: o servidor Paulo César Lamin, Químico, P-8, N-1, Ref. G-2, para responder pela Função de Diretor Técnico, no período de 01 de Dezembro de 2014 à 12 de Dezembro de 2014, por motivo de Licença Prêmio do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-3, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como Assessor da Qualidade, conforme Portaria 111/2014 de 16/07/2014 para o período em que estiver respondendo pela função de Direção.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de dezembro

de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 25 de Novembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PREGÃO PRESENCIAL PP 0051/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0071/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0051/2014
PROTOCOLO JHL 3218/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0051/2014 - Licitação 0071/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTOS DE PEÇAS EM GERAL E ACESSÓRIOS, POR HORA TRABALHADA, DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA DESTINADA À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO SIMAE
Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 11/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 11/12/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.
Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 26/11/2014 a 11/12/2014.
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

PREGÃO PRESENCIAL PP 0052/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0072/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0052/2014
PROTOCOLO JHL 3236/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0052/2014 - Licitação 0072/2014, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE LABORATORIAIS EM AMOSTRAS DE ÁGUA TRATADA, ÁGUA IN NATURA, ESGOTO SANITÁRIO BRUTO E TRATADO, PARA ATENDER LEGISLAÇÃO VIGENTE E ÓRGÃOS FISCALIZADORES.
Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 18/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 18/12/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.
Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 26/11/2014 a 18/12/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

PREGÃO PRESENCIAL PP 0055/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0075/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2014
PROTOCOLO JHL 3278/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0052/2014 - Licitação 0072/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA E EQUIPAMENTOS DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 15/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 15/12/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 26/11/2014 a 15/12/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO REAJUSTE 005/2014 - BETHA

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05/2014
ADITIVO AO CONTRATO N. 05/2011
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: a "Locação de Sistemas de Informática nas áreas de Folha de Pagamento, Compras e Licitações, Contabilidade Pública e Gestão de Patrimônio, conforme características descritas no anexo I do Contrato n. 005/2011, e prestação de serviços técnicos de implantação (instalação, adequação e treinamento), alteração e suporte operacional dos sistemas locado" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: REAJUSTE 1.1 Os valores contratados ficam reajustados pelo índice IGPM-FGV acumulado em 2,946% correspondente ao período de novembro de 2013 a novembro de 2014 sendo que o reajuste incidirá sobre o valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) mensais acrescido pelo aditivo n. 08/2013 que implementou as condições do art. 40, XI da Lei n. 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA 2.1 As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2014
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 259/2013 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º ADITIVO AO CONTRATO 259/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - Sala 01, Lages/SC - CEP:88.508-300 - fone:99831026.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção de Academia na Unidade Básica de Saúde do Bairro Guarujá, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial descritivo e autorização de fornecimento nº 386/2013.

Conforme planilha e justificativa do Engenheiro responsável e aval da Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável, SUPRIME-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 10.342,12 (dez mil, trezentos e quarenta e dois reais e doze centavos).

Lages, 25 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 416/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 416/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: AMPLA - ASSESSORIA E PLANJAMENTO LTDA EPP, com sede a Avenida Hercilio Luz, 639 - sala 503, Edifício Alpha Centauri- Centro - CEP: 88020-000 - Florianópolis/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Consultoria, Para Prestação de Serviços de Elaboração do Plano de Coleta Seletiva do Município Lages, em conformidade com o Anexo II - Termo de Referência, do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, fica prorrogado até 31/03/2015.

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/03/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica prorrogado até 31/03/2015.

Lages, 27 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 287/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 287/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II inscrita no CNPJ n.º 08.824.026/0001-66, com sede a Avenida Dom Pedro II, 1131ª -Bairro São Cristóvão - CEP 88509-000 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 176/2014, correlato ao Pregão Eletrônico nº 16/2014, aberto em 20/10/2014 e homologada em 20/10/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Óleo Diesel para uso nos Veículos e Máquinas da Frota pertencente ao Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

De acordo com justificativa apresentada pela empresa CONTRATADA, com anuência da Secretaria Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral do Município, ADITA-SE o valor unitário contratado para R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos) o valor do litro do Oleo Diesel.

Lages, 25 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 59/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 59/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 59/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JR COMÉRCIO DE CIMENTO E CONCRETO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 00.965.861/0001-04, com sede a Av: Presidente Vargas nº 3272 - Bairro: São Cristóvão, CEP 99.064-000, na cidade de Passo Fundo/RS, para Aquisição de Telhas para uso em Próprios Municipais conforme Decreto nº 14.615/2014, em Situação de Emergência atingidos pela Chuva de Granizo, pelo valor de R\$ 123.332,00 (cento e vinte e três mil trezentos e trinta e dois reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 60/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 60/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 60/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua:Valdomiro Ko-eche nº 50 - Bairro: Gethal, CEP 88.520-450, na cidade de Lages/SC, para Aquisição de Madeiras para uso em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, pelo valor de R\$ 15.733,00 (quinze mil setecentos e trinta e três reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de Novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 61/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 61/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 61/2014, através da Secretaria de Administração, com a empresa CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 20.082.259/0001-36, com endereço a Rua: Dr. Aujor Luz, 791, - Bairro: Santa Catarina, CEP: 88.512-400 - Lages/SC, para realização da reforma do Telhado PAPS - Centro Psicossocial pelo valor de R\$ 13.262,85 (treze mil e duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de Novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 62/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 62/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 62/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSELITO CUNHA ME, inscrito no CNPJ sob n.º 14.557.117/0001-85, com sede a Av. Marechal Floriano nº 1058 - Bairro: Centro, CEP 88.501-102, na cidade de Lages/SC, para Aquisição de Forro Compensado Naval para uso no Teatro Municipal Marajoara atingido pela Chuva de Granizo, pelo valor de R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de Novembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 63/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 63/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 63/2014, através da Secretaria de Segurança e Ordem Pública, com a empresa DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 83.066.118/0001-40, com sede a Rua: Carlos Jofre Do Amaral nº 067 - Bairro: Centro, CEP 88.501-000, na cidade de Lages/SC, para Locação de Rádios HTs fixos, móveis e portáteis para uso dos Agentes de Trânsito, pelo valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de Novembro de 2014.

Paulo Dellajustina
Secretário de Segurança e Ordem Pública

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Paulo Dellajustina, Secretário de Segurança e Ordem Pública, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 65/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Av. Duque de Caxias, 1174 - Bairro: Sagrado Coração de Jesus CEP: 88.508-001 - Lages/SC, para Aquisição de Lonas para uso em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, pelo valor de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 07 de Novembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 07 de Novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 66/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 66/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 66/2014, através da Secretaria Municipal de Educação, com o Sr. MARCIO MORAIS SANTANA, inscrito no CPF sob n.º 639.178.409-44, com endereço a Rua: Ambrósio Daló, 140, na cidade de Cocal do Sul/SC, para locação de um Imóvel Sito a Rua: Melvin Jones, 30 - Bairro: Vila Nova, CEP: 88503-280 na cidade de Lages/SC, onde será instalada a Escola Básica Nicanor Rodrigues Goulart, pelo valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de Novembro de 2014.
Marimília Casa Costa Coelho
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimília Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 10 de Novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 67/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 67/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 67/2014, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 84.950.633/0024-47, representado pelo Sr. Pe. Vitor Edésio Tittoni Borges, para locação de um Imóvel Sítio a Rua: Marechal Rondon, S/N, Bairro: Conta Dinheiro, Lages/SC, onde estão alocados os Alunos do CEIM Sepé Tiarajú, pelo valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de Novembro de 2014.
Marimília Casa Costa Coelho
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimília Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 10 de Novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 68/2014 PML
PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 68/2014
ATOS DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Inexigibilidade de Licitação sob o Nº 68/2014, através da Secretaria Municipal de Turismo, representado pelo Sr. Flavio Luiz Agustini com a Empresa PARTICIPAÇÕES PARANHANA EIRELI ME, inscrito no CNPJ sob o nº 06.310.602/0001-21, representado pelo Sr. Moisés Isaías Ruppenthal, para a realização de Show de Águas Dançantes com Papai Noel Robô Animatrônico no Natal felicidade 2014, pelo valor de R\$ 85.000,00 (OITENTA E CINCO MIL REAIS).

Informamos que os valores dos preços praticados em outros Municípios (contratos em anexo), corrigidos pelos indicadores econômicos atualizados, levando-se em conta a alta procura por este espetáculo único e singular, que encanta crianças e adultos no período natalino.

Todas as despesas de transporte, instalação, montagem, desmontagem, hospedagem e alimentação dos técnicos ocorrerão por conta do contratado durante os 40 dias do show, durante e após a montagem até o final do NATAL FELICIDADE 2014.

Lages, 17 de novembro de 2014.
Flavio Luiz Agustini
Secretário de Turismo

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de FLAVIO LUIZ AGUSTINI, secretário Municipal de Turismo, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se

Lages, 17 de novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 71/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa SINDICATO RURAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 84.943.968/0001-41, com sede a Av. Luis de Camões, S/N - Bairro: Conta Dinheiro; CEP: 88.509-130 - Lages/SC, para Aquisição de Lonas para uso em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, pelo valor de R\$ 104.437,50 (cento e quatro mil e quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de Novembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 20 de Novembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 72/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 72/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 72/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a R: Jerônimo Coelho, 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501- 260 Lages/SC, para Serviços de Reparos em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, pelo valor de R\$ 162.678,28 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de Novembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o

mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 20 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 73/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 73/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 73/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa B&P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.052.006/0001-51, com sede a Av. Armando Pereira de Souza, 101 - sala 02 - Bairro: Poço Rico; CEP: 88.540 - 000; Otacílio Costa/SC, para Serviços de Reparos em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, pelo valor de R\$ 368.783,42 (trezentos e sessenta e oito mil e setecentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de Novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 20 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 74/2014, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrito no CNPJ sob n.º 08.154.352/0001-03, sito a Rua: Otacílio Vieira da Costa Nº 190, sala 01 - Centro - CEP: 88501-050, representado pelo Sr. Adalberto José Marin, para Serviços de Reparos em Próprios Municipais, pelo valor de R\$ 58.207,05 (cinquenta e oito mil duzentos e sete reais e cinco centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 24 de Novembro de 2014.

Marimília Casa Costa Coelho

Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimília Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 24 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 75/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 75/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 75/2014, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, sito a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Centro - CEP: 88501-260, representado pelo Sr. José Rogério Borges, para Serviços de Reparos em Próprios Municipais, pelo valor de R\$ 42.792,12 (quarenta e dois mil setecentos e noventa e dois reais e doze centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 24 de Novembro de 2014.

Marimília Casa Costa Coelho

Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimília Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 24 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

EXTRATO CONTRATO 309/2014 PML
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 309/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: PARTICIPAÇÕES PARANHANHA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob n.º 06.310.602/0001-21, com sede a Rua Arnaldo Osvaldo Mentz, 501 - Vila Nova - IgrejaRS CEP 95650-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Realização de Show de Águas Dançantes com papai Noel Animatronic (Robô) no Natal Felicidade 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, Montagem dia 25/11/2014. Início apresentações 01/12/2014.

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 12 de Janeiro de 2015.

2.3 De Entrega, desmontagem entre os dias 06 a 12 de Janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) sendo: 74 espetáculos conforme cronograma de horários marcado com a Secretaria Municipal de Turismo, Sendo 19 min, cada espetáculo.

Lages, 25 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

CONTAS PÚBLICAS Nº01

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	430.000.000,00	430.000.000,00	70.159.166,67	16,32	344.210.207,17	80,05
RECEITAS CORRENTES	378.940.000,00	378.940.000,00	64.218.031,44	16,95	320.068.830,53	84,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	43.418.000,00	43.418.000,00	6.496.318,10	14,96	38.371.063,63	88,38
IMPOSTOS	40.040.000,00	40.040.000,00	6.323.416,19	15,79	35.602.933,51	88,92
TAXAS	3.178.000,00	3.178.000,00	172.424,43	5,43	2.742.222,82	86,29
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	477,48	0,24	25.907,30	12,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.720.000,00	22.720.000,00	3.569.989,33	15,71	17.814.476,36	78,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12.620.000,00	12.620.000,00	1.757.538,70	13,93	9.480.993,41	75,13
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	10.100.000,00	10.100.000,00	1.812.450,63	17,95	8.333.482,95	82,51
RECEITA PATRIMONIAL	5.162.000,00	5.162.000,00	1.006.792,43	19,50	5.389.358,79	104,40
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	785.000,00	785.000,00	50.623,65	6,45	267.879,98	34,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.335.000,00	4.335.000,00	948.578,38	21,88	4.961.781,10	114,46
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	42.000,00	42.000,00	7.590,40	18,07	56.297,71	134,04
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	103.400,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	38.133.000,00	38.133.000,00	5.824.391,25	15,27	29.900.333,69	78,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	244.840.900,00	244.840.900,00	44.116.185,07	18,02	214.545.167,67	87,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	244.655.900,00	244.655.900,00	43.956.249,45	17,97	213.892.079,14	87,43
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,89	0,00
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	1.250,00	0,00	99.575,55	0,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	115.237,50	0,00	339.712,81	0,00
Transferências de Convênios	185.000,00	185.000,00	43.449,12	23,49	173.799,28	93,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.666.100,00	24.666.100,00	3.204.355,26	12,99	14.048.430,39	56,95
Multas e Juros de Mora	5.401.500,00	5.401.500,00	1.120.921,24	20,75	4.421.660,91	81,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.553.800,00	1.553.800,00	493.333,82	31,75	2.383.902,85	153,42
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.370.530,00	10.370.530,00	1.377.490,92	13,28	6.860.236,75	66,15
RECEITAS DIVERSAS	7.340.270,00	7.340.270,00	212.609,28	2,90	382.629,88	5,21
RECEITAS DE CAPITAL	51.060.000,00	51.060.000,00	5.941.135,23	11,64	24.141.376,64	47,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14.700.000,00	14.700.000,00	730.768,57	4,97	1.358.021,40	9,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	14.700.000,00	14.700.000,00	730.768,57	4,97	1.358.021,40	9,24
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	1.287.300,00	0,00	1.287.300,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	182.300,00	0,00	182.300,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	1.105.000,00	0,00	1.105.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36.360.000,00	36.360.000,00	3.923.066,66	10,79	21.496.055,24	59,12
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	50.600,00	0,00	1.610.961,45	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	36.360.000,00	36.360.000,00	3.872.466,66	10,65	19.885.093,79	54,69

Continua 1/3

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11,14	11.934.542,64	59,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11,14	11.934.542,64	59,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	14.623,68	0,00	48.243,39	0,00
Contribuições para o RPPS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.213.912,41	11,07	11.886.299,25	59,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	14.623,68	0,00	48.243,39	0,00
	20.000.000,00	20.000.000,00	2.213.912,41	11,07	11.886.299,25	59,43
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	450.000.000,00	450.000.000,00	72.387.702,76	16,09	356.144.749,81	79,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	450.000.000,00	450.000.000,00	72.387.702,76	16,09	356.144.749,81	79,14
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	450.000.000,00	450.000.000,00	72.387.702,76	16,09	356.144.749,81	79,14
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	16.821.648,01	-	-	10.626.803,98	-
Superávit Financeiro	-	10.354.348,01	-	-	10.354.348,01	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	6.467.300,00	-	-	272.455,97	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	429.946.000,00	70.611.217,39	500.557.217,39	61.396.462,48	386.103.820,94	72.876.238,14	332.042.123,56	66,33
DESPESAS CORRENTES	351.013.000,00	26.316.558,88	377.329.558,88	56.860.000,77	301.842.023,13	64.859.426,51	288.066.878,48	76,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	158.205.000,00	3.090.000,00	161.295.000,00	29.818.156,17	128.369.662,02	29.827.291,87	128.369.662,02	79,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	-16.179,85	1.338.420,24	158.940,40	965.922,07	64,39

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	429.946.000,00	70.611.217,39	500.557.217,39	61.396.462,48	386.103.820,94	72.876.238,14	332.042.123,56	168.515.093,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	191.308.000,00	23.236.558,88	214.544.558,88	27.058.024,45	172.133.950,87	34.873.194,24	158.731.304,39	55.813.254,49
DESPESAS DE CAPITAL	78.908.000,00	44.294.658,51	123.202.658,51	4.536.461,71	84.261.797,81	8.016.811,63	43.975.245,08	79.227.413,43
INVESTIMENTOS	69.738.000,00	44.294.658,51	114.032.658,51	4.591.123,64	75.208.436,15	6.954.771,02	36.303.730,13	77.728.928,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.170.000,00	0,00	9.170.000,00	-54.661,93	9.053.361,66	1.062.040,61	7.671.514,95	1.498.485,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	20.054.000,00	-3.324.000,00	16.730.000,00	2.213.912,41	10.924.668,77	2.213.912,41	10.924.668,77	5.805.331,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.054.000,00	-3.324.000,00	16.730.000,00	2.213.912,41	10.924.668,77	2.213.912,41	10.924.668,77	5.805.331,23
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	450.000.000,00	67.287.217,39	517.287.217,39	63.610.374,89	397.028.489,71	75.090.150,55	342.966.792,33	174.320.425,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	450.000.000,00	67.287.217,39	517.287.217,39	63.610.374,89	397.028.489,71	75.090.150,55	342.966.792,33	174.320.425,06
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	13.177.957,48	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	450.000.000,00	67.287.217,39	517.287.217,39	63.610.374,89	397.028.489,71	75.090.150,55	356.144.749,81	174.320.425,06

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.714.871,45

FONTE:

LAGES, 24/11/2014

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNAR NETO SOLUZA Contadora CRC - 029908/0-3
-------------------------------------	---	---

CONTAS PÚBLICAS Nº02

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	429.946.000,00	500.557.217,39	61.386.482,48	386.103.820,94	72.876.238,14	332.042.123,56	96,81	66,33
Legislativa	10.840.000,00	10.840.000,00	1.219.300,08	7.038.957,96	1.370.015,64	6.796.765,46	1,98	62,70
Ação Legislativa	10.840.000,00	10.840.000,00	1.219.300,08	7.038.957,96	1.370.015,64	6.796.765,46	1,98	62,70
Judiciária	2.053.000,00	2.240.000,00	417.453,42	1.578.348,18	351.824,36	1.508.757,43	0,44	67,36
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	2.053.000,00	2.240.000,00	417.453,42	1.578.348,18	351.824,36	1.508.757,43	0,44	67,36
Administração	38.188.970,00	46.804.875,50	6.218.388,03	34.114.440,19	7.038.158,67	31.905.831,48	9,30	68,17
Planejamento e Orçamento	2.525.000,00	2.715.000,00	486.809,53	2.065.342,34	481.792,49	2.050.848,10	0,60	75,54
Administração Geral	16.232.970,00	23.652.875,50	3.593.411,83	18.722.402,94	3.951.458,21	17.835.698,19	5,20	75,41
Administração Financeira	0,00	910.000,00	124.647,86	765.351,65	189.163,68	665.161,43	0,19	73,09
Controle Interno	780.000,00	600.000,00	64.195,39	418.525,99	159.413,59	414.811,19	0,12	69,14
Normatização e Fiscalização	5.387.000,00	5.427.000,00	963.170,61	4.272.089,71	944.816,77	4.241.652,34	1,24	78,16
Administração de Receitas	11.144.000,00	10.604.000,00	681.847,16	5.022.837,76	940.329,16	4.207.283,90	1,23	39,68
Comunicação Social	2.120.000,00	2.895.000,00	304.305,65	2.847.889,80	371.184,77	2.490.376,33	0,73	85,99
Segurança Pública	1.200.000,00	1.647.000,00	222.006,11	727.199,22	340.164,39	655.499,73	0,19	39,80
Defesa Civil	1.200.000,00	1.647.000,00	222.006,11	727.199,22	340.164,39	655.499,73	0,19	39,80
Assistência Social	13.890.700,00	17.346.503,36	2.677.765,49	12.474.705,50	2.760.075,52	11.047.141,67	3,22	63,69
Assistência à Criança e ao Adolescente	172.000,00	172.000,00	4.500,00	168.168,25	4.500,00	165.942,45	0,05	96,48
Assistência Comunitária	13.718.700,00	17.174.503,36	2.673.265,49	12.306.537,25	2.755.575,52	10.881.199,22	3,17	63,36
Previdência Social	38.722.330,00	40.732.330,00	906.957,48	26.764.681,12	5.471.044,40	22.924.163,57	6,68	56,28
Previdência do Regime Estatutário	38.722.330,00	40.732.330,00	906.957,48	26.764.681,12	5.471.044,40	22.924.163,57	6,68	56,28
Saúde	90.396.300,00	103.227.474,26	17.793.319,68	87.456.652,27	18.476.518,98	86.019.262,39	25,08	83,33
Atenção Básica	57.868.400,00	64.069.376,48	10.061.992,96	55.501.117,17	10.546.274,69	54.620.115,53	15,93	85,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.220.900,00	36.337.097,78	7.175.380,51	29.573.011,34	7.400.788,79	29.387.904,71	8,57	80,88
Suporte Profilático e Terapêutico	1.932.000,00	2.146.000,00	480.128,74	1.892.640,75	461.255,42	1.573.226,21	0,46	73,31
Vigilância Epidemiológica	375.000,00	675.000,00	75.817,47	489.883,01	68.200,08	438.015,94	0,13	64,89
Educação	98.809.700,00	105.784.025,39	19.261.465,65	84.770.987,14	18.889.580,62	76.982.788,71	22,45	72,77
Alimentação e Nutrição	4.040.000,00	4.365.447,86	995.863,48	3.649.149,75	802.557,00	3.364.978,34	0,98	77,08
Ensino Fundamental	66.439.700,00	73.448.577,53	12.036.674,31	65.086.451,89	11.998.142,32	57.967.565,45	16,90	78,92
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	28.030.000,00	27.670.000,00	6.228.927,86	15.993.097,69	6.088.881,30	15.607.957,11	4,55	56,41

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E UBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Educação	429.946.000,00	500.557.217,39	61.396.462,48	396.103.820,94	72.876.238,14	332.042.123,56	96,81	66,33
Educação de Jovens e Adultos	98.809.700,00	105.784.025,39	19.261.465,65	84.770.987,14	18.889.580,62	76.982.788,71	22,45	72,77
	250.000,00	250.000,00	0,00	42.287,81	0,00	42.287,81	0,01	16,92
Cultura	8.057.000,00	4.508.217,68	495.666,77	3.309.822,53	524.272,84	3.183.527,48	0,93	70,62
Difusão Cultural	8.057.000,00	4.508.217,68	495.666,77	3.309.822,53	524.272,84	3.183.527,48	0,93	70,62
Urbanismo	13.710.000,00	15.679.000,00	2.457.133,78	13.193.105,10	2.810.667,54	12.654.660,26	3,69	80,71
Infra-Estrutura Urbana	710.000,00	1.514.000,00	498.482,98	1.480.462,56	521.457,88	1.352.964,94	0,39	89,36
Serviços Urbanos	13.000.000,00	14.165.000,00	1.958.650,80	11.712.642,54	2.289.209,66	11.301.695,32	3,30	79,79
Habituação	1.657.000,00	1.902.167,75	370.531,44	1.342.400,39	403.615,01	1.270.677,07	0,37	66,80
Habituação Urbana	1.657.000,00	1.902.167,75	370.531,44	1.342.400,39	403.615,01	1.270.677,07	0,37	66,80
Saneamento	58.240.000,00	62.840.000,00	3.960.032,40	55.143.339,48	4.628.289,67	34.328.031,63	10,01	54,63
Saneamento Básico Urbano	58.240.000,00	62.840.000,00	3.960.032,40	55.143.339,48	4.628.289,67	34.328.031,63	10,01	54,63
Gestão Ambiental	6.146.000,00	6.036.000,00	1.077.255,13	4.708.619,17	1.077.064,51	4.708.428,55	1,37	78,01
Preservação e Conservação Ambiental	6.146.000,00	6.036.000,00	1.077.255,13	4.708.619,17	1.077.064,51	4.708.428,55	1,37	78,01
Agricultura	4.154.000,00	6.615.514,99	617.142,05	5.477.676,61	844.957,00	4.843.020,77	1,41	73,21
Extensão Rural	4.154.000,00	6.615.514,99	617.142,05	5.477.676,61	844.957,00	4.843.020,77	1,41	73,21
Indústria	200.000,00	4.376.721,15	0,00	4.176.721,15	373.589,27	1.288.291,38	0,38	29,44
Produção Industrial	200.000,00	4.376.721,15	0,00	4.176.721,15	373.589,27	1.288.291,38	0,38	29,44
Comércio e Serviços	9.104.000,00	15.268.054,13	380.013,60	1.583.941,16	376.534,65	1.576.835,19	0,46	10,33
Promoção Comercial	7.022.000,00	12.942.000,00	152.757,46	689.051,54	152.705,46	688.999,54	0,20	5,32
Comercialização	790.000,00	790.000,00	80.115,00	240.345,00	80.115,00	240.345,00	0,07	30,42
Turismo	1.292.000,00	1.536.054,13	147.141,14	654.544,62	143.714,19	647.490,65	0,19	42,15
Transporte	13.922.000,00	33.553.195,29	2.811.155,43	22.737.105,32	4.667.145,63	14.642.037,39	4,27	43,64
Transporte Aéreo	0,00	200.000,00	94.644,65	159.043,48	94.354,65	158.763,48	0,05	79,38
Transporte Rodoviário	13.922.000,00	33.353.195,29	2.716.510,78	22.578.061,84	4.572.790,98	14.483.283,91	4,22	43,42
Desporto e Lazer	5.360.000,00	5.770.000,00	402.739,10	4.422.974,47	691.549,47	3.517.429,98	1,03	60,96
Desporto Comunitário	3.310.000,00	3.720.000,00	402.739,10	3.125.930,72	588.748,05	2.923.327,39	0,85	78,58
Lazer	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	1.297.043,75	102.801,42	594.102,59	0,17	28,98
Encargos Especiais	15.270.000,00	15.361.137,89	108.136,84	15.082.143,98	1.781.169,97	12.188.973,42	3,55	79,35
Serviço da Dívida Interna	10.670.000,00	10.670.000,00	-70.841,78	10.391.781,90	1.220.981,01	8.637.437,02	2,52	80,95
Outras Transferências	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	317.994,16	1.741.877,24	0,51	67,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Encargos Especiais	429.946,00,00	500.557.217,39	61.396.462,48	396.103.820,94	72.876.238,14	332.042.123,56	96,81	66,33
Outros Encargos Especiais	15.270,00,00	15.361.137,89	108.136,84	15.082.143,98	1.781.169,97	12.188.973,42	3,55	79,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00,00	2.091.137,89	178.978,62	2.090.362,08	242.194,80	1.809.659,16	0,53	86,54
	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	20.054,00,00	16.730,00,00	2.213.912,41	10.924.668,77	2.213.912,41	10.924.668,77	3,19	65,30
Ação Legislativa	160,00,00	160,00,00	20.636,82	102.835,30	20.636,82	102.835,30	0,03	64,27
Judiciária	150,00,00	100,00,00	14.216,30	70.507,07	14.216,30	70.507,07	0,02	70,51
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	150,00,00	100,00,00	14.216,30	70.507,07	14.216,30	70.507,07	0,02	70,51
Administração	2.429,00,00	1.685,00,00	272.653,36	1.324.528,70	272.653,36	1.324.528,70	0,39	78,61
Planejamento e Orçamento	300,00,00	230,00,00	35.043,72	171.375,53	35.043,72	171.375,53	0,05	74,51
Administração Geral	850,00,00	506,00,00	95.353,24	466.707,25	95.353,24	466.707,25	0,14	92,04
Controle Interno	50,00,00	50,00,00	4.859,14	22.003,24	4.859,14	22.003,24	0,01	44,01
Normalização e Fiscalização	553,00,00	413,00,00	61.918,12	303.677,87	61.918,12	303.677,87	0,09	73,53
Administração de Receitas	676,00,00	486,00,00	75.479,14	361.764,81	75.479,14	361.764,81	0,11	74,44
Assistência Social	512,00,00	392,00,00	56.828,47	282.442,18	56.828,47	282.442,18	0,08	72,05
Assistência Comunitária	512,00,00	392,00,00	56.828,47	282.442,18	56.828,47	282.442,18	0,08	72,05
Saúde	3.780,00,00	2.680,00,00	392.749,25	1.948.725,83	392.749,25	1.948.725,83	0,57	72,71
Atenção Básica	780,00,00	780,00,00	144.447,37	497.403,24	144.447,37	497.403,24	0,15	63,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000,00,00	1.900,00,00	248.301,88	1.451.322,59	248.301,88	1.451.322,59	0,42	76,39
Educação	11.550,00,00	10.550,00,00	1.307.604,50	6.421.546,50	1.307.604,50	6.421.546,50	1,87	60,87
Ensino Fundamental	7.550,00,00	7.550,00,00	440.000,00	4.537.654,86	440.000,00	4.537.654,86	1,32	60,10
Educação Infantil	4.000,00,00	3.000,00,00	867.604,50	1.883.891,64	867.604,50	1.883.891,64	0,55	62,80
Cultura	110,00,00	110,00,00	11.213,08	59.645,62	11.213,08	59.645,62	0,02	54,22
Difusão Cultural	110,00,00	110,00,00	11.213,08	59.645,62	11.213,08	59.645,62	0,02	54,22
Habituação	63,00,00	63,00,00	6.088,86	32.822,52	6.088,86	32.822,52	0,01	52,10
Habituação Urbana	63,00,00	63,00,00	6.088,86	32.822,52	6.088,86	32.822,52	0,01	52,10
Gestão Ambiental	654,00,00	474,00,00	71.627,34	356.984,78	71.627,34	356.984,78	0,10	75,31
Preservação e Conservação Ambiental	654,00,00	474,00,00	71.627,34	356.984,78	71.627,34	356.984,78	0,10	75,31

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Agricultura	20.054.000,00	16.730.000,00	2.213.912,41	10.924.668,77	2.213.912,41	10.924.668,77	3,19	65,30
Extensão Rural	116.000,00	116.000,00	9.170,66	52.110,79	9.170,66	52.110,79	0,02	44,92
Comércio e Serviços	116.000,00	116.000,00	9.170,66	52.110,79	9.170,66	52.110,79	0,02	44,92
Promoção Comercial	72.000,00	72.000,00	5.967,24	37.531,36	5.967,24	37.531,36	0,01	52,13
Turismo	48.000,00	48.000,00	4.429,89	26.880,95	4.429,89	26.880,95	0,01	56,00
Transporte	24.000,00	24.000,00	1.537,35	10.650,41	1.537,35	10.650,41	0,00	44,38
Transporte Rodoviário	388.000,00	278.000,00	38.403,93	202.335,72	38.403,93	202.335,72	0,06	72,78
Desporto e Lazer	388.000,00	278.000,00	38.403,93	202.335,72	38.403,93	202.335,72	0,06	72,78
Desporto Comunitário	70.000,00	50.000,00	6.752,60	32.652,40	6.752,60	32.652,40	0,01	65,30
TOTAL (III) = (I + II)	450.000.000,00	517.287.217,39	63.610.374,89	397.028.489,71	75.090.150,55	342.966.792,33	100,00	66,30
								174.320.425,06

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

CONTAS PÚBLICAS Nº03

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
	R\$ 100													
RECEITAS CORRENTES (I)	34.583.785,85	36.644.389,41	37.131.560,56	38.375.488,36	33.722.503,92	33.618.932,94	34.221.052,56	30.947.477,76	32.532.700,08	33.301.710,22	33.370.795,82	35.272.232,15	415.103.560,53	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.699.726,97	3.373.627,26	3.158.538,73	3.434.265,20	4.399.504,76	3.511.594,52	3.397.098,31	3.294.571,69	3.367.615,92	3.331.599,40	3.297.879,26	3.198.493,84	45.444.411,86	
IPT.U.	147.967,43	116.101,34	776.674,64	3.036.573,71	596.480,09	263.346,77	226.668,01	200.970,65	234.217,87	142.725,88	168.468,40	130.039,65	6.838.235,44	
I.R.R.F.	1.161.886,23	927.530,52	536.296,44	623.904,94	796.356,15	688.692,29	612.046,67	682.807,28	772.981,92	676.588,05	636.160,69	632.207,85	8.747.162,03	
I.S.S.	1.909.903,20	1.888.286,54	1.424.779,06	1.731.198,50	1.626.943,81	1.929.219,90	1.911.383,50	1.930.482,03	1.819.887,92	1.994.488,09	1.966.835,09	1.968.849,18	22.123.211,52	
I.T.B.I.	365.803,60	365.746,42	271.277,75	446.488,12	355.201,91	451.846,59	512.559,11	375.453,08	436.975,75	435.299,14	401.669,59	359.185,74	4.200.000,00	
Outras Receitas Tributárias	114.166,51	84.977,44	159.510,84	796.109,93	1.034.522,80	168.494,97	135.489,32	105.040,65	105.572,46	92.497,24	94.744,49	78.157,42	3.378.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.274.114,63	2.210.750,82	2.159.350,03	1.460.910,20	1.803.939,47	1.626.162,82	1.695.664,23	1.636.478,16	1.667.735,15	2.205.246,97	1.789.555,98	1.790.433,35	22.720.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	484.283,78	474.844,54	296.835,87	702.310,53	394.193,27	666.695,49	763.222,96	388.914,56	535.067,76	666.390,94	441.374,72	965.417,71	5.162.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.286.206,47	2.530.473,60	3.031.917,33	4.795.981,72	3.104.474,19	2.577.379,01	2.550.424,22	2.422.023,60	2.902.927,22	2.690.836,15	2.823.071,82	2.901.319,43	38.133.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.677.947,41	24.596.696,10	27.195.143,99	23.599.940,17	22.788.900,96	23.949.078,44	24.333.460,99	22.002.872,22	22.612.738,12	23.048.406,32	23.780.945,86	25.150.226,74	287.625.389,92	
Cota-Parte do FPM.	4.314.932,54	4.450.541,96	5.211.926,05	5.565.574,71	3.301.471,45	3.769.073,82	5.021.142,63	3.765.742,11	3.234.296,04	3.923.119,36	3.444.201,84	3.255.125,25	49.262.426,56	
Cota-Parte do ICMS.	6.794.078,47	6.755.310,95	6.902.361,27	6.279.381,71	6.370.292,16	6.207.177,18	6.309.548,51	6.401.190,96	5.946.530,10	6.240.861,57	6.891.514,91	6.868.961,11	90.490.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	985.791,27	675.536,81	692.012,27	865.594,15	1.066.940,48	1.321.919,53	1.360.898,68	1.303.670,49	1.507.639,21	1.368.867,36	1.392.915,07	1.358.634,32	14.280.000,00	
Cota-Parte do ITR.	59.711,44	46.112,93	42.899,41	61.599,73	8.976,17	4.785,01	4.016,68	108.679,17	6.465,35	12.112,04	117.790,47	666.005,00	1.150.000,00	
Outras Transferências Correntes	7.644.126,79	7.796.131,17	9.596.026,63	5.873.379,20	7.496.821,50	7.962.593,79	6.627.932,40	5.890.642,27	7.506.980,11	6.792.837,19	7.341.593,13	7.971.877,97	73.388.000,00	
Transferências da LC 61/1989	105.690,19	112.990,01	105.518,28	89.334,34	87.291,18	94.996,03	103.291,13	98.376,32	106.066,21	104.176,91	98.035,85	104.988,18	1.100.000,00	
Transferências da LC 87/1996	26.080,12	26.080,12	27.883,55	27.883,55	0,00	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	27.883,55	346.000,00	
Transferências do FUNDEF	4.755.536,59	4.730.995,15	4.914.516,53	4.797.232,72	4.423.248,02	4.461.728,53	4.878.497,83	4.816.694,35	4.274.906,55	4.572.847,34	4.875.790,36	4.875.790,36	55.000.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.161.526,59	3.486.010,09	1.230.774,61	1.392.099,54	1.261.465,17	1.390.053,66	1.481.152,26	1.222.631,54	1.456.615,91	1.359.261,44	1.527.960,18	1.676.395,08	24.666.100,00	
DEDUÇÕES (II)	2.910.422,25	3.849.231,21	3.867.165,03	3.271.145,41	3.207.357,00	3.108.277,72	3.491.916,22	3.165.770,73	2.989.670,58	3.621.989,23	3.254.626,26	3.317.599,97	41.733.000,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	422.783,56	0,00	0,00	0,00	352.795,34	118.036,35	221.488,97	118.590,30	119.413,86	573.569,98	185.613,34	146.538,52	2.259.261,22	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	31.982,09	1.435.522,87	1.330.645,10	687.579,97	681.994,56	705.794,36	706.071,52	696.071,52	700.082,88	711.541,33	714.844,86	711.541,33	9.520.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEF	2.455.656,60	2.413.708,34	2.536.519,93	2.593.865,44	2.172.996,10	2.284.957,01	2.565.411,68	2.341.105,91	2.170.174,04	2.336.933,92	2.354.468,06	2.460.519,47	28.675.939,68	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	31.673.363,60	32.795.158,20	33.264.395,53	35.104.342,95	30.515.143,92	30.501.165,22	30.779.136,34	27.780.707,03	29.543.029,50	29.679.720,99	30.605.860,56	31.954.632,18	366.320.000,00	

FONTE:
LAGES , 21/11/2014

ELIZEU MATOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Controlador CRC - 02990810-3

CONTAS PÚBLICAS Nº04

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
							No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					18.722.330,00	18.722.330,00	2.886.027,49	15.704.492,38	11.242.275,04
RECEITAS CORRENTES					18.722.330,00	18.722.330,00	2.886.027,49	15.704.492,38	11.242.275,04
Receita de Contribuições dos Segurados					9.520.000,00	9.520.000,00	1.426.386,84	7.644.515,75	7.244.779,16
Pessoal Civil					9.520.000,00	9.520.000,00	1.426.386,84	7.644.515,75	7.244.779,16
Ativo					9.140.000,00	9.140.000,00	1.361.422,32	7.351.786,11	7.001.741,18
Inativo					378.000,00	378.000,00	64.964,52	292.729,64	241.383,75
Pensionista					2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	1.654,23
Pessoal Militar					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições					3.100.000,00	3.100.000,00	331.151,86	1.836.477,66	3.435.739,03
Receita Patrimonial					1.200.000,00	1.200.000,00	347.428,72	2.392.720,18	561.756,85
Receitas Imobiliárias					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários					1.200.000,00	1.200.000,00	347.428,72	2.392.720,18	561.756,85
Outras Receitas Patrimoniais					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes					4.902.330,00	4.902.330,00	781.060,07	3.830.778,79	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes					4.902.330,00	4.902.330,00	781.060,07	3.830.778,79	0,00
RECEITAS DE CAPITAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11.934.542,64	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)					38.722.330,00	38.722.330,00	5.114.563,58	27.639.035,02	11.242.275,04
DESPESAS					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
							No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					38.722.330,00	40.732.330,00	5.471.044,40	22.924.163,57	18.637.115,25
ADMINISTRAÇÃO					50.000,00	60.000,00	0,00	17.295,80	506.706,78
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	492.923,10
Despesas de Capital					50.000,00	60.000,00	0,00	17.295,80	13.783,68
PREVIDÊNCIA SOCIAL					38.672.330,00	40.672.330,00	5.471.044,40	22.906.867,77	18.130.408,47
									Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	5.375,612,40	22.509,604,01	18.130.408,47
Aposentadorias	0,00	0,00	5.375,612,40	22.509,604,01	15.376.152,49
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	2.754.255,98
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	38.672.330,00	40.672.330,00	95.432,00	397.263,76	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	38.672.330,00	40.672.330,00	95.432,00	397.263,76	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	38.722.330,00	40.732.330,00	5.471.044,40	22.924.163,57	18.637.115,25
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	-2.010.000,00	-356.480,82	4.714.871,45	-7.394.840,21
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
			0,00		
Valor					
BENS E DIREITOS DO RPPS			SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				2014	2013
Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		251.360,20	156.368,67	2.172.954,67	
Investimentos		19.860.271,46	19.476.902,61	13.287.722,65	

Continua 2/4

Município de LAGES - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11.934.542,64
RECEITAS CORRENTES (VII)	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11.934.542,64
Recarga de Contribuições Patronais	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11.934.542,64
Pessoal Civil	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11.934.542,64
Ativo	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11.934.542,64
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	20.000.000,00	20.000.000,00	2.228.536,09	11.934.542,64

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

CONTAS PÚBLICAS Nº05

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	62.576.169,00	57.207.715,95	57.894.521,59
DEDUÇÕES (II)	2.862.722,57	10.921.500,99	8.967.952,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	32.762.105,78	36.389.605,14	34.389.741,99
Demais Haveres Financeiros	77.809,40	-174.619,82	-234.628,31
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	29.977.192,61	25.293.484,33	25.187.161,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	59.713.446,43	46.286.214,96	48.926.569,39
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	59.713.446,43	46.286.214,96	48.926.569,39

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	2.640.354,43	-10.786.877,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	8.798.500,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	15.491.328,62	19.982.312,92	19.621.621,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	27.306,79	89.845,01	156.368,67
Investimentos	15.464.075,79	19.904.193,81	19.476.902,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	53,96	11.725,90	11.650,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-15.491.328,62	-19.982.312,92	-19.621.621,19
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-15.491.328,62	-19.982.312,92	-19.621.621,19

FONTE:

LAGES , 24/11/2014

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC - 029908/0-3

CONTAS PÚBLICAS Nº06

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	394.605.000,00	65.497.989,15	327.041.592,07	302.026.963,14
Receita Tributária	43.418.000,00	6.496.318,10	38.371.063,63	34.134.414,26
I.P.T.U.	6.860.000,00	307.508,05	6.574.166,67	5.983.248,97
I.S.S.	20.200.000,00	3.986.684,27	18.325.021,78	15.513.056,23
I.T.B.I.	4.200.000,00	760.855,33	4.045.958,78	3.411.028,74
I.R.R.F.	8.780.000,00	1.268.368,54	6.657.786,28	6.395.114,03
Outras Receitas Tributárias	3.378.000,00	172.901,91	2.768.130,12	2.831.966,29
Receita de Contribuição	42.720.000,00	5.798.525,42	29.749.019,00	31.748.339,75
Receitas Previdenciárias	32.620.000,00	3.986.074,79	21.415.536,05	10.680.518,19
Outras Contribuições	10.100.000,00	1.812.450,63	8.333.482,95	21.067.821,56
Receita Patrimonial Líquida	827.000,00	58.214,05	427.577,69	3.717.756,38
Receita Patrimonial	5.162.000,00	1.006.792,43	5.389.358,79	6.231.827,38
(-) Aplicações Financeiras	4.335.000,00	948.578,38	4.961.781,10	2.514.071,00
Transferências Correntes	244.840.900,00	44.116.185,07	214.545.167,67	186.532.811,91
F.P.M.	40.392.000,00	5.359.461,62	32.397.562,14	30.103.993,45
I.C.M.S.	62.560.000,00	10.872.380,98	51.159.664,45	47.083.658,34
Convênios	185.000,00	158.686,62	513.512,09	151.071,11
Outras Transferências Correntes	141.703.900,00	27.725.655,85	130.474.428,99	109.194.089,01
Demais Receitas Correntes	62.799.100,00	9.028.746,51	43.948.764,08	45.893.640,84
Dívida Ativa	10.370.530,00	1.377.490,92	6.860.236,75	10.616.827,34
Diversas Receitas Correntes	52.428.570,00	7.651.255,59	37.088.527,33	35.276.813,50
RECEITAS DE CAPITAL (II)	51.060.000,00	5.941.135,23	24.141.376,64	18.791.540,11
Operações de Crédito (III)	14.700.000,00	730.768,57	1.358.021,40	3.886.297,32
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	1.287.300,00	1.287.300,00	0,00
Transferências de Capital	36.360.000,00	3.923.066,66	21.496.055,24	11.805.242,79
Convênios	36.360.000,00	3.872.466,66	19.885.093,79	11.805.242,79
Outras Transferências de Capital	0,00	50.600,00	1.610.961,45	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	3.100.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	36.360.000,00	3.923.066,66	21.496.055,24	14.905.242,79
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	430.965.000,00	69.421.055,81	348.537.647,31	316.932.205,93
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	394.059.558,88	67.073.338,92	298.991.547,25	268.727.285,66
Pessoal e Encargos Sociais	178.015.000,00	32.041.204,28	139.294.320,79	129.971.058,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.500.000,00	158.940,40	965.922,07	649.284,55
Outras Despesas Correntes	214.544.558,88	34.873.194,24	158.731.304,39	138.106.942,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	392.559.558,88	66.914.398,52	298.025.625,18	268.078.001,11
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	123.202.658,51	8.016.811,63	43.975.245,08	32.226.088,30
Investimentos	114.032.658,51	6.954.771,02	36.303.730,13	22.916.104,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	9.170.000,00	1.062.040,61	7.671.514,95	9.309.984,13
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	114.032.658,51	6.954.771,02	36.303.730,13	22.916.104,17

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	506.617.217,39	73.869.169,54	334.329.355,31	290.994.105,28
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-75.652.217,39	-4.448.113,73	14.208.292,00	25.938.100,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	10.626.803,98	0,00
Superávit Financeiro	-	-	10.354.348,01	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	272.455,97	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	109.808.000,00

FONTE:

LAGES , 21/11/2014

ELIZEU MATTOS
 Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
 Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
 Contadora CRC - 029908/0-3

CONTAS PÚBLICAS Nº07

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.451.689,60	23.383.170,53	25.443.161,59	735.034,31	1.656.684,23	38.213,49	5.302.520,08	4.114.856,39	4.045.865,12	1.088.077,97	207.790,48
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	710.028,99	704.440,67	5.988,32	0,00	0,00	59.327,57	29.171,80	29.171,80	27.155,77	3.000,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	281.714,91	281.714,91	0,00	0,00	0,00	92.159,51	67.860,52	67.860,52	24.298,99	-0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	818.263,89	801.196,55	17.067,34	0,00	0,00	632.818,74	334.873,56	334.873,56	273.570,18	24.375,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	26.558,50	26.558,50	0,00	0,00	0,00	148.074,82	129.248,52	129.248,52	736,60	18.089,70
FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLE	0,00	135.755,18	133.975,18	1.780,00	0,00	0,00	72.776,37	72.045,67	72.045,67	730,70	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	164.255,57	5.852.838,32	5.881.928,67	23.571,25	111.581,97	0,00	1.010.821,00	716.012,11	716.012,11	294.808,89	-0,00
GABINETE DO PREFEITO	167.987,20	146.396,66	146.879,06	0,00	167.594,80	0,00	58.120,23	47.528,00	47.528,00	10.592,23	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	7.943,35	7.943,35	0,00	0,00	0,00	1.306,56	1.133,00	1.133,00	173,56	0,00
SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SERV. PÚBLICOS	275.598,62	0,00	120.777,33	0,00	154.821,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	186.260,98	2.178.170,71	2.276.366,89	30.714,30	57.350,50	0,00	372.716,83	287.230,05	285.237,45	85.426,78	1.992,60
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	0,00	767.648,98	297.048,98	470.600,00	0,00	0,00	155.268,12	3.835,32	3.835,32	151.432,80	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	2.522.494,40	2.487.776,89	34.717,51	0,00	0,00	882.300,94	804.845,37	804.845,37	49.462,28	37.993,29
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - FUNED	266.905,04	0,00	196.622,49	0,00	70.282,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	159.426,33	158.999,98	426,75	0,00	0,00	129.614,31	124.687,25	124.687,25	4.927,06	0,00
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	0,00	190.006,56	187.304,94	2.701,62	0,00	0,00	4.358,51	885,52	885,52	3.472,99	0,00
SECRETARIA DA HABITAÇÃO - FMH	147.028,53	0,00	147.028,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	9.075,00	0,00	0,00	0,00	9.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	7.963.661,39	7.895.500,00	88.161,39	0,00	0,00	900.294,81	826.363,89	777.454,92	500,00	122.339,89
SECRETARIA DE OBRAS	2.643.321,47	0,00	2.028.231,19	9.900,37	605.186,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC	0,00	50.754,00	50.754,00	0,00	0,00	0,00	21.656,72	960,95	960,95	20.695,77	0,00
SECRETARIA DE TURISMO	456.680,00	361.816,94	312.011,48	49.805,46	456.680,00	0,00	30.932,80	30.842,78	30.842,78	90,02	0,00
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	20.929,34	20.929,34	0,00	0,00	0,00	6.935,60	399,00	399,00	6.536,60	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚ	0,00	1.156.034,12	1.156.034,12	0,00	0,00	0,00	710.148,05	618.783,38	618.783,38	91.394,67	0,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	0,00	10.739,96	10.739,96	0,00	0,00	0,00	2.888,59	0,00	0,00	2.888,59	0,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇ	134.576,99	0,00	110.398,98	0,00	24.178,01	38.213,49	0,00	0,00	0,00	38.213,49	0,00
LAGESPREV-INSTITUTO DE PREV. DO MUNIC. DE L	0,00	53,96	53,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LAGESPREV-FUNDO FINANCEIRO	0,00	53,96	53,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEMAS SECRET. MUNIC. DE ÁGUAS E SANEAMEN	0,00	1.188.851,84	1.170.010,70	18.841,14	0,00	0,00	253.599,69	197.394,25	197.394,25	35.948,25	20.257,19
SEMAS - SEC. MUNIC. DE ÁGUAS E SANEAMEN	0,00	1.188.851,84	1.170.010,70	18.841,14	0,00	0,00	253.599,69	197.394,25	197.394,25	35.948,25	20.257,19
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	953.480,64	953.480,64	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	953.480,64	953.480,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	6.880,08	6.880,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	4.083,42	4.083,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	34.169,39	34.169,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	236.980,89	236.980,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	230.516,57	230.516,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	953.480,64	953.480,64	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO	0,00	953.480,64	953.480,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	440.850,29	440.850,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCACAO											
TOTAL (III) = (I + II):	4.451.689,60	25.525.556,97	27.566.706,89	753.875,45	1.656.664,23	39.213,49	5.556.119,77	4.312.250,64	4.243.259,37	1.124.026,22	228.047,67

FONTE:

CONTAS PÚBLICAS Nº08

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	46.639.500,00	46.639.500,00	7.077.517,24	39.850.777,78	85,44
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	11.359.500,00	11.359.500,00	753.907,63	9.269.197,98	81,60
1.1.1- IPTU	6.860.000,00	6.860.000,00	307.508,05	6.574.166,67	95,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	49.500,00	49.500,00	9.085,35	29.278,12	59,15
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	324.105,83	2.076.144,59	59,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	950.000,00	950.000,00	113.208,40	589.608,60	62,06
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.200.000,00	4.200.000,00	760.855,33	4.045.858,78	96,33
1.2.1- ITBI	4.200.000,00	4.200.000,00	760.855,33	4.045.858,78	96,33
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.300.000,00	22.300.000,00	4.294.385,74	19.877.834,74	89,14
1.3.1- ISS	20.200.000,00	20.200.000,00	3.986.684,27	18.325.021,78	90,72
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	330.000,00	330.000,00	79.469,76	372.997,51	113,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.450.000,00	1.450.000,00	191.331,66	997.371,37	68,78
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	320.000,00	320.000,00	36.900,05	182.444,08	57,01
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.780.000,00	8.780.000,00	1.268.368,54	6.657.786,28	75,83
1.4.1- IRRF	8.780.000,00	8.780.000,00	1.268.368,54	6.657.786,28	75,83
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	145.565.000,00	145.565.000,00	24.074.939,90	119.012.884,75	81,76
2.1- Cota-Parte FPM	50.490.000,00	50.490.000,00	6.699.326,89	40.496.952,06	80,21
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	50.490.000,00	50.490.000,00	6.699.326,89	40.496.952,06	80,21
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	78.200.000,00	78.200.000,00	13.590.476,02	63.949.579,54	81,78
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	345.000,00	345.000,00	55.767,10	250.951,95	72,74
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	1.100.000,00	1.100.000,00	203.024,03	992.047,43	90,19
2.5- Cota-Parte ITR	1.150.000,00	1.150.000,00	773.796,47	1.023.162,03	88,97
2.6- Cota-Parte IPVA	14.280.000,00	14.280.000,00	2.752.549,39	12.300.191,74	86,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	192.204.500,00	192.204.500,00	31.152.457,14	158.863.662,53	82,65
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	7.447.700,00	7.447.700,00	1.309.995,81	6.258.177,67	84,03
5.1- Transferências do Salário-Educação	5.320.000,00	5.320.000,00	907.347,55	4.652.701,88	87,46
5.2- Transferências Diretas - PDDE	12.700,00	12.700,00	0,00	5.350,00	42,13
5.3- Transferências Diretas - PNAE	2.040.000,00	2.040.000,00	389.521,54	1.554.182,27	76,19
5.4- Transferências Diretas - PNATE	75.000,00	75.000,00	13.126,72	45.943,52	61,26
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.185.000,00	2.185.000,00	43.449,12	878.565,18	40,21
6.1- Transferências de Convênios	2.185.000,00	2.185.000,00	43.449,12	878.565,18	40,21
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.717.000,00	1.717.000,00	1.654.771,75	2.911.493,27	169,57
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	11.349.700,00	11.349.700,00	3.008.216,68	10.048.236,12	88,53
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	29.113.000,00	29.113.000,00	4.814.987,53	23.806.574,74	81,77
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	10.098.000,00	10.098.000,00	1.339.865,27	8.099.389,92	80,21
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	15.640.000,00	15.640.000,00	2.718.095,04	12.789.915,09	81,78
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	69.000,00	69.000,00	11.153,42	50.190,39	72,74
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	220.000,00	220.000,00	40.604,80	202.409,52	92,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	230.000,00	230.000,00	154.759,27	204.632,27	88,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.856.000,00	2.856.000,00	550.509,73	2.460.037,55	86,14
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	55.125.000,00	55.125.000,00	9.570.640,78	46.632.411,02	84,59
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	55.000.000,00	55.000.000,00	9.542.418,00	46.487.080,47	84,52
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	125.000,00	125.000,00	28.222,18	145.330,55	116,26
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	25.887.000,00	25.887.000,00	4.727.431,07	22.680.505,73	87,61
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	48.125.000,00	46.125.000,00	7.589.395,51	41.554.307,70	90,09
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	48.125.000,00	46.125.000,00	7.589.395,51	41.554.307,70	90,09
14- OUTRAS DESPESAS	6.000.000,00	9.000.000,00	1.080.267,17	7.196.324,82	79,96
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	6.000.000,00	9.000.000,00	1.080.267,17	7.196.324,82	79,96
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	55.125.000,00	55.125.000,00	8.669.662,68	48.750.632,52	88,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					48.750.632,52
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					89,11
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,43
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-4,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	48.051.125,00	48.051.125,00	7.788.114,29	39.715.915,63	82,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	31.000.000,00	26.320.000,00	6.584.592,84	15.861.066,69	60,26
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	65.685.000,00	65.995.000,00	10.445.377,92	56.995.604,31	86,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	55.125.000,00	55.125.000,00	8.669.662,68	48.750.632,52	88,44
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	10.560.000,00	10.870.000,00	1.775.715,24	8.244.971,79	75,85
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	96.685.000,00	92.315.000,00	17.029.970,76	72.856.661,00	78,92
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					22.680.505,73
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					145.330,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					60.807,16
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					22.886.643,44
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					49.970.017,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					31,45

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.095.000,00	6.910.000,00	1.683.785,37	5.122.656,63	74,13
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.529.700,00	15.059.025,39	848.148,60	3.964.008,26	26,32
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	11.624.700,00	21.969.025,39	2.531.933,97	9.086.664,89	41,36
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	108.309.700,00	114.284.025,39	19.561.904,73	81.943.325,89	71,70

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	23.280,60	60.807,16	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	23.280,60	60.807,16	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		46.487.080,47	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		46.487.080,47	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		45.651.149,07	0,00
49.2 Restos a Pagar		835.931,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		145.330,55	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		145.330,55	0,00

LAGES, 21/11/2014

ELIZEU MATTOS

MATEUS LUNARDI

LUNARA NETO SOUZA

Prefeito Municipal

Secretário da Fazenda

Contadora CRC - 029909/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

CONTAS PÚBLICAS Nº09

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	14.700.000,00	1.358.021,40		13.341.978,60
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	123.202.658,51	43.975.245,08	0,00	79.227.413,43
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	123.202.658,51	43.975.245,08	0,00	79.227.413,43
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-108.502.658,51	-42.617.223,68		-65.885.434,83

FONTE:

CONTAS PÚBLICAS Nº11

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.287.300,00	-1.287.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	1.105.000,00	-1.105.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	182.300,00	-182.300,00
TOTAL	0,00	1.287.300,00	-1.287.300,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	727.160,00	313.400,00	0,00	413.760,00
Investimentos	727.160,00	313.400,00	0,00	413.760,00
TOTAL	727.160,00	313.400,00	0,00	413.760,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	973.900,00	973.900,00

FONTE:

CONTAS PÚBLICAS Nº12

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	46.687.500,00	46.687.500,00	39.878.803,53	85,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.860.000,00	6.860.000,00	6.574.166,67	95,83
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.200.000,00	4.200.000,00	4.045.958,78	96,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	20.200.000,00	20.200.000,00	18.325.021,78	90,72
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.780.000,00	8.780.000,00	6.657.786,28	75,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	427.500,00	427.500,00	430.301,38	100,66
Dívida Ativa dos Impostos	4.950.000,00	4.950.000,00	3.073.515,96	62,09
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.270.000,00	1.270.000,00	772.052,68	60,79
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	145.565.000,00	145.565.000,00	119.012.884,75	81,76
Cota-Parte FPM	50.490.000,00	50.490.000,00	40.496.952,06	80,21
Cota-Parte ITR	1.150.000,00	1.150.000,00	1.023.162,03	88,97
Cota-Parte IPVA	14.280.000,00	14.280.000,00	12.300.191,74	86,14
Cota-Parte ICMS	78.200.000,00	78.200.000,00	63.949.579,54	81,78
Cota-Parte IPI-Exportação	1.100.000,00	1.100.000,00	992.047,43	90,19
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	345.000,00	345.000,00	250.951,95	72,74
Desoneração ICMS (LC 87/96)	345.000,00	345.000,00	250.951,95	72,74
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	192.252.500,00	192.252.500,00	158.891.688,28	82,65

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	56.566.300,00	56.566.300,00	60.798.308,93	107,48
Provenientes da União	54.041.100,00	54.041.100,00	57.507.811,32	106,41
Provenientes dos Estados	2.525.200,00	2.525.200,00	3.290.497,61	130,31
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	855.000,00	855.000,00	1.550.990,08	181,40
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	57.421.300,00	57.421.300,00	62.349.299,01	108,58

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	91.736.300,00	102.469.394,26	87.382.001,85	85,28	86.233.915,22	84,16
Pessoal e Encargos Sociais	35.194.000,00	36.494.000,00	29.133.194,29	79,83	29.133.194,29	79,83
Outras Despesas Correntes	56.542.300,00	65.975.394,26	58.248.807,56	88,29	57.100.720,93	86,55

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.440.000,00	3.438.080,00	2.023.376,25	58,85	1.734.073,00	50,44
Investimentos	2.440.000,00	3.438.080,00	2.023.376,25	58,85	1.734.073,00	50,44
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	94.176.300,00	105.907.474,26	89.405.378,10	84,42	87.967.988,22	83,06
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	56.566.300,00	66.883.474,26	55.566.668,07	62,15	54.626.222,04	62,10
Recurso de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	56.566.300,00	66.883.474,26	55.566.668,07	62,15	54.626.222,04	62,10
Recurso de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	56.566.300,00	66.883.474,26	55.566.668,07	62,15	54.626.222,04	62,10
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	37.610.000,00	40.024.000,00	33.838.720,03	22,27	33.341.766,18	20,96
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						20,96
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						9.508.012,94

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	0,00	200.567,17	401.233,86	-401.233,86	0,00			
TOTAL	0,00	200.567,17	401.233,86	-401.233,86	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	200.567,17	0,00			200.567,17			
TOTAL (VIII)	200.567,17	0,00			200.567,17			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica	58.648.400,00	64.849.376,48	55.998.520,41	62,63	55.117.518,77	62,66		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	33.220.900,00	38.237.097,78	31.024.333,93	34,70	30.839.227,30	35,06		
Suporte Profilático e Terapêutico	1.932.000,00	2.146.000,00	1.892.640,75	2,12	1.573.226,21	1,79		
Vigilância Epidemiológica	375.000,00	675.000,00	489.883,01	0,55	438.015,94	0,50		
TOTAL	94.176.300,00	105.907.474,26	89.405.378,10	100,00	87.967.988,22	100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre será utilizada a fórmula $(N/(h+i)) \cdot (15 \times IIIh/100)$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

TERMO DE ASSINATURA DO RESPONSÁVEL POR ESTA DECLARAÇÃO

LAGES, 25/11/2014

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora CRC - 0299080-3
-------------------------------------	---	--

CONTAS PÚBLICAS Nº13

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPEAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 24/11/2014

CONTAS PÚBLICAS Nº14

Município de LAGES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	450.000.000,00
Previsão Atualizada			—	450.000.000,00
Receitas Realizadas			72.387.702,76	356.144.749,81
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	10.626.803,98
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	450.000.000,00
Créditos Adicionais			—	67.287.217,39
Dotação Atualizada			—	517.287.217,39
Despesas Empenhadas			63.610.374,89	397.028.489,71
Despesas Liquidadas			75.090.150,55	342.966.792,33
Superavit Orçamentário			—	13.177.957,48
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			63.610.374,89	397.028.489,71
Despesas Liquidadas			75.090.150,55	342.966.792,33
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				375.056.338,92
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			5.114.563,58	27.639.035,02
Despesa Previdenciárias Executadas(V)			5.471.044,40	22.924.163,57
Liquidadas			5.471.044,40	22.924.163,57
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			-356.480,82	4.714.871,45
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		8.798.500,00	-10.786.877,04	-122,60
Resultado Primário		109.808.000,00	14.208.292,00	12,94
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.595.333,26	1.124.026,22	4.243.259,37	228.047,67
EXECUTIVO	5.595.333,26	1.124.026,22	4.243.259,37	228.047,67
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	29.977.246,57	753.875,45	27.566.706,89	1.656.664,23
EXECUTIVO	29.977.246,57	753.875,45	27.566.706,89	1.656.664,23
TOTAL:	35.572.579,83	1.877.901,67	31.809.966,26	1.884.711,90
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		49.970.017,56	25%	31,45
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		41.554.307,70	60%	89,11
Liquidadas		41.554.307,70		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			1.358.021,40	13.341.978,60
Despesa de Capital Líquida			43.975.245,08	79.227.413,43

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			1.287.300,00	-1.287.300,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			313.400,00	413.760,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	33.341.766,18	15,00		20,98
Liquidadas	33.341.766,18			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES, 24/11/2014

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC - 029908/0-3

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 154/2014

DECRETO Nº 154/2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVENTES E COZINHEIRAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT)

FABRICIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.503/2008,

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo de Contratação de Serventes e Cozinheiras, em Substituição de funcionários por prazo determinado, integrada pelos senhores:

PRESIDENTE: JULIANA ZANIN PIUCO

MEMBRO: TALITA ROSSO DI FRANÇA

MEMBRO: FRANCINE PARANAGUÁ

MEMBRO: REJANE VASIELEVSKI MIRANDA

Art. 2º - A Comissão elaborará o Edital de Processo Seletivo para contratação de serventes e cozinheiras por prazo determinado, submetendo-o à homologação do prefeito Municipal.

Art. 3º - O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do município.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. E PLANEJ.

TOMADA DE PREÇO Nº46/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇO Nº46/2014 - FMS

PROCESSO Nº46/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de dezembro de 2014 às 11:00hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresas do ramo pertinente para ampliação Unidade Básica de Saúde ESF do Sumaré, no Município de Lauro Muller/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de novembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº47/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇO Nº47/2014 - FMS

PROCESSO Nº47/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de dezembro de 2014 às 11:30hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresas do ramo pertinente para ampliação Unidade Básica de Saúde ESF do Arizona, no Município de Lauro Muller/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de novembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 156/2014

DECRETO Nº 156/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 75.975,66 (Setenta e Cinco Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 43

3.1.90.00.00.1163 - Aplicação Direta R\$ 75.975,66

Total: R\$ 75.975,66 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação a se realizar na fonte de recursos 1163.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº46/2014 - HMHL

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº46/2014 - HMHL
PROCESSO Nº46/2014

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 02 de dezembro de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de oxigênio medicinal, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2015 que houveram alterações referentes a prazo de entrega item XVI. . O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 20 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº43/2014 - FMS

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº43/2014 - FMS
PROCESSO Nº43/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame previsto para no dia 3 de dezembro de 2014 às 14:30hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para a contratação de empresas do ramo pertinente para ampliação e reforma Unidade Basica de Saúde e PSF no bairro Itanema, no Município de Lauro Muller/SC, teve alteração em seu horario de abertura estando reagendado para as 10:00hs do dia 3 de dezembro de 2014, havendo tambem alteração no item 3.3 referente a qualificação tecnica . O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº44/2014 - FMS

PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº44/2014 - FMS
PROCESSO Nº44/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame previsto para no dia 3 de dezembro de 2014 às 14:30hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresas do ramo pertinente para ampliação Unidade Básica de Saúde ESF do Barro Branco, no Município de Lauro Muller/SC teve alteração em seu horario de abertura estando reagendado para as 11:00hs do dia 3 de dezembro de 2014,

havendo tambem alteração no item 3.3 referente a qualificação tecnica. O edital na íntegra retificado está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

RREO 5º BIMESTRE



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

PREFEITURA

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			(a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)
							(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Receitas Correntes		21.445.240,00	21.445.240,00	3.705.737,52	17,28	20.327.179,78	94,79
		21.372.040,00	21.372.040,00	3.705.737,52	17,34	18.005.549,73	84,25
Receita Tributária		710.100,00	710.100,00	103.205,25	14,53	613.628,58	86,41
Impostos		566.000,00	566.000,00	84.907,44	15,00	431.938,00	76,31
Taxas		94.100,00	94.100,00	18.297,81	19,45	181.690,58	193,08
Contribuição de Melhoria		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições		220.000,00	220.000,00	81.631,45	37,11	175.145,23	79,61
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		220.000,00	220.000,00	81.631,45	37,11	175.145,23	79,61
Receita Patrimonial		119.510,00	119.510,00	58.071,94	48,59	251.956,36	210,82
Receitas de Valores Mobiliários		119.510,00	119.510,00	58.071,94	48,59	251.956,36	210,82
Transferências Correntes		20.191.430,00	20.191.430,00	3.399.499,60	16,84	16.747.975,27	82,95
Transferências Intergovernamentais		19.924.490,00	19.924.490,00	3.334.388,11	16,74	15.958.413,07	80,09
Transferências de Convênios		266.940,00	266.940,00	65.111,49	24,39	789.562,20	295,78
Outras Receitas Correntes		131.000,00	131.000,00	63.329,28	48,34	216.844,29	165,53
Multas e Juros de Mora		29.000,00	29.000,00	7.626,21	26,30	49.088,69	169,27
Indenizações e Restituições		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa		48.000,00	48.000,00	18.357,42	38,24	76.177,43	158,70
Receitas Diversas		53.000,00	53.000,00	37.345,65	70,46	91.578,17	172,79
Receitas de Capital		73.200,00	73.200,00	0,00	0,00	2.321.630,05	3.171,63
Operações de Crédito		30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens		6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	298.380,00	4.973,00
Alienação de Bens Móveis		6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	298.380,00	4.973,00
Transferências de Capital		67.170,00	67.170,00	0,00	0,00	2.023.250,05	3.012,13
Transferências Intergovernamentais		66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	357.800,00	542,12
Transferências de Convênios		1.170,00	1.170,00	0,00	0,00	1.665.450,05	142.346,1

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Continua 1 / 4



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)									
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas									
Mobiliária									
Contratual									
Operações de Crédito Externas									
Mobiliária									
Contratual									
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.445.240,00	21.445.240,00	3.705.737,52	17,28	20.327.179,78	94,79	1.118.060,22		
DÉFICIT (VI)									
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.445.240,00	21.445.240,00	3.705.737,52	17,28	20.327.179,78				
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)					1.093.632,83				
Superavit Financeiro					1.093.632,83				
Reabertura de créditos adicionais					0,00				

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)					(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	21.445.240,00	5.807.662,07	27.252.902,07	4.050.153,05	19.406.283,18	4.819.567,14	18.416.087,92	8.836.814,15
Despesas Correntes	20.154.730,00	1.824.330,83	21.979.060,83	3.404.646,84	16.402.920,69	3.512.982,02	15.833.120,96	6.145.939,87
Pessoal e Encargos Sociais	10.273.870,00	1.953.102,83	12.226.972,83	1.723.250,60	8.962.070,62	1.693.134,76	8.909.494,65	3.317.478,18
Juros e Encargos da Dívida	275.600,00	-85.000,00	190.600,00	26.463,10	148.691,69	29.879,46	148.691,69	41.908,31

Continua 2 / 4



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
									Continuação R\$ 1,00
	9.605.260,00	-43.772,00	9.561.488,00	1.654.933,14	7.292.158,38	1.789.967,80	6.774.934,62	70,86	2.786.553,38
Outras Despesas Corrente									
Despesas de Capital	1.280.510,00	3.983.331,24	5.263.841,24	645.506,21	3.003.362,49	1.306.585,12	2.582.966,96	49,07	2.680.874,28
Investimentos	966.420,00	3.753.331,24	4.719.751,24	505.902,44	2.543.038,00	1.151.982,17	2.122.642,47	44,97	2.597.108,77
Amortização da Dívida	314.090,00	230.000,00	544.090,00	139.603,77	460.324,49	154.602,95	460.324,49	84,60	83.765,51
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	10.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	21.445.240,00	5.807.662,07	27.252.902,07	4.050.153,05	19.406.283,18	4.819.567,14	18.416.087,92	67,57	8.836.814,15
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.445.240,00	5.807.662,07	27.252.902,07	4.050.153,05	19.406.283,18	4.819.567,14	18.416.087,92	67,57	8.836.814,15
SUPERÁVIT (XIII)	-----	-----	-----	-----	-----	-----	1.911.091,86	-----	-----
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.445.240,00	5.807.662,07	27.252.902,07	4.050.153,05	19.406.283,18	4.819.567,14	20.327.179,78	-----	-----

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre	%	Até o bimestre	%	(a-c)
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0000) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 25/11/2014
Hora de emissão: 15:22

LUDOVINO LABAS PREFEITO MUNICIPAL	ADAIR DA SILVA MATOS TÉCNICO CONTÁBIL CRC/SC 16.115/0-7	CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI SECRETÁRIA ADM. E FINANÇAS	SERGIO INHAIA CONTROLADOR INTERNO
--------------------------------------	---	--	--------------------------------------



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (1)	21.445.240,00	27.252.902,07	4.050.153,05	19.406.283,18	4.819.567,14	18.416.087,92	100,00	67,57
LEGISLATIVA								
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	538.467,45	0,00	538.467,45	2,92	53,85
ADMINISTRAÇÃO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	538.467,45	0,00	538.467,45	2,92	53,85
Planejamento e Orçamento	1.369.220,00	2.223.520,00	253.572,12	1.723.980,75	289.175,16	1.708.134,61	9,28	76,82
Administração Geral	78.020,00	69.220,00	6.750,00	53.624,94	37.150,00	52.160,94	0,28	75,36
SEGURANÇA PÚBLICA	1.291.200,00	2.154.300,00	246.822,12	1.670.355,81	252.025,16	1.655.973,67	8,99	76,87
Policimento	96.000,00	178.648,00	6.920,58	13.219,58	6.920,58	13.219,58	0,07	7,40
Defesa Civil	96.000,00	52.000,00	6.920,58	13.219,58	6.920,58	13.219,58	0,07	25,42
ASSISTÊNCIA SOCIAL								
Assistência Ao Idoso	0,00	126.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Ao Portador De Deficiência	1.065.000,00	1.092.000,00	188.246,17	721.541,55	161.900,54	638.068,93	3,41	57,52
Assistência à Criança e Ao Adolescente	23.000,00	22.000,00	537,80	602,80	537,80	602,80	0,00	2,74
Assistência Comunitária	17.000,00	17.000,00	0,00	17.000,00	3.480,00	10.440,00	0,06	61,41
SAÚDE								
Atenção Básica	224.000,00	175.000,00	15.695,53	100.662,39	23.553,53	80.895,48	0,44	46,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	801.000,00	878.000,00	172.012,84	603.276,36	134.329,21	536.130,65	2,91	61,06
Assistência Infantil	5.384.160,00	6.573.160,00	1.051.009,58	4.899.056,64	1.053.533,34	4.642.634,04	25,21	70,63
EDUCAÇÃO								
Atenção Básica	3.698.150,00	4.812.150,00	760.701,90	3.538.082,83	767.004,12	3.293.257,58	17,88	68,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.686.010,00	1.761.010,00	290.307,68	1.360.973,81	286.529,22	1.349.376,46	7,33	76,63
Alimentação e Nutrição	9.249.980,00	9.850.182,83	1.680.497,84	7.712.206,32	2.280.471,18	7.359.782,72	39,96	74,72
Ensino Fundamental	182.860,00	192.860,00	0,00	165.825,52	7.259,17	157.110,66	0,85	81,46
Ensino Superior	8.663.210,00	9.354.412,83	1.650.019,87	7.339.238,80	2.217.835,02	7.001.157,03	38,02	74,84
Educação De Jovens e Adultos	36.000,00	7.000,00	1.170,00	4.290,00	1.170,00	4.290,00	0,02	61,29
Educação Especial	341.100,00	284.100,00	27.603,53	195.699,23	52.502,55	190.521,70	1,03	67,06
CULTURA								
Educação Especial	16.800,00	11.800,00	1.704,44	7.152,77	1.704,44	6.703,33	0,04	56,81
Difusão Cultural	10.010,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
URBANISMO	983.080,00	2.574.460,00	384.364,29	1.041.723,24	358.053,80	931.346,89	5,06	36,18	1.643.113,11
Infra-estrutura Urbana	413.060,00	1.627.440,00	102.992,65	234.338,94	105.143,62	233.242,56	1,27	14,33	1.394.197,44
Serviços Urbanos	570.020,00	947.020,00	281.371,64	807.384,30	252.910,18	698.104,33	3,79	73,72	248.915,67
HABITAÇÃO	20.020,00	49.018,96	48.619,34	48.619,34	3.166,80	3.166,80	0,02	6,46	45.852,16
Habitação Urbana	20.020,00	49.018,96	48.619,34	48.619,34	3.166,80	3.166,80	0,02	6,46	45.852,16
GESTÃO AMBIENTAL	76.020,00	19.020,00	1.542,32	17.316,92	3.309,96	16.239,92	0,09	85,38	2.780,08
Preservação e Conservação Ambiental	76.020,00	19.020,00	1.542,32	17.316,92	3.309,96	16.239,92	0,09	85,38	2.780,08
AGRICULTURA	430.060,00	657.060,00	30.984,13	299.688,74	44.434,39	298.344,82	1,62	45,41	358.715,18
Extensão Rural	430.060,00	657.060,00	30.984,13	299.688,74	44.434,39	298.344,82	1,62	45,41	358.715,18
INDÚSTRIA	199.000,00	143.100,00	21.396,26	140.233,71	9.552,08	116.067,95	0,63	81,11	27.032,05
Promoção Industrial	199.000,00	143.100,00	21.396,26	140.233,71	9.552,08	116.067,95	0,63	81,11	27.032,05
COMÉRCIO E SERVIÇOS	14.000,00	14.000,00	545,51	11.524,66	7.553,71	10.009,66	0,05	71,50	3.990,34
Turismo	14.000,00	14.000,00	545,51	11.524,66	7.553,71	10.009,66	0,05	71,50	3.990,34
TRANSPORTE	594.010,00	1.489.903,75	228.106,48	1.314.144,45	349.935,46	1.227.291,61	6,66	82,37	262.612,14
Transporte Rodoviário	594.010,00	1.489.903,75	228.106,48	1.314.144,45	349.935,46	1.227.291,61	6,66	82,37	262.612,14
DESPORTO E LAZER	213.000,00	389.138,53	-48.775,57	111.466,02	30.020,60	110.219,15	0,60	28,32	278.919,38
Desporto Comunitário	152.990,00	309.128,53	-48.775,57	104.737,52	30.020,60	103.490,65	0,56	33,48	205.637,88
Lazer	60.010,00	80.010,00	0,00	6.728,50	0,00	6.728,50	0,04	8,41	73.281,50
ENCARGOS ESPECIAIS	739.690,00	989.690,00	203.124,00	813.093,81	221.539,54	813.093,79	4,42	82,16	176.596,21
Outros Encargos Especiais	739.690,00	989.690,00	203.124,00	813.093,81	221.539,54	813.093,79	4,42	82,16	176.596,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Reserva De Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.445.240,00	27.252.902,07	4.050.153,05	19.406.283,18	4.819.567,14	18.416.087,92	100,00	67,57	8.836.814,15

Continua 2 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação
R\$ 1,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0000) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 25/11/2014
Hora de emissão: 15:24

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETÁRIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.893.080,66	3.201.304,68	2.544.498,70	2.036.279,36	1.743.292,45	1.918.569,75	2.094.324,03					
Receitas tributárias	47.865,67	304.218,67	26.884,83	58.781,86	71.875,89	41.499,33	48.097,53					
IPTU	1.009,55	1.679,63	173,99	65,42	20,81	0,00	28,14					
ISS	10.038,59	28.149,98	16.607,80	18.844,48	21.171,89	17.543,44	19.956,09					
ITBI	23.087,50	28.041,64	3.099,35	3.947,89	2.339,89	6.631,62	11.011,44					
IRRF	1.631,01	225.249,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outras receitas tributárias	12.099,02	21.097,98	7.003,69	35.924,07	48.343,30	17.324,27	17.101,86					
Receita de contribuições	1.449,94	31.890,04	17.628,71	16.720,10	16.868,68	3.153,16	32.465,11					
Receita Patrimonial	14.735,49	13.805,57	19.622,03	17.132,48	21.641,66	22.283,14	22.624,63					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências Correntes	1.802.034,94	2.827.752,27	2.464.411,06	1.917.019,10	1.614.862,17	1.835.248,67	1.975.717,18					
Cota-Parte FPM	654.101,18	986.788,44	793.108,49	846.923,86	502.391,05	573.394,80	764.119,07					
Cota-Parte do ICMS	361.541,92	360.008,80	353.287,36	336.042,97	340.908,51	332.530,99	338.015,26					
Cota-Parte do IPV A	27.985,15	19.467,59	22.127,64	35.534,55	43.504,56	53.452,11	53.609,47					
Cota-Parte do ITR	6.582,24	3.506,63	3.405,42	903,60	28,93	326,41	46,98					
Transferências da LC 87/1996	1.496,46	1.496,46	1.492,20	1.492,20	0,00	1.492,20	1.492,20					
Transferências da LC 61/1989	5.632,50	6.019,93	5.646,84	4.780,76	4.671,40	5.087,52	5.533,51					
Transferências do FUNDEB	485.627,18	483.121,11	528.460,97	516.644,32	476.906,01	480.511,80	525.396,25					
Outras Transferências correntes	259.068,31	967.343,31	756.882,14	174.696,84	246.451,71	388.452,84	287.504,44					
Outras receitas correntes	26.994,62	23.638,13	15.952,07	26.625,82	18.044,05	16.385,45	15.419,58					
DEDUÇÕES (II)	211.467,70	213.031,35	235.813,37	245.135,41	178.300,68	193.256,62	232.563,10					
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de receita para formação do FUNDEB	211.467,70	213.031,35	235.813,37	245.135,41	178.300,68	193.256,62	232.563,10					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.681.612,96	2.988.273,33	2.308.685,33	1.791.143,95	1.564.991,77	1.725.313,13	1.861.760,93					

Continua 1 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Novembro/2013 a Outubro/2014

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses							Previsão atualizada 2014
		R\$ 1,00							
		Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Total Últimos 12 Meses		
RECEITAS CORRENTES (I)		1.805.287,88	1.841.193,89	1.968.223,27	1.896.979,20	2.212.464,53	25.155.498,40	23.981.440,00	
Receitas tributárias		33.204,10	89.293,79	140.786,00	51.003,53	52.201,72	965.712,92	710.100,00	
IPTU		0,00	30.173,98	86.818,37	11.658,43	18.146,51	150.000,00	150.000,00	
ISS		21.516,41	23.245,94	13.484,96	15.272,58	24.179,67	230.011,83	215.000,00	
ITBI		2.880,59	22.984,46	14.868,68	13.858,04	9.453,60	70.000,00	70.000,00	
IRRF		0,00	1.789,00	1.077,02	985,61	981,32	231.713,40	130.000,00	
Outras receitas tributárias		8.807,10	11.100,41	24.536,97	9.228,87	9.068,94	221.636,48	145.100,00	
Receita de contribuições		2.758,21	0,00	3.919,81	47.501,01	34.130,44	208.485,21	220.000,00	
Receita Patrimonial		24.196,57	35.304,95	31.078,96	30.727,78	27.344,16	280.497,42	119.510,00	
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes		1.723.371,44	1.695.658,84	1.774.044,33	1.726.373,15	2.076.832,66	23.433.325,81	22.800.830,00	
Cota-Parte FPM		573.039,99	492.168,85	597.901,41	524.110,57	495.338,47	7.803.386,18	8.500.000,00	
Cota-Parte do ICMS		342.924,72	318.674,74	334.324,83	358.477,94	369.591,25	4.146.329,29	4.000.000,00	
Cota-Parte do IPVA		46.734,30	55.206,02	50.861,38	54.213,01	41.845,67	504.541,45	480.000,00	
Cota-Parte do ITR		500,38	322,99	541,06	22.120,39	138.975,06	177.260,09	90.000,00	
Transferências da LC 87/1996		1.492,20	1.492,20	1.492,20	0,00	1.492,20	14.930,52	200.000,00	
Transferências da LC 61/1989		5.270,37	5.414,30	5.580,97	6.744,17	5.624,44	66.006,71	60.000,00	
Transferências do FUNDEB		497.199,96	460.391,78	491.123,07	502.583,01	524.740,38	5.972.705,84	5.400.000,00	
Outras Transferências correntes		256.209,52	361.987,96	292.219,41	258.124,06	499.225,19	4.748.165,73	4.070.830,00	
Outras receitas correntes		21.757,56	20.936,31	18.394,17	41.373,73	21.955,55	267.477,04	131.000,00	
DEDUÇÕES (II)		193.992,19	174.655,58	198.140,17	193.133,00	210.573,21	2.480.062,38	2.609.400,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de receita para formação do FUNDEB		193.992,19	174.655,58	198.140,17	193.133,00	210.573,21	2.480.062,38	2.609.400,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		1.611.295,69	1.666.538,31	1.770.083,10	1.703.846,20	2.001.891,32	22.675.436,02	21.372.040,00	

Continuação

R\$ 1,00

Continua 2 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Novembro/2013 a Outubro/2014

Continuação
R\$ 1,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0000) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 18/11/2014
Hora de emissão: 10:29

LUDOVINO LABAS PREFEITO MUNICIPAL	ADAIR DA SILVA MATTOS TÉCNICO CONTÁBIL CRC/SC 16.115/0-7	CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI SECRETARIA ADM. E FINANÇAS	SERGIO INHAIA CONTROLADOR INTERNO
--------------------------------------	--	--	--------------------------------------



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO.07 (LRF, Art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	1.822,37	491.974,01	470.311,84	1.268,63	22.215,91	25.214,21	1.174.308,45	1.137.265,21	1.137.190,16	16.060,42
EXECUTIVO										
Município de Lebon Régis	1.109,85	283.613,68	266.676,93	1.268,63	16.777,97	23.726,63	1.116.021,40	1.079.960,30	1.079.887,24	16.060,42
Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	712,52	115.224,88	111.289,16	0,00	4.648,24	1.487,58	38.654,61	37.700,97	37.700,97	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis	0,00	30.962,50	30.962,40	0,00	0,10	0,00	18.982,21	18.982,21	18.982,21	0,00
Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis	0,00	61.307,95	60.518,35	0,00	789,60	0,00	556,81	528,31	526,32	30,49
Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Lebon Régis	0,00	865,00	865,00	0,00	0,00	0,00	93,42	93,42	93,42	0,00
LEGISLATIVO										
Câmara Municipal de Vereadores de Lebon Régis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTO) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.822,37	491.974,01	470.311,84	1.268,63	22.215,91	25.214,21	1.174.308,45	1.137.265,21	1.137.190,16	16.060,42

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0000) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 18/11/2014
Hora de emissão: 11:19

Continua 1 / 2



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON RÉGIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (C)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.740.903,75	1.386.941,45	1.227.677,62
DEDUÇÕES (II)	3.062.088,97	5.338.610,95	4.113.247,53
Disponibilidade de Caixa bruta	3.549.001,65	5.800.937,75	4.892.977,59
Demais Haveres Financeiros	11.909,27	24.546,74	24.546,74
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	498.821,95	486.873,54	804.276,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.321.185,22	-3.951.669,50	-2.885.569,91
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.321.185,22	-3.951.669,50	-2.885.569,91

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C-B)	Até o Bimestre (C-A)
VALOR	1.066.099,59	-1.564.384,69

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.063.549,23
--	----------------------

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 21/11/2014

LUDUVINO LABAS
 PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADAIR DA SILVA MATTOS
 CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-7

SERGIO INHAIA
 CONTROLADOR INTERNO



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.252.530,00	3.647.665,58	17.753.593,37	15.679.862,49
Receitas tributárias	710.100,00	103.205,25	613.628,58	487.571,45
IPTU	150.000,00	20.176,62	137.457,33	160.118,19
ISS	215.000,00	39.452,25	191.823,26	96.029,25
ITBI	70.000,00	23.311,64	91.075,56	44.439,62
IRRF	130.000,00	1.966,93	4.832,95	46.537,76
Outras Receitas Tributárias	145.100,00	18.297,81	188.439,48	140.446,63
Receitas de Contribuições	220.000,00	81.631,45	175.145,23	198.799,28
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	220.000,00	81.631,45	175.145,23	198.799,28
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	119.510,00	58.071,94	251.956,36	87.672,07
(-) Aplicações Financeiras	119.510,00	58.071,94	251.956,36	87.672,07
Transferências Correntes	20.191.430,00	3.399.499,60	16.747.975,27	14.758.222,40
FPM	6.860.000,00	815.559,28	4.929.997,48	4.336.840,94
ICMS	3.200.000,00	582.455,53	2.739.823,68	2.508.701,88
Convênios	266.940,00	65.111,49	789.562,20	263.549,59
Outras Transferências Correntes	9.864.490,00	1.936.373,30	8.288.591,91	7.649.129,99
Demais Receitas Correntes	131.000,00	63.329,28	216.844,29	235.269,36
Dívida Ativa	48.000,00	18.357,42	76.177,43	99.986,87
Diversas Receitas Correntes	83.000,00	44.971,86	140.666,86	135.282,49
RECEITAS DE CAPITAL (II)	73.200,00	0,00	2.321.630,05	502.786,00
Operações de Crédito (III)	30,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	6.000,00	0,00	298.380,00	0,00
Transferências de Capital	67.170,00	0,00	2.023.250,05	502.786,00
Convênios	1.170,00	0,00	1.665.450,05	218.386,00
Outras Transferências de Capital	66.000,00	0,00	357.800,00	284.400,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	67.170,00	0,00	2.023.250,05	502.786,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	21.319.700,00	3.647.665,58	19.776.843,42	16.182.648,49

Continua 1 / 2



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.979.060,83	3.512.982,02	15.833.120,96	14.048.075,42
Pessoal e Encargos Sociais	12.226.972,83	1.693.134,76	8.909.494,65	7.836.868,26
Juros e Encargos da Dívida (IX)	190.600,00	29.879,46	148.691,69	269.026,81
Outras despesas Correntes	9.561.488,00	1.789.967,80	6.774.934,62	5.942.180,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	21.788.460,83	3.483.102,56	15.684.429,27	13.779.048,61
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.263.841,24	1.306.585,12	2.582.966,96	1.894.372,01
Investimentos	4.719.751,24	1.151.982,17	2.122.642,47	1.466.469,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	544.090,00	154.602,95	460.324,49	427.902,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	4.719.751,24	1.151.982,17	2.122.642,47	1.466.469,69
Reserva de Contingência (XVI)	10.000,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	26.518.212,07	4.635.084,73	17.807.071,74	15.245.518,30
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-5.198.512,07	-987.419,15	1.969.771,68	937.130,19
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-----	-----	1.093.632,83 D	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			464.150,00	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0000) LRF 2014 (04.00.17.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 24/11/2014
Hora de emissão: 11:50

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON REGIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014 / BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

RREO - ANEXO X (Lei nº9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	643.000,00	643.000,00	110.891,07	556.955,70	86,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	218.000,00	218.000,00	35.182,76	242.919,38	111,43
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	150.000,00	150.000,00	20.176,62	137.457,33	91,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	658,54	13.439,95	100,00
Dívida Ativa do IPTU	48.000,00	48.000,00	14.347,60	68.930,69	143,61
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	23.091,41	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	70.000,00	70.000,00	23.311,64	91.075,56	130,11
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	70.000,00	70.000,00	23.311,64	91.075,56	130,11
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	215.000,00	215.000,00	39.854,76	193.366,77	89,94
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	215.000,00	215.000,00	39.452,25	191.823,26	89,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	134,43	683,67	0,00
Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	268,08	859,84	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	140.000,00	140.000,00	5.348,62	19.358,74	13,83
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	131.000,00	131.000,00	1.966,93	11.581,85	8,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	9.000,00	9.000,00	0,00	655,80	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	3.381,69	7.121,09	0,00
1.5- Receita Resultante de Outros Impostos	0,00	0,00	7.193,29	10.235,25	0,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	1.288,30	1.508,96	0,00
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	0,00	0,00	3.741,74	6.386,90	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa de Outros Tributos	0,00	0,00	2.163,25	2.339,39	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.347.000,00	13.347.000,00	2.018.533,17	10.293.432,97	77,12
2.1- Cota-Parte FPM	8.200.000,00	8.200.000,00	1.019.449,04	6.162.496,56	75,15
2.1.1- Cota-Parte FPM - Parcela referente art. 159, alínea d	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	728.069,19	3.424.778,57	85,62
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	200.000,00	200.000,00	1.492,20	11.937,60	5,97
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	12.368,61	54.354,28	90,59
2.5- Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	161.095,45	167.171,22	185,75
2.6- Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	96.058,68	457.088,71	95,23
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8- Cota-Parte IPI - Exportação União	17.000,00	17.000,00	0,00	15.606,03	0,00
3- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.990.000,00	13.990.000,00	2.129.424,24	10.850.388,67	77,56
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	1.000,00	1.000,00	133,62	964,66	96,47
5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	817.710,00	817.710,00	300.981,14	998.715,50	122,14
5.1- Transferências do Salário-Educação	550.000,00	550.000,00	101.521,00	474.460,48	86,27
5.2- Outras Transferências do FNDE	263.700,00	263.700,00	192.849,49	485.452,78	184,09
5.3- Aplicações Financeiras dos Recursos do FNDE	4.010,00	4.010,00	6.610,65	38.802,24	967,64
6- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	200.020,00	200.020,00	35.142,86	95.834,69	47,91
6.1- Transferências de Convênios	200.020,00	200.020,00	35.142,86	95.834,69	47,91
6.2- Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.017.730,00	1.017.730,00	336.124,00	1.094.550,19	107,55

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.609.400,00	2.609.400,00	403.706,21	2.055.563,33	78,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.1)	1.640.000,00	1.640.000,00	203.889,76	1.232.499,08	75,15
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	145.613,66	684.954,89	85,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.3)	40.000,00	40.000,00	298,44	2.387,52	5,97
10.6- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.4)	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.5)	18.000,00	18.000,00	32.219,08	33.434,16	185,75
10.7- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.6)	96.000,00	96.000,00	19.211,55	91.416,88	95,23
10.7- Cota-Parte IPI - Exportação União Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.8)	12.000,00	12.000,00	2.473,72	10.870,80	90,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.402.000,00	5.402.000,00	1.030.512,63	5.032.299,70	93,16
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.400.000,00	5.400.000,00	1.027.323,39	5.003.957,55	92,67
11.2- Complementação do Estado ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	3.189,24	28.342,15	1,02
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.790.600,00	2.790.600,00	623.617,18	2.948.394,22	105,65
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		
			DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% (g) = ((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(f)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.781.000,00	4.461.102,83	703.882,56	3.311.143,18	74,22
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.781.000,00	4.461.102,83	703.882,56	3.311.143,18	74,22
14- OUTRAS DESPESAS	1.621.000,00	2.244.000,00	713.901,35	1.754.902,96	78,96
14.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	5.270,30	37.070,35	37,57
14.2- Com Ensino Fundamental	1.521.000,00	2.144.000,00	708.631,05	1.717.832,61	80,89
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.402.000,00	6.705.102,83	1.417.783,91	5.066.046,14	75,81
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					VALOR
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					982,83
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13 - 18 / 11) x 100					66,17
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					VALOR
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013					982,83

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS
--	----------	----------	---------------------

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ¹		3.497.500,00	532.356,06	2.712.597,17	77,56	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g) = ((e+f)/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	267.000,00	210.000,00	40.570,02	125.723,51	3.894,21	61,72
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	5.270,30	37.070,35	0,00	37,07
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	167.000,00	110.000,00	35.299,72	88.653,16	3.894,21	84,13
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.730.890,00	7.804.092,83	1.814.891,10	5.998.081,90	66.636,27	77,71
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.302.000,00	6.605.102,83	1.412.513,61	5.028.975,79	16.459,94	76,39
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.428.890,00	1.198.990,00	402.377,49	969.106,11	50.176,33	85,01
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	36.000,00	7.000,00	1.170,00	4.290,00	0,00	0,00
27- ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	192.860,00	192.860,00	7.259,17	157.110,66	8.714,86	85,98
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.226.750,00	8.213.952,83	1.863.890,29	6.285.206,07	79.245,34	77,48
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.948.394,22	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50)					28.342,15	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					982,83	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00	
36- CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46)					17.329,05	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.995.048,25	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					3.133.047,16	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ¹ [(38) / (3)] x 100%					28,87	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g) = ((e+f)/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	551.000,00	551.000,00	117.006,38	468.705,78	21.133,42	88,90
42- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	472.230,00	1.085.230,00	299.574,51	605.870,87	251.546,22	79,01
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (40 + 41 + 42 + 43)	1.023.230,00	1.636.230,00	416.580,89	1.074.576,65	272.679,64	82,34
45- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (29 + 44)	9.249.980,00	9.850.182,83	2.280.471,18	7.359.782,72	351.924,98	15,43
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012			
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00		0,00			
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB					VALOR	
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					632.764,38	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE					5.003.957,55	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					5.619.564,95	
49.1- PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE DO EXERCÍCIO					4.857.604,65	
49.2- PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE DE RESTOS					602.066,80	
49.3- PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE DE EXTRA - ORÇAMENTÁRIAS					159.893,50	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE					28.342,15	
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL					45.499,13	

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

LEBON RÉGIS, 21/11/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Adm. e FinançasADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. ContabilidadeSERGIO INHAIA
Controlador Interno



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: 6.o Bimestre/2014

RREO - ANEXO 09 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	30,00	0,00		30,00
DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS² Até o bimestre		Saldo não executado (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	Inscritas em restos a pagar não processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.266.841,24	2.773.613,28	350.319,53	2.142.908,43
(-) Incentivos Fiscais a contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida (II)	5.266.841,24	2.773.613,28	350.319,53	2.142.908,43
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a-d)	(b)-(e+f)		(c-g)
	-5.266.811,24	-3.123.932,81		-2.142.878,43

Notas:

¹ <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0000) LRF 2014 (04.00.17.0000)

Unidade Responsável: Município de Lebon Régis

Data de emissão: 18/11/2014

Hora de emissão: 11:25

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON RÉGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

RREO – ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
		Receita de Alienação	Rendimentos de Aplicação Financeira	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	6.000,00	298.380,00	9.373,74	-301.753,74
Alienação de Bens Móveis	6.000,00	298.380,00	9.373,74	-301.753,74
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	192.950,00	105.850,00	29.974,00	57.126,00
Despesas de Capital	192.950,00	105.850,00	29.974,00	57.126,00
Investimentos	192.950,00	105.850,00	29.974,00	57.126,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2.013 (h)	2.014 (i) = (Ib - (IIe + IIff))		SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	68.345,94	171.929,74		240.275,68

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LEBON RÉGIS, 21/11/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Administração e Finanças

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

SERGIO INHAIA
Controlador Interno

Anexo XIV - Alienação



Município de LEBON RÉGIS-SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA
DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	13.690.000,00	13.690.000,00	10.850.388,67	79,26
Impostos	566.000,00	566.000,00	431.938,00	76,31
Imposto s/ Propriedade Predial e Territorial Urbana	150.000,00	150.000,00	137.457,33	91,64
Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos	70.000,00	70.000,00	91.075,56	130,11
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	215.000,00	215.000,00	191.823,26	89,22
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	131.000,00	131.000,00	11.581,85	8,84
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa	77.000,00	77.000,00	125.017,70	162,36
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.000,00	9.000,00	16.288,38	180,98
Dívida Ativa dos Impostos	48.000,00	48.000,00	76.177,43	158,70
Multas, Juros de Mora, Atual. e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	20.000,00	20.000,00	32.551,89	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	13.047.000,00	13.047.000,00	10.293.432,97	78,90
Da União	8.507.000,00	8.507.000,00	6.357.211,41	74,73
Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.200.000,00	8.200.000,00	6.162.496,56	75,15
Cota - Parte do Imp. s/ a Propriedade Territorial Rural	90.000,00	90.000,00	167.171,22	185,75
Transferência Financeira do ICMS - Desonerção - L.C 87/96	200.000,00	200.000,00	11.937,60	5,97
Outras Transferências da União	17.000,00	17.000,00	15.606,03	91,80
Do Estado	4.540.000,00	4.540.000,00	3.936.221,56	86,70
Cota - Parte do ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.424.778,57	85,62
Cota - Parte do IPVA	480.000,00	480.000,00	457.088,71	95,23
Cota - Parte do IPI s/ Exportação	60.000,00	60.000,00	54.354,28	90,59
Outras Transferências do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	2.609.100,00	2.609.100,00	1.660.927,62	63,66
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	7.755.540,00	7.755.540,00	9.871.426,82	127,28
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.609.400,00	-2.609.400,00	-2.055.563,33	78,78
TOTAL	21.445.240,00	21.445.240,00	20.327.179,78	94,79

DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% ((d+e)/c)
(Por Grupo de Natureza da Despesa)		(c)	(d)	(e)	
DESPESAS CORRENTES	5.054.640,00	5.758.640,00	4.190.549,78	139.535,72	75,19
Pessoal e Encargos Sociais	2.517.170,00	3.034.170,00	2.261.045,91	33.893,07	75,64
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.527.470,00	2.724.470,00	1.929.503,87	105.642,65	74,70
DESPESAS DE CAPITAL	329.520,00	814.520,00	452.203,54	118.190,00	70,03
Investimentos	319.520,00	814.520,00	452.203,54	118.190,00	70,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	5.384.160,00	6.573.160,00	4.642.753,32	257.725,72	74,55

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% ((f+g)/despesas com saúde)
			(f)	(g)	
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	5.384.160,00	6.573.160,00	4.642.753,32	257.725,72	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.613.010,00	3.017.810,00	1.943.126,73	180.308,47	43,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.613.010,00	3.017.810,00	1.943.126,73	180.308,47	43,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	2.771.150,00	3.555.350,00	2.699.626,59	77.417,25	56,67

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2014 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	40.699,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(VI - VII f) / I] CONSTITUCIONAIS	24,88
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% ((h+i)/Total(h+i))
Atenção Básica	3.698.150,00	4.789.950,00	3.293.376,86	246.128,37	72,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.686.010,00	1.761.010,00	1.349.376,46	11.597,35	27,77
TOTAL	5.384.160,00	6.550.960,00	4.642.753,32	257.725,72	100,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

LEBON RÉGIS, 21/11/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Administração e FinançasADAIR DA SILVA MATOS
CRC/SC 16.1150-7 Tec. ContabilidadeSERGIO INHAIA
Controlador Interno

Anexo XVI - Saúde 2014



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Mês de referência: 5.o Bimestre/2014

RREO – ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)							
		No bimestre	Até o bimestre (b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP(II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III) = (I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado(IV)											
Das Estadais Não-dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											

Continua 1 / 2



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Mês de referência: 5.o Bimestre/2014

Continuação

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.17.0000) LRF 2014 (04.00.17.0000)

Data de emissão: 18/11/2014

Hora de emissão: 16:55



Município de LEBON RÉRIS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial	-		21.445.240,00
Previsão Atualizada	-		21.445.240,00
Receitas Realizadas	3.705.737,52		20.327.179,78
Déficit Orçamentário	-		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-		1.093.632,83
DESPESAS			
Dotação Inicial	-		21.445.240,00
Créditos Adicionais	-		5.807.662,07
Dotação Atualizada	-		27.252.902,07
Despesas Empenhadas	4.050.153,05		19.406.283,18
Despesas Liquidadas	4.819.567,14		18.416.087,92
Inscritas em Restos a Pagar não Processados	-		990.195,26
Superávit Orçamentário	-		1.911.091,86
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	4.050.153,05		19.406.283,18
Despesas Liquidadas	4.819.567,14		18.416.087,92
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			22.675.436,02
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00		0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)
Resultado Nominal	-1.063.549,23	-2.349.984,58	220,96
Resultado Primário	464.150,00	1.969.771,68	424,38
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	493.796,38	1.268,63	470.311,84
Poder Executivo	493.796,38	1.268,63	470.311,84
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.199.522,66	16.060,42	1.137.190,16
Poder Executivo	1.199.522,66	16.060,42	1.137.190,16
TOTAL	1.693.319,04	17.329,05	1.607.502,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.133.047,16	25	28,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	3.311.143,18	60	66,17
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00		30,00
Despesa de Capital Líquida	846.851,18		2.979.023,55
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2021
			2031
			2046
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	298.380,00		-293.380,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		3.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.699.626,59	15	24,88
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas / RCL (%)			0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.105/2014

LEI Nº 1.105, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotações do Orçamento da Seguridade Social, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.553,25
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.553,25
Função	08	Assistência Social	9.553,25
Sub-função	244	Assistência Comunitária	9.253,25
Programa	07	Vivendo com amor	9.253,25
Atividade	2.045	Atividades de Integração do Jovem	9.253,25
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.253,25
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.253,25
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.253,25
Fonte de Recursos	0.1.0052.20	Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social /Transferência do Estado/SST-FEAS - PMLL-FMAS - B CUST	9.253,25
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	300,00
Programa	07	Vivendo com amor	300,00
Atividade	1.047	Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	300,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Investimentos	300,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	300,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	300,00
Fonte de Recursos	0.1.0000.00	Recursos Ordinários	300,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			9.553,25

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes:

I - Anulações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.553,25
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.553,25
Função	08	Assistência Social	7.553,25
Sub-função	244	Assistência Comunitária	7.553,25
Programa	07	Vivendo com amor	4.253,25
Atividade	2.024	Atividades de Integração do Idoso	4.253,25
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.253,25
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.253,25
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.253,25
Fonte de Recursos	0.1.0052.20	Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social /Transferência do Estado/SST-FEAS - PMLL-FMAS - B CUST	4.253,25
Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S	300,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	300,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	300,00
Fonte de Recursos	0.1.0000.00	Recursos Ordinários	300,00
Programa	08	Assistência ao Menor com Responsabilidade	3.000,00
Atividade	2.038	Proteção Social Básica – PSB - CRAS	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0052.20	Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social /Transferência do Estado/SST-FEAS - PMLL-FMAS - B CUST	3.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	7.553,25
-------------------	----------

II - Excesso de Arrecadação:

Fonte	Código Fonte	Valor
Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social / Transferência do Estado/SST- FEAS - PMLL- FMAS - B CUST	0.1.0052.20	2.000,00
TOTAL DO EXCESO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO		2.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 60/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014

Pedro Bringhenti - Prefeito Municipal em exercício, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de peças para conserto da retro escavadeira Caterpillar modelo 416E, e contratação de empresa com fornecimento de peças e serviços para conserto da escavadeira hidráulica Caterpillar 312C, e conserto do motor do veículo corsa sedan life 1.6 ano 2005, as 08:30 horas do dia 10 de dezembro de 2014, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 25 de novembro de 2014.

Pedro Bringhenti

Prefeito Municipal em exercício

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 135/14

PORTARIA Nº 135/14 de 05 de novembro de 2014.

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO para o servidor MARCOS RODRIGO POLI, Motorista II, Nível 06, Classe "A", 44 horas semanais, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004, com fulcro no inciso IV, do art.40 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, por 02 (dois) anos a contar de 05 de novembro de 2014, podendo ser interrompida a qualquer tempo à bem do serviço público, sendo convocado o servidor para reassumir suas atividades.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 136/14

PORTARIA Nº 136/14 de 18 de novembro de 2014.

"ALTERA PORTARIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a PORTARIA Nº 086/14 de 12 de maio de 2014, que CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, NOELI SALETE SCHEUER ZARDO, para exercer as funções de Professora Não Habilitada, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em substituição a JAQUELINE BRESSAN DA SILVA, em licença saúde e posterior licença maternidade, quanto ao motivo da contratação para, em substituição a ELIZETE ZANINI ZARPELON, em licença saúde, a partir de 18 de novembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Revogar a PORTARIA Nº 134/14 de 03 de novembro de 2014 que atribuiu temporariamente, até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, carga horária suplementar de mais 20 horas semanais à servidora NOELI SALETE SCHEUER ZARDO, em substituição a ELIZETE ZANINI ZARPELON, em licença saúde.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 137/14

PORTARIA Nº 137/14 de 20 de novembro de 2014.

"PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora SOELI APARECIDA DA COSTA DE OLIVEIRA, Professora, Nível II, Classe "A", 20 horas semanais, no Ensino Fundamental, a partir de 21 de novembro de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 20 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 1933

DECRETO Nº 1933 de 25 de novembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO, apurado até 31 de outubro de 2014, na Fonte 52 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 0.1.52 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SC...R\$ 14.500,00
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 0.1.52-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV..R\$ 3.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 138

PORTARIA Nº 138/14 de 21 de novembro de 2014.

"DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei nº 1314 de 11 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO de que trata o art. 4º da Lei nº 1314 de 11 de novembro de 2014, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, que será responsável pela avaliação, reavaliação, depreciação, incorporação, controle e supervisão de baixa dos bens permanentes do Patrimônio dos Órgãos da Administração Direta e dos Fundos Especiais do Município:

1. DREONE FELSKI MENDES - Contador do Poder Executivo
2. MARIA INÊS DALLOLMO DALLA COSTA - Contadora do Poder Executivo
3. RUBIANA BALESTRIN - Contadora do Poder Legislativo
4. MURIEL KIRSCH - Assessor de Planejamento
5. PEDRO LUCIANO SORGATO - Engenheiro Municipal
6. ADELAR PELICCIOLI - Secretária de Obras e Serviços
7. JANE ELISA OTTO BRANDALISE - Setor de Patrimônio

Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Portaria nº 211/13 de 21 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 21 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1932

DECRETO Nº 1932 de 25 de novembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do provável EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, verificada a tendência no exercício, na fonte 18 Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica), na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído à seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0031.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica)

..... R\$ 22.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1319

LEI Nº 1319 de 25 de novembro de 2014.

"REEDITA CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica reeditado o CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), passando a vigorar com a redação dada por esta Lei o ANEXO ÚNICO da Lei nº 1131 de 16 de julho de 2013 que "INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO**CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS**

EVENTO	DATA
Páscoa	Data móvel (março ou abril)
Campeonato Municipal de FUTSAL	Início em abril
Encontro de Mulheres Agricultoras	Março
Trilha da Saúde	Março
Dia das Mães	Maio
Campeonato Municipal de Bocha Russa	Início em Maio
Jantar Italiano	Junho
Festa Junina da Escola São Francisco	Data móvel (Junho/Julho)
Título Expressão Agropecuária	1º sábado de agosto (a cada 2 anos)
Campeonato Municipal de Futebol Suíço	Início em agosto
Festival de Bandas e Fanfarras	Data móvel
Encontro de Corais	Agosto
Noite Germânica	Agosto
Encontro Municipal HiperDia	Data móvel
Aniversário do Município	Agosto
Encontro Trentino	Agosto
Pedal da Amizade	Agosto
Campeonato Municipal de Bocha Rafa	Início em setembro
Desfile de 7 de setembro	Setembro

Caminhada Ecológica	Setembro
Dia Nacional de Idoso	Outubro
Saúde em Ação	Outubro
Título Troféu Masterluz	Novembro (a cada 2 anos)
Enduro Equipe Morro das Pedras	Data móvel
Encontro Germânico	Novembro
Mostra de Dança	Novembro
Natal	Dezembro

LEI 1320

LEI Nº 1320 de 25 de novembro de 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a despendar recursos financeiros até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a realização do evento II ENCONTRO FOLCLÓRICO GERMÂNICO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 24/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 24/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.918,84
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.918,84
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.918,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.151,30
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.767,54

Luzerna, 25/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 19/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 19/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.270,41
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.270,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.270,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.362,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	908,16

Luzerna, 25/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3797

DECRETO Nº. 3797

Data: 14 de Novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE DOAÇÃO DE MUDAS NATIVAS, EXÓTICAS E GRAMINEAS PERENES DE VERÃO, PRODUZIDAS PELO HORTO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, art. 68 item XVII da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no art. 7º, Inciso XI e XII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a iniciativa Municipal em Fomentar a Agricultura Familiar Local;

Considerando a intenção do Poder Executivo em incentivar os projetos desenvolvidos pelos produtores rurais do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a doação para produtor rural de mudas Nativas, Exóticas e Gramíneas Perenes de Verão produzidas no horto Municipal, através da Secretaria de Agricultura e Interior.

Art. 2º. A doação será distribuída da seguinte forma:
I - Plantas Nativas - até 100 unidades por produtor;
II - Plantas Exóticas - até 500 unidades por produtor;
III - Gramíneas Perenes de Verão - de 15kg a 30 kg;

Art. 3º. Para se beneficiar do referido programa, o produtor rural doatário deverá atender aos mesmos requisitos presentes no art. 4º, incisos I, II e III, da Lei Municipal 3536/2010

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Interior ficará responsável pelo controle das doações objeto deste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 17 de Novembro de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº. 3800

DECRETO Nº. 3800

Data: 19 de Novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MAFRA, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas pelo art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mafra, e

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, disposto desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações

respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Secretaria Municipal da Criança e Ação Social.

Titular: Katia Aparecida Borges Saliba

Suplente: Danielle Kondlasch Valério

Secretaria Municipal de Saúde.

Titular: Meriane do Rocio Portela

Suplente: Elena Maria Faganello

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Talita Pacheco Valério

Suplente: Patrícia Martins

Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo.

Titular: Solaine de Sousa Prestes Bento

Suplente: Ari Concato

Representando a Delegacia de Polícia Civil.

Titular: Madelon Vieira

Suplente: Cintia Giovana Dutra Rodrigues

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Titular: Mariza Weck Mattoso

Suplente: Jarina Tiburski

Representando o Conselho Tutelar.

Titular: Luzia Kraievski

Suplente: Helga Schultz

Conselho Municipal de Assistência Social.

Titular: Edson Eckel

Suplente: Fabiane Adalci Lanke

Representando Secretaria Desenvolvimento Regional.

Titular: Sergio Antonio de Souza

Suplente: Maisa Margareth Schelbauer Dzacanski

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 28 de novembro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º - Seus efeitos retroagem ao dia 01 de Novembro de 2014.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Prefeitura do Município de Mafra, em 19 de Novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 26/2014_FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 26/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Farmacia e Drogaria Farmarine Ltda ME

Objeto: Fornecimento de Medicamentos, para suprir o atendimento básico à população do município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 5.914,49 (cinco mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos) global estimado.

Vigência: 18/11/2014 a 31/12/2014

EXTRATO DO CONTRATO 27/2014_FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 27/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Acordi Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda ME

Objeto: Fornecimento de Medicamentos, para suprir o atendimento básico à população do município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 23.534,84 (vinte e três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) global estimado.

Vigência: 18/11/2014 a 31/12/2014

Maravilha

PREFEITURA

LEI Nº 3.807/2014

LEI Nº 3.807, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.177.997,21 (três milhões, cento e setenta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - Diretoria Geral do Planejamento

15 - Urbanismo

15.121 - Planejamento Urbano

15.121.0003 - Planejamento Urbano

15.121.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE PLANEJAMENTO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03.02 - Diretoria Geral da Administração

04 - Administração

04.122 - Administração Geral

04.122.0004 - Administração Geral

04.122.0004.2.006 - MODERNIZAÇÃO E MANUT. DOS SERVIÇOS DE ADM. GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

04.122.0005 - Fortalecimento do Municipalismo

04.122.0005.2.009 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPA- LISTAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 40.000,00

03.03 - Diretoria Geral da Fazenda

04 - Administração

04.123 - Administração Financeira

04.123.0006 - Administração Financeira

04.123.0006.2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TRIBU- TAÇÃO E FINANÇAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.123.0006.2.011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTA- DORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

03.05 - Encargos Gerais do Município

28 - Encargos Especiais

28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna

28.841.0000 - Encargos Especiais

28.841.0000.0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DÍVIDA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.6.00.00 - Amortização/Refinanciamento da Dívida

4.6.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

28.846 - Outros Encargos Especiais

28.846.000 - Encargos Especiais

28.846.000.0.002 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

28.846.000.0.003 - CONTRIBUIÇÕES AO PASEP

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 - Educação

12.361 - Ensino Fundamental

12.361.0007 - Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 605.997,21

12.365 - Educação Infantil

12.365.0007 - Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para todos

10.301.0010.2.026 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SAÚDE, ASSIST. MÉDICA, SANITÁRIA E ODONTOLÓGICA

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 580.000,00

10.301.0010.2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF (ACS)

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO**06.01 - Departamento de Urbanismo****15 - Urbanismo****15.452 - Serviços Urbanos****15.452.0011 - Serviços Urbanos****15.452.0011.2.035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00****3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00****26 - Transporte****26.782 - Transporte Rodoviário****26.782.0012 - Estradas Vicinais****26.782.0012.2.036 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00****3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00****07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****07.01 - Fundo Mun. De Desenvol. Agropecuário****20 - Agricultura****20.606 - Extensão Rural****20.606.0013 - Agricultura Fortalecida****20.606.0013.2.037 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00****08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO****08.02 - Departamento do Turismo****23 - Comércio e Serviços****23.695 - Turismo****23.695.0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal****23.695.0016.2.054 - MELHORIAS NO VISUAL DA CIDADE - AS-****PECTOS URBANISTICOS**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00****09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****09.01 - Fundo Mun. de Assistência Social****08 - Assistência Social****08.244 - Assistência Comunitária****08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania****08.244.0018.2.060 - AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARÁTER EMER-****GENCIAL**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00****09.03 - Fundo da Infância e do Adolescente****08 - Assistência Social****08.243 - Assistência a Criança e ao Adolescente****08.243.0018 - Desenvolvendo a Cidadania****08.243.0018.2.066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**01.01 - Câmara Municipal de Vereadores****01 - Legislativa****01.031 - Ação Legislativa****01.031.0001 - Processo Legislativo****01.031.0001.1.002 - AMLIAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital**4.4.00.00 - Investimentos****4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00****01.031.0001.1.003 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital**4.4.00.00 - Investimentos****4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00****01.031.0001.2.001 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS LEIS; FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais****3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 173.000,00****3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00****01.031.0001.2.002 - CONTRIBUIÇÕES A ASSOC. CATARINENSE DE CÂMARAS E ASSOC. MICROREGIONAL DE CÂMARAS**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes****3.3.50.00 - Transf. a inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 7.000,00****02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO****02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito****04 - Administração****04.122 - Administração Geral****04.122.0002 - Administração Superior****04.122.0002.1.004 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O GAB. DO PREFEITO, VICE, ASS. JUR. E IMPRENSA**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital**4.4.00.00 - Investimentos****4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 13.734,00****04.122.0002.2.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSES. JURÍDICA E ASSES. DE IMPRENSA**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes**3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes****3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00****03.00 - SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA****03.01 - Diretoria Geral do Planejamento****15 - Urbanismo****15.451 - Infra-Estrutura Urbana****15.451.0003 - Planejamento Urbano****15.451.0003.2.074 - APOIO A IMPLANTAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS**

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

15.451.0003.2.075 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 17.809,08

15.451.0003.2.076 - ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR E CARTOGRAFIA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

03.02 - Diretoria Geral da Administração

04 - Administração

04.122 - Administração Geral

04.122.0004 - Administração Geral

04.122.0004.1.016 - REFORMA E PINTURA DO CENTRO ADM. MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 48.992,02
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04.122.0004.1.017 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIP. E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

03.05 - Encargos Gerais do Município

28 - Encargos Especiais

28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna

28.841.0000 - Encargos Especiais

28.841.0000.0.004 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 - Educação

12.361 - Ensino Fundamental

12.361.0007 - Educação para a Cidadania

12.361.0007.1.089 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO E REFORMA DE GINÁSIO E QUASRAS ESCOLARES

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0007.1.090 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. DE INFORMÁTICA E ELETRODOMESTICOS P/ ESCOLAS

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

12.361.0007.1.091 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.365 - Educação Infantil

12.365.0007 - Educação para a Cidadania

12.365.0007.1.021 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUT. DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

04.03 - Departamento da Cultura

13 - Cultura

13.392 - Difusão Cultural

13.392.0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.2.025 - AQUISIÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.880,00

04.04 - Departamento dos Esportes

27 - Desporto e Lazer

27.812 - Desporto Comunitário

27.812.0008 - Esporte e Lazer

27.812.0008.1.026 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 53.372,86

27.812.0008.1.028 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.751,00

27.812.0008.1.072 - PROGR. APOIO A PRÁTICA ESPORTIVA AOS DEFICIENTES FÍSICOS E MENTAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

27.812.0008.1.073 - AQUISIÇÃO DE MICRO ONIBUS/VEÍCULO DE PASSEIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para Todos
 10.301.0010.1.034 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO/MICRO-ONIBUS/
 VAN
 Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
 na Saúde
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

10.301.0010.1.035 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE
 CENTROS MUNICIPAIS DE SAÚDE
 Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
 na Saúde
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 82.000,00

10.301.0010.2.111 - FORNECIMENTOS DE MEDICAMENTOS
 Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
 na Saúde
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 10.302.0010 - Saúde para Todos
 10.302.0010.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PLAN-
 TÃO MÉDICO
 Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
 na Saúde
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

10.304 - Vigilância Sanitária
 10.304.0010 - Saúde para Todos
 10.304.0010.2.079 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVI-
 ÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, BEM COMO O PLANO MUNICIPAL
 Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações
 na Saúde
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.400,00
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO
 06.01 - Departamento de Urbanismo
 15 - Urbanismo
 15.451 - Infra-estrutura Urbana
 15.451.0011 - Serviços Urbanos
 15.451.0011.1.105 - MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CEMITÉ-
 RIO PÚBLICO MUNICIPAL
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 16.088,01
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.205,69
 4.5.00.00 - Inversões Financeiras
 4.5.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

15.451.0011.1.130 - REGULARIZAÇÃO DO RIO IRACEMA
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 186.000,00

15.452 - Serviços Urbanos
 15.452.0011.1.039 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS
 E MOBILIÁRIO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.968,00

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 07.01 - Fundo Mun. Desenvolvimento Agropecuário
 20 - Agricultura
 20.606 - Extensão Rural
 20.606.0013 - Agricultura Fortalecida
 20.606.0013.1.044 - INCENTIVO A INSTALAÇÃO E MELHORIA DE
 AGROINDUSTRIAS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.60.00 - Transf. A Inst. Privadas com Fins Lucrativos R\$ 12.500,00
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

20.606.0013.1.047 - INSTALAÇÃO PROGRAMA INTERNET E TELE-
 FONIA RURAL (CIDADE DIGITAL)
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

20.606.0013.1.049 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS
 E MOBILIÁRIO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 290.000,00

20.606.0013.1.133 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E
 BUEIROS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 138.050,00

20.606.0013.2.038 - PROFISSIONALIZAÇÃO DO AGRICULTOR
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

20.606.0013.2.115 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

07.02 - Departamento de Meio Ambiente
 18 - Gestão Ambiental
 18.541 - Preservação e Conservação Ambiental
 18.541.0014 - Preservação do Meio-Ambiente
 18.541.0014.1.113 - INCENTIVO A PRODUÇÃO ORGÂNICA E
 AGROECOLÓGICA
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.200,00

18.544 - Recursos Hídricos
 18.544.0014 - Preservação do Meio Ambiente
 18.544.0014.1.116 - INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE CISTERNAS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

23 - Comércio e Serviços
 23.695. - Turismo
 23.695.0014 - Preservação do Meio Ambiente
 23.695.0014.1.118 - DESENVOLVER PROPRIEDADES PARA TURISMO RURAL
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.60.00 - Transf. A Inst. Privadas com Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO
 08.01 - Depto. Da Indústria e Comércio
 22 - Industrial
 22.661 - Promoção Industrial
 22.661.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio
 22.661.0015.1.054 - INCENTIVOS A INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.678,83

22.661.0015.1.055 - PLANEJAMENTO DA ÁREA INDUSTRIAL
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.578,20

23 - Comercio e Serviços
 23.691 - Promoção Comercial
 23.691.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio
 23.691.0015.2.051 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

23.691.0015.2.127 - REALIZAÇÃO DE CURSOS E TREINAMENTOS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

23.691.0015.2.128 - CRIAÇÃO DO FUNDO E CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

08.02 - Depto. Do Turismo
 23 - Comércio e Serviços
 23.695 - Turismo
 23.695.0016- Desenvolvimento do Turismo Municipal
 23.695.0016.2.055 -TREINAMENTOS E CURSOS TÉCNICOS NA ÁREA DE TURISMO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

23.695.0016.2.105 - INCENTIVO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

23.695.0016.2.106 - ESTUDOS E VIABILIZAÇÃO DE ROTAS TURISTICAS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 09.01 - Fundo Mun. de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 08.243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
 08.243.0017 - Programas Socioeducativos
 08.243.0017.1.058 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 14.984,00

08.244 - Assistência Comunitária
 08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania
 08.244.0018.1.127 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO CRAS/CREAS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 4.0.00.00 - Despesas de Capital
 4.4.00.00 - Investimentos
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

08.244.0018.2.063 - APOIO AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.50.00 - Transf. A Instit. Privadas sem fins Lucrativos R\$ 4.600,00

08.244.0018.2.129 - PROMOÇÃO DE CURSOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.705,52

08.244.0018.2.130 - PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
 Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários
 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 25 de novembro de 2014.
 ROSIMAR MALDANER
 Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
 Secr. Planej. Adm. e Fazenda

LEI Nº 3.808/2014

LEI Nº 3.808, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui o Programa de Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina do Município de Maravilha/SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º O Programa de Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina visa incentivar os produtores a realizarem exames de Tuberculose e Brucelose em seus rebanhos, com o fim de controle e erradicação das referidas doenças do Município de Maravilha.

Art. 3º O produtor que realizar exames da Brucelose e Tuberculose nos rebanhos fará jus a um auxílio financeiro no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por exame realizado.

Parágrafo único. O ressarcimento das despesas com os exames realizados se dará mediante a apresentação de laudo emitido por profissional competente e comprovante de gastos em nome do beneficiado.

Art. 4º No caso de constatação da Tuberculose e Brucelose com consequente interdição da propriedade será repassado ao produtor o auxílio de 10% (dez por cento) do salário mínimo por animal sacrificado, até o teto máximo de 1 (um) salário mínimo, pelo período de 2 (dois) meses.

Parágrafo único. O auxílio de que trata o caput deste artigo somente será repassado mediante apresentação do laudo de interdição da propriedade emitido pela CIDASC.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Maravilha - SC, 25 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 140/2014

DECRETO Nº 140, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.717, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 954.200,00 (novecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 - SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA

03.05 - Encargos Gerais do Município

28 - Encargos Especiais

28.846 - Outros Encargos Especiais

28.846.0000.0.003 - CONTRIBUIÇÕES AO PASEP

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Rec. Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 - Departamento de Manut. e Desenv. Do Ensino

12 - Educação

12.361 - Ensino Fundamental

12.361.0007 - Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 155.000,00

12.365 - Educação Infantil

12.365.0007 - Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Destinação de Recursos: 0.1.01 - Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para Todos

10.301.0010.2.026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE, ASSIST. MÉDICA, SANITÁRIA E ODONTOLÓGICA

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações da Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 50.000,00

Destinação de Recursos: 0.1.65 - Atenção de Média/Alta complex. Amb.Hosp.

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

10.301.0010.2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVID. DO ESF/ACS/NASF/ENAD

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações da Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 272.000,00

10.301.0010.2.111 - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.67 - Assistência Farmacêutica Básica

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

10.301.0010.2.125 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações

da Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10.304 - Vigilância Sanitária

10.304.0010 - Saúde para Todos

10.304.0010.2.029 - MANUT. DOS SERV.DE VIGIL.SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.66 - Vigilância em Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.00 - SECRETARIA DA INDUSTRIA COM. E TURISMO

08.02 - Depto. Do Turismo

23 - Comércio e Serviços

23.695 - Turismo

23.695.0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal

23.695.0016.1.143 - CONSTRUÇÃO DE ÁREA COBERTA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesa de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 - Fundo Mun. De Assistência Social

08 - Assistência Social

08.244 - Assistência Comunitária

08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.060 - AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARATER EMERGENCIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

08.244.0018.2.066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.200,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 141/2014

DECRETO Nº 141, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Especial dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.717, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 - Fundo Mun. de Assistência Social

08 - Assistência Social

08.244 - Assistência Comunitária

08.244.0018 - Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.060 - AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARATER EMERGENCIAL

Destinação de Recursos: 0.1.52 - Outras Transf. - FNAS

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 44.400,00

Destinação de Recursos: 0.1.53 - Transf. de Convênios - Assist. Social

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 76.400,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de transferências financeiras efetuadas pelo FNAS, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

1000.00.00 - Receitas Correntes

1700.00.00 - Transf. Correntes

1720.00.00 - Transf. Intergovernamentais

1721.00.00 - Transf. da União

1721.34.00 - Transf. de Recursos do FNAS

1721.34.06 - Outras Transf. de Recursos do FNAS

Destinação de Recursos: 0.1.52 - Outras Transf. - FNAS R\$ 44.400,00

1722.00.00 - Transf. dos Estados

1722.99.00 - Outras Transf. dos Estados

1722.99.03 - Outras Transf. dos Estados - FNAS

Destinação de Recursos: 0.1.53 - Transf. de Convênios - Assist. Social R\$ 76.400,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 150/2014

DECRETO Nº 150, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Aprova o desdobro do imóvel: Parte do Lote Urbano nº (25), da quadra nº (16), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, e, localizado no lado par da Avenida 27 de Julho, distando aproximadamente 71,00 metros da esquina formada pela Rua Independência, com área de "Oitocentos e trinta e nove metros e trinta centímetros quadrados" (839,30 m²); com edificação, sendo: uma casa residencial em alvenaria, com área de 62,50 m², coberta com telhas de fibrocimento;- Confrontando:- ao Norte, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 22,00 metros; ao Sul, com o Lote Urbano nº (25-C), na extensão de 22,00 metros, de Genair Piton, M. 3.531;- ao Leste, com o Lote Urbano nº (24), na extensão de 38,15 metros, de Ivena Maurer e Alfredo Zillmer, M. 13.396;- ao Oeste, com o Lote Urbano nº (25-D), na extensão de 38,15 metros, de Nildo Ilo Nothaft, M. 3.532. Imóvel objeto da Matrícula 9.950, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca, de propriedade de Valdir Immich, brasileiro, viúvo, mecânico, portador da C. I. nº 1.617.643-0, inscrito no CPF sob nº 526.055.589-91, domiciliado e residente na Avenida 27 de Julho, nº 246, nesta Cidade, que será desdobrado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo, planta, memorial descritivo e RRT assinados pelo Engenheiro Civil REG. CREA-SC nº 18.993-3, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (25), da quadra nº (16), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, e, localizado no lado par da Avenida 27 de Julho, distando aproximadamente 71,00 metros da esquina formada pela Rua Independência, com área de "Quatrocentos e dezenove metros e sessenta e cinco centímetros quadrados" (419,65 m²); com edificação, sendo: uma casa residencial em alvenaria, com área de 62,50 m², coberta com telhas de fibrocimento; Confrontando:- ao Norte, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 11,00 metros; ao Sul, com Parte do Lote Urbano nº (25-C), na extensão de 11,00 metros, de Genair Piton, M. 3.531;- ao Leste, com o Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (25), na extensão de 38,15 metros, de Valdir Immich, M. 9.950;- ao Oeste, com o Lote Urbano nº (25-D), na extensão de 38,15 metros, de Nildo Ilo Nothaft, M. 3.532.

Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (25), da quadra nº (16), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, e, localizado no lado par da Avenida 27 de Julho, distando aproximadamente 82,00 metros da esquina formada pela Rua Independência, com área de "Quatrocentos e dezenove metros e sessenta e cinco centímetros quadrados" (419,65 m²); sem edificação; Confrontando:- ao Norte, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 11,00 metros; ao Sul, com Parte do Lote Urbano nº (25-C), na extensão de 11,00 metros, de Genair Piton, M. 3.531;- ao Leste, com parte do Lote Urbano nº (24), na extensão de 38,15 metros, de Ivena Maurer e Alfredo Zillmer, M. 13.396;- ao Oeste, com o Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (25), na extensão de 38,15 metros, de Valdir Immich, M. 9.950

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

LEI Nº 3.809/2014

LEI Nº 3.809, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Maravilha/SC para o exercício de 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Município de Maravilha para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 57.107.900,00 (cinquenta e sete milhões, cento e sete mil e novecentos reais) e compreende o Poder Executivo Municipal, seus Órgãos e Fundos e o Poder Legislativo.

§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 63.824.300,00
 - 1.1. Receita Tributária R\$ 9.180.000,00
 - 1.2. Receita de Contribuições R\$ 750.000,00
 - 1.3. Receita Patrimonial R\$ 600.000,00
 - 1.4. Receita Agropecuária R\$ 120.000,00
 - 1.5. Transferências Correntes R\$ 50.804.300,00
 - 1.6. Outras Receitas Correntes R\$ 2.370.000,00
 - 1.7. (-) Dedução P/ Formação do FUNDEB R\$ (6.716.400,00)
 2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 0,00
 - 2.1. Operações de Crédito R\$ 0,00
- TOTAL R\$ 57.107.900,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

- 01 - Câmara Municipal de Vereadores R\$ 2.362.359,44
 - 02 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.015.050,00
 - 03 - Secretaria do Planej. Administração e Fazenda R\$ 7.291.772,00
 - 04 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto R\$ 16.431.240,00
 - 05 - Secretaria da Saúde e Saneamento R\$ 14.280.400,00
 - 06 - Secretaria dos Transportes, Obras e Urban. R\$ 6.080.200,00
 - 07 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente R\$ 4.180.200,00
 - 08 - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo R\$ 2.030.100,00
 - 09 - Secretaria de Assistência Social R\$ 3.301.915,00
 - 99 - Reserva de Contingência R\$ 134.663,56
- TOTAL R\$ 57.107.900,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

- 01 - Legislativa R\$ 2.362.359,44
- 04 - Administração R\$ 4.156.822,00
- 06 - Segurança Pública R\$ 1.270.000,00
- 08 - Assistência Social R\$ 3.001.915,00
- 10 - Saúde R\$ 14.280.400,00
- 12 - Educação R\$ 14.807.160,00
- 13 - Cultura R\$ 812.040,00
- 15 - Urbanismo R\$ 4.225.200,00
- 16 - Habitação R\$ 300.000,00
- 18 - Gestão Ambiental R\$ 80.000,00
- 20 - Agricultura R\$ 4.045.200,00
- 22 - Indústria R\$ 930.000,00
- 23 - Comércio e Serviços R\$ 1.155.100,00
- 26 - Transporte R\$ 935.000,00
- 27 - Desporto e Lazer R\$ 812.040,00

28 - Encargos Especiais R\$ 3.800.000,00
99 - Reserva de Contingência R\$ 134.663,56
TOTAL R\$ 57.107.900,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 - Processo Legislativo R\$ 2.362.359,44
0002 - Administração Superior R\$ 1.015.050,00
0003 - Planejamento Urbano R\$ 350.000,00
0004 - Administração Geral R\$ 2.150.000,00
0005 - Fortalecimento do Municipalismo R\$ 400.000,00
0006 - Administração Financeira R\$ 591.772,00
0007 - Educação para a Cidadania R\$ 14.807.160,00
0008 - Esporte e Lazer R\$ 812.040,00
0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura R\$ 812.040,00
0010 - Saúde para Todos R\$ 14.280.400,00
0011 - Serviços Urbanos R\$ 5.145.200,00
0012 - Estradas Vicinais R\$ 935.000,00
0013 - Agricultura Fortalecida R\$ 4.125.200,00
0014 - Preservação do Meio Ambiente R\$ 55.000,00
0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio R\$ 1.255.000,00
0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal R\$ 775.100,00
0017 - Programas Socioeducativos R\$ 2.627.174,96
0018 - Desenvolvendo a Cidadania R\$ 374.740,04
0019 - Morar Melhor R\$ 300.000,00
0000 - Encargos Gerais R\$ 3.800.000,00
0099 - Reserva de Contingência R\$ 134.663,56
TOTAL R\$ 57.107.900,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 47.929.911,32
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 27.063.031,44
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$ 400.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 20.466.879,88

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 9.043.325,12
4.4.00.00 - Investimentos R\$ 7.443.325,12
4.5.00.00 - Inversões Financeiras R\$ 350.000,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida R\$ 1.250.000,00

9.9.99.99 - Reserva de Contingência R\$ 134.663,56

TOTAL R\$ 57.107.900,00

Art. 2º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Para efeitos desta Lei, entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos" as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, todos os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos".

§ 3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até

o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - o Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 7º Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta Lei.

Art. 8º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Maravilha - SC, 25 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 070/2014

MINUTA

Contrato nº: 070/2014

Contratante: Município de Marema

Contratada: CELSO MOACIR GOMES EPP

CNPJ/MF n. 15.279.692/0001-26

Finalidade: Conjunto de Academia ao Ar Livre para facilitar o acesso da população a prática de exercícios físicos.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 036/2014 - P.P nº 020/2014

Prazo de Entrega: Até 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Valor Total: R\$ 5.000,00(cinco mil reais)

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 12 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 071/2014

Minuta

Contrato nº: 071/2014

Contratante: Município de Marema

Contratada: S.O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA EPP

CNPJ/MF n. 10.547.961/0001-74

Finalidade: Conjunto de Academia ao Ar Livre para facilitar o acesso da população a prática de exercícios físicos.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 036/2014 - P.P nº 020/2014

Prazo: Até 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Valor Total: R\$ 1.319,00(reais)

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 12 de novembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 072/2014

Minuta

Contrato nº: 072/2014

Contratante: Município de Marema

Contratada: VINICIUS BRACHT MALAGUTTI - EPP

CNPJ/MF n. 76.344.795/0001-17

Finalidade: Conjunto de Academia ao Ar Livre para facilitar o acesso da população a prática de exercícios físicos.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 036/2014 - P.P nº 020/2014

Valor: R\$ 630,00(reais)

Prazo: Até 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Foro: Comarca da cidade de Xaxim - SC

Marema - SC, 12 de novembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 073/2014.

Minuta

Contrato nº: 073/2014.

Contratante: Município de Marema

Contratada: RICARDO M. EBERT ME

CNPJ/MF n. 16.611.293/0001-05

Finalidade: Aquisição de Implementos agrícolas através de Convênio n. 2014TR000749, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por SDR/Xanxere/Município de Marema

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 036/2014 - P.P nº 020/2014

Prazo: Até 10 (dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Valor: R\$ 15.740,00(reais).

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 12 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Contratante

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2014

Processo Licitatório Nº 39/2014

Pregão Presencial Nº 29/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 24 de Novembro do ano de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 29/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDROS POR M3, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA (SC), AO LONGO DE 12 MESES, conforme consta no Anexo do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA, neste ato representado por FABIO AUGUSTO BASAGLIA	67.423.152/0001-78

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE OXIGENIO MEDICINAL EM CILINDROS POR M3, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA (SC), AO LONGO DE 12 MESES, a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	CILINDRO DE 01 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO O2	UNID	IBG	40	42,00	1.680,00
2	IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	CILINDRO DE 3,0M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIA OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS: - ESTADO FÍSICO: GASOSO- ODOR: INODORO- TEMPERATURAS ESPECÍFICA OU FAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: -PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C- PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C- TEMPERATUEA DE AUTO-IGNIÇÃO: NÃO DETERMINADO.	UNID	IBG	140	45,00	6.300,00
3	IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	CILINDRO DE 10M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO(O2); PARA PREVENIR, DIAGNOSTICAR, TRATAR, ALIVIA OU CURAR ENFERMIDADES OU PARA DOENÇAS NAS TERAPEUTICAS DE INALAÇÃO E NEBULIZAÇÃO. PROPRIEDADES FÍSIO-QUÍMICAS: - ESTADO FÍSICO: GASOSO - ODOR: INODORO - PH: NÃO APLICÁVEL TEMPERATURAS ESPECÍFICA OUFAIXAS DE TEMPERATURA NAS QUAIS OCORREM MUDANÇAS DE ESTADO FÍSICO: - PONTO DE EBULIÇÃO: - 182,9 °C- PONTO DE CONGELAMENTO: -218,8 °C	M3	IBG	1.000	11,00	11.000,00
Total do Fornecedor: 18.980,00							
Total Geral dos Itens: 18.980,00							

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 18.980,00 (DEZOITO MIL E NOVECENTOS E OITENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 39/2014 - Pregão Presencial Nº.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 39/2014 - Pregão Presencial Nº. e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2103	MANUTENCAO DA UNIDADE HOSPITALAR.
33903004000000	GAS ENGARRAFADO
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2103	MANUTENCAO DA UNIDADE HOSPITALAR.
33903004000000	GAS ENGARRAFADO
36501	Media Alta Complexidade - MAC

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Pronto Atendimento do Hospital Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da

intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas

e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 29/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 24 de novembro de 2014.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA

FABIO AUGUSTO BASAGLIA

Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014-FMS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014****PROCESSO LICITATÓRIO N. 35/2014****Pregão Presencial Nº. 25/2014****VALIDADE: 12 (doze) meses**

Aos 25 de Novembro de 2014, o **FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, **Sra. SUZANE ELISA F. REINKE** e pelo Prefeito Municipal, **Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº. 35/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para **AQUISICAO DE LEITE ESPECIAL PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLOGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC).**, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de **Pregão Presencial** que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por SILVANA SEMENTINO AMARIO	03.612.312/0004-97
BRUTHAN COMERCIAL LTDA, neste ato representado por BRUNA GRAZIELA MAGALHAES CURI	02.625.813/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: AQUISICAO DE LEITE ESPECIAL PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLOGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC)., em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00001	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, PARA USO ORAL OU ENTERAL, ENRIQUECIDO COM 25 VITAMINAS E MINERAIS, ISENTO DE GLÚTEN, CONTENDO PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL E FIBRAS. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO DE	UNID	Danone	150,00000	37,0000	5.550,00

		SABORES: BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS.					
Total do Fornecedor: 5.550,00							
00002	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA. FÓRMULA ELEMENTAR À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES, POLÍMEROS DE GLICOSE OU MALTOD EXTROS E OU XAROPE DE GLICOSE , LIPÍDIOS DE ORIGEM VEGETAL , NUTRICIONALME NTE COMPLE TA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, COM TEORES DE	UNID	Puramino	100,00000	99,5000	9.950,00

		NUTRIEN TES ATENDE NDO OS VALORE S MÍNIMO S E MÁXIMO S DE CODEX ALIMENT ARIUS FAO/OM S PARA VITAMIN AS E MINERAI S. APRESEN TAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS .					
Total do Fornecedor: 9.950,00							
Total Geral dos Itens: 15.500,00							

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 15.500,00 (QUINZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Processo Licitatório Nº. 35/2014 - Pregão Presencial Nº. 25/2014**

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Processo Licitatório Nº. 35/2014 - Pregão Presencial Nº. 25/2014** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias após a entrega dos materiais**, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2101	MANUTENCAO DO SERVICO DE ATENDIMENTO A POPULACAO.
33903203000000	GENEROS ALIMENTICIOS
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, **independente de quantidade solicitada**, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº. 35/2014**, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 25 de novembro de 2014.

SUZANE ELISA F. REINKE
Gestora dos Fundos Municipais

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
SILVANA SEMENTINO AMARIO
Contratada

BRUTHAN COMERCIAL LTDA
BRUNA GRAZIELA MAGALHAES CURI
Contratada

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 450/2014

PORTARIA n.º 450/2014
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CINARA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora Daniela Benedet Pasini da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 21/11/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 430/2014, nº 429/2014, nº 420/2014, nº 372/2014, nº 370/2014, nº 351/2014 e 338/2014.

Meleiro, 21 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 451/2014

PORTARIA n.º 451/2014
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JEFERSON MENEGARO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 20/11/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

DECRETO N.º 086/2014

DECRETO n.º 086/2014
DISPÕE SOBRE O CALENDARIO FISCAL DO PAGAMENTO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA. ISS FIXO e TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO.TLF.PARA O EXERCÍCIO 2015

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da lei Orgânica do Município, e no Art. 234 da Lei nº 601/93, resolve:

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal do pagamento sobre IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA.ISS FIXO como segue:
até 10 de maio de 2015 para pagamento da 1ª parcela ou em cota única;
até.10 de Junho de 2015 para pagamento da 2ª parcela;
até.10 de Julho de 2015 para pagamento da 3ª parcela;

Art. 2º Fica estabelecido o Calendário Fiscal do pagamento sobre a TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO-TLF.como segue:
até 10 de Fevereiro de 2015 para pagamento da 1ª parcela ou em cota única;
até 10 de Março de 2015 para pagamento da 2ª parcela;
até 10 de Abril de 2015 para pagamento da 3ª parcela;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de novembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

DECRETO N.º 087/2014

DECRETO n.º 087/2014
DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO TLF EXERCÍCIO 2015.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da lei Orgânica do Município, e no Art. 237 da Lei nº 601/93, resolve:

DECRETA

Art. 1º Fica concedido o desconto de 10% (dez por cento) sobre a TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO-TLF para quitação integral antes do vencimento da primeira parcela.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de Novembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 105/2014

Extrato de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 825/2014
Contrato n. 105/2014
Contratada: Pré Moldados Maravilha
Valor: R\$ 12.375,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizou contrato n. 105/2014, com o objetivo a aquisição de tubos de concreto para manutenção de atividades dos departamentos de agricultura, DMER e obras do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 07 de outubro de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1400/2014

Extrato de Licitação
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 1400/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 043/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 043/2014, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA INTERNA DO PISO, FORRO E PARTE ELÉTRICA EM TRÊS SALAS DE AULA, BIBLIOTECA, RECEPÇÃO E SECRETARIA DA ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROF. GRISELDI MARIA MULLER (SEND: 290M² DE PISO, 136M² DE FORRO E 172,8M² DE PINTURA INTERNA). O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 08/12/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 25 de Novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1401/2014

Extrato de Licitação
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 1401/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 044/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 044/2014, para CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO DO MATERIAL EXISTENTE E CONCERTO E APLICAÇÃO DE MATERIAL EM TRÊS SALAS DE AULA, BIBLIOTECA, RECEPÇÃO E SECRETARIA DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. GRISELDI MARIA MULLER (SEND: 290M² DE PISO, 136 M² DE FORRO E 172,8 M² DE PINTURA INTERNA). O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 10:00 do dia 08/12/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 25 de Novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1402/2014

Extrato de Licitação
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 1402/2014 - Modalidade Tomada de Preços n. 013/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 013/2014, para EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO LAR, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ART Nº5268967-9. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 11/12/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 25 de Novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS MES 10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		Folha: 1/1
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA		
CNPJ: 83.000.323/0001-02		Mês/Ano da Assinatura: Outubro/2014.
RUA 20 DE MAIO, 100		
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC		

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MARLEI ALVES IGNACIO
CNPJ: 18.259.610/0001-70
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 104/2014 **Número do Processo:** 104/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 158/2014
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, conforme anexo.

Data da Assinatura: 30/10/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2014
Vigência: 30/10/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 19.040,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 743 JUNTA ESPECIAL DE RECURSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 743 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA ESPECIAL DE RECURSOS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. artigo 60, inciso III da Lei Orgânica do Município, atendendo ao que dispõe a lei complementar n.º 57 de 22/7/2008 - Código de Posturas,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada, pelo presente ato, a Junta Especial de Recursos, conforme determina a lei complementar n.º 57 de 22/7/2008 - Código de Posturas -, cujos integrantes são os seguintes:

- I - Carla Estefânia Pires Rocha - Presidente;
- II - Ana Eising - Membro;
- III - Soraia Youshai - Membro;

Art. 2.º Em caso de ausência, impedimento ou suspeição dos membros titulares indicados no art. 1.º, ficam nomeados os servidores abaixo, na qualidade de membros suplentes, para compor a referida Junta:

- I - Jefferson Amaral;
- II - Marcos Antônio Müller Neto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 211/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT. Data da entrega dos envelopes: 08/12/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 08/12/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 25 de novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

JULGAMENTO DE RECURSOS EDITAL 005/2014

ATO 014/iobv/005/14/PS

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVA ESCRITA

EDITAL Nº 005/2014 DO PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. A decisão dos recursos contra a prova escrita e questões da prova aplicada em 15 novembro de 2014, contam abaixo divulgadas:

Questões de Conhecimentos Gerais dos Cargos de Nível Alfabetizado

Questão 03 de Língua Portuguesa

Candidatos: 10366, 8706,

Os candidatos impetram recurso, alegando que o gabarito divulgado não condiz com a resposta correta da questão.

DEFERIDO, A Banca atende as razões dos candidatos, o gabarito deve ser alterado de letra "D" para letra "C".

GABARITO ALTERADO

Questões de Conhecimentos Gerais dos Cargos de Ensino Médio

Questão 04 de Língua Portuguesa

Candidatos: 9035, 15016, 17847,

Os candidatos impetram recurso alegando que o gabarito divulgado não condiz com a resposta correta da questão.

DEFERIDO, A Banca atende as razões dos candidatos, a questão não apresenta alternativa correta, visto que na letra "D" o erro está na palavra "vários".

QUESTÃO ANULADA

Questões Específicas de Ensino Médio

Questão 24 - Arte Educador de Violão

Candidato: 14854

Candidato apresenta recurso sem citar fontes bibliográficas que fundamente suas alegações, afirmando que a questão possui mais de uma alternativa correta.

INDEFERIDO, questão formulada de maneira correta, solidificando que seja assinalado a alternativa correta em relação a

musicalização, sem necessidade de dizer se é infantil ou não. Sendo que apenas uma alternativa diz respeito ao processo de construção do conhecimento musical.

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 25 - Intérprete de Libras

Candidato: 18358

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

Candidato apresenta recurso sem citar fontes bibliográficas que fundamente suas alegações, solicitando revisão da questão.

DEFERIDO, A banca atende as razões do candidato, de fato a letra "H" falta a flecha que identifica o movimento. Altere-se gabarito da letra A, para letra "C"

ALTERAÇÃO DE GABARITO

APLICAÇÃO DA PROVA

Candidato: 12941 - Arte-Educador Dança de Rua (40h)

Candidato alega que chegou atrasado, devido alteração do endereço da prova e solicita devolução do valor da inscrição.

INDEFERIDO: Conforme edital:

4.14.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do Seletivo, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Seletivo Público.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Seletivo Público.

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

Questões de Conhecimentos Gerais dos Cargos de Ensino Superior

Questão 01 de Língua Portuguesa

Candidato: 9244

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

Candidato apresenta recurso discordando do destaque de frases da questão, alegando que geram dúvidas.

DEFERIDO, A banca atende as razões do candidato, na frase o único trecho que deveria estar destacado era "por causa da chuva", este sim é adjunto adverbial, os demais destaques causam dupla interpretação.

QUESTÃO ANULADA

Questão 04 de Língua Portuguesa

Candidatos: 12714

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

Candidato apresenta recurso referendando fontes bibliográficas informais, discordando do gabarito divulgado, alegando que todas as alternativas estão incorretas, questionando o uso de palavra maiúscula após a vírgula.

INDEFERIDO, questão formulada de maneira correta, as alternativas apenas apresentam as palavras para preencher as lacunas corretamente, sendo que o word identifica como maiúscula a primeira letra do início de cada frase, o que não interfere na escolha da alternativa correta pelo candidato.

QUESTÃO MANTIDA.

Navegantes, 07 de Novembro de 2014.

Questão 08 de Conhecimentos Gerais e Atualidades

Candidatos: 9920

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

Candidato apresenta recurso referendando fontes bibliográficas informais, alegando que Gutenberg apenas reinventou a imprensa.

INDEFERIDO, questão formulada de maneira correta, que solicita a que e "atribuída" a invenção da imprensa, informação trazida em fontes formais como COTRIN, Gilberto. História Global - Brasil e Geral, volume único, editora Saraiva, página 586.

QUESTÃO MANTIDA.

LEGISLAÇÃO

Questão 13 - Cargo de Enfermeiro ESF - Enfermeiro ESF, Odontólogos, Farmacêutico

Candidatos: 16122, 17786, 9053, 14730, 11376,

Impetram recurso alegando que o gabarito divulgado não condiz com a resposta correta da questão.

INDEFERIDO. III está incorreta pois a Lei n.º 12.864, de 2013, deu ao Art. 3º. A seguinte redação: "Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais."

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 18 - Cargo de Enfermeiro ESF

Candidato: 9244

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Alega em tese ao pedir anulação da questão, que não é possível saber a qual Poder Hierárquico se refere o enunciado. Entretanto, o Capítulo III da lei 8080/90, no seu artigo 8, é claro e cristalino ao tratar da organização, da direção e da gestão da saúde. É inadmissível um profissional formado em universidade, que desconheça ou confunda a hierarquia contida em epígrafe. Fica o recurso NEGADO, MANTENDO-SE a questão em sua versão original como preliminarmente divulgado.

QUESTÃO MANTIDA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Questão 23 - Professor de Educação Infantil

Candidato: 15291

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

Candidato apresenta recurso sem referendar nenhuma fonte formal que fundamente suas alegações, solicitando anulação da questão, alegando que a prova a resposta é "A" e o gabarito divulgado a resposta é "C".

DEFERIDO, ao candidato assiste razão, porém não é caso de anulação de questão e sim troca de gabarito, devendo o mesmo ser corrigido para letra "A".

TROCA DE GABARITO

Questão 24 - Professor de Séries Iniciais

Candidatos: 12714

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

Candidato apresenta recurso citando fontes e autores, porém não é claro em seu pedido, sobre anulação da questão, não apontando claramente que identifica como incorreto na questão.

INDEFERIDO, questão formulada de maneira correta.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 23 - Assistente Social

Candidato: 10022

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. É uma frase interpretativa. Como a (o) candidata (o), expõe o artigo 5º da Lei 12.594/12 Sinase : Compete aos Municípios: III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

Destacamos o artigo Art. 3º Compete à União:

II - elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

§ 3º O Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo será submetido à deliberação do Conanda.

Art. 4º Compete aos Estados:

II - elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo em conformidade com o Plano Nacional;

Ressaltamos O Plano do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi construído com base no diagnóstico situacional do atendimento socioeducativo, nas propostas deliberadas na IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Direitos Humanos III - PNDH 3. São documentos ancorados à Constituição Federal, à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, às Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, às Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, ao ECA, à Resolução 119/2006 do CONANDA e à Lei Federal 12.594/2012.

Independente se cada município criar e manter seu programa de atendimento para a execução das medidas socioeducativas, como mencionado terá que ser em conformidade O Plano do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e submetido à deliberação do Conanda. Nenhum programa visará atividades NÃO educativas e ou somente punitivas.

Com isso destacamos O Estatuto da criança e adolescente LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: II - obrigação de reparar o dano. O adolescente não reparará o dano em um programa NÃO EDUCATIVO E PUNITIVO, caso contrario seria uma violação contra os direitos da criança e adolescente. Ressaltamos também o Artigo Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, se algum município oferecer um programa NÃO EDUCATIVO E PUNITIVO, estariam infringindo tal artigo.

Em síntese, não podemos afirmar que a alternativa B é incorreta.

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 20 - Enfermeiro - Enfermeiro ESF - Médico Clínico Geral - Candidatos: 11376, 14730, 10687

INDEFERIDO Candidato contrapõem a questão alegando que falta informações quanto a situação que há a necessidade de avaliar a coluna do paciente. Uma vez que a questão aborda qual a posição mais adequada para exame clínico da coluna vertebral de um paciente e não especifica contra indicações, e ainda as outras alternativas se tornam impossível inspeção da coluna e a posição Sims apesar de dar acesso a avaliação da coluna não tem como indicação este procedimento. No caso de politraumatizados deve manter-se a posição de decúbito lateral. Sendo então a mais indicada apenas a alternativa B.

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 19 - Professor de Inglês.

Candidato: 16592

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO: Para fazer o subjuntivo no inglês usa-se a conjugação do Simple Present sendo necessário a conjugação em terceira pessoa do singular depois do segundo sujeito nesta questão. Somente a letra D.

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 22 - Nutricionista

Candidato: 16988

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO, A alternativa C é clara e completa, visto que de acordo com artigo 07 que trata das responsabilidades profissionais do nutricionista, previstas no Capítulo IV (Da Responsabilidade Profissional), todas as condutas citadas são vedadas ao profissional nutricionista. O artigo 07 (Capítulo IV) da RESOLUÇÃO CFN Nº 334/2004 trata das responsabilidades vedadas ao nutricionista.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 22 - Nutricionista

Candidato: 9320

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO, A alternativa C é clara e correta, visto que na dieta branda, pode haver o consumo pão desde que seja torrado e as frutas cozidas. A questão elaborada, trata de dieta branda em geral, não especifica a patologia, no caso disfagia, como citada pela candidata.

QUESTÃO MANTIDA

2. Estes são os pareceres e decisão da banca organizadora, e conforme edital: 10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irreversível na esfera administrativa.

Navegantes, 25 de novembro de 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABARITO DEDINITIVO EDITAL 005/2014

GABARITO DEFINITIVO

ATO 015/iobv/005/14/PS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Processo Seletivo 005/2014 - 15/11/2014

Alfabetizado

Agente de Serviços Gerais (Educação - Obras - Saúde)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	C	C	B	D	A	D	B	C

Vigia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	C	C	B	C	D	A	B	D

Fundamental

Instrutor de Artes Aplicadas - Crochê e Tricô - Pintura em MDF - Pintura em Tecido

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	C	A	C	B	D	A	C	D	B	B	C	D	A	C	B	A

Instrutor de Corte de Cabelo - Instrutor de Manicure

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	C	A	C	B	D	A	C	D	B	B	C	D	A	C	B	A

Instrutor de Informática 20h e 40h

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	B	C	A	C	B	D	A	D	C	B	D	A	B	C	A	B	C

X - questão anulada conforme parecer dos recursos.

Médio
Agente Comunitário de Saúde ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	X	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	C															

Agente Comunitário às Endemias

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	X	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	C															

Agente de Educação

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	X	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
C	B	D	A	D															

Educador de Artes Plásticas

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	X	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

Educador de Balé - Circo - Dança de Rua - Dança de Salão

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

Educador de Teatro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

Educador de Violão

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	A															

Auxiliar de Consultório Dentário

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	D															

Intérprete de Libras

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	B
21	22	23	24	25															
D	C	D	C	C															

Leiturista DAE

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
C	B	C	A	D															

Monitor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	B	D	C	D	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
A	B	D	C	B															

Motorista Socorrista SAMU

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	B	D	A	B	C	A	C
21	22	23	24	25															
D	A	C	D	B															

Recepcionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	A	B	B	C	D	C
21	22	23	24	25															
A	D	B	A	B															

Técnico em Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	A	D	A	B	C	B	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	D	C															

Técnico em Radiologia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	B	D	A	C															

Técnico em Saúde Bucal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	A	D	A	B	C	B	D

21	22	23	24	25															
C	A	B	D	C															

**Superior
Assistente Social**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	B	C	D	A	B	A	D	C	C
21	22	23	24	25															
A	B	D	C	B															

Enfermeiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	C	B
21	22	23	24	25															
D	B	C	C	D															

Farmacêutico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	B	C	D	A	B	A	D	C	B
21	22	23	24	25															
C	A	C	D	B															

Fisioterapeuta

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	A	C
21	22	23	24	25															
C	D	B	C	B															

Fonoaudiólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

Médico Anestesista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
A	B	D	C	D															

Médico Auditor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

Médico Cardiologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

Médico Cirurgião Geral

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

Médico Clínico Geral e ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25															
A	C	B	C	C															

Médico Endocrinologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

Médico Oftalmologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	D															

Médico Ortopedista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	A															

Médico Otorrinolaringologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	A
21	22	23	24	25															
D	C	B	D	C															

Médico Pediatra

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	A
21	22	23	24	25															
D	C	B	D	C															

Médico Psiquiatra

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	A
21	22	23	24	25															
D	C	B	D	C															

Médico Radiologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	D

21	22	23	24	25															
A	C	B	C	C															

Médico Urologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	A															

Médico Vascular

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	C	A															

Nutricionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	D	B
21	22	23	24	25															
A	C	C	B	C															

Odontólogo (Pacientes com Necessidades Especiais - Endodontista - ESF - Periodontista - Traumatologista Bucomaxilofacial)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	C	D
21	22	23	24	25															
B	C	B	C	D															

Psicólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	B	C
21	22	23	24	25															
D	A	C	B	C															

Veterinário

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	D	A	B	D	A	C	A	D	D	B
21	22	23	24	25															
A	C	C	B	C															

Professor Artes

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

Professor Ciências

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	C	B	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

Professor Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	C	C
21	22	23	24	25															
D	B	C	A	D															

Professor Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A
21	22	23	24	25															
B	D	A	C	D															

Professor Ensino Religioso

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

Professor Geografia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

Professor História

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	B	A
21	22	23	24	25															
C	D	D	B	D															

Professor Inglês

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25															
D	A	D	C	B															

Professor Língua Portuguesa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A
21	22	23	24	25															
B	D	C	C	D															

Professor Matemática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	B	A
21	22	23	24	25															
C	D	D	B	D															

Professor Sala Recursos Multifuncionais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A

Superior
Professor de Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	B	D	A	D	C	B	D	D	A	A	C	B	C	D	B	A	B

Coordenador Técnico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	B	D	A	D	A	B	D	A	C	D	B	B	D	C	A	B	C

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

JULGAMENTO DE RECURSOS EDITAL 002/2014

ATO 009/iobv/002/14/FMC

PARECERES DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DA PROVA
EDITAL Nº 002/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FMC

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. As decisões dos recursos contra questões das provas aplicadas em 16 de novembro de 2014, seguem abaixo descritas:

Questão 01 - Língua Portuguesa

Candidato: 18869

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, em síntese afirmando que a alternativa "A", também é considerada incorreta.

INDEFERIDO não assiste razão ao candidato, a alternativa "A" está correta, justamente porque não afirma que todo o poema tem 5 sílabas e sim apenas a primeira parte, ou seja os primeiros versos.

Pen sem nas cri an/ ças

Mu das te le pá/ ticas

Ou seja "com consoantes" que os separam.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 33 -

Candidato: 18869

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, em síntese afirmando que a questão não possui resposta correta.

DEFERIDO assiste razão ao candidato, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO ANULADA

2. Estes são os pareceres e decisão da banca organizadora, e conforme edital: 10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABARITO DEDINITIVO EDITAL 002/2014

GABARITO DEFINITIVO

ATO 010/iobv/002/14/FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Concurso Público 002/2014 - FMC - 16/11/2014

X - questão anulada conforme parecer dos recursos.

Médio

Técnico de Teatro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	D	B	D	A	X	C	A	B	C	B	C	A

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

JULGAMENTO DE RECURSOS EDITAL 001/2014

ATO 012/iobv/001/14/CP

PARECERES DOS RECURSOS CONTRA QUESTOES E PROVA ES-
CRITA

EDITAL Nº 001/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO
DIRETA

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. As decisões dos pedidos de recursos contra as questões e provas escritas aplicadas em 16 de novembro de 2014, constam abaixo divulgadas:

Questões de Conhecimentos Gerais dos Cargos de Nível Alfabetizado.

Questão 04 - Língua Portuguesa

Candidato: 18650, 15018

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, questionando o significado da palavra indesejáveis.

DEFERIDO, Significado de Indesejável de acordo com o dicionário Aurélio.

1 Não desejável.

2 Que não se pode desejar.

De fato a resposta que mais condiz com o texto, é alternativa "D" - Jogar alguns pensamentos indesejáveis fora. O seja: substituindo "Jogar alguns pensamentos "com falta de desejo" fora. Não condiz com o texto. Troca de gabarito para letra "D".

ALTERAÇÃO DE GABARITO

Conhecimentos específicos cargos de nível alfabetizado

Questão 14 - Auxiliar de Serviços Gerais (todos)

Candidato: 15018

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a reposta correta é letra B

INDEFERIDO: Não se utiliza solvente como produto de limpeza, especialmente em locais com crianças.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 20 - Auxiliar de Serviços Gerais (todos)

Candidato: 15018

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a reposta correta é letra B

DEFERIDO, a questão deve ser anulada por possuir mais de uma alternativa correta..

QUESTÃO ANULADA

Questões de Conhecimentos Gerais dos Cargos de Ensino Médio.

Questão 01 - Língua Portuguesa

Candidato: 18905

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, em síntese afirmando que a alternativa "A", também é considerada incorreta.

INDEFERIDO não assiste razão ao candidato, a alternativa "A" está correta, justamente porque não afirma que todo o poema tem 5 sílabas e sim apenas a primeira parte, ou seja os primeiros versos.

Pen sem nas cri an/ ças

Mu das te le pá/ ticas

Ou seja "com consoantes" que os separam.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 02 - Língua Portuguesa

Candidato: 17022

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, em síntese afirmando a questão apresenta duas respostas incorretas. INDEFERIDO a única alternativa a ser assinalada como incorreta é alternativa "C". "D" está correta pois a frase citada é a única comparação que há no poema, e marca a mudança das consequências para os atos. A partir da figura de uma rosa quente, ardente, cá-lida, a imagem repulsiva de uma ferida é amenizada, embora não seja menos impressionante. Fonte: JornalOpção. A própria fonte citada pelo candidato afirma que o poeta compara as feridas com "rosas cálidas".

Comparação: parecida com a metáfora, a comparação é uma figura de linguagem usada para qualificar 1 característica parecida entre dois ou mais elementos.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 12 - Gerais e Atualidades

Candidatos: 9770 e 10393

Apresentam recursos referendando fontes informais, alegando em síntese que a alternativa mais coerente seria a letra "B".

INDEFERIDO, a questão está corretamente elaborada, de acordo com: Geografia, leituras e interação, Editora Moderna Pg. 113.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 13 - Gerais e Atualidades

Candidatos: 19329 e 14983

Apresentam recursos alegando em síntese que não há consenso ou informação oficial que confirme as afirmativas da questão, há registros ao longo da história de temperaturas baixas em diversas cidade..

DEFERIDO, assiste razão aos candidatos, os dados podem ser variáveis.

QUESTÃO ANULADA

Conhecimentos específicos cargos de Nível Médio.

Questão 28 - Agente de Educação

Candidato: 10393, 9770, 17022

Apresentam recursos alegando em síntese que nenhuma das alternativas está clara.

INDEFERIDO, a questão está corretamente elaborada, Os Direitos Políticos envolvem um conjunto de regras que regulam a participação da população de um país no processo político do mesmo. Mas o importante é que eles permitam a participação do indivíduo na vida pública, concedendo-o o voto secreto, o poder de escolha e também a capacidade de se candidatar para cargos públicos. Além dessas condições, que são básicas na participação política, também integram os Direitos Políticos o voto em plebiscitos e referendos, movimentação popular e organização e participação em

partidos políticos., os demais se inserem em direitos sociais.
QUESTÃO MANTIDA.

Questão 30 - Agente de Educação

Candidato: 18905, 10393, 9770, 17022

Apresentam recursos alegando em síntese que nenhuma das alternativas completa a lacuna.

DEFERIDO, assiste razão aos candidatos, anule-se a questão.

QUESTÃO ANULADA.

Questão 33 - Agente de Educação

Candidato: 18905, 10393, 9770, 17022,

Apresentam recursos alegando em síntese que a questão está mal formulada e que dá margem para muitas interpretações.

INDEFERIDO, "a ideia de agressividade está muito mais na impressão de quem avalia que nas atitudes das crianças. O contato corporal demonstra ser uma forma de comunicação, mais que de agressão. Black (1992) ressalta que crianças não aceitas pelo grupo, por receberem menos respostas positivas às suas propostas de brincadeiras, desenvolvem um estilo de comunicação próprio. Evitam dependências ou contingências sobre as respostas dos outros, esquivando-se de negociações, como uma tentativa de fugir das respostas negativas. Ou seja, crianças pouco estimadas são mais autoritárias com os companheiros. Ainda para Capowski (1994), as características pessoais do indivíduo não são suficientes para o estabelecimento de liderança. Deve-se também considerar o papel situacional, como o contexto no qual a atividade ocorre, o tipo de atividade e as pessoas envolvidas. Assim, insere-se o papel da competência ou maior nível de habilidade com critério essencial para o estabelecimento de líderes. O comportamento do líder, mais do que os traços de personalidade da pessoa é, que, em relação com os outros fatores situacionais, levará a eficácia da liderança". (Um Estudo Sobre A Brincadeira Entre Crianças Em Situação De Rua - Elder Cerqueira Santo).

A questão pode até dar margem para discussões, porém de todas as alternativas apresentadas a única que se apresenta como correta, em relação aos Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância" é a alternativa "C".

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 34 - Agente de Educação

Candidato: 20280,

Apresentam recursos alegando que a questão possui alternativas iguais

DEFERIDO: a questão já foi anulada de ofício no gabarito preliminar

QUESTÃO ANULADA.

Agente de Educação

Candidatos: 15974 e 20153

Apresentam recursos alegando que seus cadernos de provas continham apenas 35 questões.

INDEFERIDO: 1. O edital no item 8.2.3, já estabelece a quantidade de questões da prova.

2. O candidato ao receber o caderno de questões, na primeira página havia instruções sendo a primeira:

- CONFIRA

- Se o CADERNO DE QUESTÕES contém 40 questões objetivas de múltipla escolha.

- Se faltam folhas e se a sequência de questões está correta.

- Se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

3. O edital trazia a seguinte regra:

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões

corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;

4. Não há registro em ata de sala de provas de reclamação de cadernos ou substituições, nem registro de cadernos com falta de páginas, portanto restam indeferidos os recursos.

INDEFERIDO

Questão 35 - Intérprete de Libras

Candidato: 16926

Apresenta recurso alegando em síntese que a alternativa apresentada como correta não pode ser considerada como "terceiro", pois o mesmo tem movimento no sentido vertical.

DEFERIDO, Assiste razão à candidata, falta a identificação das setas. Anule-se a questão

QUESTÃO ANULADA.

Questões de Conhecimentos Gerais Cargos de Nível Superior

Questão 01 - Língua Portuguesa

Candidato: 19544

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, em síntese afirmando a questão apresenta duas respostas a serem assinaladas.

INDEFERIDO, a questão está formulada corretamente, na alternativa "D" a relação estabelecida pela conjunção destacada é consecutiva. (componente curricular - Língua Portuguesa - Projeto Araribá - Editora Moderna, 7ª série - página 276)

QUESTÃO MANTIDA

Questão 02 - Língua Portuguesa

Candidato: 9173 - 8743

Candidatos impetram recursos referenciando fontes informais, sobre a questão mencionada, em síntese afirmando que não alternativa a ser assinalada.

INDEFERIDO, orações subordinadas adjetivas são aquelas que exercem funções próprias do adjetivo. A palavra que introduz as orações adjetivas nestes versos é "que" - pronome relativo. (Fonte: componente curricular - Língua Portuguesa - Projeto Araribá - Editora Moderna, 7ª série - página 287)

Subtende-se o destaque correto de todas as frases, o que não impede a escolha da alternativa correta pelo candidato, pois "A" é a única que atende à solicitação da questão.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 04 - Língua Portuguesa

Candidato: 14258 - 10053 - 8743 - 19544 - 11170 - 16372 - 9173 - Impetram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese o gabarito divulgado não condiz com a resposta correta da questão. Que não há alternativa a ser assinalada.

DEFERIDO, de fato todas as alternativas possuem antítese.

QUESTÃO ANULADA

Questão 05 - Língua Portuguesa

Candidato: 11170

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, que não há alternativa correta.

INDEFERIDO, a questão está elaborada corretamente, Pronome indefinido: relaciona-se a um substantivo e sofre flexões. sendo "D" a única a ser assinalada.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 08 - Gerais e Atualidades

Candidato: 10053 - 19377 - 20137 - 20147 -

Candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO, a questão está corretamente elaborada, tendo

apenas uma única opção correta de resposta. Nem afirma que é paródia, tão pouco solicita o conceito de paródia.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 09 - Gerais e Atualidades

Candidato: 17353

Candidato impetra recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão é absurda.

INDEFERIDO, a questão está corretamente elaborada e é tema da atualidade, abordando assunto ligado às redes sociais, tema presente no dia-a-dia das pessoas, sendo inclusive tema de redação do Enem já em 2011.

QUESTÃO MANTIDA

LEGISLAÇÃO - ENSINO SUPERIOR

Questão 19 - Legislação

Candidatos: 18338, 9173, 16372, 18103

Candidatos impetram recurso contra a referida questão, em síntese alegando erro de português.

INDEFERIDO:

Pedem em suma anulação da questão, alegando incompreensão do texto, diante da mostra de erro formal no enunciado da questão. Juntou-se jurisprudência tentando justificar o pedido para anular a questão mas não se aplica ao caso, eis que a citada jurisprudência trata de conteúdo inexistente no edital e quando cuida de erro formal, restou prejudicada. Portanto decide a banca que, analisando a transcrição do enunciado, não há o que alegar nulidade, pois não ficou evidenciado prejuízo na compreensão da questão na forma correta de responder.

Esse simples erro material, não tem aptidão para configurar a nulidade da questão, pois se trata de erro material vencível e superável, o qual em nada impede a análise e interpretação da questão por parte dos candidatos, mesmo porque a questão foi elaborada para pessoas cultas, com bom raciocínio lógico e com formação acadêmica, sendo que tal grafia constava nas provas de todos os candidatos, o que não afetou a igualdade de condições para respondê-la. Essa decisão pode ser ilustrada com a seguinte jurisprudência:

Erro de digitação (mandado vs. mandato) - Erro vencível - Possibilidade de exame de questão no mérito se demonstrado erro jurídico grosseiro na formulação

Neste caso o impetrante pleiteava a anulação de uma questão devido a erro de digitação que fez constar em uma das alternativas da questão a expressão "mandato de segurança" enquanto nas outras alternativas constava corretamente a expressão "mandado de segurança". Apesar do voto favorável do relator, a pretensão do impetrante foi frustrada por maioria de votos.

Em diversos julgados, o TRF-1 admite a apreciação do mérito de questão formulada com erro jurídico grosseiro. É o que se depreende da leitura da decisão abaixo transcrita.

TRF-1: MS 46.365/DF, Corte Especial, DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN, DJ 31/08/2005

Busca pela ementa e inteiro teor. Buscar processo 2001.01.00.046365-3

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. FORMULAÇÃO DE QUESITOS. ANULAÇÃO DE QUESTÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. SISTEMÁTICA LEGAL.

1. Ao Poder Judiciário é vedado substituir-se aos membros da comissão examinadora na formulação e na avaliação de mérito das questões do concurso público, limitando-se sua interferência ao exame da legalidade do edital e dos atos administrativos praticados na aplicação do certame. Sua interferência, no nível do mérito das questões, somente pode ser admitida em casos excepcionais, se demonstrado o erro jurídico grosseiro na sua formulação.

2. Configura simples erro material, sem aptidão para configurar nulidade, a inserção, numa das opções de questão de múltipla

escolha de concurso público, da expressão "mandato de segurança", ao tempo em que constou das demais opções a expressão correta "mandado de segurança", tudo a indicar simples equívoco de digitação, perfeitamente superável para qualquer candidato medianamente informado e sem aptidão para comprometer o entendimento da questão.

3. Denegação do mandado de segurança.

Fonte: <https://direitodosconcursos.wordpress.com/page/7/?app-download=nokia>

sendo MANTIDA a resposta preliminar anunciada e INDEFERIDOS OS RECURSOS.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 20 - Legislação

Candidatos: 20147

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese solicitando alteração do gabarito para letra "C"

INDEFERIDO: a questão solicita para apontar a exceção, que é exatamente a alternativa "B"

QUESTAO MANTIDA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO - ENSINO SUPERIOR

Questão 26 - Fiscal de Vigilância Sanitária (Engenharia de Alimentos)

Candidato: 19369

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese solicitando alteração do gabarito para letra "C"

INDEFERIDO: Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 - A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "C".

ASPECTO 2 - De acordo com o Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos (2010) a alternativa que melhor responde a questão é a C) *Escherichia coli* enterohemorrágica ou verotoxigenica.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTAO MANTIDA

Questão 28 - Fiscal de Vigilância Sanitária (Engenharia de Alimentos)

Candidato: 19369

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que a questão possui duas respostas corretas.

INDEFERIDO: Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 - A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "A".

ASPECTO 2 - O candidato não apresentou sustentação, argumentação ou referenciamento teórico para contraposição do recurso.

ASPECTO 3 - Conforme nos indica o referencial de "Conceitos e Definições em Epidemiologia importantes para Vigilância Sanitária" com Revisão Bibliográfica e Organização de Sheila Duarte Pereira, a equação que melhor expressa o coeficiente de mortalidade infantil tardia (ou pós-neonatal) - CMIP é:

A) Nº de óbitos de crianças de 28 dias até 1 ano de idade, no período / nº de nascidos vivos, no período x 1.000 (10³)

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTAO MANTIDA

Questão 29 - Fiscal de Vigilância Sanitária (Engenharia de

Alimentos)

Candidato: 18073

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que a questão possui duas respostas corretas.

INDEFERIDO:

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 - A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "D".

ASPECTO 2 - O enunciado da questão evidencia e faz menção à legislação municipal que institui normas de saúde em vigilância sanitária de Navegantes (SC) do ano de 2012 e não Lei Estadual nº 6.320 de 20 de dezembro de 1983, da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

ASPECTO 3 - A questão é baseada nos ditames no inciso XX do artigo 77 da Lei complementar nº 148 de 23 de fevereiro de 2012 de Navegantes (SC)

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 29 - Assistente Social

Candidato: 10043

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que a questão não está correta.

INDEFERIDO: De acordo com a Fonte: Poder Judiciário da União Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

- Internação provisória: o adolescente pode ficar internado até no máximo 45 dias em unidades especializadas, aguardando a decisão judicial. Durante esse período, é feita a instrução do processo, havendo duas audiências. Na primeira, são ouvidos o adolescente e seus responsáveis (interrogatório). Na segunda, são ouvidas as testemunhas de defesa e de acusação. Nessa fase de internação, o jovem pode receber visitas dos pais; terceiros necessitam de autorização judicial.

- Internação estrita (por tempo indeterminado e não excedendo a três anos): quando o adolescente é sentenciado a cumprir medida socioeducativa de internação. O processo de ressocialização é feito de forma gradativa: inicialmente, o juiz defere o benefício de saídas mensais; depois quinzenais ou semanais, dependendo da evolução apresentada pelo adolescente. As avaliações são bimestrais e realizadas por equipe multidisciplinar que encaminha relatórios técnicos à autoridade judiciária. A medida de internação é reavaliada a cada seis meses pelo juiz, que vai decidir, fundamentadamente, pela sua manutenção ou pela progressão de medida (semiliberdade ou liberdade assistida). Os direitos do adolescente nesse período são receber escolarização e profissionalização, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, ser tratado com respeito e dignidade, entre outros previstos no art. 124 do ECA.

Conforme Edital: ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. Atuação dos conselhos municipais cuja instituição e atribuições sejam voltadas a atividades sociais; noções inerentes aos programas de assistência social pública, junto aos idosos, às crianças; conhecimentos das estruturas públicas de assistência social; atividades possíveis de execução junto às comunidades, objetivando melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Medidas sócio-educativas, reinserção social, liberdade assistida e prestação de serviços. Direitos Humanos éticos e cidadania: Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social; Política Nacional do Idoso; Estatuto das Pessoas com Deficiência. Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS.; Administração pública. Poderes

Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

Não destaca que teria quer ser especificamente ou obrigatoriamente sobre o Estatuto da Criança e adolescente lei LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. ou Lei do SINASE LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, o que não impediria de usar outros materiais relacionados ao tema.

A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 33 - Assistente Social

Candidato: 15618

A (o) candidata (o) alega, em síntese, que A lei não traz o entendimento de legisladores sobre o tema e sim regulamenta o exercício dos profissionais que atuam com o tema. Assim sendo, a questão não poderia ser formulada com opiniões e sim com a legislação conforme anunciado no edital e solicita a anulação da mesma.

INDEFERIDO, A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

Conforme Edital repassado: ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. Atuação dos conselhos municipais cuja instituição e atribuições sejam voltadas a atividades sociais; noções inerentes aos programas de assistência social pública, junto aos idosos, às crianças; conhecimentos das estruturas públicas de assistência social; atividades possíveis de execução junto às comunidades, objetivando melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Medidas sócio-educativas, reinserção social, liberdade assistida e prestação de serviços. Direitos Humanos éticos e cidadania: Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social; Política Nacional do Idoso; Estatuto das Pessoas com Deficiência. Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

Não destaca que teria quer ser especificamente ou obrigatoriamente sobre o Estatuto da Criança e adolescente lei LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. ou Lei do SINASE LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, o que não impediria de usar outros materiais relacionados ao tema.

A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 34 - Fisioterapeuta

Candidato: 19663

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que no enunciado falta a palavra exceto.

INDEFERIDO:

Questão 38 - Fisioterapeuta

Candidato: 19663

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que a referida questão está mal formulada, não sendo de total convicção a resposta apresentada no gabarito preliminar.

DEFERIDO: A utilização da palavra VARIAS na questão na referida questão das ORTESES realmente deixa a questão mal formulada. Por este motivo, opta-se pela anulação da questão.

QUESTÃO ANULADA

Questão 27 - Enfermeiro

Candidato: 9869

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese

alegando que mais de uma alternativa correta.

DEFERIDO: O Candidato entra em recurso da questão alegando duas alternativas corretas, pois além da leptospirose, a Hantavirose no quadro grave deve ter como cuidado de enfermagem o balanço hídrico, necessitando de controle da diurese e da função renal. Desta forma, devido a não especificação da fase dos sintomas patológico, duas das alternativas tornam-se plausíveis. Por este motivo, aceitasse a anulação desta questão

QUESTÃO ANULADA

Questão 33 - Enfermeiro

Candidato: 19205

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que mais de uma alternativa correta.

INDEFERIDO: O candidato alega que a alternativa C também esta incorreta, por Células B não se transformarem em linfócitos B. Mas uma vez que os linfócitos são células, podem então ser abordados com os Linfócitos B ou Células B, como a própria referência utilizada como recurso pelo candidato aborda. Ou referência que também pode ser citada é o INCA que traz este dois como sinônimos: "Os órgãos e tecidos que compõem o sistema linfático incluem linfonodos, timo, baço, amígdalas, medula óssea e tecidos linfáticos no intestino. A linfa, um líquido claro que banha estes tecidos, contém proteínas e células linfóides. Já os linfonodos (gânglios) são encontrados em todos as partes do corpo, principalmente no pescoço, virilha, axilas, pelve, abdome e tórax; produzem e armazenam leucócitos denominados linfócitos. Existem três tipos de linfócitos: os linfócitos B (ou células B), os linfócitos T (ou células T), e as células "natural killer" (células NK).

Cada um destes três tipos de células realiza uma função específica no combate a infecções, e também têm importância no combate ao câncer.

- As células B produzem anticorpos, que se ligam na superfície de certos tipos de bactérias e atraem células específicas do sistema imune e proteínas do sangue, digerindo as bactérias e células estranhas ao normal.

- As células T ajudam a proteger o organismo contra vírus, fungos e algumas bactérias. Também desempenham importante papel nas funções das células B.

- As células NK têm como alvo as células tumorais e protegem contra uma larga variedade de agentes infecciosos.

Desta forma, a questão é mantida por se tratar de sinônimos, e destacando que a referência utilizada pelo autor além de abordar esta mesma questão, não se torna científica (Wikipédia).

REFERÊNCIA:

INCA - Instituto Nacional do Câncer. Linfoma de Hodgkin. Disponível em: http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=458.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 26 - Médico Cirurgião Geral

Candidato: 9655

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que mais de uma alternativa correta.

INDEFERIDO: Candidato contrapõe questão alegando outras alternativas corretas de uso de antibiótico terapia indicada para tratamento de leptospirose. Sendo que o enunciado da questão questiona o antibiótico MAIS indicado na fase precoce da leptospirose, e de acordo com o Guia de Bolso para doenças infecciosas e parasitárias do Ministério da Saúde (2010. P. 278). Deve ser utilizado a Amoxicilina em adultos na dose de 500mg, VO, de 8/8hrs durante 5 a 7 dias. Em crianças, administrar 50mg/kg/dia, VO, a cada 6/8 horas, durante 5 a 7 dias, ou ainda pode ser utilizado a doxicilina 100mg, VO, 12 em 12 hras durante 5 a 7 dias (sendo esta segunda opção não disponível como alternativa da questão). O mesmo autor ainda referencia que azitromicina e claritromicina são alternativas para tratamento em pacientes com contra

indicação para uso de amoxicilina e doxiciclina, sendo assim, não o de primeira escolhas, torando estas alternativas erradas com o mais indicadas. O uso de Penicilina G cristalina e ampicilina são indicadas na fase tardia, não entrando nas alternativas e não tendo relação com o enunciado.

Desta forma, seguindo o guia do Ministério da Saúde como referência em Saúde pública, a questão se mantem,

REFERÊNCIA: BRASIL, Ministério da Saúde. Guia de Bolso: Doenças infecciosas e parasitárias. 8ed. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2010.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 40 - Médico ESF

Candidato: 19020

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando não há alternativa correta.

INDEFERIDO

Candidato alega necessitar de mais informações clínicas para avaliação do exame radiológico e seu diagnóstico. Mas a imagem disponibilizada apresenta: Arcabouço ósseo sem lesões. Hipertransparência pulmonar. Aumento da trama vasobrônquica. Condensação no terço superior do pulmão direito, compatível com atelectasia segmentar. Coração e vasos da base nos limites normais. Sem aumento do mediastino. (INCA,).

Como comparação abaixo a imagem disponibilizada em concurso e a de pneumonia lobar:

Observa-se atelectasia do segmento posterior do lobo pulmonar superior direito.	Radiografia de tórax sugere pneumonia lobar no lobo superior do pulmão direito.
---	---

Desta forma mantem-se a questão.

REFERÊNCIAS:

INCA - Instituto Nacional do Câncer. Caso 11 - escarro com manchas de sangue. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?ID=36

QUESTÃO MANTIDA

Questão 28 - FONOAUDIÓLOGO

Candidato: 17353

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando que mais de uma alternativa correta.

INDEFERIDO

O Candidato alega que todas as alternativas se tratam de direito geral do fonoaudiólogo, mas de acordo com o Código de ética da profissão, mas a última alternativa correta é a B onde no código de ético constitui um DIREITO GERAL do fonoaudiólogo, a alternativa A e C, Constituem-se deveres gerais e não um direito do profissional, e a alternativa D uma infração étnica da profissão.

Desta forma, mantem-se a alternativa B a única que aborda o direito geral do Fonoaudiólogo.

REFERÊNCIA: CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Código de ética da Fonoaudiologia aprovado pela resolução CFFA nº 305 de 2004. Disponível em: http://www.fonoaudiologia.org.br/paginas_internas/pdf/codeport.pdf

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 32 - FONOAUDIÓLOGO

Candidato: 17353

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando não há alternativa correta.

INDEFERIDO

O candidato contrapõem questão alegando que o que melhor definiria a dificuldade da discriminação auditiva do indivíduo seria o teste de logaudiometria, e que este não esta nas alternativas. Tendo em vista que a questão solicita que de acordo com a

classificação de Lloyud e Kaplan, qual a habilidade para ouvir e falar do paciente classificado como "perda auditiva de grau moderado, uma média tonal de 41 - 55 dBNA" e não qual o método utilizado de avaliação. Desta forma como alternativa correta temos a "Dificuldade com fala em nível de conservação";

Dados retirados do Manual de procedimentos em audiometria tonal, logaudiometria, e medidas de imitância acústica. p. 14.

REFERÊNCIA: SISTEMA DE CONSELHOS FEDERAL E REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, Manual de Procedimentos em Audiometria Tonal, Logaudiometria e medidas de Imitancia Acústica, 2013. Disponível em: <http://fonoaudiologia.org.br/publicacoes/manual%20de%20audiologia%20.pdf>

QUESTÃO MANTIDA

Questão 39 - ODONTÓLOGO ESF

Candidato: 19303

Candidato impetra recurso contra a referida questão, em síntese alegando não há alternativa correta.

INDEFERIDO

O candidato alega o enunciado da questão aborda a alternativa que NÃO é um dos principais desafios em saúde bucal, e a alternativa dada como correta ('A') é errônea, uma vez que para o candidato este é abordado no caderno de atenção básica em saúde bucal.

A alternativa A é clara: "Estabelecer uma Porta de Entrada para a odontologia, e não somente na área de médico-Enfermagem", mas como também abordado pelo candidato, o Caderno de Atenção Básica em Saúde Bucal (p. 21) traz como o primeiro desafio para a organização da atenção em saúde bucal na saúde da família, a UNIFICAÇÃO da porta de entrada com área de médico- enfermeiro, e não estabelecer também uma porta de entrada para a odontologia. Torando assim esta uma alternativa que não abrange um desafio para a atenção em saúde bucal na saúde da família.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção básica nº 17 - Saúde bucal. 2006.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 27 - FARMACEUTICO

Candidato: 14426

Candidato impetra recurso contra a referida questão, solicitando sua anulação.

INDEFERIDO

A candidata alega, em síntese, que os princípios que culminam em objetivos, dentro da esfera dessa lei e de acordo com o conceito de SUS, prezam pela universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e que a premissa é declarada de forma direta e indireta nesta Legislação.

A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

A alternativa C está correta visto que de acordo com a Lei 8080/90 a universalidade de acesso aos serviços de saúde é tida como Princípio e Diretriz do Sistema Único de Saúde no seu Art.7 e não como objetivo.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 32 - FARMACEUTICO

Candidato: 20076

Candidato impetra recurso contra a referida questão, solicitando sua anulação.

DEFERIDO: a banca de Farmácia, deve apresentar questões inéditas. Sendo assim, a banca organizadora do IOBV recomenda anulação da questão.

QUESTÃO ANULADA.

Questão 34 - FARMACEUTICO

Candidato: 20076

Candidato impetra recurso contra a referida questão, solicitando sua anulação.

DEFERIDO: A candidata alega que frequência cardíaca não pode ser aferida em farmácias ou drogarias. Portanto não há alternativa

correta considerando que parâmetros fisiológicos são apenas pressão arterial e temperatura, glicemia capilar é parâmetro bioquímico

A questão deve ser anulada.

Com base na RDC 44/2009, limita-se a aferição de parâmetros fisiológicos a aferição de pressão e temperatura e parâmetro bioquímico o teste de glicemia capilar.

QUESTÃO ANULADA.

Questão 35 - FARMACEUTICO

Candidato: 14426, 11905, 20076, 17102

Candidato impetra recurso contra a referida questão, solicitando sua anulação.

DEFERIDO: a banca de Farmácia, deve apresentar questões inéditas. Sendo assim, a banca organizadora do IOBV recomenda anulação da questão.

QUESTÃO ANULADA.

Questão 39 - FARMACEUTICO

Candidato: 10652, 14426, 20076, 13951, 11905, 15840

Candidato impetra recurso contra a referida questão, solicitando sua anulação alegando que a questão possui duas alternativas iguais.

DEFERIDO: Assiste razão aos candidatos a questão deve ser anulada.

QUESTÃO ANULADA.

Questão 35 - PSICÓLOGO

Candidato: 10265

O candidato alega que o item B da questão considerado correto, também deve ser considerado incorreto.

INDEFERIDO: O item C está incorreto, pois o delírio de hipocondríaco é quando o indivíduo tem a convicção de que é portador de doenças graves, e no item apresentado trouxe que o delírio de hipocondríaco era quando o indivíduo relata que seu corpo está morto ou lhe falta algum órgão, essa característica é do delírio de negação dos órgãos ou síndrome de cottar.

O item alegado pelo candidato traz o delírio erótico ou erotomania que está apresentado de forma correta, esse delírio é quando o indivíduo afirma que alguém importante (artista, política, etc.) está perdidamente apaixonado por ele. O candidato afirma que a caracterização do delírio não está claro, mas a característica apresentada é sim do delírio apresentado, se fosse colocado mais características era para complementação.

O item está correto e o gabarito será mantido.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 36 - PSICÓLOGO

Candidato: 10265

O candidato alega que a questão não apresenta o tipo de transtorno ou alteração para poder pensar nas características.

INDEFERIDO: A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

A sensopercepção apresenta características gerais que fazem parte dela, independente do tipo de transtorno em que ela se encontra, as características da sensopercepção serão as mesmas, o que pode diferenciar nos transtornos ou alterações é se ele possui todas as características ou somente algumas. Os aspectos serão sempre os mesmos, o que será modificado é a forma que a sensopercepção será captada e transmitida ao sistema nervoso central, por exemplo, na hipoestesia que é encontrada na Depressão maior, o mundo circundante é percebido mais escuro, acinzentado, de cores pálidas, sem brilho, etc. A pessoa capta dessa forma os estímulos sensoriais, porém a imagem será nítida, vívida e completa, será aceita com passividade, entre outros. Portanto, não é preciso apresentar os transtornos ou alterações para pensar nas características.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed; 2000.

JASPERS K. Psicopatologia Geral. São Paulo: Atheneu; 1996.

RIBEIRO, Marcelo. Psicopatologia. São Paulo: Unifesp, 2010..

QUESTÃO MANTIDA

Questão 37 - PSICÓLOGO

Candidato: 10265

O candidato alega que a questão não apresenta o tipo de alucinação para poder pensar nas características.

INDEFERIDO: A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

A alucinação é a vivência da percepção de um objeto sem que este esteja presente. Há sim vários tipos de alucinações, e cada uma poderá apresentar características específicas ligadas a elas. Porém, nas alucinações encontram-se também características gerais que fazem parte delas. O item errado apresentava que as alucinações têm duração instável e que existe alucinação sem delírio, o que está incorreto, pois as alucinações são estáveis e não existe alucinação sem delírio. Por exemplo, na alucinação auditiva, há a alucinação audioverbal que são vozes sem qualquer estímulo real, podendo ser vozes de comando, vozes que conversam com o paciente entre outros, essas são algumas das características da alucinação auditiva, porém, essa alucinação tem as características gerais que há crença na alucinação, ela será estável, há a vivacidade das percepções, entre outros.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed; 2000.

JASPERS K. Psicopatologia Geral. São Paulo: Atheneu; 1996.

RIBEIRO, Marcelo. Psicopatologia. São Paulo: Unifesp, 2010.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 38 - PSICÓLOGO

Candidato: 8975

O candidato alega que o item C da questão considerado correto, também deve ser considerado incorreto.

INDEFERIDO: O gabarito deve ser mantido.

O item C fala: "Sobredotação - devido ao nível intelectual não estar adequado ao nível de ensino, as crianças sobredotadas não têm motivação para estudar, o que leva a um baixo rendimento escolar".

O item não está considerando que todas as crianças apresentarão este problema, sendo que a palavra "todas" não se encontra no item, apenas comenta que na sobredotação as crianças podem não ter motivação escolar e como consequência ter um baixo rendimento. O candidato apresentou aspectos importantes relacionados a sobredotação, porém ao final ele ainda traz que "as consequências certamente podem variar de criança para criança, de acordo com o ambiente e os estímulos que ela receber", portanto, essa criança pode se desenvolver bem ou não.

De acordo com Serra (sem ano), o período histórico específico, a situação sócio-cultural e a família são variáveis ambientais que podem influenciar tanto em sentido positivo como em sentido negativo o desenvolvimento do indivíduo sobredotado.

A sobredotação aumentaria a vulnerabilidade de problemas sócio-emocionais, particularmente na adolescência e idade adulta, acreditando-se que os sobredotados são mais sensíveis aos conflitos interpessoais e experenciam níveis de stress superiores como resultado das suas habilidades. De acordo com esta perspectiva, os indivíduos com altas habilidades cognitivas apresentam, por vezes, problemas sócioemocionais significativos, necessitando de intervenções diferenciadas, por parte da escola e da família, para prevenir ou atenuar as suas dificuldades (Delisle, 1986; Silverman, 1991. apud Serra, sem ano).

Portanto, a sobredotação possui aspectos negativos e positivos, por isso a questão está correta e deve ser mantido o gabarito.

Associação Portuguesa de Crianças Sobredotadas. Guia Sobre Crianças Sobredotadas. <http://apcs.co.pt/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1>.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 36 - ARQUITETO

Candidato: 18017

A candidata alega, em síntese, que o assunto da questão não constava no edital como conteúdo a ser estudado para a realização da prova, solicitando anulação da mesma.

INDEFERIDO:

A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

O assunto da questão faz parte sim da Lei Complementar 056 de 22 de julho de 2008.

Mas está de acordo com o edital do concurso, visto que conforme o artigo 1 do capítulo I, das Disposições Preliminares desta Lei, e seus incisos, "Esta Lei, parte integrante do Plano Diretor, estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, bem como para os procedimentos administrativos para aprovação de projetos e expedição de alvará de edificação", ou seja, faz parte do Plano Diretor da cidade de Navegantes pois é uma Lei a ser seguida para elaboração de projetos a serem aprovados pelo município. É um "Conhecimento específico referente ao município", conforme descrito no edital.

Portanto, o assunto da questão faz parte do conteúdo do edital, por ser a Lei Complementar parte integrante do Plano Diretor. Não abrindo margem para sua negação ao conteúdo do concurso.

QUESTÃO MANTIDA**Questão 40 - ARQUITETO**

Candidato: 18496

A candidata alega, que sua resposta (letra A) está correta pois foi respondida conforme o Código Urbanístico de Navegantes, art. 321, item 1.

INDEFERIDO: A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

Tanto a Lei Complementar 055 de 22 de julho de 2008, como a Lei Nº 6.063, de 24 de maio de 1982, dispõem sobre parcelamento do solo da mesma maneira. Ambas relatam sobre a questão 40 do concurso, que tem sua resposta correta sendo a letra C e não letra A (resposta dada pela candidata). Pois são em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) que não é permitido o parcelamento do solo, e não igual ou superior de 45% (quarenta e cinco por cento) conforme a letra C na questão 40, sendo ela a questão incorreta que a questão pede para ser assinada. Ou seja, não é pelo fato de ser uma ou outra Lei que a letra A responde a questão de modo errado, mas porque tanto em uma como na outra está descrito com clareza onde não é permitido o parcelamento de solo.

Portanto, a questão dispõe exatamente sobre a letra da Lei, não abrindo margem para dupla interpretação ou questionamento de qual Lei foi utilizada na questão.

QUESTÃO MANTIDA**Questão 31 - NUTRICIONISTA**

Candidato: 9900

Alega que não há alternativa correta.

DEFERIDO: A questão será anulada, pois não há alternativa correta, uma vez a alternativa está incompleta, devendo ser a seguinte alternativa: maior ou igual a 94 cm (World Health Organization, 1998)**QUESTÃO ANULADA****Questão 26 - FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Candidato: 18338

Requer-se a anulação da questão, na qual se afirmou que na relação jurídica decorrente de locação predial urbana não se aplica o Código de Defesa do Consumidor, sob a alegação de divergência doutrinária e jurisprudencial. De fato, no início da aplicação do código (década de 90) existiu certa celeuma, já há muito desfeita. O Superior Tribunal Justiça pacificou o entendimento no sentido de sua inaplicabilidade no caso conforme se observa de inúmeros acórdãos, dentre eles: AgRg no Ag 1347140/PE julgado em

05/06/2013, AgRg no AREsp 272955/RS julgado em 13/03/2013, AgRg no AREsp 111983/RS julgado em 21/08/2012, REsp 753793/MG julgado em 15/03/2007, AgRg no Ag 590802/RS julgado em 30/05/2006, REsp 432093/MG, REsp 399938/MS, dentre outros.

No âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a jurisprudência é uníssona nesse sentido conforme se verifica em diversos acórdãos, dentre eles: Apelação Cível n. 2014.060699-1, de Balneário Camboriú, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, j. 04-11-2014; Apelação Cível n. 2012.024708-3, da Capital, rel. Des. Joel Figueira Júnior, j. 01-04-2014; Apelação Cível n. 2010.074190-1, de Blumenau, rel. Des. Joel Figueira Júnior, j. 07-11-2013.

Ante o exposto, indefere-se o pedido, mantendo-se a questão e o gabarito.

QUESTÃO MANTIDA**Questão 33 - FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Candidato: 18169 e 9299

Inscrição: 9299

Requer-se a anulação da questão, afirmando que inexistente a Secretaria Municipal da Fazenda na estrutura do poder público municipal, de forma que responderiam de forma adequada o enunciado as alternativa A e D.

De fato, o artigo 12 da Lei Complementar Municipal nº 83/2010 menciona a Secretaria de Finanças como órgão com representação no CODECON e não Secretaria da Fazenda conforme constou na questão. Dessa forma, tanto a alternativa A quanto a D respondem adequadamente a questão.

Ante o exposto, defere-se o pedido restando anulada a questão.

Inscrição: 18169

Requer-se a anulação da questão, afirmando que inexistente a Secretaria Municipal da Fazenda na estrutura do poder público municipal, de forma que responderiam de forma adequada o enunciado as alternativa A e D.

De fato, o artigo 12 da Lei Complementar Municipal nº 83/2010 menciona a Secretaria de Finanças como órgão com representação no CODECON e não Secretaria da Fazenda conforme constou na questão. Dessa forma, tanto a alternativa A quanto a D respondem adequadamente a questão.

Ante o exposto, defere-se o pedido restando anulada a questão.

QUESTÃO ANULADA**Questão 30 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Candidato: 8715

Candidato único impetra recurso contra a questão alegando que não existe justificativa para plano de aula.

INDEFERIDO: A candidata está equivocada, a questão está correta, não havendo motivos para alteração. Um plano de aula deve conter as seguintes etapas: o tema abordado, a justificativa, objetivos, etapas, metodologia, avaliação, bibliografia.**QUESTÃO MANTIDA**

2. Estes são os pareceres e decisão da banca organizadora, e conforme edital: 10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABARITO DEFINITIVO EDITAL 001/2014

PGABARITO DEFINITIVO

ATO 013/iobv/001/14/AG

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Concurso Público 001/2014 - Administração Geral - 16/11/2014

X - questões anuladas de acordo com o parecer dos recursos.

Alfabetizado

Agente de Serviços Gerais (Educação - Obras - Saúde)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	C	A	D	X	A	C	B	C	D	A	D	B	C	B	A	X

Vigia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	C	D	C	A	D	X	A	C	B	D	A	C	D	B	D	A	C	B

Fundamental

Operador de Equipamentos (grande, médio e pequeno porte)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	A	D	C	A	D	A	D	B	D	C	A	B	A	C	D	B	D
21	22	23	24	25															
C	B	A	C	B															

Médio

Agente Comunitário de Saúde ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	A	B	C	C	D	A	B	D	C	B	D	A

Agente de Combate às Endemias

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	A	C	D	C	A	B	D	C	D	C	B	D	A	B

Agente de Educação

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	A	B	C	B	A	X	B	C	C	X	A	B	D	D	C	C

Auxiliar Consultório Dentário ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	A	C	D	C	A	B	D	C	D	C	B	D	A	B

Cuidador Social

Nenhum candidato presente

Intérprete de Libras

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	A	B	C	B	A	X	B	C	C	D	X	B	D	D	C	C

Monitor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	B	A	C	B	C	B	D	A	C	A	C	X	C	A	D	D	C	C

Monitor do Abrigo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	B	A	C	B	C	B	D	A	C	A	C	X	C	A	D	D	C	B

Motorista Socorrista SAMU

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	A	B	C	C	D	A	B	D	C	B	D	A

Orientador Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	A	B	C	B	A	D	B	C	C	D	A	B	D	D	C	C

Recepcionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	B	C	A	B	D	B	A	D	C	C	D	A	D	B	C	B	D	C

Técnico Agropecuária

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	D	C	A	B	C	C	D	A	B	D	C	B	D	A

Técnico em Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	B	A	B	A	C	D	C	A	B	D	C	D	C	B	D	A	B

Técnico em Saúde Bucal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	A	D	B	A	B	C	A	D	B	A	X	D	A	D	B	C	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	B	C	A	B	D	B	A	D	C	C	D	A	D	B	C	B	D	C

**Superior
Arquiteto**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	C	D	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	B	C	D	A	D	B	D	C	B	B	A	D	A	C

Assistente Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	B	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	C	A	B	B	C	D	C	A	D	B

Enfermeiro e Enfermeiro ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	B	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	X	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

Farmacêutico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	B	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	C	D	B	A	C	X	A	X	X	B	D	B	X	D

Fiscal de Defesa do Consumidor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	C	D	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	A	D	C	A	B	C	X	D	A	B	C	B	A	B

Fiscal de Vigilância Sanitária

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	C	D	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	C	B	A	D	B	A	C	A	C	D	B	C	B	A	D

Fisioterapeuta

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	B	C	A	D	B	A	C	D	C	A	X	C	B

Fonoaudiólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	B	D	A	C	C	B	A	D	B	C	A	C	D

Médico Anestesista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

Médico Auditor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

Médico Cirurgião Geral

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

Médico Clínico Geral e ESF

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

Médico Endocrinologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

Médico Oftalmologista

Nenhum candidato presente

Médico Otorrinolaringologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

Médico Pediatra

Nenhum candidato presente

Médico Psiquiatra

Nenhum candidato presente

Médico Radiologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	A	D	B	B	C	D	A	D	B	C	A	C

Médico Urologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	B	A	D	C	B	A	D	B	C	A	C	D	B	A

Nutricionista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	C	B	A	X	B	B	A	D	C	B	A	C	D

Odontólogo (Endodontista - ESF - Periodontista - Traumatologista Bucomaxilofacial)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	D	C	A	B	C	A	D	C	B	A	D	B	C	A	B

Psicólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	D	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	A	D	B	C	A	D	B	D	A	C	C	B	A	B	C

Veterinário

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	D	C	B	A	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	B	C	B	A	D	C	A	D	B	C	A	B	C	B	D	A

Professor Anos Iniciais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

Professor Artes

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	B	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	A	D	A	D	B	C	B	A	C	A	B

Professor Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	B	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

Professor Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	B	A	D	D	A	C	A	D	B	C	B	B	A

Professor Ensino Religioso

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

Professor Geografia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	A	C	D	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	C	D	A	D	C	B	D	A	C	D	A	B	D	B	D	A	B

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA EDITAL 009/2014

RESULTADO FINAL (APÓS RECURSOS) DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Silvanete Bezerra de Oliveira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: Extensão C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda.	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: Extensão C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva.	Vaga requerida inexistente.
Funcionária: Vanderléia Bona Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria das Neves Emílio	Tempo de serviço inferior ao permitido para participar do processo de remoção.
Funcionária: Juliana Testoni Theiss Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Badia de Faria	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Badia de Faria	Área requerida para remoção diferente da área de lotação.
Funcionária: Rosane de Siqueira Prestes Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Marlene de Souza Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Marinez de Souza Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes para a remoção das 40 horas solicitadas.
Funcionária: Lucimar Vequi Andreani Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Solange Pasquali	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

Funcionária: Lucimar Vequi Andreani Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Rosana de Lourdes Gonçalves Silveira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Maria da Paz Alves Romão Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Leonora Schmitz	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Edinéia Mônica de Andrade Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Adélia de Souza Fernandes	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Rosana de Fátima Gaya Barreto	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.
Funcionária: Ligia Gorges Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes para a remoção das 40 horas solicitadas.
Funcionária: Celia Dzin Olegario Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria dos Navegantes Ramos	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

RESULTADO FINL INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Aline Paula Pereira Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria Carlota Vieira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes
Funcionária: Andréa Cursel Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. Robson Francisco Lopes
Funcionária: Ariane da Costa Mendes Wanger Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Pedacinho do Céu	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Alessandra Zilda da Silva

Funcionária: Rosangelei Possamai dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: Extensão C.M.E.I Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda
Funcionária: Shirley Schneider Schreiber da Costa Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Julieta Pereira Muller	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Lenita de Souza Gaya
Funcionária: Kátia Maria dos Santos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral
Funcionária: Ana Paula Rocha Passos Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Recanto dos Baixinhos	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva
Funcionária: Rosana de Lourdes Gonçalves Silveira Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Rosana de Fátima Gaya Barreto
Funcionária: Sirlei Terezinha Wolfart Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Martinha Correa da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Nerozilda Pinheiro Ferreira
Funcionária: Gisele Dilma Luciano Moraes Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.E.M Profa. Leonora Schmitz	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: Extensão C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda
Funcionária: Sabrina Graciela Aparecida de Souza Carturano Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria das Neves Emílio	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: Extensão C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda
Funcionária: Luciani Pivatto dos Santos Mafra Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Pedacinho do Céu	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: Extensão C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda
Funcionária: Margarete da Rosa Brustolin Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Pedacinho do Céu	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: Extensão C.M.E.I Profa. Silvete Couto de Miranda
Funcionária: Soleide Valtrick Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Tereza Leal	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Prof. José dos Passos Lemos

Funcionária: Anelise Santos Gaya Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Marlene de Souza Couto	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva
Funcionária: Aline Garcia Lazzaris Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Pedacinho do Céu	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva
Funcionária: Danubia Alexandra Torres Santana Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria de Lourdes Couto Cabral	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Maria dos Navegantes Ramos

RESULTADO FINAL INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Ana Paula Rocha Passos Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Recanto dos Baixinhos	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva
Funcionária: Ester Cordeiro Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Profa. Regina Marly da Silva	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.M.E.I Recanto dos Baixinhos

Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira Ana Lúcia dos Santos Fabrícia Gisele Pereira Luiza Ramos de
Secretária de Educação Lima Couto

Navegantes, 20 de Novembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Avenida João Sacavem, n º 975 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC Fone/Fax: (047) 3342-3583

RESULTADO FINAL INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS INDEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Odeia de Jesus Coelho Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Badia de Faria	Área/ Disciplina: Educação Infantil Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Badia de Faria	Área requerida para remoção diferente da área de lotação.

Funcionária: Fabiana Patrícia Rodrigues Porção Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Maria Regina Gazaniga da Costa	Empate – Idade inferior ao demais candidato.
Funcionária: Jocelene Leal de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

RESULTADO FINAL INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Giovana Scaburi Kraisch Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Maria Regina Gazaniga da Costa
Funcionária: Carla Gisele de Oliveira Gelsleichter Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Tereza Leal	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva
Funcionária: Indianara dos Passos Rita Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Giovana Soares da Cunha
Funcionária: Geovana Pereira de Souza Costa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Eni Erna Gaya
Funcionária: Ronise de Azevedo Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Bernardete Maria Sedrez da Silva	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental
Funcionária: Eliane Cidral da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental
Funcionária: Marisa Corrêa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental

Funcionária: Elaine Atanazio Guarezi Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Idília Machado Ferreira
Funcionária: Claudete Novais Alves Krueger Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Giovana Soares da Cunha	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Idília Machado Ferreira
Funcionária: Marcia Juliana Assolari Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: CAIC - Fundamental	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Badia de Faria
Funcionária: Mirian Vieira Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Tereza Leal	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Tereza Leal
Funcionária: Sandra Maria Medeiros Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Hostim da Costa	Área/ Disciplina: Ensino Fundamental I – Sala Integral Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Eni Erna Gaya

Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira Ana Lúcia dos Santos Fabrícia Gisele Pereira Luiza Ramos de
Secretária de Educação Lima Couto
Navegantes, 20 de Novembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
Fone/Fax: (047) 3342-3583

RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS INDEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – DISCIPLINA HISTÓRIA		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Benta Cristina Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: História Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Badia de Faria	Vaga requerida inexistente.

RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - LÍNGUA PORTUGUESA	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Eusemarie Coelho de Souza Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vilna Corrêa Pretti
Funcionária: Maria Inês Pacheco Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vilna Correa Pretti	Área/ Disciplina: Língua Portuguesa Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Idília Machado Ferreira

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - CIÊNCIAS	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Vivian Cardoso da Silva Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 20 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Elsir Bernadete Gaya Muller
Funcionária: Magda Marçal Bagatini Medeiros Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Ivone Muller dos Santos	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I e II - EDUCAÇÃO FÍSICA	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Michelle Pinheiro Oliveira Sales Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Eni Erna Gaya	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Maria Regina Gazaniga Costa

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II - INGLÊS	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Daniela Antônio Pereira Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Izilda Reiser Mafra	Área/ Disciplina: Inglês Carga Horária: 10 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Maria Hostim da Costa

RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II – CIÊNCIAS	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Vilma Bernardes de Souza Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Rosa Maria Xavier de Araújo

Funcionária: Joyce Karina Balera Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Rosa Maria Xavier de Araújo	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 10 horas Turno: Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Neusa Maria Rebello Vieira
Funcionária: Rafaela Fernanda Mendes Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vilna Corrêa Pretti	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental
Funcionária: Dinora Pereira dos Santos Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental	Área/ Disciplina: Ciências Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vilna Correa Pretti

PROFESSORES LOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I e II – EDUCAÇÃO FÍSICA	
CONDIÇÃO ATUAL	PERMUTAR PARA
Funcionária: Fabiano Vianna Filardo Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vilna Corrêa Pretti	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello
Funcionária: Jorge Luís Alves Lima Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Ilka Muller de Mello	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vilna Corrêa Pretti
Funcionária: Sebastião Delamar de Souza Torres Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Neusa Maria Rebello Vieira	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Leonora Schmitz
Funcionária: Claudia Lenira Hoier Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.E.M. Profa. Leonora Schmitz	Área/ Disciplina: Educação Física Carga Horária: 20 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Neusa Maria Rebello Vieira

Comissão Avaliadora
Nerozilda Pinheiro Ferreira Ana Lúcia dos Santos Fabrícia Gisele Pereira Luiza Ramos de
Secretária de Educação Lima Couto

Navegantes, 20 de Novembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (047) 3342-3583

RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS INDEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

ESPECIALISTAS – SUPERVISÃO ESCOLAR		
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Funcionária: Cynthia Rosangela de Souza Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: CAIC – Fundamental	Área/ Disciplina: Supervisão Escolar Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.E.M Profa. Maria Regina Gazaniga da Costa	Tempo de serviço inferior aos demais requerentes.

RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES E/OU REQUERIMENTOS DEFERIDOS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA CONFORME EDITAL 009/2014/SME

ESPECIALISTAS – SUPERVISÃO ESCOLAR	
CONDIÇÃO ATUAL	REMOVER PARA
Funcionária: Dóris Kolher de Souza Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/Vespertino Unidade Escolar: E.M. Profa. Vilna Corrêa Pretti	Área/ Disciplina: Supervisão Escolar Carga Horária: 40 horas Turno: Matutino/ Vespertino Unidade Escolar: C.E.M Profa. Maria Regina Gazaniga da Costa

Comissão Avaliadora

Nerozilda Pinheiro Ferreira Ana Lúcia dos Santos Fabrícia Gisele Pereira Luiza Ramos de Lima Couto
Secretária da Educação
Navegantes, 20 de Novembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (047) 3342-3583

Navegantes, 07 de Novembro de 2014.

Informação referente EDITAL nº 009/2014/SME - Fixa data e estabelece normas para o processo de Remoção, permuta e Lotação permitido aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do magistério Público Municipal de Navegantes.

5. Das Disposições Gerais

5.3 Será divulgada a relação das inscrições indeferidas, bem como os motivos do indeferimento, na unidade escolar, onde foi realizada a inscrição, a partir do dia 05 de novembro de 2014.

Mudança - 5.4 A contar da data de publicação do indeferimento das inscrições - (contar a partir de 10/11/2014), o servidor terá 03 (três) dias úteis para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação da sua inscrição, ou seja, no período compreendido entre 10 a 12 de novembro de 2014.

5.5 A solicitação do recuso administrativo e ou de anulação deverá se dar através de requerimento e entregue e protocolado no Departamento Administrativo da Sede da Secretaria de Educação, até o último dia (12/11/2014) previsto no item anterior.

5.8 O resultado (final) do concurso bem como suas classificações, será divulgado até o dia 20/11/2014, nas respectivas unidades escolares e na Secretaria da Educação.

Comissão Avaliadora

Nerozilda Pinheiro Ferreira Ana Lúcia dos Santos Fabrícia Gisele

Pereira Luiza Ramos de Lima Couto
Secretária da Educação
Navegantes, 07 de Novembro de 2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 198/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN198/2014.

Processo: DL 198/2014.

Data: 17 de novembro de 2014.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR MUSICAL PARA REGER O CORAL DO EVENTO DE NATAL, FORMADO POR 30 CRIANÇAS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: Carlos Eduardo de Melo.

CPF: 053.525.494-20.

Valor: R\$ 5.000,00.

Fundamento: Art. 24, inciso II, Lei 8.666/93.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 274/2014.

EXTRATO CONTRATUALFMS Nº 274/2014.

Contrato Nº.: FMS 274/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada...: ORTOMEDICAL ORTOPÉDICA

CNPJ: 09.557.129/0001-70.

VALOR: R\$ 43.991,66.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 31/12/2014.

Licitação : Dispensa de Licitação FMS nº 49/2014.

Recursos : Dotação: 2.093 3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CIRURGICOS PARA A PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CORREÇÃO ÓSSEA DO FEMUR, A FIM DE PROCEDER O CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME ORDEM JUDICIAL EMANADA DOS AUTOS 0901450-05.2014.8.24.0135, QUE TRAMITA NA 2ª VARA CIVIL DA COMARCA DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 049/2014.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

NAVEGANTESPREV

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS INSCRITOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV, CONFORME EDITAL Nº 001/2014

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS INSCRITOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV, CONFORME EDITAL Nº 001/2014

A Comissão Eleitoral, no uso das atribuições que lhe compete a Resolução nº 001/14, aprovada pelo Conselho de Administração do NAVEGANTESPREV, torna público a Homologação das inscrições dos candidatos a membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do NAVEGANTESPREV, conforme edital nº 001/2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nº Inscrição	Nome Candidato	RG nº	CPF Nº
001	Lucia Helena de Souza	1.508.991	763.358.449-15
003	José dos Passos Lemos (Zezinho)	574.979	459.403.809-30
004	Angela Maria Emilio	307.890	246.842.799-87

006	Simone Leffer da Silva	3198373	953.247.049-20
008	Rodrigo Lopes da Silva	9.253.039-6	049.280.819-86
009	Mariza Maria Amorim	1.807.129	573.413.979-34
010	Darlene Couto	660.126	886.655.269-00
011	Giovana Soares da Cunha	1.806.719	671.086.109-06
012	Leonardo Silva Vianna	26.889.174-6	268.596.908-01
014	Gianini Grazieli Francisco	39.395.502	009.105.839-27
015	Vanessa Faim	6.770.236	035.648.309-60

CONSELHO FISCAL

Nº Inscrição	Nome Candidato	RG nº	CPF Nº
002	Gilça Onélia de Jesus	3.235.090	004.142.519-70
005	Roberto Miguel Celezinski	1.473.799-5	243.343.089-53
007	Paulo Tarso de Toledo dos Santos	96.373-9	196.564.758-87
013	Mitie Aoki Lopes	10.615.970-0	573.007.639-87

Navegantes, 25 de Novembro de 2014.

Nádia Braz Bins

Presidente da Comissão Eleitoral

Nova Trento

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2014

PROCESSO Nº 118/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2014

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/11/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição parcelada de filme, fixador e revelador para Raio X, para o Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do Anexo I que integra o presente edital, menor preço por Lote.

As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S.A. (CNPJ Nº 33.255.787/0001-91)

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	30	Caixa	FILME PARA RAO X 18 X 24 CM, BASE VERDE. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa com 100 películas.	IBF	59,30	1.779,00
2	35	Caixa	FILME PARA RAO X 24 X 30 CM, BASE VERDE. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa com 100 películas.	IBF	98,60	3.451,00
3	30	Caixa	FILME PARA RAO X 30 X 40 CM, BASE VERDE. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa com 100 películas.	IBF	164,30	4.929,00

4	25	Caixa	FILME PARA RAO X 35 X 35 CM, BASE VERDE. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa com 100 películas.	IBF	171,60	4.290,00
5	40	Caixa	FILME PARA RAO X 35 X 43 CM, BASE VERDE. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa com 100 películas.	IBF	208,40	8.336,00
6	25	Caixa	FIXADOR PARA RX - 38 LT. Químico para processamento automático, caixa contendo parte A e parte B, para preparo de 38 Litros. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde.	IBF	103,50	2.587,50
7	25	Caixa	REVELADOR PARA RX - 38 LT. Químico para processamento automático, caixa contendo parte A parte B e parte C, para preparo de 38 Litros. A embalagem deve conter no rotulo, procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde.	IBF	207,00	5.175,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 30.547,50

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues nos prazos e nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 25 de novembro de 2014.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

CONTRATO Nº 127/2014

CONTRATO Nº 127/2014

Origem: Processo Licitatório nº 120/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 073/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME, estabelecida a Rua Luiz Darós, nº 59, Bairro Besenello, município de Nova Trento, estado de Santa Catarina, CNPJ Nº 08.332.974/0001-84. Objeto do Contrato: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação, colocação de meio fio, reforma de bocas de lobo e serviços de compactação na Rua Estanislau Dalri, bairro Vigolo, sendo 1.905 m² de Lajotas e 803 ml de meio fio, conforme especificações constantes do Anexo I. O valor total é de R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais).

Nova Trento, 25 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PP 073/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2014

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação, colocação de meio fio, reforma de bocas de lobo e serviços de compactação na Rua Estanislau Dalri, bairro Vigolo, sendo 1.905 m² de Lajotas e 803 ml de meio fio, conforme especificações constantes do Anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME (CNPJ Nº 08.332.974/0001-84)

- Valor Total: R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais).

Nova Trento/SC, 25 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2014 CÂMARA**

Estado de Santa Catarina

Município de Novo Horizonte

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2014

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Visoli Construtora LTDA EPP

VALOR: R\$ R\$ 238.758,26 (duzentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos).

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa Especializada em construção civil, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção terceira etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores, com área de 322,31m² (trezentos e vinte e dois vírgula trinta e um metros quadrados) conforme Projetos, Memoriais Descritivo, Orçamento e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrante deste edital.

Novo Horizonte - SC, 25 de novembro de 2014

José Ivanir Dallanora

Presidente da Câmara de Vereadores

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3166/2014.

PORTARIA Nº. 3166/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR FRANCIELLY MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Jessika de Amorim, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3167/2014.

PORTARIA Nº. 3167/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR PAOLA OLIVEIRA DA LUZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2014 a 15/12/2014, face ao impedimento da titular Edilene M. Martins, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3168/2014.

PORTARIA Nº. 3168/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELIETE HILLESHEIM POLETTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2014 a 15/12/2014, face ao impedimento da titular Edilene M. Martins, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3169/2014.

PORTARIA Nº. 3169/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR as Portarias, que Contratou por Tempo Determinado como Professor (ACT) os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	PORTARIA	ATÉ	MOTIVO
129910	Cleusa Sueli Pereira Galvani	999	22/03/2015	LTS
129636	Valdemar Silveira Filho	0575	30/01/2015	LTS

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3170/2014.

PORTARIA Nº. 3170/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JESSICA ELIANE SILVEIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3171/2014.

PORTARIA Nº. 3171/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EVELYN FERREIRA TELLES, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3172/2014.

PORTARIA Nº. 3172/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ZOLEIDE DA SILVA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3173/2014.

PORTARIA Nº. 3173/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DEBORA MACHADO, titular do cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3174/2014.

PORTARIA Nº. 3174/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR RITA DE CASSIA DO VALE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Lourdes Minozzo Furtado, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3175/2014.

PORTARIA Nº. 3175/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDINEI MILTON VIGANIGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento do titular Cristina Zapelini, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3176/2014.

PORTARIA Nº. 3176/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DILMAR EVARISTO VOGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento do titular Maria Regina Stock, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3177/2014.

PORTARIA Nº. 3177/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CINDY ZOCCOLI GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/09/2014 a 18/10/2014, face ao impedimento da titular Janice M. Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3178/2014.

PORTARIA Nº. 3178/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANTONIO FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3179/2014.

PORTARIA Nº. 3179/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ISOLETE DAUSEN DOS SANTOS DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Reunida Albardão, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Maria Gloria M. Silveira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3180/2014.

PORTARIA Nº. 3180/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA CRISTINA DE LIMA SEVERINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Guilherme W. Filho, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Adriana de Oliveira, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3181/2014.

PORTARIA Nº. 3181/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAQUEL ELIZABETH SOARES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Jucelandia de Souza, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3182/2014.

PORTARIA Nº. 3182/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROZILDA KLAUS SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Edinete J. Cunha, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3183/2014.

PORTARIA Nº. 3183/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIMARA SCHMITZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Luciane M da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3184/2014.

PORTARIA Nº. 3184/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LILIANE ALINE RODRIGUES DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do EB Nossa Senhora de Fátima, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Tatiane M. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3185/2014.

PORTARIA Nº. 3185/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA IDA COELHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do EB Nossa Senhora de Fátima, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Fabiana Diniz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3186/2014.

PORTARIA Nº. 3186/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARINETE ROSA MARTINS GUIMARÃES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Evanda Sueli Juttel Machado, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/09/2014 a 25/10/2014, face ao impedimento da titular Kátia Regina da Costa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3187/2014.

PORTARIA Nº. 3187/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA ARSEGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento do titular Maria Janete Horstmann, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3188/2014.

PORTARIA Nº. 3188/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JURACI DE AVIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/09/2014 a 07/10/2014, face ao impedimento da titular Lana C. Cunha, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3189/2014.

PORTARIA Nº. 3189/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA REGINA BARROS FLORINI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de

09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/09/2014 a 19/11/2014, face ao impedimento da titular Ronaldo V. Farias, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3190/2014.

PORTARIA Nº. 3190/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MELISSA ANDREA JEANNET M. CARDOSO MEZZARI, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3191/2014.

PORTARIA Nº. 3191/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANA PATRICIA BRUNO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3192/2014.

PORTARIA Nº. 3192/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, a servidora CIRLEI GONÇALVES IFFERT, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, em função do deferimento do seu requerimento junto ao INSS, devido o servidor não ser concursado nem estável, de acordo com o Artigo 103 da Lei 8213/91 e com base no artigo 21, Inciso II, § 3 da Lei 1.320/2001, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3193/2014.

PORTARIA Nº. 3193/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Carolina Liliana Córdoba	10	20	01/10/2014 a 19/12/2014
Daniela Luzia Vitorio	30	40	03/10/2014 a 19/12/2014
Michelly Lucia Soares de Abreu	40	20	06/10/2014 a 19/12/2014
Rogério Estivalet Tolentino	15	40	25/09/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3194/2014.

PORTARIA Nº. 3194/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ILDGARDT BOCK DA SILVA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3195/2014.

PORTARIA Nº. 3195/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO RICARDO LORENZO SCHMIDT para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de História, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Guilherme Wiertorn Filho da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 10 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3196/2014.

PORTARIA Nº. 3196/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LILIEUDI NORMA AZEVEDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Biblioteconomista, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal

da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3197/2014.

PORTARIA Nº. 3197/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BEATRIZ DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/08/2014 a 08/10/2014, face ao impedimento da titular Maria Cristina de Paulo, Estado.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3198/2014.

PORTARIA Nº. 3198/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CACILDA MARIA SCHMITT DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, face ao impedimento da

titular Jucelia C. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3199/2014.

PORTARIA Nº. 3199/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARISTELA MARLENE DE ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/09/2014 a 11/11/2014, face ao impedimento da titular Cleusa Oliveira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3200/2014.

PORTARIA Nº. 3200/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR IVONE ARALDI CAMPOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Maria dos Santos Silva, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/09/2014 a 08/10/2014, face ao impedimento da titular Araia M. Meztker, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3201/2014.

PORTARIA Nº. 3201/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DILMAR EVARISTO VOGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, na EJA-Educação de Jovens e Adultos no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3202/2014.

PORTARIA Nº. 3202/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILVIAELANE GONÇALVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPSi, da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/10/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Tatiane M. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3203/2014.

PORTARIA Nº. 3203/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANGELA MARIA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/09/2014 a 25/10/2014, face ao impedimento da titular Maria Lourdes P. Fracasso, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3204/2014.

PORTARIA Nº. 3204/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MELIANE DANIELA ESPINDOLA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3205/2014.

PORTARIA Nº. 3205/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVIO DA SILVA, matrícula nº. 500190-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/08/2004 a 21/08/2009, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 23/09/2014 à 23/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3206/2014.

PORTARIA Nº. 3206/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SERGIO ROBERTO PIRES DA SILVA, matrícula nº. 500447-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/05/2005 a 18/05/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/10/2014 à 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3207/2014.

PORTARIA Nº. 3207/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANTONIO VALMOR SCHMITT, matrícula nº. 500366-3, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/05/2007 a 06/05/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 24/09/2014 à 24/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3208/2014.

PORTARIA Nº. 3208/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLESIO ARI LEONEL, matrícula nº. 400122-1, titular do cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/01/2001 a 06/01/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/10/2014 à 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3209/2014.

PORTARIA Nº. 3209/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

COIBIR A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO ANEXO A COZINHA DA PREFEITURA DE PALHOÇA nos termos da Lei nº. 9.294/1996, e Decreto nº 8262/2014 e Lei Federal nº. 9.294/1996 e 12.546/2011, visando garantir o direito de ambiente livres de fumaça do tabaco e seus derivados garantidos em Lei.

Esta Portaria entra em vigor em 15/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3210/2014.

PORTARIA Nº. 3210/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DINIZ, matrícula nº. 300175-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/05/2005 a 04/05/2010, por 01 (um) mês, com efeitos

a contar de 19/09/2014 à 19/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3212/2014.

PORTARIA Nº. 3212/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NEIDE TEREZINHA DE ANDRADE SCHEIDT, matrícula nº. 400050-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/07/1994 a 07/07/1999, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/10/2014 à 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3213/2014.

PORTARIA Nº. 3213/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENEDINA DIAS RAMOS, matrícula nº. 801176-1 titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/03/2005 a 17/03/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/11/2014 à 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3214/2014.

PORTARIA Nº. 3214/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL PEDROSO DA SILVA POLETTI, matrícula nº. 800901-1 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/10/2014 à 13/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3215/2014.

PORTARIA Nº. 3215/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNA REGINA DE SOUZA SOTERO, matrícula nº. 801051-1 titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2009 a 01/04/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/11/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3216/2014.

PORTARIA Nº. 3216/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAM JOSIANE SILVEIRA

DE SOUZA, matrícula nº. 800923-1 titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2014 à 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3217/2014.

PORTARIA Nº. 3217/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZIANA REGINA FLORES SCHMIDT, matrícula nº. 801122-2 titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/12/2007 a 25/12/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/10/2014 à 20/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3218/2014.

PORTARIA Nº. 3218/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, matrícula nº. 801287-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 05/06/2007 a 05/06/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/10/2014 à 08/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

PERCI DE FREITAS
Presidente da FMP

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3219/2014.

PORTARIA Nº. 3219/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LILIAN REGINA ALVES DA ROSA, matrícula nº. 129901-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2014 à 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3220/2014.

PORTARIA Nº. 3220/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula nº. 129244-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 27/06/2001 a 27/06/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/11/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3221/2014.

PORTARIA Nº. 3221/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ISABEL CRISTINA DE MELO, matrícula nº. 121954-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2008 a 01/03/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/10/2014 à 20/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3222/2014.

PORTARIA Nº. 3222/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON RONEI DA SILVEIRA JUNIOR, matrícula nº. 801038-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 15/02/2009 a 15/02/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/10/2014 à 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3223/2014.

PORTARIA Nº. 3223/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALAENE TEREZINHA VITAL DA SILVA BARBOSA, matrícula nº. 124294-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da

Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2005 a 08/02/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/10/2014 à 01/01/2015.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3224/2014.

PORTARIA Nº. 3224/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELSA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 121479-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/11/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3225/2014.

PORTARIA Nº. 3225/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA ADELAIDE DA SILVA, matrícula nº. 120222-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 16/06/2003 a 16/06/2008, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 13/10/2014 à 13/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3226/2014.

PORTARIA Nº. 3226/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMARA MARIA LUSTOSA SIQUEIRA, matrícula nº. 124565-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/01/2006 a 14/01/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/10/2014 à 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3227/2014.

PORTARIA Nº. 3227/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA DA SILVEIRA, matrícula nº. 800998-3, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2001 a 02/09/2006, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 20/10/2014 à 20/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3228/2014.

PORTARIA Nº. 3228/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR Assinar o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP a servidora SINEIA DOS SANTOS ROSA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta Desta

Prefeitura.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3229/2014.

PORTARIA Nº. 3229/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ROSICLEIA MARIA SILVANO DE LUCA, titular do cargo de Atendente de Consultório Dentário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3232/2014.

PORTARIA Nº. 3232/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1639 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARCIA CARVALHO PEREIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/10/2014 a 09/12/2014, sendo que a servidora esta exercendo suas funções junto ao CEI Santa Marta.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3231/2014.

PORTARIA Nº. 3231/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NADIA MODESTA VIDAL, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3233/2014.

PORTARIA Nº. 3233/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 872 de 25 de abril de 1997, que Averbou Tempo de Serviço da servidora HELENA MARIA ROSAR, Matricula nº 127663-2, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Pela Prefeitura Municipal de Palhoça 04 (quatro) anos, 04 (quatro) meses e 01 (um) dia.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3234/2014.

PORTARIA Nº. 3234/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NADIA MODESTA VIDAL, de conformidade com a Lei

nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/10/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Karen Fabiola Soto-mayor, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3235/2014.

PORTARIA Nº. 3235/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 667 de 14 de maio de 1997, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ENESITA MARIA CARDOSO OLIVEIRA, Matricula nº 300022-1, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Pela Prefeitura Municipal de Palhoça 01 (um) ano, 06 (seis) meses e 14 (quatorze) dias,

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3236/2014.

PORTARIA Nº. 3236/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2956 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora VIRGINIA SIMONE PIRES PADILHA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/09/2014 a 24/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3237/2014.

PORTARIA Nº. 3237/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2025 de 22 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARILEUSA FERNANDES DOS SANTOS, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2014 a 15/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3238/2014.

PORTARIA Nº. 3238/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2116 de 05 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora BIANCA DE OLIVEIRA MASSANEIRO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/09/2014 a 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3239/2014.

PORTARIA Nº. 3229/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ROSICLEIA MARIA SILVANO DE LUCA, titular do cargo de Atendente de Consultório Dentário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3240/2014.

PORTARIA Nº. 3240/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2900 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SILMARY TANIA CASTILLO DE SOUZA GOMES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3241/2014.

PORTARIA Nº. 3241/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2901 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARCIA ELISA FRANCO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3242/2014.

PORTARIA Nº. 3242/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1858 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora PHAMELLA TEIXEIRA MACHADO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2014 a 17/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3243/2014.

PORTARIA Nº. 3243/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1087 de 10 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CLAUDINEIA FERREIRA CHINI, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3244/2014.

PORTARIA Nº. 3244/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1642 de 01 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ELISANGELA APARECIDA MULDER, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/05/2014 a 19/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3245/2014.

PORTARIA Nº. 3245/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1631 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SIMONE MARIA DOS SANTOS, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 25/08/2014 a 07/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3246/2014.

PORTARIA Nº. 3246/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1626 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARGARETE SILVA DE PINHO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2014 a 27/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3247/2014.

PORTARIA Nº. 3247/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2959 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JULIANA DA SILVA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 22/09/2014 a 25/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3248/2014.

PORTARIA Nº. 3248/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1839 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NAZARENO MURARO ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/10/2014 a 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3249/2014.

PORTARIA Nº. 3249/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2029 de 22 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ROSVITA EDI DOS SANTOS, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/08/2014 a 22/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3250/2014.

PORTARIA Nº. 3250/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1890 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LUCIANA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3251/2014.

PORTARIA Nº. 3251/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2895 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SILVANIA ROSA MACHADO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/08/2014 a 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3252/2014.

PORTARIA Nº. 3252/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1232 de 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ORLANDA FERNANDES CIQUEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14/09/2014 a 16/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3253/2014.

PORTARIA Nº. 3253/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2604 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LUCIANA VALMIRA ELIAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3254/2014.

PORTARIA Nº. 3254/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2381 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIA CRISTINA MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3255/2014.

PORTARIA Nº. 3255/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3165 de 15 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SAMANTA LAMIN ESPINDOLA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/10/2014 a 27/10/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3256/2014.

PORTARIA Nº. 3256/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIANA DO PRADO BORGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais,

no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Roseli Lourdes Marcário, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3257/2014.

PORTARIA Nº. 3257/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA CARLOTA BITTENCOURT DE MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Romeu e Julieta, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 24/09/2014 a 12/10/2014, face ao impedimento da titular Fabiana R. da Costa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 220/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº220/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.220/2014, no dia 08 de Dezembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº220/2014 tem como objeto a contratação de empresa para locação de estruturas, equipamentos e serviços relacionados ao evento Reveillon da Natureza, na Praia da Pinheira, no Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 25 de Novembro de 2014.
Pregoeiro.

PORTARIA Nº. 3258/2014.

PORTARIA Nº. 3258/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA GALVÃO, matrícula nº. 800490-1 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 16/10/2014 à 16/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 09 de dezembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 221/2014, que tem por objeto a aquisição de fraldas descartáveis e lenças umedecidos higiênicos para atender a demanda do Serviço de Acolhimento Institucional da Secretaria de Assistência Social deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 25 de novembro de 2014. A PREGOEIRA.

PORTARIA Nº. 3260/2014.

PORTARIA Nº. 3260/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) CAMILA SOUZA GOULART, Matrícula nº. 3754034-1, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com

efeitos a contar de 14/08/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3261/2014.

PORTARIA Nº. 3261/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2337 de 10 de agosto de 2010, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ENESITA MARIA CARDOSO OLIVEIRA, Matrícula nº 300022-1, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Pelo INSS 02 (dois) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias.
E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3262/2014.

PORTARIA Nº. 3262/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES da servidora DANIELLE DA SILVA COSTA, matrícula nº. 800916-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3263/2014.

PORTARIA Nº. 3263/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GISIANE GAMBA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3264/2014.

PORTARIA Nº. 3264/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANGELITA JACQUES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3265/2014.

PORTARIA Nº. 3265/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3197 de 15 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora BEATRIZ DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo

período de 08/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3266/2014.

PORTARIA Nº. 3266/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2604 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LUCIANA VALMIRA ELIAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/09/2014 a 19/12/2014, a servidora esta desempenhando suas funções junto ao CAIC.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3267/2014.

PORTARIA Nº. 3267/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DA SILVA, matrícula nº. 800932-1 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/10/2014 à 13/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3268/2014.

PORTARIA Nº. 3268/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELISETE BROERING, matrícula nº. 400068-1 titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 22/05/2001 a 22/05/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/10/2014 à 13/11/2014.

Palhoça, SC, em 06 de outubro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

RESULTADO PREGÃO 206-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
206/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como objeto aquisição de Hidrômetros para adequar medição de água no condomínio Terra Nova Palhoça para o SAMAE, neste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

SAGA MEDIÇÃO LTDA foi vencedora dos ITENS 01 e 02 totalizando R\$ 7.319,00 (sete mil, trezentos e dezenove reais)

Palhoça, 25 de novembro de 2014

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2014 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2014 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2014. Objeto: Registro de preços para aquisição de Reagentes Químicos. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 08 de dezembro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 08/12/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 25 de novembro de 2014
Ilario Schulka
Diretor Presidente - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2014.

Objeto: Aquisição de 01 veículo, novo, zero quilômetro, tipo Pick up cabine simples, com tração 4x4, para posterior transformação em veículo tipo Auto Socorro de Urgência (ASU) para o uso do Corpo de Bombeiros Militares de Papanduva. Tipo: Menor Preço Unitário e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 08 de dezembro de 2014 às 10:40hs; Início da Sessão Pública: 08/12/2014 - 10:55hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 25 de novembro de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

ERRATA TERMO ADITIVO 1-26/2014 PMPT

ERRATA

A Comissão Permanente de Licitação do Prefeitura Municipal de Passo de Torres informa a quem possa interessar que o Termo aditivo nº 1-26/2014 publicado no dia 24/11/2014, óleo diesel onde se-le R\$ 0,119 leia-se R\$ 0,099 centavos, valor inicial R\$ 2,20 leia-se 2,22, e gasolina comum se-le 0,089, leia-se 0,079 centavos, valor inicial R\$ 2,67, leia-se R\$ 2,68.

Jean Luiz Wagner da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Passos Maia**PREFEITURA****DECRETO Nº 309, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 309, de 25 de novembro de 2014.

“ALTERA O DISPOSTO NO ARTIGO 1º DO DECRETO 230, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014, ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de um melhor planejamento das atividades da administração pública municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica ALTERADO o disposto no Art. 1º do Decreto nº 230, de 18 de fevereiro de 2014, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Fica estabelecido o calendário dos PONTOS FACULTATIVOS e FERIADOS MUNICIPAIS para o exercício de 2014, em todos os órgãos da administração pública municipal, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

I - Dias 3, 4 e 5 março (Ponto Facultativo - Feriadão de Carnaval);
II - Dia 22 de abril (Feriado Municipal - Dia do Padroeiro do Município);

III - Dia 2 de maio (Ponto Facultativo - Feriadão de Dia do Trabalho);

IV - Dia 20 de junho (Ponto Facultativo - Feriadão Corpus Christi);

V - Dia 12 de dezembro (Feriado Municipal - Feriado Aniversário do Município);

VI - Dia 24 de dezembro após as 12h e dia 26 de dezembro (Ponto Facultativo - Feriadão de Natal);

VII - Dias 31 de dezembro após as 12h (Ponto Facultativo - Ponto Facultativo - Final de Ano).

Art. 2º. Fica ESTABELECIDO PONTO FACULTATIVO no dia 2 de janeiro de 2015 em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência.

Art. 3º. Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 4º. O atendimento dos serviços públicos essenciais nos dias declarados como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 5º. A título de compensação dos dias declarados como ponto facultativo, os servidores públicos municipais, com exceção dos que trabalharem nestes dias, deverão cumprir uma hora a mais por dia, numa quantidade de quatro horas para cada dia de ponto facultativo ou compensar com eventuais horas extras prestadas nos dias subsequentes.

Art. 6º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 25 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto supra foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes**PREFEITURA****PORTARIA Nº 410/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 410/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Sabrina Rodrigues de Souza Eger, brasileira, portadora do CPF nº 051.830.899-57, matrícula nº 11056, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração, nomeada pela portaria nº 11056/2014.

Município de Paulo Lopes-SC, em 24 de Novembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

PORTARIA Nº 411/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 411/2014

Substitui membros da Comissão de Licitação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e na conformidade da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8883 de 08 de junho de 1994, resolve:

DESIGNAR, para formar a Comissão Permanente de Licitação, a Servidora Pública Elize Terezinha Jorge para atuar como Presidente em substituição Maria Aparecida Santos. Como membros: Daniele Rodrigues Demetrio em substituição o Gildo Arcelino de Souza, Maria Aparecida Santos em substituição do Servidor Carlos Eduardo Moiseis, permanecendo efeitos da portaria nº 226/2013 de 16 de Maio de 2013.

Ficando composta a Comissão Permanente de Licitações com os seguintes membros:

PRESIDENTE: Elize Terezinha Jorge

MEMBROS: Daniele Rodrigues Demetrio

Simone Maria Soares

Maria Aparecida Santos

Município de Paulo Lopes - SC, 25 de Novembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

LEI Nº 1631/2014.

LEI Nº 1631/2014.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 567.000,00 (quinhentos e sessenta e sete mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 54.000,00

04.122.0002.2.004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 54.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 40.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 15.000,00

04.123.0003.2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 186.000,00

12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 66.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

12.361.0004.2.019 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.361.0004.2.021 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.15.000049 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.365.0004.2.018 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 4.000,00

27.812.0005.1.024 - Apoio ao esporte Amador R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0701 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE R\$ 12.000,00

08.243.0006.2.026 - Pagamento de Conselheiros Tutelares R\$ 12.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 30.000,00
08.244.0007.2.029 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 30.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0801 - SECRET. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 70.000,00

26.782.0008.2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 70.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 15.000,00

20.606.0011.2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 4.000,00

13.391.0012.2.048 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 137.000,00

10.301.0013.2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 129.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

10.301.0013.2.063 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 567.000,00 (quinhentos e sessenta e sete mil reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 73.200,00

04.122.0002.1.006 - Aquisição de Veículo R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 23.200,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 23.200,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 50.000,00

04.123.0003.1.008 - Aquisição de Veículo R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 186.000,00
 12.361.0004.1.009 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 12.361.0004.1.013 - Construção de Quadras Cobertas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 12.361.0004.1.015 - Aquisição de sala de informática ambulante R\$ 120.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 12.361.0004.1.014 - Construção de Quadras Cobertas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 12.361.0004.1.010 - Aquisição de Terrenos R\$ 30.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.3.15.000049 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 4.000,00
 3.3.50.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 12.365.0004.2.016 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 2.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 25.000,00
 27.812.0005.2.024 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 25.000,00
 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferências a Instituição Privada R\$ 24.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 33.300,00
 08.244.0007.1.030 - Instalação do CRAS e CREAS R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 08.241.0007.2.028 - Integração dos Idosos R\$ 15.000,00
 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferências a Instituição Privada R\$ 15.000,00
 08.244.0007.2.027 - Atendimento às Famílias Carentes R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 08.244.0007.2.029 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 3.300,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.300,00

0801 - SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 34.500,00
 17.511.0009.1.042 - Melhoramento do Saneamento Básico R\$ 1.500,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 26.782.0008.1.036 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 26.782.0008.1.037 - Sinalização de Vias Públicas e Identificação R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 15.451.0008.1.039 - Aquisição de terrenos para praças públicas R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 15.452.0008.2.031 - Manutenção e Melhoria da iluminação Pública R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 17.511.0009.2041 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 1.000,00
 16.482.0010.2.045 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 1.000,00
 20.606.0011.1.047 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 5.000,00
 13.391.0012.1.049 - Construção do Mirante R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 13.391.0012.2.048 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo R\$ 4.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 21.000,00
 04.122.0000.0.051 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$ 1.000,00
 4.4.50.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 04.122.0000.0.053 - Contribuição ao PASEP R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 137.000,00
 10.301.0013.2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 26.000,00
 3.1.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 3.1.71.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 3.3.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 3.3.71.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 4.4.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 4.4.71.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 10.301.0013.2.056 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 50.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$

5.000,00
 10.301.0013.2.058 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde R\$ 50.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 10.301.0013.2.059 - Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.060 - Manutenção do Componente Compensação das Especificidades R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.061 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.062 - Manutenção da Vigilância Sanitária R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.063 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.064 - Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 26 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 42/2014.

DECRETO Nº 42/2014.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 567.000,00 (quinhentos e sessenta e sete mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 54.000,00
 04.122.0002.2.004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 54.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 40.000,00
 04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 15.000,00

04.123.0003.2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 186.000,00

12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 66.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

12.361.0004.2.019 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.361.0004.2.021 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.3.15.000049 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.365.0004.2.018 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 4.000,00

27.812.0005.1.024 - Apoio ao esporte Amador R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0701 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE R\$ 12.000,00

08.243.0006.2.026 - Pagamento de Conselheiros Tutelares R\$ 12.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 30.000,00

08.244.0007.2.029 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 30.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0801 - SECRET. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 70.000,00

26.782.0008.2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 70.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 15.000,00

20.606.0011.2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura,

Indústria e Comércio R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 4.000,00

13.391.0012.2.048 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 137.000,00

10.301.0013.2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 129.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

10.301.0013.2.063 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 567.000,00 (quinhentos e sessenta e sete mil reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 73.200,00

04.122.0002.1.006 - Aquisição de Veículo R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 23.200,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 23.200,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 50.000,00

04.123.0003.1.008 - Aquisição de Veículo R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 186.000,00

12.361.0004.1.009 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0004.1.013 - Construção de Quadras Cobertas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0004.1.015 - Aquisição de sala de informática ambulante R\$ 120.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0004.1.014 - Construção de Quadras Cobertas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0004.1.010 - Aquisição de Terrenos R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.3.15.000049 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 4.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$

4.000,00

12.365.0004.2.016 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 2.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 25.000,00

27.812.0005.2.024 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 25.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferências a Instituição Privada R\$ 24.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 33.300,00

08.244.0007.1.030 - Instalação do CRAS e CREAS R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08.241.0007.2.028 - Integração dos Idosos R\$ 15.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Transferências a Instituição Privada R\$ 15.000,00

08.244.0007.2.027 - Atendimento às Famílias Carentes R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.244.0007.2.029 - Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 3.300,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.300,00

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 34.500,00

17.511.0009.1.042 - Melhoramento do Saneamento Básico R\$ 1.500,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

26.782.0008.1.036 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

26.782.0008.1.037 - Sinalização de Vias Públicas e Identificação R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

15.451.0008.1.039 - Aquisição de terrenos para praças públicas R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

15.452.0008.2.031 - Manutenção e Melhoria da iluminação Pública R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

17.511.0009.2.041 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 1.000,00

16.482.0010.2.045 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 1.000,00

20.606.0011.1.047 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 5.000,00
 13.391.0012.1.049 - Construção do Mirante R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 13.391.0012.2.048 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo R\$ 4.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 21.000,00
 04.122.0000.0.051 - Contribuição às Entidades Municipalistas R\$ 1.000,00
 4.4.50.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 04.122.0000.0.053 - Contribuição ao PASEP R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$137.000,00
 10.301.0013.2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 26.000,00
 3.1.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 3.1.71.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 3.3.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 3.3.71.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 4.4.71.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 4.4.71.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 10.301.0013.2.056 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 50.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 10.301.0013.2.058 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde R\$ 50.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 10.301.0013.2.059 - Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.060 - Manutenção do Componente Compensação das Especificidades R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.061 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.062 - Manutenção da Vigilância Sanitária R\$

2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.063 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0013.2.064 - Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 26 de novembro de 2014.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Paulo Lopes, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o caput do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 062/2014; IL nº. 03/2014; Contratada: Vitalab Análise Clínicas Ltda., CNPJ/MF nº 04.888.923/0001-82 Objeto: Contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de exames pertencentes do Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Sub Grupo 02 - Diagnóstico Laboratório Clínico descritos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: [HTTP://sigtab.datasus.gov.br](http://sigtab.datasus.gov.br), Valor: O valor mensal do teto financeiro será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Paulo Lopes, 25 de novembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2014

Extrato de Termo de Credenciamento nº 02/2014 conforme Chamada Pública nº 02/2014.

Credenciante: Fundo Municipal de Paulo Lopes. Credenciado: Vitalab Análise Clínicas Ltda. Objeto: Contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de exames pertencentes do Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Sub Grupo 02 - Diagnóstico Laboratório Clínico descritos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: [HTTP://sigtab.datasus.gov.br](http://sigtab.datasus.gov.br) Valor: O valor mensal do teto financeiro será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Vigência: 31/12/2014.

Penha

PREFEITURA

ATA Nº 63/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2014 - PMP
Processo nº 100/2014 - PMP Pregão presencial nº 55/2014 - PMP
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE TUBO DE CONCRETO E LAJOTA SEXTAVADA, PARA SEREM UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME

Valor R\$ 219.200,00

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, ou no site www.penha.sc.gov.br

Penha, 24 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

ATA Nº 64/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2014 - PMP
Processo nº 100/2014 - PMP Pregão presencial nº 55/2014 - PMP
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE TUBO DE CONCRETO E LAJOTA SEXTAVADA, PARA SEREM UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO VI-BRADO LTDA - EPP

Valor R\$ 406.000,00

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, ou no site www.penha.sc.gov.br

Penha, 24 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014-FMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 05/12/2014, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme cláusula 9 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA

Nº INSCRIÇÃO	NOME
24º- 000060	LEILA ADRIANA PEREIRA
25º - 000246	SCHIRLEIA MARISA DOS SANTOS
26º - 000101	MARLENE BIANCHINI LIDER

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 25 de novembro de 2014.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

CONTRATO Nº 131/2014 FMS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA ADEMIR DE MELLO ME.

Nº 131/14 - FMS

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ADEMIR DE MELLO ME, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Nereu Ramos, nº 1689, sala 01, Cep 88385-00, inscrita no CNPJ sob o nº 03.857.555/0001-42, neste ato representada pelo Sr. Ademir de Mello, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o fornecimento de pneus novos e prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 43/14 - FMS., modalidade Convite nº 06/14 - FMS., do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer para a PREFEITURA, Pneus novos e prestação de serviços, para frota de veículos da secretaria da saúde, de acordo com as especificações e quantidades listadas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QUANT.	MARCA	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
01	Pneu 215/75R 16	Und.	32	Marshal	716,00	22.720,00
02	Pneu 175/70R 14	Und.	46	JK	267,00	12.282,00
03	Pneu 175/70R 13	Und.	36	Dunlop	194,50	7.002,00
04	Pneu 165/70R 13	Und.	40	Dunlop	190,00	7.600,00
05	Pneu 185R 14	Und.	14	Kunho	379,00	5.306,00
06	Geometria (carro)	Serv.	34	Ademir	40,00	1.360,00
07	Balanceamento (carro)	Serv.	136	Ademir	7,00	952,00
08	Montagem (carro)	Serv.	136	Ademir	7,00	952,00
09	Bicos (carro)	Serv.	136	TR14	8,00	1.088,00
10	Geometria (Transit e Ambulância)	Serv.	08	Ademir	50,00	400,00
11	Balanceamento (Transit e Ambulância)	Serv.	32	Ademir	13,00	416,00
12	Montagem (Transit e Ambulância)	Serv.	32	Ademir	13,00	416,00
13	Bicos (Transit e Ambulância)	Serv.	32	TR15	15,00	480,00
TOTAL GERAL R\$						60.974,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO

Pelos objetos licitados constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 60.974,00 (sessenta mil, novecentos e setenta e quatro reais), a ser pago em até 30 (trinta) dias, conforme a solicitação

e Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras da PREFEITURA e mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, devidamente certificada pelo responsável da Secretaria da Saúde..

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos até 05 (cinco) dias, de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde até sua totalidade - quantidade licitada - ou parcialmente até 31/12/2014.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base nos dados históricos da Secretaria de Saúde e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a CONTRATADA obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o índice IGPM.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 - PAB Fixo - Ações Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0613- Aplicações Diretas

Código reduzido: 0000014

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que aceitos os objetos licitados.

d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo no fornecimentos dos objetos licitados.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

f) Executar fielmente, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário ao perfeito funcionamento dos objetos licitados.

g) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários ao fornecimento dos objetos.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contrados para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Único: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer nas mesmas condições contratuais, até 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo calculados sobre o valor do contrato, conforme disposto no §1º do art.65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%(vinte por cento), calculados sobre o valor total do Contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

Os objetos licitados serão recebidos e analisados pela Secretaria de Saúde, que poderá a seu critério, devolver os objetos em desacordo com as especificações detalhadas no Edital e neste Contrato.

Parágrafo 1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 2 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega dos objetos licitados;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para receber e analisar a qualidade e as especificações dos objetos licitados;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, do fornecimento, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO

Para fornecimento dos objetos deve a CONTRATADA respeitar os seguintes procedimentos de controle interno e do Departamento de Compras da PREFEITURA:

- a) Entregar os objetos licitados apenas quando do recebimento da Autorização de Fornecimento devidamente assinado pelo Secretário da Saúde.
- b) Entregar os objetos licitados apenas nos locais indicados e aprovados pela Secretaria de Saúde, por meio da AF.
- c) Exigir assinatura do responsável pelo recebimento, com identificação clara, no canhoto da nota fiscal, mantendo-o arquivado para eventuais confirmações por parte da PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 25 de novembro de 2014.

CONTRATADA

PREFEITURA

TESTEMUNHAS:

Josiane Bento
053.867.439-37

De Acordo:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 44/2014 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18/2014

Processo Licitatório nº 01/2014, Pregão Presencial nº 01/2014
Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo ao contrato 18/2014 o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro estipulado na lei 8.666/93.

Dados do Contrato: Contrato nº 44/2014 FMS

Contratado: PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP.

CNPJ: 03.899.314/0001-66

Data de vigência: 24/11/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 11.218,00 (Onze mil, duzentos e dezoito reais).

Município de Peritiba - SC em 24 de Novembro de 2014.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2013

Aos 24 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 27/2013, RESOLVE: reajustar e registrar os preços para aquisição de combustíveis para veículos e máquinas, oferecidos pela Empresa POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.155.931/0001-33, com sede à Rua do Comércio, S/N, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Marcelo Boll portador do RG 4.235.692 e CPF 058.916.299-33, cuja proposta foi classificada em 1º lugar para os itens do objeto desta Ata e no certame acima enumerado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

I - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a ata de registro de preços 02/2014 o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro estipulado na lei 8.666/93.

A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Saldo de Litros	Preço Unitário Anterior R\$	% do reajuste	Reajuste Unitário R\$	Total de acréscimo R\$	Valor Reajustado R\$	Valor total após reajuste R\$
1	Gasolina Comum	Litro	15.300	3,14	2,26%	0,08	1.224,00	3,22	49.266,00
Total R\$:									49.266,00

Saldo Total Restante 15.300 litros, sendo que fica acrescida a ata de registro de preços 01/2014 R\$ 1.224,00 (Um mil, duzentos e vinte e quatro reais) sendo que o preço unitário por litro da Gasolina Comum será de R\$ 3,22 (Três reais e vinte e dois centavos).

II - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 02/2014 permanecem inalteradas.

III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Concórdia - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Peritiba, 24 de Novembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO

POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX LTDA EPP CONTRATADA

LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	
GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	
TARCISIO REINALDO BERVIAN Fiscal	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2013

Aos 24 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 27/2013, RESOLVE: reajustar e registrar os preços para aquisição de combustíveis para veículos e máquinas, oferecidos pela Empresa PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.899.314/0001-66, com sede à Rua do Comércio, S/N, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Leonaldo Vieira Lopes portador do RG 363.010 e CPF 295.572.759-87 cuja proposta foi classificada em 1º lugar para os itens do objeto desta Ata e no certame acima enumerado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

I - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a ata de registro de preços 01/2014 o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro estipulado na lei 8.666/93.

A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Saldo de Litros	Preço Unitário Anterior R\$	% do reajuste	Reajuste Unitário R\$	Total de acréscimo R\$	Valor Reajustado R\$	Valor total após reajuste R\$
2	Óleo Diesel	Litro	112.240	2,53	2,7588%	0,07	7856,80	2,60	291.824,00
Total R\$:									291.824,00

Saldo Total Restante 112.240 litros, sendo que fica acrescido a ata de registro de preços 01/2014 7856,80 (Sete mil oitocentos e cinquenta

e seis reais e oitenta centavos) sendo que o preço unitário por litro do Óleo Diesel será de R\$ 2,60 (Dois reais e sessenta centavos).

II - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 01/2014 permanecem inalteradas.

III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Concórdia - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Peritiba, 24 de Novembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
PREFEITA MUNICIPAL
MUNICÍPIO

PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP
CONTRATADA

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Fiscal

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014

Aos 24 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2014, RESOLVE: reajustar e registrar os preços para aquisição de combustíveis para veículos e máquinas, oferecidos pela Empresa PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.899.314/0001-66, com sede à Rua do Comércio, S/N, Centro, na cidade de Peritiba, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. Leonaldo Vieira Lopes portador do RG 363.010 e CPF 295.572.759-87 cuja proposta foi classificada em 1º lugar para os itens do objeto desta Ata e no certame acima enumerado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

I - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a ata de registro de preços 13/2014 o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro estipulado na lei 8.666/93.

A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Saldo de Litros	Preço Unitário Anterior R\$	% do reajuste	Reajuste Unitário R\$	Total de acréscimo R\$	Valor Reajustado R\$	Valor total após reajuste R\$
1	Diesel S10	Litro		2,79	1,7398%	0,05		2,84	
Total R\$:									

Saldo Total Restante ???? litros, sendo que fica acrescido a ata de registro de preços 13/2014 ????? (Dezenove mil, trezentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos) sendo que o preço unitário por litro do Óleo Diesel será de R\$ 2,84 (Dois reais e oitenta e quatro centavos).

II - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 13/2014 permanecem inalteradas.

III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Concórdia - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Peritiba, 24 de Novembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
PREFEITA MUNICIPAL
MUNICÍPIO

PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP
CONTRATADA

LIZIANE KLEIN GAERTNER
CPF: 031.965.439-78
Testemunha

GILBERTO TAKECHI GENTA
CPF: 009.359.289-28
Testemunha

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Fiscal

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

AVISO DE LICITAÇÃO 79/2014 – PP 43/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 79/2014 - Pregão Presencial 43/2014.

Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis, para veículos e máquinas da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2015.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 10/12/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 10/12/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 25 de Novembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 004/2014**

RESOLUÇÃO Nº 004/2014

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADAS ESTADUAL E FEDERAL DO PMAQ (PROGRAMA DE MELHORIA DE ACESSO E QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA), PAB VARIÁVEL PARA UTILIZAÇÃO EM CUSTEIO DE SALÁRIOS EXCEPCIONALMENTE NO MÊS DE NOVEMBRO E DEZEMBRO.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Pinheiro Preto-SC, nos termos da Lei 8142/90, e

Considerando que os recursos vinculados estadual e federal são estabelecidos por Bloco de Custeio, nos termos da Portaria Federal 204/GM, de 29/01/2007, do Ministério da Saúde;

Resolve:

Art. 1º Autorizar o município de Pinheiro Preto a utilizar os recursos referentes aos blocos da Atenção Básica - PAB variável, para custear o pagamento de pessoal, contratados exclusivamente para desempenhar funções relacionadas aos serviços relativos ao respectivo bloco, previstos no respectivo Plano de Saúde, consistentes nos salários/vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde, Médico, Odontólogo e Enfermeira do ESF (Estratégia de Saúde da Família), antigo PSF.

Art. 2º A Secretaria de Saúde deverá incluir no Relatório de Gestão Quadrimestral, os gastos decorrentes da presente resolução para o Controle do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 25 de novembro de 2014.

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 127/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 127/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU4627	54932575A	15/05/2002	52070	169	53.20
LWZ5696	54486294A	14/05/2002	57380	186 * II	191.53
LXP3820	54932578A	15/05/2002	60500	208	191.53
MAE7206	54486710A	03/05/2002	55410	181 * XVII	53.20
MAK9374	54932577A	15/05/2002	57200	186 * I	127.69
MAR3890	54932537A	13/05/2002	57380	186 * II	191.53
MAY4368	54932461A	27/04/2002	70300	244 * I	191.53
MBF9311	54932536A	12/05/2002	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 56/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 56/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ4580	55542339	10/01/2000	65990	230 * V	191.53
LXG8030	55541917	11/01/2000	65990	230 * V	191.53
LZN5238	55542338	10/01/2000	67260	230 * XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 296/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 296/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BUA0823	55601049A	23/10/2005	55680	181 * XIX
LYK0466	55600796A	06/11/2005	65300	228
LYQ9290	55600863A	25/10/2005	69200	233
LYT2787	55600789A	10/10/2005	65560	230 * I
LYT2787	55600790A	10/10/2005	66020	230 * VI
LYZ7796	55600470A	03/11/2005	73580	252 * V
LYZ7796	55600469A	03/11/2005	73660	252 * VI
MBP6777	55601048A	27/10/2005	65990	230 * V
MBP6777	55600901A	27/10/2005	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 236/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 236/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS1709	55599809A	30/08/2004	59670	203 * V
LZE5856	54486998A	11/09/2004	72340	250 * I * a
LZE5856	54486998A	11/09/2004	65990	230 * V
LZE5856	54486997A	11/09/2004	51690	165
MBT2770	54486996A	21/08/2004	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 378/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 378/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYA2503 55601965A 23/11/2006 65990 230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 162/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 162/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AAP1950	54488230A	29/01/2003	67000	230 * XVI	127.69
ABX5041	54488263A	30/01/2003	57380	186 * II	191.53
AEO9167	54486436A	30/01/2003	66100	230 * VII	127.69

AFS51199	54487692A	29/01/2003	51850	167		127.69
ARS2312	54487681A	26/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
BFB7481	54488220A	26/01/2003	60500	208		191.53
GSM1378	54487980A	25/01/2003	55680	181	* XIX	127.69
LWS4366	54487682A	26/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
LWV6659	54486781A	29/01/2003	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LWV6659	54486782A	29/01/2003	65990	230	* V	191.53
LWV6659	54486781A	29/01/2003	50100	162	* I	574.61
LWX7651	54486425A	24/01/2003	51850	167		127.69
LWX9580	54486776A	28/01/2003	72340	250	* I * a	85.12
LWZ2081	54487977A	26/01/2003	51690	165		957.69
LWZ2081	54487977A	26/01/2003	65560	230	* I	191.53
LWZ2081	54487978A	26/01/2003	52740	175		191.53
LWZ8023	54488078A	25/01/2003	60760	210		191.53
LWZ8023	54488076A	25/01/2003	50100	162	* I	574.61
LWZ8023	54488078A	25/01/2003	52740	175		191.53
LXA2723	54487691A	29/01/2003	51850	167		127.69
LXB5829	54486434A	29/01/2003	51850	167		127.69
LXF2842	54488253A	18/01/2003	65480	229		85.12
LXG7705	54488257A	28/01/2003	51850	167		127.69
LXG7705	54488257A	28/01/2003	73400	252	* IV	85.12
LXH7472	54486775A	22/01/2003	69200	233		127.69
LXN6093	54488228A	29/01/2003	70640	244	* IV	191.53
LXO9578	54486843A	18/01/2003	65990	230	* V	191.53
LXQ0086	54488216A	18/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
LXQ0809	54487685A	26/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
LXU8069	54487975A	21/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
LXX4352	54488079A	27/01/2003	65560	230	* I	191.53
LYD7522	54486420A	23/01/2003	69470	235		127.69
LYF1075	54486431A	28/01/2003	50100	162	* I	574.61
LYF8562	54486428A	26/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
LYF8798	54487672A	24/01/2003	50370	162	* III	574.61
LYN0886	54488261A	29/01/2003	65990	230	* V	191.53
LYN0886	54488262A	29/01/2003	51690	165		957.69
LYN2537	54487103A	28/01/2003	60500	208		191.53
LYO2479	54487686A	26/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
LYP6017	54487687A	26/01/2003	53800	181	* I	85.12
LYQ7935	54487986A	25/01/2003	55680	181	* XIX	127.69
LYR2326	54487679A	26/01/2003	55410	181	* XVII	53.20
LYS9915	54488221A	29/01/2003	51850	167		127.69
LYT9768	54488227A	29/01/2003	50530	162	* VI	191.53
LYV8348	54488222A	29/01/2003	51850	167		127.69
LYX5763	54488255A	28/01/2003	65560	230	* I	191.53
LYX8160	54488259A	29/01/2003	51850	167		127.69
LYY0113	54486426A	24/01/2003	51850	167		127.69
LYY0136	54487981A	25/01/2003	55680	181	* XIX	127.69
LZE6431	54488225A	29/01/2003	65560	230	* I	191.53
LZG5800	54487979A	26/01/2003	51690	165		957.69
LZI2557	54486419A	20/01/2003	50100	162	* I	574.61
LZJ4435	54486777A	28/01/2003	69120	232		53.20
LZJ4435	54486777A	28/01/2003	65560	230	* I	191.53
LZJ4435	54486777A	28/01/2003	65990	230	* V	191.53
LZJ4435	54486778A	28/01/2003	67260	230	* XVIII	127.69
LZK2042	54486423A	24/01/2003	69470	235		127.69
LZN2771	54487983A	25/01/2003	55680	181	* XIX	127.69
LZN3028	54486435A	28/01/2003	50100	162	* I	574.61
LZN3028	54486435A	28/01/2003	65990	230	* V	191.53
LZP7791	54486424A	24/01/2003	51850	167		127.69
LZP8223	54488231A	30/01/2003	69470	235		127.69
LZT0672	54487674A	25/01/2003	67690	230	* XXII	85.12
LZT0672	54487673A	25/01/2003	50100	162	* I	574.61
LZX7891	54487690A	29/01/2003	66370	230	* IX	127.69
LZY5004	54487985A	25/01/2003	55680	181	* XIX	127.69

LZZ6488	54487984A	25/01/2003	55680	181	*	XIX	127.69
MAA7319	54488258A	29/01/2003	66100	230	*	VII	127.69
MAB8940	54488075A	25/01/2003	65990	230	*	V	191.53
MAC7757	54487675A	25/01/2003	65990	230	*	V	191.53
MAE8706	54486437A	30/01/2003	55500	181	*	XVIII	85.12
MAM0416	54488256A	28/01/2003	69120	232			53.20
MAO6866	54488254A	26/01/2003	57380	186	*	II	191.53
MAV8671	54486429A	26/01/2003	55410	181	*	XVII	53.20
MAV8671	54487683A	26/01/2003	55410	181	*	XVII	53.20
MBA6983	54486433A	29/01/2003	73400	252	*	IV	85.12
MBC9032	54488260A	29/01/2003	70640	244	*	IV	191.53
MBE0458	54488223A	29/01/2003	67500	230	*	XXI	85.12
MBE1312	54487670A	23/01/2003	50450	162	*	V	191.53
MBE1312	54487669A	23/01/2003	57380	186	*	II	191.53
MBI0238	54488252A	18/01/2003	55410	181	*	XVII	53.20
MBK8588	54486427A	24/01/2003	50880	163	c/c 162	* III	191.53
MBK8588	54486427A	24/01/2003	50100	162	*	I	574.61
MBV7457	54488226A	29/01/2003	70640	244	*	IV	191.53
MBY4406	54486779A	28/01/2003	50100	162	*	I	574.61
MBY4406	54486780A	28/01/2003	50610	163	c/c 162	* I	574.61
MCA0372	54487668A	21/01/2003	55410	181	*	XVII	53.20
MCR5512	54487982A	25/01/2003	55680	181	*	XIX	127.69
MCR8699	54486422A	23/01/2003	55500	181	*	XVIII	85.12
MCW0589	54487987A	29/01/2003	70300	244	*	I	191.53
MDK9910	54488218A	19/01/2003	52740	175			191.53
MDL0320	54488224A	29/01/2003	70300	244	*	I	191.53
MGM6699	54488219A	19/01/2003	52070	169			53.20
MGM6699	54488219A	19/01/2003	51850	167			127.69
MGP1200	54488213A	18/01/2003	55410	181	*	XVII	53.20
MJS3210	54486324A	25/01/2003	51690	165			957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 450/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 450/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADE3437	55191538B	11/06/2007	66370	230 * IX
ADE3437	55191537B	11/06/2007	50100	162 * I
ADE3437	55191536B	11/06/2007	66100	230 * VII
ADE3437	55191535B	11/06/2007	65560	230 * I
CZO2242	55191013B	25/05/2007	65990	230 * V
IAT7273	55190722B	05/06/2007	65990	230 * V
LXL2443	55191393B	06/06/2007	65990	230 * V
LXM6979	55191761B	17/06/2007	51690	165
LYQ1480	55191554B	09/06/2007	65990	230 * V
LYQ1480	55191553B	09/06/2007	69120	232
LYQ1480	55191552B	09/06/2007	50100	162 * I
LYS9358	55191523B	07/06/2007	65560	230 * I
LZD3887	55191422B	07/06/2007	66290	230 * VIII
LZG5113	55191631B	06/06/2007	65560	230 * I
MBP7236	55191415B	10/05/2007	50100	162 * I
MFP9422	55191336B	07/06/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 501/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 501/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

DIT9584	55191992B	28/07/2007	51690	165	957.69
LXJ2483	55191482B	24/08/2007	69120	232	53.20
MI19940	55191672B	11/09/2007	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 388/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 388/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CFK7267	55599933A	26/10/2006	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 243/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 243/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWZ4881 55600106A 28/10/2004 54520 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 357/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 357/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYK3393 55601913A 26/09/2006 55170 181 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 213/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 213/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOA9791	55599683A	14/02/2004	51850	167	127.69
BOA9791	55599683A	14/02/2004	73400	252 * IV	85.12
LYG1484	54487528A	28/01/2004	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1574/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1574/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW8793	54881654E	22/09/2014	50100	162 * I
LXW8793	54881657E	22/09/2014	65992	230 * V
LXW8793	54881656E	22/09/2014	65561	230 * I
LXW8793	54881655E	22/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZL9533	54883444E	20/09/2014	52741	175
MCJ1124	54883188E	25/09/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 245/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 245/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LWT3457	55600292A	13/11/2004	65990	230 * V
LWT3457	55600293A	03/11/2004	50450	162 * V
LYK7930	55600152A	08/11/2004	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 454/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 454/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXG1774	55191648B	16/06/2007	66020	230 * VI
LYI6793	55190378B	05/06/2007	65990	230 * V
MEQ6760	55191425B	14/06/2007	66370	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 369/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 369/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLA7000 55600194A 28/09/2006 53800 181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 284/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 284/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGF1953	55600561A	04/07/2005	55680	181 * XIX
LXN1788	55600758A	31/05/2005	67000	230 * XVI
LXN1788	55600757A	31/05/2005	51850	167
LZI6680	55600462A	22/06/2005	70480	244 * II
MAG4591	55600567A	08/07/2005	58780	199
MBC5035	55600756A	31/05/2005	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 134/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 134/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GOU9772	54487812A	22/06/2002	52740	175	191.53
ICA6843	54486800A	26/06/2002	51850	167	127.69
ICA6843	54486300A	26/06/2002	51850	167	127.69
LWR2013	54487805A	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC1967	54487810A	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC1967	54487811A	21/06/2002	65130	227 * IV	53.20
LYY2485	54487808A	21/06/2002	54520	181 * VIII	127.69
LZO1688	54487809A	21/06/2002	52070	169	53.20
MAA5503	54486647A	27/06/2002	57200	186 * I	127.69
MAL1763	54932620A	20/06/2002	62110	218 * I * a	127.69
MAX7231	54932626A	26/06/2002	66100	230 * VII	127.69
MBT9582	54487804A	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBY6032	54487806A	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCJ9922	54932681A	19/06/2002	66100	230 * VII	127.69

MCS2012	54486646A	21/06/2002	57200	186	*	I	127.69
MDH0007	54932619A	12/06/2002	73660	252	*	VI	85.12
MEE1840	54932682A	26/06/2002	62380	218	*	II * a	127.69
MEO1510	54487807A	21/06/2002	59320	203	*	II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 110/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 110/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBR2629	54486706A	09/01/2002	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 498/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 498/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK2862	55190382B	16/06/2007	55680	181 * XIX	127.69
AMB8248	55192091B	24/08/2007	55410	181 * XVII	53.20
LXF8225	55191661B	04/08/2007	55250	181 * XV	85.13
LYS9808	55190414B	14/02/2007	55250	181 * XV	85.13
MAA8521	55190793B	28/02/2007	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 122/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 122/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGH3759	54486632A	03/04/2002	57380	186 * II	191.53
BNR6586	54932514A	02/04/2002	59670	203 * V	191.53

CLQ9098	54932565A	29/03/2002	59240	203	*	I	191.53
CLQ9098	54932564A	29/03/2002	58000	192			127.69
LWU3928	54932562A	28/03/2002	51850	167			127.69
LWU3928	54932563A	28/03/2002	58350	195			127.69
LWW0261	54932654A	04/04/2002	65990	230	*	V	191.53
LWW0261	54932654A	04/04/2002	70300	244	*	I	191.53
LXD2539	54932559A	26/03/2002	60500	208			191.53
LXI8284	54486385A	28/03/2002	52070	169			53.20
LXP5999	54932566A	02/04/2002	66700	230	*	XIII	127.69
LXP5999	54932567A	02/04/2002	52070	169			53.20
LXT1215	54486630A	27/03/2002	60500	208			191.53
LXV0731	54932652A	03/04/2002	55500	181	*	XVIII	85.12
LYS6394	54932556A	25/03/2002	52070	169			53.20
LYT1618	54932553A	23/03/2002	57460	187	*	I	85.12
LYX9960	54932601A	31/03/2002	70300	244	*	I	191.53
LYX9960	54932601A	31/03/2002	70480	244	*	II	191.53
LZD2193	54932557A	26/03/2002	57460	187	*	I	85.12
LZI9168	54932560A	28/03/2002	66370	230	*	IX	127.69
LZJ8906	54486386A	28/03/2002	51850	167			127.69
LZP2647	54932551A	22/03/2002	51690	165			957.69
LZR6023	54486633A	03/04/2002	73660	252	*	VI	85.12
LZT3607	54932558A	28/03/2002	60330	206	*	V	191.53
MAO0166	54932555A	26/03/2002	55250	181	*	XV	85.12
MAY0531	54486381A	26/03/2002	55250	181	*	XV	85.12
MBG3046	54486631A	30/03/2002	60500	208			191.53
MBK4006	54932552A	24/03/2002	57380	186	*	II	191.53
MBL4232	54932653A	03/04/2002	55500	181	*	XVIII	85.12
MBM8521	54486384A	28/03/2002	53800	181	*	I	85.12
MBR2629	54932651A	26/03/2002	51850	167			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062/2014

Processo Administrativo n.º 036/2014.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 003/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ALBERTO SPREDEMANN - BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO DE APOIO AO MUNICÍPIOS - FUNDAM.
Valor total contratado: R\$996.748,20 (novecentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos).
Prazo de vigência: 150 dias - Término do prazo 11/04/2015.

Pomerode/SC, 11 de Novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061/2014

Processo Administrativo n.º 067/2014.
Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA II, LOCALIZADA NA RUA PROGRESSO, N.º 1.400, BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DA OBRA, ATRAVÉS DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO N.º TC/PAC 0430/2014, CUJAS AÇÕES ESTÃO INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC2, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$3.130.246,54 (três milhões, cento e trinta mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).
Prazo de vigência: 180 dias - Término do prazo 11/05/2015.

Pomerode/SC, 11 de Novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada**PREFEITURA****LEI 166**

LEI COMPLEMENTAR Nº 166/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA A PROCEDER A DESAFETAÇÃO E ALIENAÇÃO, POR COMPRA E PERMUTA DE BEM PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica desafetado da condição de bem de uso e gozo público, passando a integrar a categoria dos bens dominiais 12.828,72 m² (doze mil oitocentos e vinte e oito e setenta e dois metros quadrados), do imóvel de propriedade do Sr. David Vicente Paglia e Tereza F. Paglia, inscrito sob a matrícula nº 863, Registro R-5-863, do Livro 02-C, do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, conforme os limites e confrontações delineados no Levantamento Topográfico, parte inseparável da presente Lei.

Art. 2º. Fica o Município de Ponte Serrada autorizado a efetuar a compra de parte do imóvel acima descrito, mediante a permuta de uma área de terreno urbano, com superfície de 800m² sem benfeitorias, sendo lote n. 22 da quadra n. 14 nesta cidade de Ponte Serrada, matrícula n. 2.278 avaliado em R\$ 150.000, (cento e cinquenta mil reais) e mais o valor em espécie de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) a ser efetuado diretamente na conta dos proprietários quando da assinatura da escritura pública.

Art. 3º. O negócio que trata a presente Lei destina-se a viabilizar a construção da nova Escola Básica Municipal Antonio Paglia que o Município foi contemplado através do Termo de Compromisso PAR N. 34163/2014 e a posterior abertura de via pública.

Art. 4º. As despesas oriundas da escrituração cartorária da transmissão dos imóveis correrão por conta do Município de Ponte Serrada.

Art. 5º. A alienação por permuta de que trata esta Lei dar-se-á em estrita observância à legislação pertinente, sendo dispensada a licitação, nos termos dos artigos 17, I, c, da Lei nº 8.666/93, devendo ser formalizada mediante escritura pública.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DO ANO DE 2014.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em
Data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 053/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 053/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de materiais para manutenção das vias públicas do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 04/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 04/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 054/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 054/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de materiais de sinalização para atender as necessidades do Departamento de Trânsito do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 16:00 horas do dia 04/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:01 horas do dia 04/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 055/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 055/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de peça para manutenção de caminhão pipa da frota do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 04/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 04/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 24 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

DECRETO Nº 1.284, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.284, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DISCIPLINA FORMA SIMPLIFICADA DE EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÕES PARA FINS DE EMISSÃO DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. - O procedimento para emissão da licença de localização e instalação e das respectivas licenças para funcionamento de estabelecimentos comerciais e empresariais no Município de Porto Belo observará os procedimentos legais e regulamentares deste Decreto com o intuito de simplificar o rito do departamento de Vigilância Sanitária, Fundação Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º - O procedimento para obtenção das licenças de que trata este decreto se iniciará no Corpo de Bombeiros com a solicitação do atestado de vistoria para funcionamento, momento em que, posteriormente, o contribuinte de posse do citado atestado abrirá protocolo junto ao departamento de vigilância sanitária.

§ 2º - As documentações exigidas para cadastro na vigilância sanitária, não serão mais solicitadas pelos demais setores da Prefeitura, salvo aqueles específicos do setor competente e que seja indispensável à continuidade processual.

§ 3º - As documentações apresentadas na vigilância sanitária para fins da licença de que trata o artigo 1º serão processadas digitalmente e encaminhadas aos demais setores que possuem competência concorrente para análise e manifestação.

§ 4º - O atestado do Corpo de Bombeiros não pressupõe a regularidade legal do imóvel. Se o fiscal constatar quaisquer indícios de irregularidades, deverá em qualquer fase do processo, autuar a constatação e comunicar por escrito ao órgão competente para as providências que se fizerem necessárias.

Art. 2º - As documentações a serem exigidas pela vigilância sanitária, são:

I - Cartão do CNPJ;

II - Contrato Social;
III - Certidão de vistoria dos Bombeiros;
IV - Cópia do RG e CPF do responsável legal;
V - Cópia do comprovante de residência ou contrato de locação;
VI - Carteira de saúde quando necessário;
VII - Certificado de dedetização em caso de atividade no local.
VIII - Comprovante da taxa de pagamento.

Art. 3º - As documentações exigidas pela Fundação Municipal de Meio Ambiente nos processos de requerimentos de licença de localização, instalação e funcionamento, serão aquelas inerentes especificamente as atribuições da Fundação, dispensando-se as já apresentadas na vigilância sanitária que disponibilizará eletronicamente aos demais setores a fim de desburocratizar o procedimento.

Art. 4º - As documentações exigidas pela FAMAP são:

I - Documento que comprove o tamanho do imóvel;

II - Estudo ambiental quando necessário;

III - Licenciamento ambiental quando necessário.

Art. 5º - A Secretaria Municipal da Fazenda, responsável por concluir o procedimento para a emissão da licença de localização, instalação e funcionamento, solicitará as seguintes documentações:

I - Alvará Sanitário;

II - Autorização ou licença da Fundação do Meio Ambiente quando necessário;

III - Alvará dos Bombeiros;

Art. 6º - A renovação de Alvará dar-se-á mediante simples requerimento acompanhado do pagamento da taxa correspondente e da vistoria de funcionamento do Corpo de Bombeiros.

Art. 7º - Para a solicitação de renovação da licença de localização, instalação e funcionamento, o requerimento deverá se subscrito, no caso de pessoa jurídica, pelo mesmo representante legal que consta nos arquivos da administração pública.

§ 1º - Para a renovação das licenças, o requerente deverá assumir compromisso de adequar-se, quando necessário, a Lei Municipal 2.192 e seus decretos regulamentadores até 31 de dezembro do ano de 2015, estendendo-se os mesmos prazos para as licenças ou autorizações ambientais.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.272, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.272, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 776.049,42 (Setecentos e setenta e seis mil quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigentes:

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 28.845.0097

Atividade: 0.001 - Contribuição para Formação do PASEP

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 41 / 1044

Valor: R\$ 500,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.009 - Transferências de Recursos a AMFRI

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 31 / 1000

Valor: R\$ 64.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.451.0021

Atividade: 1.007 - Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 51 / 1000

Valor: R\$ 28.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 126 / 3016

Valor: R\$ 26.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 06 / 1000

Valor: R\$ 5.600,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 05 / 1000

Valor: R\$ 16.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 68 / 1000

Valor: R\$ 8.400,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Aquicultura

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Aquicultura

Funcional-Programática: 20.606.0024

Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Aquicultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 98 / 1000

Valor: R\$ 3.200,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 97 / 1000

Valor: R\$ 6.600,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.123.0003

Atividade: 1.003 - Contribuição para Formação do PASEP

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 125 / 3089

Valor: R\$ 28.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 77 / 1056

Valor: R\$ 2.450,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 87 / 1000

Valor: R\$ 5.100,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.050- Manutenção do Programa Estratégia de Saúde da Família
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 9 / 1002
 Valor: R\$ 8.700,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.049- Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 6 / 1002
 Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0006
 Atividade: 2.033 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média complexidade
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 40 / 1052
 Valor: R\$ 30.412,80

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 41 / 1052
 Valor: R\$ 20.008,62
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 17 / 1000
 Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção da Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 18 / 1019
 Valor: R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 33 / 1018
 Valor: R\$ 300.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 34 / 1019
 Valor: R\$ 50.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 37 / 1019
 Valor: R\$ 50.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 76 / 1062
 Valor: R\$ 1.123,34
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 77 / 3062
 Valor: R\$ 954,66

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 8 / 1000
 Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 2 / 1000
 Valor: R\$ 7.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação verificado no período, observada a destinação por fonte de recurso, no valor de R\$ 686.944,76 (Seiscentos e oitenta e seis mil e novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos). E créditos autorizados com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, totalizando R\$ 35.104,66 (Trinta e cinco mil cento e quatro reais e sessenta e seis centavos), observada a destinação por fonte de recurso

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Funcional-Programática: 15.452.0021
 Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 69 / 1000
 Valor: R\$ 3.400,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 01 -Secretaria de Planejamento Urbano
 Funcional-Programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria Departamento de Trânsito
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 79 / 1056
 Valor: R\$ 2.450,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 01 -Secretaria de Planejamento Urbano
 Funcional-Programática: 15.451.0003
 Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 84 / 1000
 Valor: R\$ 5.100,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Funcional-Programática: 20.606.0024
 Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 96 / 1000
 Valor: R\$ 1.500,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.049 - Manutenção das Ações Básicas e Saúde Bucal
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 8 / 1002
 Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.050 - Manutenção do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 12 / 1002
 Valor: R\$ 8.700,00
 ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 57 / 3062
 Valor: R\$ 954,66

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020

Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 6 / 1000
 Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 1 / 1000
 Valor: R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de outubro de 2014.
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
 PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.267, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.267, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 735.500,00 (setecentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000/4
 Valor: R\$ 165.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.100 1/13
 Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção do Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.100 1/32
 Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002 /25
 Valor: R\$ 145.500,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.030 - Manut. dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000 /13
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.068 - Promoção e Incentivo ao Turismo
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 /28
 Valor: R\$ 60.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal Turismo
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 /18
 Valor: R\$ 15.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 /20
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Funcional-programática: 18.541.0030
 Atividade: 2.041 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000/7
 Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, na mesma importância já citada, observada a destinação por fonte de recurso.

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.003 - Manutenção do Imprensa
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000/8
 Valor: R\$ 69.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.004 - Manutenção do Orçamento Participativo
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000 /12
 Valor: R\$ 89.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 02.061.0002
 Atividade: 2.007 - Indenizações de Precatórios e Sentenças Judiciais
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000/2
 Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 14.422.0003
 Atividade: 2.075 - Manutenção das Atividades do Procon
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000 /60
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.005 - Manutenção da Defesa Civil
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/16
 Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
 Funcional-programática: 06.181.0003
 Atividade: 2.012 - Convênio Rádio Patrulha
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/42
 Valor: R\$ 24.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.026 - manutenção do Programa de transporte Escolar
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1001/23
 Valor: R\$ 300.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0025
 Atividade: 1.040 - Construção de Terminal de Passageiros Transatlânticos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/5
 Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0025
 Projeto: 1.041 - Revitalização da Praça da Bandeira
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/7
 Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0025
 Projeto: 1.042 - Revitalização da Praia Enseada da Encantada
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/9
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0025
 Projeto: 1.043 - Revitalização do Centro Histórico
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/12
 Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0025
 Projeto: 1.049 - Construção de Pórticos Turísticos
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/3
 Valor: R\$ 7.500,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal Turismo
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Turismo
 Funcional-programática: 23.695.0025
 Projeto: 1.050 - Revitalização e Ampliação do Centro Atendimento ao Turista
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/1
 Valor: R\$ 46.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal Meio Ambiente
 Funcional-programática: 18.541.0030
 Projeto: 1.029 - Criação e Implantação do Parque Lagoa do Pequê
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/3
 Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de outubro de 2014.
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
 PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.257, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.257, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 2195, de 01/09/2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 783.600,00 (Setecentos e oitenta e três mil e seiscentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/07
 Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.053 - Implantação e Manutenção de Unidade P.A.
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/37
 Valor: R\$ 413.600,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.059 - Manutenção das Ações de Média complexidade MAC
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/72
 Valor: R\$ 150.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.065/46
 Valor: R\$ 60.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002/73
 Valor: R\$ 50.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.065/47
 Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.030 - Manut. dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/13
 Valor: R\$ 25.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-programática: 08.241.0005
 Atividade: 2.031 - Manutenção dos Serviços de proteção Social ao Idoso
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.000/01
 Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Esportes
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Esportes
 Funcional-programática: 27.812.0027
 Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/08
 Valor: R\$ 40.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, na mesma importância acima mencionada:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.003 - Manutenção da Imprensa
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/08
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-programática: 14.422.0003
 Atividade: 2.075 - Manutenção das Atividades do Procon
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/61
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Segurança Pública
 Funcional-programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.011 - Manut. do Fundo Municipal de Segurança Pública
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/43
 Valor: R\$ 5.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/44
 Valor: R\$ 20.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/45
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
 Funcional-programática: 28.843.0097
 Op. Especial: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.2.90.00.00.00.00.0.1.000/38
 Valor: R\$ 105.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos
 Funcional-programática: 15.451.0021

Projeto: 1.005 - Construção de Obras de Arte
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/48
 Valor: R\$ 65.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.074 - Concessão de Benefícios Eventuais às Famílias
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/25
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 07 - Secretaria da Pesca e Agricultura
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria da Pesca e Agricultura
 Funcional-programática: 20.606.0024
 Projeto: 1.015 - Revitalização do Horto Florestal
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/95
 Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 17 - Secretaria da Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Habitação Popular
 Funcional-programática: 16.482.0022
 Projeto: 1.034 - Construção de Unidades Habitacionais Populares
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/100
 Valor: R\$ 88.000,00

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Esportes
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Esportes
 Funcional-programática: 27.812.0027
 Atividade: 1.048 - Reforma de Ginásio de Esportes
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/11
 Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 17 - Secretaria da Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Habitação Popular
 Funcional-programática: 16.482.0022
 Atividade: 2.048 - Manutenção Fundo Municipal de Habitação Popular
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/102
 Valor: R\$ 15.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/103
 Valor: R\$ 30.600,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/104
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.052 - Manut. de Programa de Agentes Comunitários de Saúde
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/16
 Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.054 - Implantação e Manutenção do CAPS
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.065/41
 Valor: R\$ 60.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.065/43

Valor: R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.065/45
 Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.049 - Manut. das Ações Básicas em Saúde Bucal
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.002/3
 Valor: R\$ 50.000,00
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.002/8
 Valor: R\$ 15.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-programática: 08.244.0006
 Atividade: 2.033 - Manut. dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/6
 Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.074 - Concessão de Benefício Eventuais às Famílias
 Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/25
 Valor: R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de setembro de 2014.
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
 PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.260, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.260, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 1.370.253,93 (Um milhão Trezentos e setenta mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Funcional-Programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria Departamento de Trânsito
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 77 / 1056
 Valor: R\$ 3.300,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 26 / 1000
 Valor: R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1000
 Valor: R\$ 55.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Funcional-Programática: 15.452.0021
 Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 66 / 1000
 Valor: R\$ 8.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 68 / 1000
 Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 34 / 1000
 Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Funcional-Programática: 15.451.0003
 Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 86 / 1000
 Valor: R\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito
 Funcional-Programática: 04.122.0003
 Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 06 / 1000
 Valor: R\$ 5.600,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 05 / 1000
 Valor: R\$ 2.500,00
 Atividade: 2.003 - Manutenção da Imprensa
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 10 / 1000
 Valor: R\$ 300,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Funcional-Programática: 20.606.0024
 Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Aquicultura
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 98 / 1000
 Valor: R\$ 3.700,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
 Funcional-Programática: 15.451.0021
 Atividade: 1.007 - Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 53 / 1024
 Valor: R\$ 410.000,00
 Atividade: 1.008 - Implantação da Macrodrenagem
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 57 / 1083
 Valor: R\$ 410.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 51 / 1000
 Valor: R\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 67 / 3064
 Valor: R\$ 42.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1064
 Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.049 - Manutenção das Ações Básicas e Saúde Bucal
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 8 / 1002
 Valor: R\$ 15.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 4 / 1064
 Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 2.052 - Manutenção de Programa de Agentes Comunitários de Saúde
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 20 / 1064
 Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Atividade: 1.036 - Construção/Ampliação/Reforma de U.B.S
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 01 / 1002
 Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.074 - Concessão de Benefícios Eventuais as Famílias
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 39 / 1052
 Valor: R\$ 3.213,76
 Atividade: 2.030 - Concessão de Benefícios Eventuais as Famílias
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 17 / 1000
 Valor: R\$ 2.100,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0006
 Atividade: 2.033 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 32 / 3052
 Valor: R\$ 40.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 8 / 1000
 Valor: R\$ 3.300,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 12 / 1000
 Valor: R\$ 2.700,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 32 / 1001
 Valor: R\$ 55.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 72 / 1059
 Valor: R\$ 9,97

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção da Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 13 / 1001

Valor: R\$ 81.500,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 08.243.0029
 Atividade: 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 1 / 1000
 Valor: R\$ 7.520,10

ÓRGÃO: 14 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
 Funcional-Programática: 06.182.0004
 Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 4 / 0995
 Valor: R\$ 1.600,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 8 / 1000
 Valor: R\$ 1.500,00
 Atividade: 2.044 - Manutenção de Projeto Cultura nos Bairros
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 4 / 1000
 Valor: R\$ 1.000,00
 Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 2 / 1000
 Valor: R\$ 11.210,10

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0026
 Atividade: 2.065 - Captação e Apoio e Eventos Geradores de Fluxo Turístico
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 22 / 1000
 Valor: R\$ 76.000,00
 Atividade: 2.068 - Promoção e Incentivo ao Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 1000
 Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 18 / 1000
 Valor: R\$ 5.200,00

ÓRGÃO: 22 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
 Funcional-Programática: 18.541.0030
 Atividade: 2.041 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 7 / 1000
 Valor: R\$ 3.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação verificado no período, observada a destinação por fonte de recurso, no valor de R\$210.423,73 (Duzentos e dez mil quatrocentos e vinte três reais e setenta e três centavos). E créditos autorizados com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, totalizando R\$ 1.159.830,20 (Um milhão cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta reais e vinte centavos), observada a destinação por fonte de recurso

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 01 -Secretaria de Planejamento Urbano
 Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria Departamento de Trânsito
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 79 / 1056
Valor: R\$ 3.300,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 27 / 1000
Valor: R\$ 10.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 26 / 1000
Valor: R\$ 28.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Funcional-Programática: 15.452.0021
Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 67 / 1000
Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 35 / 1000
Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano
Funcional-Programática: 15.451.0003
Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 84 / 1000
Valor: R\$ 9.000,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Aquicultura
Funcional-Programática: 20.606.0024
Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Aquicultura
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 96 / 1000
Valor: R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos
Funcional-Programática: 15.452.0021
Atividade: 1.007 - Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 53 / 1083
Valor: R\$ 410.000,00
Atividade: 1.008 - Implantação da Macrodrenagem
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 56 / 1024
Valor: R\$ 410.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
Funcional-Programática: 10.301.0010
Atividade: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 64 / 3064
Valor: R\$ 42.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
Funcional-Programática: 10.301.0010
Atividade: 2.049 - Manutenção das Ações Básicas e Saúde Bucal
Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00 / 6 / 1002
Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo
Funcional-Programática: 10.301.0010
Atividade: 2.052 - Manutenção de Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 17 / 1064
Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0006
Atividade: 2.033 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 37 / 3052
Valor: R\$ 40.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 9 / 1000
Valor: R\$ 6.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 12.365.0017
Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 35 / 1001
Valor: R\$ 23.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00 / 40 / 1001
Valor: R\$ 22.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 41 / 1001
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 12.365.0014
Atividade: 2.021 - Manutenção da Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 21 / 1001
Valor: R\$ 81.500,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 08.243.0029
Atividade: 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 2 / 1000
Valor: R\$ 7.520,10

ÓRGÃO: 14 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Funcional-Programática: 06.182.0004
Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 3 / 0995
Valor: R\$ 1.600,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.044 - Manutenção de Projeto Cultura nos Bairros
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 5 / 1000
Valor: R\$ 1.000,00
Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 1 / 1000

Valor: R\$ 11.210,10

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0025
Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 / 17 / 1000
Valor: R\$ 4.700,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 16 / 1000
Valor: R\$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 dias do mês de setembro de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.264, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.264, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 128.831,41 (Cento e vinte oito mil e oitocentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.008 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 113 / 3000
Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 11 - Fundo Municipal Direitos Criança e do Adolescente
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Direitos Criança e do Adolescente
Funcional-Programática: 08.243.0016
Atividade: 2.035 - Manutenção da Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 4 / 3078
Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal De Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal De Educação
Funcional-Programática: 12.361.0014
Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 75 / 3001
Valor: R\$ 6.831,41
Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 65 / 3058
Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal De Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal De Educação
Funcional-Programática: 12.361.0014
Atividade: 1.017 - Construção Ampliação e Reforma de Unidades Escolares do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 62 / 3058

Valor: R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 14 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Funcional-Programática: 06.182.0004
Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 5 / 3000
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes de Superávit Financeiro, observada a destinação por fonte de recurso, no valor de R\$ 128.831,41 (Cento e vinte oito mil e oitocentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos), sendo R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) de Recursos Ordinários, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) SF FIA Demais recursos, R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) Salário educação, e R\$ 6.831,41 (Seis mil oitocentos e trinta e um reais e quarenta centavos) Receita de Impostos.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de setembro de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 095/2014

Inexigibilidade de Licitação nº 005/2014

Caracterização da Situação: O município lançou edital de Chamamento nº 002/2014 para credenciar leiloeiros oficiais para prestarem serviços de alienação de bens inservíveis, de propriedade da municipalidade em leilões públicos a serem promovidos pela Prefeitura Municipal de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Da Escolha: A escolha recaiu sobre Rodolfo da Rosa Schöntag, uma vez que o mesmo encaminhou a documentação conforme prevê o Edital de credenciamento.

Do Preço: Pela prestação do serviço o Leiloeiro Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, valor este a ser pago pelo arrematante no ato do leilão, não cabendo a Prefeitura Municipal a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebe-lo.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput da Lei 8.666/93.

Porto União, 04 de novembro de 2014.

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 092/2013

EXTRATO DE CONTRATO 180/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 180/2014 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e

RODOLFO DA ROSA SCHONTAG.

Objeto: Contratação por meio de Credenciamento de Leiloeiro Oficial para realizar Leilões de Bens Inservíveis a Municipalidade.

Valor: A título da Comissão, a taxa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa que deverá ser cobrada diretamente do arrematante.

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Credenciamento 002/2014, Inexigibilidade de Licitação 005/2014 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 11 de novembro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

RODOLFO DA ROSA SCHONTAG.

Contratado

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2014 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 012/2014 - FUNREBOM

Pregão Presencial 010/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Porto União SC, 21 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 1139/2014 - RH

PORTARIA Nº 1139, de 18 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Eloina Fernandes dos Santos do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1140/2014 - RH

PORTARIA Nº 1140, de 20 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dayane Cristina da Rocha Scistowski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Cleide Maria Rosa Gregorio que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 20 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANEXOS 1, 2 E 8

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	74.792.000,00	74.792.000,00	10.689.192,40	14,29	55.396.592,14	74,07	19.395.407,86
RECEITAS CORRENTES	63.779.979,31	63.779.979,31	10.589.759,63	16,60	54.091.981,92	84,81	9.687.997,39
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.780.000,00	8.780.000,00	1.325.157,56	15,09	8.417.467,02	95,87	362.532,98
IMPOSTOS	6.540.000,00	6.540.000,00	994.017,30	15,20	6.330.325,89	96,79	209.674,11
TAXAS	2.200.000,00	2.200.000,00	331.140,26	15,05	2.087.141,13	94,87	112.858,87
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.700.000,00	3.700.000,00	648.372,01	17,52	3.398.220,38	91,84	301.779,62
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.800.000,00	2.800.000,00	522.642,41	18,67	2.675.082,29	95,54	124.917,71
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	900.000,00	125.729,60	13,97	723.138,09	80,35	176.861,91
RECEITA PATRIMONIAL	8.204.982,94	8.204.982,94	853.944,67	10,41	4.139.819,49	50,45	4.065.163,45
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	36.000,00	36.000,00	1.000,00	2,78	5.000,00	13,89	31.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.518.982,94	7.518.982,94	852.944,67	11,34	4.134.819,49	54,99	3.384.163,45
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.794.996,37	40.794.996,37	7.309.685,46	17,92	36.090.626,27	88,47	4.704.370,10
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.759.996,37	40.759.996,37	6.404.222,97	15,71	32.396.257,07	79,48	8.363.739,30
Transf. de Conv.	35.000,00	35.000,00	905.462,49	587,04	3.694.369,20	555,34	-3.659.369,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.300.000,00	2.300.000,00	452.599,93	19,68	2.045.848,76	88,95	254.151,24
Multas e Juros de Mora	780.000,00	780.000,00	103.426,24	13,26	450.998,60	57,82	329.001,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	164.083,25	60,77	598.695,62	221,74	-328.695,62
RECEITA DA DIVIDATIVA	700.000,00	700.000,00	91.082,81	13,01	398.003,77	56,86	301.996,23
RECEITAS DIVERSAS	550.000,00	550.000,00	94.007,63	17,09	598.150,77	108,75	-48.150,77
RECEITAS DE CAPITAL	11.012.020,69	11.012.020,69	99.432,77	0,90	1.304.610,22	11,85	9.707.410,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	248.009,61	248.009,61	26.440,32	10,66	155.717,10	62,79	92.292,51
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.009,61	100.009,61	0,00	0,00	23.515,50	23,51	76.494,11
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	148.000,00	148.000,00	26.440,32	17,87	132.201,60	89,33	15.798,40
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.764.011,08	9.764.011,08	72.992,45	0,75	1.148.893,12	11,77	8.615.117,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.724.000,00	1.724.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.724.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	8.040.011,08	8.040.011,08	72.992,45	0,91	1.148.893,12	14,29	6.891.117,96
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.400.000,00	2.400.000,00	434.033,61	18,08	2.202.783,37	91,78	197.216,63
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.400.000,00	2.400.000,00	434.033,61	18,08	2.202.783,37	91,78	197.216,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.400.000,00	2.400.000,00	434.033,61	18,08	2.202.783,37	91,78	197.216,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.400.000,00	2.400.000,00	434.033,61	18,08	2.202.783,37	91,78	197.216,63

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.400.000,00	2.400.000,00	434.033,61	18,08	2.202.783,37	91,78	197.216,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	77.192.000,00	77.192.000,00	11.123.226,01	14,41	57.599.375,51	74,62	19.592.624,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	77.192.000,00	77.192.000,00	11.123.226,01	14,41	57.599.375,51	74,62	19.592.624,49
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	77.192.000,00	77.192.000,00	11.123.226,01	14,41	57.599.375,51	74,62	19.592.624,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.992.357,27	—	—	1.992.357,27	—	—
Superávit Financeiro	—	1.992.357,27	—	—	1.992.357,27	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (grf)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.255.999,60	11.733.206,91	84.989.206,51	9.987.296,30	49.188.143,59	10.559.199,66	47.115.633,16	55,44	37.873.573,35
DESPESAS CORRENTES	52.693.785,90	3.768.490,31	56.462.276,21	8.122.649,85	41.208.662,04	8.505.223,37	40.274.729,62	71,33	16.187.546,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.152.000,00	834.100,00	33.986.100,00	4.986.827,28	25.203.695,04	5.261.876,79	25.050.668,58	73,71	8.935.431,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	326.000,00	-275.000,00	51.000,00	1.508,05	14.115,70	1.508,05	14.115,70	27,68	36.884,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.215.785,90	3.209.390,31	22.425.176,21	3.134.314,52	15.990.851,30	3.241.838,53	15.209.945,34	67,83	7.215.230,87
DESPESAS DE CAPITAL	17.294.213,70	8.064.716,60	25.358.930,30	1.864.646,45	7.979.481,55	2.053.976,29	6.840.903,54	26,98	18.518.026,76
INVESTIMENTOS	16.084.213,70	8.122.716,60	24.206.930,30	1.792.553,29	7.619.015,75	1.981.883,13	6.480.437,74	26,77	17.726.492,56
INVERSOES FINANCEIRAS	520.000,00	-19.000,00	501.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	690.000,00	-39.000,00	651.000,00	72.093,16	360.465,80	72.093,16	360.465,80	55,37	290.534,20

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.255.999,60	11.733.206,91	84.989.206,51	9.987.296,30	49.188.143,59	10.559.199,66	47.115.633,16	55,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.268.000,00	-100.000,00	3.168.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.930.000,40	-803.000,00	3.127.000,40	429.146,47	2.041.468,33	482.702,17	1.993.191,52	63,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.930.000,40	-803.000,00	3.127.000,40	429.146,47	2.041.468,33	482.702,17	1.993.191,52	63,74
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	77.186.000,00	10.930.206,91	88.116.206,91	10.416.442,77	51.229.611,92	11.041.901,83	49.108.824,68	55,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	77.186.000,00	10.930.206,91	88.116.206,91	10.416.442,77	51.229.611,92	11.041.901,83	49.108.824,68	55,73
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	8.490.550,83	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	77.186.000,00	10.930.206,91	88.116.206,91	10.416.442,77	51.229.611,92	11.041.901,83	57.599.375,51	55,73

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.740.820,86

FONTE:

PORTO UNIAO, 24/11/2014

ANIZIO DE SOUZA PREFEITO MUNICIPAL	RICARDO DRAGONI SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT	SOFIA SYDOL CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8
---------------------------------------	--	---

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO						No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	(b/Total b)	(b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	73.255.999,60	84.989.206,51	9.987.296,30	49.188.143,59	10.559.199,66	47.115.633,16	95,94	55,44	37.873.573,35		
	Ação Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	269.396,21	1.404.380,64	275.897,54	1.375.661,00	2,80	59,81	924.339,00		
	Administração	4.812.000,00	4.872.000,00	674.440,09	3.311.950,16	674.452,10	3.303.764,38	6,73	67,81	1.568.235,62		
	Planejamento e Orçamento	310.000,00	390.000,00	56.687,07	285.795,43	56.687,07	285.795,43	0,58	73,28	104.204,57		
	Administração Geral	3.786.000,00	3.756.000,00	475.197,94	2.389.746,88	475.520,61	2.381.884,76	4,85	63,42	1.374.115,24		
	Administração Financeira	716.000,00	726.000,00	142.555,08	636.407,85	142.244,42	636.084,19	1,30	87,61	89.915,81		
	Defesa Nacional	2.000,00	2.000,00	0,00	1.924,33	0,00	1.924,33	0,00	96,22	75,67		
	Defesa Terrestre	2.000,00	2.000,00	0,00	1.924,33	0,00	1.924,33	0,00	96,22	75,67		
	Segurança Pública	604.000,00	1.110.000,01	125.377,99	922.291,00	104.520,98	886.061,81	1,80	79,83	223.938,20		
	Policimento	154.000,00	154.000,00	10.851,63	78.084,92	8.414,39	68.758,56	0,14	44,65	85.241,44		
	Defesa Civil	450.000,00	956.000,01	114.526,36	844.206,08	96.106,59	817.303,25	1,66	85,49	138.696,76		
	Assistência Social	2.205.000,00	2.695.114,01	381.150,30	1.780.138,83	382.706,68	1.747.872,45	3,56	64,85	947.241,56		
	Assistência à Criança e ao Adolescente	187.000,00	187.000,00	23.730,54	126.452,60	23.730,54	126.452,60	0,26	67,62	60.547,40		
	Assistência Comunitária	2.018.000,00	2.508.114,01	357.419,76	1.653.686,23	358.976,14	1.621.419,85	3,30	64,65	886.694,16		
	Previdência Social	10.068.000,00	10.068.000,00	394.374,71	1.944.815,81	394.348,85	1.943.925,50	3,96	19,31	8.124.074,50		
	Previdência do Regime Estatutário	10.068.000,00	10.068.000,00	394.374,71	1.944.815,81	394.348,85	1.943.925,50	3,96	19,31	8.124.074,50		
	Saude	14.612.000,00	17.027.087,11	2.321.114,03	12.903.454,62	2.945.221,72	11.577.596,98	23,58	68,00	5.449.490,13		
Atenção Básica	10.785.950,00	12.898.037,11	1.834.931,85	10.376.111,57	2.344.587,01	9.232.125,56	18,80	71,58	3.665.911,55			
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.619.000,00	3.847.000,00	442.497,41	2.357.510,38	533.671,46	2.200.456,69	4,48	57,20	1.646.543,31			
Vigilância Sanitária	207.050,00	282.050,00	43.684,77	169.832,67	66.963,25	145.014,73	0,30	51,41	137.035,27			
Educação	12.873.999,60	15.079.050,49	2.514.046,96	11.903.403,23	2.532.792,29	11.427.684,89	23,27	75,79	3.651.365,60			
Ensino Fundamental	7.780.001,80	9.349.700,92	1.286.049,58	7.186.156,28	1.281.942,87	6.715.323,08	13,67	71,82	2.634.377,84			
Educação Infantil	3.699.000,00	4.370.251,77	597.351,88	3.744.726,85	619.418,52	3.740.611,31	7,62	85,59	629.640,46			
Educação de Jovens e Adultos	1.394.997,80	1.359.097,80	630.645,50	972.520,10	631.430,90	971.750,50	1,98	71,50	387.347,30			
Cultura	620.000,00	990.000,00	151.635,10	529.902,82	144.093,87	516.523,23	1,05	52,17	473.476,77			
Difusão Cultural	620.000,00	990.000,00	151.635,10	529.902,82	144.093,87	516.523,23	1,05	52,17	473.476,77			
Urbanismo	8.768.000,00	10.476.000,00	1.640.104,98	6.734.663,51	1.522.104,54	6.607.821,84	13,46	63,08	3.868.178,16			
Infra-Estrutura Urbana	6.068.000,00	7.226.000,00	1.209.445,08	4.386.198,56	1.089.852,64	4.262.584,89	8,68	58,99	2.963.415,11			
Serviços Urbanos	2.500.000,00	3.050.000,00	430.659,90	2.347.325,22	432.251,90	2.344.097,22	4,77	76,86	705.902,78			
Lazer	200.000,00	200.000,00	0,00	1.139,73	0,00	1.139,73	0,00	0,57	198.860,27			

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.255.999,60	84.989.206,51	9.987.286,30	49.188.143,59	10.559.199,66	47.115.633,16	95,94	37.873.573,35
Habituação	1.892.000,00	5.858.000,00	122.284,26	185.476,24	181.668,49	185.476,24	0,38	5.672.523,76
Habituação Urbana	1.892.000,00	5.858.000,00	122.284,26	185.476,24	181.668,49	185.476,24	0,38	5.672.523,76
Saneamento	1.200.000,00	1.200.000,00	19.827,36	165.513,60	21.557,32	165.513,60	0,34	1.034.486,40
Saneamento Básico Urbano	1.200.000,00	1.200.000,00	19.827,36	165.513,60	21.557,32	165.513,60	0,34	1.034.486,40
Gestão Ambiental	486.000,00	547.000,00	44.357,12	279.413,27	45.167,61	279.185,76	0,57	267.814,24
Preservação e Conservação Ambiental	426.000,00	496.000,00	44.357,12	279.413,27	45.167,61	279.185,76	0,57	216.814,24
Recursos Hídricos	60.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
Agricultura	810.000,00	1.052.000,00	171.699,81	762.395,80	166.370,81	754.137,35	1,54	297.862,65
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção da Produção Agropecuária	800.000,00	1.042.000,00	171.699,81	762.395,80	166.370,81	754.137,35	1,54	287.862,65
Indústria	392.000,00	406.000,00	8.390,42	68.039,06	8.390,42	68.039,06	0,14	337.960,94
Promoção Industrial	292.000,00	306.000,00	8.390,42	68.039,06	8.390,42	68.039,06	0,14	237.960,94
Produção Industrial	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Comércio e Serviços	148.000,00	528.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,05	503.000,00
Turismo	148.000,00	528.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,05	503.000,00
Comunicações	10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Telecomunicações	10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Energia	300.000,00	300.000,00	0,00	74.863,00	3.530,00	74.863,00	0,15	225.137,00
Energia Elétrica	300.000,00	300.000,00	0,00	74.863,00	3.530,00	74.863,00	0,15	225.137,00
Transporte	5.915.000,00	6.111.000,00	743.028,48	3.998.247,16	750.328,19	3.991.891,86	8,13	2.119.108,14
Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	30.000,00	72,00	952,40	72,00	952,40	0,00	29.047,60
Transporte Rodoviário	5.835.000,00	6.031.000,00	742.956,48	3.997.294,76	750.256,19	3.990.939,46	8,13	2.040.060,54
Transporte Hidroviário	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Desporto e Lazer	1.446.000,00	1.446.000,00	138.386,66	630.640,75	141.318,43	629.768,08	1,28	816.231,92
Desporto Comunitário	1.446.000,00	1.446.000,00	138.386,66	630.640,75	141.318,43	629.768,08	1,28	816.231,92
Encargos Especiais	3.792.000,00	2.920.954,89	267.681,82	1.561.629,76	264.729,82	1.552.921,80	3,16	1.368.033,09
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	400.000,00	400.000,00	52.518,55	339.478,05	52.518,55	339.478,05	0,69	60.521,95
Refinanciamento da Dívida Interna	970.000,00	700.000,00	73.601,21	374.581,50	73.601,21	374.581,50	0,76	325.418,50
Outros Encargos Especiais	2.422.000,00	1.820.954,89	141.562,06	847.570,21	138.610,06	838.862,25	1,71	982.092,64

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.930.000,40	3.127.000,40	429.146,47	2.041.468,33	482.702,17	1.993.191,52	4,06	63,74
Legislativa	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	150.000,00	150.000,00	2.284,91	10.956,91	2.284,91	10.956,91	0,02	7,30
Previdência do Regime Estatutário	150.000,00	150.000,00	2.284,91	10.956,91	2.284,91	10.956,91	0,02	7,30
Saúde	870.000,00	670.000,00	100.062,97	449.482,22	153.618,67	401.205,41	0,82	59,88
Atenção Básica	800.000,00	600.000,00	98.292,21	441.688,76	151.847,91	393.411,95	0,80	65,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	65.000,00	65.000,00	1.770,76	7.793,46	1.770,76	7.793,46	0,02	11,99
Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	2.070.000,40	1.415.000,40	200.842,58	988.483,15	200.842,58	988.483,15	2,01	69,86
Ensino Fundamental	1.080.000,00	854.000,00	122.969,69	623.189,60	122.969,69	623.189,60	1,27	72,97
Educação Infantil	710.000,00	501.000,00	77.872,89	365.293,55	77.872,89	365.293,55	0,74	72,91
Educação de Jovens e Adultos	280.000,40	60.000,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	740.000,00	792.000,00	125.956,01	592.546,05	125.956,01	592.546,05	1,21	74,82
Outros Encargos Especiais	740.000,00	792.000,00	125.956,01	592.546,05	125.956,01	592.546,05	1,21	74,82
TOTAL (III) = (I + II)	77.186.000,00	88.116.206,91	10.416.442,77	51.229.611,92	11.041.901,83	49.108.824,68	100,00	55,73

FONTE:

PORTO UNIAO, 25/11/2014

ANIZIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI

SECRETARIO DE FINANÇAS E C

SOFIA SYDOL

CONTADORA - CRC/SC 14640/O-1

DINARTE RIBEIRO GUEDES NET

ANALISTA CONTR INTERNO CRA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.095.000,00	8.095.000,00	1.139.046,07	6.942.926,41	85,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.724.000,00	4.724.000,00	422.037,67	3.506.369,00	74,22
1.1.1- IPTU	3.850.000,00	3.850.000,00	318.408,76	3.003.651,17	78,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	90.000,00	90.000,00	17.795,96	41.420,87	46,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	484.000,00	484.000,00	49.090,06	271.712,23	56,14
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	36.742,89	189.584,73	63,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	670.000,00	670.000,00	121.822,37	586.496,56	87,54
1.2.1- ITBI	670.000,00	670.000,00	121.822,37	586.496,56	87,54
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.981.000,00	1.981.000,00	502.637,58	2.003.551,79	101,14
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	461.237,72	1.893.669,10	104,33
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	66.000,00	66.000,00	30.309,27	68.101,79	103,18
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	11.090,59	41.780,90	41,78
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	720.000,00	720.000,00	92.548,45	846.509,06	117,57
1.4.1- IRRF	720.000,00	720.000,00	92.548,45	846.509,06	117,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.620.000,00	27.620.000,00	4.110.680,41	22.159.519,01	80,23
2.1- Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	2.038.898,08	12.324.993,05	72,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.000.000,00	17.000.000,00	2.038.898,08	12.324.993,05	72,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	1.580.405,76	7.447.590,00	93,09
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.411,10	28.849,95	72,12
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	23.342,84	113.482,73	75,66
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	29.549,04	30.633,35	102,11
2.6- Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	432.073,59	2.213.969,93	92,25
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	35.715.000,00	35.715.000,00	5.249.726,48	29.102.445,42	81,49
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	450.000,00	450.000,00	119.539,34	451.063,69	100,24
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	120.000,00	120.000,00	16.963,34	59.071,69	49,23
5.3- Transferências Diretas - PNAE	330.000,00	330.000,00	102.576,00	391.992,00	118,79
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.572.000,00	1.572.000,00	175.486,29	1.321.699,11	84,08
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.022.000,00	2.022.000,00	295.025,63	1.772.762,80	87,67
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.524.000,00	5.524.000,00	822.135,65	4.431.421,71	80,22
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.400.000,00	3.400.000,00	407.779,58	2.464.998,35	72,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.600.000,00	1.600.000,00	316.080,96	1.489.517,11	93,09
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.282,22	5.769,99	72,12
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	4.668,55	22.696,50	75,66
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	5.909,78	6.126,60	102,11
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	480.000,00	480.000,00	86.414,56	442.313,16	92,15
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	10.000.000,00	10.000.000,00	1.695.038,92	8.261.214,65	82,61
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.000.000,00	10.000.000,00	1.695.038,92	8.261.214,65	82,61
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	4.476.000,00	4.476.000,00	872.903,27	3.829.792,94	85,56
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.010.000,00	7.760.000,00	1.255.601,45	6.330.301,68	81,58
13.1- Com Educação Infantil	2.800.000,00	2.680.000,00	506.385,23	2.563.418,04	95,65
13.2- Com Ensino Fundamental	5.210.000,00	5.080.000,00	749.216,22	3.766.883,64	74,15
14- OUTRAS DESPESAS	2.010.000,00	2.404.078,65	496.940,38	1.706.378,44	70,98
14.1- Com Educação Infantil	560.000,00	760.000,00	21.265,55	518.720,82	68,25
14.2- Com Ensino Fundamental	1.450.000,00	1.644.078,65	475.674,83	1.187.657,62	72,24
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	10.020.000,00	10.164.078,65	1.752.541,83	8.036.680,12	79,07
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					8.036.680,12
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					76,63
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					20,66
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					2,72
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	8.928.750,00	8.928.750,00	1.312.431,62	7.275.611,36	81,49
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.109.000,00	4.230.000,00	632.290,03	3.639.990,60	86,05
23.1- Creche	4.109.000,00	4.230.000,00	632.290,03	3.639.990,60	86,05
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.360.000,00	3.440.000,00	527.650,78	3.082.138,86	89,60
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	749.000,00	790.000,00	104.639,25	557.851,74	70,61
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.220.997,80	9.414.076,45	1.547.569,87	7.105.517,77	75,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.660.000,00	6.724.078,65	1.224.891,05	4.954.541,26	73,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.560.997,80	2.689.997,80	322.678,82	2.150.976,51	79,96
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.329.997,80	13.644.076,45	2.179.859,90	10.745.508,37	78,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.829.792,94
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.829.792,94
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.915.715,43
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.503.002,20	2.757.174,44	538.121,28	1.652.527,98	59,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.503.002,20	2.757.174,44	538.121,28	1.652.527,98	59,94
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.833.000,00	16.401.250,89	2.717.981,18	12.398.036,35	75,59

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	24.340,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	24.340,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.261.214,65	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		8.261.214,65	0,00

PORTO UNIAO, 24/11/2014

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 61/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ILLO QUÍMICA LTDA EPP
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC. O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda das Secretarias Municipais durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização deste item superou a quantidade previamente licitada, assim, para que a manutenção das secretarias continuem a ser atendidas de forma digna, acresce-se o item água sanitária, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 52, água sanitária, com no mínimo 2,0% a no máximo 2,5% de hipoclorito de sódio, a ser entregue em embalagem de 05lts.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do item 52 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa R\$ 2.983,19 (dois mil, novecentos e oitenta e três reais, com dezenove reais) para R\$ 3.112,93 (três mil, cento e doze reais, com noventa e três centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	25/11/2014 a 31/12/2014

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 62/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC. O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda das Secretarias Municipais durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização deste item superou a quantidade previamente licitada, assim, para que a manutenção das secretarias continuem a ser atendidas de forma digna, acresce-se o item escova sanitária para banheiro com suporte, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 20, escova sanitária para banheiro com suporte.

VALOR:	Em razão do acréscimo na quantidade do item 20 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 9.309,90 (nove mil, trezentos e nove reais, com noventa centavos) para R\$ 9.333,56 (nove mil, trezentos e trinta e três reais, com cinquenta e seis centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	25/11/2014 a 31/12/2014

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 63/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 63/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
OBJETO:	O objeto do presente Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais do município de Presidente Castello Branco/SC. O item a ser aditivado, teve sua quantidade previamente definida para atender a demanda das Secretarias Municipais durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização deste item superou a quantidade previamente licitada, assim, para que a manutenção das secretarias continuem a ser atendidas de forma digna, acresce-se o item saponáceo líquido, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade do item 58.
VALOR:	Em razão do acréscimo na quantidade do item 58 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 16.741,79 (dezesesseis mil, setecentos e quarenta e um reais, com setenta e nove centavos) para R\$ 16.813,40 (dezesesseis mil, oitocentos e treze reais, com quarenta centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	25/11/2014 a 31/12/2014

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4428, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4428, de 21 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 55/2014 - FMS de 21.10.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- BRUTHAN COMERCIAL LTDA;
- NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP;
- CENTER NUTRI COMÉRCIO PRODUTOS P/ NUTRIÇÃO ENTERAL;
- ALTERMED MATERIAL, MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- CM HOSPITALAR LTDA;
- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP;
- NUTRIPORT COMERCIAL LTDA;
- JACQUES BRIÃO MOREIRA ME;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO DECRETO Nº 4428/2014

Pregão Presencial Nº 55/2014 - FMS de 21.10.2014

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA FORNECIMENTO.

Participantes:

- BLUNAC DISTRIBUIÇÃO LTDA ME;
- ALTERMED MATERIAL, MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- NUTRIPORT COMERCIAL LTDA;
- MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- CM HOSPITALAR LTDA;
- CENTER NUTRI COMÉRCIO PRODUTOS P/ NUTRIÇÃO ENTERAL;
- BRUTHAN COMERCIAL LTDA;
- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP;

- NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA - EPP

- JACQUES BRIÃO MOREIRA ME

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou os vencedores os licitantes:

- MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- BRUTHAN COMERCIAL LTDA;
- NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP;
- CENTER NUTRI COMÉRCIO PRODUTOS P/ NUTRIÇÃO ENTERAL;
- ALTERMED MATERIAL, MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- CM HOSPITALAR LTDA;
- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP;
- NUTRIPORT COMERCIAL LTDA;
- JACQUES BRIÃO MOREIRA ME;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

DECRETO Nº 4427, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4427, de 21 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 056/2014 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 056/2014, FMS de 10.11.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CEDIMAVI - Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale do Itajaí LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4427

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2014 - FMS, de 10.11.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS PARA ATENDER NECESSIDADE DOS PACIENTES DO SUS ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Participante:

- CEDIMAVI - Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale do Itajaí LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço os Pregoeiros declaram vencedores os licitantes:

- CEDIMAVI - Centro de Diagnóstico por Imagem do Alto Vale do Itajaí LTDA.

DECRETO Nº 4425, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4425, de 20 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2014 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Eletrônico nº 52/2014-FMS, de 16.10.2014 cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA;
- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA;
- MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP;
- DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP;
- DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ);
- CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - ME;
- DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA;
- NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOPS. LTDA;
- GRAMS & GRAMS LTDA;
- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA;
- WINCORP FARMACÊUTICA COMERCIAL LTDA;
- INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME;
- KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME;
- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA D MEDICAMENTOS LTDA - ME;
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP;

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

20 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4425/2014

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 52/2014-FMS, de 16.10.2014

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição da Rede Básica e Psicotrópicos para a Secretaria Municipal de Saúde.

Participantes:

- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA;
- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA;
- LICITAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA;
- MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP;
- DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP;
- DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;
- ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA;
- SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ);
- CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME;
- ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - ME;
- HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA;
- TRIADE FARMACÊUTICA LTDA;
- NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOPS. LTDA;
- NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME;
- GRAMS & GRAMS LTDA;
- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA;
- WINCORP FARMACÊUTICA COMERCIAL LTDA;
- INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME;
- KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME;
- ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP;
- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA D MEDICAMENTOS LTDA - ME;
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP;
- BIONATUS FARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA;
- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA;
- MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP;
- DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP;
- DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA;
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ);
- CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - ME;
- DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA;
- NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOPS. LTDA;
- GRAMS & GRAMS LTDA;
- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA;

- WINCORP FARMACÊUTICA COMERCIAL LTDA;
- INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME;
- KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME;
- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA D MEDICAMENTOS LTDA - ME;
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP;

DECRETO Nº 4429, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4429, de 21 de novembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014 - FMAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 007/2014 - FMAS, de 06.11.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- VR REFRIGERAÇÕES E CLIMATIZAÇÃO LTDA ME;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- CÉLIA REGINA W. SANI - ME;
- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- ESPOMAK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP;
- MOSER MÓVEIS LTDA ME;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO DECRETO Nº 4429/2014

Pregão Presencial Nº 007/2014 de 06.11.2014

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA REPOSIÇÃO EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Participantes:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- VR REFRIGERAÇÕES E CLIMATIZAÇÃO LTDA ME;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- CÉLIA REGINA W. SANI - ME;
- SUPERAR LTDA ME;
- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA;
- ESPOMAK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP;
- MOSER MÓVEIS LTDA ME;
- FRIMAC REFRIGERAÇÕES EIRELI ME;

- R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou os vencedores os licitantes:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- VR REFRIGERAÇÕES E CLIMATIZAÇÃO LTDA ME;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- CÉLIA REGINA W. SANI - ME;
- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- ESPOMAK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP;
- MOSER MÓVEIS LTDA ME;

DECRETO Nº 4426, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4426, de 21 de novembro de 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Substitui a servidora ROSELI BONFANTE, como membro da Comissão Especial de Processo Seletivo - Edital nº 010/2014, nomeado pelo Decreto nº 4397, de 05 de novembro de 2014, e nomeia a servidora ANE CAROLINE SOBOTA para integrar como membro desta comissão.

Art. 2º - A Substituição decorre de impedimento legal, informado pela servidora substituída.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de novembro de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4430, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4430, de 21 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.525, de 19/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração
3.0.00.00	Despesas Correntes
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes

3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	55.000,00
	TOTAL	R\$	55.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.113	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	55.000,00
	TOTAL	R\$	55.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
21 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

PUBLICAÇÃO DE EDITAIS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ÓRGÃO AUTUADOR 8043, DO Nº1999/2014 AO Nº2006/2014. ÓRGÃO AUTUADOR 8796/RADAR, Nº92/2014 ATÉ O Nº95/2014.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1999/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACP2880	55292115D	6599/2	13/09/2014	230 * V
ADK4464	54697359E	6599/2	24/10/2014	230 * V
ADK4464	54697360E	5010/0	24/10/2014	162 * I
ADR2738	54697039E	5169/1	04/10/2014	165
AGU0469	54697158E	5169/1	12/10/2014	165
LWS4741	54697307E	6556/1	20/10/2014	230 * I
LWV6170	54697221E	5010/0	26/10/2014	162 * I
LWV6170	54697222E	5118/0	26/10/2014	164 c/c 162 * I
LXF4846	55288737D	6599/2	17/09/2014	230 * V
LYS8562	54695979E	5169/1	27/09/2014	165
MAG9009	55288669D	6912/0	03/10/2014	232
MBG0932	54697105E	6670/0	26/09/2014	230 * XIII
MBK2814	55893240B	6653/2	02/10/2014	230 * XI
MBK2814	55893241B	6912/0	02/10/2014	232
MBQ4769	54695973E	5010/0	17/09/2014	162 * I
MBQ4769	54695974E	6408/0	17/09/2014	221
MBZ1022	54695980E	5010/0	03/10/2014	162 * I
MBZ1022	54695981E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MCG9066	54697131E	5045/0	30/10/2014	162 * V
MCG9066	54697132E	6599/2	30/10/2014	230 * V
MCI7885	55291938D	6599/2	19/09/2014	230 * V
MDJ8167	54697030E	5045/0	29/09/2014	162 * V
MEU6443	54697164E	6912/0	26/10/2014	232
MFZ3244	54695983E	5274/1	04/10/2014	175
MGE4609	54697361E	5169/1	25/10/2014	165
MGJ8440	54696588E	5010/0	27/09/2014	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGJ8440	54696589E	5118/0	27/09/2014	164 c/c 162 * I
MGJ8440	54696590E	6599/2	27/09/2014	230 * V
MGS6007	54697111E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MHS0433	54697214E	6912/0	21/10/2014	232
MIT7533	54696010E	6599/2	02/10/2014	230 * V
MKK3357	55291876D	6599/2	13/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2001/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACP0674	55289497D	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
ADZ5789	55288728D	6769/1	21/08/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
ADZ5789	55291680D	5010/0	21/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
ADZ5789	55291681D	5118/0	21/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AJK0180	54695913E	5118/0	12/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DDX3062	55289490D	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
DDX3062	55289491D	5045/0	11/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
IIW6434	55288624D	6599/2	14/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
JNE9125	55287150D	5169/1	20/07/2014	R\$ 1.915,38	165
KAR2103	54692839E	6653/2	29/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
KAR2103	54692840E	6769/1	29/08/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LXA6280	55288874D	6599/2	17/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXA6280	55288875D	5010/0	17/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXA6280	55288877D	6726/1	17/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYM4794	55289495D	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZK2059	55289498D	5045/0	15/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBH0140	54692836E	6599/2	29/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBH0140	54692837E	5029/2	29/08/2014	R\$ 957,69	162 * II
MCF5664	54696072E	6548/0	25/08/2014	R\$ 85,12	229
MCF5664	54696073E	6912/0	25/08/2014	R\$ 53,20	232
MCH0636	55291773D	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
MDY6823	55291518D	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDY7103	55288919D	5010/0	16/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MET3032	55288972D	5010/0	09/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MET3032	55288973D	6599/2	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MET3032	55291861D	5118/0	09/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGL9604	55291340D	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHG9193	55291516D	5045/0	19/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIG4804	55280346D	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKN9113	55291571D	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2002/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJL4059	55288873D	5568/0	14/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
DRH5695	55288968D	5452/6	30/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
HKJ1204	54696932E	5568/0	26/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LXC3708	54696874E	5568/0	26/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LZC5891	54694285E	5207/0	05/09/2014	R\$ 53,20	169
MAB7500	54694180E	5541/6	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF8440	55288985D	5509/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MAT5587	54696347E	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
MBK6334	54694275E	5843/4	01/09/2014	R\$ 127,69	196
MBR0908	55888491B	6050/1	11/08/2014	R\$ 191,53	208
MBT0699	55288941D	5452/1	28/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBU9404	54696348E	5185/1	22/08/2014	R\$ 127,69	167
MCS5149	54696796E	7366/2	20/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCZ2103	54696506E	5541/5	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE7448	54696986E	6050/1	26/08/2014	R\$ 191,53	208
MEB0212	54696397E	5550/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MET3032	55288970D	5541/1	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX1493	55288800D	6084/1	01/09/2014	R\$ 127,69	211
MFZ0090	55288937D	5541/1	20/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK6589	54694168E	5835/0	04/07/2014	R\$ 127,69	195
MGL8703	55291339D	5541/1	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII2560	54696504E	5550/0	22/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIT2679	54696705E	6050/1	07/07/2014	R\$ 191,53	208
MKX7085	55287141D	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MKZ4264	54696989E	5185/1	27/08/2014	R\$ 127,69	167
MLX6603	55288795D	5541/4	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMA8769	55288911D	5460/0	08/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2003/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDA7407	54695995E	6599/2	12/10/2014	230 * V
CKN6933	54695994E	6599/2	12/10/2014	230 * V
CYH0533	54693071E	6548/0	05/10/2014	229
KPW1197	55292236D	6912/0	15/10/2014	232
LZJ2087	54697305E	6599/2	16/10/2014	230 * V
LZV6381	55292148D	5010/0	22/10/2014	162 * I
LZV6381	55292150D	5061/0	22/10/2014	163 c/c 162 * I
MAP6871	55292341D	6599/2	15/10/2014	230 * V
MAP6871	55292342D	5045/0	15/10/2014	162 * V
MAP6871	55292344D	5142/0	15/10/2014	164 c/c 162 * V
MAQ8941	55293513D	6556/1	31/10/2014	230 * I
MAY2533	54697153E	5010/0	08/10/2014	162 * I
MAY2533	54697155E	6599/2	08/10/2014	230 * V
MAY2533	54697156E	5118/0	08/10/2014	164 c/c 162 * I
MBJ0567	54697210E	5045/0	24/09/2014	162 * V
MBJ0567	54697211E	6610/2	24/09/2014	230 * VII
MBJ0567	54697212E	5142/0	24/09/2014	164 c/c 162 * V
MBZ1022	54697037E	6556/1	03/10/2014	230 * I
MBZ1022	54697038E	5118/0	03/10/2014	164 c/c 162 * I
MCM4508	55292237D	6610/2	15/10/2014	230 * VII
MCM4508	55292238D	5045/0	15/10/2014	162 * V
MCM4508	55292239D	6912/0	15/10/2014	232
MCY4021	55293607D	6599/2	31/10/2014	230 * V
MDX6900	54696013E	6556/1	08/10/2014	230 * I
MDX6900	54696014E	6408/0	08/10/2014	221
MEB3130	55293504D	6556/1	31/10/2014	230 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB3130	55293505D	6599/2	31/10/2014	230 * V
MEB3130	55293506D	5010/0	31/10/2014	162 * I
MEB3130	55293507D	5118/0	31/10/2014	164 c/c 162 * I
MGB4547	55293512D	6599/2	31/10/2014	230 * V
MGE5405	55292424D	6599/2	27/10/2014	230 * V
MIT8967	55289424D	6599/2	11/11/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2005/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAR0469	54696055E	5118/0	13/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AAR0469	54696056E	5010/0	13/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AOS5584	55288709D	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
BMG8931	54694911E	5045/0	26/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
BMG8931	54694912E	6912/0	26/07/2014	R\$ 53,20	232
LZI3202	54695463E	6637/2	15/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCZ1989	54694860E	6599/2	31/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDH1869	54694212E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEA9394	54695479E	6653/2	21/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEE1963	54695958E	6599/2	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFT4382	54695614E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
MFT4382	54695615E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGJ2548	54696192E	6653/2	27/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGW6850	54692846E	5142/0	01/09/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MGW6850	54692848E	5045/0	01/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHK9291	54692820E	6670/0	10/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MKH4082	54695306E	5169/1	19/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MKM7884	54696376E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 2006/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM2122	55291953D	5541/1	12/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJN8702	54696709E	6050/1	09/07/2014	R\$ 191,53	208
BPL3097	55291835D	5541/2	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DVB6813	55290188D	5509/0	22/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
EMV3025	55291536D	5541/1	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMS2335	54694274E	5843/4	01/09/2014	R\$ 127,69	196
LXG5299	54696364E	7366/2	12/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LZY4699	55290189D	5568/0	22/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LZZ8596	54696862E	5541/6	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO9189	55291675D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM5363	54696919E	5541/4	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF6713	55291284D	5541/4	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW3460	54695807E	5185/2	04/08/2014	R\$ 127,69	167
MGB3789	55288776D	5193/0	21/07/2014	R\$ 191,53	168
MGE0501	54696354E	5541/6	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW6850	54692847E	5843/4	01/09/2014	R\$ 127,69	196
MIA2488	54696166E	5878/0	09/07/2014	R\$ 85,12	199
MIE0707	55288589D	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW1637	54696258E	6050/1	17/07/2014	R\$ 191,53	208
MJP7007	54696200E	6041/2	16/07/2014	R\$ 127,69	207
MKM7884	54696377E	7030/2	23/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MLC3213	54696419E	5541/6	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLI5593	55288790D	5541/6	20/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL1453	54696425E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
MLL3641	54695466E	7056/1	17/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
MLL3641	54695467E	5819/1	17/07/2014	R\$ 574,61	193

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 92/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BEN1946	8796005398	7455/0	19/09/2014	218 * I
CZK4686	8796005325	7455/0	15/09/2014	218 * I
DMG2916	8796005452	7455/0	19/09/2014	218 * I
IIN6035	8796005314	7455/0	15/09/2014	218 * I
LXS8375	8796005494	7455/0	19/09/2014	218 * I
LZG5442	8796005259	7455/0	22/09/2014	218 * I
MBE1787	8796005260	7455/0	22/09/2014	218 * I
MBP0448	8796005474	7455/0	19/09/2014	218 * I
MDM0331	8796005309	7455/0	15/09/2014	218 * I
MFX3811	8796005360	7455/0	18/09/2014	218 * I
MGU0259	8796005420	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHG6918	8796005409	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHH2443	8796005397	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHH9639	8796005411	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHQ2501	8796005431	7455/0	19/09/2014	218 * I
MHX1445	8796005358	7455/0	18/09/2014	218 * I
MIM1566	8796005427	7455/0	19/09/2014	218 * I
MIM1574	8796005350	7463/0	18/09/2014	218 * II
MIR9342	8796005463	7463/0	19/09/2014	218 * II
MJL0012	8796005418	7463/0	19/09/2014	218 * II
MJR7158	8796005412	7455/0	19/09/2014	218 * I
MJU6344	8796005402	7455/0	19/09/2014	218 * I
MKT0526	8796005415	7463/0	19/09/2014	218 * II
MLC2531	8796005479	7455/0	19/09/2014	218 * I
MLH7867	8796005476	7463/0	19/09/2014	218 * II
MLI9818	8796005374	7455/0	18/09/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLJ4690	8796005391	7455/0	18/09/2014	218 * I
MLO3245	8796005379	7455/0	18/09/2014	218 * I
MMH9793	8796005404	7455/0	19/09/2014	218 * I
OKE3405	8796005416	7455/0	19/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 93/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFB7620	8796004209	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIP8985	8796004723	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKQ1905	8796004696	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BRD6887	8796004730	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BRK5204	8796004642	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CFB6822	8796003152	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
COM0949	8796004622	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFF7539	8796004435	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMB6117	8796003184	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DTS3151	8796004679	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
GOJ2872	8796004193	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWZ2106	8796003920	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXM5212	8796004763	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYR4280	8796004761	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT1249	8796004509	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI9496	8796004212	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAK6634	8796004582	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB6984	8796004480	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB6984	8796004760	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB6984	8796004808	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE1951	8796004765	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCN6782	8796004691	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCP6531	8796004553	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS9814	8796004167	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV8156	8796004464	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCW3962	8796003148	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDD6077	8796004781	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE0978	8796004826	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDV4619	8796004442	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDW1811	8796004883	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED5389	8796004496	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES0567	8796004579	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7633	8796004828	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEZ7807	8796004599	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD3403	8796003922	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD5037	8796004521	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFG9595	8796004615	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL5811	8796004574	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFN8142	8796004728	7471/0	18/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MFN8142	8796004872	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP4903	8796004555	7463/0	12/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFQ2296	8796004190	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS6149	8796004568	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV3983	8796004752	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGG4087	8796004451	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR4443	8796003178	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI2693	8796004530	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO8865	8796003877	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MID7264	8796004724	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM6236	8796004163	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN4179	8796004726	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO0767	8796003969	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR5355	8796004562	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT4056	8796004751	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY1300	8796004565	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF1218	8796004647	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI9232	8796004652	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN2128	8796005209	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN7093	8796004603	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI0724	8796004494	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKN6312	8796004818	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKU2556	8796005176	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX1888	8796004218	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLG1475	8796003157	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ5638	8796004443	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLM2956	8796004558	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA3245	8796004861	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMI8915	8796003788	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 94/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA0860	8796005619	7455/0	14/10/2014	218 * I
ADG3722	8796005654	7455/0	18/10/2014	218 * I
CEZ5523	8796005607	7455/0	14/10/2014	218 * I
DZE0228	8796005668	7455/0	18/10/2014	218 * I
HWT5153	8796005666	7455/0	18/10/2014	218 * I
ITB0004	8796005656	7455/0	18/10/2014	218 * I
KRE5959	8796005631	7463/0	14/10/2014	218 * II
LXA2603	8796005500	7455/0	25/09/2014	218 * I
MBT4997	8796005262	7455/0	22/09/2014	218 * I
MCP5592	8796005640	7455/0	18/10/2014	218 * I
MCW6849	8796005608	7463/0	14/10/2014	218 * II
MEC2741	8796005508	7455/0	25/09/2014	218 * I
MEX9685	8796005526	7455/0	09/10/2014	218 * I
MGA4338	8796005643	7455/0	18/10/2014	218 * I
MGH9514	8796005528	7455/0	09/10/2014	218 * I
MHL6801	8796005622	7455/0	14/10/2014	218 * I
MIW0236	8796005602	7455/0	14/10/2014	218 * I
MIY7690	8796005665	7455/0	18/10/2014	218 * I
MIY9403	8796005636	7455/0	18/10/2014	218 * I
MJI9232	8796005600	7455/0	14/10/2014	218 * I
MJP2109	8796005499	7455/0	25/09/2014	218 * I
MJS6404	8796005487	7463/0	19/09/2014	218 * II
MKV7636	8796005532	7455/0	09/10/2014	218 * I
MMJ4301	8796005489	7455/0	19/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 95/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFD7402	8796003587	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALS6908	8796003650	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMS8788	8796003565	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BRO2549	8796003384	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCF5685	8796003463	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEA5128	8796004531	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
DQK3353	8796003653	7463/0	11/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
DSR3755	8796004610	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
EEV1243	8796003573	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HVF9118	8796004588	7463/0	14/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
IPR9448	8796003397	7463/0	03/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXG0280	8796004888	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYX6465	8796003567	7463/0	11/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYY6347	8796003575	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI2352	8796003796	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBF0214	8796004570	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN7444	8796003428	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI7608	8796003668	7463/0	11/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCO8343	8796003441	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCT9717	8796004117	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDX3689	8796003645	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN5174	8796003445	7463/0	03/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFG4352	8796003481	7463/0	03/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFK4657	8796003473	7463/0	03/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGI9167	8796004121	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGS2186	8796003540	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGT4376	8796003923	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIJ6085	8796004540	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY1300	8796004093	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ8716	8796003773	7463/0	16/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJC5784	8796003467	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM0407	8796003780	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT0526	8796004130	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT0526	8796004174	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKU7735	8796003767	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX7085	8796003494	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG7253	8796003624	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP1464	8796004604	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF0017	8796003713	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF1290	8796003419	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
QHA3695	8796003617	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2000/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADK4464	54697358E	5452/1	24/10/2014	181 * VIII
ALB3500	55291873D	5460/0	11/10/2014	181 * IX
ATO0549	54697213E	6050/2	21/10/2014	208
BIM5782	55288747D	5541/1	26/09/2014	181 * XVII
FOX6728	55290095D	5509/0	11/10/2014	181 * XIII
MBG0932	54697106E	7234/0	26/09/2014	250 * I * a
MBG4601	55288741D	5541/1	20/09/2014	181 * XVII
MBK2814	55893239B	7056/1	02/10/2014	244 * III
MCR1386	55291795D	7030/2	13/10/2014	244 * I
MDD8804	54697228E	7030/2	31/10/2014	244 * I
MDV8999	55288666D	5541/4	03/10/2014	181 * XVII
MER8226	54693723E	5738/0	22/09/2014	186 * II
MFG9096	55291969D	5568/0	23/09/2014	181 * XIX
MHB4086	55292255D	5550/0	23/09/2014	181 * XVIII
MHM7240	54696523E	6050/1	24/09/2014	208
MID8509	55292315D	5568/0	29/09/2014	181 * XIX
MJD3113	55292259D	5541/4	06/10/2014	181 * XVII
MJI0808	55292129D	5541/6	26/09/2014	181 * XVII
MJJ4220	55288743D	5541/6	24/09/2014	181 * XVII
MJW5144	55292220D	5541/4	03/10/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 2004/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEN0637	55292243D	5541/1	23/10/2014	181 * XVII
EFY5407	54697121E	5843/4	09/10/2014	196
FGM9696	55292242D	5541/1	23/10/2014	181 * XVII
JBZ7707	55288672D	5550/0	08/10/2014	181 * XVIII
LXJ5639	55292221D	5541/1	03/10/2014	181 * XVII
LYR8380	55292427D	5568/0	29/10/2014	181 * XIX
LZC1775	55292147D	5185/1	22/10/2014	167
LZJ2087	54694385E	5835/0	16/10/2014	195
LZJ2087	54694386E	5215/2	16/10/2014	170
LZT8543	55292279D	5568/0	29/10/2014	181 * XIX
LZW2904	55290144D	5541/1	28/10/2014	181 * XVII
MDH0190	55290091D	5541/4	30/09/2014	181 * XVII
MDX6900	54696011E	5835/0	08/10/2014	195
MDX6900	54696012E	6050/1	08/10/2014	208
MDY3302	55291972D	5541/1	25/10/2014	181 * XVII
MDZ1038	55292359D	5541/1	22/10/2014	181 * XVII
MEB3130	55293508D	5835/0	31/10/2014	195
MEB3130	55293509D	5819/1	31/10/2014	193
MEB3130	55293510D	5215/1	31/10/2014	170
MEB3130	55293511D	5738/0	31/10/2014	186 * II
MEC2243	55293657D	6050/1	10/11/2014	208
MEM6135	55293653D	5738/0	30/10/2014	186 * II
MEW9363	55290141D	5541/4	27/10/2014	181 * XVII
MGN2825	55291977D	5541/1	29/10/2014	181 * XVII
MGN6453	55292278D	5541/6	29/10/2014	181 * XVII
MHL9307	55291981D	5541/1	10/11/2014	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHM8320	55292428D	6122/0	31/10/2014	214 * I
MIP3465	55292507D	5541/1	15/10/2014	181 * XVII
MLU4443	55292226D	5550/0	07/10/2014	181 * XVIII
MLZ1686	54696945E	5568/0	01/10/2014	181 * XIX
MUV9958	55288894D	5568/0	10/11/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Errata do edital de Licitação Pregão Presencial nº 57/2014

Onde se lê:

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu gestor, Sr Luiz Carlos Zanis, em 18/11/2014, acha-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014, tipo de licitação a de "MENOR

PREÇO POR ITEM", que será processado em conformidade com a Lei Federal

Nº 10.520/2002, Decreto 237/06 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com

suas modificações.

1.2 - ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/11/2014

às 08:30.

1.3 -CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 01/12/2014 às

08:30. do dia 12/05/2014.

1.4 - Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da sua abertura, as

Proponentes deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Rio do Sul com a

necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 1.2, não se

aceitando justificativas de atraso na entrega das propostas devido a problemas

de trânsito ou de qualquer outra natureza.

Leia - se:

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu gestor, Sr Luiz Carlos Zanis, em 18/11/2014, acha-se

aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014, tipo de licitação a de "MENOR

PREÇO POR ITEM", que será processado em conformidade com a Lei Federal

Nº 10.520/2002, Decreto 237/06 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com

suas modificações.

1.2 - ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/11/2014

às 08:30.

1.3 -CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 01/12/2014 às

08:30. do dia 12/05/2014.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 799/2014**

PORTARIA No 799, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a Concessão de Adicional de Qualificação à servidor do Poder Legislativo de Rio do Sul

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizada a concessão de Adicional de Qualificação - AQ, ao seguinte servidor efetivo da respectiva Carreira do Quadro de Pessoal dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o que preceitua o art. 36 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011:

I - Adicional de Qualificação - AQ, em 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico, em virtude da juntada de certificados de capacitação, totalizando 100 horas-aula:

1. Roberto Andrade Bastos, Categoria Funcional de Procurador Legislativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 769, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO No 769 DE 25 NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza pagamento de quatro diárias, inscrições e indenização de transporte a Vereador e Assessor.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias a vereadora Zeli da Silva, no valor de R\$ 2.329,24 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos) para participar da "Marcha dos Vereadores 2014", a ser realizada entre os dias 2 e 5 de dezembro de 2014, tendo como local o Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília - DF.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias ao assessor parlamentar Weliton Patrick de Sousa, no valor de R\$ 1.788,52 (hum mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) para participar da "Marcha dos Vereadores 2014.

Art. 3º Fica ainda autorizado o pagamento de inscrição no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) a cada participante.

Art. 4º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Navegantes - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive passagens aéreas do trecho Navegantes/Brasília/Navegantes.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 1ª Secretária

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 074/2014

DECRETO Nº 074 - DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 23.918,63 (Vinte e Três Mil Novecentos e Dezoito Reais e Sessenta e Três Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENACRGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 23.918,63

Fonte: 01.19.00000

RED: 35

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 23.918,63

Fonte: 01.19.00000

RED: 39

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 10 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecilia

PREFEITURA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000506/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MHN3260	55666128C	25/11/2012	
MJM2264	54760748C	17/11/2012	
MJM2264	54760749C	17/11/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5169-1	165		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000507/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MHN3260	55666129C		25/11/2012
MHN3260	55666130C		25/11/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	1675835-0	195	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000509/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APQ3701	55666315C		03/01/2013
LXK1804	55666277C		06/01/2013
LXK1804	55666279C		06/01/2013
MCF8669	55666281C		10/01/2013
MIV4699	55666304C		18/12/2012
MIV4699	55666305C		18/12/2012
MIV4699	55666307C		18/12/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6912-0	232		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V		
6556-4	230 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000510/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APQ3701	55666316C		03/01/2013
MIV4699	55666306C		18/12/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
5380-0	181 * I7030-1	244 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000615/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
DII7517	54601069E	05/10/2013	
LWR1068	54600832E	11/10/2013	
LXE3262	54601074E	11/10/2013	
LXE3262	54601075E	11/10/2013	
LYM6509	54600981E	05/10/2013	
LYM6509	54600982E	05/10/2013	
LYM6509	54600983E	05/10/2013	
MAU4947	54601065E	05/10/2013	
MBQ5560	54600828E	05/10/2013	
MBU0239	54601086E	23/10/2013	
MET7252	54600978E	04/10/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6610-2	230 * VII		
5010-0	162 * I		
6637-1	230 * IX		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000513/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AEZ4563	55666096C	21/01/2013	
BOP2188	55666182C	26/01/2013	
BOP2188	55666183C	26/01/2013	
CEU9863	55666196C	27/01/2013	
LYA2155	55665342C	20/01/2013	
LYA2155	55665343C	20/01/2013	
LYA2155	55665344C	20/01/2013	
LYA2155	55665345C	20/01/2013	
MCO9577	55666285C	22/01/2013	
MCO9799	55666318C	26/12/2012	
MCO9799	55666319C	26/12/2012	
MCO9799	55666320C	26/12/2012	
MEY1125	55665347C	21/01/2013	
MEY1125	55666184C	26/01/2013	
MGP6730	55666188C	26/01/2013	
MGP6730	55666189C	26/01/2013	
MHJ6534	55666095C	17/01/2013	
MHJ6534	55666426C	17/01/2013	
MKD0659	55666050C	07/01/2013	
MKD0659	55666191C	27/01/2013	
MKD0659	55666192C	27/01/2013	
MKD0659	55666193C	27/01/2013	
MKD0659	55666194C	27/01/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6912-0	232		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5045-0	162 * V		
6599-2	230 * V		
6610-2	230 * VII		
6580-0	230 * IV		
6653-1	230 * XI		
6637-1	230 * IX		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000514/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYA2155	55665346C	20/01/2013	
MCO9799	55666317C	26/12/2012	
MGP6730	55666190C	26/01/2013	
MIL0939	55666186C	26/01/2013	
MIL0939	55666187C	26/01/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5720-0	186 * I		
7048-2	244 * II		
5738-0	186 * II		
7048-1	244 * II	7030-1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000515/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LYA2155	55665341C		20/01/2013
MCD6570	55666197C		01/02/2013
MCD6570	55666219C		01/02/2013
MEC3797	55666352C		10/02/2013
MEC3797	55666441C		10/02/2013
MFH7965	55666351C		02/02/2013
MFH7965	55666437C		02/02/2013
MGS2369	55666439C		02/02/2013
MHN3260	55666200C		10/02/2013
MHR5086	55666438C		02/02/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		
6912-0	232		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6548-0	229		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000516/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LJZ9160	55666353C	10/02/2013	
LJZ9160	55666443C	10/02/2013	
LXB2060	55666179C	24/01/2013	
LXB2060	55666180C	24/01/2013	
LXB2060	55666181C	24/01/2013	
MJF7949	55666427C	25/01/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6912-0	232		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000517/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXF4120	55666354C	14/02/2013	
Infr./Desd. Enquadramento	6599-2	230 * V	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000518/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXF4120	55666444C		14/02/2013
Infr./Desd. Enquadramento	5185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000521/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADN2661	55666299C	12/03/2013	
MBK5435	55666440C	07/02/2013	
MCM9281	55666461C	10/03/2013	
MGA4854	55666457C	04/03/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
6548-0	229		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000522/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADN2661	55666300C		12/03/2013
Infr./Desd. Enquadramento	5347-0	178	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000523/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
BKC0375	55666358C	19/02/2013	
BTQ9809	55666434C	02/02/2013	
BTQ9809	55666435C	02/02/2013	
BTQ9809	55666436C	02/02/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000526/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AJN6551		55666292C	03/02/2013
AJN6551		55666429C	29/01/2013
BNY0285		55666359C	27/02/2013
MAR2008		55666450C	05/03/2013
MHJ6534		55666446C	04/03/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
6610-2	230 * VII		
5274-2	175		
6670-0	230 * XIII		
6912-0	2325118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000527/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MJI2518	55666447C	04/03/2013	
MJI2518	55666448C	04/03/2013	
Enquadramento			
5185-1	1675835-0	195	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000528/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AGO3607	55666686C	13/04/2013	
AGO3607	55666688C	13/04/2013	
COD6368	55666670C	08/04/2013	
COI5611	55666455C	03/03/2013	
GZD8056	55666692C	16/04/2013	
LXE8269	55666689C	16/04/2013	
LXE8269	55666690C	16/04/2013	
LXK1804	55666685C	12/04/2013	
LZP5392	55666677C	09/04/2013	
MBU0239	55666681C	12/04/2013	
MDI5495	55666142C	26/03/2013	
MDI5495	55666143C	26/03/2013	
MDR4706	55666679C	12/04/2013	
MDR4706	55666680C	12/04/2013	
MGF7577	55666667C	05/04/2013	
MGV7011	55666557C	10/04/2013	
MHY2800	55665349C	26/03/2013	
MIJ3998	55666654C	31/03/2013	
MJQ3541	55666669C	09/04/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5169-1	165		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		
6653-1	230 * XI		
6602-0	230 * VI		
6637-2	230 * IX		
6912-0	232		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6610-2	230 * VII		
6700-0	230 * XVI		
7340-0	252 * IV		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000529/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
JUC7971	55666668C	08/04/2013	
MGF4742	55666671C	08/04/2013	
MIC9241	55666553C	07/04/2013	
MJJ7985	54760117C	13/04/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5525-0	181 * XV		
5185-1	167		
7030-2	244 * I5207-0	169	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000530/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFS0721	55666609C	08/04/2013	
BIB8907	55666225C	20/04/2013	
BIB8907	55666226C	20/04/2013	
LXX2255	55666656C	01/04/2013	
LXX2255	55666657C	01/04/2013	
LXX2255	55666658C	01/04/2013	
LYQ0971	55666371C	11/04/2013	
MAZ9343	55666362C	22/03/2013	
MAZ9343	55666363C	22/03/2013	
MAZ9343	55666365C	22/03/2013	
MBN5403	55666383C	20/04/2013	
MCW4368	55666372C	11/04/2013	
MCW4368	55666373C	11/04/2013	
MDB8970	54600501E	19/04/2013	
MDD6466	54600502E	19/04/2013	
MDD6466	54600503E	19/04/2013	
MEF2439	55666381C	19/04/2013	
MFN2474	55666140C	19/03/2013	
MFN2474	55666601C	19/03/2013	
MFN2474	55666603C	19/03/2013	
MHP2018	55666558C	18/04/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
6556-4	230 * I		
6726-1	230 * XVIII		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5169-1	165		
6556-1	230 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000531/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZP6582	55666376C		15/04/2013
MFN2474	55666602C		19/03/2013
MGX5889	55666221C		12/04/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
7030-1	244 * I		
5738-0	186 * II	7030-2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000532/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CJL7938	55666385C	23/04/2013	
MCM5988	55666604C	27/03/2013	
MTS9503	55666661C	04/04/2013	
MTI9493	55666607C	04/04/2013	
MTI9493	55666608C	04/04/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6912-0	232		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000534/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZN1818	55666666C		09/04/2013
LZN1818	55666673C		09/04/2013
LZN1818	55666674C		09/04/2013

Infr./Desd. Enquadramento
6599-2 230 * V
5010-0 162 * I5118-0 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000535/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADI0617	54759905C	25/04/2013	
ADP1690	55666145C	26/04/2013	
ADP1690	55666146C	26/04/2013	
ADP1690	55666563C	26/04/2013	
AHT8041	55666561C	26/04/2013	
AHT8041	55666562C	26/04/2013	
AOA9341	54760119C	04/05/2013	
CJQ5025	55666559C	22/04/2013	
CJQ5025	55666560C	22/04/2013	
COY9554	54759908C	27/04/2013	
GTE4329	55666469C	30/04/2013	
LXN1700	54759923C	10/05/2013	
LXN1700	54759924C	10/05/2013	
LZD8325	55666700C	20/04/2013	
MBU0239	55666147C	26/04/2013	
MBU0239	55666466C	26/04/2013	
MEE9904	55666675C	09/04/2013	
MFA7681	55666220C	12/04/2013	
MGP6730	54759917C	03/05/2013	
MGP6730	55666386C	03/05/2013	
MHU3559	55666672C	08/04/2013	
MIK4732	55666610C	09/04/2013	
MJD0435	55666476C	05/05/2013	
MJD0435	55666564C	05/05/2013	
MJD0435	55666565C	05/05/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6912-0	232		
6700-0	230 * XVI		
6637-2	230 * IX		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000536/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ACJ6595	55666699C	20/04/2013	
DII7517	54600505E	30/04/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000537/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADI0617	55666477C	07/05/2013	
AFY7418	55666379C	19/04/2013	
AFY7418	55666380C	19/04/2013	
AJC1547	54759906C	28/04/2013	
AJC1547	54759907C	28/04/2013	
LWY7031	54600510E	10/05/2013	
LYA8764	54759928C	10/05/2013	
MAK7222	55666508C	15/05/2013	
MBK1923	54600511E	10/05/2013	
MDA0243	54600551E	13/05/2013	
MGI2722	54600508E	10/05/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I		
6912-0	232		
6670-0	230 * XIII		
5045-0	162 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000538/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
DAR8868	54759913C		30/04/2013
MBF7375	55666470C		30/04/2013
MGI2722	54600509E		10/05/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5410-0	181 * IV		
5185-1	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000539/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAB7790	55666474C		03/05/2013
MGB3038	54600506E		03/05/2013
MGB5105	55666389C		04/05/2013
MJB8126	55666149C		04/05/2013
MJB8126	55666150C		04/05/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
6670-0	230 * XIII		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000540/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
API2610	55666471C	30/04/2013	
MAB7790	55666473C	03/05/2013	
MAZ3452	54600507E	04/05/2013	
MDX7468	55666694C	20/04/2013	
MGB5105	55666387C	04/05/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5835-0	195		
5525-0	181 * XV		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000543/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AAA1135	55666478C	15/05/2013	
AEA8706	54759920C	06/05/2013	
AEA8706	54759921C	06/05/2013	
AEQ2537	55666620C	23/05/2013	
AEQ2537	55666621C	23/05/2013	
LYD8052	54600514E	24/05/2013	
LZO1939	55666510C	24/05/2013	
MDA3682	55666480C	19/05/2013	
MDA3682	55666481C	19/05/2013	
MDA3682	55666619C	19/05/2013	
MDH6297	54759929C	24/05/2013	
MDH6297	54759930C	24/05/2013	
MID2221	54600516E	24/05/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6769-1	230 * XXII		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		
5118-0	164 c/c 162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000547/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MCG8640	54759943C		07/06/2013
MCG8640	54759944C		07/06/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5061-0	163 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000550/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ABV5830	54759938C		04/06/2013
AEI4773	54759910C		28/04/2013
API2610	55666507C		30/04/2013
JP9131	55666486C		08/06/2013
LXK9242	54600653E		13/06/2013
LXK9242	54600654E		13/06/2013
LYO9219	54759947C		07/06/2013
LYO9219	54759948C		07/06/2013
MCB3062	54600532E		15/06/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5045-0	162 * V		
6610-2	230 * VII		
6408-0	221		
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000548/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MDG8935	54759912C		30/04/2013
Infr./Desd. Enquadramento	7048-1	244 * II	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000551/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADV1313	55666625C		08/06/2013
CXL4044	55666488C		11/06/2013
LZG0128	54600523E		05/06/2013
MDM6033	54600673E		16/06/2013
MEW7592	54600519E		07/06/2013
MHK5506	55666628C		11/06/2013
MHK5506	55666629C		11/06/2013
MHZ3849	54600651E		13/06/2013
MHZ3849	54600652E		13/06/2013
MLA1638	55666630C		14/06/2013
MLN3320	54600666E		16/06/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5720-0	186 * I		
5410-0	181 * IV		
7030-2	244 * I		
5185-2	167		
7030-1	244 * I		
7072-1	244 * V		
5525-0	181 * XV		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000551/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADV1313	55666625C	08/06/2013	
CXL4044	55666488C	11/06/2013	
LZG0128	54600523E	05/06/2013	
MDM6033	54600673E	16/06/2013	
MEW7592	54600519E	07/06/2013	
MHK5506	55666628C	11/06/2013	
MHK5506	55666629C	11/06/2013	
MHZ3849	54600651E	13/06/2013	
MHZ3849	54600652E	13/06/2013	
MLA1638	55666630C	14/06/2013	
MLN3320	54600666E	16/06/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5720-0	186 * I		
5410-0	181 * IV		
7030-2	244 * I		
5185-2	167		
7030-1	244 * I		
7072-1	244 * V		
5525-0	181 * XV		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000557/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MDM9036	55666323C		26/05/2013
Infr./Desd. Enquadramento	5720-0	186 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000560/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZO4118		55666327C	07/06/2013
MBU6022		55666631C	14/06/2013
MBZ4899		55666509C	23/05/2013
MHY1482		55666512C	27/05/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
6912-0	2327340-0	252 * IV	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000567/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MCS9302	54600712E	10/07/2013	
MCS9302	54600713E	10/07/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I6599-2	230 * V	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000568/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MID2221	54600520E		04/06/2013
Infr./Desd. Enquadramento	7030-2	244 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000571/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ABF2453	54600525E	13/06/2013	
ABF2453	54600526E	13/06/2013	
ABF2453	54600527E	13/06/2013	
API2610	55666484C	02/06/2013	
CYT2121	54600676E	19/06/2013	
DFO8731	55666581C	09/07/2013	
JNW6596	54600660E	13/06/2013	
LXB5327	54600534E	27/06/2013	
LXB5327	54600535E	27/06/2013	
LXN0267	54600518E	24/05/2013	
LYD1365	54600696E	01/07/2013	
LZF7104	54600669E	16/06/2013	
LZF7104	54600670E	16/06/2013	
LZF7104	54600671E	16/06/2013	
LZP7942	55666570C	09/07/2013	
LZP7942	55666571C	09/07/2013	
LZP7942	55666572C	09/07/2013	
MBJ8721	54600680E	25/06/2013	
MBJ8721	54600681E	25/06/2013	
MCM5988	54600521E	04/06/2013	
MCW0012	54600529E	14/06/2013	
MCW0012	54600530E	14/06/2013	
MCW0012	54600531E	14/06/2013	
MDP9966	55666331C	04/07/2013	
MEI9145	55666325C	07/06/2013	
MEK5866	55666580C	09/07/2013	
MFI5052	55666391C	03/06/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
6580-0	230 * IV		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6637-1	230 * IX		
6602-0	230 * VI		
5037-1	162 * III		
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
6610-1	230 * VII		
6556-1	230 * I		
6920-0	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000575/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AAL7732	54600657E	13/06/2013	
AAL7732	54600658E	13/06/2013	
AND7770	54600687E	28/06/2013	
AND7770	54600688E	28/06/2013	
AND7770	54600689E	28/06/2013	
AND7770	54600690E	28/06/2013	
LXN0267	54600706E	07/07/2013	
LXN0267	54600707E	07/07/2013	
LZC9856	54600683E	25/06/2013	
LZN5373	54600701E	07/07/2013	
LZN5373	54600702E	07/07/2013	
MAG4693	54600536E	30/06/2013	
MAX3217	54600692E	29/06/2013	
MCS5758	55666491C	29/06/2013	
MCS5758	55666492C	29/06/2013	
MED8657	54600705E	07/07/2013	
MGK7824	55666393C	09/06/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6637-2	230 * IX		
6726-1	230 * XVIII		
5045-0	162 * V		
5096-0	163 c/c 162 * V		
6700-0	230 * XVI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000576/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AHI6072	54600697E		01/07/2013
GNF9898	54600691E		28/06/2013
MAK6134	54600709E		10/07/2013
MFG1497	55666332C		04/07/2013
MIP2843	55666493C		02/07/2013
MIR6344	54600715E		10/07/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5193-0	168		
5525-0	181 * XV		
5738-0	186 * II		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000579/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AIF4593	55666587C	12/07/2013	
BOG2564	55666593C	12/07/2013	
CEM8631	54600555E	06/07/2013	
CEM8631	54600556E	06/07/2013	
CEM8631	54600557E	06/07/2013	
IDC2524	55666637C	23/07/2013	
LYT9064	54600720E	13/07/2013	
MAF5916	55666575C	09/07/2013	
MAG5601	55665350C	10/07/2013	
MBA3642	55666576C	09/07/2013	
MBA3642	55666577C	09/07/2013	
MBA3642	55666578C	09/07/2013	
MCM5988	54600695E	01/07/2013	
MFK1037	54600537E	30/06/2013	
MFM0833	55666591C	12/07/2013	
MFM2018	54600656E	13/06/2013	
MFM2018	54600661E	13/06/2013	
MHN3260	54600708E	07/07/2013	
MIA5368	54600547E	12/07/2013	
MJA4147	55666573C	09/07/2013	
MJA4147	55666574C	09/07/2013	
MJJ2852	54600741E	25/07/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6670-0	230 * XIII		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5274-1	175		
6556-1	230 * I		
6912-0	232		
5045-0	162 * V		
6556-4	230 * I		
6610-2	230 * VII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000580/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ANY5817	54600735E	19/07/2013	
ICH7922	54600668E	16/06/2013	
LYT9064	54600747E	25/07/2013	
LZC9856	55666396C	12/07/2013	
MAX3163	55666588C	12/07/2013	
MBD3823	55666497C	20/07/2013	
MDG8935	54600524E	13/06/2013	
MDJ4999	54600737E	19/07/2013	
MDM6033	54600718E	10/07/2013	
MHH7908	55666513C	08/06/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5525-0	181 * XV		
5185-1	167		
5193-0	168		
5738-0	186 * II		
5541-1	181 * XVII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000582/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXB4901	54600682E		25/06/2013
LXO1363	54600545E		12/07/2013
LYH1913	55666590C		12/07/2013
LYQ0115	54600541E		07/07/2013
LYQ0115	54600703E		07/07/2013
LZG2898	54600544E		12/07/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6912-0	232		
6556-1	230 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I6653-1	230 * XI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000583/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
CNX7369	55666499C	26/07/2013	
LXQ0185	54600732E	19/07/2013	
LYT9064	54600746E	25/07/2013	
LZV1907	54600548E	12/07/2013	
MBU0464	54600736E	19/07/2013	
MIW0929	55666518C	21/07/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5410-0	181 * IV		
5541-5	181 * XVII		
5207-0	169		
7234-0	250 * I * a		
5525-0	181 * XV		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000584/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
JNW6596	54600744E		25/07/2013
JNW6596	54600745E		25/07/2013
MAY4003	55666489C		11/06/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5037-1	162 * III		
6637-1	230 * IX6912-0	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000586/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZD7280	55666589C		12/07/2013
MJB8126	55666595C		27/07/2013
MJB8126	55666596C		27/07/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
6637-1	230 * IX		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000587/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZV8882	55666333C		25/07/2013
MHN3260	55666397C		12/07/2013
MW1877	55666343C		31/07/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5452-2	181 * VIII		
5835-0	1955193-0	168	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000589/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADP1690	54600907E	17/08/2013	
ADP1690	54600908E	17/08/2013	
BMJ5740	54600554E	27/06/2013	
LWR0386	54600863E	18/08/2013	
LWR0386	54600864E	18/08/2013	
MDC4054	54600852E	12/08/2013	
MDC4054	54600853E	12/08/2013	
MGT8544	54600913E	20/08/2013	
MJD0435	54600909E	17/08/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I		
6610-2	230 * VII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000590/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AAN9963	54600903E	14/08/2013	
AQG8209	55666350C	10/08/2013	
ASI1896	55666640C	07/08/2013	
LXJ1425	54600906E	17/08/2013	
MJF1248	55666227C	29/07/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5738-0	186 * II		
5452-2	181 * VIII		
5380-0	181 * I		
5185-1	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000591/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADP1690	54600953E	17/08/2013	
ADP1690	54600954E	17/08/2013	
AFK8075	54600885E	30/08/2013	
AFK8075	54600886E	30/08/2013	
AGB3315	54600884E	30/08/2013	
AHC5642	54600874E	24/08/2013	
AHC5642	54600875E	24/08/2013	
JLJ0329	54600869E	21/08/2013	
LXG9925	55666341C	31/07/2013	
LXG9925	55666342C	31/07/2013	
LXP3899	54600742E	25/07/2013	
LXP3899	54600743E	25/07/2013	
MCZ6175	54600914E	20/08/2013	
MI18747	54600881E	30/08/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
6726-1	230 * XVIII		
6599-2	230 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000592/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
BAD2505	54600542E		12/07/2013
GSW8247	54600867E		18/08/2013
MIP2843	55666599C		02/08/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5541-1	181 * XVII5207-0	169	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000593/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AJS2991	54600549E	14/08/2013	
AJS2991	54600550E	14/08/2013	
EDS4311	54600877E	25/08/2013	
IOI6509	55666529C	26/08/2013	
LXQ7937	54600751E	15/08/2013	
LXQ7937	54600752E	15/08/2013	
LXQ7937	54600753E	15/08/2013	
LZG6867	55666524C	02/08/2013	
LZG6867	55666525C	02/08/2013	
LZG6867	55666526C	02/08/2013	
MAX3217	55666231C	25/08/2013	
MAX3217	55666232C	25/08/2013	
MAZ3452	54600905E	17/08/2013	
MBF7375	54600904E	17/08/2013	
MCR1471	54600876E	24/08/2013	
MPK7556	54600871E	24/08/2013	
MKJ5954	55666337C	26/07/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
5169-1	165		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6700-0	230 * XVI		
7323-1	252 * II		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000594/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZI0757	54600882E	30/08/2013	
MBR0538	54600879E	27/08/2013	
MBR3925	54760124C	30/07/2013	
MBR3925	54760125C	30/07/2013	
MBR3925	55666598C	30/07/2013	
MKJ5954	55666336C	26/07/2013	
MLD0389	54600722E	15/07/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
7366-2	252 * VI		
5185-1	167		
5835-0	195		
5185-2	167		
5193-0	168		
5525-0	181 * XV		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000598/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APV4538	55666638C		01/08/2013
MEE9904	54600910E		17/08/2013
MHC8214	54600857E		15/08/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5541-5	181 * XVII		
7030-2	244 * I5541-1	181 * XVII	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000601/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXU4227	55666539C	07/09/2013	
MBZ5686	54600887E	02/09/2013	
MF01510	55666542C	10/09/2013	
MFQ2240	54600951E	17/08/2013	
MKG8776	54601053E	17/09/2013	
MKG8776	54601054E	17/09/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6556-4	230 * I		
5010-0	162 * I		
6599-2	230 * V		
5053-1	162 * VI		
6912-0	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000602/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ANL2036	54600890E	05/09/2013	
Infr./Desd. Enquadramento	5193-0	168	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000605/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ADN0914	54600970E	13/09/2013	
AEG2130	54600893E	11/09/2013	
AEG2130	54600894E	11/09/2013	
AIY9203	54601052E	15/09/2013	
BGW3347	54600974E	25/09/2013	
BGW3347	54600975E	25/09/2013	
BGW7049	55666233C	21/09/2013	
ICJ2522	54600814E	23/09/2013	
LXE7279	54601007E	08/09/2013	
LXE7279	54601008E	08/09/2013	
LXE7279	54601009E	08/09/2013	
MAC7961	54600808E	23/09/2013	
MAC7961	54600809E	23/09/2013	
MAC7961	54600810E	23/09/2013	
MAX4614	54600898E	14/09/2013	
MAX4614	54600899E	14/09/2013	
MDI8873	55666536C	07/09/2013	
MDI8873	55666537C	07/09/2013	
MDI8873	55666538C	07/09/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6653-1	230 * XI		
6599-2	230 * V		
6726-1	230 * XVIII		
5010-0	162 * I		
6637-1	230 * IX		
5045-0	162 * V		
5169-1	165		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6556-5	230 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000606/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APT3727		54600962E	07/09/2013
LYK9536		54600973E	22/09/2013
MKJ2092		54600963E	07/09/2013
MKQ8598		54601010E	08/09/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5193-0	168		
5185-1	167		
7366-2	252 * VI5525-0	181 * XV	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000608/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
BQB8980	54600878E	27/08/2013	
LZC5763	54600815E	29/09/2013	
LZC5763	54600816E	29/09/2013	
LZC5763	54600817E	29/09/2013	
LZW5256	54600895E	11/09/2013	
LZW5256	54600896E	11/09/2013	
LZW5256	54600897E	11/09/2013	
LZZ9180	54601101E	30/09/2013	
MDB8970	54601063E	02/10/2013	
MDB8970	54601064E	02/10/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6610-2	230 * VII		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5010-0	162 * I		
6556-1	230 * I		
5169-1	165		
6599-2	230 * V		
6963-0	237		
6742-0	230 * XX		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000609/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ASE7040	54600888E	20/09/2013	
LZZ9180	54601102E	30/09/2013	
MAU2463	54601060E	29/09/2013	
MDM2949	54601061E	29/09/2013	
MGL8909	54600818E	29/09/2013	
MGY7360	54601062E	29/09/2013	
MIW9584	54760126C	28/09/2013	
MJB4288	54600803E	14/09/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6866-1	231 * VIII		
5835-0	195		
5525-0	181 * XV		
5452-1	181 * VIII		
5231-1	172		
7366-2	252 * VI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000612/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LZB3175	54600891E	11/09/2013	
LZX0467	54601051E	14/09/2013	
MAN7530	55666535C	07/09/2013	
MDI8447	54601066E	05/10/2013	
MDN3843	55666399C	12/09/2013	
MJI7696	55666541C	10/09/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5169-1	165		
6610-2	230 * VII		
6599-2	230 * V		
6912-0	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000613/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
APV4538	54601004E		08/09/2013
MDN3843	55666398C		12/09/2013
MGF5911	54600965E		13/09/2013
MJE8317	54600961E		07/09/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5525-0	181 * XV		
5835-0	195		
5185-1	1677366-2	252 * VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000616/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LWV0424	54601070E		08/10/2013
LYK0168	54600829E		08/10/2013
MDT9520	54600987E		05/10/2013

Infr./Desd. Enquadramento
5185-1 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000617/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MBA3642	54600826E		02/10/2013
Infr./Desd. Enquadramento	5010-0	162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000618/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MEY1125	55666546C		19/10/2013
MFH8954	54601005E		08/09/2013
MJI2518	55666646C		15/10/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5487-0	181 * XI		
5525-0	181 * XV7366-2	252 * VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000619/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MAP0543	54600980E		04/10/2013
MEY0226	54600840E		20/10/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5169-1	1655010-0	162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000620/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXH4541	54601089E	26/10/2013	
Infr./Desd. Enquadramento	5525-0	181 * XV	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000622/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFM6947	54601106E		03/11/2013
AGN8080	55666236C		30/10/2013
AGN8080	55666237C		30/10/2013
AGN8080	55666238C		30/10/2013
IHE3665	54601099E		07/11/2013
IMC8346	55666547C		28/10/2013
IMC8346	55666548C		28/10/2013
LXZ7472	54601090E		26/10/2013
LXZ7472	54601091E		26/10/2013

Infr./Desd.	Enquadramento
6599-2	230 * V
5118-0	164 c/c 162 * I
5010-0	162 * I
5274-1	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000623/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
ABA7269	54600842E	29/10/2013	
MFJ4891	54601096E	01/11/2013	
MJÓ1080	54601094E	29/10/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	167		
5541-5	181 * XVII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000624/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AKE6502	54600988E	05/10/2013	
LXT4977	54600835E	17/10/2013	
LZP5392	54600850E	07/11/2013	
LZP5392	54601100E	07/11/2013	
MAM4224	54601078E	17/10/2013	
MAM4224	54601079E	17/10/2013	
MAM4224	54601080E	17/10/2013	
MEK1409	54600990E	11/10/2013	
MHY9863	54601082E	20/10/2013	
MHY9863	54601083E	20/10/2013	
MLJ5914	54601073E	11/10/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6670-0	230 * XIII		
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
6580-0	230 * IV		
6556-1	230 * I		
6700-0	230 * XVI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000625/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AOV1057	55666648C		05/11/2013
LXN6576	54601153E		09/11/2013
MHZ4548	54601107E		05/11/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5738-0	186 * II		
5185-1	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000627/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
DNO9870	54600836E		20/10/2013
MDA3682	54601105E		12/10/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5185-1	1676530-0	228	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000629/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AAV6596	54601254E	13/11/2013	
AAV6596	54601255E	13/11/2013	
AEK4553	54601092E	26/10/2013	
ALI3463	54601000E	15/11/2013	
ALI3463	54760132C	15/11/2013	
LYB3244	54600844E	01/11/2013	
MBC9696	54601011E	08/11/2013	
MHC0842	54601252E	13/11/2013	
MHC0842	54601253E	13/11/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		
6610-2	230 * VII		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5169-1	165		
5045-0	162 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000631/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXA4477	54600606E	17/11/2013	
LXA4477	54600607E	17/11/2013	
MBX7173	55666550C	31/10/2013	
MDI3905	54600849E	07/11/2013	
MEM6711	54760127C	03/11/2013	
MEM6711	54760129C	03/11/2013	
MFP4223	54601154E	09/11/2013	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6599-2	230 * V		
5274-1	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000632/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MFI9098	54601260E	19/11/2013	
Infr./Desd. Enquadramento	5541-5	181 * XVII	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000634/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AML6014	54600918E		24/11/2013
MAS2397	54601014E		13/11/2013
MBX7173	54600608E		30/11/2013
MBX7173	54601164E		30/11/2013
MDD3136	54601251E		13/11/2013
MHB2772	54600604E		16/11/2013
MIW2414	54601201E		13/11/2013
MLL2278	54601270E		01/12/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
7340-0	252 * IV		
6556-1	230 * I		
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
6700-0	230 * XVI		
6599-2	230 * V		
6556-5	230 * I5169-1	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000635/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFB4696		54600847E	07/11/2013
AML6014		54601161E	24/11/2013
LYK0168		54601262E	25/11/2013
MBC5335		54600605E	16/11/2013
MDM2303		54760133C	21/11/2013
MEW7592		54600601E	15/11/2013
MEW7592		54600602E	15/11/2013
MJI2518		54601018E	13/11/2013
Infr./Desd. Enquadramento			
5460-0	181 * IX		
7366-2	252 * VI		
5185-1	167		
7030-2	244 * I		
7048-2	244 * II		
5452-1	181 * VIII		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 92/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 92/2014
Pregão Presencial nº 92/2014

O Município de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de Materiais para Enfeites de Decoração Natalina para uso no Natal 2014. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 13:45Hs do dia 08/12/2014 e abertura 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113- E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 25 de novembro de 2014
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO N. 309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO N. 309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 788 /2014
MODALIDADE: Inexigibilidade N. 1/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. , de , sobre o Processo de Licitação n. 788/2014, Inexigibilidade N.1/2014, que tem por objeto a Conversão, Implantação e Treinamento dos sistemas Betha Folha, Betha Patrimônio, Betha Planejamento, Betha Tributos e Banco de Dados Sybase SQL Anywhere Networked Seat Concurrent, bem como, treinamento de Reforço e suporte técnico.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
BETHA SISTEMAS LTDA	1	Conversão, Implantação e Treinamento dos sistemas Betha Folha, Betha Patrimônio, Betha Planejamento, Betha Tributos e Banco de Dados Sybase SQL Anywhere Networked Seat Concurrent, bem como, treinamento de Reforço e suporte técnico	1,00	7.871,62

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
BETHA SISTEMAS LTDA	7.871,62	sete mil oitocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 24 de novembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Nº 92

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Nº 92

Que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, registrada do CNPJ sob o nº 01.612.847/0001-90 com sede à Rua Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, registrada no CNPJ sob o Nº 00.456.865/0001-67, com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, em decorrência do processo em decorrência do processo de Inexigibilidade n.º 788/2014, homologado em 24/11/2014, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem como objetivo a prestação de serviços técnico especializado de Conversão, Implantação e Treinamento dos sistemas Betha Folha, Betha Patrimônio, Betha Planejamento, Betha Tributos e Banco de Dados Sybase SQL Anywhere Networked Seat Concurrent, bem como, treinamento de Reforço e suporte técnico quando necessário, conforme descrito:

Parágrafo Primeiro - Conversão das Informações em Uso.

a) A conversão dos dados cadastrais e informações dos sistemas em uso na entidade serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os mesmos ser disponibilizados pela CONTRATANTE.

b) A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos dados convertidos após a sua entrega, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados. O pagamento será realizado à CONTRATADA mediante apresentação de nota fiscal devidamente liquidada pelo departamento competente, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

Parágrafo Segundo - Implantação dos Sistemas.

a) Para cada um dos sistemas licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de Instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; Adequação de relatórios e logotipos; Estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos

critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente. Acompanhamento dos usuários no prédio sede da entidade, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

b) A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos sistemas implantados após a sua conclusão, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

Parágrafo Terceiro - Treinamento de Implantação.

a) A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, que deverá ser realizado dentro do prazo de Implantação, compreendendo o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento. O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos sistemas ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da entidade possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do Licitante.

b) As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de vinte (vinte) participantes.

c) A CONTRATANTE resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e validar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à contratada, sem ônus para o CONTRATANTE, ministrar o devido reforço.

Parágrafo Quarto - Treinamento de Reforço.

a) O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

b) O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

c) O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - Suporte Técnico

O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, visando:

a) Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

b) Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

c) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

d) Auxílio o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

e) Desenvolvimento relatórios específicos.

f) O suporte técnico poderá ser realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

g) A CONTRATADA não será responsabilizada por quaisquer alterações ou modificações nos sistemas realizadas por pessoas não credenciadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

É consabido que a inviabilidade de competição na aquisição de um serviço ou produto caracteriza, na Administração Pública, caso de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 25, caput, do Estatuto Licitatório (Lei nº. 8.666/93), de tal forma que a contratação direta se impõe em face da impossibilidade de concorrência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de execução dos serviços é de 90 (noventa dias) a contar da data de emissão deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

Fica contratado para a prestação dos serviços técnicos especializados constantes neste objeto o valor total de R\$ 7.871,62 (sete mil oitocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos), assim detalhado:

Produto	Conversão	Implantação	Treinamento
Betha Folha	630,00	1.099,00	
Betha Patrimônio		322,87	205,00
Betha Planejamento		717,50	
Betha Tributos	3.024,00	355,25	574,00
Sybase SQL Anywhere Networked Seat Concurrent		944,00	

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços técnicos especializados serão realizados em parcela única, em até 15 (quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos dos serviços de conversão serão realizados de forma individual para cada base convertida, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, e após liquidação no departamento competente.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos dos serviços de implantação serão realizados de forma individual para cada sistema implantado, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções, e após liquidação no departamento competente.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos dos serviços de treinamento de implantação serão realizados de forma individual para cada sistema treinado, após a validação do responsável, e após liquidação no departamento competente.

Parágrafo Quarto - Os pagamentos dos serviços de treinamento de reforço serão realizados mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço e após liquidação no departamento competente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Caberá a CONTRATADA:

- Prestar os serviços descritos na cláusula primeira no prazo estabelecido;
- Custear as despesas com pessoal, tributos e outros encargos decorrentes das prestações dos serviços.
- Responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.
- A CONTRATADA e os membros da equipe deverão guardar

sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

e) Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Caberá a CONTRATANTE:

- Determinar os serviços que entender necessários dentro do objeto do presente instrumento autorizando-os;
- Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.
- Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
- Responsabilizar-se pela inserção de dados nos sistemas.
- Parametrizar os sistemas, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos sistemas quando necessário.
- Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
- Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA.
- Efetuar o pagamento dos serviços técnicos especializados em até 15 (quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.

O presente contrato é firmado com suporte financeiro e orçamentário, com recursos próprios da Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, será efetuado através do item orçamentário.

4	122	9	2	3	Manutenção das atividades do Dpto de Adm	339039080000	Manutencao De Software	100
---	-----	---	---	---	--	--------------	------------------------	-----

*Órgão Unidade / Função / Sub Função / Programa / Destino / Projeto Atividade / Nome Proj.Atividade / Categoria Econômica / Nome Cat. Econômica / Fonte de Recursos

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

Parágrafo Único - A rescisão contratual poderá ser:

- Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- Amigável, mediante autorização da autoridade competente,

reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro Jurídico da Comarca Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas não resolvidas pelas partes.

E, Por estarem justos e contratados, assinam o presente perante duas testemunhas, elaborado em duas vias de igual forma e teor.

Santa Terezinha do Progresso, 24 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Nome e cargo do responsável
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1 - _____ 2 - _____

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 24/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 27/2014.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014.
Tipo: Pregão.
Objeto: aquisição de veículo de passeio novo para utilização nos serviços do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 08/12/2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 08/12/2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone (49) 3345-0045 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 24 de novembro de 2014.
TADEU PAULO TOAZZA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Bento do Sul

PREFEITURA

REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 313/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 313/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, no objeto dispensado: Dispensa para aluguel social de um imóvel localizado na Rua Wenceslau Hübl, nº 317 - Bairro Dona Francisca, neste município, para abrigar a família da Senhora Altamira de Souza Maciel, conforme descrito no parecer social 67/14 e laudo de vistoria defesa civil, para o período de 06 meses, vem através deste comunicar que em virtude do Memorando nº 090/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social e esclarecimento de informações pertinentes ao certame, resolve revogar a dispensa de licitação com vistas à instauração de novo processo licitatório.

São Bento do Sul, 21 de novembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDITAL 05/2014 - COMSEA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL - COMSEA

EDITAL Nº 005/2014

RESULTADO FINAL DO FÓRUM DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral do Fórum para o Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul, com base no artigo 14 do Edital nº 01/2014, ambos deste Conselho, torna público o resultado final de Escolha das Entidades Não Governamentais do COMSEA, que segue, por ordem alfabética, sendo:

I - Associação de Moradores da Rua Alberto Torres e Adjacências;
II - Associação de Moradores da Vila Eichendorf;
III - Associação de Moradores do Loteamento Salzburg;
IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
V - Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Sul - CDL;
VI - Hospital e Maternidade Sagrada Família;
VII - Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Moveis;
VIII - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
IX - Serviço Social da Indústria - SESI; e
X - União Sãobentense das Associações de Moradores - USBAM.

Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de novembro de 2014,

Arnaldo José De Conto

Presidente da Comissão Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 07/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 007/2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL PARA 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 20 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul - CMDCA para 2015.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014

Otto Muller

Presidente do CMDCA

Plano de Ação CMDCA 2015

METAS	AÇÕES	RECURSOS	PRAZO	RESPONSÁVEL
Receber e analisar projetos de entidades certificadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Acompanhar e deliberar sobre o andamento do Edital de seleção pública de projetos para financiamentos pelo FIA no ano de 2015;	FIA	1º Semestre;	CMDCA
	Lançar Edital para projeto de captação de recursos;	FIA	Durante Todo o ano de 2015.	
	Lançar Edital de seleção pública de projetos financiados pelo FIA para 2016.	FIA	2º Semestre	

Campanha Educativa nas escolas publicas e privadas	Incentivar campanhas socioeducativas em parceria com a Secretaria Estadual e Municipal de Educação, bem como as escolas particulares. Apoio ao Programa de Prevenção de Deficiências – Compreender para prevenir da APAE.	FIA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL	Durante todo o ano de 2015	CMDCA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL
Inscrição de Entidades no CMDCA	Revisão a Resolução nº 01/2006 sobre o processo de Inscrição de Entidades no CMDCA. Incluir periodicidades das visitas nas entidades inscritas no CMDCA. Analisar os relatórios.	-	Anual	CMDCA
Reuniões ordinárias do CMDCA	Reunião dos Conselheiros do CMDCA, para tratar assuntos de pauta, com a finalidade de discutir, planejar, estruturar e fiscalizar ações de proteção a Criança e ao Adolescente. Reuniões Extraordinárias sempre que necessária.	FIA	Mensal; De acordo com o calendário anual das reuniões do CMDCA; Exceção no mês de janeiro.	CMDCA

Capacitação para a Rede de Atendimento a Criança e Adolescente	Realizar capacitação para Rede de Atendimento ligado a Políticas Públicas voltada a Criança e Adolescente, Conselheiros do CMDCA, Conselho Tutelar.	FIA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL	1º Semestre para a Rede de Atendimento; 2º Semestre para a nova gestão do CMDCA.	CMDCA CONSELHO TUTELAR SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL
18 de maio – Dia Municipal e Nacional de Combate a Violência e Exploração Sexual Infanto Juvenil	Realizar campanha de mobilização em áreas de vulnerabilidade da cidade. Apoiar o Fórum da Família. Realizar caminhada/passeio ciclístico pelas vias da cidade. Promover campanha educativa nas escolas do município.	FIA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL	Maio de 2015	CMDCA CONSELHO TUTELAR SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL IDI
Eleição do CMDCA para o Biênio 2015-2017	Realizar o fórum para escolha das entidades não governamentais para compor o CMDCA no biênio 2015-2017	FIA	Junho de 2015	CMDCA

Eleição do Conselho Tutelar	Convocar a eleição do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016-2019. Montar Comissão Eleitoral. Organizar, selecionar candidatos, capacitação dos candidatos, coordenar o processo eleitoral, emitir resultado. Eleição o Conselho Tutelar: 11/10/2015 Posse dos novos Conselheiros: 10/01/2016	SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL	Julho a Outubro de 2015.	SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL CMDCA FIA
Dia da Criança	Ser parceiros, quando solicitado, nas diversas campanhas a serem realizadas no Município.	FIA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL	Outubro de 2015	CMDCA
24 de setembro - Dia Estadual de Combate a Violência e Exploração Sexual Infanto Juvenil	Participar das atividades propostas pela Secretaria de Assistência Social sobre o desfile no aniversário de São Bento do Sul.	SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL	23 de setembro de 2015	CMDCA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL
X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Realizar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a convocação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA	FIA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL	Até Maio de 2015	CMDCA SECRETARIA DE ASSIS- TENCIA SOCIAL CONSELHO TUTELAR

Captação de recursos para o FIA	Visitar Empresas e apresentar o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o banco de projetos aprovados pelo CMDCA, bem como os projetos assistidos.	FIA	Durante todo o ano de 2015	CMDCA Entidades Inscritas no CMDCA
---------------------------------	--	-----	----------------------------	---

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014
Otto Müller
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 08/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 008/2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL PARA 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 20 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul - CMDCA para 2015.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014
Otto Muller
Presidente do CMDCA

Plano de Aplicação do CMDCA 2015

METAS	RECURSOS
Confecção de Material de Distribuição e divulgação para eventos e campanhas do CMDCA.	R\$ 15.000,00
Receber, analisar e disponibilizar recursos para Projetos de entidades certificadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	R\$ 60.000,00
Repasse de recursos à entidade de acordo com Projeto chancelado, aprovado e liberado o recurso em 2014.	5.031,60
Capacitação para a Rede de Atendimento a Criança e Adolescente. (Diárias – Capacitações)	R\$ 25.000,00
X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (a realização se dará mediante a convocação do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente)	R\$ 20.000,00

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014
Otto Müller
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 09/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 009/2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2014 DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETO PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2015 PELO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 20 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Edital nº 01/2014 de Seleção pública de projeto para financiamento No ano de 2015 pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul - CMDCA para 2015.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014

Otto Muller

Presidente do CMDCA

EDITAL Nº 001/2014/CMDCA

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2015

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme preconizado na Lei n. 1.242 de 16/02/2005, art. 9º, inciso X, divulga processo de seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações não governamentais registradas no CMDCA.

1.2. O projeto aprovado será repassado mediante contribuição financeira com recursos do FIA, devendo a entidade proponente apresentar projeto e plano de trabalho, expondo como a organização atuará, conforme o presente edital.

1.3. Fazem parte deste edital:

- a) Anexo I - Formato do Projeto;
- b) Anexo II - Documentos exigidos para o repasse da contribuição financeira;
- c) Anexo III - Plano de Trabalho;
- d) Anexo IV - Declarações,
- e) Anexo V - Decreto Municipal n. 98/2013.

2 - OBJETIVO

2.1 Selecionar novos projetos de cunho social, e/ou reedição de projetos que já foram caso de sucesso, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades não governamentais registradas no CMDCA e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes.

3 - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. A CMDCA destinará a quantia de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

3.2. Cada projeto deverá ter valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil

reais). Até o limite deste valor, a entidade poderá apresentar mais de um projeto e em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade, ficando os demais projetos, se necessário, em banco de projetos para financiamento futuro.

3.3. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

4 - DOS EIXOS

4.1. O projeto deve contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das seguintes políticas públicas:

- a) Enfrentamento às violências na promoção da saúde física e mental,
- b) Ações socioeducativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente,
- c) Fortalecimento das relações familiares e comunitárias,
- d) Fomento e apoio ao protagonismo juvenil e inclusão social.

4.2. Todos os projetos devem estar direcionados para o município de São Bento do Sul.

4.3. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda; pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, parágrafo único, da Resolução 137/2010 do CONANDA. E ainda, não serão financiados projetos com prazo de execução superior a doze meses.

5 - TERMO DE COMPROMISSO

5.1. A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

5.2 Bem como, a entidade deverá utilizar-se de diferentes mídias para divulgação do projeto indicando que o mesmo foi contemplado com recursos do FIA.

a) tal divulgação deve ser comprovada juntamente na prestação de contas do referido projeto.

5.3 A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

6 - REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

6.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

7 - REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

7.1. Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições registradas no CMDCA que atendam aos seguintes requisitos:

- a) Estar em dia com o registro no CMDCA, e
- b) Se já houver projeto aprovado deve estar com a prestação de contas aprovada.

8 - INSCRIÇÃO

8.1. As entidades interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Rua João Mühlbauer, 169 - Serra Alta - São Bento do Sul/SC, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h, no período de 20 de janeiro a 18 de fevereiro de 2015, devendo atender:

- a) Enviar o Projeto no formato estabelecido no Anexo I em 01 (uma) via impressa e em meio digital (CD ou DVD), e
- b) Apresentar três orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física.

8.2. No ato da inscrição, não será necessário anexar os documentos discriminados no Anexo II - "Documentos exigidos para o repasse da contribuição financeira".

8.3. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax ou por correio.

8.4. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

8.5. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

9 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

9.1. A Comissão Análise e Acompanhamento de Projeto do CMDCA analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

- a) Habilitação com abertura das propostas e seleção dos projetos entre os dias 20 de fevereiro a 17 de março de 2015, de modo a verificar os requisitos deste edital,
- b) Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso, e
- c) Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, até 19/03/2015, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital;

9.2. Em havendo projeto de alguma entidade que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido de votar sobre o seu projeto.

9.3. Os projetos aprovados pelo CMDCA serão encaminhados ao Departamento do Controle Interno do Município de São Bento do Sul juntamente com a documentação referente ao Anexo II que procederá com a tramitação burocrática.

9.4. Os critérios de avaliação são:

a) Cumprimento dos Objetivos (30 Pontos)				
Atende (Nota 30)		Atende Parcialmente (Nota 15)		Não Atende (Nota 0)
Nota máxima atribuída	Nota obtida	Nota máxima atribuída	Nota obtida	

Adequação ao tema, de acordo com os eixos do item 4 deste Edital.	6		3		
Qualidade técnica do Projeto.	6		3		
Metodologia aplicada.	6		3		
Clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos.	6		3		
Atividades e resultados esperados.	6		3		

b) Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto). (40 Pontos)

	Atende (Nota 40)		Atende Parcialmente (Nota 20)		Não Atende (Nota 0)
	Nota máxima atribuída	Nota obtida	Nota máxima atribuída	Nota obtida	
Contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	20		10		
Benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido.	10		5		
Participação da comunidade.	10		5		

c) Caráter econômico. (10 Pontos)

	Atende (Nota 10)		Atende Parcialmente (Nota 5)		Não Atende (Nota 0)
	Nota máxima atribuída	Nota obtida	Nota máxima atribuída	Nota obtida	

Benefícios econômicos gerados para a comunidade.	10		5		
--	----	--	---	--	--

d) Inovação e criatividade. (20 Pontos)					
	Atende (Nota 20)		Atende Parcialmente (Nota 10)		Não Atende (Nota 0)
	Nota máxima atribuída	Nota obtida	Nota máxima atribuída	Nota obtida	
Práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos.	20		10		

9.5. A pontuação total será de 0 a 100 (zero a cem) e serão escolhidos os projetos com maior pontuação.

9.6. O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, será vencedora a instituição mais antiga.

10 - ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO:

10.1. O projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no Anexo I denominado "Formato do Projeto", deste Edital.

11 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. O resultado da seleção estará disponível na página do Município, www.saobentodosul.sc.gov.br, e no Diário Oficial dos Municípios - DOM após aprovação em reunião plenária do CMDCA.

11.2. A entidade também será notificada por e-mail sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o email informado no projeto).

11.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

12 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA O REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA.

12.1. A partir da divulgação da aprovação do projeto, impreterivelmente a entidade terá até quinze dias úteis, para entregar e protocolar a documentação que consta no Anexo II, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Rua João Mühlbauer, 169 - Serra Alta - São Bento do Sul/SC, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h.

- a) Documentação completa discriminada no Anexo II;
- b) Plano de Trabalho estabelecido no Anexo III; e
- c) Declarações estabelecidas no Anexo IV, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição.

12.2. As entidades que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo Conselho Municipal.

12.3. A necessidade superveniente da documentação acima

poderá ser requerida a entidade, devendo ser entregue no prazo de até 15 dias úteis a contar do recebimento da notificação, sob as penas previstas no item 5.3.

13 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas junto ao Departamento do Controle Interno do Município de São Bento do Sul.

13.2. A prestação de contas será analisada e aprovada pelo CMDCA após o encaminhamento do Departamento de Controle Interno do Município de São Bento do Sul, sendo que, a partir do parecer do CMDCA, este poderá emitir seu parecer, conforme prevê a Instrução Normativa do Tribunal de Contas n. 14/2012.

13.3. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

13.4. No caso de cursos e palestras deverá ser apresentado ficha de inscrição, lista de presença dos participantes com numero do RG ou CPF, fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

13.5. As contas apresentadas e não aprovadas pelo órgão competente, após parecer do Departamento de Controle Interno, obrigam a entidade, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias a partir da notificação, a devolver os valores recebidos devidamente atualizados segundo os índices oficiais, sob pena das consequências previstas na legislação respectiva, de ordem administrativa, civil e criminal, bem como daquelas previstas no item 5.3.

13.6. Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer ao Decreto Municipal nº 98/2013 (<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-bento-do-sul/decreto/2013/10/98/decreto-n-98-2013-aprova-manual-de-orientacoes-para-prestacao-de-contas-de-recursos-publicos-municipais-recebidos?q=98>), instrução normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Lei 8.666/1993.

14 - CRONOGRAMA/PRAZOS

- a) Lançamento do Edital: até o dia 27/11/2014.
- b) Apresentação dos projetos: de 20/01/2015 até o dia 18/02/2015.
- c) Análise pela Comissão de Análise e Acompanhamento de Projetos: até o dia 17/03/2015.
- d) Divulgação dos resultados/projetos escolhidos: até 25/03/2015.
- e) Entrega da documentação referente ao Anexo II: até 15 (quinze) dias úteis após a publicação da aprovação pelo CMDCA.

15 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

15.1. A liberação do recurso deverá acontecer, após aprovação de Lei específica, pela Câmara de Vereadores e respeitando o cronograma do Departamento de Controle Interno e da Secretaria Municipal de Finanças do Município de São Bento do Sul.

15.2. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação do candidato.

15.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA.

15.4 As decisões sobre seleção dos projetos serão irrecorríveis.

15.5 Todos os projetos em execução poderão ser fiscalizados a qualquer momento pelos Conselheiros do CMDCA, independente de prévio aviso.

15.6 Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital poderá ser obtido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sito à Rua João Mühlbauer, 169 - Serra Alta - São Bento do Sul/SC, no horário das 08h às 12h e das 13h às 16h, com José Tadeu, ou por telefone (47) 3633-7041.

16 - DO FORO

16.1 Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul, renunciando as partes a qualquer outro foro, mesmo que privilegiado.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014
Otto Müller
Presidente CMDCA

ANEXO I - FORMATO DO PROJETO

1. Redação:

Devem ser redigidos conforme normas da ABNT (espaçamento entrelinhas 1,5 cm; fonte times new Roman ou arial, altura da fonte 12, margem superior e esquerda 3cm, margens direita e inferior 2,5 cm; alinhamento justificado, folha A4 impressa no formato "retrato").

2. Resumo do Projeto (deve estar sozinho na primeira pagina)

Entidade	Razão Social completa
Endereço	Rua, número, bairro
Telefone	Número
Responsável pelo projeto / fone / e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo
Nome do Projeto	Nome completo
Objetivo geral	Desenvolver a criatividade das crianças. (exemplo)
Objeto a ser financiado	Material pedagógico e lúdico (exemplo)
Público alvo / faixa etária	Crianças de 7 a 14 anos (exemplo)
Quantidade de atendimento	55 crianças (exemplo)
Horário de funcionamento do projeto	Matutino, vespertino ou noturno
Valor solicitado ao CMDCA	R\$1206,50 (exemplo)
Valor Total do Projeto	R\$2.000,00 (exemplo)

2.1 DADOS INSTITUCIONAIS

1. Nome do projeto / Título:
2. Instituição responsável e logotipo - se houver.
3. Endereço
4. Telefone
5. Ano de fundação da organização.
6. Missão da organização.
7. Diretoria.
8. Pessoas responsáveis pelo projeto.

Nome	Função	Telefone/ e-mail
Fulana de tal	Coordenação (exemplo)	3422 2222 - ppta@ig.com
Fulano	Orientadora	3422.2222 - bneve@entidade.org.br

2.2.IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade diz quem é e o que faz.
Descreve as suas atividades.
É um breve histórico.

3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo.
O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto?
Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas.

3.1 OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento.
Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Atenção: objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o projeto.

4. PÚBLICO ALVO

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto. Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (quando for o caso).

De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos. Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto (gratuidade) da mensalidade recebido por cada beneficiário.

População	Nº de atendimento direto	Nº de atendimentos indiretos	Quantidade de atendimentos gratuitos	Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial	Quantidade de atendimentos pagamento integral
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					
Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/profissionais					
Total					

5. OBJETIVOS

5.1 Geral

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

5.2 ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto.
Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis.

O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

6. ATIVIDADES EXECUTADAS:

Objetivo	Resultados Esperados		Atividades Principais	Período
	Quantitativos	Qualitativos		

7. METODOLOGIA

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

8. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário.

Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.

Atividade	Indicadores de Progresso	Meios de verificação

9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Exemplo

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Aquisição de violão	X											
Contratar professor	X											
Aulas	X	X	X	X	X							

10. EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício

11. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que

serão utilizados na execução deste projeto

11.1 Contrapartida

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso...

11.2 Parceiros

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento - caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no projeto
Nome completo	
Nome completo	

12. SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favorecem a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

13. FINANCEIRO

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Deve constar os nomes.

13.1 TÉCNICO

Recursos humanos.

13.2 COMUNITÁRIO

Apropriação do projeto pela comunidade.

14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criação e ao adolescente em São Bento do Sul.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner",...) fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Por exemplo:

Tipo de Mídia	Quantidade
1. Folders, panfletos e outros impressos	XXXX
2. Mala direta	XXXX
3. Página na internet	XXXX

15 ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas. Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Ex.1:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Palestrante	30 h	50,00	1.500,00
Apostila	40 un	30,00	1.200,00

Total			2.700,00
-------	--	--	----------

Ex.2:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
TV 29"	1 un	599,00	599,00
DVD	1 un	200,00	200,00
Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica	10 h eletricitista	15,00	150,00
Fio 10mm	100 m	4,00	400,00
TOTAL R\$			1.349,00

16. CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade.

Exemplo :

NATUR REZA DA DESPE SA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1o SEM
1. CUSTOS FIXOS							R\$
TOTAL GERAL R\$							

17. VALOR DO PROJETO

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$

Valor da contrapartida: R\$ _____

Valor total do projeto: R\$

São Bento do Sul, _____, _____ de 2015

Assinatura do responsável / Cargo

18 ANEXOS

Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do projeto incluindo quantidades e as marcas orçadas, fotos, etc...

Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

01	Cópias das atas de Posse da atual Diretoria e Conselho Fiscal, devidamente autenticadas em Cartório.
02	Cópia do Estatuto Social da Entidade, registrado no cartório competente e suas alterações, regulamentos ou compromissos da instituição, deve estar de acordo com o novo Código Civil (artigos 44 a 61 e seguintes), o estatuto deve ser completo e Digitado, descrevendo a Entidade como sem fins lucrativos, e observa: Finalidade da entidade, Mandato da diretoria, Dissolução e demais preceitos do Código Civil.
03	Cópia autenticada do CPF/MF e do RG do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro, e do Presidente do Conselho Fiscal.
04	Atestado de funcionamento regular da Instituição, fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a 12 meses.
05	Declaração original e recente do gerente do banco, comprovando que a Entidade é correntista e que mantém a conta ativa. A conta precisa ser específica para recebimento de subvenção/contribuição (custeio) e/ou para recebimento de auxílio (capital permanente). Para receber nas duas modalidades, subvenção/contribuição (custeio) e auxílio (capital permanente) a entidade vai precisar de duas contas distintas. Para os casos de subvenção, a declaração do banco deverá constar o nome da Entidade - Subvenção/contribuição, para os casos de auxílio, a declaração do banco deverá constar o nome da Entidade - Auxílio. Ambas as declarações precisam apresentar CNPJ/MF da entidade, número da agência e dígito e o número da conta corrente e dígito (validade: 60 dias).
06	Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF da Entidade. Poderá ser obtido no site da Receita Federal - www.receita.fazenda.gov.br (entrar em pessoa jurídica e situação cadastral).
07	Comprovante de endereço da Entidade e do seu representante legal (conta de água, ou de luz, ou de telefone, ou contrato de locação).
08	Relatório das atividades realizadas pela Entidade no período de um ano (janeiro a dezembro do ano anterior), contendo as seguintes informações: objetivo, justificativa, número de pessoas atendidas, e se os resultados propostos foram atingidos ou não, justificando.
09	Plano de Trabalho (Anexo III) completo assinado pelo Presidente da Entidade, constando: <ol style="list-style-type: none"> Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto. Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter, bem como região e/ou comunidade beneficiada. Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos. Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso. Plano de Aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados. Cronograma Físico de execução. Cronograma Financeiro de Desembolso. Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

10	Declaração assinada pelo Presidente atual da Entidade, pelo Diretor Financeiro/Tesoureiro, e pelo Presidente do Conselho Fiscal, pela correta aplicação dos recursos recebidos. Com firma reconhecida em Cartório, no Original. Anexo IV.
11	Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.
12	Cópia da Lei de utilidade pública.
13	Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social.
14	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF.
15	Certidão Negativa de Débitos municipais, estadual e Federal.
16	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.
17	Declaração de capacidade de aplicação de Contrapartida Financeira, no percentual mínimo de 20% do recurso solicitado (Anexo IV).
18	Certificado de Regularidade de Entidade Pública válido, emitido pela Câmara de Vereadores.

ANEXO III - PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO 1/3

1 - DADOS CADASTRAIS

Proponente				CNPJ	
Endereço					
Cidade		U.F.		C.E.P.	
				DDD/Telefone	
Conta Corrente	Banco	Agência			Praça de Pagamento
Nome do Responsável				C.P.F.	
C.I./Órgão Expedidor	Cargo			E-mail	
Endereço					C.E.P.

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto		
Justificativa		

PLANO DE TRABALHO 2/3

3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Custo	Duração	
	Fase		Unidade	Quantidade	Total	Início	Término

4 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Natureza da Despesa		Recebimentos	Pagamentos
Código	Especificação		
Total Geral			

PLANO DE TRABALHO 3/3

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)
CONCEDENTE

Meta	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
Meta	julho	agosto	setembro	outubro	novem- bro	dezem- bro

PROPONENTE

Meta	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
Meta	julho	agosto	setembro	outubro	novem- bro	dezem- bro

6 - DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho proposto no ano de _____.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de _____.

Conveniente

7 - MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido	
Local e data	Concedente
Indeferido	
Local e data	Concedente

ANEXO IV - DECLARAÇÕES

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Na qualidade de representantes legais da _____, estabelecida a Rua nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, CEP: _____/SC, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____,

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Poder Executivo do Município de São Bento do Sul/SC, na forma de Subvenção Social/Contribuição no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, mas nunca excedendo o último dia do exercício.

Para maior clareza, firmamos o presente.

São Bento do Sul/SC, ____ de _____ de 20__.

Presidente: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Tesoureiro: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Na qualidade de representantes legais da _____, estabelecida a Rua nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, CEP: _____/SC, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Declaro para os devidos fins

que nos comprometemos em aplicar a contrapartida mínima exigida dos recursos que nos forem concedidos pelo Poder Executivo do Município de São Bento do Sul/SC, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

Para maior clareza, firmamos o presente.

São Bento do Sul/SC, ____ de _____ de 20__.

Presidente: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Tesoureiro: _____

Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

ANEXO V

DECRETO Nº 98, DE 03 DE ABRIL DE 2013

APROVA MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Orientações para Prestação de Contas de Recursos Públicos Municipais Recebidos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de abril de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO BENTO DO SUL/SC

MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS

Elaboração: Departamento de Controle Interno

Telefones: (47) 3631-6197 / 6048 / 6024

e-mail: lucyana@saobentodosul.sc.gov.br

INTRODUÇÃO

O presente Manual de Prestação de Contas tem por finalidade estabelecer e ordenar os procedimentos a serem seguidos pelas Entidades que recebem subvenções, contribuições ou auxílios financeiros da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

O roteiro e as orientações aqui constantes visam contribuir para esclarecer as Entidades sobre a elaboração da Prestação de Contas do recurso recebido, e assim, diminuir as inconsistências que são freqüentemente, identificadas durante a análise financeira e técnica da mesma.

"O Poder Executivo, através da administração direta e indireta, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos e declaradas por Lei de Utilidade Pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que deverá obrigatoriamente participar, às suas expensas com no mínimo 20% (vinte por cento), do valor de cada projeto específico." Art. 62º, da Lei Municipal nº 3105 de 28/11/2012 - LDO 2013.

"A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..." Art. 37, Constituição Federal.

Cabe ao Controle Interno "Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar o resultados, quanto à eficácia, à eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado." Art. 6º, Inciso VIII da Lei Municipal Nº 75 de 29/06/2001.

"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado

o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Constituição Estadual, 1989.

"Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei: Pena - detenção, de um a três meses, ou multa." Art. 315 Código Penal.

"Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

(...) V - talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável; Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa." Art. 293 Código Penal.

"Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto." Art. 37 da IN/TC-14/2012

1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Prazo para a entrega da prestação de contas é de 60* (sessenta) dias, contados do recebimento dos recursos, caso seja em parcela única. No caso de recebimento de recursos em mais de 01 (uma) parcela o prazo será de 30* (trinta) dias contados do recebimento de cada parcela e não poderá exceder ao último dia do exercício (31/12).

A liberação da parcela seguinte dependerá da entrega da prestação de contas da parcela anterior. A prestação de contas deverá ser encaminhada ao Departamento de Controle Interno. *Exceto quando especificado na Lei de autorização de repasse um prazo diferente para a prestação de contas. O prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante apresentação de solicitação formal e justificativa da Entidade.

Os recursos não poderão ter aplicação diversa daquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo e deverão estar de acordo com o Plano de Aplicação apresentado na solicitação dos recursos. Os recursos jamais podem ser utilizados fora do objeto previsto no plano de aplicação.

A entidade deverá possuir conta bancária específica e vinculada para o recebimento da subvenção social, auxílio ou contribuição, e esta deverá ser movimentada por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário. Art. 27 da IN/TC-14/2012.

"A conta bancária deve ser identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos, acrescido da expressão "Subvenção", "Auxílio" ou "Contribuição" e do nome da unidade concedente." Art. 28 da IN/TC-14/2012

Os pagamentos deverão ser feitos através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário (proibido o uso de cheque ou pagamento em espécie - sacar o dinheiro no caixa).

Quando o prazo previsto para utilização do recurso for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em poupança ou fundo de aplicação de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública federal. Os rendimentos da aplicação financeira devem ser empregados no objeto ou devolvidos ao concedente, ficando sujeitos às mesmas regras de prestação de contas.

O saldo dos recursos não utilizados até o final do exercício, ou decorrido o prazo de aplicação de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos, deverá ser restituído ao Município, através de depósito bancário na conta corrente do órgão repassador do recurso. Para a comprovação da devolução, a Entidade deverá enviar cópia do comprovante, devidamente autenticado pelo Banco. Importante: Anote no comprovante o número do empenho e o nome da entidade.

De acordo com o Art. 26 da IN/TC-14/2012:

"Não serão concedidos recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições:

I - para instalação, organização ou fundação de instituições;

II - à pessoa física ou jurídica que:

- a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;
- b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;
- c) tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;
- d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos;
- e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão de controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas."

2 - DOCUMENTOS QUE DEVEM OBRIGATORIAMENTE COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS

a) Balancete de Prestação de Contas (preenchido conforme modelo e instruções no anexo II), devidamente assinado pelo representante legal e pelo tesoureiro da entidade beneficiária;

b) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

c) Extrato bancário com a movimentação completa do período (demonstrando desde a entrada do recurso até comprovação do último pagamento);

d) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/ TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

e) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos; (modelo anexo I)

f) Registro fotográfico da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

g) ART e declaração do responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

h) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

i) Relação contendo: nome completo do beneficiado, nº do CPF, endereço, telefone de contato e assinatura, quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos, bolsas de estudo e outros;

j) No caso de apoio a evento público, comprovar o acesso irrestrito e gratuito a população beneficiada, através de folders, cartazes ou folhetos utilizados para sua divulgação. Entende-se que, se uma atividade é subsidiada com recursos públicos, deve ter alcance irrestrito, bem como se ocorrer qualquer tipo de cobrança, a título de ingresso ou contribuição, que impeça o acesso de qualquer pessoa, a entidade responsável, esta deverá comprovar todas as receitas e despesas realizadas, inclusive bilheteria, patrocínio, cobrança de ingressos e todos os recursos aplicados, através de borderô detalhado;

k) Eventos com palestras e cursos - deve ser enviada planilha com nome do palestrante, tema abordado, carga horária, local, data e nome dos participantes com assinatura, RG e telefone;

l) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (RENAVAN), no caso de abastecimento, compra ou conserto de veículo (o documento deve ser emitido em nome da entidade). Em caso de compra de veículo novo, será aceito a segunda via da Nota Fiscal.

m) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas e os atendimentos realizados, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

n) Comprovantes de despesas em PRIMEIRA VIA (cópia de documentos não são aceitas). Recibos não são documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais. Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa fornecida pelas Prefeituras Municipais ou pelo Estado, nos casos de prestação de serviços ou venda ao consumidor, respectivamente. Em ambos os casos é obrigatório a apresentação do guia de recolhimento do tributo municipal/estadual comprovando que o imposto foi devidamente recolhido e/ou carimbo do Fisco. Observar que notas fiscais modelos 1 e A1, não serão aceitas, devendo ser apresentada nota fiscal eletrônica ou o cupom fiscal, em atendimento a legislação fiscal vigente.

O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

I - a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número de registro no CNPJ;

II - a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III - os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo/declaração complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse. Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter a identificação do número da placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza, sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Os comprovantes de despesa com publicidade serão acompanhados dos seguintes documentos:

- memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa à criação ou produção;
- cópia da autorização de divulgação e/ou do contrato de publicidade;
- exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
- cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções;
- cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

Quando os recursos concedidos se destinarem a pagamento de pessoal é obrigatório anexar os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS.

Anexado a cada comprovante de despesa deverá conter um demonstrativo comprovando que foi realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, destacando a descrição do produto/serviço orçado, seu valor, nome, CNPJ/CPF e telefone do fornecedor.

"Para a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos de órgãos ou entidades da Administração Pública (...), as entidades privadas sem fins lucrativos deverão realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade." Art. 45 da Portaria Interministerial 127/2008.

Os comprovantes de despesa deverão conter declaração ou carimbo do Responsável pela Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em/...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

É vedada a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária exceto as relativas à manutenção de conta ativa.

É vedado o pagamento antecipado de despesas, conforme prevê os Arts. 62-64 da Lei 4320/64.

"Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência." Art. 35 da IN/TC-14/20123

3 - ASPECTOS A CONSIDERAR

Caso a entidade recebedora do recurso não apresente a prestação de contas no prazo previsto, o recurso referente a parcela seguinte será cancelado, podendo o órgão concedente anular o valor correspondente e utilizá-lo conforme sua necessidade.

A contrapartida financeira integra a prestação de contas e sujeita-se às mesmas regras dos recursos concedidos.

No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a prestação de contas será acompanhada de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado.

Quando o objeto envolver a locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, a prestação de contas será acompanhada dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marcas, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação.

Quando o objeto incluir a aquisição de materiais para distribuição gratuita, como cestas básicas, medicamentos, bolsa de estudos, vale transporte e outros, deverá anexar a relação de nomes, RG ou CPF, assinaturas, endereços e telefones de contato dos beneficiários, além de registro fotográfico e/ou matéria jornalísticas.

Quando o objeto incluir a participação em treinamentos e cursos, anexar o certificado de participação.

A seguir apontamos algumas das inconsistências encontradas durante a análise das prestações das contas recebidas:

- Envio da Prestação de Contas fora do prazo estabelecido.
 - Ausência do número da placa e quilometragem do veículo registrada no hodômetro na Nota fiscal, quando as despesas se referirem a combustíveis e consertos.
 - Ausência da Fatura Telefônica Detalhada, para que haja a comprovação de que as ligações foram efetuadas somente à serviço da Entidade.
 - Ausência do detalhamento das mercadorias na Nota Fiscal (tipo, quantidade e preços unitários).
 - Não será aceito nenhum pagamento realizado para os dirigentes da Entidade. Se tiver algum pagamento para eles, a despesa será glosada e a Entidade deverá devolver os recursos pagos àqueles dirigentes, corrigidos monetariamente.
 - Não se pode consumir bebida alcoólica com dinheiro público, mesmo que para posterior desconto.
 - Ausência de Nota Fiscal original. Toda Nota Fiscal precisa conter CNPJ, Inscrição Estadual e/ou Municipal, Endereço do Estabelecimento, Número de Série e a discriminação de todas as mercadorias e serviços, além de suas quantidades e preços unitários. Só é nota fiscal aquela na qual se lê: NOTA FISCAL DE VENDA ou NOTA FISCAL DE SERVIÇOS. Notas Fiscais compradas em papelarias deverão vir com o carimbo do Fisco Estadual.
 - O cupom fiscal só tem valor fiscal quando a mercadoria vem discriminada e ele contém CNPJ, Inscrição Estadual e endereço do estabelecimento. Solicitar que o cupom fiscal saia em nome da Entidade, se não for possível, pedir uma Nota Fiscal.
 - Ausência de material impresso (folder, cartaz etc.), quando as despesas se referem à divulgação. Neste material deverá constar o crédito ao órgão concedente do recurso (Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Fundação Cultural ou Fundação Municipal de Desportos).
 - Nota Fiscal Avulsa da Prefeitura Municipal para comprovação de serviços efetuados por pessoas físicas desacompanhada da guia de recolhimento dos impostos retidos (INSS, ISS, IRRF). Quando do pagamento de nota fiscal avulsa, os impostos deverão ser retidos (descontados do valor a pagar ao prestador do serviço) e pagos pela Entidade tomadora do serviço. Lembramos que o pagamento do INSS, em caso de Entidade Pessoa Jurídica, deve ser composto de 20% (parte do tomador) + 11% (parte retida do prestador) do valor total dos serviços.
 - O ISS é devido no local (município) onde o serviço foi prestado. Portanto, caso haja a contratação de empresas ou pessoas físicas situadas em outros municípios para a prestação de serviços dentro do Município de São Bento do Sul, é obrigação da Entidade reter (descontar do valor a ser pago) o percentual do ISS devido, quando do pagamento ao prestador, e recolhê-lo à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.
 - Aplicação dos recursos antes ou depois do prazo de aplicação. Entenda-se como vedação ao pagamento de despesas anteriores ao repasse dos recursos.
 - Na prestação de contas deverá constar no mínimo um exemplar de cada produto resultante do projeto, no caso de projetos culturais.
- Os relatórios da Prestação de Contas deverão vir preferencialmente digitados, pois se estiverem ilegíveis ou rasurados, não serão aceitos.

As demais dúvidas não contempladas nesse manual, poderão ser esclarecidas no Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, ou através do telefone 3631-6197.

4 - BIBLIOGRAFIA

Lei 4320/64, Lei 8666/93, Lei Municipal nº 75 DE 29/06/2001, Lei Municipal nº 3105 de 28/12/2012 - LDO 2013, Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989, Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 14/2012, Portaria Interministerial Nº 127/2008, Código Penal Brasileiro, IN/STN 1/97, Site do Governo de Santa Catarina: www.sef.sc.gov.br/auditoria - orientações - subvenções sociais, Manual de Prestação de Contas do Ministério da Cultura, Instrução Normativa Municipal Nº 01/2005.

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

Nome da Entidade _____

Endereço: _____

Telefone de Contato: _____ CNPJ nº _____

Empenho nº _____ Data depósito ____/____/____
Valor R\$ _____

Lei de Autorização Nº _____ Data: ____/____/____
/20 ____ .

DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS

Declaro, sob as penas da Lei, que os recursos recebidos foram regularmente empregados aos fins a que se destinavam, de acordo com a lei autorizativa, cuja prestação de contas foi montada conforme os requisitos da IN/TC-14/2012 e Decreto Municipal, sendo que todos os documentos de despesa estão legíveis e devidamente assinados pelo presidente da entidade.

São Bento do Sul/SC, ____/____/20____.

Responsável Legal da Entidade

ANEXO II

MODELO DE BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

[illegible]

São Bento do Sul/SC, ____/____/20____.

Assinatura do Titular da Entidade	Assinatura do Contador/Tesoureiro da Entidade

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

MÊS/ANO: Indicar o mês e o ano em que o recurso foi depositado na conta corrente específica do projeto da entidade beneficiada.

UNIDADE CONCEDENTE: Indicar o nome da unidade concedente como Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Fundação Cultural ou Fundação Municipal de Desportos, conforme a Lei autorizativa.

ORDENADOR DA DESPESA: Indicar o nome do responsável pelo órgão que concedeu o recurso.

ENTIDADE BENEFICIADA: Indicar o nome completo da Entidade que recebeu o recurso.

ENDERECO: Indicar o endereço completo da Entidade Beneficiada.

RESPONSÁVEL: Indicar o nome da pessoa responsável pela aplicação do recurso - presidente.

CPF: Indicar o número do cadastro da pessoa física do responsável pela aplicação do recurso.

NOTA DE EMPENHO Nº: Indicar o número da nota de empenho (verificar com o Departamento de Contabilidade).

DATA: Indicar a data de emissão da nota de empenho (verificar com o Departamento de Contabilidade).

VALOR: Indicar o valor total da nota de empenho (verificar com o Departamento de Contabilidade).

PROJETO/ATIVIDADE: Indicar o número do código do projeto atividade da nota de empenho (verificar com o Departamento de Contabilidade).

ITEM/FONTE: Indicar o código da classificação orçamentária e a fonte de recursos da nota de empenho (verificar com o Departamento de Contabilidade).

HISTÓRICO FIEL DA FINALIDADE: Informar a finalidade do projeto ou da etapa correspondente a Prestação de Contas em questão. Incluir neste campo o número da Lei de aprovação do projeto e data da publicação.

DOCUM. Nº, 1ª LINHA: Indicar o mesmo número da ordem bancária de recebimento do recurso, conforme extrato bancário.

DATA, 1ª LINHA: Indicar a data de pagamento da ordem bancária, que deverá ser a mesma data do repasse no extrato bancário.

HISTÓRICO, 1ª LINHA: Informar “Recebimento de recurso da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul/Fundação Municipal de Desportos/Fundação Cultural, ou outro órgão concedente”, conforme a lei de repasse.

RECEBIMENTOS 1ª LINHA: Indicar o valor do recurso recebido. E assim sucessivamente se houverem mais recebimentos e/ou para destacar o valor da entrada de recursos próprios (contrapartida de 20%) na conta bancária.

DOCUM. Nº (DEMAIS LINHAS): Indicar o número do documento fiscal para comprovação da despesa.

DATA DOC. (DEMAIS LINHAS): Indicar a data de emissão do documento fiscal.

DATA PGTO. (DEMAIS LINHAS): Indicar a data do pagamento realizado.

ORDEM BANCÁRIA Nº (DEMAIS LINHAS): Indicar o número do
DOC ou TED que pagou a despesa.

HISTÓRICO (DEMAIS LINHAS): Indicar o nome do destinatário do pagamento.

PAGAMENTOS (DEMAIS LINHAS): Indicar o valor do documento fiscal, que deverá ser igual ao valor do pagamento e que aparece no extrato bancário.

TOTAL EM R\$: Indicar  o total dos valores das colunas pagamento e recebimento.

DATA: Indicar data do preenchimento do balancete de prestação de contas de recursos antecipados.

ASSINATURA TITULAR DA ENTIDADE: Campo destinado à assinatura do representante da Entidade.

ASSINATURA DO CONTADOR (ASS., NOME E CRC Nº): Campo destinado à assinatura do contador/técnico em contabilidade. Caso não haja contador, deverá ser assinado pelo tesoureiro da Entidade.

LEI Nº 3447/2014

LEI Nº 3447, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA REALIZAR DESPESA PARA PREMIAÇÃO AOS ALUNOS VENCEDORES DE CONCURSO PARA CRIAÇÃO DE CARTAZES, CUJO TEMA É "DST/HIV/AIDS - VIVER, AMAR E CUIDAR SÃO AS MELHORES FORMAS DE PRESERVAR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesa para premiação no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), a ser entregue aos alunos vencedores do Concurso para criação de cartazes, cujo tema é "DST/HIV/AIDS - Viver, Amar e Cuidar são as melhores formas de preservar", conforme regulamento anexo.

Art. 2º. A premiação que trata o artigo anterior se dará aos alunos devidamente matriculados e cursando o ensino fundamental do 7º e 8º ano de escolas públicas e privadas, classificados em 1º, 2º e 3º lugares.

Art. 3º. Os prêmios serão distribuídos da seguinte forma:

- a) para o primeiro lugar: 01 (um) notebook;
- b) para o segundo lugar: 01 (um) tablet;
- c) para o terceiro lugar: 01 (uma) máquina Fotográfica Digital

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

CONCURSO DE CARTAZES

"DST/HIV/AIDS - Viver, Amar e Cuidar são as melhores formas de preservar"

REGULAMENTO**1. Do Objetivo**

1.1 O objetivo desse concurso é incentivar os alunos a pensarem sobre o assunto "DST/HIV/AIDS", através de um concurso de cartazes, revelando aí seus potenciais criativos.

2. Do Tema

2.1 Os cartazes deverão abordar o Tema "DST/HIV/AIDS - Viver, Amar e Cuidar são as melhores formas de preservar".

3. Da Categoria

3.1 Alunos devidamente matriculados e cursando o ensino fundamental do 7º e 8º ano de escolas públicas e privadas.

4. Da Participação

- ☐ Cada escola só poderá enviar um trabalho.
- ☐ Os cartazes deverão ser produzidos por apenas um aluno e cada aluno só poderá participar com um cartaz.

5. Das Etapas**5.1 Da Etapa Classificatória**

5.1.1 A etapa classificatória será realizada na própria instituição de ensino, ficando a cargo da direção designar uma comissão julgadora para selecionar, dentre os trabalhos elaborados pelos alunos, o melhor cartaz para participar da etapa final do concurso junto à Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Vigilância à Saúde - Vigilância Epidemiológica, por meio do Programa de DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais.

5.1.2 Será de responsabilidade da instituição de ensino encaminhar os cartazes selecionados ao Centro de Vigilância à Saúde - Vigilância Epidemiológica, Programa de DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais, impreterivelmente até o dia 07/11/2014.

5.2 Da Etapa Final

5.2.1 Os cartazes finalistas ficarão em exposição no Shopping Zipperer - Praça de Alimentação, no período de 25/11/2014 à 01/12/2014.

5.2.2 Os cartazes ganhadores (1º, 2º e 3º lugar) serão escolhidos pela população, através de votação.

6. Das Inscrições

6.1 A inscrição do cartaz será realizada, gratuitamente, na secretaria da escola em que o aluno está matriculado, em período a ser definido pela mesma.

6.2 A escola deverá encaminhar o cartaz finalista com a Ficha de Inscrição (Anexo 1) do aluno preenchida, sem abreviações, com letra legível e assinaturas, para a comissão organizadora do concurso, conforme prazo já estabelecido no item 5.1.2, no Centro de Vigilância à Saúde - Vigilância Epidemiológica, na Rua José Fendrich, 145 - Bairro Progresso, São Bento do Sul.

7. Das Especificações

7.1 Os cartazes devem possuir as seguintes características para concorrer:

- ser inédito;
- concebido individualmente;
- apresentado de forma criativa;
- elaborado em cartolina, preferencialmente na cor branca, tamanho 50 x 66cm ou 48 x 66cm;
- aludir ao tema.

8. Da Avaliação

8.1 A avaliação dos cartazes será feita pela população, mediante votação.

8.2 Os votos serão apurados pela comissão organizadora.

8.3 Serão desclassificados os cartazes que apresentarem as características abaixo:

- rasuras ou defeitos;
- imagens de cartazes de concursos anteriores;
- desenhos de natureza apelativa e/ou imagens violentas;
- carimbos e outros elementos não produzidos pelo aluno;
- menções a empresas, instituições e projetos existentes;
- excesso de palavras e grafia errada;
- materiais reproduzidos das mais variadas mídias disponíveis.

9. Do Empate

9.1 Em caso de empate o critério utilizado será mediante sorteio, efetivado pela comissão organizadora.

10. Do Resultado

10.1 A divulgação do resultado final será por meio de comunicação interna enviada às Unidades Escolares.

10.2 Os vencedores desse concurso serão comunicados do resultado oficial, pela secretaria da escola onde estão matriculados.

11. Da Premiação

11.1 O Programa de DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais, por intermédio da comissão organizadora, realizará a entrega dos prêmios aos vencedores fazendo alusão ao dia 1º de dezembro, em data, horário e local a ser definido, durante a semana voltada ao Dia Mundial de Luta Contra à AIDS.

11.2 Serão premiados os alunos em 1º, 2º e 3º lugares.

12. Dos Prêmios

12.1 1º Lugar: 01 Notebook;

12.2 2º Lugar: 01 Tablet;

12.3 3º Lugar: 01 Máquina Fotográfica Digital;

13. Das Disposições Finais

13.1 A comissão organizadora é composta pelos seguintes membros:

- Carin Luciane Denk Tschöke;
- Josiane de Fátima Telma Fendrich;
- Luciane Mary Koch Scatolon.

13.2 O ato de inscrição nesse concurso implica no total conhecimento e aceitação de todos os itens deste regulamento, bem como na cessão de uso e dos direitos autorais dos cartazes ao Centro de Vigilância à Saúde, sem qualquer tipo de ônus, tendo em vista o objetivo do concurso.

13.3 O Centro de Vigilância à Saúde reserva-se ao direito de divulgação dos cartazes, bem como a cessão de uso dos trabalhos a terceiros, sem qualquer tipo de ônus e sem a necessidade de notificação aos participantes/responsáveis legais, assegurada a divulgação da autoria e o reconhecimento dos devidos créditos.

13.4 O objeto da presente cessão são todos os cartazes finalistas do Concurso de Cartazes.

13.5 Os casos não previstos neste regulamento serão analisados pela comissão organizadora que dará parecer final sobre as questões, não cabendo recursos a qualquer título sobre a sua decisão.

13.6 Os trabalhos serão, obrigatoriamente, mantidos junto à comissão organizadora até a divulgação dos resultados finais do concurso e sua premiação e poderão ser encaminhados ou não para as unidades educacionais correspondentes após o término do concurso.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014

FICHA DE INSCRIÇÃO

CONCURSO DE CARTAZES

"DST/HIV/AIDS - Viver, Amar e Cuidar são as melhores formas de preservar"

Nome do aluno(a): _____

Idade: _____ anos

Endereço: _____

Bairro: _____

Cep.: _____

Cidade: _____

UF: _____

Telefones: (____) _____

Ano que está cursando: _____ Tur-
no: _____

Nome da escola: _____

Telefones: (____) _____

Nome do Professor(a) responsável: _____

Nome do(a) Diretor(a): _____

Atesto a veracidade das informações acima prestadas e declaro conhecer e estar de acordo com o regulamento do Concurso de Cartazes.

Assinatura do(a) aluno(a) Assinatura do(a) Prof. responsável

Assinatura do(a) Diretor(a)

Carimbo da Instituição de Ensino

LEI Nº 3448/2014

LEI Nº 3448, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CELEBRAR TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 023/2014 ENTABULADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Termo Aditivo ao Convênio nº 023/2014 celebrado entre o Município de São Bento do Sul com a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL- ACISBS, CNPJ/MF 86.049.301/0001-25, no valor total de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), autorizado por meio da Lei nº 3397, de 09 de julho de 2014, recursos destinados para a elaboração, diagramação, impressão e distribuição da Revista ACONTECE para o ano de 2014.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Aditivo de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 023/2014 celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONCEDENTE e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.049.301/0001-25, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 352, Bairro Colonial, nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada pelo Presidente da ACISBS, Sr. OSMAR MÜHLBAUER, portador da Carteira de Identidade nº 717.975, CPF/MF nº 311.242.599-53, residente e domiciliado à Rua Paulo Linzmeyer, 146, Bairro Oxford, em São Bento do Sul, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3397 de 09 de julho de 2014 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabelecem o que abaixo segue:

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE até o dia 31 de dezembro de 2014, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- e) Parecer do Conselho Curador, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- f) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado.

As demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por se acharem convenientes, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul,
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

OSMAR MÜHLBAUER
Presidente da Associação Empresarial de São Bento do Sul

TESTEMUNHAS

PEDRO IVO DIENER
Chefe de Gabinete
CPF _____

CLEUSA PICOLLI VIEIRA
Assessora de Gabinete
CPF _____

LEI Nº 3449/2014

LEI Nº 3449, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 566.169,03 (quinhentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e nove reais e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00.00 162 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 226.394,51

3.1.90.13.00.00.00 162 - Obrigações Patronais. R\$ 31.839,52

3.3.90.46.00.00.00 162 - Auxílio-Alimentação. R\$ 21.935,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(121) 3.3.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 25.000,00

Atividade: 2.067 - Contribuição ao PASEP

(23) 3.3.90.47.00.00.00 200 - Obrigações Tributárias e Contributivas. R\$ 6.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(35) 3.3.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo. R\$ 20.000,00

(39) 3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 85.000,00

(44) 4.4.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo. R\$ 80.000,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

(52) 3.1.90.11.00.00.00 200 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 30.000,00

(56) 3.1.91.13.00.00.00 200 - Obrig. Patronais - Op. Intra-Orçament.. R\$ 10.000,00

(57) 3.3.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo. R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 - Recurso FNDE

(499) 4.4.90.51.00.00.00 162 - Obras e Instalações R\$ 280.169,03

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(3) 3.1.90.11.00.00.00 200 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 31.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(119) 4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações. R\$ 25.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Projeto: 1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

(95) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações. R\$ 230.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3450/2014

LEI Nº 3450, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
 Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul
 Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades
 (26) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação. R\$ 6.000,00

Atividade: 2.061 - Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial
 (10) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
 Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
 Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financ. para Associações de Moradores e outras Entidades
 (15) 4.4.50.42.00.00.00 100 - Auxílios R\$ 9.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 755/2014

DECRETO Nº 0755, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
 ALTERA O ART 3º DO DECRETO Nº 0665, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014 QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.
 FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
 DECRETA:

Art. 1º. O art 3º do Decreto nº 0665, de 08 de setembro de 2014, no local que menciona a cobertura ao Crédito Adicional, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação Atividade: 2.055 – Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB			
(6)	3.3.90.14.00.00.00 100	Diárias	1.000,00
(13)	3.3.90.47.00.00.00 100	Obrig. Trib. e Contributivas	1.300,00
(17)	4.4.90.52.00.00.00 100	Equip. Material Permanente	1.500,00"

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 0747, de 14 de novembro de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2014.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2014.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 756/2014

DECRETO Nº 0756, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3449, de 24 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 566.169,03 (quinhentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e nove reais e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 - Secretaria de Educação
 Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil
 3.1.90.11.00.00.00 162 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 226.394,51
 3.1.90.13.00.00.00 162 - Obrigações Patronais. R\$ 31.839,52
 3.3.90.46.00.00.00 162 - Auxílio-Alimentação. R\$ 21.935,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
 Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
 Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos
 (121) 3.3.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 25.000,00

Atividade: 2.067 - Contribuição ao PASEP
 (23) 3.3.90.47.00.00.00 200 - Obrigações Tributárias e Contributivas. R\$ 6.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água
 (35) 3.3.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo. R\$ 20.000,00
 (39) 3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 85.000,00
 (44) 4.4.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo. R\$ 80.000,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
 Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário
 (52) 3.1.90.11.00.00.00 200 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 30.000,00
 (56) 3.1.91.13.00.00.00 200 - Obrig. Patronais - Op. Intra-Orçament.. R\$ 10.000,00
 (57) 3.3.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo. R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 - Secretaria de Educação
 Atividade: 4.027 - Recurso FNDE
 (499) 4.4.90.51.00.00.00 162 - Obras e Instalações R\$ 280.169,03

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
 Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
 Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos
 (3) 3.1.90.11.00.00.00 200 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 31.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de

Abastecimento de Água
(119) 4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações. R\$ 25.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Projeto: 1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada
(95) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações. R\$ 230.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 757/2014

DECRETO Nº 0757, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3450, de 24 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul
Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades
(26) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação. R\$ 6.000,00

Atividade: 2.061 - Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial
(10) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
Operação Especial: 0.049 - Auxílios Financ. para Associações de Moradores e outras Entidades
(15) 4.4.50.42.00.00.00 100 - Auxílios R\$ 9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 758/2014

DECRETO Nº 0758, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos
(16) 3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serviços Terc. PJ R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos
(11) 3.3.90.30.00.00.00.00.0200 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6922/2014

PORTARIA Nº 6922, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014
Corrige Portaria nº 6852/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a Portaria nº 6852/2014, que admitiu servidor temporário, no tocante ao nome, passando de "ZENILDA DE OLIVEIRA FELICIANO" para "ZENILDA TERESINHA DE OLIVEIRA FELICIANO".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6923/2014

PORTARIA Nº 6923, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Corrige Portaria nº 6863/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CORRIGIR a Portaria nº 6863/2014, que admitiu a servidora temporária CATIANE ALESSANDRA JABLONSKI, no tocante ao cargo, passando de "Auxiliar de Serviços" para "Atendente Educativo", e carga horária, passando de "40 horas semanais" para "30 horas semanais".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

LISTAGEM PORTARIAS 11/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6889, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 23 de junho de 2014, da Classe A para Classe B. Nilvia Lindaura dos Santos Correa. Atendente Educativo. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6890, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 09 de julho de 2014, da Classe C para Classe D. Laura Valerio. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6891, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 13 de agosto de 2014, da Classe A para Classe B. Andrea Aparecida Cielusinski Baier. Especialista em Assuntos Educacionais. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6892, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de setembro de 2014, da Classe A para Classe B. Daniela Garcia Pscheidt. Professor Educação Infantil. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6893, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de setembro de 2014, da Classe E para Classe F. Janete Rank Ruthes. Oficial Administrativo - em extinção. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEFIN.

Portaria nº 6894, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 09 de setembro de 2014, da Classe E para Classe F. Elia Fatima da Cruz. Fiscal da Fazenda - em extinção. Grupo Ocupacional 05. Nível I. SEFIN.

Portaria nº 6895, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de outubro de 2014, da Classe F para Classe G. Osvaldir Sestren. Vigia - em

extinção. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6896, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 08 de outubro de 2014, da Classe A para Classe B. Vanessa Dellarosa dos Santos. Atendente Educativo. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6897, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 13 de outubro de 2014, da Classe A para Classe B. Soraia Khalili Ramlov. Atendente Educativo. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6898, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Edemilson Benedito de Assis. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível II. SECAD.

Portaria nº 6899, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Juarez Hreisemmou de Oliveira. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6900, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Leila Morgana Kulpa Minicovski Dobrochinski. Professor de Música I. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6901, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Marcesil Silene Ziebarth Mahs. Professor de Música I. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6902, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Marcia Sirlene Janczkowski Schreiner. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6903, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Suelly Derevetzkei. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível II. SECAD.

Portaria nº 6904, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Tanja Viviane Preissler. Professor de Música II. Grupo Ocupacional 05. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6905, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Angeline Friedrich Novaski. Telefonista. Grupo Ocupacional 03. Nível II. SECAD.

Portaria nº 6906, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Djanira Padilha dos Santos. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6907, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Ederval José Neidert. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível II. SECAD.

Portaria nº 6908, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Margarida Santana Fernandes Lecheta. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I.

SEMED.

Portaria nº 6909, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Otto Schwalbe. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6910, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Sirlei Aparecida Dambroz. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6911, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 29 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Alcides Carvalho. Vigia - em extinção. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMED.

Portaria nº 6912, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de outubro de 2014, da Classe B para Classe C. Darcilo Ribeiro. Vigia - em extinção. Grupo Ocupacional 01. Nível II. FC.

Portaria nº 6913, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de novembro de 2014, da Classe F para Classe G. Evaldo Zigowski. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6914, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 05 de outubro de 2014, da Classe E para Classe F. Celia Sanocki Bassani. Professor Anos Iniciais. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6915, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 10 de outubro de 2014, da Classe E para Classe F. Cleide Bernadete Hubl Freitas. Professor Anos Iniciais. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6916, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 14 de outubro de 2014, da Classe I para Classe J. Jocilene Furmann Comarella. Professor Anos Iniciais. Nível II. SECAD.

Portaria nº 6917, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 28 de outubro de 2014, da Classe F para Classe G. Margareth Dal Piva Simonetti. Professor Anos Finais. Nível II. SEMED.

Portaria nº 6918, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 04 de novembro de 2014, da Classe D para Classe E. Paulo Alves. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6919, de 21 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 16 de novembro de 2014, da Classe C para Classe D. Luiz Carlos de Amorim. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6920, de 21 de novembro de 2014. Conclusão de Estágio Probatório, período de 13/10/2011 a 17/11/2014. Oriane Rosler dos Santos. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 6921, de 21 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 13/11/2014 a 12/12/2014, período aquisitivo 2011/2014. Maria Terezinha Nunes da Silveira. Motorista. SEMAS.

São Bento do Sul, 26 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 203/2014, 24 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 203/2014, 24 de novembro de 2014.
"CONCEDE AVERBAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal OLEGARIO SLUMINSKI, ocupante do cargo de Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, Averbação por Tempo de Serviço/Contribuição dos seguintes períodos: 19.02.1975 à 12.03.1976; 17.03.1976 à 09.07.1976; 15.02.1977 à 27.04.1979; 02.05.1979 à 30.11.1979; 03.12.1979 à 17.10.1993. Protocolo nº 20024050.1.00165/14-8.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO IPICENTRO

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
T Comp Nº.:	01/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Valor.....:	R\$3,19(três reais e dezenove centavos)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N.04/2014
Vigência.....:	12 meses
SAO CARLOS, 21 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

ADITIVO IPICENTRO -SAUDE

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
T Comp Nº.:	01/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Valor.....:	R\$3,19(três reais e dezenove centavos)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N.02/2014
Vigência.....:	12 meses
SAO CARLOS, 21 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

ADITIVO COLINA

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
T Comp Nº.:	17/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	POSTO DA COLINA LTDA

Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Valor.....:	R\$2,78(dois e setenta e oito centavos)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N.14/2014
Vigência.....:	12 meses
SAO CARLOS, 21 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

ADITIVO CAMPO VERDE

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
T Comp Nº.:	16/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Valor.....:	R\$2,64(dois e setenta e sessenta e quatro centavos)litro
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N.14/2014
Vigência.....:	12 meses
SAO CARLOS, 21 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

ADITIVO CAMPO VERDE-SAUDE

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	11/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	AUTO POSTOCAMPO VERDE LTDA
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Valor.....:	R\$2,64(dois reais e sessenta e quatro centavos)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N.06/2014
Vigência.....:	12 meses
SAO CARLOS, 21 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
PREFEITO MUNICIPAL	

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 100 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 100 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

RONI MARINHO FARIAS, Prefeito Municipal, em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0128.2029 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0128.2029 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
24 de outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 103 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 103 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.575,00 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais),

para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0128.2029 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.3110 - Aplicações Diretas
..... R\$ 420,00
12.361.0128.2031 - Manutenção da Secretaria de Educação
4.4.90.00.00.00.00.00.3110 - Aplicações Diretas
..... R\$ 755,00
12.365.0128.2032 - Manutenção do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.3110 - Aplicações Diretas
..... R\$ 400,00

TOTAL
..... R\$ 1.575,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados de Alienação de Bens - Educação, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
04 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 143 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 143 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

RESOLVE:

Conceder Gratificação, nível G-10, ao Sr. MAICON ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista II, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 144 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 144 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

RESOLVE:

Conceder Gratificação, nível G-10, a Sra. ANELISE ESPINDOLA SCHEFFER, ocupante do cargo de Enfermeira, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 145 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 145 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para JORDANA TEIXEIRA MAGNUS, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 03 de outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 104 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 104 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
05 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 106 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 106 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 21.586,29 (vinte e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas
..... R\$ 21.586,29TOTAL
..... R\$ 21.586,29

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do SUS - Sistema Único de Saúde - União - PAB - Piso de Atenção Básica, verificados no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim**PREFEITURA****PREGÃO 42 FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº143/2014

Pregão Presencial 42/2014

Objeto: Contratação De Empresa para realizar reforma Hidro Sanitária e Elétrica do Ginásio de Esportes Juraci Santos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 08/12/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 27.174,86

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 25 de novembro de 2014

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO PREGÃO 52/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Processo 97/2014 PMSJ

Pregão Presencial 52/2014 Data: 27/11/2014 09:30horas

Objeto: Contratação de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para a prestação de serviços bancários para o Município de São Joaquim.

A suspensão do referido processo licitatório se dá em razão de REVISÃO DE ITENS DO EDITAL diante do exposto, estamos realizando as devidas adequações.

Nova data e horário desta licitação serão devidamente publicados neste meio de divulgação.

Atenciosamente

Adriana Baesso

Presidente da Comissão de Licitações

PREGÃO 60 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº104/2014

Pregão Presencial 60/2014 (Registro de Preço)

Objeto: Aquisição de Pneus, câmaras e protetores para Frotas das Secretarias Municipais

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 09/12/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 537.962,48

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou

ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 25 de novembro de 2014
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 294/2014

DECRETO Nº 294/2014

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.217/2014, de 16/04/2014; Ficam NOMEADAS as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Saneamento Ambiental:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

GILBERTO RICARDO GRILLO TITULAR;
IVAN DE BETTIO SUPLENTE;

II - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

MARCELO LUIZ SCHMITT TITULAR;
DANIEL MATOS DE SOUZA NUNES SUPLENTE;

III - SECRETARIA CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO

SILVIA HELENA SILVA LEMOS TITULAR;
CARLOS MARCONI WALTRICK SUPLENTE;

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, IND. E COMÉRCIO

AGNELO OLIVEIRA PINTO TITULAR;
CAROLINE TOMAZ CARVALHO SUPLENTE;

V - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULT. E DESPORTOS

DALVA DE SOUZA HIURA TITULAR;
MARIA BERNARDETE BARBOSA PEREIRA SUPLENTE;

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

JOSÉ VILMAR MARIOT ANTUNES TITULAR;
DENISE DA SILVA HOSOI SUPLENTE;

VII - MEIO AMBIENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

VELOCINO SALVADOR BOLZANI NETO TITULAR;
FRANCIÉLI DE MARAFIGO SUPLENTE;

VIII - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

LUIZ CARLOS AMARAL TITULAR;
JOÃO PAULO SÁ SUPLENTE;

REPRESENTANTES DE ENTIDADES - NÃO GOVERNAMENTAIS:

I - INSTITUIÇÃO DE EDNSINO SUPERIOR - UNIPLAC

EDNA FONTANELA SANDER TITULAR;
ARNALDO MORAES SUPLENTE;

II - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB

ANDERSON DORIVAL COSTA TITULAR;
TAISE VIEIRA ROSA CAMPOS SUPLENTE;

III - MOVIMENTO ECOLÓGICO JOAQUINENSE - MEJ

ADRIANO NUNES DA ROSA TITULAR;
DEIVID GUIDINI LIMA SUPLENTE;

IV - ENTIDADES EMPRESARIAIS - CDL E ACISJO

DANIEL MENDES TITULAR;
MARILENE APARECIDA GOULART SUPLENTE;

V - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

ANTONIO MARCOS PAGANI DE SOUZA TITULAR;
ALFEU SOUZA DE SÁ SUPLENTE;

VI - SETOR PRODUTIVO RURAL - SINDICATO RURAL DE SÃO JOAQUIM

HILTON CARVALHO TITULAR;
REGINALDO RODRIGUES DOS SANTOS SUPLENTE;

VII - CLUBES DE SERVIÇO - ROTARY CLUB DE SÃO JOAQUIM

JOCELITO SOUZA TITULAR;
CLENIO LUIZ SCHNEIDER SUPLENTE.

Parágrafo Único - As Nomeações referidas no artigo 1, não terão ônus para o Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 387/2013, de 16/12/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 21 de Novembro de 2014.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 295/2014

DECRET O Nº 295/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam TRANSFERIDOS os seguintes funcionários; - CLEBISON JOSÉ CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. - RAFAEL ANTUNES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Motorista, na Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, para a Secretaria Municipal de Obras e Viação. - LUIZ RIBEIRO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, para a Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento. - JAIR BORGES ANDRADE, ocupante do Cargo de Pedreiro, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. - JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, para a Secretaria Municipal de Assistência Social. - LUIZ CARLOS BERNARDO, ocupante do Cargo de Motorista, na Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, para a Secretaria Municipal de Obras e Viação. - JOSÉ VALDEMAR MARTINS, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, para a Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento. - SEBASTIÃO RAMOS FLORES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, para a Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 21 de Novembro de 2014.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 296/2014

DECRETO Nº 296/2014

"QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com as Leis Nº 1.918/1994, de 25/08/1994 e Lei Nº 1.925/1994, de 13/10/1994; Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a competente Escritura Pública ao senhor ARISTORIDES RIBEIRO DE OLIVEIRA de um lote de terras Nº 089, quadra 05, medindo 300,00m2, situado na Rua Belarmindo Ambrozio de Sena, Bairro Olaria, nesta cidade.

Parágrafo Único - Fica fazendo parte integrante deste Decreto xerox do Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 24 de Novembro de 2014.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2014 - PR 051/2014

- Processo 172/2014 - Fornecedor: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de fraldas descartáveis para atender a rede de atenção básica e "Programa Acamados" da Secretaria de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$1.285.076,00 - um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil e setenta e seis reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 07 de novembro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2014 - PE 049/2014

- Processo 130/2014 - Fornecedor: HAMILTON MACHADO ME. Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos a serem utilizados no almoxarifado da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$4.680,00 - quatro mil, seiscentos e oitenta reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 22 de outubro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

CONTRATO/CT: Nº 233/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 233/2014 - PR 075/2014 - Processo 206/2014 - Contratado: SAMOEL MARQUES - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de software de gestão pessoal e distribuição de vale transporte para atender a Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$121.800,00 - cento e vinte e um mil e oitocentos reais. Data da Assinatura do Contrato: 28 de outubro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 218/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 218/2014 - PR 041/2014 - Processo 153/2014 - Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada (auxiliar de serviços gerais e cozinheira) para atender a 1ª Companhia de Bombeiros Militar do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze)

meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$113.185,20 - cento e treze mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos. Data da Assinatura do Contrato: 22 de setembro de 2014.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2014 - Processo nº 212/2014. Fornecedores: LAS COMÉRCIO LTDA ME; e GIZELE REGINA DA SILVA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos (CATI) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Valor Total: R\$201.596,64 - duzentos e um mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 299/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 299/2013-01 - PR 097/2013 - Processo 207/2013 - Contratado: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para eventual fabricação e instalação de abrigos de passageiros, para atender os usuários do Município de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 299/2013, por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 29/10/2014. Data da assinatura: 28 de outubro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 202/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 202/2013-01 - Credenciamento 001/2013 - Processo 079/2013 - Contratado: DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S/A. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Ultrassonografia aos Pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela, com os valores dos procedimentos e de acordo com o edital. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 202/2013, por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/08/2014. Data da assinatura: 01 de agosto de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 201/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 201/2013-01 - Credenciamento 002/2013 - Processo 071/2013 - Contratado: DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S/A. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Tomografia e Ressonância Magnética aos Pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela, com os valores dos procedimentos e de acordo com o edital. Prazo: Ficam

prorrogados os prazos do Contrato nº 201/2013, por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/08/2014. Data da assinatura: 01 de agosto de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 278/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 278/2013-01 - PE 027/2013 - Processo 222/2013 - Contratado: CIRÚRGICA CLIMAZA - COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção técnica preventiva e corretiva, nos equipamentos médico-hospitalares e laboratoriais, com o fornecimento de peças para atender a Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 278/2013, por mais 12 (doze) meses, a contar de 09/10/2014. Reajuste: O valor total do Contrato nº 278/2013 será reajustado pelo índice do IGPM, referente ao período dos últimos 12 meses, o qual corresponde a 3,5414%, vigorando o valor total de R\$ 104.407,00 (cento e quatro mil, quatrocentos e sete reais). Data da assinatura: 09 de outubro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 125/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 125/2014-01 - PR 012/2014 - Processo 049/2014 - Contratado: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA - EPP. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e acessórios mecânicos em geral, para a frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Acréscimo Quantitativo: Fica readequado o Contrato original em 25%, o que corresponde a R\$ 185.093,82 (cento e oitenta e cinco mil, noventa e três reais e oitenta e dois centavos). O valor global do Contrato nº 125/2014, que era de R\$ 740.375,30 (setecentos e quarenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos) passa a vigorar com a importância total de R\$ 925.469,12 (novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e doze centavos). Data da assinatura: 15 de outubro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 279/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 279/2013-01 - PE 027/2013 - Processo 222/2013 - Contratado: SC HOSPITALAR LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção técnica preventiva e corretiva, nos equipamentos médico-hospitalares e laboratoriais, com fornecimento de peças para atender a Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 279/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 09/10/2014. Reajuste: Fica reajustado pelo índice do IGPM referente ao período de 01/10/2013 a 30/09/2014, o qual corresponde a 3,5414%, vigorando o valor total de R\$ 182.543,40 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta centavos). Data da assinatura: 09 de outubro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 088/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 088/2013-01 - DL 034/2013 - Processo 081/2013 - Locadores: Srª Maria Albertina Junckes Petry; e Sr. Jovino Augustinho Petry. Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Gentil Silveira Sandin, nº 56, Bairro Praia Comprida, São José/SC, destinado a execução dos projetos sociais da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 088/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 27/04/2014. Valor: A partir deste termo, o valor total do Contrato original passará a vigorar em R\$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais) para o período de 12 meses. Data da assinatura: 22 de maio de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 255/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 255/2013-01 - PR 058/2013 - Processo 111/2013 - Contratado: ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada (recepcionista, zelador, jardineiro e agente de serviços gerais), para atender a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 255/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 24/09/2014. Data da assinatura: 23 de setembro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 761/2012-02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 761/2012-02 - DL 032/2012 - Processo 320/2012 - Locadores: Lauro Manoel Vasco; e Cirene Gomes Vasco. Objeto: Locação de imóvel situado na Rua Getúlio Vargas, nº 578, Bairro Praia Comprida - São José/SC - destinado as instalações do Centro Educacional Infantil Bom Jesus de Iguape. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 761/2012 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 13/12/2014. Data da assinatura: 24 de outubro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 163/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 163/2014-01 - PR 032/2014 - Processo 128/2014 - Contratado: PAULO TEALDI - ME. Objeto: Aquisição de containers habitáveis adaptados para atendimento emergencial do Centro de Educação Municipal Ceniros Martins do Município de São José, por contratação de empresa especializada na área de construções industrializadas. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 163/2014, sendo o prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias e o prazo de vigência por 90 (noventa) dias, ambos com efeitos a partir de 22/10/2014. Readequação Quantitativa: Fica readequado o Contrato original em 24,09%, o

que representa a importância de R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais). O valor do Contrato original, que era de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), vigorará com a importância de R\$ 163.800,00 (cento e sessenta e três mil e oitocentos reais). Data da assinatura: 16 de outubro de 2014.

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2014 - Processo nº 306/2014. Fornecedor: ROBERTA BELEM DA CRUZ EIRELI ME. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavanderia hospitalar com locação de enxoval, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, para a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$41.175,00 - quarenta e um mil, cento e setenta e cinco reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO. PARTES: Município de São José por meio da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a J.A 01 Desenvolvimento Urbano LTDA. OBJETO: Registrar e estabelecer as diretrizes para criação, composição, desenvolvimento e operação do Jardim botânico de São José. VIGÊNCIA: As partes estabelecem, de livre e espontânea vontade, como prazo máximo a data de 31 de dezembro de 2014. LOCAL E DATA: São José, 06 de novembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Eduardo Bastos Moreira Lima pelo Município de São José, Daniel Brose Hermann e Rafael Martins da Silva pela J.A 01 Desenvolvimento Urbano LTDA.

PORTARIA - SA Nº 2566/2014

PORTARIA- SA - Nº 2566/2014

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I - Designar a servidora Sra. LUCIANA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 22.995, lotada na Secretaria de Administração, no cargo de Assistente Social 40h, para exercer suas atividades na Junta Médica.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Novembro de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

EDITAL Nº 005/2014/SAS

EDITAL Nº 005/2014/SAS

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São José - COMPIR/SJ, PARA O BIÊNIO 2015-2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº 5.383, de 11 de abril de 2014, convoca o Fórum Municipal, para realização da eleição da representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ, para o biênio 2015-2017, nos termos do presente edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este edital visa à convocação dos interessados em participar do Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial, bem como, estabelece as normas para o processo eleitoral da representação da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São José - COMPIR/SJ para o biênio 2015-2017.

2. DO Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ

2.1. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ é órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, propositivo, fiscalizador, deliberativo e de composição paritária entre o governo e sociedade civil que, nos termos da Lei Municipal nº 5.383, de 11 de abril de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 5.431, de 26 de setembro de 2014, possui a finalidade de promover, em âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos minoritários da população brasileira, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

2.2. O Conselho será constituído por 20 (vinte) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 10 (dez) membros representantes do Poder Público e 10 (dez) membros representantes da Sociedade Civil, conforme as especificações do artigo 4º da Lei Municipal nº 5.383, de 11 de abril de 2014.

2.3. O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida a recondução, no limite máximo de dois mandatos, proporcionando a renovação de um terço.

3. DAS COMPETÊNCIAS DO Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ

3.1. Na forma do art. 3º da Lei Municipal nº 5.383, de 08 de abril de 2014, são competências do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ:

I - Formular diretrizes e promover políticas públicas intersetoriais, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São José, que visem ampliar os direitos das comunidades historicamente estigmatizadas por motivações étnicas, eliminando discriminações que as atinjam, bem como suas plenas inserções na vida socioeconômica e político-cultural;

II - Assessorar o Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres, deliberando e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, em questões relativas à comunidade negra e outras etnias minoritárias, com o objetivo de defender seus direitos e interesses;

III - Receber orientações, solicitações e sugestões oriundas das entidades representativas da comunidade negra e outras etnias minoritárias que compõem a cidade de São José;

IV - Desenvolver, realizar e publicar estudos, debates e pesquisas relativas à problemática das comunidades negra, indígena, árabe, judaica e cigana;

V - Fiscalizar e tomar as providências para cumprimento da legislação favorável aos direitos da comunidade negra, indígena, árabe,

judaica e cigana;

VI - Desenvolver projetos que promovam a participação da comunidade negra, Judaica, indígena, árabe e cigana, em todos os níveis de atividade;

VII - Estudar os problemas, receber sugestões da sociedade, opinar e deliberar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas;

VIII - Apoiar as realizações concernentes às comunidades negra, e outras etnias minoritárias promovendo atendimento e intercâmbio com organizações nacionais e internacionais, afins ou não;

IX - Promover junto às escolas, entidades representativas, organizações sociais e classistas, debates e estudos para a conscientização das comunidades negra e outras etnias minoritárias;

X - Fazer-se representar em qualquer órgão ou fórum, que promovam a discussão de políticas públicas e/ou sociais de caráter geral;

XI - Manter entendimentos, promover intercâmbios, firmar protocolos e outros ajustes, junto à iniciativa privada nacional e internacional, bem como a administração direta e indireta, estadual, municipal e federal, assim como junto às empresas de capital misto em todos os níveis de administração no país, com a finalidade de obter apoio para a realização de projetos de sua autoria, como também de contribuir na implementação de programas, projetos e ações afirmativas para as comunidades negra, indígena, árabe, judaica e cigana de São José;

XII - Fixar critérios para celebração de contratos ou convênios entre órgãos governamentais e organizações não governamentais representativas que promovam a igualdade racial em São José;

XIII - Elaborar seu regimento interno e decidir as alterações propostas por seus membros;

XIV - Promover intercâmbio entre as entidades e o Conselho;

XV - Divulgar o Conselho e sua atuação junto à sociedade em geral através dos meios de comunicação;

XVI - Promover e apoiar eventos em geral, com o objetivo de valorizar as diversas culturas e manifestações artísticas (indígenas, africana, cigana, árabe, judaica etc.);

XVII - Propor a realização de conferências municipais de promoção da igualdade racial, bem como participar de eventos que tratem de políticas públicas de interesse da população negra e de outros segmentos étnicos da população brasileira.

4. DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

4.1. Conforme o § 1º do art. 4ª da Lei Municipal nº 5.383, de 11 de abril de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 5.431 de 26 de setembro de 2014, poderão se candidatar representantes de entidades da sociedade civil, legalmente organizadas, organizações não governamentais, associações sediadas em São José e/ou entidades de âmbito nacional, com fórum em Santa Catarina, e com representantes residentes no município de São José, voltadas para a Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo Único - OAB e SINTRAM não participarão do Fórum eletivo por serem instituições únicas e exclusivas em sua área de atuação.

4.2. Durante o Fórum será realizada a eleição, dentre os representantes da sociedade civil, interessados em participar do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ, da seguinte forma:

a) As 08 (oito) entidades mais votadas terão direito, observado o seguimento que representa, à assento no Conselho, na condição de titular; e

b) As 08 (oito) entidades mais votadas subsequentes terão direito, observado o seguimento que representa, à assento no Conselho, na condição de suplente.

4.3. As entidades da sociedade civil que pretendam participar da eleição dos componentes do Conselho Municipal de Política de Promoção da Igualdade Racial deverão, obrigatoriamente, estar ligadas a seguimentos de interesse da promoção da igualdade racial, observado o item 5.1 do presente Edital.

4.4. Os membros a serem indicados para compor o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ que estiverem representando os segmentos de entidades da sociedade civil deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) ter idade mínima de dezoito anos;
- b) ser portador de título de eleitor do Município de São José e estar em pleno gozo de seus direitos políticos;
- c) residir no Município de São José;
- d) representar entidades, associações, organizações com reconhecida atuação na área da promoção da igualdade racial no Município de São José.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. Poderão se candidatar a representante da sociedade civil no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ, para o biênio 2015-2017, de acordo a Lei Municipal nº 5.383 de 11 de abril de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 5.431 de 26 de setembro de 2014, Artigo 4º, entidades da sociedade civil, diretamente ligada às seguintes categorias:

- 02 (dois) representantes de organizações culturais afro-brasileiras;
- 02 (dois) representantes de religião de matriz africana;
- 01 (um) representante da juventude;
- 02 (dois) representantes dos movimentos negros;
- 01 (um) representante da comunidade cigana.

5.2. No ato da inscrição deverão ser apresentados:

- I - Cópia do CNPJ e Estatuto Social da Entidade;
- II - Cópia da ata de eleição da última diretoria da entidade;
- III - Ofício assinado pelo representante legal da entidade, com a indicação do seu representante para o processo de votação no Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- IV - documentos pessoais, cópia de RG, CPF, comprovante de residência, Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral (expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e disponível no Portal Eletrônico: <http://www.tre-sc.gov.br/site/eleitores/certidao-de-quitacao-eleitoral/>), do representante da entidade no Fórum;
- V - Formulário padrão de inscrição devidamente preenchido (Anexo I).

5.3. O formulário padrão de inscrição se encontra disponível anexo a este Edital.

5.4. A entrega da documentação para a devida inscrição ocorrerá no período de 28 de novembro a 15 de dezembro de 2014, na Diretoria de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 2º andar, Centro de São José, de segunda à sexta-feira, no horário das 13h00min às 17h00min.

6. DO FÓRUM MUNICIPAL PARA A ELEIÇÃO

6.1. A Secretária Municipal de Assistência Social, abrirá o evento que instalará o Fórum Municipal para Eleição dos Representantes da Sociedade Civil para Composição do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ.

6.2. Os candidatos à participarem do Fórum Municipal da Promoção da Igualdade Racial deverão se apresentar no dia 16 de dezembro de 2014, no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), sito à Avenida Acioni Souza Filho, s/nº, Beira Mar de São José, às 19h. para o início dos trabalhos.

6.3. As inscrições serão avaliadas por uma comissão formada por cinco candidatos ao Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial, escolhida por maioria de votos dos representantes inscritos no Fórum Municipal de que trata este edital.

6.4. A Comissão de que trata o item 6.3 será eleita após a abertura dos trabalhos.

6.5. É de responsabilidade exclusiva da comissão prevista no item 6.3, após análise dos documentos requisitados no item 5.2, confirmar ou não a inscrição dos representantes da sociedade civil no Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

6.6. Ato contínuo à avaliação da documentação de que tratam os itens anteriores, serão eleitos, dentre aqueles com inscrição homologada, um presidente, um secretário e um escrutinador.

6.7. Às 20 horas, com a presença de no mínimo 51% dos inscritos, será iniciado o Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

6.8. Apenas a pessoa indicada na forma do inciso III, do item 5.2, terá voz representando o seu segmento, durante o processo de eleição.

6.9. O nome do indicado deverá constar na ficha de inscrição e só será permitida a substituição com até 03 (três) dias úteis de antecedência do início do Fórum, com a apresentação da mesma documentação prevista no item 5.2 deste Edital.

6.10. A definição dos procedimentos para realização do Fórum, assim como todo o processo de escolha das organizações para comporem o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ poderá ser fiscalizada pelo Ministério Público.

7. DO PROCESSO ELEITORAL

7.1. Serão elegíveis apenas as entidades da sociedade civil habilitadas para o processo.

7.2. Cada eleitor depositará em urna uma cédula indicando o representante de cada uma das entidades previstas no item 5.1., podendo, portanto, votar em até 16 (dezesseis) entidades.

7.3. As 08 (oito) entidades mais votadas, entre as categorias previstas no item 5.1, deste edital, estarão aptas para compor o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/SJ, como titulares, e as 08 (oito) subseqüentes, como suplentes.

8. DA NOMEAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

8.1. Será feita a lavratura da ata da Assembléia de Eleição, que constará a relação das entidades eleitas, por segmento.

8.2. A entidade eleita no Fórum Municipal da Igualdade Racial deverá indicar seu representante, titular e/ou suplente até o dia 19 de dezembro de 2014 por meio de ofício no qual deverá constar o nome completo, CPF, telefone e email e entregá-lo na Diretoria de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 2º andar, Centro de São José, de segunda à sexta-feira, no horário das 13h00min às 17h00min.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1. As despesas com a organização geral do Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial correrão por conta da Secretaria Municipal de Assistência Social.

9.2. Outras informações poderão ser obtidas diretamente na Secretaria Municipal de Assistência Social através do telefone: (48) 3381-0112.

9.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Fórum.

9.4 Fica revogado o EDITAL Nº 001/2014/SAS de 12 de maio de 2014.

São José/SC, 25 de novembro de 2014.

NORMA WARMLING

Secretária Municipal de Assistência Social

(Anexo I)

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AO FÓRUM MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL DE SÃO JOSÉ - COMPIR/SJ

- Entregar esse formulário preenchido, juntamente com os documentos citados abaixo na Diretoria de Gestão do SUAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 2º andar, Centro de São José, de segunda à sexta-feira, no horário das 13h00min às 17h00min, no período compreendido de 28 de novembro a 15 de dezembro de 2014.

I - Cópia do CNPJ e Estatuto Social da Entidade;

II - Cópia da ata de eleição da última diretoria da entidade;

III - Ofício assinado pelo representante legal da entidade, com a indicação do seu representante para o processo de votação no Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

IV - documentos pessoais, cópia de RG, CPF, comprovante de residência, Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral (expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e disponível no Portal Eletrônico: <http://www.tre-sc.gov.br/site/eleitores/certidao-de-quitacao-eleitoral/>), do representante da entidade no Fórum.

Dados da entidade:

Nome: _____

Endereço: _____

Nome do dirigente da entidade: _____

Fone: _____ E-mail: _____

Dados da pessoa que representará a entidade no dia da realização do Fórum:

Nome: _____

R.G.: _____ CPF: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Função que desempenha na entidade: _____

São José/SC, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do representante da entidade

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2014 - PROCESSO Nº 099/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2014 - Processo nº 099/2014.

Objeto: fornecimento de Veículos , direto de Fabrica e/ou concessionária autorizada para compor a frota da Câmara Municipal de São José,

Recebimento das propostas e lances: somente via internet, no endereço eletrônico [HTTP://www.cmsj.sc.gov.br/](http://www.cmsj.sc.gov.br/) na opção PREGÃO ELETRÔNICO, de 26 de novembro de 2014 às 08:00h até dia 08 de Dezembro de 2014, às 11:00h. Abertura das propostas: Dia 08 de Dezembro de 2014, às 14:00h Observação: Após acessar o site acima, clicar em "Acesso ao Sistema", na barra de opções lateral. Em seguida "entre" com seu "USUÁRIO" e "SENHA". Caso ainda não possua, entre em contato com a administração para que sua identificação de acesso seja providenciada. Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13:00h às 19:00h. Fone: (48) 3029-1321.

Valmor José Heberle

Pregoeiro

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.988, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.988, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019		10	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.989, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.989, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME			
12.361.4505.2.014 4.4.90.0		54	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
0.00.00.00.00.00.01.0001				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em

conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Lauri Alberto Centenaro, brasileiro, portador do RG nº 1.383.765 e inscrito no CPF nº 674.402.079-04, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SCS COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santa Catarina, n. 813, Sala 02, Bairro Morada do Sol, no Município de Maravilha - SC, CEP: 89.874-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.995.853/0001-52, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Solange Castanha Schimelfenig, brasileira, inscrita no CPF sob nº 015.942.379-13 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 3.400.840, residente e domiciliada no Município de Maravilha - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 017/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 013/2014, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para que se faça o acréscimo de 0,8% (zero vírgula oito por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender às necessidades do Centro Administrativo Municipal, visto que a quantidade licitada será insuficiente até o final do exercício de 2014.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 275,88 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) o que perfaz aproximadamente 0,8% (zero vírgula oito por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 017/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 013/2014, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA, EXPEDIENTE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NACA - NÚCLEO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, E CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, o seguinte item:

Contratada: SCS COMÉRCIO LTDA;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
91	GUARDANA- PO PAPEL - BRANCO 100% FIBRAS NATURAIS, MEDINDO 30 x 30 CM, PACOTE COM 50 FOLHAS.	75	R\$ 1,60	R\$ 120,00
162	VASSOURA DE PALHA DE 1ª LINHA	12	R\$ 12,99	R\$ 155,88
TOTAL				R\$ 275,88

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 275,88 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENIG Scs Comércio Ltda
LAURI ALBERTO CENTENARO Secretário Municipal de Administração e Fazenda	

DECRETO Nº 4.990, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.990, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti para a "Associação Atlética Veteranos de São Lourenço d'Oeste", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO ESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), correspondente a 100 (cem) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização do evento denominado de "Baile do Chopp", a ser promovido no dia 06 de dezembro de 2014, pela "Associação Atlética Veteranos de São Lourenço d'Oeste", inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.485/0001-29.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a associação que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.991, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.991, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, de parte da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO ESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, restaurante, cozinha, copa e churrasqueiras da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, para a realização de evento a ser promovido no dia 14 de dezembro de 2014, pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.138/0001-30, da seguinte forma:

I - em R\$ 336,60 (trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), correspondente a 3,74 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges;
II - em R\$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente a 0,75 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do restaurante da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

III - em R\$ 83,70 (oitenta e três reais e setenta centavos), correspondente a 0,93 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da cozinha da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

IV - em R\$ 83,70 (oitenta e três reais e setenta centavos), correspondente a 0,93 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da copa da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

V - em R\$ 50,40 (cinquenta reais e quarenta centavos), correspondente a 0,56 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação das churrasqueiras da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti.

Parágrafo único. O valor total da locação de que tratam os incisos I a V, será de R\$ 621,90 (seiscentos e vinte e um reais e noventa centavos), correspondente a 6,91 (seis vírgula noventa e um) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a entidade que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 67/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados para os pacientes, junto ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste - SC.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 10 de dezembro de 2014.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 25 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

DECRETO Nº 8.192/2014 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2014, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 06/2014, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.192/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2014, MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 06/2014, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 129/2014, Concorrência nº 06/2014 de 18/08/2014, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, tem como objeto a contratação de agência de propaganda para prestação de serviço de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução e a intermediação e supervisão de execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e de mais meios de comunicação, para o Município de São Miguel do Oeste - SC.

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 49, da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, que a Administração Pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

CONSIDERANDO, os inúmeros problemas oriundos do texto presente no Edital, a fim de que não haja prejuízo à Administração, muito menos ainda violação aos princípios aplicáveis ao sistema

Licitatório, por razões de interesse público, convém revogar o certame, para que sejam providenciadas as retificações e readequações do novo Ato Convocatório.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 129/2014, modalidade Concorrência nº 06/2014, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 6.987/2014 -AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE VEÍCULO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE AO 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 6.987/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE VEÍCULO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE AO 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente ao 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, veículo RENAULT/CHAPECO MC. CH, ano 2014/2015, placas QHB1415, Chassi 93YMAF4LEFJ417636.

Art. 2º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 3º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, esta ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º Todas as despesas oriundas do bem doado, correrão a partir da sua transferência, à conta do 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 6.988/2014 - DENOMINA DE "RUA ALEXANDRE CASTELLI" A RUA PROJETADA Nº 01, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO VALE VERDE, BAIRRO SÃO GOTARDO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 6.988/2014

DENOMINA DE "RUA ALEXANDRE CASTELLI" A RUA PROJETADA Nº 01, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO VALE VERDE, BAIRRO SÃO GOTARDO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA ALEXANDRE CASTELLI", a Rua Projetada nº 1 localizada no Loteamento Vale Verde, Bairro São Gotardo, Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizados a proceder todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 11 de agosto de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

ADITIVO PREGÃO 16/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

1º ADITIVO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL n.º 16/2014FMS

CONSIDERANDO a previsão contida no item 17.8 do Edital n.º 16/2014 FMS, que permite à Administração a alteração dos termos da licitação, respeitados os princípios da conveniência e oportunidade públicas;

CONSIDERANDO que o objetivo maior do procedimento licitatório é a ampliação da competitividade e, conseqüentemente, maior economicidade à Administração Pública na aquisição de produtos e serviços; RESOLVE a Comissão Permanente de Licitações retificar o Edital no item 1.1.1 "Do Objeto e seus anexos"

1) Onde Lia-se: DO OBJETO - Aquisição estimada parcelada de Suplemento alimentar em pó hipercalórico, conforme a solicitação do Medico - Dr Afonso Baleeiro, para o Paciente Leonardo Constante Bosqueti Mateus. Com solicitação do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

Leia-se: Aquisição estimada parcelada de Fórmula infantil semi-elementar, conforme a solicitação do Medico - Dr Afonso Baleeiro, para o Paciente Leonardo Constante Bosqueti Mateus. Com solicitação do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

2) Onde Lia-se: ANEXO I - Aquisição estimada e parcelada de Suplemento alimentar em pó hipercalórico isento de lactose, frutose, SEM SABOR, indicados para casos de alergia á proteína do leite de vaca. Acondicionados em embalagens de no mínimo 400gr.

Leia-se: Aquisição estimada e parcelada de Fórmula infantil semi-elementar e hipoalergênica, á base de proteína extensamente hidrolisada, isento de lactose e glúten, SEM SABOR, indicados para casos de alergia á proteína do leite de vaca. Acondicionados em embalagens de no mínimo 400gr.

3) Onde Lia-se: MINUTA DA ATA - Aquisição estimada e parcelada de Suplemento alimentar em pó hipercalórico isento de lactose, frutose, SEM SABOR, indicados para casos de alergia á proteína do leite de vaca. Acondicionados em embalagens de no mínimo 400gr.

Leia-se: Aquisição estimada e parcelada de Fórmula infantil semi-elementar e hipoalergênica, á base de proteína extensamente hidrolisada, isento de lactose e glúten, SEM SABOR, indicados para casos de alergia á proteína do leite de vaca. Acondicionados em embalagens de no mínimo 400gr.

Com a alteração do edital e nova publicação (art. 21, § 3.º, Lei n.º 8.666/1993), passa a vigorar nova data para o recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços e Credenciamento até às 08:30h (oito horas e trinta minutos), do dia 09 de dezembro de 2014.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações.

Publica-se, Registre-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de novembro de 2014

JUCELIO KREMER

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 446/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 446/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar da data de 09/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 447/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 447/2014

REVOGA A PORTARIA nº 445/2014.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº. 445/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

DECRETO Nº 201/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 201/2014

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 928/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 77.850,00 (Setenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais) nas dotações abaixo identificadas:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.4.122.0002.2002 - Func. e Manutenção do Gabinete R\$ 10.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2004 - Func. e Manutenção da Adm.

E Finanças R\$ 21.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.014 - Func. e Manutenção do

Transporte Escolar R\$ 19.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

04.01.12.361.0004.2.015- Func. e Manutenção do Ensino

Fundamental R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.036 - Func. e Manutenção da Assistência

Social R\$ 5.950,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.600,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.350,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 - Funcionamento e Manutenção

Da Agricultura R\$ 1.900,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 800,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 77.850,00 (Setenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais) nas dotações abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0005.1.022 - Construção de uma Academia
de Rua R\$ 63.234,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 63.234,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.028- Realização de Eventos Promocionais
R\$ 3.220,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.220,00

08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.0011.2.085 - Amortização e Encargos da Dívida R\$
11.396,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.936,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 25 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER
PREFEITO MUNICIPAL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.692.844,00	14.692.844,00	3.007.791,25	20,47	13.323.027,29	90,68	1.369.816,71
RECEITAS CORRENTES	11.872.844,00	11.872.844,00	2.063.410,44	17,38	10.745.397,73	90,50	1.127.446,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	916.368,00	916.368,00	208.620,78	22,77	1.091.554,67	119,12	-175.186,67
IMPOSTOS	861.671,00	861.671,00	199.490,06	23,15	978.450,80	113,55	-116.779,80
TAXAS	54.697,00	54.697,00	9.130,72	16,69	113.103,87	206,78	-58.406,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	540.762,00	540.762,00	108.360,33	20,04	559.439,32	103,45	-18.677,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	347.262,00	347.262,00	33.437,05	9,63	233.941,06	67,37	113.320,94
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	193.500,00	193.500,00	74.923,28	38,72	325.498,26	168,22	-131.998,26
RECEITA PATRIMONIAL	343.500,00	343.500,00	133.236,21	38,79	641.047,07	186,62	-297.547,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	343.500,00	343.500,00	133.236,21	38,79	641.047,07	186,62	-297.547,07
RECEITA DE SERVIÇOS	7.528,00	7.528,00	2.477,00	32,90	12.185,00	161,86	-4.657,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.144.202,60	9.144.202,60	1.551.577,11	16,97	8.221.640,68	89,91	922.561,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.982.508,60	8.982.508,60	1.518.764,12	16,91	8.083.866,48	90,00	898.642,12
Transf. de Conv.	161.694,00	161.694,00	32.812,99	20,29	137.774,20	85,21	23.919,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	920.483,40	920.483,40	59.139,01	6,42	219.530,99	23,85	700.952,41
Multas e Juros de Mora	538.641,25	538.641,25	281,22	0,05	3.862,80	0,72	534.778,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	255,38	4,26	4.753,28	79,22	1.246,72
RECEITA DA DIVIDAATIVA	282.022,15	282.022,15	31.685,66	11,24	102.717,74	36,42	179.304,41
RECEITAS DIVERSAS	93.820,00	93.820,00	26.916,75	28,69	108.197,17	115,32	-14.377,17
RECEITAS DE CAPITAL	2.820.000,00	2.820.000,00	944.380,81	33,49	2.577.629,56	91,41	242.370,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00	165.350,00	82,68	750.000,00	375,00	-550.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	200.000,00	200.000,00	165.350,00	82,68	750.000,00	375,00	-550.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	206.250,00	1031,25	-186.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	206.250,00	1031,25	-186.250,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.600.000,00	2.600.000,00	779.030,81	29,96	1.621.379,56	62,36	978.620,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	4.400,00	0,00	4.400,00	0,00	-4.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.600.000,00	2.600.000,00	774.630,81	29,79	1.616.979,56	62,19	983.020,44
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	566.898,00	566.898,00	82.268,83	14,51	428.853,06	75,65	138.044,94
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	566.898,00	566.898,00	82.268,83	14,51	428.853,06	75,65	138.044,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	488.370,00	488.370,00	61.271,00	12,55	353.832,74	72,45	134.537,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	488.370,00	488.370,00	61.271,00	12,55	353.832,74	72,45	134.537,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.528,00	78.528,00	20.997,83	26,74	75.020,32	95,53	3.507,68
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AMOR	78.528,00	78.528,00	20.997,83	26,74	75.020,32	95,53	3.507,68
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.259.742,00	15.259.742,00	3.090.060,08	20,25	13.751.880,35	90,12	1.507.861,65

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.259.742,00	15.259.742,00		20,25	13.751.880,35	90,12
DÉFICIT (VI)	—	—		—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.259.742,00	15.259.742,00		20,25	13.751.880,35	90,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	781.385,28		—	695.239,75	—
Superávit Financeiro	—	781.385,28		—	695.239,75	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00		—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.805.742,00	2.548.806,69	17.354.548,69	2.118.199,14	13.657.517,77	3.503.031,45	11.756.721,46	67,74
DESPESAS CORRENTES	9.529.242,00	1.154.801,37	10.683.843,37	1.625.714,03	8.733.510,61	1.881.996,79	8.139.662,29	76,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.733.291,95	623.717,58	5.357.009,53	1.013.574,68	4.659.887,71	1.006.884,99	4.632.561,53	86,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.795.950,05	530.883,79	5.326.833,84	612.139,35	4.073.622,90	875.111,80	3.507.100,76	65,84
DESPESAS DE CAPITAL	5.123.500,00	1.394.205,32	6.517.705,32	492.485,11	4.924.007,16	1.621.034,66	3.617.059,17	55,50
INVESTIMENTOS	4.673.500,00	1.744.205,32	6.417.705,32	470.311,39	4.846.524,01	1.598.860,94	3.539.576,02	55,15
INVERSOES FINANCEIRAS	350.000,00	-350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	22.173,72	77.483,15	22.173,72	77.483,15	77,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	153.000,00	0,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	454.000,00	-29.945,77	424.054,23	73.605,94	371.956,37	73.605,94	371.956,37	87,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	454.000,00	-29.945,77	424.054,23	73.605,94	371.956,37	73.605,94	371.956,37	87,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.259.742,00	2.518.860,92	17.778.602,92	2.191.805,08	14.029.474,14	3.576.637,39	12.128.677,83	68,22

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.259.742,00	2.518.860,92	17.778.602,92	2.191.805,08	14.029.474,14	3.576.637,39	12.128.677,83	5.649.925,09
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.623.202,52	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.259.742,00	2.518.860,92	17.778.602,92	2.191.805,08	14.029.474,14	3.576.637,39	13.751.880,35	5.649.925,09

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 915.801,75

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.805.742,00	17.354.548,69	2.118.199,14	13.657.517,77	3.503.031,45	11.756.721,46	96,93	67,74
Legislativa	550.000,00	550.000,00	71.479,92	368.585,00	74.453,63	365.021,20	3,01	66,37
Ação Legislativa	550.000,00	550.000,00	71.479,92	368.585,00	74.453,63	365.021,20	3,01	66,37
Administração	1.717.072,52	1.399.789,19	255.078,63	1.335.125,95	268.405,68	1.230.259,97	10,14	87,89
Administração Geral	1.717.072,52	1.399.789,19	255.078,63	1.335.125,95	268.405,68	1.230.259,97	10,14	87,89
Segurança Pública	18.500,00	18.500,00	6.719,04	12.482,72	5.594,44	10.835,02	0,09	58,57
Defesa Civil	18.500,00	18.500,00	6.719,04	12.482,72	5.594,44	10.835,02	0,09	58,57
Assistência Social	349.700,00	216.124,54	25.779,64	104.348,56	22.542,25	93.688,21	0,77	43,35
Assistência ao Idoso	25.000,00	18.500,00	6.450,69	15.862,75	4.223,69	12.769,25	0,11	69,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	174.700,00	147.624,54	19.328,95	88.485,81	18.318,56	80.918,96	0,67	54,81
Assistência Comunitária	150.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	1.128.160,00	1.128.160,00	51.472,89	254.717,91	54.814,41	252.579,06	2,08	22,39
Previdência do Regime Estatutário	1.128.160,00	1.128.160,00	51.472,89	254.717,91	54.814,41	252.579,06	2,08	22,39
Saúde	2.169.931,48	2.489.255,32	372.751,14	1.867.595,51	395.186,29	1.707.456,41	14,08	68,59
Atenção Básica	2.139.931,48	2.489.255,32	372.751,14	1.867.595,51	395.186,29	1.707.456,41	14,08	68,59
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	2.362.509,00	3.249.275,45	480.709,55	3.016.033,67	763.931,63	2.953.739,44	24,35	90,90
Alimentação e Nutrição	79.660,00	110.604,95	25.185,78	100.081,34	23.578,56	93.792,37	0,77	84,80
Ensino Fundamental	1.473.638,00	2.082.360,44	244.517,34	1.864.892,32	479.117,50	1.822.687,93	15,03	87,53
Educação Infantil	773.211,00	1.045.310,06	210.790,43	1.042.388,26	259.579,57	1.032.032,39	8,51	98,73
Educação de Jovens e Adultos	16.000,00	11.000,00	216,00	8.671,75	1.656,00	5.226,75	0,04	47,52
Educação Básica	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	343.500,00	220.000,00	80.908,29	215.513,55	91.152,16	173.479,87	1,43	78,85
Difusão Cultural	343.500,00	220.000,00	80.908,29	215.513,55	91.152,16	173.479,87	1,43	78,85
Urbanismo	2.659.369,00	2.724.034,58	189.776,53	1.636.613,11	326.585,98	1.474.177,18	12,15	54,12
Infra-Estrutura Urbana	350.000,00	196.090,00	0,00	195.289,40	28.400,46	195.289,39	1,61	99,59
Serviços Urbanos	2.309.369,00	2.527.944,58	189.776,53	1.441.323,71	298.185,52	1.278.887,79	10,54	50,59
Gestão Ambiental	128.750,00	330.750,00	15.141,21	313.299,28	223.765,88	294.907,35	2,43	89,16
Preservação e Conservação Ambiental	128.750,00	330.750,00	15.141,21	313.299,28	223.765,88	294.907,35	2,43	89,16
Agricultura	310.000,00	572.900,00	43.374,25	560.087,63	72.288,13	529.051,62	4,36	92,35
Extensão Rural	310.000,00	572.900,00	43.374,25	560.087,63	72.288,13	529.051,62	4,36	92,35

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.805.742,00	17.354.548,69	2.118.199,14	13.657.517,77	3.503.031,45	11.756.721,46	96,93	67,74
Comércio e Serviços	99.500,00	44.500,00	7.888,06	36.288,85	9.799,92	33.300,51	0,27	74,83
Turismo	99.500,00	44.500,00	7.888,06	36.288,85	9.799,92	33.300,51	0,27	74,83
Transporte	2.320.000,00	3.834.785,48	441.894,23	3.624.441,39	1.134.115,56	2.351.100,66	19,38	61,31
Transporte Rodoviário	2.320.000,00	3.834.785,48	441.894,23	3.624.441,39	1.134.115,56	2.351.100,66	19,38	61,31
Desporto e Lazer	272.750,00	178.416,00	30.157,90	112.152,20	15.327,63	86.892,52	0,72	48,70
Desporto Comunitário	272.750,00	178.416,00	30.157,90	112.152,20	15.327,63	86.892,52	0,72	48,70
Encargos Especiais	223.000,00	245.058,13	45.067,86	200.232,44	45.067,86	200.232,44	1,65	81,71
Serviço da Dívida Interna	112.500,00	112.500,00	22.173,72	77.483,15	22.173,72	77.483,15	0,64	68,87
Outras Transferências	110.500,00	132.558,13	22.894,14	122.749,29	22.894,14	122.749,29	1,01	92,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	153.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	454.000,00	424.054,23	73.605,94	371.956,37	73.605,94	371.956,37	3,07	87,71
Administração	57.000,00	57.000,00	9.060,51	44.838,25	9.060,51	44.838,25	0,37	78,66
Administração Geral	57.000,00	57.000,00	9.060,51	44.838,25	9.060,51	44.838,25	0,37	78,66
Assistência Social	8.000,00	3.000,00	0,00	1.997,28	0,00	1.997,28	0,02	66,58
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	3.000,00	0,00	1.997,28	0,00	1.997,28	0,02	66,58
Saúde	110.000,00	107.468,80	16.873,33	88.074,33	16.873,33	88.074,33	0,73	81,95
Atenção Básica	110.000,00	107.468,80	16.873,33	88.074,33	16.873,33	88.074,33	0,73	81,95
Educação	211.000,00	202.585,43	39.297,06	197.983,08	39.297,06	197.983,08	1,63	97,73
Ensino Fundamental	125.000,00	112.969,00	21.467,44	108.366,65	21.467,44	108.366,65	0,89	95,93
Educação Infantil	86.000,00	89.616,43	17.829,62	89.616,43	17.829,62	89.616,43	0,74	100,00
Cultura	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	42.000,00	35.000,00	5.485,08	25.794,27	5.485,08	25.794,27	0,21	73,70
Serviços Urbanos	42.000,00	35.000,00	5.485,08	25.794,27	5.485,08	25.794,27	0,21	73,70
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	14.000,00	14.000,00	2.889,96	13.269,16	2.889,96	13.269,16	0,11	94,78
Extensão Rural	14.000,00	14.000,00	2.889,96	13.269,16	2.889,96	13.269,16	0,11	94,78

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	454.000,00	424.054,23	73.605,94	371.956,37	73.605,94	371.956,37	3,07	87,71
Comércio e Serviços	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.259.742,00	17.778.602,92	2.191.805,08	14.029.474,14	3.576.637,39	12.128.677,83	100,00	68,22

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 135/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 135/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 86/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 59/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98, estabelecida Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, nº. 847, Vila Parolin, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.220-410.

Objeto: Aquisição de medicamento destinado a atender a demanda da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	SULFADIAZINA DE PRATA 1% + NITRATO DE CERIO 0,4% CREME 30 GR	50	Bisnagas	33,,	1.650,00
VALOR R\$ TOTAL					1.650,00

Valor do contrato: R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 25/11/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A59/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A59/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: QUARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.496.490/0001-48, estabelecida na Rua Gothard Kaesemodel, nº 732, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor

Hoylson Trevisol, inscrito no CPF sob o nº. 028.964.459-20 e Carteira de Identidade nº. 3.746.083-8-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 13/2014-PMS, celebrado em 11 de fevereiro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 223/2013 - PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2013-PMS, para a contratação de empresa especializada em serviço de manutenção e instalação de Iluminação Pública, mensal de rotina e de emergência na área urbana e rural do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no valor, reajustado conforme índice IGPM, no valor total de R\$ 38.719,32 (trinta e oito mil setecentos e dezenove reais e trinta e dois centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, e 65, I, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 12 meses, no valor mensal de R\$ 3.026,61 (três mil e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), e no item 02 aditivada a quantidade de 1200 unidades no valor unitário de R\$ 2,00 (dois reais) totalizando o valor total dos itens em R\$ 38.719,32 (trinta e oito mil setecentos e dezenove reais e trinta e dois centavos) e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, passando o valor total do contrato original para R\$ 76.339,32 (setenta e seis mil trezentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Empresa especializada em serviço de manutenção de 2.545 pontos (responsabilidade da empresa vencedora pela segurança e equipamentos necessários) de Iluminação Pública, mensal de rotina e de emergência na área urbana e rural do Município .	12	Meses	3.026,61	36.319,32
02	Destinação final de lâmpadas inteiras ou quebradas em local licenciado pela FATMA - Sendo 200 unidades mês.	1200	Unidade	2,00	2.400,00
TOTAL R\$					38.719,31

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 13/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

QUARK ENGENHARIA LTDA.

Hoylson Trevisol

CPF nº. 028.964.459-20

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A62/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A62/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 153/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, nº. 1450, Bairro Corticeira, na Cidade de Guarimirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Hans Hartwig Gehrmann, inscrito no CPF sob nº. 248.293.079-00, portador da Carteira de Identidade nº. 2/R 414.549-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 153/2014-PMS, celebrado em 23 de julho de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 128/2014 - PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 59/2014-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria da Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Enquadra-se nos termos do artigo 69, inciso II, alínea "d", conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam

o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 46.000 litros do item 01, e que resta a Administração 114.000 litros de saldo, e do item 02 foram utilizados 12.000 litros, restando a Administração 28.000 litros de saldo, até o termino desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa passando o valor do litro no item 01 para R\$ 2,422 (dois reais e quarenta dois centavos e dois centésimo de real) e passando o valor no item 02 para R\$ 2,554 (dois reais cinquenta e cinco centavos e quatro centésimo de real), totalizando o valor de reajuste em R\$ 16.188,00 (dezesesseis mil cento e oitenta e oito reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" passando o valor do litro no item 01 para R\$ 2,422 (dois reais e quarenta dois centavos e dois centésimo de real) e passando o valor no item 02 para R\$ 2,554 (dois reais cinquenta e cinco centavos e quatro centésimo de real), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR REAJUSTADO
1	Óleo Diesel - S500 - 160.000 (cento e sessenta mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entrega em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	160.000	2,308	Litros	114.000	2,422

2	Óleo Diesel - S10 - 40.000 (quarenta mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entrega em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	40.000	2,44	Litros	28.000	2,554
---	---	--------	------	--------	--------	-------

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 16.188,00 (dezesesseis mil cento e oitenta e oito reais), passando a ser o valor do contrato de R\$ 483.068,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e sessenta e oito reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 153/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Hans Hartwig Gehrman

CPF nº. 248.293.079-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A61/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A61/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 160/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.488.882/0014-28, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco nº. 3490, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Angelo Alberto Chiodini inscrito no CPF sob o nº. 781.474.178-53, portador da Carteira de Identidade no 4.767.959-0 - SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 160/2014-PMS, celebrado em 06 de agosto de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 134/2014 - PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 62/2014-PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição combustível gasolina e álcool comum para os veículos da frota da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Enquadra-se nos termos do artigo 69, inciso II, alínea "d", conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 23.130,3743 litros do item 01, e que resta a Administração 46.869,6257 litros, até o termino desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa passando o valor do litro que é de R\$ 2,869 (dois reais e oitenta e seis centavos e nove centésimos de real) para o valor de R\$ 2,937 (dois reais e noventa e três centavos e sete centésimos de real), na quantidade existente de 46.869,6257 litros, totalizando o valor de reajuste de R\$ 3.187,134 (três mil cento e oitenta e sete reais treze centavos e quatro centésimos de real).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" para o item 01 para o valor de R\$ 2,937 (dois reais e noventa e três centavos e sete centésimos de real), na quantidade existente de 46.869,6257 litros, totalizando o valor de R\$ R\$ 137.656,09 (cento e trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e nove centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRI- ÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	UNID.	SALDO LICI- TAÇÃO	VALOR REAJUS- TADO
01	Gasolina Comum	70.000	2,869	Litros	46.869,6257	2,937

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 3.187,134 (três mil cento e oitenta e sete reais treze centavos e quatro centésimos de real), passando a ser o valor do contrato R\$ 216.962,134 (duzentos e dezesseis mil novecentos e sessenta e dois reais e treze centavos e quatro centésimos de real).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 160/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

POSTO AGRICOPEL LTDA FILIAL 13

Angelo Alberto Chiodini

CPF nº 781.474.178-53

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

DECRETO Nº 3.165/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.165/2014 de 24 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.276,35 (nove mil duzentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Jurídica R\$ 3.423,26

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.853,09

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0000 R\$ 9.276,35

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 258/2010-PMS -A52/2014 – PMS

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO ADITIVO Nº. A52/2014 - PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 258/2010 - PMS

Proveniente do Processo nº. 187/2010 - PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 10/2010 - PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Bairro Andorinha, na cidade de Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio www.LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio-administrador, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 258/2010-PMS, celebrado no dia 30 de novembro de 2010, para a consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", conforme Parecer da Procuraria nº 62/2014-PROJUR.

CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 25 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

Daniela Samulescki
CPF N.º 053.350.739-18
Testemunha 01

Ivandra de Souza
CPF N.º 047.563.299-00
Testemunha 02

PORTARIA Nº 5.790/2014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 5.790/2014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6 e o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução de serviços (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos), de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizado na Rua Erich Froehner, Schroeder I, Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², de acordo com as especificações no Contrato nº. 263/2014-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 12/2014-PMS, Processo nº. 220/2014-PMS - empresa ARKA EMPREENDIMIENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 18.985.854/0001-30,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 24 de novembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DISPENSA Nº 60/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 60/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 87/2014 Data: 24/11/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA Endereço: AV 62-A,419 - Cidade: RIO CLARO - SP CNPJ: 67.729.178/0001-49	Código: 7531 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de medicamento destinado a atender a demanda da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC;	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	DIGOXINA 0,05MG/5ML ELIXIR FRASCO 120ML	FR	5,248	78,72
2	100,00	Espiramicina 1,5UI comprimido	COMP	2,632	263,20
3	200,00	PERMANGANATO DE POTASSIO 10MG COMPRIMIDO	COMP	0,052	10,40
4	20,00	CLORPROMAZINA 5MG/ML IM INJETAVEL	APM	1,144	22,88

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Solicito a autorização para a compra do medicamento elencado que é para o atendimento das demandas da farmacia basica. Foi utilizados todos os meios para aquisição do mesmo via processo licitatório, entretanto, foi cancelado pois a empresa foi inabilitada das propostas do item nº 38 e os itens nº 19, 44, 47 não houve cotação do processo de licitação do dia 06/11/2014 - pregão 20/2014.

Schroeder, 24 de Novembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 60/2014 - DL**

Processo Nr.: 87/2014
Data: 24/11/2014

Folha: 2/2

24/11/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Novembro de 2014

Valor da Despesa: 375,20 (trezentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

ATA TOMADA DE PREÇOS 11/2014-PMS (SEQUÊNCIA 04)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 11/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 215/2014 Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 165/2014 (Sequência: 4)

Ao(s) 25 de Novembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55372014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 215/2014, Licitação nº 11/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se conforme ata nº 163/2014, sequencia 03 de 21 de novembro 2014. Sendo abertos os envelopes da proposta comercial da empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES. Constatou-se vencedora a empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, com valor total de R\$ 86.400,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

TOMADA DE PREÇO

Nr.: 11/2014 - TP

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 215/2014
Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 2/3

Participante: 12764 - SAPPIA AUDITORES INDEPENDENTES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

1	Prestação de serviços de consultoria nas áreas orçamentárias, financeira, patrimonial, contraditórios ao tribunal de contas do Estado, encerramento de balanço anual, plano plurianual, diretrizes e orçamentos, na sede do Município.	MÊS	12,00		0,0000	7.200,00	86.400,00
---	--	-----	-------	--	--------	----------	-----------

O atendimento se dará da seguinte forma:

- PRESENCIAL: até 4 (quatro) visitas mensais conforme a necessidade do Setor de Contabilidade do Município e Solicitação do Responsável pelo Contrato.
- REMOTO: diariamente via canal de chat, acesso remoto, telefone, e-mail, fax, conforme o horário de funcionamento da Prefeitura.

COM ÊNFASE EM:

a) Instrumentos de Planejamento - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual:
- Orientação na elaboração do Plano Plurianual - PPA, seus anexos, alterações e sugestões de informações a serem apresentadas nas audiências públicas.
- Orientação na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus anexos, estimativas de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal, montante da dívida, projeções para os exercícios seguintes e sugestões de informações a serem apresentadas nas audiências públicas.
- Orientação na elaboração da Lei Orçamentária Anual, seus anexos, Lei de Meios. Mensagem, autorizações para alterações orçamentárias e sugestões de informações a serem apresentadas nas audiências públicas.

b) Registros Contábeis:

- Acompanhamento de todas as alterações da legislação, especialmente as da Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Ministério da Previdência orientando a criação de contas contábeis e a realização de lançamentos contábeis de acordo com as normas legais.
- Acompanhamento e sugestão de correção, se for o caso, dos saldos contábeis.
- Orientação e acompanhamento no que se refere a procedimentos contábeis patrimoniais: bens móveis, imóveis e intangíveis, bens de infraestrutura: ruas, praças, etc., reconhecimento da provisão para perda da dívida ativa, das provisões e passivos contingentes referente processos judiciais, plano de contas novo, novas demonstrações contábeis e outros controles necessários ao atendimento das Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP e IPSAS) junto à Contabilidade.

c) Apuração de Limites Constitucionais e Legais:

- Acompanhamento mensal do limite constitucional de gasto com educação.
- Acompanhamento mensal do limite constitucional de gasto com saúde.
- Acompanhamento mensal do limite legal de gasto com pessoal.
- Acompanhamento da situação orçamentárias da Prefeitura e seus Fundos.
- Acompanhamento da situação financeira da Prefeitura e seus Fundos.

d) Relatórios e informações ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas da União, Secretaria do Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal:

- Orientação e acompanhamento dos relatórios exigidos pela STN/CEF denominado SISTN ou o que vier em sua substituição.
- Orientação e acompanhamento dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União denominado Homepage das Contas Públicas ou o que vier em sua substituição.
- Orientação e acompanhamento do sistema e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ou o que vier em sua substituição.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 11/2014 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 215/2014 Data do Processo: 20/10/2014
	Folha: 3/3

ver em sua substituição.

- Orientação e acompanhamento dos relatórios do Ministério da Educação denominado SIOPE ou o que vier em sua substituição.
- Orientação e acompanhamento dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal denominados Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.
- Orientação e acompanhamento de respostas a ofícios, relatórios e diligências do Tribunal de Contas do Estado e outros em relação a Contabilidade e Planejamento.
- Orientação e acompanhamento de relatório circunstanciado de análise ao Balanço.
- Orientação e acompanhamento de Elaboração de Notas Explicativas.

e) Outras atividades ligadas a administração orçamentária e financeira do Poder Público Municipal:

- Orientações diversas sobre procedimentos da administração orçamentária e financeira do Poder Público.

Total do Participante ----->	86.400,00
Total Geral ----->	86.400,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 25 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Renato Cristofolini	- - Representante
---------------------	-------------------------

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO FMS 222/2014

DECRETO Nº 222, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 335.000,00 (Trezentos e trinta e cinco mil reais). nas seguintes dotações orçamentárias:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.0070 - Aplicações Diretas R\$ 320.000,00

2.023 - Serviço de Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.00.00.0038 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação das fontes 70 e 38.

Prefeitura Municipal de Sombrio, 11 de novembro 2014

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO 223/2014

DECRETO Nº 223, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA

2.024 - Gestão da Secretaria da Educação

3.1.90.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.025 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas R\$ 310.000,00

2.027 - Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 86 (Recursos Próprios em Educação).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DISPENSA DE LICITAÇÃO 123/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 123/2014

Objeto: AQUISIÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE CARNE DE PANELA, CARNE MOÍDA E COXA E SOBRE COXA DE FRANGO, A SEREM UTILIZADAS NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADA: L. DA BOITT DA ROSA -ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

VIGÊNCIA: 25/11/2014 Á 31/12/2014.

VALOR DO OBJETO: R\$ 69.920,00 - TOTAL

JUSTIFICATIVA: a presente dispensa justifica-se em razão da necessidade de manutenção do fornecimento regular de merenda escolar da rede municipal de ensino.

Sombrio - SC, em 25 de Novembro de 2014.

Edson Martins da Rosa

Prefeito Municipal em Exercício

Timbó

PREFEITURA

DECRETO Nº 3619, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014-REPUBLICADO

DECRETO Nº 3619, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 4.600,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 4.600,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	2.500,00
	TOTAL	2.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLIC. DDIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	2.500,00
	TOTAL	2.500,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.100,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP-SAÚDE	2.100,00
	TOTAL	2.100,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLIC. DDIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP-SAÚDE	2.100,00
	TOTAL	2.100,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 157 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA FROTA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão Nº 157/2014 - PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de combustíveis (gasolina aditivada, óleo diesel S10 e óleo diesel comum) destinados ao abastecimento da frota municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas e caminhões) no período de janeiro a dezembro do exercício 2015, conforme quantitativo e condições constantes do anexo I do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h15min do dia 12 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 12 de dezembro de 2014 as 08h25min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/11/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 158 2014 PMT - FOLHAS DE PORTA E. M. TIROLESES

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão presencial Nº 158/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de portas em madeira (eucalipto) em substituição às existentes na Escola Municipal Tirolese, neste município, em atendimento às necessidades de manutenção do imóvel da Secretaria de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h15min do dia 11 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 11 de dezembro de 2014 as 09h25min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 24/11/2014
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116 2014 PMT - DESPACHO DESPACHO

O Município de Timbó lançou edital de pregão nº. 116/2014 com o objetivo de aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias.

A Papelaria Copiatic Ltda. ME restou vencedora do Pregão para os itens 19 e 20, ofertando o valor de R\$ 465,00 e R\$ 334,00 respectivamente na data de 06/10/2014. Manifestando intenção de protocolar recurso, alegando que cotou erroneamente o preço dos itens 19 e 20.

A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer jurídico, enfatizando que a empresa quando interessada em participar de licitação tem conhecimento das regras e preços cotados. Concluindo que os argumentos utilizados não justificam o descumprimento da obrigação contraída, nem tão pouco podem isentá-la das sanções decorrentes pela inobservância das regras avençadas no edital.

Diante disso, a autoridade competente emitiu decisão, cientificando a empresa acerca da aplicação da pena de MULTA COMPENSATÓRIA DE 20% sobre o valor total registrado (R\$ 799,00) que corresponde a R\$ 159,80, conforme previsão do item 15.1, c do Edital de Pregão 116/2014, ou querendo, entregar os móveis conforme descrevo do edital pelos preços cotados.

Cientificada a empresa, esta efetuou em 13/11/2014 o pagamento da multa compensatória.

Desta forma, convoca-se a empresa próxima colocada nos itens 19 e 20 do referido Pregão Presencial, qual seja, Célia Regina W. Sani Me para fornecê-los pelo preço ofertado no último lance apresentado pela empresa, declarando-a vencedora dos referidos itens.

Timbó, 25 de novembro de 2014.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 1370, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1370, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320,

de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATACÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADILVO FELTRIN	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ADRIANA BERNDT DE SOUZA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ADRIANA FURLANI ZATELLI	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ADRIANA GONCALVES DE ANDRADE BALDO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ALINE LIMA DE OLIVEIRA KLEMZ	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ALINE SACHT VARGAS	1197 de 10.07.2014	07/10/2014
ALINNE TATIANE MARCARINI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ALZIRA BREHMER	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
AMANDA ROGERIA BONA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ANA LUCIA SILVEIRA GOMES	1352, de 15.09.2014	01/11/2014
ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ANA PAULA DE MENDONÇA FERREIRA MOURA	1324, de 01.09.2014	01/11/2014
ANA PAULA LIRA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ANALU ENZI KLEINSCHMIDT	1166 de 30.06.2014	10/10/2014
ANDREA BEATRIZ FACHINI	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ANDRESSA DE ANDRADE	1214 de 15.07.2014	01/11/2014
ANETI ZICK	1290 de 18.08.2014	01/11/2014
ANGELA FERRARI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ANGELITA DE SOUZA PURIM	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
APARECIDA BULE TAVARES	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ARLETE DO ROCIO COELHO BUENO	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
BARBARA FRANCIELY OSTROWSKI	1341, de 08.09.2014	01/11/2014
BEATRIZ LUZIA WETZEL BEBER	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
BERNADETE VINHARSKI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
CAMILA HINSCHING	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
CAMILA NINOW	1285 de 13.08.2014	17/12/2014
CARLA TESKE	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
CAROL GATTI DE AMORIM	1347, de 10.09.2014	01/11/2014
CENIR APARECIDA IGLIKOSKI LAVINSKI	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
CINIRA OLINDA BUSARELLO	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
CRISTIANE CARDOZO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
CRISTINA MARIA COSTA WECKER	1258 de 04.08.2014	17/12/2014
DAIANE JAEGER	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
DANIELLE CRISTINA BARTH	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
DEBORA CRISTINA DA SILVA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
DIANGELA DANUBIA MAAS NONES	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
DISSICA REGINA MELNIK ZELINSKI GIOVANEL	1177 de 01.07.2014	01/11/2014
DILMA CHEQUETO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
DIRCE SORAYA JANKE	1290 de 18.08.2014	01/11/2014
DOLORES CAIMI KRAUSS	1250 de 01.08.2014	01/11/2014

DOROTEIA SIDOOSKI	1197 de 10.07.2014	01/11/2014
EDILSE MARIA LESKE	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
EDINEIA FICANHA	1311, de 01.09.2014	01/11/2014
ELI AGUINALDA PFLEGER EGER	1312, de 01.09.2014	01/11/2014
ELIANE GONCALVES DE LIZ	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ELIANE NORATO	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ELIANE SLOMP	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ELIS REGINA FURLANETTO PEROZA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ELIZETE DE ALMEIDA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
EMANUELA APARECIDA CRIS-TOFOLINI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
EMILENE MONTEIRO DA CUNHA MELIORINI	1330, de 04.09.2014	01/11/2014
EMILIA ODORIZZI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
EVA LUANA PONATH	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
FABIANE LUIZA BEE PEREIRA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
FRANCIANI DUTRA RIBEIRO BORGES	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
FRANCIELI APARECIDA DRAPSKI	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
FRANCIELY SELIA TERRA DA SILVEIRA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
GISELE SANTOS DE ALMEIDA FRONZA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
GLAUCE CORDEIRO SIMM	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
GLAUCIA OLIVEIRA DA SILVA	1360, de 19.09.2014	01/11/2014
GRAZIELLE KLITZKE KLUG	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
HELENICE DE FATIMA MOREIRA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
HELTRUD SCHUTZE HENNINGS	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
IHARA RADUNZ VESTEWIG	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ILOA DIAS HILARIO BRANDAO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
INES ZOBOLI DALLABONA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
IRANI ROEDER	1258 de 04.08.2014	01/11/2014
ISABEL CRISTINA LIMA	1295 de 20.08.2014	01/11/2014
ISABEL CRISTINA TOMASELLI FERNANDES	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ISANETE MARCIA RIOLA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ISOLDE TESSAROLI LEITEM-PERGHER	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
IVANILDES MARIA MOREIRA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
JACIRA RODRIGUES DA SILVA	1197 de 10.07.2014	01/11/2014
JANARA THAIS MAAS	1258 de 04.08.2014	01/11/2014
JANDIRA ISABELA FRUSINA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
JANETE SCHULZ	1269 de 07.08.2014	01/11/2014
JAQUELINE HOFFMANN	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
JAQUELINE VON ZESCHAU	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
JESSICA ELLOA BERRI	1311, de 01.09.2014	01/11/2014
JESSICA POPOWICZ	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
JOSEANE DE OLIVEIRA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
JOYCE CLARICE SCHROEDER	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
JUCELIA ANTONIA DE VARGAS SOARES	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
JULIANA TEICOVSKI DA SILVA	1166 de 30.06.2014	01/10/2014
JULIANA VALOES	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
JULIANE HOFFMANN	1258 de 04.08.2014	20/10/2014
JULIETE MENESTRINA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014

JUSCELI APARECIDA DE OLIVEIRA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
JUSIELLE MIRLENE JANKE	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
KATHIA MAHS WEISS	1250 de 01.08.2014	01/10/2014
KATHLEEN OLIVEIRA KRANKEL PASQUALI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
KELLY TEREZINHA HILARIO BRANDAO	1358, de 17.09.2014	01/11/2014
LARA MARIA GIOVANELLA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
LAURITA VOLTOLINI DALLABONA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
LORETTA GOETTEN SELL	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
LOURDES DALLABONA	1259 de 04.08.2014	01/11/2014
LUCIANE DE FREITAS BREHMER	1311, de 01.09.2014	01/11/2014
LUCIANE JANKE	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
LUCILENE AMADEU DO NASCIMENTO	1361, de 22.09.2014	01/11/2014
LUIZ CARLOS MANSKE	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
LUZIA DORACI CUNHA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
MAISA WISENTHAINER	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARA LUCIA DALABONA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARCIA CRISTINA KLEIN HICKMANN	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARCIA FELTRIN MULLER	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARCIA REGINA BIZ ROPE-LATTO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARIA DA GLORIA MARCONDES MARTINSON	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARIA DALSIZA HOFFMANN	1302, de 22.08.2014	01/11/2014
MARIA HECK MANSKE	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARIA LUIZA SCHROEDER	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARILDO MAURICIO ULER	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARISTELA APARECIDA RINCAO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARISTELA WEISS	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
MARLISE CLARA NOLLI	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARLISE PINHEIRO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MARLY BARRETO DOS SANTOS	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MAYARA CRISTINE DE BORBA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
MIRIAN FERREIRA	1311, de 01.09.2014	01/11/2014
MONICA DE LIMA MIRANDA SILVA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
NAIR JOAO DA SILVA RIBEIRO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
NELCI MAGALHAES DE ABREU	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
NICOLE ALVARES SPRUNG	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
NILCEIA ALVES DA SILVA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ODETE LUCOLLI SCHMITT	1197 de 10.07.2014	01/11/2014
OSIANE SOUSA SANTA BRIGIDA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
PAMELA CRISTINA BACKES	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
PAMELLA SAMANTA BERTOLDI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
PATRICIA MATTIELLO ANDREAZZA	1302, de 22.08.2014	01/11/2014
PATRICIA REGINA FELIPPI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
PEROLA DA SILVA BARBOSA FERREIRA	1311, de 01.09.2014	20/10/2014
PRICILLA KELLE PEREIRA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
PRISCILA DECKMANN DA SILVA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014

PRISCILA MARIA BRANCO PEREIRA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
RENILDA BATISTA WENCESLAU	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
RITA PIERITZ	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ROBERTA DANUSA HISSI	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ROBERTA TOMELIN	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ROSANGELA APARECIDA CANDIDO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ROSELANDY CARIOCA DOS SANTOS DEMONTI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ROSELI MARIA ROPELATO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ROSELY FERRARI GONCALVES	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ROSEMERI PRUSAK	1255 de 04.08.2014	01/11/2014
ROSIMERI FERREIRA DA SILVA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ROVENA UECKER KRUGER	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SABRINA DEMONTI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
SAMARA LUIZA RIOLA	1347, de 10.09.2014	01/11/2014
SANDRA ELIANE STASAITIS NUNES	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
SANDRA MARGARETH ALVES DOS SANTOS	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
SANDRA MONIKA EWERS MOHR	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SANDRA REGINA MATTEDI NARDELLI	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SCHEILA CRISTINA ZOMER	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
SCHEILA PATRICIA ZICHUHR	1350, de 11.09.2014	01/11/2014
SELMA DA SILVA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SILMARA RODRIGUES DA SILVA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SILVANA AVANCINI WERNER	1344, de 09.09.2014	01/11/2014
SILVANA MACEDO DOS SANTOS COSTA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
SILVANA MAHS	1343, de 08.09.2014	01/11/2014
SIMONE BONDI DE CARVALHO DE CRISTO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SIMONE KUESTER NEVES	1344, de 09.09.2014	01/11/2014
SIRLEI GARCIA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SOLECIR TEREZINHA DA SILVA	1311, de 01.09.2014	01/11/2014
SONARA MURARA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
SONIA GONCALVES RIBEIRO	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
SUELI MARIA PELLIN LOURENÇO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
TALITA MARA DOS PASSOS TANCON	1197 de 10.07.2014	01/11/2014
TARIN ROMINA GERMANO	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
TAYANE CATAFESTA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
THAMIS LEHMKUHL DE SOUZA TRAVAGLIA	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
THANDRIANE LAISY PRESTES PROCHNOW	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
THELMA DE SOUZA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
URSULA ANDREAZZA CRISTOFOLINI	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
VANDERLEIA DA SILVA MELO TESSMANN	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
VANDERLEIA WOLTER	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
VANESA FRANCIÉLE SLOMP	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
VANUSA WOLTER	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
VERA KRETZ	1250 de 01.08.2014	01/11/2014

VERONICA SANTOS DA SILVA	1295 de 20.08.2014	01/11/2014
VIVIANA LIGIA ZIMATH HILLER	1311, de 01.09.2014	01/11/2014
VIVIANE DE LIMA SALES	1361, de 22.09.2014	01/11/2014
WANDERLEIA MARIA ORIBKA	1250 de 01.08.2014	01/11/2014
ZENIR ROHLING BECHTOLD	1166 de 30.06.2014	01/11/2014
ZENITA MARIA DE SOUZA	1197 de 10.07.2014	01/11/2014
ZENITA POFFO BECHTOLD	1250 de 01.08.2014	01/11/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1371, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1371, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADEMIR LUIZ MANFRINI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ADRIANA NECKEL SOARES	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ALESSANDRO MONDADORI HOFFMANN	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ALINE BOER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ALINE VENTZ	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ANA KAROLINA LONGO BOAVENTURA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ANDERLEI TESSAROLO DEGERING	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ANDREA DRAGER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ANNA CARINE BELL	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
APARECIDA BELARMINO ROEDER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ARACI KRUGER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014

BRUNA LUIZA FIAMONCINI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
CACIA RODRIGUES MENGARDA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
CLEIA CESARINO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
DARCIO HABOWSKY	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
DAVI DA MAIA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
DIRCE BEIGER CIPRIANO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
DOROTHEA OELKE	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
EDINA VAZ DE FRANCA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
EGBERTO JOSE DE FREITAS	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ELIANA APARECIDA DALCASTAGNE	1329, de 03.09.2014	05/11/2014
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ELIANE LANDO E SILVA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ELIANE MOSER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ELISIANE GISELA LARGURA SCHROEDER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ERICA PATRICIA GOMES BARBOSA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ESTELITA EHMKE SLOMP	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
FABIANA MANARIM BRUNSFELD	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
FLAVIA DAYANE SI-MEONI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
FLAVIA MICHELE BERNARDO ZESCHAU	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
GILBERTO LUIZ GOEDERT	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
IVONE CARVALHO DE SIQUEIRA SACT	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JANAINA BIANCHET	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JANDERICK DE SOUZA ALVES	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JESSICA LEITEMPERGHER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JOICE STOLLMEIER KROENKE	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JORGE SCHLICHTING NETO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JOSELENE DRAGER WEBER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JOSETE LUIZA RECK SFREDO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JOSIANE DAS GRAÇAS DE LIZ PAULO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JOSIANE SANTOS RAMOS	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JULIEN FREDDY SANTISTEVAN	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JURACI KLUG	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
JURACI TESKE VANDERWEGEN	1338 de 05.09.2014	05/11/2014

KAIQUE MOSER FERRAZ	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
KARIN KOHLER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
KATY CHRISTINE BREMER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LAUDILA LUCIA VOLTOLINI TEIKOWSKI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LEA ROSANA SOFKA DOS REIS	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LEILA FATIMA FLORIANI CLAUDINO DOS SANTOS	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LENA MORGANA GESSNER DA SILVA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LIDIA NAIZE KORC	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LIZANDRO FRAINER FURLANI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LUCIA ELENA CROSSA CASALI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LUCIA ZAPOTOCZNY	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LUCIANA SCHIAVO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LUCIANO EZEQUIEL GODINHO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
LURDES NUNES LINHARES	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MAIRA LUCIA CIPRIANI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MAIRA PASQUALINI MARIN	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MAIRA SILVA DE GODOY	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MARCO AURELIO SUDBRACK DESESSARDS	1311, de 01.09.2014	05/11/2014
MARCOS ANTONIO SANCHES	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MARIA GIROLA FELIPPI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MARILENE DE MELLO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MELISSA MICHELE PEREIRA E SILVA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MERI TEREZINHA RIBEIRO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
MIRELA CAMILA KOEPEL DE ANDRADE	1358, de 17.09.2014	05/11/2014
MOACIR DE FREITAS TOLEDO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
NICOLE LUIZE BREMER	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
NORBERT NEUMAYR	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
OLIVIA BRAIT	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
OSMAIR GILSON SACT	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
PAMELA REGINA FLORIANI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
PATRICIA SLOMP	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
PRISCILA LENZI ODEBRECHT	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
QUEREM HAPUQUE GOMES SILVA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ROBERTA NELCI PELLIN	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014

ROSANA DE BAIROS DE PAULA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ROSE MELI STOLF EVARISTO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ROSE VARGANAI SOARES	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ROSELY GESSNER AGUIAR	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
ROSEMERI MORLO STANO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SANDRA REGINA DE LIMA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SARITA LUCIA MACHADO ZUMACH	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SERGIO LUIS PEREIRA	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SHIRLEI SCHURT VICENTI	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SILVANA LONGO ROEPKE	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SILVANA MARIA LONGO	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SONGELA DOS SANTOS	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
SONJA STUPP GONCALVES	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
TELMO NUNES BASTOS	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
THIAGO PRANGE	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
VANESSA MLY-NASCZYK	1338 de 05.09.2014	05/11/2014
WILMAR SCOZ	1338 de 05.09.2014	05/11/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1372, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1372, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO				
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Alessandra dos Anjos (Subst.a Eduardo Espindola, que se encontra em afast. do exerc.do cargo-ocupando cargo em comissão)	13/04/94	092.552.179-50	35h	06/10/2014 a 31/12/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Arlete Faez Rocha (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc. Público /Proc. Seletivo)	15/09/67	005.563.479-60	44h	06/10/2014 a 01/11/2014
Roseli Correa (Aumento do número de alunos)	24/08/73	806.802.329-15	44h	06/10/2014 a 01/11/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

Amarildo Digo Correia (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc. Público /Proc. Seletivo)	09/09/69	704.931.119-72	44h	06/10/2014 a 01/11/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Agente de Saúde Pública (SG-18)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Vera Marcia de Liz (Subst. Gloria Roseane da Silva, que se encontra em Lic.Para Trat. de Saúde)	23/08/74	898.256.759-34	44h	06/10/2014 a 05/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de outubro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1373, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1373, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Juarez Carlos Freire (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc. Público /Proc. Seletivo)	17/01/70	551687101-82	44h	07/10/2014 a 31/12/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Aline Sacht Vargas (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc. Público /Proc. Seletivo)	28/02/91	067.592.859-13	40h	07/10/2014 a 01/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de outubro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1374, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1374, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Cargo: Mecânico (SG-32)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Edson Luiz Brehmer (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc.Seletivo)	05/12/69	777.739.189-53	44h	08/10/2014 a 01/11/2014
Cargo: Motorista (SG-29)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ernesto Ropelato (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc.Seletivo)	17/07/56	383.709.649-15	44h	08/10/2014 a 01/11/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jandira Pitan Pasquali (Subst.Cresta K.Berri, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde)	11/01/79	022.115.029-38	30h	08/10/2014 a 22/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1375, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1375, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Maria de Lourdes Vitorino da Silva (Aumento do número de alunos)	24/03/59	554.045.534-72	44h	15/10/2014 a 01/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1376, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1376, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Prorroga por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 1296, de 20 de agosto do corrente

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e §1º do art.135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pela Presidente da Comissão de Sindicância,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 1296, de 20 de agosto do corrente, para apresentação da conclusão da Sindicância Administrativa nº 03/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1378, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1378, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Bill Jonathan Pereira, ocupante do cargo de provimento em comissão, a contar de 1º de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal BILL JONATHAN PEREIRA, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Serviços - Nível I, símbolo CC-5, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, nomeado pela Portaria nº 020, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 1º de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1379, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1379, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração às Servidoras Públicas Municipais contratadas temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Franciely Selia terra da Silveira	Auxiliar Operacional I	1052, de 22/04/2014	01/10/2014
Janete Dallabona Ferreira da Silva	Auxiliar Operacional I	1135, de 05/06/2014	01/10/2014
Loretta Goetten Sell	Auxiliar Operacional I	805, de 14/01/2014	08/10/2014
Silvana Mahs	Auxiliar de Recreação Infantil	1343, de 08/09/2014	01/10/2014
Viviane de Lima Sales	Auxiliar Operacional I	1361, de 22/09/2014	06/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1380, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1380, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Ester Katchan	Auxiliar de Recreação Infantil	043, de 15/01/2013	06/10/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
NOME	CARGO	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Ivo Gessner	Motorista	1934/92	01/10/2014

Elias Antonio Zатели	Motorista	2428, de 15/08/94	06/10/2014
----------------------	-----------	-------------------	------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1381, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1381, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Davi Elisio Dias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 1º de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal DAVI ELISIO DIAS, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1186, de 03 de julho de 2014, a contar de 1º de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1383, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1383, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração de Servidor Público Municipal lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 03 de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal DANRLEI ANDERSON PEYERL, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 873, de 05 de fevereiro de 2014, a contar de 03 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1384, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1384, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Alessandra dos Anjos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 03 de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ALESSANDRA DOS ANJOS, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1159, de 30 de junho de 2014, a contar de 03 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1385, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1385, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor C-10				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Maristela Tomaselli (Subst.Meike M.Giotti, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	06/06/62	448.536.299-04	20h	09/10/2014 a 10/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1386, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1386, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Designa Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado para o ano de 2014, para elaborar e coordenar todas as etapas necessárias para preenchimento de vagas na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, resolve:

DESIGNAR

Art.1º Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado para o ano de 2014, para coordenar e auxiliar na elaboração e execução de todos os atos necessários à realização de processo seletivo para preenchimento de cargos, na Secretaria Municipal de Educação, as seguintes servidoras, sob a presidência da primeira:

NOME	CARGO
Aline Burger	Diretora de Departamento
Jovina Marilei Berri	Professora
Sueli de Oliveira Tamanini	Professora
Gladis TerezinhaLongo Boaventura	Assessora do Depto de Ensino
Marilda Vallim Mota	Professora

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1387, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1387, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Agente de Saúde Pública (SG-18)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jonathan Weege (Subst.Marcela C.Kannenber que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	09/06/81	006.929.679-07	44h	13/10/2014 a 05/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1388, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1388, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil I (SG-16)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Amanda Farias Simões (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc. Público / Proc. Seletivo)	08/07/87	010.148.759-27	40h	14/10/2014 a 01/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1389, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1389, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais contratados temporariamente para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Elias Miguel Simas	Auxiliar Operacional I	1253, de 01/08/2014	10/10/2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Adão Bueno	Auxiliar Operacional I	1096, de 12/05/2014	01/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1390, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA No 1390, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Ana Paula Cristofolini	Auxiliar Operacional I	954, de 06/03/2014	13/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Treze Tílias**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 15/2014 FMS - CREDENCIAMENTO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 15/2014 FMS - CREDENCIAMENTO

Objeto: OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS AUTÔNOMAS E JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS/SC, ABRANGENDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOBREAVISO, SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, E SERVIÇOS DE PEDIATRIA, ATÉ OS LIMITES DA DEMANDA. Outros esclarecimentos ou consultas ao Edital poderão ser obtidos através do e-mail: compras@trezetillias.sc.gov.br, ou ainda através do telefone (49) 3537 0166.

JOSÉ CARLOS TOPOROSKI

Gestor do Fundo

Tunápolis**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 126/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 126/2014
Edital de Pregão Presencial nº 91/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, que tem por objeto a aquisição Roçadeira articulada acoplável acionada por tomada de força do trator conforme especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega das propostas até às 10h do dia 09 de dezembro de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Urussanga**PREFEITURA****EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 134/2013/ FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 134/2013/FMS

Data de assinatura: 25/11/2014

Processo de Licitação n.º 14/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: VÉRA LUCIA MARIOTTI

CNPJ/CPF: 443.476.939-15

Objeto: locação de imóvel, localizado no Centro, Urussanga/SC.

Valor Global do Aditivo: R\$ 16.680,00

Vigência prorrogada até 31/12/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 01/2014/ FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 01/2014/FMS

Data de assinatura: 25/11/2014

Processo de Licitação n.º 34/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: LUCIANA DAMIAN

CNPJ/CPF: 728.448.339-34

Objeto: locação de imóvel, localizado no Centro ao lado do SUS, Urussanga/SC.

Valor Global do Aditivo: R\$ 8.136,00

Vigência prorrogada até 31/12/2015

AVISO PREGÃO 59/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 59/2014/PMU

Objeto: aquisição de material para pintura. Recebimento dos envelopes: até as 08h30 do dia 10/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 11/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Breda, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI N.1023/2014

LEI Nº 1.023/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS VENCIDAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar e pagar a título de indenização as férias vencidas e não fruídas ao servidor Dorneles Antonio Pelicioli, ocupante do cargo efetivo de "Bacharel em Ciências Contábeis", CPF nº 594.270.439-20, correspondente aos períodos aquisitivos de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - O valor da indenização a que se refere o artigo anterior corresponde ao total de R\$ 123.825,08 (cento e vinte e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e oito centavos) a serem pagos em três parcelas: 1ª parcela R\$ 41.825,08 (quarenta e um mil oitocentos e vinte e cinco reais e oito centavos) com vencimento para dez dias após a entrada em vigor da presente lei; 2ª parcela: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) com vencimento para quarenta dias após a entrada em vigor da presente lei e 3ª parcela: parcela R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) com vencimento para setenta dias após a entrada em vigor da presente lei.

Artigo 3º - Fica autorizado o cancelamento dos períodos aquisitivos constantes do sistema informatizado de gestão de pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei serão pagos com recursos do orçamento vigente.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 25 de novembro de 2014.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1024/2014

LEI Nº 1.024/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A SOCIEDADE CORAÇÃO ESPORTE CLUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a

repassar a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em uma única parcela, para fins de manutenção das atividades da SOCIEDADE CORAÇÃO ESPORTE CLUBE, situado na Vila Coração, Interior em Vargem Bonita - SC, com o CNPJ nº 80.912.256/0001-04.

§ 1º. O valor a ser repassado a título de subvenção social deverá ser utilizado na manutenção das atividades da entidade.

§ 2º. A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

Art. 2º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2022 - Manutenção do Desporto Comunitário

Modalidade: 335000.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação

Vargem Bonita, 25 de novembro de 2014.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1025/2014

LEI Nº 1.025/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE LINHA TUNALZINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a conceder subvenção social no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a Associação dos Produtores Rurais de Linha Tunalzinho, CNPJ nº 06.350.545/0001-04, em uma única parcela, para manutenção das atividades da Associação.

§ 1º. A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

Art. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária

Modalidade: 335000.00.00.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 4.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao

presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária
Modalidade: 33900.00.00.000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação

Vargem Bonita, 25 de novembro de 2014.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 26/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suêlen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1026/2014

LEI Nº 1.026/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
"AUTORIZA A BAIXA DE BENS MOVEIS INSERVIVEIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º - Fica a chefe do poder Legislativo Municipal, através do setor de controle do patrimônio, autorizado a proceder à baixa do Patrimônio da Câmara Municipal, dos bens moveis inservíveis, constante do anexo da Lei.

Art. 2º - Os referidos bens, objeto de avaliação através de comissão especial, nomeados pelo Decreto Legislativo nº 002/2014 de 03 de Novembro de 2014, não serão objeto de processo de alienação por venda, em virtude das precárias condições dos mesmos e considerados sem valor comercial.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrario.

Vargem Bonita/SC, em 25 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 27/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRA DO PR 51/2014 - FMS - 6º COLOCADOS

LAUDO DAS AMOSTRAS

6ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
15	UN	Detergente concentrado, embalagem mínima contendo 500ml.	IIMPOL	Aprovada

Videira (SC), 19 de novembro de 2014.

Camila Strapazzon
Secretaria de Saúde

LAUDO DAS AMOSTRAS
6ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa MERCADO R.Z LTDA ME, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
16	UNIDADE	Detergente em pó com amaciante, com a seguinte composição: Tensoativo alquil benzeno; Sulfato de sódio; Co-adjuvantes; Sinergista; Branqueadores ópticos; Enzima; Tamponastes; Carga, corante, perfume, silicone e água; Caixa/pacote com 1kg.	tIXAN yPÊ	Aprovada
53	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 100 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 05 unidades.	VERSÁTIL	Aprovada
54	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 30 litros, espessura de 0,10 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	VERSÁTIL	Aprovada
55	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 50 litros, espessura de 0,12 micras – pacote c/ no mínimo 10 unidades.	VERSÁTIL	Aprovada

Videira (SC), 19 de novembro de 2014.

Camila Strapazon
Secretaria de Saúde

LAUDO DAS AMOSTRAS

6ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa Comercial Catarinense de Armarinho em Geral Ltda ME, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
56	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade para 15 litros, com espessura de 0,08 micras, - pacote com no mínimo 20 unidades.	IDEAL PLASTICOS	reprovada AMOSTRA FÍSICA APRESENTADA FORA DO PRAZO. MESMO APRESENTADO AMOSTRA FORA DO PRAZO A MESMO FOI ANALISADA, PORÉM É DIFÍCIL ABRIR O SACO, O PLÁSTICO ACABA RASGANDO E ALGUNS SACOS DO PACOTE VIERAM COM O FUNDO COM RASGOS/BURACOS

Videira (SC), 24 de novembro de 2014.

Camila Strapazon
Secretaria de Saúde

PORTARIA Nº 1433/14

PORTARIA nº 1.433/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19515/2014;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, por Ivori Berto, dos dias 15 a 23 de dezembro de 2014, a fim de realizar o evento denominado "Show Teatro de Marionetes", com o objetivo de promover o lazer, bem como, a arrecadação de brinquedos para a campanha de natal a ser realizada pelo projeto amigos do Rio.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1445/14

PORTARIA nº 1445/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19811/14,

RESOLVE

Declarar estável o servidor FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI, Profissional de Educação Física - Basquetebol, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2014.

Videira, 24 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1446/14

PORTARIA nº 1446/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19812/14,

RESOLVE

Declarar estável o servidor MAURI WILSON RODRIGUES JUNIOR, Profissional de Educação Física - Tênis, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2014.

Videira, 24 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1447/14

PORTARIA nº 1447/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19809/14,

RESOLVE

Declarar estável a servidora MARIZETE DE BORTOLI ZINNI, Assistente Social, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2014.

Videira, 24 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1448/14

PORTARIA nº 1448/14

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19645/2014,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor ALEXANDRE BERTO NETO, Carpinteiro, o qual será computado em dobro, totalizando 151 (cento e cinquenta e um) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 23.04.1990 a 30.06.1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1443/14

PORTARIA nº 1443/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 18106/2014;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a RUI SÉRGIO FERREIRA, Motorista III - Ônibus, de 02 de fevereiro de 2015 até 02 de maio de 2015, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 26 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Videira, 24 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1444/14

PORTARIA nº 1444/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19559/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IVA DORINA CERBATO, Professora, de 02 de maio de 2015 até 02 de agosto de 2015, referente ao quinquênio de 01 de março de 2007 até 28 de fevereiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2015.

Videira, 24 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1442/14

PORTARIA nº 1442/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19559/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IVA DORINA CERBATO, Professora, de 01 de fevereiro de 2015 até 01 de maio de 2015, referente ao quinquênio de 01 de março de 2002 até 28 de fevereiro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

Videira, 24 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1412/14

PORTARIA nº 1412/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor FLAVIO ANTONIO MACHADO, Auxiliar Operacional, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 09 de abril de 2013 até 09 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de outubro de 2014.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.346/14

DECRETO Nº 11.346/14, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Decreta Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no artigo 3º do Decreto nº 10.281/13, de 04 de janeiro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo, nas Repartições Públicas Municipais, nos dias 26 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais nos seguintes locais:

I - Secretaria Municipal de Saúde;

II - Secretaria Municipal de Educação (Centros de Educação Infantil).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 075/14 - P. S. Nº 007/12

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 075/2014
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada

da para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADA	CARGO
1 – Rochely Cenci	Agente Administrativo II

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 21 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1439/14

PORTARIA nº 1439/14

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19.667/14,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de 01 (um) Palco, com estrutura metálica e coberto com lona leve, medindo 3X6 m, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pela Mitra Diocesana de Caçador - Paróquia Imaculada Conceição, a partir do dia 28 de novembro de 2014 até o dia 08 de dezembro de 2014, a fim de utilizar para apresentações artísticas na Festa da Padroeira Imaculada Conceição.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do bem público quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1405/14

PORTARIA nº 1405/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 15.996/2014;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARCELINA PEROZA FIORELLI, Zeladora, de 17 de novembro de 2014 até 17 de fevereiro de 2015, referente ao quinquênio de 30 de junho de 2009 até 07 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1408/14

PORTARIA nº 1.408/14

Autoriza o Uso do Estádio Municipal Luiz Leoni

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam no Processo Administrativo nº 19.301/14,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pela Comissão Organizadora da VII Copa Lojas Placido/Rádio Videira de Futebol Master, neste ato representado pelo seu presidente Onevio Bettoni, no dia 20 de novembro de 2014, das 21h00min às 23h59min, a fim de realizar uma partida de futebol da 2ª fase da competição.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro e gêneros alimentícios;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.
- f. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Estádio Municipal quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

JULGAMENTO DO EDITAL TP 18-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2014

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA RECUPERAÇÃO E ALARGAMENTO DAS PONTES DA LINHA PAULINA, LINHA GEMELLI E ANTA GORDA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, restando HABILITADA a empresa Ademir Luiz Bogoni FI. Outrossim, fica a licitante participante notificada para, caso queira, apresentar recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 25 de novembro de 2014

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 11.357/14

DECRETO Nº 11.357/14 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 825.000,00 (Oitocentos e vinte e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.017 – Contribuição ao PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	125.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	300.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	200.000,00
09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	825.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração
aos dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretario de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 044/2014

Processo de Licitação 044/2014

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia
004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 11 de dezembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 26 de Novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2011

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2011

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a CEMEAR - CENTRO DE MOTIVAÇÃO ECOLÓGICA E ALTERNATIVAS RURAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 04.199.994/0001-78 estabelecida a Rua Mirador, nº185, Bairro Centro, Cidade de Presidente Getúlio - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do Processo Licitatório nº 41/2011, homologado em 14/10/2011, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (180) cento e oitenta dias, devido ao atraso da análise e aprovação do 2º REA pelo Ministerio do Desenvolvimento Agrario, o prazo começara contar no dia 29 de novembro de 2014, com vigencia até dia 28 de maio de 2015, as demais cláusulas do Termo de Contrato 16/2011, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e

condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 18 de novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

CEMEAR – CENTRO DE MOTIVAÇÃO ECOLÓGICA
E ALTERNATIVAS RURAIS
Empresa

Testemunhas:

Claudinei Feliciano
Cpf: 042.800.449-02

Sandro Lunelli
Cpf: 064.162.869-20

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 61-2014 PMXV -01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / TERMO DE COMPROMISSO Nº 01/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 61/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa CC CAON MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 86.262.664/0001-44, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. PAULO ANTÔNIO CAON, portador do CPF nº 777.859.329-72, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 61/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Livros e Brinquedos Pedagógicos, HD Externo, Uniformes e Prateleira para Departamento de Assistência Social.

ÍTEM	QDADE	UNID. MED.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
01	1	UN	1.460,00	ARMÁRIO SOB MEDIDA EM MDF 15MM BP DUPLA FACE NA COR CARVALHO LATINO OU MAPLE SEM PORTAS COM FORO EM EUCATEX BRANCO3MM COM 6 ESPAÇOS DE PRATELEIRAS SENDO DE BAIXO PARA CIMA A 1ª/2ª/3ª COM ESPAÇO LIVRE ENTRE ELAS DE 30CM A 4ª/5ª/6ª COM ESPAÇO LIVRE ENTRE ELAS DE 50CM, LAGURA DE 136CM, ALTURA 260,5CM, COM REFORÇO NA PARTE FRONTAL DO ARMÁRIO, FIXADO NA PAREDE COM PARAFUSO.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 61/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 25 de novembro de 2014.

CC CAON MÓVEIS LTDA ME Paulo Antônio Caon	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 61-2014 PMXV -02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / TERMO DE COMPROMISSO Nº 02/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 61/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa ROSICLEI SANDRA DE MORAES GONÇALVES ME, inscrita no CNPJ nº 17.351.022/0001-07, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. GILBERTO DE MORAES GONÇALVES, portador do CPF nº 055.595.899-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 61/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Livros e Brinquedos Pedagógicos, HD Externo, Uniformes e Prateleira para Departamento de Assistência Social.

ÍTEM	QDADE	UNID. MED.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
02	100	UN	20,50	CAMISETA EM MALHA PM (67% POLIESTER, 33% VISCOSE) AZUL MARI-NHO GOLA REDONDA, COM DECOTE E PUNHO NAS MANGAS CINZA CLARO, COM BORDADO NA FRENTE. TAMANHOS A SEREM DECIDIDOS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR MOSTRUÁRIO E TIRAR AS MEDIDAS PARA A CONFECÇÃO.
03	10	UN	42,00	CAMISA BABY LOOK GOLA POLO DE PIQUET INGLÊSEM MALHA PM (50% ALGODÃO E 50% POLIESTER) MODELO BATA, MAIS COMPRIDA, COM BOLSO NA LATERAL, COM BORDADO NA FRENTE. TAMANHOS A SEREM DECIDIDOS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR MOSTRUÁRIO E TIRAR AS MEDIDAS PARA A CONFECÇÃO.
04	5	UN	139,00	SOBRETUDO EM SELETEL IMPERMEÁVEL (100% POLIESTER) COR CINZA MÉDIO COM BORDADO NA FRENTE. TAMANHOS A SEREM DECIDIDOS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR MOSTRUÁRIO E TIRAR AS MEDIDAS PARA A CONFECÇÃO.
05	5	UN	59,50	LEGGING DE MUNDY STRESH (95% POLIAMI-DIA E 5% ELASTANO). TAMANHOS A SEREM DECIDIDOS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR MOSTRUÁRIO E TIRAR AS MEDIDAS PARA A CONFECÇÃO.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade

de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 61/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 25 de novembro de 2014.

ROSICLEI SANDRA DE MORAES GONÇALVES ME Gilberto de Moraes Gonçalves	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 61-2014 PMXV -03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / TERMO DE COMPROMISSO Nº 03/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 61/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa LA CN INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.924.851/0001-47, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. ANGELO MATOS DA CAS, portador do CPF nº 015.867.539-83, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 61/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Livros e Brinquedos Pedagógicos, HD Externo, Uniformes e Prateleira para Departamento de Assistência Social.

ÍTEM	QDADE	UNID. MED.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
30	100	UN	14,80	CANECAS COM CABO EM ACRÍLICO 300 ML.

31	2	UN	390,00	HD EXTERNO É UM DISCO RÁPIDO COM USB 3.0 E 7200 RPM DE ROTAÇÃO, ULTRA-PORTÁTIL COM UM DESIGN ELEGANTE, DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO METÁLICO. CAPACIDADE 1 TERA BYTE - COR DOURADA SPECIFICAÇÕES: PRÉ-FORMATADO PARA PC, FACILMENTE REFORMATADO PARA MAC; ALIMENTADO POR USB; TAMANHO: 2.5'; TIPO DE DRIVE: EXTERNO; CAPACIDADE DE 1 TERA; VELOCIDADE: 7200RPM; INTERFACE: USB 3.0 COMPATÍVEL COM USB 2.0; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: UNIDADE PORTÁTIL DE 2.5'; CABO USB 3.0; GUIA DE INICIALIZAÇÃO RÁPIDA; PESO BRUTO: 0,245KG; DIMENSÃO: 11,50CM X 12,00CM X 8,00CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO).
----	---	----	--------	--

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 61/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 25 de novembro de 2014.

LA CN INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME Angelo Matos da Cas	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 61-2014 PMXV -04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / TERMO DE COMPROMISSO Nº 04/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 61/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 72.380.330/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. PAULO KLEIN, portador do CPF nº 307.790.810-72, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 61/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de Livros e Brinquedos Pedagógicos, HD Externo, Uniformes e Prateleira para Departamento de Assistência Social.

ÍTEM	QDADE	UNID. MED.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
08	2	UN	85,00	JOGO DE BASQUETE (TABULEIRO + BOLA) CONTÉM: 1 BOLA DE BORRACHA DE 8" REFORÇADA, 1 TABULEIRO (60X45) MDF EMBALAGEM COM 6 UNID. PARA CRIANÇAS E ADULTOS.
09	4	UN	149,00	CAÇAMBA GRANDE COLORIDO DE ALTA RESISTÊNCIA MEDIDA APROXIMADA: 75 X 32 X 33 CM RESITE ATE 80KG.
10	1	UN	22,50	GIRAFA VARIAS CORES COD 920 VÁRIAS CORES MEDIDA APROXIMADA: 30 CM ALTURA.
11	2	UN	78,50	MOTOCICLO FABRICADOS EM PLÁSTICO INJETADO TÊM UM DESIGN INOVADOR, SÃO SUPER RESISTENTES E COLORIDOS. POSSUEM NOVO SISTEMA DE ENCAIXE DO EIXO TRASEIRO COM FIXAÇÃO DAS RODAS NO CORPO DO TRICICLO. MEDIDAS: 55 CM, IDADE + 2 ANOS.
12	1	UN	22,50	QUEBRA CABEÇA PRINCESA COM 30 PEÇAS EM MADEIRA. MOTIVO: PRINCESAS ENCANTADAS, MEDIDAS: DIMENSÕES DA CAIXA: 24 X 5 X 18 CM, IDADE + 4 ANOS.
13	1	UN	22,50	QUEBRA CABEÇA MONSTROS, MEDIDAS: 24 X 5 X 18 CM, IDADE + 6 ANOS.
14	1	UN	22,50	QUEBRA CABEÇA CARROS DE BOA QUALIDADE COM 30 PEÇAS DE FORMATOS DIFERENTES ALÉM DO PERSONAGEM. IDADE RECOMENDADA: A PARTIR DE 3 ANOS. MEDIDAS: 24 X 5 X 18 CM, IDADE + 4 ANOS.
15	1	UN	22,50	QUEBRA CABEÇA DE BOA QUALIDADE COM 60 PEÇAS DE FORMATOS DIFERENTES ALÉM DO PERSONAGEM. IDADE RECOMENDADA: A PARTIR DE 4 ANOS. MEDIDAS: 24 X 5 X 18 CM, IDADE + 4 ANOS.
16	1	UN	27,50	QUADRO INFANTIL DESCRIÇÃO IDEAL PARA BRINCADEIRAS INTERNAS. QUADRO NEGRO PARA GIZ, COM ÁBACO, ALFABETO E NÚMEROS DE 0 A 9 PARA ESTIMULAR O APRENDIZADO. INDICADO PARA CRIANÇAS ACIMA DE 3 ANOS. MEDIDAS: 70,5 X 6 X 50,5 CM, IDADE + 3 ANOS.
17	1	UN	173,50	PEBOLIM SEM PÉ FABRICAÇÃO EM MADEIRA REFLORESTADA E COM TINTA ATÓXICA, COM UM ÓTIMO ACABAMENTO E ADESIVOS NAS LATERAIS E CABECEIRAS. INDICADO PARA CRIANÇAS ACIMA DOS 5 ANOS SUAS DIMENSÕES SÃO 76 X 66,5 X 9 CM. MEDIDAS: 76 X 66,5 X 9 CM, IDADE + 5 ANOS.
18	1	UN	35,50	BOLA DE VOLEI PARA AREIA COSTURADA.
19	1	UN	35,50	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO COSTURADA.
20	1	UN	1.797,00	CAMA ELASTICA OITAVADA 2,60 METROS SEGURA E REFORÇADA. TUBO DE MAIOR RESISTENCIA E DURABILIDADE REDE DE PULO EM QR PROTEÇÃO LATERAL MULTICOLORIDA ESTRUTURA 100 % EM AÇO GALVANIZADO.
21	1	UN	1.498,50	PISCINA DE BOLINHAS 1,50 METROS FORMATO DE CASINHA MULTICOLORIDA. FÁCIL MONTAGEM (DISPENSA A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA) ESTRUTURA COM REVESTIMENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE QUE SÃO REVESTIDAS POSTERIORMENTE COM BAGUN COLORIDO. REDE DE PROTEÇÃO EM PROLIPROPILENO PRODUZIDA COM FIO MALHA 5.
22	1	UN	623,00	CONJUNTO DE FANTOCHES COM O MOTIVO DE HIGIENE E SAUDE: CONTEM 16 PEÇAS QUE DRAMATIZAM AS NOCOES BASICAS DE HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS; CONFECCIONADOS EM TECIDO ESPUMA MALHA FELTRO. MEDIDA: 30CM CADA. MOTIVOS: DENTISTA, DENTE SADIO, DENTE CARIADO, PASTA DENTAL, ESCOVA DENTAL, FIO DENTAL, BACTERIA, PENTE, SABONETE, REFRIGERANTE, PEIXE, PIRULITO, MILHO, CENOURA, FEIJAO, MAÇÃ.
23	4	UN	38,50	MASCARAS EMILIA, BRUXA, SACI, PORCO, CONFECCIONADAS EM TECIDO, ESPUMA, MALHA, FELTRO, ETC.

24	1	UN	250,00	<p>COLEÇÃO 50 TITULOS PARTE 1 - COM 50 LIVROS EM PAPEL COUCHÊ, QUE MEDEM 30X30CM CADA LIVRO: COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A VIAGEM DO CAO BELEZA E SEUS AMIGOS; COLEÇÃO ERA UMA VEZ. JUCA DODODE E O SAXOFONE MÁGICO CEDIC; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES A FORMIGA GANANCIOSA QUE APRENDEU UMA LICA; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES A FORMIGA E O GIRASSOL CEDIC; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES A SOPA DOS PASSAROS CEDIC; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES AS GALINHAS E O ACOUGUEIRO CEDIC; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES BRISA, A LAGARTA COMILONA CEDIC; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES TAMANDUA TATA CEDIC; COLÇÃO ERA UMA VEZ A CONTADORA DE HISTORIAS; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS FANTO, O ELEFANTE; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS GIRAFITA TIRA FOTO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O GRANDE PRESENTE; COLEÇÃO ERA UMA VEZ SAPO POPOTE; COLEÇÃO ERA UMA VEZ CASTELO DA PRINCESA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR FRANCISCO E SATURNO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS FOGO NA SELVA; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A CASA DE PORQUITO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O CASACO NOVO DE DUNDUM; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O COMPORTAMENTO DE BONI; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR CASTELO DOS MONSTROS; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS CAMPEAO TEM DOR DE DENTES; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A HONESTIDADE DE DUDU; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O BOM E VELHO FOGO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS CIQUE, A GALINHA EDUCADA; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A VACA VAIDOSA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O FARDO DE GRAVETOS; COLEÇÃO AS INCRIVEIS FABULAS DE ESOPHO A FORMIGA E A POMBA; COLEÇÃO ERA UMA VEZ CERTO OU ERRADO; COLEÇÃO AS INCRIVEIS FABULAS DE ESOPHO O LEAO E O RATO; COLECAO AS INCRIEIS FABULAS DE ESOPHO O HOMEM E O ROUXINOL; COLEÇÃO AS INCRIVEIS FABULAS DE ESOPHO O MENINO E O LOBO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS OS MODOS DE GODOFREDO A MESA; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS REX E MAX; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR OS DOIS AMIGOS PREGUICOSOS; COLEÇÃO A ESSENCIA DAS VIRTUDES O PEIXE DESOBEDEIENTE; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS PACO, O PAPAGAIO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ A VIDA E PRECIOSA; COLEÇÃO ERA UMA VEZ A MAGIA DA PACIENCIA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A FORMIGA E O GAFANHOTO; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES O PAPAGAIO VERDE; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES OS LIVROS VELHOS; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES PINGU, O PINGUIM PREGUICOSO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A MAE VALENTE; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O CAVALO E O BURRO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O CORVO INGENUO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O VELHO E SABIO BABU; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR PINGO, O ELEFANTE; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR :SIBIA, A COBRA; COLEÇÃO ERA UMA VEZ AMIZADE VERDADEIRA CEDIC; COLEÇÃO A ESSENCIA DAS VIRTUDES MAX, O RATINHO CEDIC.</p>
25	1	UN	250,00	<p>COLEÇÃO 50 TITULOS PARTE 2 COM 50 LIVROS EM PAPEL COUCHÊ, QUE MEDEM 30X30CM CADA LIVRO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A RAPOSA ENTRE OS FILHOTES DE LEÃO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O BURRINHO CANTOR; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O CORVO ARROGANTE; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS URSO MAL-HUMORADO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ A VERDADEIRA RIQUEZA; COLEÇÃO ERA UMA VEZ BELEZA E ORGULHO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O CERVO PROTETOR; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O COELINHO E A LUA; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O PEIXE DOURADO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O PODER DAS VIRTUDES; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O USO CORRETO DO CONHECIMENTO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ OS DOIS COELINHOS; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES A GALINHA GANANCIOSA; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES A SOPA DO JANTAR; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES O CAMELO E O CHACAL; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES O MACACO E O CROCODILO; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES O PAVAO E A AGUIA; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES OS MACACOS E OS CHAPEUS; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES UM CORVO ENTRE OS POMBOS; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES ZENIA A LEOA QUE PERCEBEU SEU ERRO; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES UMA AMIZADE PERDIDA; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES O PARDAL E O PASSARINHO PESCADOR; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O LEITOR DE PEGADAS; COLEÇÃO ERA UMA VEZ AS CHAVES PERDIDAS</p> <p>COLEÇÃO AS INCRIVEIS FABULAS DE ESOPHO A RAPOSA E AS UVAS; COLEÇÃO AS INCRIVEIS FABULAS DE ESOPHO O PESCADOR E O PEIXINHO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A GATA QUE TINHA MEDO DE RATOS; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O CROCODILO GENEROSO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O CALICE MAGICO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O URSO E O ESTOJO VERMELHO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR UMA CHINCHILA SEM RABO</p> <p>COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A PATA QUE DECIDIU VIVER EM ARVORES; PARA LER ANTES DE DORMIR O LEAO QUE NAO QUERIA MAIS SER O REI DA SELVA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A OVELHA LANHUDA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O PAPAGAIO QUE PERDEU SUA PIMENTA VERDE; COLEÇÃO ERA UMA VEZ: A CODORNA; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O POTE DOS DESEJOS; COLEÇÃO ERA UMA VEZ: O PAPAGAIO ESQUECIDO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ A BUSCA PELOS FILHOTES PERDIDOS; COLEÇÃO ERA UMA VEZ AS MOSCAS AVENTUREIRAS; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O ESQUILO ESPERTO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ A CORRIDA COM O SOL; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A CORUJA E O GARFANHOTO; COLEÇÃO ESSENCIA DAS VIRTUDES O CACHORRO E O BURRO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O VELHO E O SABIO GANSO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O CORVO SABIO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O GAROTO PREGUICOSO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O AGRICULTOR E O PASSARO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O COELHINHO E O MILHARAL.</p>

26	1	UN	250,00	<p>COLEÇÃO 50 TÍTULOS PARTE 3 COM 50 LIVROS EM PAPEL COUCHÊ, QUE MEDEM 30X30CM CADA LIVRO: AS INCRÍVEIS FÁBULAS DE ESOPO O PODER DE UM SIMPLES RATO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES AS GATAS BRIGONAS; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR COMO A TARTARUGA CONSEGUIU O CASCO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ A FORMIGA E A TARTARUGA; AS INCRÍVEIS FÁBULAS DE ESOPO O GATO E O GALO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O CORVO CANTOR; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A CAMELA DANCARINA; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O GAVIAO E A GALINHA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A GALINHA QUE QUERIA ESCONDER SEUS OVOS; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O PEQUENO OURIÇO PERDIDO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O BURRO SABIO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O LENHADOR E O LEAO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O CARTEIRO QUE PERDEU AS CARTAS; A ESSENCIA DAS VIRTUDES OS DOIS PANDAS; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O CERVO SOLITARIO; AS INCRÍVEIS FÁBULAS DE ESOPO A LAMPADA ORGULHOSA; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O COELHINHO QUE NAO SABIA CORRER; COLEÇÃO ERA UMA VEZ OS DOIS CORVOS; A ESSENCIA DAS VIRTUDES UMA SABIA DECISÃO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES A FORMIGA E A LAGARTA; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A PADARIA DE DINO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS OS PASSARIOS E AS SEMENTES; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O SAPO AVENTUREIRO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O CALICE MAGICO INATIVO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O PARDAL E O PASSARINHO PESCADOR; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O URSO E O ESTOJO VERMELHO INATIVO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR UMA CHINCHILA SEM RABO INATIVO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A PATA QUE DECIDIU VIVER EM ARVORES; PARA LER ANTES DE DORMIR O LEAO QUE NAO QUERIA MAIS SER O REI DA SELVA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR A OVELHA LANHUDA INATIVO; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O PAPAGAIO Q PERDEU SUA PIMENTA VERDE INATIVO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O POTE DOS DESEJOS; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O PAPAGAIO ESQUECIDO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ: A BUSCA PELOS FILHOTES PERDIDOS; COLEÇÃO ERA UMA VEZ AS MOSCAS AVENTUREIRAS INATIVO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O ESQUILO ESPERTO; COLEÇÃO ERA UMA VEZ O ESQUILO ESPERTO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O GAROTO PREGUICOSO INATIVO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES A FORMIGA AGRADECIDA; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O AGRICULTOR E O PASSARO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O COELHINHO E O MILHARAL; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O MACACO TOLO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O PASSEIO DO RATINHO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES O CROCODILO INGENUO; A ESSENCIA DAS VIRTUDES OS FILHOS PREGUICOSOS; AS INCRÍVEIS FÁBULAS DE ESOPO O GALO E A PEROLA; AS INCRÍVEIS FÁBULAS DE ESOPO A RAPOSA E O FAZENDEIRO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS O POMBO GANANCIOSO; COLEÇÃO APRENDENDO COM OS ANIMAIS A GALINHA VERMELHA; COLEÇÃO PARA LER ANTES DE DORMIR O PINCEL MAGICO.</p>
27	1	UN	250,00	<p>COLEÇÃO 50 TÍTULOS PARTE 4 COM 50 LIVROS EM PAPEL COUCHÊ, QUE MEDEM 30X30CM CADA LIVRO: A GATA GANANCIOSA; A LEBRE E OS PORCOS-ESPINHOS; A RAPOSA E O CORVO; A RAPOSA E O LENHADOR; DINGO SE PREPARA PARA A ESCOLA; O BOI CORAJOSO; O CAVALHEIRO RAPOSO; O CHAPÉU NOVO DA GALINHA; O COELHO PRESTATIVO; O GAROTO QUE GRITAVA LOBO; UM ENCONTRO INESPERADO; A BOLSA PERDIDA DE BIANCA; A CORUJA SÁBIA; A FESTA DO NÉCTAR; A GIRAFÁ QUE QUERIA SE TORNAR NAVIO DO DESERTO; A LEBRE E A TARTARUGA; EDGAR, O PATINHO TRAVESSO; FLORINDA E O SKATE; MANU NÃO QUERIA SE INFLAR; O BODE NA CAVERNA DO LEÃO; O LOBO E A OVELHA; O PLANO DO RAPOSO ASTUTO; O URSO E AS ABELHAS; OS LENHADORES E AS ÁRVORES; OS TRÊS SAPOS; ZUZU, O CARRO QUE TINHA MEDO DA ESTRADA; DUDU, O CÃOZINHO QUE PERDEU O RABO; NINA E A MINHOCA; O GAMBÁ FEDINHO; O PASTOR E AS CABRAS; O CERVO E O LEÃO; O MACACO E O GOLFINHO; O RATINHO E OS ELEFANTES; OS VIAJANTES E A BOLSA COM MOEDAS DE OURO; QUANDO O SOL QUIS TIRAR FÉRIAS; A LUMINÁRIA QUE NÃO QUERIA SE ACENDER; A PLANTA QUE NÃO QUERIA FAZER SUA PRÓPRIA COMIDA; A VOZ ROUCA DE LALÁ; O MOLEIRO, SEU FILHO E O BURRO; O PAVÃO QUE NÃO GOSTAVA DE SUAS PENAS; RINO E POPOTE; A ÁRVORE QUE QUERIA ANDAR; A BANANA QUE QUERIA TER SEMENTES; A JOANINHA QUE NÃO QUERIA TER MANCHAS; A RAPOSA E O GATO; AS TRAVESSURAS DE UMA FADINHA; O MACACO QUE QUERIA VOAR; O PÃO QUE TINHA MEDO DE MANTEIGA; O PAPAGAIO CONVENCIDO; O PÁSSARO E A FESTA NA PISCINA.</p>
28	1	UN	305,00	<p>COLEÇÃO 61 CLASSICOS, FORMATO: 28 X 28 CM, PÁGINAS: 16 ACABAMENTO: BROCHURA OBSERVAR COMO AS CRIANÇAS SE ENVOLVEM COM O MUNDO DE FANTASIAS QUE CRIAM É MARAVILHOSO, PORÉM, OS ADULTOS TAMBÉM TÊM O DEVER DE ESTIMULAR A CRIATIVIDADE DA CRIANÇA, DE MANEIRA QUE ELAS CONSIGAM SE INSERIR NO MEIO SOCIAL. ENTÃO, NADA MELHOR QUE A COLEÇÃO MEUS CLÁSSICOS FAVORITOS PARA ENSINÁ-LOS LIÇÕES PARA TODA A VIDA. COM LINGUAGEM SIMPLES, A COLEÇÃO MEUS CLÁSSICOS FAVORITOS CONTÉM 61 VOLUMES DE 16 PÁGINAS CADA TÍTULO DE PURA AVENTURA E DIVERSÃO. SEMPRE COM O INTUITO DE ENSINAR AOS PEQUENOS ALGO QUE OS ENRIQUEÇA, A COLEÇÃO TRAZ OS MAIS BELOS CONTOS E FÁBULAS, PARA DAR ÀS CRIANÇAS NÃO SÓ AS MAIS BELAS HISTÓRIAS, MAS TAMBÉM AS MELHORES EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES.</p>
29	1	UN	38,50	<p>DVD PEPPA PIG - POÇAS DE LAMA, COM 12 EPISÓDIOS, ÁUDIO PORTUGUÊS E ESPANHOL 67 MIN DE DURAÇÃO TOTAL.</p>

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 61/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 25 de novembro de 2014.

KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA Paulo Klein	MAURO JUNES POLETTI, Prefeito Municipal.
---	---

Associações

AMAUC

EDITAL DE CONVOÇÃO Nº 03/2014

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOÇÃO Nº 03/2014

O SENHOR LEOCIR DOMINGO ZANELLA, Presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Alto Uruguai Catarinense - AVAUC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 29, "a" do Estatuto Social da Entidade, convoca a todos os associados para a Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á no seguinte dia, local e ordem do dia:

DATA: dia 12 do mês de Dezembro de 2014

LOCAL: Auditório Gilberto Luiz Dallegrove
anexo ao Posto de Saúde - Rua Frei Bonifácio s/n
Peritiba SC.

HORÁRIO: às 9h30min em primeira convocação, com a presença mínima de cinquenta por cento dos associados, ou em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de associados (art.11 do Estatuto Social)

ORDEM DO DIA

1 - Questões sobre contribuição para a Previdência Social e aposentadoria de Vereador

Palestrante: Romeu Weirich - Chefe da Agencia do INSS de Concórdia

2 - Relatório de atividades e prestação de contas da AVAUC até novembro/2014

3 - Assuntos Gerais.

Concórdia SC, 25 de novembro de 2014

Leocir Domingo Zanella

Presidente da AVAUC

OBSERVAÇÃO: haverá café da manhã antes da Assembleia e almoço ao meio-dia almoço por conta da AVAUC.

EDITAL DE CONVOÇÃO Nº 04/2014

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOÇÃO Nº 04/2014

O SENHOR LEOCIR DOMINGO ZANELLA, Presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Alto Uruguai Catarinense - AVAUC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 17 do Estatuto Social da Entidade, convoca a todos os associados para a Assembleia Geral Extraordinária que realizar-se-á no seguinte dia, local e ordem do dia:

DATA: dia 12 do mês de Dezembro de 2014

LOCAL: Auditório Gilberto Luiz Dallegrove
anexo ao Posto de Saúde - Rua Frei Bonifácio s/n
Peritiba SC.

HORÁRIO: às 10h30min em primeira convocação, com a presença mínima de cinquenta por cento dos associados, ou em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de associados, conforme determina o art.11 do Estatuto Social.

ORDEM DO DIA

Apreciação da proposta do novo Estatuto Social da Associação, nos termos do art. 63 do Estatuto Social.

Apresentação: Roberto Kurtz Pereira - Advogado OAB/SC 22.519

Concórdia SC, 25 de novembro de 2014

Leocir Domingo Zanella

Presidente da AVAUC

OBSERVAÇÃO: haverá café da manhã antes da Assembleia e almoço ao meio-dia almoço por conta da AVAUC.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2014

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2014

Através deste edital, ficam convocados os Senhores Prefeitos, para participarem da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Inter-municipal de Infra-Estrutura Urbana e Rural - CONSÓRCIO INTEGRAR, que se realizará no dia 03 de dezembro de 2014, às 11h, tendo como local a sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, sito à rua marechal Deodoro, 772, Edifício Mirage Offices - 12º andar, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

11 horas	Abertura
11h10	Apreciação da proposta orçamentária para o exercício de 2015 Aprovação e assinatura do contrato de rateio para o exercício de 2015
11h30	Eleição da Diretoria para a Gestão 2015
12h	Encerramento

Concórdia - SC, 24 de dezembro de 2014..

CLAUDIRLEI DORINI

Presidente do CONSÓRCIO INTEGRAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O senhor Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul e Presidente do Consórcio CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 14 do Estatuto Social, CONVOCA os senhores Prefeitos, para realização da assembléia geral ordinária a ser realizada no dia 03 de dezembro de 2014, às 11h, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, situada à rua Marechal Deodoro, 772 - 12º andar, edifício Mirage Office, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, em primeira convocação, com a presença da totalidade dos consorciados e, em segunda convocação, meia hora após, com a presença mínima de 2/3 dos consorciados, para deliberar os seguintes assuntos, conforme estabelece o art.14, incisos I e II do Estatuto Social:

ORDEM DO DIA

11h	- Abertura
11h10	- Apresentação do plano de trabalho e apreciação do Contrato de Rateio para o exercício de 2015. - Eleição da Diretoria para o exercício de 2015 - Assuntos Gerais
12h	- Encerramento

Lindóia do Sul - SC, 24 de novembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Presidente

Consórcios

CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2014 - MATERIAL AMBULATORIAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Caçador, Calmon, Matos Costa, Monte Carlo e Salto Veloso, durante o período de 10 de novembro à 30 de novembro de 2014.

FORNECEDORES:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3658;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3659;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3660;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3661;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3662.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 10.11.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0022/2014. Pregão Eletrônico nº: 0016. Registro de Preços nº: 0018.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2014 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Municípios: Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 13 de novembro à 30 de novembro de 2014.

FORNECEDORES:

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3663;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3664;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3665;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3666;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3667;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3668;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3669;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - AT14CIMCATARINA3670;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3671;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3672;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3673;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3674;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3675;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3676;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3677;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3678;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3679;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3680;
DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA ME EPP - AT14CIMCATARINA3681;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3682;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3683;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3684;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3685;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3686;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3687;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3688;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3689;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3690;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3691;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3692;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3693;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - AT14CIMCATARINA3694.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 13.11.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0025/2014. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0021.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2014 - MATERIAL ODONTOLÓGICO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0014/2014

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de utensílios odontológicos e correlatos, para uso nos consultórios das unidades de saúde dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Caçador, Calmon, Rio das Antas, Tangará e Timbó Grande, durante o período de 13 de novembro de 2014 à 30 de novembro de 2014.

FORNECEDORES:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3695;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3696;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3697;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3698;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-14CIMCATARINA3699.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 13.11.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0019/2014. Pregão Eletrônico nº: 0014. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0007/2014 - TELEFONIA MÓVEL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0007/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços que será de um ano a contar da data de sua assinatura.

FORNECEDOR:

TELEFÔNICA BRASIL S.A - Ata nº AT14CIMCATARINA3700.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 19.11.2014 à 18.11.2015. PAL nº: 0033/2014. Pregão Presencial nº: 0007. Registro de Preços nº: 0029.

Fraiburgo (SC), 25 de novembro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMURC

1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE TESTE SELETIVO 02/2014

1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 02/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50, com sede sita a Rua João da Cruz Kreiling, 1056, no município de Canoinhas, SC, através de seu Presidente, comunica aos interessados que estão prorrogadas até o dia 23/12/2014 as inscrições para o Teste Seletivo para contratação de 01 (um) profissional Técnico de Radiologia e 01 (um) Tecnólogo em Radiologia, para o Centro de Diagnóstico por Imagem Dr. Oswaldo Segundo de Oliveira, sendo a prova objetiva realizada em 10 de janeiro de 2015 e em virtude desta alteração, segue abaixo as demais alterações do presente edital:

5.8 No dia 12 de janeiro de 2015 serão divulgados os gabaritos junto a sede administrativa do CISAMURC e no site www.amplanorte.org.br

5.9 Cabe recurso até as 12 horas do dia 14 de janeiro de 2015

5.10 A homologação do resultado final dos candidatos classificados dar-se-á no dia 22 de janeiro de 2015, junto a sede administrativa do CISAMURC e no site www.amplanorte.org.br

6.2 A convocação dos candidatos para realização da prova prática ocorrerá em 15 de janeiro de 2015 para a realização das provas nos dias 19 e 20 de janeiro de 2015 em horário a ser definido no momento da convocação;

Maiores informações poderão ser obtidas junto a sede do CISAMURC ou no site: www.amplanorte.org.br através do link "Consórcio de Saúde".

Canoinhas, SC, 25 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Presidente

CIS/AMURES

ATA Nº 09 REUNIÃO DA CIR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES REGIONAIS DA SERRA CATARINENSE DE Nº 09 /2014

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e catorze, com início às nove horas, os Secretários Municipais de Saúde da Serra Catarinense reuniram-se no município de Cerro Negro, no Centro de Eventos - sito a Rua: José Euclides Rodrigues- Centro, em reunião ordinária com a seguinte pauta: 1) leitura e aprovação da ata anterior referente ao mês de setembro; 2) Correspondências expedidas; 3) Pactuação da linha do Cuidado no Trauma na Rede de Atenção às urgências; 4) Protocolo de Atendimento da Rede de urgência e Emergência - Masorregião Serra Catarinense; 5) Devolutiva do Plano da RAPS (Francine de São Joaquim); 6) Confirmação dos municípios que utilizam Central de Regulação de Consultas e Exames.

A Enfermeira Jane Neves de Cerro Negro iniciou a reunião com uma mensagem de boas vindas aos participantes e passou a palavra para a Prefeita Sirley Kley Varela para suas considerações, reforçando a importância da descentralização das reuniões, onde se conhece a realidade dos municípios. Após a Coordenadora da CIR, Dra. Cristina conduziu os trabalhos. Lilia Kanan justificou a ausência da Gerente Regional de Saúde, sra Camila Bacin. Como todos receberam a ata anterior, não havendo alterações foi aprovada por

unanimidade. Não havendo correspondências expedidas, a mesma passou para o item 3 da pauta- Pactuação da linha do Cuidado no Trauma na Rede de Atenção às Urgências, onde Jorge do Controle e Avaliação da 27ª Gerência de Saúde justificou que não recebeu documento da SES em relação ao assunto. Dra Cristina informou os hospitais credenciados; HNRP é tipo 2; HISB -tipo1 e HTR - Tipo1. Em relação ao item 4 da pauta- Protocolo de Atendimento da Rede de urgência e Emergência - Masorregião Serra Catarinense, Jorge lembrou que não consta no protocolo a 27ª Gerência de Saúde como colaboradora na elaboração deste. Dra Cristina se comprometeu de enviar aos municípios cópia do protocolo. Francine, Secretária de São Joaquim e Lilia Kanan, Psicóloga da 27ª Gerência de Saúde repassaram aos participantes sobre a aprovação do Plano da RAPS, criação de um CAPS ADIII regional em Lages, de um CAPS I regional em Lages (conversão), criação de 4 novos CAPS I microrregionais, em Campo Belo, Correia Pinto, Otacílio Costa e Urubici, conversão do CAPS I de São Joaquim em microrregional, 2 unidades de acolhimento para adultos (com um total de 15 vagas entre as duas) e uma infanto-juvenil (6 vagas), como referências regionais, estabelecimento de um consultório na rua, em Lages, criação de um serviço residencial terapêutico, na forma de moradia para 5 internos de longa permanência, estabelecimento de NASF em todos os municípios que tenham 3 ou mais equipes de saúde da família, 10 leitos HNRP, como serviço de referência a transtornos mentais e a transtornos resultantes do abuso de álcool, crack e outras drogas psicoativas, para adultos, sob regulação de um CAPS, de forma integrada aos serviços comunitários qualidade nas clínicas básicas, 10 leitos psiquiátricos infantis no Hospital Seara do Bem, de Lages, foi autorizado pelo MS 05 LEITOS, definição, em protocolo, de um fluxo intersetorial entre instituições da educação, da segurança pública, da assistência social e da saúde.

Montagem de um programa de qualificação e de educação continuada na atenção psicossocial, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, abrangendo as equipes de saúde mental e de saúde da família, da região. Montagem de um programa de divulgação de protocolos assistenciais, a cargo da Secretaria de Estado da Saúde, capacitando as equipes da região para seu uso. Montagem de um programa de prevenção do óbito autoprovocado, a cargo da Secretaria de Estado da Saúde, voltado às equipes da região. Implantação ou qualificação de trabalho de matriciamento. Incentivo à intensificação de supervisão de equipes de CAPS. Decisões da CIR: 10 leitos para o HNRP e 5 para HISB, pois a demanda é maior para adulto; 27ª Gerência de Saúde reunirá os municípios para decidir quem será referência para atendimento adulto; Lilia se dispôs a ir na reunião de prefeitos para implantação de mais um AD; Jorge sugeriu realizar levantamento de custos para implantar e manter os serviços no município sede do CAPS; para a reunião do dia 06/11/2014 em Campo Belo do Sul, Lilia sugeriu este assunto novamente na pauta. A secretária de Campo Belo do Sul, Terezinha questionou sobre o acesso as RNM do HTR, seu município não consegue agendar. Jorge disse que terá reunião dia 03/10/2014 com o referido hospital, sugeriu criar protocolo de solicitação devido o aumento de requisições de profissionais não especializados, o que reduziria a demanda. Salientou ainda que dentro de quinze dias a 27ª Gerência de Saúde enviará resposta sobre tal situação aos municípios. Dra. Cristina levantou novamente sobre a participação do CIS /AMURES nas reuniões da CIR, porque houve comentário de alguns secretários de não concordar das duas reuniões juntas, Jorge lembrou que em São Joaquim já se discutiu tal assunto, portanto, ficou decidido que o CIS/AMURES sempre estará na pauta de reuniões da CIR. Nalú comentou sobre as cirurgias eletivas em Bom Retiro e São Joaquim que estão sendo realizadas, depende dos municípios em encaminhar os pacientes. Jane comentou que alguns pacientes já estão com avaliação e não foram ainda chamados para o procedimento, segundo Nalú o problema está no anestesista. Terezinha questionou sobre as endoscopias que estão com resultado sem a biópsia no valor de R\$190,00, valor este independente de biópsia ou não, acontecendo também

com a colonoscopia. Nalú comentou que os municípios não estão agendando endoscopia em Bom Retiro, questionando se continua ou não? Dra. Cristina informou sobre a situação dos repasses financeiros da SES, quem paga é o tesouro do Estado e enquanto não pagar todos os fornecedores não se paga os demais. Nalú informou que somente dois municípios enviaram a programação das atividades do outubro rosa. Jorge reforçou que já foi liberado o recurso financeiro para aquisição de computador para sala de vacina, não esquecer de enviar a nota fiscal ao Controle e Avaliação da Regional de Saúde. Nalú esclareceu sobre os gastos do CIS/AMURES. Sem mais a relatar eu Jane Maria Gerber Neves lavrei a presente ata que após lida será aprovada na próxima reunião.

ATA Nº 10 REUNIÃO DA CIR

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES REGIONAIS DA SERRA CATARINENSE DE Nº 10 /2014

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, com início às dez e quinze horas, os Secretários Municipais de Saúde da Serra Catarinense, Gerente Regional e os Prefeitos de Otacílio Costa e Campo Belo reuniram-se no município de Lages, no auditório do Hospital Tereza Ramos, em reunião extraordinária com a seguinte pauta: 1) REDE DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL -RAPS, definição de quais os municípios de implantação dos CAPSs, residencial terapêutico e unidade de acolhimento. Saudando a todos os Secretários, Prefeitos e técnicos das secretarias a Senhora. Cristina Subtil Coordenadora da CIR iniciou a reunião relatando que o objetivo da reunião é firmar decisões relativas ao Plano da RAPS da Serra Catarinense, o qual deve ser enviado para a Secretaria de Estado da Saúde - SES até o dia 15 de Novembro de 2014. Posteriormente passou a palavra para Senhora Lilia Kanan da 27ª Regional que explanou sobre a proposta de ação prevista pelo Grupo Condutor de Santa Catarina e aprovado pelo Ministério da Saúde: 04 novos CAPS I microrregionais que seriam implantados nos municípios de Campo Belo do Sul, Urubici, Correia Pinto e Otacílio Costa. Conversão do CAPS I de São Joaquim em microrregional; Qualificação do CAPS AD em CAPS AD III regional em Lages, 01 nova Unidade de Acolhimento Infanto-juvenil regional; 01 novo SRT tipo I (local a definir); 01 nova Unidade de Acolhimento adulto regional (local a definir). Diante da superestimação do quantitativo de leitos de saúde mental em hospitais gerais inseridos no Plano de Ação, pactuou-se com Grupo Condutor a seguinte disposição de leitos: 10 leitos de saúde mental infanto-juvenil no Hospital Seara do Bem em Lages e 05 leitos de saúde mental adulto no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres em Lages. Todavia, o Ministério encaminha a seguinte orientação: que a região considere a implantação de mais dois CAPS I na região, a fim de garantir cuidado de qualidade em saúde mental à população infanto-juvenil, que a região considere a implantação de mais um CAPS AD microrregional. Que a região considere a implantação de 10 leitos adultos e 05 leitos infanto-juvenis, ao invés de 05 adultos e 10 infantojuvenis, como pactuado em reunião do Grupo Condutor Estadual da RAPS. A clientela adulta necessita mais dos leitos do que a clientela infantojuvenil. E, além disso, estão pactuados mais 46 leitos de saúde mental infanto-juvenil no Estado de Santa Catarina, além dos leitos infanto-juvenis da Região da Serra. Após esta leitura passou a palavra da Secretária de São Joaquim, Francine Mattos, que relatou a experiência do CAPS de São Joaquim. Relata que recebeu o incentivo de R\$ 199.000,00 para o ano de 2014 e que conseguiu manter os serviços como folha de pagamento, gêneros alimentício, material para oficinas terapêuticas, aluguel da estrutura; que os custos para manutenção integral do CAPS é de R\$ 161.000,00; e que, portanto, teve superávit de R\$ 38.000,00, valores em caixa; que compensa ter CAPS, pois é possível se ofertar qualidade na assistência com o recurso recebido federal. Reforçou que os profissionais que atuam devem ser capacitados e ter perfil, pois os pacientes necessitam

de atendimento humanizado e diferenciado. Deu sugestão à Gerente Regional, Camila Baccin, para que no Grupo Condutor de Fortalecimento da Atenção Básica criado pela Regional de Saúde sejam expostos os trabalhos de atuação no contexto e benefícios que centro de psicossociais traz para o público alvo. A seguir Lilia solicitou a definição dos locais onde serão implantados os novos CAPS e relatou os valores de investimento dos CAPS I microrregionais: custeio mensal para CAPS I - R\$ 28.305,00 (vinte e oito mil e trezentos e cinco reais) mensais, R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para construção, recurso de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para os 03 primeiros meses, o pré-cadastro R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para custeio de transporte R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e implantação de adesão o valor de R\$ 20.000,00 (vinte e mil reais). O Prefeito de Campo Belo, Padre Emilson, foi resistente ao pactuar o município de Campo Belo ao CAPS I por ter que assumir a demanda dos municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro e Capão Alto, mais foi lhe explicado que o recurso fica no município que pactuou para conseguir cumprir as metas e demandas. Com relação a Lages fazer a qualificação do CAPS Ad em CAPS ad III regional não foi aprovado pela Secretaria Cristina Subtil após a fala de Ligiani, que explicou para ela que hoje o CAPS Ad só atende Lages e já há custeio para mantê-lo e não comporta esta demanda, e que o CAPS AD III regional já está cadastrado no SISMOB e em fase de planejamento de projeto, sendo que o terreno já está em vista e atenderá os 18 municípios da Serra, pois já havia sendo discutido em 2013 na CIR. Posteriormente a Secretaria Soraia solicitou a implantação de uma Unidade de Acolhimento e uma residência terapêutica com 10 leitos em Bocaina do Sul e a Secretaria Cristina sinalizou uma em Lages. Revisado como ficaria o plano de ação da Serra Catarinense: 04 microrregionais CAPS I: Campo Belo do sul, Urubici, Otacílio Costa e Correia Pinto; 01 Unidade de Acolhimento em Bocaina do Sul; 02 Residências Terapêuticas com 10 leitos: uma em Lages e outra em Bocaina do Sul; 01 unidade de acolhimento infanto-juvenil regional em São Joaquim, 01 Caps AD III regional em Lages. Quanto aos leitos psiquiátricos: 10 leitos adultos no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres e 05 leitos no Hospital Infantil Seara do Bem, conforme recomendou o Ministério da Saúde. Após foi definido os possíveis fluxos de encaminhamento dos pacientes conforme distância de abrangência mais próxima: com relação aos CAPS: CAPS I de Campo Belo suporte para Anita Garibaldi, Cerro Negro e Capão Alto; CAPS I de Correia Pinto: para Ponte Alta, CAPS I de Otacílio Costa para Palmeira; CAPS de São Joaquim atenderia: Bom Jardim da Serra; Caps de Urubici: Bom Retiro, Urupema e Rio Rufino e CAPS de Lages: São José do Cerito, Bocaina do Sul e Paniel. Ligiani pede a palavra e informa que se Lages não está fazendo adesão a CAPS I microrregional não poderá receber demanda de outros municípios conforme supracitado, ao que a Secretária de Lages, Dr. Cristina Subtil, concordou, pois o único CAPS que Lages adere é o CAPS AD III, que é regional e que atenderá aos 18 municípios da região da AMURES, por ser 24 horas. Solicitado que Prefeito Luis Carlos de Otacílio Costa e de Campo Belo o Senhor Edilson levem para o grupo de Prefeitos da AMURES como pauta a RAPS e a implantação em seus municípios de abrangência. Finaliza-se a reunião agradecendo a presença de todos e confirmando a reunião ordinária do dia 20 de novembro de 2014 na cidade de Campo Belo do Sul. Sem mais a tratar eu, Ligiani Zilio, designada neste dia para redigir a ata, informo que após lida será aprovada na próxima reunião da CIR.

CITMAR**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 009/2014 – TERMO DE COOPERAÇÃO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 009/2014 - TERMO DE COOPERAÇÃO

Objeto: É objeto do presente Termo a realização pela CONVENIENTE do "Verão Guararema 2015" nos municípios da região da AMFRI, durante o período de 21.12.2014 a 15.02.2015.

Fundamento: O CITMAR formaliza a presente justificativa de Dispensa de Licitação com fulcro no §8º do art. 23 c/c art. 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.

Valor Global: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Contratado: CS COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº. 02.576.011/0001-40.

Vigência: O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando até 25/02/2015, podendo ser prorrogado pelo mesmo período ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Itajaí/SC, 17 de novembro de 2014.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR